

ISSN: 2238-6270
v. 8, n. 2, dez/2019

História e Cultura

DOSSIÊ:

HISTÓRIA E GÊNERO NOVOS DEBATES

ORGANIZADORAS:

DRA. GIANNE ZANELLA ATALLAH

DRA. JÚLIA SILVEIRA MATOS

PPGH - UNESP
Campus Franca



Imagem: Mulheres Facetadas. Di Cavalcanti, 1968.

EDITORIAL HISTÓRIA E CULTURA, V.8, N.2, 2019

Em 2019, o segundo número da Revista *História e Cultura*, editada pelos discentes do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, do campus de Franca, é composto pelo dossiê intitulado “História e Gênero: novos debates” e por um conjunto de artigos que refletem os diversos interesses da grande área das humanidades dispersos em âmbito nacional e internacional. Nesse número, o corpo editorial teve como objetivo lançar luz sobre as variadas tendências historiográficas e difundir-las tanto a pesquisadores acadêmicos, como para um público mais amplo de leitores. Sem abrir mão da qualidade dos trabalhos, cumpre-se, nessa edição, a missão da revista em reunir e divulgar artigos relevantes para aos debates historiográficos atuais. Apesar da variedade de abordagens e da amplitude dos temas, o leitor encontrará no último número de 2019 textos que perscrutam, do século VII ao XXI, aspectos da memória, representações simbólicas, permanências de costumes e o fazer historiográfico.

Apresentamos, na seção de dossiê, a continuação dos debates levantados no 2º número do volume 7, publicado em 2018. Na ocasião, as organizadoras e os editores preocuparam-se em afirmar a presença dos estudos de gênero na disciplina histórica e a importância de tal tema não somente no meio acadêmico, mas também no político e social. Sem propriamente deixar de lado tais intuitos, nesse número a *História e Cultura* e as organizadoras Gianne Zanella Atallah (ICH-UFPEL) e Júlia Silveira Matos (ICH-UFPEL) buscaram dar mais corpo ao debate e ampliar os objetos de estudo. Para tanto, reuniu-se textos focados na análise de casos debruçados sobre as diferentes formas de representação dos gêneros masculino e feminino na sociedade moderna e contemporânea. O leitor se deparará com estudos de pesquisadores nacionais e internacionais sobre os discursos da mídia empresarial, os processos-crimes sul-rio-grandenses, as críticas artísticas (sobre pintura, escultura e cinematografia), as performances teatrais, os testemunhos orais e os discursos e narrativas em impressos, assuntos e temáticas mais detalhadas no texto de introdução. Dessa maneira, a seção de dossiês, em conjunto com as organizadoras, insta aos diversos leitores a refletirem sobre os anseios contemporâneos sob a ótica da história de gênero.

Compondo este número, a *História e Cultura* disponibiliza aos seus leitores, na seção de artigos livres, textos com perspectivas e temas variados. Debruçados sobre objetos caros à disciplina da história, as pesquisas nesta seção transitam entre as abordagens da história política e as perspectivas da história social. Buscam apontar permanências e rupturas nas narrativas

intelectuais, nos progressos científicos e tecnológicos, nas adaptações e assimilações dos costumes e nas conceitualizações linguísticas. Tendo isso em vista, os editores da seção de artigos livros propõem aos leitores debates que abordam, dentre os séculos XVI ao XXI, os demais assuntos e objetos imprescindíveis para o conhecimento da história.

Por fim, os membros do corpo editorial da revista *História e Cultura* agradecem aos colaboradores e autores que compuseram esse número, e convidam os leitores a foliearem esta coleção dos textos, frutos de pesquisas finalizadas ou em andamento.

Uma proveitosa leitura a todos!

Corpo Editorial da Revista *História e Cultura*.

HISTÓRIA E GÊNERO: NOVOS DEBATES**Gianne Zanella Atallah¹****Júlia Silveira Matos²**

Neste segundo dossiê sobre *História e Gênero*, reunimos pesquisas que discutem e analisam referenciais teóricos aplicados a estudos de caso, que denotam os anseios contemporâneos debruçados sobre as perspectivas de como o gênero transcende no cotidiano. Assim como no primeiro dossiê, as formas de representação narrativa dos sujeitos em seus contextos e campos sociais demonstram uma extensão de cada pensamento do indivíduo e de como ele intenciona ser compreendido dentro desses contextos. Nessa perspectiva, esse dossiê busca através da reunião de textos de especialistas perceber como temas gênero e História são desvelados e ressignificados por seus agentes sociais.

Assim cada pesquisa proposta, enaltece o propósito da ciência no do Brasil e no mundo, pois fortalece caminhos para o entendimento de gênero, não como uma categoria definitiva, mas que carece de estudos constantes, dentro de referenciais e conceitos tidos como definitivos.

Portanto, o dossiê apresenta artigos diversos que dialogam entre si por articularem debates sobre História e gênero. O primeiro artigo do dossiê traz a novela *O exílio do tempo*, da venezuelana Ana Teresa Torres, como tema. Essa novela apresenta a lembrança e a memória de uma saga familiar onde as vozes enunciativas são as mulheres e a sua vida privada dentro do lar, que transcorrem numa passagem de tempo durante o século XX, em uma sociedade masculina e uma relação de poder imposta.

¹ Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/ICH-UFPEL/RS -2018). Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/ICH-UFPEL/RS - 2011). Especialista em Patrimônio Cultural: Conservação de Artefatos (ILA-UFPEL/RS-1997). Graduada em História - Licenciatura Plena (FURG/RS-1993). Dirigente do Núcleo de Patrimônio – SECULT/ Prefeitura Municipal de Rio Grande/RS (Fototeca Municipal Ricardo Giovannini e Pinacoteca Municipal Matteo Tonietti). Docente em História da Rede Municipal - SMED/Prefeitura Municipal do Rio Grande/RS. E-mail: gizaatallah@gmail.com.

² Pós-doutoranda em Educação UFPEL. Professora de História da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, coordenadora do Laboratório Independente de pesquisa em Ensino de Ciências Humanas - LABEC, formada em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2002), possui especialização em Teologia com habilitação para Ensino Religioso, mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2005) e doutorado pelo Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2008). julsilmatos@gmail.com

Compreender o discurso da mídia empresarial na construção da mulher executiva na contemporaneidade, fez do segundo artigo do dossiê, uma proposta de discussão e sobre a liderança da mulher, o artigo debruçou-se em duas reportagens da revista empresarial HSM Management, o estudo aponta a relação competitiva entre o homem, a mulher, os novos papéis que se apresentam tendo como referencial análise do discurso em Michel Foucault.

Entender a contribuição que os impressos tiveram para a trajetória do comportamento feminino destacou o artigo evidenciando, a forma de ação das mulheres durante as décadas de 1920 e 1930 em Belo Horizonte, Minas Gerais. Tais publicações denotaram a normatização de comportamento para o feminino que não só eram estabelecidas, mas também como eram reconhecidas socialmente.

No artigo seguinte, podemos conhecer parte das relações estabelecidas entre as mulheres açorianas e seus descendentes na Vila Carrão em São Paulo, tendo como metodologia a história oral, o estudo apontou a importância e a sua ressignificação na gastronomia, nas festas, na religiosidade, nas atividades lúdico-recreativas da Casa dos Açores, e a importância de salvaguardar as tradições.

A película *Boi Neon*, destacada em outro artigo, tem por objetivo refletir as masculinidades no contexto nordestino destacando a principal contribuição de João Silvério Trevisan sobre a crise do masculino – (re)pensar *performatividades* criadas sobre o corpo masculino e a relação histórica entre “novos” padrões e a construção histórica das relações de gênero discutida, aqui, pela produção de Durval Muniz de Albuquerque Júnior sobre a “invenção” da virilidade do nordestino em torno de arquétipos violentos e rurais.

O sexto artigo apresenta as representações criadas por Francisco Brennand tanto no desenho quanto na pintura, e assinala todo o campo simbólico que se comunica dentro desses contextos que estão os gêneros e as sexualidades. Enquanto isso, outro artigo de nosso dossiê traz à cena a análise da tragédia, tendo o Teatro, uma das principais expressões artísticas e culturais na cidade grega de Atenas. *Medeia* escrita pelo poeta Eurípides que apresenta uma personagem feminina que se distancia do ideário comportamental desejado para uma mulher na época desafia propostas de ensino, no âmbito escolar a compreender a realidade multifacetada do gênero.

No Rio Grande do Sul, seis processos-crime da fronteira durante a Primeira República (1889-1930) em que mulheres agrediram outras mulheres, seus amásios, ex-amásios e policiais, desafiam ao nosso entendimento, as formas de manifestação feminina, entendidas como

“adequadas” ou não, e principalmente o valor do papel social da mulher diante do homem, e a relação de poder estabelecida por uma sociedade patriarcal.

Novas tecnologias, novas relações, apegadas ainda a valores masculinizados, assim o artigo discute as disputas entre homens e mulheres, a divisão sexual no trabalho e tem como pano de fundo o filme *Boi Neon*. Ao encontro dessa discussão, outro artigo discutirá a importância do Iluminismo, e como esse movimento mudou a forma de pensar sobre antigos valores, que delimitavam os espaços de aprendizagem, culturais e a atuação feminina nesses espaços. E em contrapartida a esses dois artigos, entre o contemporâneo e a modernidade, observamos um panorama da presença das mulheres de classe média em seus espaços domésticos e sua interação com o espaço urbano de São Paulo em meados do século XX, momento em que a independência está na ocupação dos espaços urbanos, e isso não só como entretenimento mas como formação profissional e acadêmica.

Por fim, teremos um artigo que discute a violência na Paraíba, os raptos consentidos, datados entre as décadas de 1920 e 1940, onde foram analisados os cordéis, processos-crimes e música do mesmo período, reforçam a discussão da violência de gênero como um assunto ainda contemporâneo, e apesar de se consentido, ele demonstra a relação de poder e domínio, não de um indivíduo pelo outro, mas de valores sociais e familiares sobre o indivíduo. Cabe ressaltar, que os raptos consentidos ocorriam em outros lugares fora da Paraíba.

RECUERDO, MEMORIA Y FEMINISMO EN LA NOVELA *EL EXILIO DEL TIEMPO* DE ANA TERESA TORRES

LEMBRANÇA, MEMÓRIA E FEMINISMO NA NOVELA *O EXÍLIO DO TEMPO* DE ANA TERESA TORRES

“Porque soy algo más ahora por fin lo sé,
que una persona, un cuerpo y la celda de un nombre.
Yo soy un ancho patio, una gran casa abierta:
yo soy una memoria”.
(Rosario Castellanos, poema “Toma de conciencia”)

Malena Andrade MOLINARES*

Resumen: El presente artículo postula como eje transversal de toda la disertación y reflexión mostrar cómo la novela *El exilio del tiempo* (1990), de la venezolana Ana Teresa Torres, presenta el tema del recuerdo y la memoria de una saga familiar donde las voces enunciativas son las mujeres. Ellas conducen todo el relato desde la intimidad de la casa. Así, las situaciones cotidianas vividas por las mujeres de la novela cobran fuerza y se erigen como aspectos poéticos con un profundo valor estético. Dejamos claro que en la novela la voz masculina del abuelo se presenta por medio de un diario que narra aspectos de la historia oficial de Venezuela. Dicha voz se apaga para darle paso a las voces femeninas que narran una intrahistoria familiar, en donde solo importa la evolución mental de las mujeres de la familia, sus cambios de conductas, sus nuevas maneras de pensar y actuar frente a una sociedad totalmente machista del siglo XX. La metodología utilizada fue la hermenéutica como camino más expedito para el análisis interpretativo.

Palabras clave: memoria, feminismo, añoranza, cotidianidad, objetos.

Resumo: O presente artigo postula como eixo transversal de toda a dissertação e reflexão mostrar como a novela *O exílio do tempo*, da venezuelana Ana Teresa Torres, apresenta o tema da lembrança e da memória de uma saga familiar onde as vozes enunciativas são as mulheres. Elas conduzem toda a história da privacidade da casa. Assim, as situações cotidianas vividas pelas mulheres do romance ganham força e são erigidas como aspectos poéticos com um profundo valor estético. Deixamos claro que, no romance, a voz masculina do avô, que é apresentada através de um diário e narra aspectos da história oficial da Venezuela, é desligada para dar lugar a vozes femininas que narram uma intra-história familiar, onde só importa a evolução mental das mulheres na família, suas mudanças de comportamento, suas novas formas de pensar e agir diante de uma sociedade totalmente machista do século XX. A metodologia utilizada foi a hermenéutica como a maneira mais rápida de análise interpretativa.

Palavras-chave: memória, feminismo, nostalgia, cotidianidade, objetos.

* Doctora en Ciencias Humanas (ULA). Magister en Literatura Iberoamericana (ULA). Licenciada en Letras (ULA), Licenciada en Educación (ULA). Profesora de la Universidad de Los Andes (ULA) Facultad de Arte, en Mérida-Venezuela. Profesora de la Maestría en Educación, mención Informática y Diseño Instruccional (ULA) Profesora del Doctorado en Ciencias de la Educación UPEL. Investigadora PEII Nivel B del MPPEUCT. Correo: malena.victor@gmail.com

Contexto histórico de la novela El exilio del tiempo

La novela *El exilio del tiempo* (1990) busca mostrar una intrahistoria enmarcada por sucesos históricos del ámbito venezolano. La historia de esta novela no es contada en un orden cronológico específico, la narradora desde su postura enunciativa intercala pasajes del diario de su abuelo, el cual inicia una narración paralela a la novela, se puede afirmar que dentro de la novela fluyen como dos ríos, dos historias; una, narra la historia de una familia compuesta por cualquier cantidad de situaciones triviales, y la otra, el diario del abuelo, el mismo se inicia en 1888, la narradora irrumpe una historia ubicada en el siglo XX entre los años 30 y 70 para saltar abruptamente al siglo XIX, además, lo destaca de manera particular, pues todos los fragmentos del diario están escritos en letra cursiva, quiere dejar claro que no es su voz quien narra acontecimientos históricos precisos, es la de su abuelo. El diario emerge como un personaje que rompe con todo el hilo narrativo y hace que el lector gire su pensamiento hacia otra época, otro contexto y otra historia, sin duda, la escritora de esta novela hace gala de sus conocimientos de la historia venezolana.

La historia oficial es contada de manera intercalada por una voz masculina que subsume a la intrahistoria relatada por mujeres, las voces de toda la novela son femeninas, al “hombre-hombre” (como lo define Ana Teresa Torres en una de sus novelas llamada *Vagas desapariciones*) se le da muy poco espacio, hablan mujeres de toda una saga que interactúan de manera dinámica y que representan una familia caraqueña. Familia que emerge como el modelo de clase media con sus conflictos y pasiones, que revelan a unas mujeres en constante progreso, cambio y desapego de la tradición que culturalmente imprime una marca en las conductas femeninas. El diario del abuelo describe un país con un presidente que buscaba el progreso para su nación, en una perpetua emulación con aspectos arquitectónico de París, expresa abiertamente dos progresos: el de la sociedad venezolana y el de la mujer de clase media. La narradora trasluce el avance del gobierno Guzmán Blanco resaltando la importancia de obras que hoy día siguen siendo elogiadas y consideradas como exponentes de una época pasada, donde el progreso es la carta que avalaba al régimen de este gobernante.

El diario continua cuatro páginas seguida, y salta sin explicación alguna al año 1894, la prosa con que Ana Teresa Torres lo escribe es totalmente diferente a la del relato general, lo hace con más cuidado y con mucha precisión histórica, habla más parecido a un libro de historia oficial que a un diario íntimo, buscar darle una voz diferente a las mujeres de la intrahistoria, esto es porque el abuelo habla netamente de historia, son muy pocos los pasajes cotidianos y

familiares, es muy preciso en los datos, fechas y nombres, es el gran relato, contrariamente al relato íntimo y familiar de la cotidianidad.

En la historia de la familia se enuncian muchos acontecimientos que describen otro tiempo, entonces, a la narradora deja de interesarle la voz histórica del abuelo y muestra cartas e invitaciones que relatan una historia más íntima, una historia que hoy sigue dando de qué hablar, así que silencia la voz masculina (que por lo escrito y descrito, tiene autoridad y hegemonía en la familia) para darle paso a todas las voces de las mujeres integrantes de la saga: mujeres con sus miedos, gustos, intereses y pasiones.

La novela muestra una historia de la condición de ser mujer en medio de una historia oficial, que marcó y determinó este proceso, proceso que no deja de ser resignificado y sigue siendo determinado por las mujeres, con sus actitudes y comportamientos, frente a la dinámica social, económica y política del país. Los problemas de género y condición social ocupan el centro de todo el relato *El exilio del tiempo*, es la mujer como sujeto histórico a quien interesa describir detalles íntimos que pueden verse como universales, en medio de una historia oficial que queda en el olvido para darle paso a una serie de situaciones triviales que marcaron la vida social y familiar de todas las familias venezolanas de la época que describe la narradora.

Ana Teresa Torres quiere darle voz a un sujeto que parece anulado en el tiempo. Sujeto que resurge en medio de muchos cambios y transformaciones que está viviendo y plasmando la historia de Venezuela, que tiene una voz y cuyos aspectos desde lo más íntimo requieren ser contados. La narradora busca la inserción de la mujer y su feminidad en un contexto amplio y reescrito por una historia oficial, pero “desde la concepción postmoderna de retorno a la historia como modelo de ubicación y situación del sujeto” (MENESES, 2004, s/p).

Relato biográfico: presencia femenina

La biografía de esta novela es el género literario que claramente la marca, pero a la vez la funde con una identidad nacional. La narradora cruza la vida de una familia con una nación entera, al leer estas páginas no es difícil identificarse con alguna de las anécdotas intrafamiliares allí narradas.

El relato se construye con el imaginario social de la ciudadanía que determina al colectivo venezolano. Destaca a las mujeres quienes representan un papel hegemónico en el desarrollo narrativo, que va desde lo trivial y doméstico para finalmente determinar el destino de todo un país, sobresalen la formación de la nacionalidad que se encuentra caracterizada por el drama innato y trascendental de las diferencias de clases, dicho en palabras de la autora

corresponde: “Vivíamos en un lugar respetable y sereno, una zona tranquila. Las calles bien trazadas, árboles profusos, olor de naranja y mango. Con mi abuela fuimos muchas tardes a comprar en el abasto de los italianos, era un barrio de niños blancos” (TORRES, 2005, p. 38).

Toda la novela representa una sucesión de identidad nacional, anclado en el imaginario colectivo de un país y una clase social que vivió y conoció esta época. Ortega (s/f) lo explica de la siguiente forma:

La novela no requiere insistir en la crítica del mundo que representa, un mundo coherente, sistemático y codificado, que es el de la alta burguesía. Más bien, la novela se plantea un problema formal, desde el punto de vista de la representación narrativa: cómo representar legítimamente una clase social que, en la mayor parte de sus prácticas sociales, es ilegítima. Otros autores enfrentados a similar dilema han dado en algunas resoluciones paradójicas y distintas (s/p).

El exilio del tiempo emerge como una novela que representa la historia de un país, sin ser una novela histórica, pues a la narradora aunque le interesa contar sobre los tiempos coloniales y otros momentos históricos que determinaron el camino del país y el rumbo de la nación, también le interesa la valoración de la familia y el empoderamiento de la mujer y los avances a los cuales iba ingresando con el transcurrir del tiempo.

Ana Teresa Torres por medio de un discurso sencillo, elocuente y poético quiere mostrar la historia de un país y de una familia como muchas, para lo cual se vale de saltos temporales y ubica al lector, por ejemplo, en tiempos de la colonia, el interés es claro, busca darle voz a una clase burguesa surgida desde la historia y que enfoca aspectos como la inmigración, a la par va desenmarañando las transformaciones de la sociedad que están en constante fluir de la modernidad y modernización venezolana, así ciudad y familia evolucionan juntas.

Toda la ciudad se movía inquieta porque ya no cabía en sí misma entre las montañas, era como una grandísima madre gorda y jadeante, un monstruo joven prematuramente envejecido creciendo dentro de su cuna de niño, desbordada de sus límites pintorreada en sus esquinas, en sus muros blancos las pintas de las paredes denunciando al sistema “el mundo está loco quiero bajarme”, los árboles intentando sobrevivir entre los avisos publicitarios, los jardines minimizados ante el paso prepotente de las autopistas que albergaban dentro de sí falsos jardines, estatuas de abandonadas figuras patrias, deshojada la piel de las paredes a fuerza de arrancarles los afiches de propaganda política (TORRES, 2005, p. 80).

La saga familiar desarrolla su vida en la ciudad, es decir, la narradora desde su particular voz enunciativa traslada a la urbe los problemas que aquejan al venezolano, y lo más significativo, habla de una familia con recursos económicos estables, no presenta la pobreza como una forma característica del venezolano, tema muy recurrente en otras obras narrativas de tipo regionalista, al contrario todo el discurso descriptivo de Ana Teresa Torres se esfuerza por mostrar una

aristocracia burguesa que existió en la década de los setenta, no esconde que poseen bienes, realizan grandes fiestas, viajan y algunas de las mujeres de su familia estudian en el exterior.

El Exilio del tiempo, se puede asimilar con una enorme metáfora, construida en quinientas páginas, sobre la modernización y evolución de la cultura femenina, que está inmersa en una continua diatriba política y social propia de Venezuela y su evolución histórica. La novela no busca mostrar aspectos particulares de una región, por el contrario le interesa describir a la ciudad, en este caso Caracas, en constante interacción con las ciudades europeas y del exterior, este elemento es muy recurrente a lo largo de toda la novela, incluso se erige como eje detonante en la novela que la continua: *Me abrazó tan largamente*.

Cotidianidad, memoria y recuerdo

Por medio de la confluencia constante del recuerdo y la memoria la narradora hace un recorrido por diversos temas, estos son: la cotidianidad, la historia oficial, la infidelidad, problemas género, el patriarcado, las concesiones, los privilegios del poder. La novela en todo momento da la impresión de hablar desde otro espacio, con huellas de una identidad que fue teñida y marcada por una historia que caracterizó a la clase alta caraqueña. En la visión de Meneses (2004) se advierte la siguiente idea:

La redes entre la historia del país vista desde la óptica de las mujeres miembros de una familia de “clase alta” y la historia no oficial que surge precisamente de esa condición de ser mujeres, nos brindan esa historia política- social y cultural a través del “otro”. *El exilio del tiempo* exhibe con mucha galantería un rompimiento radical con la novela histórica venezolana, así por ejemplo no le interesa mostrar pobreza, esclavitud y dolor, o narrar acontecimientos sobre el paso que exhorten a construir una mejor Venezuela, la estilo de Rómulo Gallegos y Eduardo Blanco (s/p).

Por otra parte, Ana Teresa Torres a lo largo de toda la novela cuestiona el sujeto, avala lo que los posestructuralistas han llamado “crisis del sujeto”, mostrando una ruptura de la visión humanística del individuo como eje motor ejecutante del desarrollo, progreso y nuevas visiones de la sociedad. No obstante, movimientos como el feminismo han utilizado este concepto, crisis del sujeto, para poner en cuestionamiento el saber y la potestad patriarcal dominante en todas las culturas, esta nueva forma de conducir el hilo narrativo, en el caso de la novela *El exilio del tiempo*, rompe con lo estipulado por las voces narrativas masculinas, para incorporar al género narrativo un nuevo canon literario, tal como lo hacen otras escritoras, como por ejemplo Mayra Montero en su novela *La última noche que pasé contigo*, obra que abre cada capítulo con una epístola, o, Ángeles Mastretta que incorpora boleros en la novela *Arráncame la vida*.

En las novelas de Ana Teresa Torres, *Doña Inés contra el olvido* y *El exilio del tiempo*, se puede ver con claridad donde empieza la realidad y donde empieza la historia oficial, pero entre estas dos concepciones del pensamiento puesto en escena por la narradora, también se puede leer la nostalgia del recuerdo y la tristeza por el pasado y, la necesidad de reconstruirlo desde el presente como un mosaico que pierde sus piezas y éstas son necesarias inventar, porque la memoria no es del todo leal.

Todos somos productos de nuestras circunstancias, apenas residuos de ellas, los quiebres y las rasgaduras del tiempo, puros momentos discontinuos, y la violencia contra mí ejercida no era sino el eco de otra más general. Imposible de achacar a nadie, salvo entrando en las grandes generalizaciones como Historia, Tiempo y Sociedad, culpables demasiados lejanos y ahora recuerdo a mis hermanas mayores hablando de cuando papá era ministro y tenía tanto poder o mamá desesperada porque yo me fugaba con Rojas (TORRES, 2005, p. 223).

Cada palabra que se lee en la novela, es poseedora de una sutil poesía que lentamente se puede ir desgajando en cada página, intentando además de manera única, establecer una escisión entre lo íntimo femenino que vale la pena dejar constancia y huella en el recuerdo, y la realidad socio-cultural que se desvanece en una historia oficial olvidada.

La discursividad y la deconstrucción reiterativa de los recuerdos está presente en el “yo” narrador: Dice Torres (2005) finalizando la novela: “El tiempo sabía que me había dejado sola” (p.358). Es el tiempo con su imperturbable movilidad quien cuestiona todo, y decide todo, esa es la verdad que lega la narradora en sus páginas que, aunque quieren dejar vigencia de una época, siguen definiendo el presente, que desde la memoria se conecta con lo sucedido en décadas pasadas y cuyo recuerdo es necesario rescatar, la novela a lo largo de todo el relato da testimonio de esto.

La novela El exilio del tiempo y el movimiento feminista

El exilio del tiempo muestra un arraigado sentido de defensa en pro de las mujeres, que transforman su conducta y mentalidades de acuerdo a la época que les tocó vivir, la narradora incorpora en las cosmovisiones femeninas nuevos modelos de vida, tratando de superar ciertas sujeciones identitarias. El feminismo ha calado en muchas escritoras latinoamericanas, su influencia se hace notoria, aun cuando no se trasluzca claramente el fanatismo o la inclinación por este movimiento político y social.

Las diferentes mujeres, presentes en la novela, muestran una transformación y adquisición de nuevos valores, resurgen con una tendencia crítica que libera la consciencia de éstas de los disimulos de una sociedad pensada para visibilizar a los hombres e invisibilizar a

las mujeres, esto es justamente lo que presenta Ana Teresa Torres. Es una obra que le da voz a la mujer, dicho por la misma escritora en una entrevista que le concede a Julio Ortega (s/f):

La voz de la mujer no tiene nunca espacio; o quizás, en las mujeres de esas generaciones no tenía un espacio, y es una voz siempre oculta, una voz que está siempre debajo. Yo le di un papel más relevante, porque ellas son las que cuentan, los hombres no lo hacen, vienen en las cartas o en los diarios; pero esta voz es más protagónica porque está hablando (s/p).

Estas palabras reafirman que el mundo femenino, expuesto en el desarrollo de la novela, es lo que interesa mostrar, pues refleja la condición femenina de diversas épocas. Se da en cada línea un lucha por describir el pensamiento de la abuela, la madre, la hermana, las tías; son mujeres que en conjunto buscan exponer una identidad femenina, aun sin llegar a ser del todo un relato feminista, el relato tiene la capacidad de conformar una historia familiar que nace desde eventualidades muy cotidianas de una familia que describe un pasado reciente, inscribiéndose en una historia oficial que señala los cambios sociales entre las décadas, pero también los cambios de conducta de las mujeres que pasa de los convulsionados años sesenta a los años setenta.

Según Ortega (s/f) corresponde con la siguiente afirmación:

(...) el proceso de este relato biografista canjea, en un momento, la vida de los demás por la voz propia del sujeto. Lo cual hace recordar una observación de Helene Cixous acerca de la voz de la escritora, quien recibiría la suya desde la palabra materna. La palabra materna en esta novela es privilegiada: está hecha de las voces de las varias madres, abuelas, bisabuelas y tías tutelares, que son como fuentes del narrar, y también modelos de contar; favorecen, en fin, el escenario, robusto y fecundo, de la identidad del narrador (acto) o narradora (voz) (s-p).

A la narradora no le interesa hablar de un feminismo como movimiento político, económico y social, más bien quiere darle voz a esas mujeres que están atrapadas en una casa, cuyo encierro las lleva a realizar diversas actividades, este cautiverio es descrito a lo largo del todo el relato, la casa y todo los objetos que la conforman se erigen como punto de honor, pero también la narradora con el correr del tiempo presenta otra generación de mujeres más decididas, arriesgadas, valientes, son personajes cuya feminidad no está apegada ni a recuerdos de objetos en apariencias femeninos, ni a condiciones patriarcales que supeditaban el quehacer de la mujer. Ana Teresa Torres le concede un sitio especial a los personajes femeninos de la saga que empiezan a ver el mundo de otra manera, desde otras posturas y que dejan en claro las dinámicas y transformaciones de la sociedad.

Anécdota y añoranza

Como parte de la feminidad presente en la novela *El exilio del tiempo* se encuentra la idea que recorre todo el relato, la anécdota y la añoranza. La autora muestra una incansable necesidad por desnudar unos recuerdos que tal vez le pertenecieron en un tiempo pasado reciente, otros que con seguridad leyó en una historia oficial y, otros escuchó de sus antepasados. La novela propone desde una mirada estrictamente femenina otear y evocar el pasado con nostalgia.

Ahora ya todos han subido a sus habitaciones y la casa está sola, yo me quedo en el salón con ese aire de fiesta terminada porque todo está en su puesto pero mucho más que de costumbre y pienso en cómo la vida se agolpa en los objetos y cómo estamos sentados sobre tantos días, en un espacio tan pequeño como es el que ocupamos mientras nuestro amor se extiende y acaricia cada uno de los días y de las horas, las miradas lejanas, las palabras dichas por otros, tantas palabras. Quisiéramos recogerlas antes de que queden enganchadas en un árbol quemado ya hace tiempo. (TORRES, 2005, p. 24).

En cada línea Ana Teresa Torres dibuja recuerdos de opulencia, destacando de manera minuciosa el detalle de la situación que narra. Los objetos, los sentimientos, las remembranzas en su mayoría se conforman como una intrahistoria familiar barnizada en todo momento por hechos históricos, los cuales no son relatados en orden, más bien se muestran desordenadamente, así por ejemplo, cuando habla de la muerte de su “tía Malena”, muy avanzada la novela, devuelve al lector al nacimiento de ésta y alude a este acontecimiento para enlazarlo con algunos aspectos del gobierno de Guzmán Blanco.

La historia de cada una de las mujeres que muestra la novela está fundamentada en el recuerdo de un pasado inaprensible, escurridizo, volátil, el cual es mejor dejarlo escrito y descrito para que no se difumine por completo, pues en la reminiscencia se intenta:

(...) restaurar una película cuyas múltiples escenas tratamos de llenar en sus vacíos con otras escenas imposibles o ficticias, no más imprecisas que las originales sino virtuales, meros puntos de vista sutiles o perecederos, y resultante del emplazamiento del observador. De lo que se desprende inevitablemente la interrogante de si todos los recuerdos son desde el presente una construcción, aun cuando tengan la misma fuerza que los hechos, en tanto no es el recuerdo más que la borradura lenta de una figura, el signo del mar continuamente abandonando la arena, y está la memoria mucho más cerca de la invención de imágenes que de la reconstrucción de los acontecimientos (TORRES, 2005, p. 20).

El relato es construido por un entramado de situaciones y recuerdos femeninos (en su mayoría) la presencia masculina es referencial. Trata la narradora de desmitificar los discursos hegemónicos masculinos, deja en evidencia que existen otras formas de enunciación narrativas soterradas por mucho tiempo, pero que los cambios de la vida, la historia y la nueva posición

femenina hacen de estos discursos el camino encubierto que busca salvación en la palabra y voz de una mujer.

Resulta trascendental en toda la narración la descripción de objetos que están presentes en la memoria. Objetos de uso femenino y masculino, que descritos en detalle rescatan un pasado nostálgico, el cual es preciso colorear y dejar huella en la escritura. Torres en toda su novela muestra cómo los procesos “desde la mirada oblicua del género, tratan de renovar, reinventar y construir una mirada supuestamente “objetiva” y global de la historia que va quedando obsoleta” (Bruña, s/f p. 191).

La escritora con su narración profundamente descriptiva, le da un sitio a través del recuerdo a voces femeninas que se emplazan en la periferia. Esas que necesitan decir algo, contar una anécdota, nada trascendental, pero que en definitiva es valioso para que perdure una memoria, pues detrás de esa historia intrafamiliar se esconden momentos históricos que determinaron a todo un país, sucesos que no fueron muy diferentes en el resto de Latinoamérica.

Se observa en *El exilio del tiempo* (en especial cuando la narradora se centra en las descripciones de los objetos) una añoranza por los tiempos pasados. Así, el recuerdo ligado con lo anecdótico demanda su espacio dentro de lo que valdría la pena ser dicho, por lo tanto, recordado, ya que “la mirada del pasado permite, desde la intrahistoria, comprender un presente paradójico y conflictivo” (Rivas, 2013 p.102).

Toda la novela se escribe con un hilo narrador que habla de una saga familiar, donde lo cotidiano reclama su lugar, para perpetuarse en un continuo discurso que lentamente va describiendo una cantidad de situaciones en su mayoría sufridas y vividas por mujeres, son personajes que se entrelazan por consanguinidad. A lo largo de toda la novela se mencionan como protagonistas “las tías” de la narradora, unas mujeres con sus pasiones y características particulares, estos personajes recuerdan el conjunto de cuentos escritos por Ángeles Mastretta llamado *Mujeres de ojos grandes* (1990), todos los relatos también son protagonizados por el recuerdo de “unas tías”.

Sobre el recuerdo y la memoria Ana Teresa Torres en una entrevista concedida a María Antonieta Flores, sostiene que:

En la medida en que tú vas adquiriendo nuevas identidades, tus recuerdos son distintos y ves hacia atrás de una manera distinta. Entonces lo que vas a reconstruir es diferente. Entonces ya no hay una lucha entre memoria y olvido, sino una lucha de cómo veo yo lo que ocurrió, que es una forma de ver cómo me veo yo a mí misma.

La narradora urde toda la trama en una confluencia constante de remembranzas, que son necesarias historizar y sacralizar, tal vez, porque busca como forma de escape desmontar

discursos históricos que han sido contados desde diversas voces, pero las voces que hablan en *El exilio del tiempo* son personajes comunes y corrientes no son personajes históricos, ni héroes; resalta la posición social que es definida constantemente por viajes a Europa, fiestas, paseos, comidas, y en las descripciones de los objetos y muebles de la familia se hace muy obvio que estos personajes están inscritos en un sector adinerado de la Caracas de los años treinta a los setenta, tal como lo expresa León (2007): “Esta joven no logra olvidar que era miembro de una familia aristocrática venezolana; no se desconecta ni de la memoria ni del legado ancestral que lleva bajo la piel” (p.24).

La narradora por medio de su escritura ficcional, busca dejar constancia de una época que tuvo un espíritu propio, descrito con detalle minucioso, así en sus personajes femeninos se van notando los cambios de época y cómo las mujeres de su familia y de la saga en total, comienzan a adquirir posturas diferentes a las demarcadas por el patriarcado férreo de principio de siglo XX, idea que ha resumido Gajeri (2002), quien sostiene que las figuras y mitos femeninos permiten reconstruir, a través del análisis de las representaciones literarias y de las variantes presentes en el imaginario masculino, cómo el concepto de feminidad cambia con las épocas históricas y sobre todo en relación al sistema de valores patriarcales masculinos que está en el origen de las molestias textuales (p. 465).

La novela toda se va construyendo con digresiones, ya que las mujeres que se dedican al oficio de escribir “deben liberarse de la tradición y encontrar su propio camino, independientemente de los modelos elaborados por la literatura institucional” (Gajeri, 2002 p.461). Valiéndose de un argumento similar, Ana teresa Torres interpola explicaciones sobre lo que es narrar y cómo se construye un relato, también intercala de manera intempestiva y sin explicación alguna fragmentos del diario de su abuelo, en el mismo se resaltan acontecimientos históricos (como se ha dicho en párrafos anteriores) que explican el presente desde donde se sitúa la voz narradora, tal vez como forma de parodiar la historia oficial. También en medio de la narración suele incorporar cartas y canciones, así que el cruce de géneros es claro, es una forma de trascender los estilos escriturarios impuestos hasta el momento.

El tema político es una constante en la novela, pero no lo más destacado, a la narradora en esencia le interesa el alma femenina, la historia familiar ligada al recuerdo, a los objetos y a las diferentes generaciones que como huellas de la arena se borran y difuminan en el olvido, Ana teresa Torres (2005) lo expone de la siguiente forma:

Cómo distinguir entre el azar y la necesidad, cómo saber cuáles son nuestros pasos sobre la arena o las huellas ya trazadas sobre las que colocamos nuestros pasos, mansamente, sin ruido, anónimamente entre generaciones de huellas sobre la arena, que se han ido desecando junto a los corales y a los troncos y

el mar ha ido arrastrando bajo el sol, encontrarlos nos trae la pregunta ingenua de si eso es estar vivo (...) intentando trasladarnos de las cosas al centro de la historia, tratando de no olvidar que estamos hechos como todos, de barro y de silencio, de palabras rotas y gestos inconclusos (p. 73).

Constancia de un pasado que desde la añoranza y la despedida se inscribe en los recuerdos de la narradora, ficción y verdad en los puntos fronterizos de un relato, una historia familiar que cuenta el detalle más cotidiano, las peleas de los familiares, los gustos y disgustos de las abuelas, los cambios de conducta de la mujer moderna y la perpetua nostalgia de unos muebles que fueron testigos de unas vidas, unos sueños y unas esperanzas, como el diván de la “tía Malena”, donde se acostó por diez años como signo de depresión, enfermedad psicológica que en su mayoría es más exteriorizada por las mujeres.

Feminidad: símbolo de recuerdo y nostalgia

Cada uno de los personajes femeninos de la novela muestra una anécdota, que en forma de amalgama está íntimamente asociada con los objetos que interactúan simbólicamente con la familia, planteamiento que ocupa en todo el relato un lugar muy especial, pero también la añoranza y la nostalgia, para desbocar en una prosa que trasluce desesperadamente la idea de mantener presente la memoria, dejarla escrita para que los avatares del tiempo no la desvanezcan.

Ana Teresa Torres traslada al lector a planos de la nostalgia, presentando lo cotidiano y lo íntimo, aspectos que no son ajenos para quien lee la novela. Las constantes descripciones en *El exilio del tiempo* se convierten en imágenes mentales que cada lector adecuará de acuerdo a sus capacidades y a su identificación con el relato, dice Iser (2005) al respecto de la interpretación que ésta “se convierte en un proceso de diagramación del mundo abierto, y esta diagramación depende del aquí y del ahora, lo que significa que se pueden trazar nuevos mapas, o reactivar antiguos, según sea el caso” (p. 36).

Cada personaje femenino, de la novela en cuestión, contiene en sí mismo una anécdota asociada a la vida y recuerdo de la narradora, así todos los objetos descritos cumplen un rol muy similar a los personajes que cobran vida en el recuerdo y envejecen como éstos, son útiles como recurso descriptivo porque lo que busca la narradora-autora y protagonista es, ubicar de manera precisa al lector en la saga familiar, la cual gira en torno a una casa, donde se desarrollan todos los recuerdos. Entonces, la novela es:

La historia desde lo femenino o desde los otros subordinados sociales. Los espacios, los tiempos y las voces fluyen y se traman con gusto por la variación del contar, mostrando, además, una constante preocupación por la historia como temática a través del tiempo, y que tienen en común la necesidad de

mirar la historia desde espacios individuales y cotidianos, cuya metáfora es la casa o lo doméstico (OSIO, 2007, s/p).

Lo expuesto conduce a afirmar que, Ana Teresa Torres desde su particular visión estética, transita por una hermenéutica que interpreta los hechos del momento que muestra, y comprende el devenir de la feminidad, relacionándola con el mundo en el cual está inmersa, y en el que se mueve a partir de referentes sentidos y vividos, los cuales recrea y reconstruye en una historia ficcional.

La narradora habla de una emergencia de la consciencia del ser venezolano, que no difiere mucho del ser latinoamericano, hace del hecho cotidiano un acontecimiento universal, posibilitando desde su mirada femenina que las mujeres se reconozcan en las historias de su producción. Así, su discurso es innovador y trasciende a través de la búsqueda por contar lo cotidiano, la memoria y lo anecdótico:

Cómo vas pasando de la visión subjetiva a la objetiva, cómo vas trasladando esas vigencias en hechos de significados, cómo vas dejando de sentirte desde adentro para comenzar a ver en ellos, a diferenciarte tú a través de la mirada exterior. Cómo se va instalando esa disociación; una escisión del espíritu, pero al profundizarla encuentras una herida y a cada labio de la carne se hienden sus propias partes divididas, como esa separación consiste en observarte adentro desde afuera (TORRES, 2005, p. 201).

La novela muestra acontecimientos femeninos que marcaron las vidas de las mujeres que conforman la saga familiar, por ejemplo, la decepción de “la tía Olga” con el ballet, cuando ésta le pide a su padre que la envíe a París para desarrollar esta habilidad, petición que le fue negada, frustrando sus sueños, dicho en palabras de Torres (2005):

Tuvimos una artista en la familia y el fracaso de tía Olga me recordaba mucho a tía Graciela a quien yo no conocí pero me la imaginaba, como tantas otras cosas que nos llegan componiendo imágenes mezcladas de premoniciones y recuerdos, buscando encontrarles un sentido que quizás tuvieron (p.46).

Interesa a la narradora exponer una sociedad machista de la década de los setenta, y lo que significaba que una mujer se atreviera a superarse académicamente, de esto da cuenta la vida de “María Josefina”, personaje que muestra una desestabilización profunda, la autora narra las cuitas amorosa de una prima que se divorció cuatro veces, justifica esto diciendo:

(...) los maridos son como las frutas que salen hermosas o están verdes o las naranjas que a veces traen poco jugo o los carros cuando a veces vienen con defectos y no hay manera de arreglarlos o como una representación de teatro, si los actores trabajan bien, o una foto que quedó movida. Había mucho azar en estas cosas, es lo que quería decirse, porque el matrimonio es una lotería (TORRES, 2005, p. 57).

La familia con el paso del tiempo empezó a desvirtuar esta postura, pues cuando María Josefina iba por el cuarto matrimonio la idea del azar en las relaciones de pareja comienza a desvanecerse “no podíamos seguir diciendo que los hombres salían malos sino que habría que ver cómo había salido ella y qué clase de mujer era que se pasaba repasando hombres, y ya iba por el cuarto” (Torres, 2005, p. 58). La abuela de la narradora que muestra una férrea sujeción identitaria con las convicciones del momento, piensa que cambiar de marido (porque la relación no funcionó) no es lo más prudente:

Las mujeres ahora no quieren sacrificarse y no le dan importancia al hogar, ellas creen que uno se casa para que le vaya bien, que el matrimonio es para que uno sea feliz, no entienden que el matrimonio es algo para toda la vida y que, si sale bien o no, ya la felicidad es otra cosa” (TORRES, 2005, p. 59).

Se observa en las palabras de la abuela una nostalgia que busca a la mujer del pasado, a sus coetáneas, que soportaban en sus espaldas un matrimonio infeliz, para toda la vida, pero los cambios de mentalidad, aunque largos y lentos para la década que describe la narradora, ya se estaban originando. Se observa una feminidad que se libera de imposiciones en pro de una autonomía que amplía horizontes y que surcan nuevas perspectivas y activan la dinámica social femenina.

Se da en algunos personajes de *El exilio del tiempo* un proceso de identificación con los cambios culturales que tienen su referente más cercano en mayo del 68, revelando una inquietud por la evolución de las mentalidades femeninas, quienes se alejan del exiguo margen al cual la mujer estaba condenada, para transitar por un camino desconocido pero liberador, haciendo del momento actual una realidad que jamás volverá los ojos al pasado.

Los objetos hogareños en la reminiscencia del alma femenina

A la narradora de la novela *El exilio del tiempo*, le interesa describir con palabras muebles y objetos que están allí, inmóviles, pacientes, testigos silenciosos de los resquicios del tiempo, tal como lo plantea León (2007) “las cartas, fotografías, recortes de prensa y objetos abandonados debían rescatarse del olvido” (p.25). Esta es una tarea encomiable femenina, la mano de la mujer y su espíritu es capaz de resguardar estos objetos que en apariencia no presentan rasgos muy valiosos, útiles para definir el sentir femenino, son testigos mudos y anónimos, todos hablan de un recuerdo perdido que, plasmado en palabras siempre será recordado.

Interesa por ejemplo, la cafetera que todas las mañanas despierta a la familia con su agradable sensación de amanecer, la peinadora, el espejo, los manteles, entre otros objetos

descritos por la palabra de Ana Teresa Torres. Estos objetos, presentan cierto vaho terrenal, es decir, se da en esta enunciación descriptiva y figurativa la búsqueda por resaltar un apego material con lo que sus personajes habitualmente interactúan.

Los objetos enumerados frecuentemente en *El Exilio del tiempo*, presentan para los personajes femeninos de la novela un afecto material, en sí mismos contienen espiritualidad, por cuanto muchos de ellos son descritos como sucesiones de abuelas que legaron este patrimonio, y que por años ha permanecido con la familia. Los objetos son la prueba que en el recuerdo se hace tangible la añoranza y descripción en detalle de éstos, son los testigos cercanos de lo que la narradora relata.

Por eso al recordar esta silla Reina Ana que es necesario mandar a arreglar porque está desfondada, entonces, recordábamos, esta silla es de la casa de los Veroes, pero no, esta silla la compramos mucho después, pero bueno están locos, esta silla, ésta, es del juego de la antesala de mamá Isabel, pero que cosas dices, si es muy anterior, la trajo el tío Eulogio de un viaje de Inglaterra donde compró el juego completo y se lo dio de regalo a tu bisabuelo cuando se casó con Isabel (TORRES, 2005, p.32).

Además, la narradora les confiere a los objetos un tipo de vida, pues en ocasiones estos envejecen y se deterioran de igual forma que sus personajes; sus tías, sus abuelas, sus primas y amigas, en una espiritualidad ligada de manera inexorable con un mundo tangible y confeccionado para el olvido, que es precisamente lo que no quiere Ana Teresa Torres, más bien trata de mostrar un abandono del recuerdo y de los muebles que dieron vida, luz y amor a una familia, erigiéndose como la columna vertebral de toda una época vivida, reflejos de un estilo y de un momento: “veía los muebles, cómodos sillones ingleses pensados para príncipes algunas vez habitantes del palacio (...) algunas tazas de café en pequeñas mesas redondas de filo dorado” (Torres, 2005, p.17).

Recuerdos materiales que se van urdiendo con la genealogía y saga de una familia que en total está conformada por siete generaciones, que se esfuman al igual que los objetos; sujeto y objeto en la indisoluble desesperanza del tiempo que erosiona todo, y que sólo la palabra escrita rescata del perpetuo desdén del olvido.

(...) los muebles, los cuadros y piezas de arte, de valor más sentimental que económico, y también algunos muebles de estilo incierto y ligeramente deteriorados para uso del servicio y del cuarto de juego de los niños. La mudanza en realidad fue una decisión inevitable pero difícil, quiere decirse que nadie dudaba de que en algún momento se llevaría a cabo pero a la vez todos intentaban retardarlo y también hacer que otro pareciera el culpable (TORRES, 2005, p. 169).

Se puede aducir que se da en la narrativa *El exilio del tiempo*, una intrínseca conexión espiritual de sujeto y objeto, como forma indeclinable de definir una feminidad atada a

substancias materiales que determinaron un tiempo y, que barnizan los recuerdos de una familia como forma de darle vida a un relato que existió y que sólo en detalle puede ser rescatado, es la mujer que se posesiona de lo material y lo inmaterial en una amalgama de añoranza que es prácticamente imposible de hacerle una incisión.

En cuanto al recuerdo y la memoria Charmell (2013) plantea lo siguiente: “La memoria se presenta en cada acto con rasgos distintivos diferentes; el tratamiento de la memoria está presente en el hecho narrativo como depósitos de evocaciones y recuerdos propios del pasado” (p. 203). Añoranzas que dejan huella en la escritura, en la genealogía de una familia y en la formación del alma femenina.

Son las experiencias, los recuerdos, incluso los acontecimientos temáticos lo que nutren una memoria que configura una historia personal, donde la representación del pasado individual y los recuerdos personales se idealizan a medida que se va retrocediendo en el tiempo. Fotos, *souvenirs*, antigüedades, cartas, diarios íntimos, objetos personales, son los soportes necesarios de una memoria que no quiere perderse y que se embellece retroactivamente al registrarla (MILIE, 2013, p. 243).

Tal vez, Ana Teresa Torres se valga de esta afirmación para legar una identidad femenina, que busca perpetuar en la palabra cómo la mujer y todo lo que la ha determinado se reconstruye en la memoria, reinterpretando un pasado, en un juego de recuerdos que los actualiza y les concede vigencia como relato ficcional de alguna verdad depositada en los recuerdos.

Palabras finales

Ana teresa Torres de manera indirecta presenta un discurso intimista, lleno de recuerdos y anécdotas. No llega a ser autobiográfico del todo, pero la manera como la novela *El Exilio del tiempo* propone plantear unas memorias, deja ver mucho el dato autobiográfico. Esta manera de contar es uno de los géneros literarios más recurrentes expuestos por las mujeres, como una forma de desahogo, de catarsis, de encuentro con el alma femenina, de levantar la voz y exigir cambios, al respecto Gajeri (2002) postula que:

La autobiografía ha sido uno de los géneros más privilegiada por las mujeres; sin embargo éstas han acentuado la forma no alta de la autobiografía, el estilo descuidado coloquial, sin ambiciones literaria, casi una especie de elaboración privada (p. 457).

Características que se pueden ver claramente en *El exilio del tiempo*, solo que Ana Teresa Torres le imprime a su obra una gran carga poética, donde lo cotidiano conjugado con el recuerdo se vuelve sublime y, lo común y corriente se transforma en objeto estético de valor

artístico que perpetúa una memoria, abriendo diferentes caminos a las mujeres de las nuevas generaciones.

Ana Teresa Torres desde sus particulares conocimientos de psicología, busca enredar al lector en un caudal de hechos históricos que son contados por voces comunes y corrientes, pero especialmente son las mujeres los sujetos de enunciación, no le importa combinar géneros, valiéndose de una intertextualidad que le confiere a su producción un matiz muy genuino, demuestra cómo resulta interesante esta hibridez, subvirtiendo los convencionalismos temáticos impuestos hasta el momento por la escritura canónica. Registra la experiencia femenina desde lo social, lo espiritual, lo estético y lo psicológico. Se da en toda la novela *El exilio del tiempo*, una denuncia clara contra el patriarcado y un interés pronunciado por mostrar el mundo íntimo de la mujer:

Por fin puedo contar algo propio, he llegado a ser mujer y he adquirido la feminidad, aunque más que adquisiciones de momento encuentro muchas interdicciones nuevas. Mi cargadora dice que ya no puedo ir a la piscina porque no es bueno bañarse cuando me venga la regla. Papá dice que no debo ir sola con el chofer al colegio (TORRES, 2005, p. 187).

Lo íntimo interesa contar a las mujeres, aspecto que indica que la mujer escritora contemporánea rompe con el *statu quo* para poder organizar universos que se corresponden con su realidad, que incluye la biología demarcada siempre por el hecho mismo de pertenecer a un sexo específico que le otorga unas características naturales, sin hacerla mejor o peor que el hombre, sencillamente natural, entonces lo íntimo y cotidiano, barnizado por el recuerdo y la memoria, se puede volver lírico, poético y valioso para ser narrado.

Referencias

- BRUÑA, María. (s/f). “Novelar la historia desde los márgenes: Ana Teresa Torres.” Documento PDF en línea.
- CASTELLANOS, Rosario. “Toma de consciencia”. En: *Poesía no eres tú*. Obra poética (1948-1971). México: Fondo de Cultura Económica. 2004.
- CHARMELL, Adaias. “Memoria y recuerdo: permanencia y olvido en la escritura femenina. En: *La mirada femenina desde la diversidad cultural*. Comp. Febres, Laura (2013). Caracas: Universidad metropolitana. 2013.
- FLORES, María. Entrevista en ocasión de revisar algunos aspectos de la novela de esta escritora llamada, *Los últimos espectadores del Acorazado Potemkin*. Autora Ana Teresa Torres. 2002.
- GAJERI, Elena. “Los estudios de mujer y los estudios de género. En: Gnisci, A. (Comp). *Introducción a la literatura comparada*. España: Editorial Crítica pp. 441-482. 2002.

- ISER, Wolfgang. *Rutas de la interpretación*. México: Fondo de Cultura Económica. 2005.
- LEÓN, Ana. “Historia e intrahistoria en El exilio del tiempo (1990) de Ana Teresa Torres”. En: *revista de Literatura hispanoamericana*. Enero-junio N° 54. Pp. 20-37. 2007.
- MENESES, Julio. La desconstrucción del tiempo de la historia a través de la ficción en la novela “El exilio del tiempo” de Ana Teresa Torres. En revista digital *Especulo* N° 26. En: <https://pendientedemigracion.ucm.es/info/especulo/numero26/atorres.html>. Consultado el 21-04-2014.
- MILIET, María. “La memoria como sustento y andamiaje de lo que somos”. En: *La mirada femenina desde la diversidad cultural*. Comp. Febres, Laura Caracas: Universidad Metropolitana. 2013.
- ORTEGA, Julio. (s/f). *Ana Teresa Torres y la voz dirimente*. En: <http://www.galeon.com/froblesortega/anateresatorres.htm>. Consultado el 01-05-2017.
- OSIO, Olga. “El proceso de identidad a través de la anécdota, el recuerdo y la memoria. (En las obras El exilio del tiempo y Doña Inés contra el olvido de la Escritora Ana Teresa Torres)” En: *Letras* v.49 n.74, 2007, Caracas. Disponible En: http://www.scielo.org.ve/scielo.php?pid=S045912832007000100005&script=sci_arttext. Consultado el 12-05-2017.
- RIVAS, Luz. *La novela intrahistórica*. Mérida-Venezuela. Ediciones el otro @ el mismo. 2004
- TORRES, Ana Teresa *El exilio del tiempo*. Mérida-Venezuela: Ediciones *El otro el mismo*. Producciones Carol. 2005.

Artigo recebido em 4 de fevereiro de 2018
Aceito para publicação em 26 de julho de 2019

A MULHER EXECUTIVA NA ATUALIDADE: A CONSTRUÇÃO DA LÍDER FEMININA¹

EXECUTIVE WOMEN IN THE PRESENT: THE CONSTRUCTION OF THE FEMALE LEADER

Luciana Carmona Garcia MANZANO*
Adilson do Nascimento GOMES**

Resumo: Este artigo busca observar o funcionamento do discurso da mídia empresarial na construção da imagem da mulher executiva na contemporaneidade, momento histórico-social configurado pela conquista de um espaço de liderança para a mulher, mas também momento em que o discurso machista atravessa essa conquista e transforma o espaço em lugar de luta pelo direito de ser mulher e empresária. Para tanto, analisamos duas reportagens da revista empresarial HSM Management, direcionadas aos profissionais do mundo corporativo, que tratam da mulher de negócios, a partir dos estudos em Análise do Discurso, especialmente das reflexões de Michel Foucault. Os resultados mostram que a hegemonia histórica construída sobre o homem como líder executivo ainda pauta a construção da mulher no meio empresarial.

Palavras-chave: Mulher; discurso empresarial; gênero.

Abstract: This paper seeks to observe the operation of the business media discourse in the construction of the executive woman image in contemporaneity, a social-historical moment configured by the conquest of a leadership space for women, but also at a time when the sexist discourse crosses this conquest and changes the space into a fighting place for the right to be a woman and a businesswoman. Therefore, we have analyzed two articles in the business magazine HSM Management, aimed at professionals in the corporate world, who deal with businesswomen, based on the studies in Discourse Analysis, especially from Michel Foucault's reflections. The results show that the historical hegemony built on the man as executive leader still guides the construction of women in the business environment.

Keywords: women; business discourse; gender.

O mundo corporativo clama para si uma responsabilidade pelo dinamismo, justificado por uma necessidade de atendimento às demandas crescentes do mercado globalizado, cujas alterações emergiram de um contexto de formação de blocos econômicos e do estabelecimento de novas alianças entre os países, culminando, assim, na internacionalização dos mercados, visto que a globalização é configurada, na própria esfera corporativa, como a “[...]”

¹Este artigo é uma análise avançada à qual os autores se dedicaram a partir dos resultados da dissertação de mestrado intitulada «A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO EXECUTIVO NO/PELO DISCURSO DA REVISTA HSM MANAGEMENT», defendida em 2016, na Universidade de Franca – SP.

* Doutora em Linguística – Programa de pós-graduação em Linguística – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar – campus de São Carlos. São Carlos, SP – Brasil. Bolsista FAPESP. Docente permanente e atual coordenadora do Programa de Pós-graduação em Linguística – UNIFRAN. E-mail: lcgmanzano@gmail.com.

** Mestre em Linguística – Programa de Mestrado em Linguística – Universidade de Franca – UNIFRAN. Franca, SP – Brasil. Docente de graduação – Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES. E-mail: adilson.informativos@gmail.com.

intensificação em escala mundial de fluxos econômicos financeiros, culturais, religiosos, associativos e reivindicatórios” (MODESTO, 2006, p. 01).

Nesta esteira de grandes transformações no cenário econômico mundial, as práticas discursivas dentro das corporações se organizam ora para atender às demandas existentes dentro das empresas, ora (re)atualizando os discursos que emergem da sociedade e que passam a fazer parte do cotidiano das corporações ao redor do mundo, atualizando sujeitos que se constituem pelos discursos próprios a uma esfera do mercado econômico.

Diante do exposto, direcionamos nosso olhar, neste artigo, para o funcionamento do discurso da mídia empresarial sobre o mercado corporativo e como a imagem da mulher de negócios é construída no/pelo discurso da/na *Revista HSM Management*, publicação que se insere no contexto do mundo de negócios como revista especializada, pois se designa como tal.

O objetivo deste artigo é, à luz da Análise do Discurso de linha francesa, verificar como a revista constrói a mulher como executiva de negócios na contemporaneidade. Buscamos, a partir de duas reportagens direcionadas aos profissionais do mundo corporativo, perceber como o discurso da *Revista HSM Management* constrói o perfil da executiva de negócios, numa era marcada pela globalização.

Nosso material de análise se compõe de duas reportagens: *Bacardi moderniza gestão, com mais mulheres* e *Melissa, a líder de 2040*, veiculadas nas edições 104 e 107, respectivamente, na *Revista HSM Management*.

Para proceder às análises, assumimos os pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do discurso de linha francesa que, de acordo com Gregolin (2003, p. 25) “[...] confluem a língua, o sujeito e a história”, e que nos auxiliam a refletir sobre como se constitui o sujeito executivo moderno de acordo com os discursos que circulam na chamada mídia especializada e como os discursos funcionam como prescrições ao trabalho do executivo na contemporaneidade. A partir dessas indagações, tomamos como base as concepções de discurso de Foucault (2008), visando compreender de que modo os discursos presentes neste tipo de mídia podem contribuir para a circulação de estereótipos sobre os sujeitos em sua atividade de trabalho.

A mulher nas relações de trabalho

No decorrer da história, em diferentes períodos e lugares, a presença da mulher nas relações de trabalho se caracteriza pela assimetria nas relações e nos direitos. Essa assimetria

que reforçou e continua reforçando a desigualdade de papéis e de funções entre os gêneros na sociedade é ainda muito intensa, mesmo após tantos movimentos e conquistas.

Desde o início das civilizações delimitaram-se os espaços e as funções que cada um deveria assumir na sociedade. Esses papéis eram bem marcados: o espaço do homem era o espaço social, o espaço dos negócios, da política e a função de prover e proteger a família, ou seja, ao homem ficou designada a função pública do trabalho. O espaço privado do trabalho ficou delimitado à mulher. A reprodução, a casa, os filhos e o próprio marido.

Essa divisão dos papéis que, de acordo com SOUZA & GUEDES (2016), está baseada na relação social de sexo, naturalizou a assimetria que existe entre homens e mulheres em todas as relações. Não diferentemente, nas relações de trabalho essas assimetrias são reflexo da história das relações “hierarquizadas, marcadas pela exploração e opressão de um sexo em contraponto à supremacia do outro” (SOUZA & GUEDES, 2016, p. 125).

De acordo com Uchoa (2016, p. 122),

nos tempos antigos, a sobrevivência das famílias dependia da distribuição das tarefas que cada membro devia cumprir. Essa distribuição se realizava com base nas qualidades ou habilidades físicas de cada pessoa. Dessa forma, as mulheres foram incumbidas de serem mães a tempo completo, enquanto os homens deveriam aventurar-se fora das paredes das cavernas para buscar o sustento das famílias.

A descrição de Uchoa (2016) nos remete a relações de trabalho baseadas em “relações de sexo”. O homem podia circular dentro e fora das cavernas, podia aventurar-se para trazer alimento, enquanto a mulher ficava relegada a ser mãe em tempo integral.

Essa dupla divisão social do trabalho, em público e privado, fomentou sentidos históricos de que “as atividades masculinas eram consideradas dignas de glória e imortalidade” (LODI, 2006), e assim o trabalho masculino passou a ser considerado um trabalho de prestígio.

Esses papéis começaram a se alterar a partir da 1ª Guerra Mundial (1914), quando as mulheres começaram a ingressar no mercado de trabalho. As mulheres precisaram assumir as frentes de trabalho, pois muitos homens foram para as frentes de batalha. Neste momento a configuração de gênero passa a mudar. Para garantir o sustento da família as mulheres passam a assumir os negócios de família, a trabalhar na agricultura e a ocupar atividades antes realizadas pelos homens.

Historicamente, mesmo não se eximindo dos afazeres do lar, mas dobrando sua jornada e carga de trabalho entre o emprego formal nas indústrias ou agricultura e o já naturalizado trabalho doméstico, esses fatos se tornaram um fator histórico para as liberdades femininas.

A busca por uma mão de obra mais barata nos processos de industrialização e urbanização, que seguiram o período de guerras, deu continuidade ao processo iniciado lá no período de guerras (I e II Guerra Mundial).

Quando se distingue e se conceitua as categorias gênero e trabalho distintamente, é possível se visualizar uma nova definição para definir força de trabalho. Além do quê, a partir daí se percebe que o capital transita entre os gêneros masculino e feminino, evidenciando as discriminações que ocorrem, tanto com o intuito de “encontrar a mão-de-obra ideal”, como de “sexualizar ou generificar” as ocupações. Nesse enfoque, o gênero destaca-se não como simples categoria, mas como requisito necessário e imprescindível na estrutura social e nas relações de trabalho. (LODI, 2006)

Para o sistema capitalista é interessante financeiramente ter um trabalhador que se possa pagar menos. A obtenção do maior lucro sobre a exploração do trabalho do outro, foi um dos fatores importantes para o ingresso da mulher no mercado de trabalho.

A constituição do sujeito moderno

Foucault (1995, p. 231), inicia o seu texto *O sujeito e o poder* explicando que o foco de seus trabalhos sempre esteve no sujeito e que seu objetivo “[...] foi criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornam-se sujeitos”. O sujeito, deste modo, é histórico, produzido em diferentes períodos históricos, constituído de formas diferentes ao longo do tempo, ou, dizendo de outro modo, o sujeito é produto de uma determinada época. Sendo o sujeito produto do processo histórico e constituído pelos discursos de determinada época, compreendemos que o sujeito se constrói no e pelo discurso, já que o discurso também é histórico e:

[...] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência [...] é de parte a parte histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade. (FOUCAULT, 2008, p. 132-133).

Da mesma forma que o discurso, que constitui os sujeitos na história, o sujeito está inserido em uma movência, está sujeito a alterações e modificações. O sujeito constituído por estes discursos, na sociedade, está igualmente em constante movimento em seu processo de constituição: assim, para cada situação e momento histórico os discursos produzem sujeitos distintos.

O sujeito é produzido, então, nas relações discursivas em que ele é inserido. Isto é, de acordo com o conjunto de enunciados que emergem dentro de determinada situação enunciativa. Para Gregolin (2006, p. 92), “[...] o que torna uma frase em um enunciado é o fato

de podermos assinalar-lhe uma posição de sujeito”, o que confere a importância da relação entre sujeito e discurso. Portanto, compreender a noção de posição de sujeito nos ajuda a desfazer-nos da ideia de um sujeito empírico que fala (ainda que não se desconsidere a existência deste sujeito concreto) e apreender que o sujeito do discurso se inscreve na instância do próprio discurso, ou seja, o sujeito:

É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia - ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma (FOUCAULT, 2008, p. 107).

Para Foucault (2008), o discurso é um conjunto limitado de enunciados e o estatuto de enunciado se dá com a atribuição de um sujeito que ocupe o lugar de sujeito do enunciado – não há enunciado sem sujeito. Esse sujeito se apresenta de acordo com o domínio de objetos específicos e do conjunto de proposições que compõem o campo específico do enunciado, pois não se “[...] entra na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for qualificado para fazê-lo” (FOUCAULT, 2013, p. 35).

Assim sendo, o sujeito não é um dado que existe antes e fora do discurso, pois é o discurso que o constrói. O sujeito não é dado *a priori*, ele é o produto dos discursos e, como os discursos estão em constante movência, o sujeito está em constante mutação.

Processos de constituição dos sujeitos

Retomando o texto *O sujeito e o poder*, Foucault (1995) afirma que o objetivo central de suas pesquisas foi criar uma história de como os indivíduos se tornam sujeitos. Procurou então demonstrar como um indivíduo se constitui sujeito a partir de dois processos: o de objetivação, que diz respeito ao(s) modo(s) como o sujeito se torna, historicamente, objeto de conhecimento; e o de subjetivação, que trata do modo como o próprio indivíduo se reconhece sujeito de um dado conhecimento. Esses dois processos funcionam conjuntamente, de modo integrado e dependente. Eles constituem “[...] procedimentos que concorrem conjuntamente na constituição do indivíduo” (FONSECA, 2011, p. 28). O processo constitutivo dos sujeitos, de acordo com Fernandes (2012, p. 74), se dá “[...] pela produção de subjetividade que possibilita, em acepção foucautiana, a objetivação dos sujeitos”.

Dos três modos de objetivação de que trata o autor (o estatuto científico, as relações de produção e a objetivação como ser biológico), interessa-nos observar mais atentamente a objetivação do sujeito produtivo, “[...] do sujeito que trabalha na análise das riquezas e na

economia” (FOUCAULT, 1995, p. 231). Ou seja, o indivíduo, quando passa a fazer parte das relações de produção e de significação, constitui-se sujeito. Neste contexto, observar a constituição do sujeito que trabalha na produção de riquezas explica, de acordo com Foucault, que o olhar histórico e a análise da teoria econômica lhe forneceram dados para observar a constituição do sujeito pelas relações de produção.

Os processos constitutivos que nos interessam para esta análise são o(s) modo(s) pelo(s) qual(is) o indivíduo torna-se sujeito corporativo, ou seja, sob que efeitos da ação social e política sobre o indivíduo, ele se constitui sujeito. Coracini (2009, p. 30), explica que: “[...] a subjetividade é o produto de dispositivos colocados em prática, de agenciamentos [...] que dão lugar a um eu inserido num dado momento histórico-social”.

As subjetividades promovem a adesão dos sujeitos, levando-o a assumir, como suas, determinadas práticas discursivas e sociais. Ao assumir uma determinada identidade, o indivíduo se objetiva, ou seja, torna-se objeto de um saber.

No caso específico deste artigo, o sujeito na *Revista HSM Management* é produzido pelo discurso da revista quando é incitado, por meio de coerções sociais de seu campo de atuação profissional, por meio do contexto sócio-histórico contemporâneo, a assumir uma determinada postura frente aos pares e a transmitir determinados dizeres. Ao se apropriar dessas práticas discursivas, assumindo como sua uma identidade, de executivo, de líder, por exemplo, torna-se sujeito legítimo e, ao mesmo tempo, objeto da corporação.

Assim, nos deteremos, nesta análise, nas formações discursivas que se confrontam nas reportagens da revista no que concerne à presença da mulher executiva na corporação moderna. Por formação discursiva, filiamo-nos ao conceito de Michel Foucault:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (FOUCAULT, 2008, p. 43, grifo do autor).

A regularidade dos enunciados determina a existência de uma Formação Discursiva (FD) e é na medida em que esses enunciados se apoiam em uma FD que podemos dizer que se trata de um discurso. Uma FD é um conjunto de enunciados que, em sua emergência, são passíveis de ordenação e correlação de modo regular. Segundo Foucault (2008, p. 135), “[...] um enunciado pertence a uma formação discursiva, como uma frase pertence a um texto, e uma proposição a um conjunto dedutivo”. Reconhecer uma FD em um discurso é reconhecer grupos de enunciados que mantêm uma relação entre si.

A ordem do discurso opera uma seleção do dizer: uma interdição. Essa interdição se apoia na história e nas instituições que determinam o que deve ou não ser dito, pois “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos” (FOUCAULT, 2013, p. 08).

Essa regularidade dos enunciados, que acabam por compor uma FD, está ligada a uma base histórica e institucional de onde advêm as leis do que pode ou não ser dito em um determinado momento e lugar. Assim, o analista pode encontrar regularidades de existência para os enunciados.

A mulher no mundo corporativo na revista HSM Management

Nosso olhar analítico para o material de análise buscará demonstrar ao leitor que, por meio do funcionamento discursivo em que se pode observar um embate de FDs, o discurso da revista desenha um perfil de executiva que esteja alinhado com as concepções do executivo homem. Para efeito de comparação, nomearemos essas FDs como FD Machista e FD Feminista.

As reportagens “Bacardi moderniza gestão, com mais mulheres” e “Melissa, a líder de 2040” apresentam uma forma de perpetuação dos discursos sobre a mulher nos espaços corporativos dominados historicamente por homens. Os textos que poderiam ser entendidos como uma ruptura de paradigma, ao inserir a imagem de uma mulher como protagonista da corporação (FD Feminista), caracterizam-se por uma forma de conservação dos discursos que preterem as mulheres aos homens nas corporações (FD Machista) e consolidam a hegemonia do homem através da história nesses espaços de trabalho. A mulher, nos dois textos, é construída a partir do modelo masculino e sua presença nas empresas precisa estar subordinada ao homem.

A reportagem foi veiculada na edição 104 (maio/jun.), de 2014, da *Revista HSM Management*, no *Caderno de Liderança e Pessoas* (p. 100-106). Reproduzindo um discurso de exclusão silenciosa que se impõe às mulheres todos os dias dentro das corporações ao redor do planeta, a reportagem traz como modelo a figura feminina em altos cargos de gestão nas empresas e desenha o perfil da corporação de acordo com a visão da executiva entrevistada – o que se alinha a uma regularidade da FD Feminista. Vejamos:

Figura 1 - Panorâmica da reportagem Bacardi moderniza gestão, com mais mulheres.

BACARDI moderniza gestão, com mais MULHERES

A operação brasileira da fabricante de bebidas não recebe muita atenção da matriz, porém uma história de mudança começou a ser escrita em 2012. E incluiu um programa de liderança feminina



Assessoria de Comunicação
Bacardi Rum e Cachaça
HSM Management

Uma mudança profunda foi iniciada dois meses antes da substituição brasileira de Bacardi, a Empresa Brasileira de Bebidas, por rum e cachaça. Além de comprar o nome e o número de corpos de liderança e mudar sua composição, foi dada a tarefa à paridade das mulheres.

O COMEÇO DA VIRADA

A história é conhecida. Depois de uma negociação, em 2012, a Bacardi Brasil passou a ser gerida por uma mulher, a brasileira Mariana de Fátima. Ela não hesitou em assumir o cargo, porque a empresa não esperava mais que ela fosse apenas uma mulher.

Desde o desenvolvimento inicial do aperitivo, no início de 2012, o cargo foi assumido por Fátima de Fátima, que inicialmente não era a Bacardi brasileira, mas sim a sua substituição: um executivo homem, com perfil voltado para negócios. De fato, ela fez o mesmo: para manter nas mãos, precisava mostrar rapidez para mover rápido, precisava de pessoas que fossem a diferença. Por isso, uma de

das primeiras iniciativas foi criar uma diretoria de recursos humanos, algo que não estava na prática. "Havia um grupo de líderes de departamentos, que se reuniam no dia-a-dia", lembra Mariana de Fátima. Ela também criou a área de gestão de pessoas, com foco em "recrutamento e desenvolvimento", e uma paridade pelo "topo".

A implementação aconteceu, e a Bacardi Brasil. "Eu não me sinto a dona que não trabalha mais, mas sim a dona que não trabalha mais", afirma Mariana de Fátima.

Uma das suas metas, a substituição de uma pessoa, gerando a promoção para mulheres e homens, estratégia econômica e estratégica. O número de posições em nível de gestão e direção, por exemplo, aumentou de 200 funcionários, que foram contratados, para 300, com foco em mulheres e homens, com foco em liderança e gestão de pessoas, com foco em liderança e gestão de pessoas.

O grupo executivo, que atua em nível de gestão, representa 25% do total de funcionários, com foco em liderança e gestão de pessoas, com foco em liderança e gestão de pessoas.

Assessoria de Comunicação
Bacardi Rum e Cachaça
HSM Management



Fonte: HSM Management, edição 104(2014, p. 100-101).

O enunciado destacado na imagem panorâmica da revista (Figura 1) traz o dizer *Bacardi moderniza gestão, com mais mulheres*. O ato de modernizar a gestão corporativa tenta colocar, verbalmente, a mulher como personagem principal desse processo dentro das corporações e em lugar de destaque, porém, o paradigma de leitura da sequência intradiscursiva que se inicia com **Bacardi** em negrito e termina com **mulheres** sugere que, ainda, o protagonismo não pertence às mulheres. Ou seja, o sujeito gramatical coincide com o sujeito protagonista, responsável pela ascensão das mulheres na esfera corporativa. A mulher, como a análise pretende demonstrar, é constituída e construída como executiva pelo homem, ou seja, por um modelo de mulher que é o ideal dentro de uma configuração balizada pelas práticas sociais cujo modelo é masculino. O enunciado irrompe relacionando-se com discursos que, historicamente, tratam de colocar a mulher em espaços menos privilegiados nas corporações. Cria efeitos de sentido de que o mercado está se abrindo para as mulheres e que as competências e habilidades que elas possuem são, na atualidade, necessárias para o sucesso de qualquer corporação ao redor do mundo.

O texto da reportagem materializa efeitos de sentido de que sobre o sujeito mulher pesam sentidos associados à fraqueza, inabilidade para o mundo corporativo, incompatibilidade com viagens de negócios, família e maternidade e para as atribuições da profissão, um sujeito mulher é construído de acordo com as habilidades que o executivo homem acredita serem necessárias. Assim, o discurso instaura um sujeito mulher executiva que precisa de um homem ao seu lado para desenvolvê-la e formatá-la como um sujeito executiva dotada de qualidades, capacidades e especificidades para o cargo de gestão.

Um dos elementos que usa para demonstrar essa desconstrução discursiva da hegemonia masculina sobre o feminino ocorre quando a CEO afirma que na *Bacardi Brasil*, após o programa *Woman Leadership*¹ “Até o departamento financeiro agora tem mulheres” (SILVA, 2014, p. 102). A fala da CEO, que poderia ser pautada em algo comum – pois se o profissional tem capacidade, deveria circular por qualquer setor da companhia – é uma fala que exprime satisfação e entusiasmo, pois se trata de uma mudança de paradigma que a modernidade está proporcionando, inserindo mulheres mesmo onde os discursos tratam de constituí-la como incapaz, ou em setores e áreas que se acreditam serem mais masculinas, assim como o setor financeiro, por exemplo.

Inserido em um discurso que delinea o espaço para as mulheres na corporação, os temas de uma capacitação do programa *Woman Leadership* emergem fazendo com que os reflexos de um discurso consolidado sobre a mulher, no mercado corporativo, se materializem em um treinamento para liderança feminina. A materialidade desse discurso se dá em forma de “um seminário pela *web* que discutiu temas como **segurança e autoconfiança**, abordando desde como **se colocar em uma mesa de liderança** até como **se fazer ouvir**” (SILVA, 2014, p. 104, grifos nossos). A escolha dos temas abordados nesse treinamento faz emergir o lugar da mulher na sociedade, segundo um olhar machista. Discurso enraizado e sedimentado sobre a presença da mulher na sociedade.

Mesmo dentro de uma empresa que, segundo a reportagem, busca inserir a presença feminina nos cargos de liderança, em todo o mundo, deixa transparecer um discurso que defende ideias de que as mulheres precisam aprender a se colocar em uma mesa de liderança, possivelmente por acreditarem que as mulheres nunca tiveram voz e agora, que o mercado se abre para elas, não sabem usá-la. Os temas são reflexos de uma crença de que as mulheres precisam ser treinadas, capacitadas e instruídas, pois não é constitutivo delas – segundo a FD machista reproduzindo o enunciado que apresenta o programa de treinamento – ter autoconfiança e equilíbrio emocional para lidar com a pressão, por exemplo.

Importante destacar que esse processo de construção dessa líder feminina é pautado em bases masculinas. Silva (2014), explica ainda, que a executiva recebe treinamento de dois mentores:

A cada uma das líderes participantes foi atribuído um mentor, que, no caso de Raquel, é Robert Furniss-Roe, presidente da empresa nos Estados Unidos. Os dois interagem regularmente, em teleconferências e encontros presenciais, para discutir tanto desafios da carreira como questões de negócios. Paolo Perego, presidente da região latino-americana, também acompanha a

carreira de Raquel, como se fosse um segundo mentor. (SILVA, 2014, p. 100-101, grifos nossos).

Diante do exposto, o discurso, na tensão entre as Formações Discursivas Feminista e Machista, constitui um sujeito executivo feminino com uma roupagem masculina, uma profissional mulher formatada para agir e pensar como homens, pois o sexo feminino, como o presente no discurso, apresenta um despreparo histórico para essa atividade profissional, um descompasso em relação aos executivos do sexo masculino. Os temas dos cursos direcionados à formação executiva feminina resgatam, na historicidade, o lugar que sempre foi, ao longo da história, dedicado às mulheres, o lugar do silêncio e da exclusão na sociedade e neste momento específico, dos altos postos de trabalho dentro das grandes corporações.

Mesmo a empresa contando com cerca de 30 líderes mulheres na Bacardi no mundo (Figura 02), são os homens que cuidam do acompanhamento da carreira da executiva, assim como dos assuntos de negócios. Tal postura fortalece o discurso de que a mulher precisa de orientação e supervisão masculina diferente do discurso que o programa tenta difundir na empresa de que “[...] o programa mundial de liderança da Bacardi valoriza as mulheres que se destacam em cargos de liderança em seus respectivos países com o objetivo de facilitar a ascensão delas” (SILVA, 2014, p. 103). Existe uma relação institucional de poder do homem sobre a mulher que deixa evidente que ela precisa passar pela tutela do homem para se legitimar como executiva.

Entendemos, assim, que o programa de liderança feminina, o *Woman Leadership* se insere em uma prática discursiva, que está como toda prática discursiva, conectada a outras.

A discursivização da modernidade como pressuposto para a presença feminina nos altos cargos de gestão constitui os sujeitos para a mudança. A constituição do sujeito executivo nessa reportagem também trata de preparar o executivo homem para a mudança, que segundo o dizer, nesta reportagem, é algo constante. Como elenca Silva (2014, p. 104), “será mais um desafio de mudança de processo cultural, mas reforçará a interface global e a transição para uma empresa mais matriarcal, o que aumenta o acesso à informação”.

O artigo *Melissa, a líder de 2040*, da edição 107, no *Caderno de Liderança e Pessoas*, entre as páginas 90 e 94, trata da figura da executiva mulher nas corporações contemporâneas, tendo como escopo as alterações empreendidas nas organizações ao longo da história.

O texto, assim como em *Bacardi moderniza gestão, com mais mulheres*, traz a ideia de contemporaneidade, com a inserção da mulher no mercado de trabalho. A reportagem promove uma reflexão sobre o desenvolvimento do atual líder e elenca que as mudanças seguirão

ocorrendo, de acordo com a movimentação da sociedade e, principalmente, a postura na preparação, para dominar esse mercado, empreendidas pelas mulheres no mundo.

Figura 2 – Melissa, a líder de 2040.



Fonte: HSM Management (2014, n.p.).

O enunciado imagético traz a imagem de uma mulher (Figura 2) em primeiro plano (regularidade de uma FD Feminista), vestida com um terninho preto, carregando uma bolsa executiva, de pé, sobre uma caixa de madeira, segurando uma luneta que aponta para fora do enquadramento da fotografia. Atrás dela, dois homens também vestidos de terno, com maletas executivas, sobre caixas de madeira menores, apontando suas lunetas, respectivamente, para a esquerda e para a direita. A imagem, que indica uma posição de liderança da mulher frente aos homens, não os coloca em desfoque, o que permite interpretar que, ainda que em posição de liderança, a mulher não está acima deles. Esse primeiro plano do enunciado imagético colado aos enunciados que elencam as capacidades das mulheres que serão reconhecidas em 2040 – e que resultará, no futuro, de acordo com o discurso da revista, em mais mulheres ocupando cargos de liderança nas maiores corporações do mundo – coloca a figura da mulher, nas corporações, em evidência. Melissa, a suposta líder de 2040, fará com que o perfil das corporações mude muito com a presença da mulher que terá um:

[...] estilo mais empático, como o feminino [...]. Quando mulheres como Melissa chegarem ao comando das empresas, seus colaboradores seguirão seu modelo. O ambiente de trabalho tenderá a ser menos autoritário e mais colaborativo (FÁVARO; KARLSSON; NEILSON, 2014, p. 93).

Os enunciados estão ligados a redes de discursos existentes na sociedade sobre a mulher e que não as deixam emergir como profissionais que chegam ao topo da carreira no ambiente corporativo. Além disso, existe certa prerrogativa de feminilidade, que não se descola do gênero.

Na imagem (figura 2), três executivos estão em um espaço aberto, possivelmente em uma praia, em um período de maré baixa, o que se percebe pelo desenho das ondas formado na areia e sobre uma caixa eles observam algo através de uma luneta, o que nos dá elementos para interpretar que o que se observa pode ser um **mar de oportunidades** que está por vir.

Como a reportagem constrói um sujeito mulher e lhe designa Melissa, a imagem da mulher produz um efeito de colagem para essa designação: ela é Melissa. Em primeiro plano, ela traz sua bolsa pendurada ao ombro, enquanto os dois executivos têm suas maletas mais ou menos próximas de si. O executivo negro, por exemplo, tem sua maleta mais próxima de si que o executivo branco, possivelmente demonstrando também a formação de líderes minoritários, hoje, nas corporações.

Melissa, em relação ao plano que ocupa, e por trazer a bolsa pendurada ao corpo, está em posição de destaque em relação aos outros dois executivos que mantêm suas maletas no chão, não tão próximas ao corpo. Outro elemento que destaca Melissa é a altura e o tamanho da caixa de madeira que ela usa para olhar o horizonte, uma caixa mais alta que a caixa dos outros dois executivos, assim como a caixa do executivo negro, em pequena proporção, mas, mais alta e maior que a caixa do executivo branco.

O primeiro plano em que Melissa se encontra no enunciado imagético é discursivizado pelo enunciado linguístico como o lugar da preparação acadêmica para assumir tais postos de trabalho no futuro supondo que:

Ela terá tido muitas experiências empreendedoras, de liderança e de colaboração desde o colégio. Como é curiosa e **inovadora**, talvez tenha inventado algo, como um aplicativo, ou desenvolvido paixão por **nanotecnologia** ou mobilidade urbana. **Fala fluentemente** mais de um idioma estrangeiro e conhece um pouco de uma ou duas linguagens de programação. (FÁVARO; KARLSSON; NEILSON, 2014, p. 92-93, grifos nossos).

Esse lugar acadêmico, o lugar de formação que pressupõe habilidades desenvolvidas ao longo do tempo, emergem na reportagem como características que supõem preparação técnica e acadêmica para assumir a liderança no futuro.

Sua fisionomia pode ser interpretada como de motivação, confiança e seriedade. Sua bolsa pendurada indica que está preparada para sair, para assumir riscos, para ingressar prontamente neste mercado; indicam não apenas a determinação para assumir novos desafios, mas também a preparação para fazê-lo.

Na reportagem, os enunciados dão conta de elencar as qualidades femininas e atrelar essas características às corporações do futuro. Em um momento em que os discursos, no mundo corporativo, tratam da satisfação no trabalho, na construção de um líder com características contemporâneas, o discurso da revista vai, passo a passo, atrelando essas qualidades femininas às corporações:

Melissa ainda **saberá** como extrair insights de modo mais rápido e coletivo do que é possível hoje [...] Melissa **precisará** ter amplo conhecimento de sistemas, tanto humanos como tecnológicos, **será** mestra em compreender a maneira como a informação flui em um contexto de relações entre as pessoas da organização e parceiros. (FÁVARO; KARLSSON; NEILSON, 2014, p. 93, grifos nossos).

A reportagem, a partir dos verbos no futuro do indicativo, busca nos levar a crer que, no futuro (e somente lá), será impossível manter um discurso de exclusão em relação às mulheres no mercado corporativo. Ao observarmos a imagem, essa sensação se estende aos negros e a outros grupos que não conseguem se inserir nesse mercado. De acordo com Gregolin (2004, p. 32), “[...] para Foucault entre o enunciado e o que ele enuncia não há apenas relação gramatical, lógica ou semântica; há uma relação que envolve os sujeitos, que passa pela história, que envolve a própria materialidade do discurso”. Essa relação que envolve os sujeitos nas tramas da história faz emergir no enunciado imagético a mulher que, historicamente, teve seu acesso negado ou dificultado aos altos cargos de gestão corporativa e, a partir dessa discursivização, emerge o discurso de uma líder que será reconhecida, de acordo com o discurso, **apenas** em 2040 – hoje, ela não é reconhecida. Para tanto, cria um protótipo de sujeito para justificar sua presença nas grandes corporações. Assim, ela não é reconhecida líder na atualidade, justamente, porque ela não existe.

A constituição do sujeito busca, além de construir uma imagem, criar uma identidade de “um novo líder”, atrelar a esta identidade as práticas sociais que também se (re)configuram na atualidade e compõem as coerções sociais relacionadas ao mundo corporativo. Assim como o mundo corporativo, os sujeitos estão em um processo de (re)significação. Então, esses

processos que tendem a constituir, por meio dos discursos que emergem em determinados espaços sociais, fazem com que sua visão de realidade seja alterada, pois os efeitos de sentido se dão, também, além da linguagem verbal. Elas ocorrem, ainda “[...] na relação com a exterioridade, nas condições em que elas são produzidas” (ORLANDI, 2000, p. 30). Essas condições variam de acordo com o espaço social em que os discursos estão inseridos e as condições de produção desses discursos.

Para Gregolin (2006, p. 15):

Foucault estabelece explicitamente as relações entre os dizeres e os fazeres, isto é, as práticas discursivas materializam as ações dos sujeitos na história. A discursividade tem, pois, uma espessura histórica [...] significa tentar compreender a maneira como as verdades são produzidas e enunciadas.

Em um movimento de análise, em busca dessas verdades produzidas e enunciadas no silêncio, no não dito, o discurso da revista, no que diz respeito à condição da mulher, quando tenta constituir um sujeito executivo sobre a presença dessa mulher no mercado de trabalho faz emergir um discurso que, ao tentar se afastar do machismo (de uma FD machista), que predomina neste ambiente de trabalho, responsável por alijar a figura feminina de altos postos e cargos, deixa emergir um discurso machista que predomina nas corporações, mesmo em um momento em que se tenta fugir dele: afinal, essa mulher não existe.

Na reportagem *Melissa, a líder de 2040*, os autores criam um protótipo de executiva para compreender como serão as corporações em 2040. A ideia surgiu após observar que:

[...] nos Estados Unidos de hoje, 60% dos estudantes de graduação e 40% dos de MBA são mulheres, em 2040, elas representarão 30% dos CEOs das 2,5 mil maiores empresas abertas do mundo. [...] criamos um protótipo de executiva: Melissa. Ela nasceu nos anos 1980 e, hoje, está nos primeiros estágios da carreira (FÁVARO; KARLSSON; NEILSON, 2014, p. 91).

Um protótipo é um produto que ainda está em fase de testes e que ainda não foi comercializado. É algo que se cria antes do modelo original, algo que pode ser manipulado, reformulado, ou seja, um protótipo é um modelo preliminar.

Diante da constatação de que, hoje, a mulher representa “60% dos estudantes de graduação e 40% dos de MBA” (FÁVARO; KARLSSON; NEILSON, 2014, p. 91) a reportagem desenha um perfil de executiva e a materializa em um protótipo que chamam de Melissa. Esse protótipo, mesmo sendo criado para atuar e definir como serão as corporações em 2040, apresenta um perfil com algumas definições bem marcadas como: “[...] a visão de mundo e de trabalho de Melissa é diferente da do CEO de 2014” (FÁVARO; KARLSSON; NEILSON, 2014, p. 92, grifo nosso), “[...] como é curiosa e inovadora, talvez tenha inventado algo [...] **fala** fluentemente mais de um idioma estrangeiro e **conhece** um pouco de uma ou duas

linguagens de programação” (FÁVARO; KARLSSON; NEILSON, 2014, p. 93, grifos nossos). O uso dos sintagmas verbais no presente, grifados nas citações anteriores, reforça o discurso machista que existe dentro das corporações sobre a mulher, pois se Melissa **é, fala e conhece**, pressupõe-se que esse “modelo de executiva” que a reportagem faz emergir é um modelo baseado em alguém que existe e não em um protótipo que não tem vida e sobre ele se lançam supostas projeções de como será sua conduta profissional.

Em um mundo globalizado, com inúmeros modelos de executivas bem-sucedidas, criar um protótipo do que será uma executiva em 2040 representa demonstrar o poder do homem sobre a figura da mulher no mundo corporativo. Ele determina, segundo seus critérios, seu olhar e sua discriminação, os passos que essa mulher executiva deve seguir para alcançar este lugar no espaço social das corporações.

A escolha do sintagma ‘protótipo’, algo sem vida, totalmente manipulável pelas mãos de outros, para somente depois de pronto poder assumir uma determinada função, no contexto desta pesquisa, o papel de executiva, promove um apagamento sobre outras executivas em ação na atualidade e o trabalho realizado por elas dentro de grandes empresas e corporações no Brasil e no mundo.

O discurso machista permeia todo o artigo que trata de dizer que em 2040 Melissa “Muito provavelmente, cursou um MBA [...]O papel do CEO será o de integrar essas capacidades [...] Será especialista em modelos digitais altamente flexíveis[...]” (FÁVARO; KARLSSON; NEILSON, 2014, p. 93), opacificando os números que a própria reportagem coloca e que demonstram a presença de líderes mulheres no mundo, assim como opacificando a capacidade de gestão dessas mulheres que hoje estão comandando grandes empresas:

Em 2013, as mulheres representaram 3,6% dos CEOs entrantes nas 2,5 mil maiores empresas de capital aberto do mundo. De 2004 a 2013, houve 68% mais mulheres assumindo do que deixando o posto de CEO. No entanto, nesse período, as mulheres presidentes foram mais contratadas de outras organizações (35%) do que os homens (22%), já que empresas individuais não foram capazes de desenvolver e promover executivas em número suficiente. A maior participação das mulheres pelo critério combinado de entrada e saída do cargo de CEO está nas empresas situadas nos Estados Unidos e no Canadá e no setor de tecnologia da informação. (FÁVARO; KARLSSON; NEILSON, 2014, p. 92).

O discurso presente no artigo promove um apagamento das mulheres que atuam como executivas modernas no mercado corporativo na atualidade, assim como as desconsidera no momento de observar como será uma líder em 2040 ao ponto de precisar criar um protótipo de mulher executiva.

A presença e o crescimento nas contratações dessas executivas servem apenas como estatística indicativa de capacitação e conquista de espaço para, enfim, ocupá-lo definitivamente daqui a vinte anos.

Na reportagem da edição 104, de 2014, a revista faz circular, por exemplo, a Raquel, executiva do *grupo Baccardi*, que nesta reportagem é desconsiderada ao se propor um protótipo de profissional para compreender como serão as empresas em 2040 lideradas por mulheres.

Além de desconsiderar, no presente, a figura da mulher na corporação, o discurso trata de desconsiderá-la também em 2040, após anos de preparação para assumir um cargo de gestão. A reportagem diz que as mulheres que hoje estão nos primeiros anos da carreira, nascidas em 1980, em 2014 “[...] elas representarão 30% dos CEOs das 2,5 mil maiores empresas abertas do mundo” (FÁVARO; KARLSSON; NEILSON, 2014, p. 91). Considerando o excerto, Melissa, em 2040, terá aproximadamente 60 anos, próxima ou em idade de se aposentar.

A reportagem cria efeitos de verdade que, segundo Gregolin (2004, p. 23):

[...] vem de procedimentos discursivos, de formas linguísticas que constroem legitimidade no interior de uma instituição social e que produzem a ilusão de objetividade. Trata-se, portanto de um agenciamento de signos que, ao produzir “efeitos de verdade”, levam a sociedade a interpretar-se e a compreender-se através dessa interpretação.

Assim, as verdades de um tempo são representações históricas e sociais, que ditam as regras dentro de um espaço social específico. Essas regras emergem nos discursos, por meio de enunciados, como formas de subjetividades e são assumidas, pois representam as verdades de um tempo. Essas regras funcionam, sem que se perceba, como coerções que impelem o indivíduo a falar e a agir de determinada maneira. O modo como se constrói a reportagem permite entrever que Melissa, a líder de 2040, dificilmente sairá de sua condição de protótipo para assumir um cargo de CEO.

Considerações finais

O discurso da *Revista HSM* constitui o indivíduo em sujeito executivo também por meio do controle que exerce sobre o corpo dos operadores de negócios que a publicação retrata. Nas reportagens *Melissa, a líder de 2040* e *Bacardi moderniza a gestão, com mais mulheres* o discurso faz emergir a hegemonia masculina sobre o feminino dentro das corporações, impondo às mulheres, mesmo no século XXI, práticas sociais e discursivas que demonstrem uma formatação e um olhar virtual que o homem possui sobre a mulher no mercado de trabalho.

Assim sendo, as reportagens, por meio de um controle que se estabelece nos indivíduos que trabalham no mundo corporativo, criam discursos que constituem o executivo contemporâneo em um líder ideal, conforme se pode observar na materialidade da revista, mesmo diante da produção de um discurso que se mostra como enaltecedor do gênero feminino, por exemplo, faz funcionar um discurso machista que ainda é dominante no mundo corporativo sobre o feminino. Fica evidente uma divisão social hierárquica dentro das corporações, onde o masculino se sobressai ao feminino. Desse modo, é possível concluir que, ainda que se traga o sintagma “novo” como efeito de virada contemporânea para o discurso executivo, o que se analisa é que perpetuam-se sentidos construídos historicamente que ainda funcionam para orientar os caminhos do mercado corporativo.

Os discursos analisados assinalam, de forma subjetiva, um executivo que, para tornar-se o “novo líder” que a revista propõe formatar, precisa possuir um saber sobre a sociedade contemporânea e estar sensível a perceber que as corporações modernas, que se (re)atualizam ao passo que a história e a sociedade avançam, precisam desses sujeitos para alcançar muitos de seus objetivos globais. Esse “novo líder” que o discurso da revista vai constituindo, de acordo com a subjetividade que se instaura nas reportagens, promove a adesão e, conseqüentemente, a formatação de um sujeito executivo típico para a contemporaneidade por meio dos efeitos de uma designada (re)atualização de concepções corporativas promovidas pela publicação.

Referências

CORACINI, Maria José. “Discurso, sujeito e subjetividade”. In: SANTOS, João B. C. (Org.). *Sujeito e subjetividade: discursividades contemporâneas*. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 25-42.

FÁVARO, Ken; KARLSSON, Per-Ola; NEILSON, Gary. M. “Melissa. A líder de 2040”. *Revista HSM Management*, São Paulo, n. 107, p. 90-94, nov./dez. 2014.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. 1. ed. São Paulo: Intermeios, 2012.

FONSECA, Márcio Alves. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: Educ, 2011.

FOUCAULT, Michel. “O sujeito e o poder”. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. (Orgs.). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2013.

GREGOLIN, Maria do Rosário. “Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos”. In: FERNANDES, Cleudemar A.; SANTOS, João B. (Orgs.). *Teorias linguísticas: problemáticas contemporâneas*. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 21-34.

_____. “Michel Foucault: o discurso nas tramas da história”. In: FERNANDES, Cleudemar A.; SANTOS, João B. C. *Análise do discurso: unidade e dispersão*. Uberlândia: Entremeios, 2004. p. 19-42.

_____. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. 3. ed. São Carlos: Claraluz, 2006.

LODI, Odete. *A mulher e as relações de trabalho*. Ciências Sociais em Perspectiva (5) 9: 149-160 – 2º semestre de 2006.

MODESTO, Paulo. *Globalização e administração pública indireta: agências executivas e a transplantação linguística*. 2006. Disponível em: <<http://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao.../Paulo%20Modesto.doc>>. Acesso em: 16/05/2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2000.

SILVA, Sandra Regina. “Bacardi moderniza gestão com mais mulheres”. *Revista HSM Management*, São Paulo, n. 104, p. 100-106, 2014.

SOUZA, Luana Passos; GUEDES, Dyego Rocha. *A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década*. ESTUDOS AVANÇADOS 30 (87), 2016. Pg. 123-139.

Artigo recebido em 6 de fevereiro de 2018
Aceito para publicação em 15 de maio de 2019

¹ O programa *WomanLeadership* (Liderança feminina) é um programa da Bacardi que tem por objetivo ampliar o lugar das mulheres na corporação, no mundo. No Brasil a CEO é Raquel Alvarenga, diretora de Recursos Humanos da Bacardi, instalada em São Bernardo do Campo.

REPRESENTAÇÕES DO COMPORTAMENTO FEMININO EM BELO HORIZONTE (1920-1930)

REPRESENTATIONS OF FEMALE BEHAVIOUR IN BELO HORIZONTE (1920-1930)

Lucas Carvalho Soares de Aguiar PEREIRA*

Resumo: Os impressos contribuíram para a produção e a difusão de representações, de diferenciações e de classificações sociais do comportamento feminino. Durante as décadas de 1920 e 1930 em Belo Horizonte, Minas Gerais, os jornais publicaram diversos textos dispersos dirigidos às mulheres e aos seus comportamentos, que são uma importante série documental para a análise das distinções a partir da interseccionalidade do gênero com as dimensões raciais, sociais e sexuais (morais). Essas representações produziram e foram produzidas pela dicotomia entre “mulher honesta” e “mulher decaída”. Argumento que essa situação é parte de um amplo processo de construção de diferentes mecanismos de normatização dos comportamentos femininos que se relacionam com as distinções sociais e de gênero que marcaram a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Gênero feminino; Interseccionalidade; Representações sociais; Classificações sociais; Distinção.

Abstract: The press contributed to the production and dissemination of social representation, differentiation and classifications of female behaviour. The 1920's and 1930's newspapers in Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil, have published several dispersed texts addressed to women and their behaviour. They form an important series of documents to the analysis of social distinctions from intersectionality of gender with the racial, social and sexual (moral) dimensions. These representations forged and have been shaped by the dichotomy between the “honest woman” and the “fallen woman”. I argue that this situation is part of a large process of production of different arrangements of standardisation of female performance that are related with the social and gender distinctions of the Brazilian society.

Keywords: Female Gender; Intersectionality; Social representations; Social classifications; Distinction.

* Doutor em História Social – Programa de Pós-Graduação em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG – Campus Betim). A redação desse artigo contou com o apoio do IFMG. E-mail: lucas.pereira@ifmg.edu.br.

Neste artigo analiso um conjunto de textos, publicado nos jornais “Diário de Minas” e “O Estado de Minas”, que pôs em circulação certas representações sobre diferentes grupos de mulheres da sociedade belo-horizontina entre 1920 e 1930.¹ O trabalho buscou compreender como se deu a construção e circulação de prescrições para os comportamentos das mulheres e em que medida essas prescrições criaram categorias que diferenciam os “tipos” de mulheres. A partir da leitura da documentação foi possível observar que noções e conceitos sobre diferentes modos de ser mulher circulavam pela vida cultural e social da cidade em diversos aspectos, colocando em oposição formas femininas entendidas como moralmente superior ou inferior. Essas representações estavam presentes em diferentes tipos de textos, conformando um conjunto de preceitos pedagógicos para os comportamentos femininos e masculinos e destacando um repertório dos movimentos corporais possíveis e desejados. A análise do artigo reforça a hipótese, desenvolvida pela historiografia da educação, da constituição de um projeto de educação moral que circulou na cidade de Belo Horizonte durante as primeiras décadas de sua existência (MORENO e VAGO, 2011; PEREIRA, 2019). Em outras palavras, os jornais belo-horizontinos jogaram um importante papel na produção e reprodução de modelos de comportamentos femininos no período, contribuindo para a distinção social, racial e moral entre mulheres da cidade.

O discurso desses jornais evidencia um conflituoso processo de construção e legitimação de parâmetros para o desempenho do papel feminino no espaço público. O conceito de representações sociais faz parte da discussão historiográfica há algumas décadas, sendo motivo de disputas epistemológicas e teóricas. No âmbito deste artigo, assim como em trabalhos anteriores (PEREIRA, 2013; 2018), a noção de representação diz respeito às imagens criadas e difundidas por determinados grupos sociais de si mesmos e dos outros. Imagens dos valores morais, que estabelecem uma relação simbólica com os objetos do mundo. Trata-se de analisar a relação de representação entre uma imagem e um objeto do mundo (CHARTIER, 1991, p. 184). A representação tem tanto um caráter cognitivo, de algo que está presente e é real, quanto um caráter de imaginação, no sentido de uma abstração (MOTA, 2009). Esse movimento é marcado por “classificações”, “nomeações” e “definições de espaços de circulação” que reforçaram as “hierarquias” entre diferentes “sistemas simbólicos e sociais” (BOURDIEU, 1996; SCOTT, 1995). Apesar do caráter universal do processo de desigualdade e de dominação de gênero produzido pelas representações filosóficas e científicas sobre o “ser feminino” do período (TEDESCHI, 2008, p. 123), as classificações analisadas nesse artigo construíram um conjunto de dicotomias que possuíam marcações sociais e raciais muito específicas da realidade

brasileira, de modo semelhante ao processo de diferenciação entre a “senhora” e a “criada” na Primeira República (SANTOS, 2015, p. 56-125).

Uma das dicotomias encontradas nos discursos morais sobre o feminino é a oposição entre a “mulher honesta” e a “mulher decaída”. Essas duas classificações tornaram-se importantes mecanismos prescritivos no tenso e conflituoso processo de constituição do gênero feminino, em seus diferentes tempos e espaços, ao longo do século XIX e XX. Além de procurar disseminar determinados preceitos pedagógicos para a moralidade feminina, as práticas discursivas desse processo realizaram uma “di-visão” entre dois “tipos” de comportamentos femininos, mas também entre duas formas de comportamento masculino (BOURDIEU, 1997).² Essa divisão tomava a casa e o espaço público como as duas principais fronteiras das performances de gênero (BUTLER, 2003).³

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado (BUTLER, 2003, p. 194).

A produção dessa dicotomia se deu de modo interseccional, e forjou representações baseadas em dimensões raciais, sexuais e econômicas das “mulheres mineiras”, que contribuíram para uma educação dos movimentos corporais femininos nos espaços públicos. A educação do corpo ultrapassa a sistematização de movimento corporal ou de um componente escolarizado e formal de educação física, como a ginástica. Parto do pressuposto de uma dimensão educativa que se dá por meio dos sentidos e da corporeidade e que se materializa em determinadas sensibilidades. O corpo é o primeiro lugar do aprendizado social e intelectual (BOURDIEU, 1997, p. 168-169). Ele é educado em relação às suas experiências sensoriais: visual, tátil, auditiva e olfativa, mas também no nível emocional e no da relação que os sujeitos mantêm com o mundo. É fundamental, portanto, buscar compreender como se deu o processo histórico de constituição de sensibilidades heteronormativas em relação às formas de ser e de se portar como homem ou como mulher no espaço público. Neste estudo, como ponto de partida dessa proposta investigativa, detive meu olhar na construção de representações dos corpos femininos nos espaços da cidade de Belo Horizonte. O trabalho busca contribuir, enfim, para compreensão dos diferentes mecanismos de normatização dos comportamentos femininos e sua

relação interseccional com determinadas distinções sociais, raciais e morais que marcaram a sociedade brasileira.

Os impressos e as representações

Os impressos se tornaram importantes documentos para o estudo da história no Brasil nas últimas décadas. A cultura material, os elementos gráficos, as relações político-econômicas e o problema da leitura e dos leitores dos impressos passaram a figurar como temas caros para a historiografia (LUCA, 2006). Em Belo Horizonte, vários panfletos e jornais que não passaram dos seus primeiros números foram publicados por grupos de amigos, estudantes, trabalhadores e políticos, tratando de assuntos os mais diversos. O *Diário de Minas* foi a principal publicação que circulou na capital na década de 1920. Sua política editorial incorporava questões próprias aos grupos políticos dominantes, inclusive a nível nacional e, a partir de agosto de 1926, passou a se identificar como o jornal oficial do Partido Republicano Mineiro (PRM) (CASTRO, 1995). Além disso, a vida cotidiana da capital e do interior mineiro, que se via em profundas mudanças devido à dinâmica cultural e econômica, também foi amplamente discutida nas páginas do jornal. Essa folha continha poucas colunas fixas como, por exemplo, “Crônicas”, “Fatos e Comentários” e “Sociedade”. Algumas dessas seções reuniram textos que anteriormente eram publicados de forma dispersa ao longo da publicação.

A concorrência com novos empreendimentos pode explicar essa transformação no interior do *Diário de Minas* a partir da segunda metade da década. “*O Estado de Minas*” foi um importante periódico da capital, fundado em 1928 por empresários articulados em torno do jornalismo como forma de empreendimento capitalista. A publicação declarava abertamente sua oposição ao PRM, buscando interlocução mais ampla com diversos assuntos políticos, sociais e culturais que afetavam a capital e o estado (ANTUNES, 1995). Assim, esse jornal tornou-se rapidamente uma referência entre grupos liberais da capital insatisfeitos com as ações dos partidos republicanos dos principais estados da federação, tornando-se ponto de apoio aos movimentos políticos da década de 1930. Segundo Thais Fonseca (2002, p. 461), o jornal o Estado de Minas “integrava os Diários Associados, de Assis Chateaubriand, desde 1929” já o Diário de Minas “havia sido criado em 1898, ligado ao Partido Republicano Mineiro” e anos mais tarde, em 1949 passou a pertencer “à família Negrão de Lima, ligada ao Partido Trabalhista Nacional, uma das bases de apoio de Juscelino Kubitschek”.

Na década de 1920, esses jornais já possuíam um formato “moderno” e mobilizavam “discursos polifônicos” em suas páginas, apesar das limitações apontadas acima (RIBEIRO, 2007, p. 15-16). Esses empreendimentos fizeram circular uma série de representações e saberes

sobre os modos de viver das mulheres em diversas partes do mundo e do país. Analisando essas imagens foi possível identificar duas grandes categorias de classificação: a da mulher “honesta”, com um futuro próspero e como continuidade da sociedade mineira, e a da mulher “decaída”, “perdida” na vida, significando, em última instância, uma ameaça à vida em sociedade. Os jornais analisados, em suas colunas sociais, publicaram diversos textos voltados às mulheres em geral, apesar da tendência para a padronização do discurso tendo em vista os valores burgueses. Os diários publicavam, também, textos que descreviam o cotidiano da capital, nos quais as mulheres participavam como personagens centrais. Esses dois modelos de narrativas produziram julgamentos profundos acerca dos costumes da cidade e dialogavam com as tensões sociais que acompanharam a diversificação de bens de consumo trazida pela modernidade capitalista.

De diferentes maneiras, a condição social das mulheres nesse corpus documental manteve uma intensa relação com atributos físicos, como a beleza, ou com características morais, como a ideia de pureza do gênero feminino. O corpo da mulher branca e burguesa apresentava-se como alvo de cuidado, zelo e controle especiais, como elemento constitutivo de uma vida pura. A diversificação de produtos e a facilidade de acesso aos objetos de desejo prometidos pela modernidade foram entendidas como uma transgressão, um excesso, um ponto de interdição para as mulheres da burguesia mineira, a fim de proteger as distinções morais e raciais, bases de sustentação das diferenças sociais do período, como no trecho a seguir.

FUTILIDADES

Não sou, louvado Deus, o que em linguagem vulgar se possa chamar “melindrosa”, mas, apesar de gostar de escrever sobre coisas sérias, não me deslustrará em nada o escrever sobre perfumes e pó de arroz.

Parecerá à leitora coisas de moda o assunto escolhido.

Aí é que está o erro.

O uso do pó de arroz é coisa muito delicada e que requer muito bom gosto e uma finura de educação que põe à prova de fogo a dama elegante.

Quantas vezes temos sentido perfumes próprios de mulata endomingada junto de damas que se julgam de bom tom?!

E porque tudo isto?

- Porque Mme, para economizar dois ou três mil réis, compra um perfume “rastaquera” e usa um pó de arroz que não convém absolutamente com sua posição social. Por isso mesmo, toda mulher bonita, que deseja conservar a sua beleza por longo tempo, deve ter o seu tratado sobre perfumes e demais conservadores da boa higiene da pele, evitando assim o aparecimento prematuro da ruga. **Deve usar perfumes e pó de arroz de acordo com o seu tipo, respeitando, sobretudo, a sua idade e a sua condição social.** É simplesmente lamentável que uma menina mineira, e, por conseguinte, de bons princípios, tenha, logo no deixar os bancos do Colégio Santa Maria, **o mau gosto de usar perfumes picantes que não podem absolutamente despertar ideias de misticismo e de pureza.** (Diário de Minas, 14/07/1920, p. 2, grifos meus).

Essa passagem é um exemplo da preocupação de diversos grupos que buscavam manter a demarcação dos lugares sociais das mulheres que pretendiam assumir-se como “damas elegantes” na capital mineira. Mostra, também, uma tensão entre a adequação ao modelo e sua negação, evidenciada pelas características sociais e raciais desse projeto de mulher. O modelo feminino das classes médias em formação na capital mineira forjava uma interdependência entre raça, classe e gênero, delimitando, ainda, os espaços da geografia urbana nesse processo de diferenciação social. Este modelo estava alinhado à especificidade da capital mineira quanto ao projeto de modernização do espaço público e das experiências urbanas coletivas (ANDRADE, 2004, MORENO e VAGO, 2011). Economizar em produtos, que preservariam a higiene da pele e retardariam a chegada da temida velhice, seria considerado sinônimo de falta de elegância, de pouca educação. Os saberes sobre esse processo de distinção passariam pela autorização conferida pelos tratados de beleza, impressos que precisavam circular, mas antes de tudo, que precisavam ser adquiridos pelas mulheres que pretendiam reforçar sua distinção social (SANTOS, 2015). Desde o século XIX, os higienistas colocaram-se “como os apóstolos de uma beleza feminina” que fosse capaz de exprimir “principalmente saúde” e esses valores se disseminaram por diferentes suportes culturais, como a literatura, o cinema (SCHPUN, 1999, p. 86). Esses saberes sobre as maneiras de uma mulher cuidar do seu corpo, que circulavam nos livros, passavam também a circular nos jornais com as transcrições de trechos dos tratados de beleza, com a criação de seções de dicas de beleza, os comentários sobre produtos de cosmética e as crônicas que narravam situações do cotidiano.

Mas, como a transcrição acima enfatizava, essas prescrições procuram distinguir os comportamentos das mulheres da família burguesa daqueles próprios de mulheres negras, pobres e sedutoras, enfatizando a condição racial, a posição social e as inclinações morais das leitoras para quem os discursos se dirigiam. A sexualização da mulher negra é um tema constante na história cultural da formação nacional e esteve presente em diversas matrizes do pensamento nacional (RAGO, 1998). Essa forma de distinção social se colocava como uma parte de um processo de distinção moral, criando o postulado de que corpos de mulheres de posições sociais e raciais distintas precisariam se comportar de maneiras diferentes no espaço público e no privado. As representações dos jornais da capital mineira realizaram uma distinção entre o corpo branco, capaz de produzir efeito do belo, e o corpo negro, fadado a dolorosas tentativas de se embelezar (DIWAN, 2007).⁴

O anúncio soava, ainda, como uma advertência às mulheres das classes médias para os perigos que a transgressão dessas distinções poderia trazer. Philippe Perrot (1984, p. 167-169)

argumenta que os relatos sobre a preocupação e medos com a harmonia entre vestimentas, cortes de cabelos e maquiagens foram comuns no discurso da burguesia francesa no século XIX e traduziam uma “vontade de fabricar uma nova mulher” naquele momento. O desejo pela fabricação de uma nova mulher brasileira no século XX, que está relacionada ao ideal de modernidade de que tratamos neste artigo, apesar da distância temporal e espacial, também foi ao encontro dos medos e anseios de diferentes sujeitos frente aos processos de transformação urbana, cultural e social vivenciados na capital mineira nas primeiras décadas republicanas, como pode ser observado na citação anterior.

Essas transformações também se deram nas dinâmicas de divertimento da cidade e, conseqüentemente, nas relações que os policiais mantiveram com os indivíduos em espaços de diversão. Uma política de policiamento dos espaços de diversão e lazer noturnos passou a ser moldada, gradativamente, na década de 1920 (PEREIRA, 2019). Em 1921, na seção “*Ocorrências policiais*” do jornal “*Diário de Minas*”, uma nota anunciava a prisão de dois homens e duas mulheres que estavam em um “dos mais poéticos caramanchões” no Parque Municipal. Os envolvidos, após receberem “paternais conselhos do Sr. Delegado, foram (...) postos em liberdade”. A notícia seguia dirigindo aplausos ao delegado da 1ª circunscrição.

O Sr. Waldemar Loureiro resolveu, então, como medida de moralidade, proibir terminantemente a frequência de criadinhos empoadas que, ao lado dos seus ternos Romeus (na maior parte Otelos...), infestam os nossos logradouros públicos, como Praça da Liberdade, Parque Municipal, para aí, em presença de famílias, procederem de modo inconveniente e atentatório à moral pública. Eis, pois, o motivo que esses logradouros, hoje embelezados pelo governo, perdem completamente a frequência dos bons elementos da nossa sociedade. A providência tomada pelo Sr. Waldemar Loureiro merece, indiscutivelmente, todo o aplauso da população de Belo Horizonte, **que terá, doravante, aqueles dois logradouros públicos exclusivamente familiares.** (...) (Diário de Minas 21/04/1921, p.2, grifos meus).

Percebe-se, assim, que o corpo da mulher, que já era alvo de atenção de prescrições de beleza diferenciadas de acordo com a condição social e étnica, também passava a ser um importante tema nas especulações sobre o comportamento feminino ideal nos espaços públicos da cidade. Com o passar dos anos, a jovem cidade-capital enfrentou o problema da exposição dos corpos e de demonstrações afetivas de modo cada vez mais conservador, culminando em restrições coordenadas e fiscalizadas pela polícia civil (PEREIRA, 2019). As intervenções nos comportamentos corporais das mulheres – a maneira de comer, de mover-se, de se portar e de manter-se – na primeira metade do século XX desejavam promover uma ingerência na forma de ser dos sujeitos e constituíram-se como um importante fator nas modificações anatômicas

que se procederam nos corpos femininos urbanos nos dois últimos séculos (PERROT, 1984, p. 186).

Belo Horizonte vivenciou, na década de 1920, uma profusão de propostas, publicadas em jornais e revistas, que visavam uma intervenção nas formas de andar, de falar, de vestir e de se movimentar. O comportamento feminino no espaço público, entendido como espaço urbano compartilhado e coletivo, foi o foco de inúmeros artigos publicados nos jornais com os quais tivemos contato, assim como em outras cidades e períodos (RAGO, 1991, MOREL, 2005, JINZENJI, 2010, PEREIRA, 2019).⁵ Alguns esquemas de comportamentos foram disseminados por colunistas do “*Diário de Minas*”, que buscaram se posicionar nesse debate público, com o desejo de inserir Belo Horizonte na lista das cidades modernas, tema caríssimo aos habitantes da cidade (ANDRADE, 2004).

A gente que frequenta reuniões sociais, **os espíritos requintados julgam uma mulher e o seu grau de distinção só com vê-la caminhar.** O modo de caminhar, na mulher, é, realmente, a expressão da inteligência e da graça; a inteligência e a vontade, sobretudo, transluzem no modo de caminhar. Todos os membros do corpo humano concorrem harmonicamente para tornar mais ou menos plástico e gracioso o conjunto de atitudes e de movimentos que constituem o que se chama o andar. (...) **Cumprir dizer que a mulher, para caminhar bem, precisa ser proporcionada em todo o corpo, porquanto a gordura torna o seu andar pesado à noite, ao passo que a magreza o torna seco, breve e quase hirto. Os exercícios ginásticos permitem conservar nos membros motores uma elasticidade benéfica, de modo que a harmonia entre as diversas partes do corpo, o aprumo, o *donaire*, enfim, não são truncados pela ação mecânica do caminhar.** Eis alguns conselhos para quem quiser caminhar elegantemente: a) ter a cabeça ereta, sem inclinação; b) conservar o corpo direto, sem rigidez, sem empertigamento, de modo que o torso possa ter uma ligeira oscilação; c) levar a ponta do pé para frente de modo que toque o chão primeiro que o calcanhar; d) fazer passos naturais, isto é, sem a preocupação de torná-los mais longos nem mais curtos; e) caminhando, não deve deixar pendular os braços. **Essas regras são para andar fora de casa. Em casa o andar deve ser mais ligeiro, mais flexuoso.** O calcanhar apenas deve tocar o chão. [...] (*Diário de Minas*, 29/12/1922, capa, grifos meus).

As dicas para as mulheres se portarem no espaço público eram diferentes daquelas que visaram seu comportamento no espaço privado. A preocupação desse discurso girava em torno da relação que a mulher ideal deveria manter com o “outro”: para os homens em geral a intenção era evidenciar suas virtudes e pureza, demarcando o lugar social da esposa em potencial, enquanto que para suas relações com outras mulheres era preciso proceder uma distinção pela elegância, pela posição social e racial.

As representações sobre esse ideal feminino não se limitaram às questões apontadas, mas também procuraram atingir o novo homem que se formava com a instalação da

modernidade na capital mineira. Em conselhos direcionados aos noivos, publicados na coluna social do “Diário de Minas”, podemos observar o sentido amplo dessas prescrições.

Educa a tua mulher, como se ela fosse o teu primeiro filho, no respeito pelas coisas sagradas da vida. Faze do amor um sacramento; e não diminui a grandeza desse sacramento com palavras ou atos grosseiros. A tua felicidade depende da dignidade de que souberes revestir o teu lar (Diário de Minas, “Sociedade”, 29/06/1929, p. 3).

Percebemos o tom prescritivo da relação matrimonial, na qual o homem educa a mulher-esposa para uma vida de felicidade e dignidade. Mas foi preciso enfatizar que o homem deveria ser sensibilizado para essas funções, controlando seus impulsos agressivos e aprendendo as artes de dominar o feminino, que foi infantilizado pelo autor da crônica. Os conselhos do articulista seguiram referindo-se aos modos de fazer a mulher realizar as vontades do homem; de repelir os maus desejos, os livros e as amigas, considerados os piores inimigos da mulher; de entreter a imaginação da mulher; de convencê-las de que as maquiagens não lhes caem bem; de aprender, até mesmo, a reconhecer pelas rugas que se formam nas testas das mulheres, suas mentiras. O comportamento corporal da mulher foi tomado como “símbolo cultural”, que levou à produção de “conceitos normativos”, capazes de interferir nas “divisões sociais” e nas organizações “subjetivas” dos sujeitos da cidade de Belo Horizonte (SCOTT, 1995, p 86-87). Homens e mulheres deveriam participar desse jogo de diferenciação, que envolvia uma complexa relação entre posições sociais, econômicas, étnicas e simbólicas de cada um dos envolvidos nesse processo de definição dos comportamentos morais.

A noção de “família” – burguesa no caso – serviu, dessa forma, para reforçar as diferenças entre os níveis de atenção que as feminilidades precisavam receber. Se os comportamentos e os corpos das mulheres precisavam ser observados, analisados, e passar por testes e “provas de fogo” para serem educados, certamente essas avaliações perpassavam por diferentes estágios e graus de diferenciação social, de acordo com os símbolos que cada mulher carregava no cotidiano e que designavam os diferentes “tipos” femininos. Alguns anúncios de cosméticos e produtos de higiene agregavam valores femininos burgueses às suas mercadorias, afirmando a possibilidade da manutenção da juventude, mesmo no cumprimento do papel de esposa. Associavam o desinteresse masculino pela esposa ao envelhecimento e à perda da beleza da mulher, inculcando-lhe uma falta natural, impossível de evitar a não ser por subterfúgios cosméticos.

Interessam ao seu marido as demais mulheres? Toda a esposa se sente ferida quando vê que o seu marido olha para uma jovem de cútis mais bela que a sua. Essa esposa sabe que já não é tão fascinadora como o fora quando o amor

começara a florescer. Não obstante, nada teria ela por que temer se houvesse tomado a precaução de fazer com que a superfície de sua pele viesse a resplandecer a encantadora cutis que ela possui debaixo da envelhecida. É preciso fazer desaparecer a cutícula exterior gasta, o que se consegue por meio da aplicação da Cera Mercolized (...) (O Estado de Minas, 14/09/1930, p. 5).

Não me parece demasiado repetir que o ideal desse feminino era pautado na branquitude e em valores burgueses. Tais valores eram colocados como arquétipo a ser perseguido por toda mulher que pretendesse sonhar com sua distinção social. Esse interesse pelo controle das medidas, formas e proporções do corpo feminino persistiu ao longo do último século, difundindo-se pelos diferentes grupos sociais e étnicos das brasileiras, conformando-se como uma profunda violência simbólica (SCHETTINI, 2006, p. 105-169; SIEGEL, 2005).⁶

De todos os artifícios empregados pela vaidade humana para corrigir os defeitos físicos, a maquilage ou, em vernáculo, a arte de pintar-se, é aquele de que mais se abusa. A princípio se dissimulava esse artifício, empregando-o apenas para assistir a bailes e reuniões, depois começou a ser usado a todas as horas, des[vir]tuando-se, tornando-se contraproducente, porque é bom a gente pintar-se, contanto que se estude a maneira de fazê-lo com tato e [finu]ra, e não como se pinta uma porta ou uma parede.

Cumpra adaptar a maquilage ao meio. **Em climas como o nosso, ele supre uma falta: a da cor natural, de que tanto carece nos países cálidos.** Aqui é tolerável, mas advertindo-se que há dois modos de pintar-se: um, discretíssimo, muito disfarçado, para durante o dia, e outro, mais acentuado, se bem que sempre prudente, para durante a noite. **Nada de abusos, assim o exigem a estética e a higiene.** A maquilage em pleno dia deve dar-se com muita suavidade, com toques ligeiros de pintura, esforçando-se por que a cutis não mostre em seu conjunto mais que esses tons naturais próprios da saúde e da vida, e ainda que nos averbem de rigoristas, pensamos que uma senhora, ao pintar-se deve esmerar-se como um aquarelista, estudando a maneira exata de operar a fusão dos tons que por justaposição devem mesclar-se e [esbatendo-os] uns nos outros, de forma a obter-se um efeito harmônico, delicado: em suma, a verdade em sua mais bela manifestação (DIÁRIO DE MINAS 30/01/1920, p. 1).

Os periódicos atuaram como importantes atores no debate sobre os usos dos espaços públicos ou coletivos no mundo urbano, associando-os com valores morais típicos das famílias médias e produzindo um reconhecimento da “identidade social” desse grupo de mulheres (CHARTIER, 1990, p.22-24). Um dos mecanismos de intervenção nesse debate foi a classificação e a nomeação de espaços de diversões públicas, de bares e de ruas, como centros de concentração e irradiação de imoralidades e licenciosidades, frequentados por homens vagabundos e mulheres decaídas. Essa desqualificação moral de determinados espaços da capital mineira, localizados na região central ou em zonas suburbanas, era uma forma de diferenciação que se relacionava com os desejos de manutenção e proteção de uma suposta essência do misticismo e da pureza das jovens mineiras e com os interesses de controle e

prevenção da contaminação imoral que os comportamentos das trabalhadoras e das meretrizes poderiam causar às “inocências” das famílias (RAGO, 1991; SCHETTINI, 2006, PEREIRA, 2019).⁷

O jornal “*O Estado de Minas*” publicou uma série de representações sobre o feminino e as maneiras, temperamentos, comportamentos ideais das mulheres honestas e das mulheres do vício. Logo nos seus primeiros números, o periódico publicou um texto da feminista Maria Lacerda de Moura, no qual ela criticava o uso indiscriminado do termo “feminismo” e dos preconceitos que os periódicos disseminavam sobre a questão. Suas críticas incidiram sobre a publicidade e o destaque dados às “vitórias femininas” tais como: “ocupar uma posição de destaque” no serviço público; “cortar os cabelos *a la garçonne*”; viajar sozinha; dar continuidade aos estudos; “divorciar-se”; “atravessar a nado o canal da Mancha”; “ser campeã de qualquer esporte”. Para Maria Lacerda Moura, essas vitórias “nada significam perante o problema de emancipação integral da mulher”, argumentando que havia a necessidade de uma luta ampla pela superação da submissão do papel da mulher na sociedade contemporânea. (MOURA, 1928, p. 7). Um mês após a publicação deste texto, o jornal publicou uma resposta de Celina Coelho, em que a autora repensava as críticas de Maria Lacerda e reafirmava certos princípios de feminilidade que precisavam ser preservados.

Sim, porque nem todas as mulheres se sentem inclinadas para a vida metódica do lar, e **muitas, embora se consorciem, não sabem ser a zeladora de casa, nem a companheira do marido**, deixando os filhos entregues às próprias ídoles, conhecemos tantos exemplos... **Mas nem toda mulher quer ser independente. É uma questão de temperamento. (...) esta liberdade [que se pleiteia] não é, como parece à primeira vista, incompatível com as obrigações do lar**, conforme já disse em artigo publicado n^o “A Manhã”, a mulher, com a vida difícil de agora, não pode explorar com tanta facilidade certos trabalhos, nem pode viver decentemente com os vencimentos miseráveis de um pobre chefe de famílias que luta heroicamente para manter-se honesto. **O principal é saber dividir as horas, atentando ao emprego e às necessidades dos seus, sem sacrificar seu lugar de mãe, de preceptora de seus filhos e de companheira do esposo**. Que benefício traz a esposa de atos elegantes e hábitos sociais, que entrega os filhos a uma “*nurse*” ou mesmo a mostras, nem sempre competentes, e tem horas fúteis de mundanismo livre, pelos cafés, em vistas em passeios e entrevistas, que não para na habitação, só pensa nas modas e nas diversões, sem se incomodar com a família? (...) (COELHO, “*O Estado de Minas*”, 22/04/1928, p. 5, grifos meus).

As disputas pelos significados e objetivos da luta feminista são tão antigas quanto a história do feminismo (SOIHET, 2005a). É interessante notar, contudo, que esse debate, promovido em um jornal belo-horizontino, tem relação com as transformações econômicas e culturais pelas quais o país passava e que foram sentidas pelos sujeitos de Belo Horizonte.

Durante a década de 1920 a capital mineira passou por um período de intensificação das transformações urbanas: aumentaram o ritmo e a quantidade de pessoas em circulação; a indústria local e a oferta de bens de consumo diversificaram-se; ocorreu um crescimento populacional significativo; tudo isso acompanhado, por outro lado, de problemas de abastecimento, saúde e segurança (ANDRADE, 2004). A cidade passava a viver, cada vez mais, a dualidade entre um clima de tensão, causada pelos temores mundanos e pelos choques da experiência cotidiana, e o clima provinciano, marcado pela leveza e pela ausência de acontecimentos significativos (ANDRADE, 2004).⁸

Nesse sentido, Celina Coelho reafirmava a importância do papel da mulher na estrutura familiar, insistindo que a luta pela liberdade feminina causaria mais prejuízos à sociedade do que o pleno exercício da maternidade e do matrimônio. O argumento da necessidade de que os cuidados dos filhos e dos afazeres domésticos necessitavam permanecer sob o comando da mulher não foi só uma das representações que buscavam prescrever e referendar um modo feminino de ser das classes médias. Ele fez parte de um conjunto de representações diversas que pretendiam, por motivos também distintos, defender essa imagem sacralizada da mulher, mantendo uma lógica de dominação masculina. Por outro lado, havia discursos antifeministas que usavam do chiste e da caricatura para desqualificar ações tanto de feministas (SOIHET, 2005a; SOIHET, 2005b), quanto de mulheres que se envolviam ativamente em conflitos interpessoais e em casos policiais.

FEMINISTA PERIGOSA

Januária de tal, residente no fim da Avenida Affonso Penna, nas proximidades do Cruzeiro, **é uma mulher masculinizada, de maneiras agressivas, que aterroriza frequentemente aos seus vizinhos, com ameaças que muitas vezes, leva a efeito.**

O seu marido, - coitado! - não pode com ela e, quando protesta contra seu procedimento, **leva surras de “criar bicho”.**

Ontem, a terrível mulher chegou ao cúmulo de - **desmentindo a suposta fragilidade do seu sexo** - armar-se com um revólver e entrar em casa de sua vizinha Leopoldina Maria, para ameaçá-la de morte.

Esta, sabendo de quanto é capaz a sua provocadora e, temendo um trágico desfecho para a encetada desavença, foi, sem demora, pedir garantias ao dr. Olavo Drummond, delegado do 1º distrito. (O Estado de Minas, Na polícia e nas ruas, 21/09/1928, p.6, grifos meus).

As narrativas que se ocupam desse tipo de caso correlacionavam as ações dessas mulheres com determinados atributos corporais e morais típicos dos modos masculinos de ser. Essas narrativas assumiam a existência de mulheres fortes, violentas e agressivas, mas o fizeram reafirmando o vínculo estreito entre agressividade e masculinidade, como se esse vínculo fosse algo natural. Seus corpos, assim como sua conduta ativa, eram representados, dessa forma,

como corpos com performances masculinizadas (BUTLER, 2003). Os modos de agir, as formas de andar, de falar, de vestir, de se movimentar, eram comentados largamente em colunas sociais e alguns esquemas de comportamentos chegaram a ser disseminados como arquétipos do corpo feminino por colunistas dos jornais, como vimos argumentando ao longo do artigo.

No princípio da década de 1920, com essa difusão de demandas de grupos das elites locais pela moralização do espaço público, cresceram as reclamações a respeito da moda feminina e disseminava-se um medo de se confundir a mulher honesta com a mulher decaída (RAGO, 1991, p. 63-37; SEVCENKO, 1992, p. 23-73). Isso pode ser observado, além dos exemplos já apresentados aqui, a partir das formulações de prescrições a respeito do uso do chapéu por mulheres em espaços fechados, como nos cinemas, mas também pelos debates sobre as formas e tamanhos das vestimentas femininas (RAGO, 1991, p.65).⁹

A conjugação de diferentes conhecimentos sobre o corpo feminino, apoiados na observação estatística e pautados no discurso da ameaça da degeneração racial, permitiu o desenvolvimento de “toda uma teoria da postura e, conseqüentemente, toda uma pedagogia da postura para disciplinas cada vez mais cuidadosas” em relação aos comportamentos corporais das mulheres no espaço público (PERROT, 1986, p. 188). Em um texto a respeito do lenocínio no Rio de Janeiro publicado na “*Revista Forense*”, periódico jurídico editado em Belo Horizonte por Mendes Pimentel, os relatores reclamavam que a “semi nudez” da moda causava uma grande confusão social nas cidades, pois teria adentrado as casas de família, tornando a diferença entre as variadas manifestações e formas de ser mulher mais opaca e menos evidente. Diante da assumida dificuldade de solução dos “problemas” suscitados pela transformação sociocultural do período e diante da possibilidade de se diluir no curso da história as distinções sociais entre a mulher “honrada” e a mulher “desonesta”, os autores apontaram, perplexos, que “as transigências vão se manifestando e, em breve, a sociedade é uma massa confusa, onde não há distinções” (REVISTA FORENSE, 1927, p 447). Mais uma vez, o comportamento feminino não é avaliado somente levando em conta o gênero, mas dizia respeito à perda de referência das distinções sociais e à diluição das divisões sociais relacionadas a princípios morais e raciais. Reivindicações da população das classes médias, orientadas pelos “chefes de famílias” da burguesia mineira, passaram a cobrar atitudes da polícia, em especial de uma polícia de costumes, a respeito de abusos e imoralidades causadas pelos envolvidos com o meretrício no “centro urbano”, que importariam em “grave prejuízo para a ordem pública” (MINAS GERAIS, 1922, p.62). Assim, os argumentos de proteção à moral e à honra das famílias e o combate às supostas imoralidades praticadas na região da prostituição feminina na capital começaram a se

tornar importantes justificativas das intervenções policiais, que foram vistas como profilaxia contra a imoralidade reinante do período.

Esses argumentos se consolidaram num processo de circulação de referenciais simbólicos, de demandas sociais e de luta pela legitimidade de ocupação de determinados espaços urbanos pelo meretrício (SCOTT, 1995). As investidas e os apelos pela decência pública e em “defesa da família” se intensificaram ao longo do tempo. Essas demandas culminaram em uma guerra simbólica que inventou um tipo de família a ser defendido, mas também forjou a mulher que não atendia a suas expectativas e que passava a figurar como uma inimiga desse projeto civilizador. Um dos resultados desse processo foi uma série de propostas de controle e de reorganização da prática da prostituição no espaço urbano, que a polícia de costumes estadual buscou implementar em Belo Horizonte ao longo da década de 1920 (PEREIRA, 2019).¹⁰

Guerra aos cabarés

O Sr. Dr. Edgard Franzen de Lima, delegado da comarca da capital, baixou anteontem a seguinte portaria:

‘Pela presente portaria ficam de hoje para diante, cassadas todas as licenças para o funcionamento dos chamados ‘cabarés’ ou diversões públicas ou acessíveis ao público, com caráter permanente, nas denominadas ‘Pensões Chics’ desta capital.

E assim resolvo por me parecer abusivo e aberrante de dispositivos legais vigentes o funcionamento das referidas diversões, pelo que mando que, registrada esta no livro próprio se dê da mesma conhecimento imediato às pensões que porventura tenham ainda ou gozem presentemente das licença ora cassadas. (a) Edgard Franzen de Lima, Delegado da Comarca da Capital (Diário de Minas 23/02/1921, p. 2).

Os argumentos para intervenção policial na localização da prostituição na capital se consolidaram num processo de circulação de referenciais simbólicos, numa luta simbólica pela autoridade de definição dos espaços urbanos que seriam ocupados pelo meretrício. Esse processo envolveu, também, uma aproximação da polícia mineira com os saberes e práticas das polícias brasileiras, mas especialmente com os saberes da polícia de costumes parisiense (PEREIRA, 2019). O discurso dessas reclamações procurava construir e legitimar as “delimitações espaciais” e as “distinções sociais” das práticas de diversões noturnas e do meretrício (BOURDIEU, 1996). As “famílias mineiras” foram convocadas para compor o rol das instituições a serem protegidas pela polícia, mas também encabeçavam a luta pela “observância da moral” (PEREIRA, 2019).

Em artigo publicado em janeiro de 1923 o redator do “*Diário de Minas*” foi enfático ao afirmar que os chefes de família da capital mineira não queriam a extinção da prostituição, somente uma reorganização moral dessa prática. A necessidade de dar vazão aos impulsos

sexuais foi compreendida como algo natural do comportamento masculino, justificando a manutenção dos cabarés (RAGO, 1991), como o acontecimento narrado pelo artigo acabou reforçando. Não seria preciso, nessa lógica de intervenção, perseguir as meretrizes até que elas desaparecessem da cidade, mas **“localizar tais pontos de reuniões barulhentas e licenciosas fora das vistas e das ouças das famílias”** (Diário de Minas, 31-01-1923, p. 2, grifos meus). Essa relação entre as demandas da população e a ação da polícia foi marcada por tensões e houve diversos desencontros entre as cobranças feitas nos jornais e as formas pelas quais a polícia direcionou seu policiamento ao meretrício. Um articulista reclamou, meses mais tarde, que

há tempos as famílias residentes na Avenida Comercio **fizeram um abaixo assinado pedindo um fechamento do ‘Eden Cabarets’, dirigido habilidosamente pela famosíssima Olympia. E a polícia, mais que depressa mandou fechar o Radium Cabaret, casa de show menos escandalosa e contra a qual ninguém até então clamara.** É esquisito que o Sr. Chefe de Polícia, tendo o pedido de famílias para o encerramento de um prostíbulo, vá exatamente contra outra casa de diversões, deixando em paz Olympia, que prospera, sabe Deus de que modo, em seu Éden (Diário de Minas, Os cabarés em Belo Horizonte, 23/02/1923, grifos meus).

É preciso reforçar que os cabarés de Olympia também foram alvos da repressão policial, inclusive ao longo de toda década de 1920. Ela, entretanto, conseguiu manter-se na ativa, recorrendo das decisões dos delegados, através dos seus contatos políticos (PEREIRA, 2019). A polícia de costumes, especialmente após a instalação da Delegacia de Fiscalização de Costumes e Jogos, na virada de 1927 para 1928, articulava-se para promover a retirada da prostituição do centro urbano e localizá-la em uma região afastada (MINAS GERAIS, 1922, p. 57; MINAS GERAIS, 1928, p. 229). Essa tentativa não foi concretizada, mas a polícia, lançando mão de uma portaria, manteve uma política de vigilância dos comportamentos de meretrizes do chamado “baixo meretrício”.¹¹ Tal política de policiamento acabou abrangendo homens e mulheres que se envolviam em conflitos diversos, sem que eles tivessem, necessariamente, ligações com a prostituição.

Além disso, as formas de se apresentar e se comportar no espaço público surgiam como um dos principais motivos das prisões anunciadas nos jornais (PEREIRA, 2012). O que demonstra um investimento policial para uma transformação daqueles comportamentos, mas também a construção de representações sobre os espaços do meretrício e sobre os comportamentos que seriam típicos das prostitutas. Essas representações passaram a ser utilizadas como parâmetros para identificação dos sujeitos que transitavam na cidade, mesmos

daquelas mulheres que não se encaixavam necessariamente no esquema “honesta-decaída”, mas que invariavelmente tinham suas ações no espaço público avaliadas, observadas e “significadas simbolicamente como uma posição social”, ou no caso, moral (CHARTIER, 1990, p. 23).

Os relatos dos jornais foram uma forma de institucionalizar as marcas morais e corporais da existência de diferentes grupos da cidade. As representações que circularam nos periódicos foram capazes de organizar um conjunto discursivo a respeito dos comportamentos de determinadas mulheres e homens. Essas narrativas levantavam dúvidas sobre suas posições sociais e suas características morais, afinal, aqueles que transgrediam determinados códigos não passariam despercebidos e seus atos logo seriam anunciados e objetivados pelos “representantes” do espaço público, como os jornais e os guardas-civis.

Detidos

A polícia da 1ª circunscrição prendeu ontem a nacional Rosa Augusta de Miranda; de 32 anos de idade, **por se portar de maneira inconveniente no ponto dos bondes**, e Manoel de Jesus Vieira, que se mostrou **desrespeitador de famílias no Parque Municipal**. (Diário de Minas 29/01/1920, p.2, grifos meus).

Os comportamentos corporais dos habitantes da capital mineira foram, insistentemente, alvos dos projetos de modernidade para Belo Horizonte, os quais buscavam, desde sua fundação, “dotar os sujeitos de uma outra sensibilidade de ser e estar naquele mundo urbano” (MORENO e VAGO, 2011, p. 69). Paulatinamente, os prazeres, os desejos, as formas de ocupação do espaço público e de diversão noturna sofreram investimentos tanto das políticas de policiamento das seções urbanas e suburbanas da cidade, como de grupos sociais interessados em promover e estabelecer certos preceitos de civilidade, desconectados da sua realidade original, mas bastante imbricados com os interesses políticos de transformação da capital em um símbolo de modernidade (PEREIRA, 2018).

Considerações finais e transitórias

Entender os jornais como organizações sociais capazes de propor prescrições sociais e culturais é admitir seu papel formador na sociedade (PALLARES-BURKE, 1998). Neles, encontramos a circulação e a construção de conhecimentos, seja através da difusão cultural, seja através da sua função de noticiário. Essas duas formas que o jornal pode assumir – que estão longe de serem as únicas – permitiram a proposição de uma análise das maneiras pelas quais a imprensa construiu representações sobre as meretrizes, a vida do meretrício, as mulheres de família, as esposas e a vida em família. Permitiram observar a elaboração de classificações e a mobilização de um vocabulário próprio para se referir àquelas pessoas e àquelas práticas (RICOEUR, 1986; BOURDIEU, 1996).

Além disso, essa reflexão permitiu indagar as relações que os jornais estabeleceram com um conjunto de códigos e símbolos utilizados por diferentes saberes técnicos, como o policial. Foi possível notar, ainda, que os periódicos belo-horizontinos se constituíram como espaços para a tomada de posição e para a atuação política das elites locais a respeito das transformações sociais que se deram no período. Especialmente no sentido de barrar uma imaginada confusão entre as classes sociais e os grupos raciais que acompanhava a modernidade. Esses grupos, em que se inserem médicos, arquitetos, professoras, engenheiros, jornalistas e funcionários públicos, foram os “produtores” legítimos do espaço urbano, seja por seus discursos, seja por suas ações. Essas práticas mobilizaram dispositivos de uma vida urbana no intuito de fazer dos corpos um “lugar de desenvolvimento estético, de cultivo de maneiras, de processo civilizador” (MORENO e VAGO, 2011, p. 79).

A vida urbana em Belo Horizonte, enfim, foi definida por aquilo que a cidade oferecia e pelas maneiras como os habitantes desfrutaram desses espaços (SILVEIRA, 1996, p. 168), mas também, pela forma como esses habitantes produziram esses espaços e pelas disputas envolvendo as possibilidades de ocupação da cidade pelos mais variados corpos que viviam na capital. Como vimos, o cultivo do corpo feminino moderno foi perpassado por dilemas socioculturais caros à formação histórica da sociedade brasileira, como o processo de diferenciação entre, por um lado, um corpo desejado, que foi entendido como belo, branco, saudável, posto que higiênico, inspirando confiança, ativo mas delicado, contido e sem exageros e, por outro lado, um corpo constantemente evitado, que seria feio, ou menos belo, negro ou, por vezes, embranquecido e denominado mulato, anti-higiênico, desengonçado e exagerado em suas formas e gestos (LIRA, 1999, p. 54-55).¹²

Tratava-se de uma tentativa de produzir uma limpeza social presente em diferentes cidades na primeira metade do século XX e em políticas públicas diversas, como a regulamentação extralegal da prostituição e a implementação de códigos de divertimentos urbanos (PEREIRA, 2019; PULIDO LLANO, 2016).¹³ A vinculação entre espaços de divertimentos de trabalhadoras e trabalhadores urbanos como locais de prostituição ou de perdição moral pelos impressos diários não foi uma novidade mineira (KALIFA, 2013; PULIDO LLANO, 2016). Mas nos casos das cidades brasileiras no período republicano, percebe-se uma tendência dos processos de constituição da distinção moral terem como característica fundante uma combinação entre diferenciação social e diferenciação racial, devido ao passado recente da escravidão, reforçando o caráter interseccional desse fenômeno, tema pouco discutido na historiografia que trata da capital mineira (PEREIRA, 2016).

A circulação da dicotomia mulher negra, pobre e imoral *versus* a mulher branca, burguesa e pura deu-se de modo a valorizar a opacidade dessas diferenças. Segundo essa perspectiva, se o dinheiro faltava à mulher branca, os valores morais e raciais a salvariam da perdição de ser confundida com uma mulata empoeirada. É curioso perceber ecos desse tipo de distinção em diferentes acontecimentos recentes, como a popularização de marcas de cosméticos em determinados grupos sociais e a querela dos uniformes para empregadas domésticas ou babás em algumas capitais do Sudeste. Essas representações marcaram os corpos das mulheres e foram importantes organizadoras das distinções sociais vivenciadas pelo gênero feminino no espaço público em Belo Horizonte no século XX (PEREIRA, 2018). As prescrições para os comportamentos femininos em Belo Horizonte, analisadas nesse artigo, são indícios que remontam ao corpo desejado, sonhado e representado pelos grupos privilegiados na tomada de decisão sobre a produção do espaço público na capital mineira, que era representado como símbolo da modernidade e da civilização. Por outro lado, essas intervenções nos comportamentos das mulheres também se relacionam com o corpo-problema, que precisava transformar-se ou ser apagado da memória e da história da construção e consolidação da capital mineira como uma cidade moderna.

Referências

ANDRADE, Luciana. *A Belo Horizonte dos Modernistas: representações ambivalentes da cidade moderna*. Belo Horizonte, C/Arte, 2004.

ANTUNES, Elton. *Um jornal no meio do caminho: os arquitetos da Imprensa na Belo Horizonte dos anos 20 e 30*. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia), FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Linguísticas*. São Paulo, Edusp, 1996.

_____. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola. A aventura da imprensa. In: CASTRO, Maria Céres. et al. *Folhas do Tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte – 1895-1926*. Belo Horizonte: UFMG/PBH/AMI, 1997.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Bertrand: Rio de Janeiro, Difel, Lisboa, 1990.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. n. 11, vol. 5, 1991, p. 173-191.

COELHO, Celina. Feminismo. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 22-04-1928.

DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 1920-1928.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, 1928-1930.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. A inconfidência mineira e Tiradentes vistos pela imprensa: a vitalização dos mitos (1930-1960). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n° 44, p.439-262, 2002.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

KALIFA, Dominique. *Les bas-fonds: histoire d'un imaginaire*. Paris: Éditions du Seuil, 2013. (L'univers historique).

LIRA, José Tavares Correia de. O urbanismo e o seu outro: raça, cultura e cidade no Brasil (1920-1945). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. n° 1 / maio 1999, p. 47-78.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DA POLICIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao sr. dr. Affonso Penna Júnior, secretário do interior, pelo bacharel Júlio Octaviano Ferreira, Chefe de Polícia, em 1922*. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1922.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DA SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente do Estado pelo dr. José Francisco Bias Forte, Secretário da Segurança e Assistência Pública, referente ao ano de 1927*. Belo Horizonte Imprensa Oficial do Estado, 1928.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DA SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *Relatório apresentado ao exmo. Sr. Presidente do Estado pelo dr. José Francisco Bias Fortes, Secretário da Segurança e Assistência Pública referente ao ano de 1928*. Volume II. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado, 1929.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.

MORENO, Andrea; VAGO, Tarcísio Mauro. Nascer de novo na cidade-jardim da República: Belo Horizonte como lugar de cultivo de corpos (1891-1930). *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 3 (66), p. 67-80, set./dez. 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

MOURA, Maria Lacerda de. *Feminismo? Caridade? Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23-03-1928.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. *Caderno de Pesquisa*, Cortez, n. 104, p. 144-163, jul. 1998.

PEREIRA, Josemeire Alves. Os herdeiros da “Fazenda Bom Sucesso” e a população negra na história de Belo Horizonte (MG). *História Histórias revista do programa de pós-graduação em história* – UnB, Brasília, Vol. 4, n. 8, 2016 ISSN 2318-1729 p. 173-187.

PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. A. Sociabilidades e moralização dos costumes: Os guardas-civis e a experiência do policiamento do meretrício em Belo Horizonte (1928-1934). *Historia & Perspectivas (UFU)*, v. 49, p. 41-68, 2013.

_____. "Pobres mulheres": imaginário social e a prostituição em Belo Horizonte. *MÉTIS: História & Cultura*, v. 17, p. 267-291, 2018.

_____. “No intuito de produzir influência educativa”: educação moral, polícia de costumes e prostituição feminina em Belo Horizonte (décadas de 1920-1930). Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PULIDO LLANO, Gabriela Pulido. Cabareteras y pachucos en *Magazine de Policía*: Ciudad de México, 1940. In SPECKMAN GUERRA, Elisa y BAILÓN VÁSQUEZ, Fabiola. (Coord.). *Vicio, prostitución y delito: mujeres transgresoras en los siglos XIX y XX*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas, 2016. (Serie Historia Moderna y Contemporánea, 68).

RICOEUR, Paul. *Du texte à l'action: essais d'hermeneutique*, II. Colletion Esprit. Paris, Seuil, 1986.

RAGO, Luzia Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. In LOYOLA, Maria Andréa (Org.) *A sexualidade nas ciências humanas*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998.

RIBEIRO, Raphael Rajão. *A bola em meio a ruas alinhadas e uma poeira infernal: os primeiros anos do futebol em Belo Horizonte (1902-1927)*. 2007. Dissertação (História Social da Cultura), FAFICH, UFMG, Belo Horizonte, 2007.

SANTOS, Simone Adriani dos. *Senhoras e criadas no espaço doméstico, São Paulo (1875-1928)* Tese (Doutorado em História Social), FFCHL, USP, São Paulo, 2015.

SCHETTINI, Cristiana. *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto. Alegre: v. 2, n. 20, Jul/Dez, p.71-99, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SIEGEL, Micol. Beyond Compare: Comparative Method after the Transnational Turn. *Radical History Review*, n. 91, Winter, p. 62-90, 2005.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. O sonho de uma *petit* Paris: os cafés no cotidiano da capital. In DUTRA, Eliana Freitas (org.) *BH: Horizontes históricos*. Belo Horizonte C/Arte, 1996.

SOIHET, Rachel. Corpo feminino e formas de violência: discursos e práticas. In SWAIN, Tania Navarro; MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. (Orgs.). *Mulheres em ação*: práticas discursivas, práticas políticas. 1 ed. Florianópolis - Belo Horizonte: Ed. Mulheres - PUC- Minas, 2005a.

_____. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Revista Estudos Feministas*. [online]. vol.13, n.3, pp. 591-612, 2005b.

SCHPUN, Mônica Raisa. *Beleza em jogo*: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo: Boitempo/Senac, 2009.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *História das mulheres e as representações do feminino*. Campinas: Curt Nimuendajú, 2008.

Artigo recebido em 5 de março de 2018
Aceito para publicação em 13 de maio de 2019

¹ Este artigo é um desenvolvimento de questões que ficaram de fora da minha dissertação de mestrado, mas que foram produzidas no decorrer da pesquisa que culminou no texto final defendido no Programa de Pós-Graduação em Educação: conhecimento e inclusão social da UFMG. A pesquisa teve 12 meses de apoio do CNPq, a quem agradeço.

² A di-visão produz uma separação do olhar e do modo como concebemos os objetos e sujeitos divididos por esse processo.

³ Penso na perspectiva da performance como processo de construção de sentido, significação e de identidade a partir da repetição da ação performática, que é “reencenação e nova experiência” ao mesmo tempo.

⁴ Na perspectiva desse pensamento, essas tentativas estavam fadadas ao fracasso.

⁵ *Os jornais passaram a atuar no século XIX e XX em diferentes níveis e de diferentes maneiras, como importantes meios de consolidação e formulação de projetos políticos e culturais nos centros urbanos.*

⁶ Essa violência é, antes de tudo, trans-histórica e traduz a feição do transnacional dos processos de conformação do capitalismo industrial e das sociedades de consumo no século XX. A sedução que os valores da modernidade traziam é um tema recorrente nas histórias de prostituição e de tráfico de mulheres, que *glamourizavam* a vida dos cabarés e enfatizavam a liberdade feminina.

⁷ É importante frisar que nem todas as mulheres que frequentavam os espaços de diversão noturna atuaram como prostitutas. Esses espaços também eram frequentados por homens e mulheres trabalhadores das indústrias ou do serviço doméstico da capital. Além disso, é comum encontrar prostitutas que também eram trabalhadoras desses ramos urbanos.

⁸ A percepção da cidade como um espaço de tensão se deu pela leitura dos jornais e encontra-se mais evidente em narrativas sobre os perigos do mundo do vício, sobre os problemas de habitação, os problemas da criminalidade, da licenciosidade dos cabarés, entre outros. Já as representações do provincianismo em Belo Horizonte, além de serem evidenciadas em poemas e contos publicados nos jornais, foi tema debatido por Andrade (2004). Estudando trabalhos de Pedro Nava, Cyro dos Anjos e Carlos Drummond de Andrade a autora constatou que a principal representação de Belo Horizonte, construída pelos autores, era a do provincianismo.

⁹ Até onde foi possível perceber, os autores dos textos analisados eram, em geral, homens. Ainda não foi possível, contudo, encontrar evidências palpáveis sobre esses escritores.

¹⁰ Essas propostas foram desenvolvidas pela chamada “polícia de costumes” e culminou na criação de uma delegacia especializada na fiscalização de costumes. A Delegacia de Fiscalização de Costumes e Jogos promoveu uma espécie de regulamentação extralegal da prostituição, promovendo arbitrariedades no processo de repressão à prática da prostituição feminina da capital mineira. Ver relatórios da Chefia de Polícia de 1922 e da Segurança Pública de 1928 e 1929.

¹¹ Uma portaria prescrevendo comportamentos das meretrizes foi proposta pela Delegacia de Costumes em 1928. Conferir Relatório da Segurança Pública de 1928.

¹² Esses discursos correspondem a uma retroalimentação do discurso médico-urbanista que propôs uma série de intervenções urbanas na vida e no cotidiano de populações trabalhadoras e negras nas cidades brasileiras ao longo do século XX.

¹³ Legalmente falando, a prostituição nunca foi efetivamente regulamentada pelo estado brasileiro, mas os governos estaduais ou municipais republicanos procederam de modo a regulamentá-la, criando regras que dependeram da vigilância de autoridades médicas ou policiais. A ocorrência e duração desses regulamentos extralegais, e seus cumprimentos, variaram ao longo do tempo e espaço.

GÊNERO, MEMÓRIAS E TRADIÇÕES: MULHERES IMIGRANTES AÇORIANAS EM SÃO PAULO

GENDER, MEMORIES AND TRADITIONS: IMMIGRANT WOMEN IN SÃO PAULO

Elis Regina Barbosa ANGELO*
Maria Izilda Santos de MATOS**

Resumo: Este artigo trata das relações estabelecidas entre as mulheres açorianas e seus descendentes na Vila Carrão em São Paulo, percebidas na gastronomia, nas festas, na religiosidade, nas atividades lúdico-recreativas da Casa dos Açores, demonstrando legados dos antepassados na relação de (re)construção das tradições. Busca-se nas relações de gênero, e a partir da perspectiva do gosto e de sua manutenção, por meio do sistema culinário geracionalmente mantido nessa comunidade açoriana, perceber os sentidos da (re)construção dos sabores da memória, dos rituais e das festas entre os imigrantes e seus descendentes. Por meio da História Oral, as mulheres trazem experiências múltiplas do saber-fazer e o (re)constróem ao longo das temporalidades.

Palavras-chave: Gênero, mulheres açorianas, memória, tradição, sabores.

Abstract: This paper deals with the relations established among Azorean women and their descendants in Vila Carrão in São Paulo, which are perceived in the gastronomy, festivals, religiosity and in the ludic-recreational activities of the Casa dos Açores, demonstrating legacies of the ancestors concerning the re(construction) of traditions. We seek in gender relations and from the perspective of taste and its maintenance, through the culinary system that was generational maintained in this Azorean community, to perceive the senses of (re)construction of the memory flavors, rituals and celebrations between the immigrants and their descendants. According to the perspective of Oral History, these women bring multiple experiences of know-how, which are therefore reconstructed by them throughout temporalities.

Keywords: Gender, Azorean women, memory, tradition, flavors.

Introdução

A atenção às experiências femininas nos estudos sobre os processos de e/imigração tem sido pouco expressiva, mas, as mulheres foram atuantes nos deslocamentos, mesmo sem indicações teóricas dessas experiências. Mesmo quando estavam destinadas a permanecer na terra natal, participavam ativamente de todos os procedimentos, bem como das decisões a serem tomadas (quem devia partir, quando, para onde e com quais recursos), incluindo sua atuação

* Doutora em História – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo. Professora Associada da Universidade Federal do Rio Rural do Rio de Janeiro. E-mail: elis@familiaangelo.com

** Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo. Pesquisadora 1A do CNPq. Doutorado em História – Universidade de São Paulo. Livre docência – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo. E-mail: mismatos@pucsp.br

nos rituais de partida e nos preparativos para a viagem. As saídas dos homens afetavam diretamente o cotidiano feminino na sociedade de origem, elas assumiam responsabilidades que antes eram incumbências masculinas, tendo o trabalho e encargos ampliados para além das suas atividades tradicionais, arcando com a manutenção das propriedades, comércios, negócios, incluindo o gerenciamento de bens e finanças familiares. Na sociedade de acolhimento, as mulheres imigrantes tiveram seu cotidiano marcado pelo trabalho, foram atuantes nas fazendas, núcleos coloniais, estabelecimentos comerciais, fabris e em múltiplas outras atividades, operando também através de várias estratégias de sobrevivência.

Desvendar essas histórias torna-se um desafio de pesquisa, frente à marginalização da mulher na maior parte da bibliografia e na documentação oficial. As experiências, vidas e expectativas das imigrantes necessitam ser recuperadas através de investigações que contribuam para reverter enraizamentos impostos pela produção historiográfica que, marcada por discursos universais, silencia o passado das mulheres.¹

Esta investigação empreende o esforço de conferir visibilidade às mulheres imigrantes e abrir horizontes metodológicos para os estudos dos deslocamentos. Para questionar a noção do imigrante universal/masculino² e destacar a importância das experiências migratórias femininas, prioriza-se a metodologia da História Oral³. A história oral aqui deve ser compreendida como um processo que permite (re)conhecer como pessoas ou seus grupos efetuaram e elaboraram suas experiências, incluindo situações de aprendizado, mudanças de perspectiva, ou seja, como os açorianos e seus descendentes experimentaram o passado, trazendo várias informações e representações. (ALBERTI, 2004)

Por meio de entrevistas enfatizando as histórias de vida e, especialmente, a viagem, experiências de mudança e transformações, cinco imigrantes foram escolhidos por conta de suas aderências ao grupo de açorianos na Vila Carrão, Zona Leste da cidade de São Paulo. Antonio Tavares Arruda, Henrique de Arruda Soares, Ilda Maria Salvador dos Reis, Leonilda dos Reis Jacob e Maria de Lurdes de Arruda Paz trouxeram aspectos relevantes para a pesquisa, seja sob a perspectiva dos que vieram ou dos filhos aqui nascidos. Assim, por meio de entrevistas, foram colaborando no desvendar dos aspectos que consideram significativos no processo de deslocamento, assentamento e manutenção das identidades.

A investigação permitiu perceber que os valores, hábitos e costumes acompanham os sujeitos nos seus processos de deslocamento e marcaram as trajetórias imigrantes femininas. Dessa forma, incorporando uma perspectiva de gênero, estes escritos consideram as memórias das mulheres imigrantes açorianas e suas sucessoras, destacando seu papel na manutenção das

tradições, transmissão dos fazeres/saberes da alimentação e das práticas gastronômicas. A análise privilegia as relações entre representações culturais, religiosidades, celebrações/festas e “sistema culinário”⁴, que inclui a concepção do gosto⁵, sabores, imagens e aromas, preparação dos pratos (ingredientes, formas de preparo e apresentação), valores gastronômicos atribuídos pelo grupo, bem como a sua (re)construção ritualística nos dias de festa celebrados pela comunidade açoriana estabelecida em São Paulo.

A pesquisa observa a construção cultural e histórica de uma educação culinária (inscrita na educação geral) associada à formação do gosto e ao modo de fazer/saber feminino. Enquanto construção cultural e histórica, o gosto é resultado de uma educação culinária, que por sua vez se inscreve na educação geral, cabendo destacar a importância feminina, já que a formação do gosto e a transmissão dos hábitos são introduzidas na infância, em geral pela mãe, ou por quem prepara os alimentos. A memória dos sabores da “meninice” se mantém presente por toda a vida, os aromas e sabores dos pratos da infância são inesquecíveis. Dessa forma, englobou-se os sentidos da produção material e imaterial em torno do alimento e as ações das mulheres imigrantes, buscando compreender construções simbólicas, heranças, hábitos e tradições, relações de sociabilidade à mesa (alimentar, conversar, comungar ideias e crenças, compartilhar valores, sonhos e memórias) e formas de celebrar/festejar.

Açorianos em São Paulo: associativismo, cultura e gênero

A partir das décadas de 1950 e 1960 os açorianos buscaram em São Paulo novas possibilidades, eles se instalaram na Vila Carrão (Zona Leste), nas ruas Dentista Barreto, Água Funda e Luzia da Conceição Moraes, que ainda hoje apresentam um número elevado de ilhéus e seus descendentes. (ANGELO, 2015)

Na Vila Carrão, os açorianos se estabeleceram devido às oportunidades de trabalho, em particular as oferecidas pelo Cotonifício Guilherme Giorgi, no qual ocupavam a maior parte dos postos.⁶ O processo funcionava através de redes (RAMELLA, 1995; TRUZZI, 2008), os recém-chegados ou os que eram chamados tinham indicação para a inserção na fábrica. Além desse trabalho, os açorianos dedicavam-se a ocupações em setores técnicos especializados, fazendo-se presentes nas padarias, armazéns, floriculturas, feiras livres e açougues, participando de forma ativa e garantindo a visibilidade na comunidade do bairro.

A chegada num país estrangeiro implica estratégias de inserção, juntamente com procura por convivências e reencontros com conterrâneos, ações constituídas em espaços religiosos, culturais, de lazer e desportivos. Em algumas situações, conduzem a organização de

associações, nas quais os e/í migrantes e seus descendentes se unem em torno de um conjunto de interesses, objetivos e sentimentos coletivos que reforçam a sensação de pertencimento. (ROCHA-TRINDADE, 2010)

Essas associações se tornam *locus* de reunião e convivência, também de manutenção e afirmação identitária ao objetivar congregar, manter/reviver/inventar tradições, assumindo o papel de “lugares de memória” (NORA, 1993). Na busca por manter a coesão social, as associações também propiciam oportunidades para a realização de eventos de congraçamento, festas de cunho social, atendendo expectativas culturais e recreativas. Assim sendo, a prática associativa se tornou instrumento de reconstituição de identidades, manutenção de laços, estabelecimento de redes e até resistência cultural.

Nesse contexto, na década de 1980, na Vila Carrão, foi fundada a Casa dos Açores, constituindo-se numa forma de territorialização⁷ definida por múltiplas relações e visando manter elos com as origens, cultivar as tradições açorianas, organizar eventos, festas religiosas e demais atividades culturais.

As celebrações festivas dos imigrantes se inserem num conjunto de elementos e rituais, contendo memórias de fatos históricos, religiosos e culturais, informações que são rememoradas, envolvendo um processo de recriação de elementos materiais e imateriais das tradições e costumes de um grupo.

A Festa do Divino, a gente sempre divide assim, né, pelo menos aqui na minha cabeça, eu a divido na parte que a gente chama: religiosa, aí eu chamo uma parte que ela é folclórica, e tem aquela outra parte que a gente a chama de comercial. Daí o comercial, o que prá nós é o comercial? – É a nossa Quermesse. Daí, prá nossa Quermesse a gente tem um tratamento. A parte religiosa, a gente coloca na religiosa. A religiosa é o dia da Festa, a Procissão, a Missa em si, e os Terços. E a nossa parte, que a gente chama Folclórica, é a Folia do Divino, são as Entregas, são os Bodos, né, a entrega que a gente faz. Doações que a gente faz. Então, essa parte que a gente chama ela mais de Folclórica.⁸

Entre os açorianos, tanto os residentes nas Ilhas como os que vivem na diáspora, uma das festas mais tradicionais é a do Divino Espírito Santo⁹, em São Paulo a festa foi recriada e se tornou um marco identitário e celebrativo.

Mulheres imigrantes: saber-fazer, tradições e sabores

A intenção de desvendar as histórias das imigrantes açorianas é sem dúvida um desafio de pesquisa, que permite observar que essas mulheres “traziam a experiência do trabalho árduo,

reproduzindo-o em outro contexto, presente nos relatos de memória” (MATOS, 2013, p. 94), e retratam um universo de comprometimento e ajuda mútua. As açorianas e as descendentes são atuantes na organização das atividades na Casa dos Açores, seja nos eventos culturais ou religiosos, festivos, gastronômicos nos quais executam a maior parte do trabalho. Para tanto, elas doam seu tempo, um “tempo de generosidade”, para a preparação dos alimentos compartilhados nas comemorações. (CAVALCANTI, GONÇALVES, 2009, p.26)

O preparo dos alimentos é função presente no cotidiano feminino, no entanto, cabe diferenciar as práticas e os alimentos preparados nos dias festivos ou de celebração – a “cozinha das festas”. Os dias festivos configuram-se como momentos especiais de se relembrar como era a celebração no lugar de origem, buscando reproduzir suas práticas com a preparação de pratos mais elaborados, receitas especiais mais longas e trabalhosas. (REVEL, 1996)

A Casa dos Açores organiza vários eventos festivos em diferentes momentos, nessas ocasiões pratos da tradição açoriana são elaborados. Entre os sabores tradicionalmente reconhecidos e mais apreciados estão “alcatra à moda da Terceira”, “cozido açoriano”, somados a bacalhoadá¹⁰, bolinho de bacalhau, feijão branco. Merecem destaque a “massa sovada”, bolos, pães, malassadas, embutidos (linguiças, morcelas, alheiras), também o arroz-doce.

As imigrantes açorianas se envolvem intensamente nos preparativos dos produtos comercializados ou compartilhados na Festa do Divino Espírito Santo. Esses quitutes são preparados na própria Casa dos Açores. Dona Leonilda¹¹, filha de açorianos, rememora como sua mãe e outras imigrantes se dedicavam à festa e como hoje se encontra organizado esse trabalho:

[...] o nosso trabalho começa realmente, por volta de janeiro. O trabalho forte que eu falo, o trabalho que é: em janeiro, eu sento com elas e a gente ali determina o cronograma das atividades, o que nós temos pra fazer até a Festa. Então, ali a gente marca o dia que nós vamos fazer a alheira, o dia que nós vamos fazer a linguiça, o dia que nós vamos fazer a morcela, que são produtos que tem que estar muito antes prontos pra Quermesse, tá? Então, a gente acaba se juntando: o dia que nós vamos desfiar o bacalhau, o dia que nós vamos ver a carne que vai nos lanches lá pra Quermesse. Então, nós temos um cronograma, depois se você quiser, eu te passo até o modelinho. O dia que a gente vai lavar as tripas, o dia que a gente vai amarrar as tripas... Então, isso, em janeiro a gente senta. A partir dali, praticamente, a gente não tem final de semana livre. A gente trabalha quase todos os finais de semana. Mas as senhoras foram ficando velhinhas, outras foram morrendo e começou a ficar meia dúzia, e elas não davam conta. Então, pra que a gente possa ajudar, como todos nós... nossa geração trabalha fora, minha geração trabalha fora, então a gente fica livre de sábado e domingo, então no sábado e domingo a gente vem, e é onde a gente faz o nosso trabalho.¹²

Embora as práticas sejam mantidas através das gerações, observa-se que ocorreram alterações, como a organização dos tempos, o estabelecimento de um cronograma e de equipes de trabalho, além de outras regras e sentidos adaptados ao cotidiano de uma cidade cosmopolita como São Paulo.

O cozinhar, além de ser um ato cultural, abrange sistemas de valores com escolhas e gostos, alimentos apreciados, rejeitados e preferidos, envolvendo procedimentos, códigos e regulamentos, práticas e preceitos, tradições, mas também, inovações, apropriações e descobertas. Cozinhar constitui-se em *habitus*¹³ e se mantém como elementos da memória, representações simbólicas do passado, traduzindo o sentimento de pertença, integração, reconhecimento e escolha, pois o que uns comem se diferencia do que os outros apreciam. As práticas gastronômicas, por si, seguem padrões e comportamentos apreendidos e mantidos ao longo das gerações. Como relata D. Maria de Lurdes:

Olha, na minha casa, minha mãe fazia comidas assim, que ela ensinou pra nós, mas eu não sou capaz de fazer a comida tão boa que a minha mãe fazia. Ou eu acho que era tão boa... Eu faço bolinhos de bacalhau, uns pasteizinhos doces, que é a parte da culinária que eu mais sei fazer. Como já disse, fui criada no campo, não sei muito, mas o que eu aprendi...¹⁴

A composição do que será servido, seu preparo e até mesmo o alimento escolhido subentende um processo complexo que abarca várias etapas: eleição dos produtos (códigos de aceitação, rejeição e tabus), classificação, acesso aos ingredientes, técnicas e processos de preparo (grelhar, assar, fritar ou cozinhar), condimentação e conservação, também as formas de servir e a apresentação à mesa, considerando que o ato de cozinhar implica fazê-lo para alguém, para os outros membros da família, amigos e conterrâneos¹⁵, estando a permanência da receita atrelada à sua capacidade de agradar.

Pelas suas percepções, compreende-se que, mesmo frente ao distanciamento do ambiente familiar, a cozinha é depositária e transmissora de hábitos, que dificilmente se apagam, tornando-se, além de reveladora do grupo que emigra, um elo entre o imigrante e as suas origens, tão importante quanto o idioma falado porque identifica e propicia o reconhecimento das pessoas do mesmo grupo, sendo portátil no processo de deslocamento.

No entanto, quando ocorre o deslocamento arca-se com todo um processo de estranhamento, com mudanças e apropriações, desconstrução e reconstrução, tendo de enfrentar as dificuldades do cotidiano, como de acesso aos ingredientes.¹⁶ Nas trajetórias de vida novas experiências, hábitos e sabores são apropriados, pois as heranças, apesar de uma matriz

semelhante, podem resultar em diferentes apreensões, pois são constituídas por meio de experiências pessoais. (ELIAS, 1997)

Uma das depoentes da Casa, D. Ilda Maria, observa as diferenças e adaptações na forma do preparo, rememorando as práticas nos Açores:

Na cozinha faço bacalhau, bacalhoadada, feijão branco assado e o cozido açoriano, cozido dos Açores. Só que não é feito como lá, porque a gente não tem buraco aqui, lá eles fazem um buraco no chão e põe na panela de barro... Graças a Deus não temos nenhum vulcão aqui, então não tem como lá, eles cozinham no vulcão, põe legumes, assados tudo na panela e põe a panela no buraco. A gente põe bem fechado, muito bem tampado. Fica muitas horas ali.¹⁷

Entre os diferentes tipos de memória (específica, étnica e artificial), constituiu-se a dita cozinha da memória, (HERVÉ, 2002) que possibilita o reconhecimento entre os membros de um grupo, através do uso de ingredientes e procedimentos, reproduzindo sabores e odores que atendem a um gosto específico. No caso das imigrantes açorianas, foram transferidos para o novo país o gosto e os hábitos enraizados, como a devoção, a celebração e os sabores das festas. Na experiência de deslocamento, a alimentação é o derradeiro costume a se desnacionalizar, podendo ser considerado até um fator de resistência, pois a culinária atua com um dos referenciais do sentimento de identidade, como característica portátil que pode se tornar referencial de identidade em outras terras, lugares e até mesmo países. (DUTRA, 1991)

Esse saber-fazer ou *savoir-faire*¹⁸ da cozinha se transmite geracionalmente, num processo de aprendizado por meio da transmissão de mãe para filha, e também na experiência coletiva, nesses momentos de encontro muito costumeiros entre as açorianas e suas descendentes. Entretanto, da tradição escrita pouco restou, a exemplo da elaboração dos pratos, majoritariamente automática, faz parte dos costumes e elementos da memória, com práticas, hábitos recebidos e transmitidos oral e empiricamente.

As receitas enraizadas tornam-se elos entre as mulheres que se organizam em torno da cozinha, e se associam à vida doméstica e às tradições. Os códigos econômicos (produção e consumo), a recorrência de ingredientes (vinculada à produção local ou às ações de importação e exportação), o favorecimento de certos produtos, mudanças e permanências de hábitos familiares, diferentes paladares, hábito de comer frio ou quente, mais ou menos salgado, apimentado, pastoso ou sólido, também os sentimentos estéticos, com suas diferentes maneiras de apresentar e servir, vão sendo maneiras de manter a tradição.

Apesar de serem numerosos os livros de receitas, entre as imigrantes os registros em cadernos de receitas ou manuscritos são raros, verdadeiras lacunas documentais. A falta de

hábito de registro talvez se deva à baixa escolaridade, principalmente feminina, que inviabilizava a manutenção de um caderno de receitas, ou se existiram alguns, foram perdidos nos tempos e nos deslocamentos. (MATOS, 2014) As receitas são constantemente modificadas, quanto aos ingredientes e quanto aos procedimentos utilizados, não somente em razão da ausência de registros, também pela criatividade-inovação-possibilidades de quem cozinha.¹⁹

As novas gerações buscam registrar saberes e segredos das Malassadas, conforme receita:

Ingredientes:

1 kg [farinha de trigo com fermento](#)

20 gramas de [fermento de padeiro](#)

3 [laranjas](#)

3 colheres de sopa [açúcar](#)

1 cálice de [aguardente](#) branca

8 [ovos](#)

[Óleo vegetal](#) para fritar

Modo de Preparo:

Dissolver o fermento em pouco de água morna e peneirar a farinha para um alguidar. Fazer uma cova no meio.

Deite o fermento, o sumo de laranja, o açúcar, a aguardente e uma pitada de sal.

Misture tudo.

Amasse adicionando os ovos um a um e batendo a massa com as mãos como se fossem pás.

A massa deve ficar bastante mole.

Se for necessário junte um pouco de leite morno.

Embrulhe o alguidar num cobertor e coloque em local temperado durante cerca de três horas até a massa ter dobrado de volume e apresentar-se rendilhada.

Depois, com as mãos untadas em óleo, vá retirando bocadinhos de massa do tamanho de uma noz, estique-a para os lados, dando-lhe uma forma mais ou menos regular e frite em óleo bem quente.

Escorra sobre papel absorvente e polvilhe com açúcar e canela.

Sirva em temperatura ambiente.

Dessa receita percebe-se que, como texto, prima pela economia de palavras, estilo preciso, apesar de que requer um saber prévio e capacidade de decifrar os códigos. Convencionalmente, inicia-se por enunciar os ingredientes, seguidos da etapa de execução. Estabelece-se a forma da mistura (bata rapidamente ou lentamente, com vigor ou vagarosamente, mexa com cuidado, os gestos e utensílios, ponto do doce, uniformidade da mistura), seguem-se os tempos e formas de cozimento e, finalmente, a apresentação.

Imagem 1: Malassadas Açorianas

Fonte: Casa dos Açores de São Paulo, 2017.

Nos encontros na Casa dos Açores, para “além das atividades desenvolvidas”, ocorre a convivência e conversas, nas quais as mulheres trocam informações e revelam segredos culinários, ao mesmo tempo transmitem para as mais jovens ensinamentos, práticas, informações e tradições (rezas, receitas, saber/fazer, benzeduras). Pode-se observar que nesses encontros os sentimentos são agregados ao preparo, criando momentos nos quais histórias são rememoradas e repassadas às novas gerações.

A *malassada*, - doce tipicamente português-, define um pouco desse universo de manutenção dos sabores de infância, pois, adaptadas às festas religiosas ou de lazer e entretenimento oferecidas na Casa dos Açores durante seu calendário anual festivo, reelabora o sentimento de pertença durante as comemorações. (CHUCHE, 2002)

Imagem 2: Preparação das alheiras



Fonte: Casa dos Açores de São Paulo, 2017.

Entre os pratos preparados para a festa, alguns se sobressaem. As alheiras estão entre os pratos apreciados e incorporados à festividade, podendo-se dizer que fazem parte da “invenção identitária” da cozinha portuguesa. (MATOS, 2007)

A gente tem dia, que a gente faz alheira, são quarenta pessoas que tão ajudando a gente. Começa, a gente tá aqui 06h00 da manhã, vamos até 05h00 da tarde sem parar. É trabalho o tempo todo. Então, você tem várias atividades... Ah! Prá fazer a alheira, você tem que ter o dia de cortar o pão duro, sabe, então, são todos os preparativos que você tem que pensar prá fazer aquele produto. Não é você chegar aqui e tá tudo... Não, tem que encomendar a cabeça, tem que limpar a cabeça do porco... Então, tudo isso a gente tem: o dia de limpar a cabeça do porco, o dia de cortar o pão, então, tenho isso muito bem detalhado, prá gente definir a data.... em paralelo com tudo isso, várias coisas estão acontecendo: você tem a parte dos Terços, que começa no Domingo de Páscoa.²⁰

Durante a elaboração, são recriados laços comunitários, sendo esses preparativos momentos de união do grupo, atrelando várias “mãos” com a retomada das tradições do “sistema culinário” desenvolvido e recriado na prática do fazer, possibilitando relações de sociabilidade e afetivas, concretizadas não apenas no ato de comer, também no preparo, visto como celebração. (PINTO, 2006)

A Casa dos Açores se tornou o *locus* de referência para as festas, sendo que para as mulheres, os tempos da festa são divididos entre os vários dias de preparo e o dia da celebração, sempre envoltos em muito trabalho. Esse processo envolve uma conotação emocionalmente construída, como se essa agremiação fosse um pedacinho dos Açores, onde apreciam estar e rememorar as histórias contadas pelas mães e avós como uma forma de voltar às raízes dos ancestrais.

Tem gente que tá aqui fazendo linguiça, tá aqui fazendo a alheira, tá aqui trabalhando o dia inteiro, então, também são doadores. São doadores do trabalho. Aí, esse número de duzentos passou pra trezentos. Então, a gente faz o Coquetel, que é uma maneira de a gente tá com todo mundo, não são só os doadores que tão com a gente, são os colaboradores. Então, a gente não faz essa parte da Sopa aqui. Tá? O que a gente faz de Culinária, assim, na Festa, por exemplo: o dia que a gente faz a Morcela, no dia que a minha mãe faz a Morcela, que a gente se reúne pra fazer a Morcela aqui, aí elas fazem o Pão de Milho, elas fazem o debulho, fazem... Deixa eu ver mais o quê... Fazem o Arroz-Doce... Então, nesses outros trabalhos, elas acabam colocando assim pra nós, em termos de comunidade. Durante o ano na Casa, o que a gente faz? A gente faz é muito Feijão Assado, que é à moda de lá, faz o Cabrito Guisado... Hoje em dia, a gente faz poucos eventos dentro da Casa. Por que faz poucos eventos dentro da Casa? Em decorrência realmente do quê? Era muito trabalho que a gente tem, e as pessoas começaram a ter dificuldades financeiras. Todas as outras Casas Portuguesas a mesma coisa, o pessoal já não enche mais as Casas nos Eventos... Então, a gente tava gastando toda uma energia pra tá fazendo um almoço e você não tinha um lucro. O que você tinha não conseguia manter a Casa.²¹

Outro prato que caracteriza um elo de sabor com os Açores, sendo expressivo das festividades do Divino, é a massa sovada, denominada em São Paulo como “Bolo de massa sovada”, um dos carros-chefes da Casa, muito apreciado pela comunidade açoriana e pelos visitantes.

Imagem 3: Bolos de Massa Sovada



Fonte: Casa dos Açores de São Paulo, 2017.

Os sabores são recriados e lembrados pelos vínculos com a devoção, as festividades despertam as memórias da infância (vivas nos Açores ou na casa materna na cidade de acolhimento), especialmente por se tornarem testemunhos que, apesar dos anos, não se perdem, sobrevivem e até resistem. Emergem como “campainhas da memória”, revivendo os sentidos mais marcantes, a percepção dos ingredientes, dos aromas acentuados, que impregnam os

corredores das reminiscências, constituindo-se em memórias afetivas que levam à busca de tempos perdidos, dos momentos de afeição ou da espera ansiosa pelas datas festivas.

Nesse sentido, na conversa com os senhores Henrique de Arruda Soares e Antonio Arruda²² algumas histórias se mostraram significativas. Eles destacaram que, ao se fazer a massa sovada na Páscoa, as mães colocavam no meio da massa um ovo inteiro incluindo a casca e aquele que o encontrasse teria sorte. Todos queriam achar o ovo, causando uma disputa e uma sensação de felicidade para o vencedor.

Quanto à doçaria, a arte do doce atrela-se à criatividade feminina, encontrando-se vínculos do doce com carinho, ternura e amor, assim, costuma-se preparar docinhos para o doente, para oferecer de presente, para receber uma visita e para as festas. O arroz-doce é outro prato de festa, usado como sobremesa, que sobressai em todos os recantos de Portugal, mas, em especial nas festas do Divino das Ilhas. Na receita reproduzida na Casa dos Açores, o arroz-doce tem cor amarelada porque na preparação (além do arroz, leite, canela) se incorporam ovos.

Imagem 4: Arroz-doce e seu preparo



Fonte: Casa dos Açores de São Paulo, 2017.

Entre as especialidades do cardápio das festividades açorianas estão também os bolos lêvedos – gastronomia típica do Vale das Furnas, freguesia do Concelho da Povoação, Ilha de São Miguel/Açores –, considerados a base da alimentação dos primeiros colonos chegados à Ilha. Identificado como patrimônio material essa iguaria é apreciada pelos moradores e turistas. Na Casa dos Açores passou a ser feita também para eventos, celebrações e para venda nas quermesses.

Refletindo sobre a organização feminina em torno dos fazeres/saberes culinários, percebe-se que os processos de deslocamento foram marcantes para as mulheres (tanto as que partiram como as que ficaram), que na sociedade de acolhimento, as açorianas tiveram seu

cotidiano marcado pelo trabalho. Cercadas de invisibilidades, elas emergem, inevitavelmente, sempre que a névoa que as encobre é dissipada, revelando toda a sua capacidade de reinvenção, essencial para o sucesso da empreitada de e/imigração.

Mães e avós buscaram transmitir para as novas gerações valores e práticas, como o comprometimento com a religião e as tradições, o que pode ser percebido nas atividades da Casa dos Açores. A associação mantém entre seus objetivos ser um ponto de acolhimento para os açorianos e seus descendentes, também tornar-se *locus* de manutenção de laços afetivos com o país de origem, suas tradições, sabores e celebrações, entre elas a Festa do Divino Espírito Santo.

Mulheres açorianas: devoção, festividades e relações afetivo-identitárias

A Festa do Divino Espírito Santo ocorre no dia de Pentecostes (50 dias depois da Páscoa), porém os preparativos se iniciam com muita antecedência, com a escolha dos “mordomos da festa”, um casal que fica responsável pela mordomia, sendo os principais membros à frente da organização anual.²³ As mulheres açorianas se fazem presentes na festa, algumas se destacam pela sua experiência organizativa e nas celebrações que incluem rezas, terços cantados, jantares e almoços para arrecadação de fundos, as “domingas do Divino” e as Folias do Divino, com os improvisos dos repentistas, que recolhem doações e cantam em agradecimento.

No dia de Pentecostes, às nove e meia da manhã inicia-se a procissão, saindo da Casa dos Açores em direção à Igreja de Santa Marina²⁴(também na Vila Carrão), onde se realiza a missa em louvor ao Divino Espírito Santo e todo um ritual religioso. As referências simbólicas na festa da Vila Carrão procuram dar continuidade às práticas açorianas, mas, que com os deslocamentos e com o passar do tempo se diferenciam.

Após as atividades celebrativas na igreja, ocorrem as apresentações de grupos folclóricos que alegram os visitantes com as antigas cantigas portuguesas e açorianas, e se inicia a quermesse, na Rua Dentista Barreto, em frente à Casa dos Açores. A quermesse acontece em dois dias (sábado e domingo de Pentecostes) e faz parte do calendário turístico da cidade de São Paulo e dele participam açorianos, descendentes e visitantes. Nos dias da festa vários pratos açorianos são comercializados, como as alheiras, as malassadas, os bolos lêvedos, os doces portugueses, a massa sovada e outros quitutes oferecidos ao público em barraquinhas. Os fundos são revertidos para a manutenção da Casa dos Açores e ações filantrópicas.

Em São Paulo, a festa se renova e reinventa, aspectos religiosos comportam preceitos e elementos do sagrado, também presentes em práticas de alimentação (CONTRERAS, 1993).

Nesse dia festivo e de celebração os sabores revelam tradições do grupo, os pratos são especialmente preparados desde a escolha dos ingredientes, a produção, condimentação e apresentação.

Nos Açores existe a prática dos bodos²⁵, que é a doação de comida no dia da festa. Na Vila Carrão o processo foi recriado sob outra perspectiva, a comida ou a doação é feita em forma de “entrega”.

A gente começou a dar o nome sem usar “Bodo”, a gente nem usa o nome de “Bodo” aqui, então a gente tem as Entregas... A gente tem que ir lá e entregar a carne e o vinho, na casa da pessoa... A gente tem a nossa parte da Folia, que tem já a parte dos Doadores, são as Doações, que a gente vai na casa de viúvas, que são as açorianas que não têm condições de tá pagando... Porque a Pensão, ela é paga, e a Doação também é paga, né... Se você quer ser um Doador, você paga R\$ 160,00, você quer pagar a Pensão, você paga R\$ 80,00, aí vai a massa, o pão, o vinho e a Bandeira do Espírito Santo. O que tem a mais no Doador, o que vem a mais no Doador é a Folia. A Folia, o Doador que quer, recebe a Folia do Divino na sua casa. E eles vão lá, todos trajados, seguindo todo o ritual nosso, que a gente tem lá dos Açores, que são os cantos improvisados na hora, que eles fazem e eles cantam em agradecimento à Doação. Então, tem, mas não são todos os Doadores que, Graças a Deus, não são, porque a gente não daria conta, a gente teria que começar dois meses antes.²⁶

Em São Paulo, as comidas passaram a ser vendidas, entretanto, mantém-se o intuito de agregar as pessoas em torno da sociabilidade e de difundir a culinária açoriana. As mudanças na organização da festa foram lembradas por D. Leonilda, que se encontra à frente da coordenação do evento:

Lá (nos Açores) não se tinha a Quermesse, lá tinha um Arraial normal, que era só musiquinha, tal... Nós, não, aqui nós temos uma Quermesse pra cuidar, então, a gente chega da Missa, faz tudo, se troca, tal... Já tá trabalhando... Então, não tem tempo hábil pra tá fazendo. Então, o que o pessoal fazia: no sábado um jantar dos doadores. Depois nós mudamos pra Coquetel. Por quê? Porque assim... com muita discussão com a comunidade, nós mudamos o pensamento: doador não é só aquele que doa os seus R\$ 160,00, eu tenho pessoas que pra eles doarem R\$ 160,00 é muito difícil...

Gradativamente a configuração da festa se alterou, saiu do espaço interno da Casa dos Açores para o espaço público – a quermesse. Dessa forma, a festa foi reconfigurada (inspirada em outras festas de comunidades imigrantes que são celebradas na cidade), sua organização e necessidades foram adequadas ao número crescente de participantes, chegando a atrair cerca de 15 mil pessoas, impossibilitando de manter a tradição das Ilhas de doar os alimentos. A quermesse também surgiu como uma estratégia de inserção na metrópole, sendo que, o próprio

termo “quermesse” advém das festas efetivadas pela igreja católica em comemoração em dias de santos padroeiros. Hoje a quermesse açoriana recriada no Carrão é valorizada nas atividades de celebração de Pentecostes. Dona Leonilda destaca:

A quermesse teve início por volta de 1979, mas uma coisa bem simples, um palco com som para apresentação de grupos folclóricos, havia venda de poucos produtos como a Massa Sovada e a Malassada. Atualmente a nossa quermesse envolve mais de 150 pessoas trabalhando nas barracas, fora toda a preparação que tem dos produtos como a alheira e a linguiça que fazemos entre fevereiro e março. A nossa festa faz parte do calendário oficial da Prefeitura de São Paulo e tem todo o suporte da mesma. Temos a barraca da malassada, bolinho de bacalhau, churrasco, hot-dog, batata frita, peixinho (pescaria com brindes), fogazza, minipizza, vinho quente, quentão, linguiça, alheira e das bebidas. Visitam nossa quermesse cerca de 15.000 pessoas. Temos toda uma estrutura para a realização da quermesse. Há apoio da Polícia Militar da Guarda Metropolitana, do CET no fechamento da rua.

Com o crescimento e a importância da festa, a Casa teve de reorganizar o seu funcionamento interno, ajustando um cronograma anual de atividades e preparativos para garantir a efetivação do festejo com sucesso, criando fundos, angariando valores e fazendo previsão de gastos. No seu processo histórico, a festa foi recriada e ressignificada, trouxe alguns elementos das festas açorianas e inseriu novos parâmetros, adaptando-se ao território e a outras dimensões, em especial a das novas gerações. (ANGELO, 2015)

A festa tem como sentido a “busca de retorno ao passado”, além de garantir a identificação entre os pares da comunidade açoriana, reconstituindo um “grupo de semelhança [...] baseado, principalmente, num processo cognitivo de encontro, reencontro e assimilação das relações provenientes desses encontros” (HENYEI NETO, 2015).

A pós-memória (HIRSCH, 2008, 1997; MODIANO, 1986; DERRIDA, 2001; SARLO, 2007; GAGNEBIN, 2006) das descendentes de açorianas se constitui através das narrativas ouvidas das mães e avós, com as descrições da festa vivenciadas antes dos deslocamentos, relembrando as distantes terras açorianas, seus sabores, imagens e sonoridades. Essa pós-memória identifica sujeitos com um passado reelaborado e desperta desejos de manutenção das tradições apesar de recriadas, ressignificadas e reinventadas, o que pode ser observado na festa na Vila Carrão aonde a banda imita as filarmônicas entoando canções de tradição popular, as brincadeiras e jogos lúdico-recreativos são exercitados e a cozinha açoriana torna-se uma “invenção identitária”.

Algumas considerações

Apesar de mantidas nas sombras, as mulheres açorianas desempenharam papel ativo no processo de deslocamento, foram fundamentais para o sucesso do projeto familiar de imigração, contribuindo para que as famílias tivessem maiores possibilidades, prosperassem e conseguissem melhor qualidade de vida e de saúde.

Os sentimentos de pertença a um lugar através dos princípios de identificação e semelhança se viabilizaram na institucionalização da Casa dos Açores, na Vila Carrão. Essa associação busca a construção de elos com o passado e com os Açores, nesse sentido, valoriza e difunde as tradições açorianas por meio das celebrações e busca conscientizar as novas gerações da importância delas. Às mulheres presentes nessa associação coube a manutenção e recriação das festas e tradições, percebe-se seu esforço para conservar vínculos com as origens, sem elas não seria possível guardar e recriar devoções, celebrações e sabores ao longo das gerações.

Essas devoções e celebrações trazidas das Ilhas foram transmitidas pelas mulheres sob a forma de ensinamentos e legitimação tanto da fé como das tradições açorianas, agregando a comunidade e recriando formas de pertencimento que contribuem para um reencontro com as origens. Nesse sentido, os sabores e as práticas gastronômicas particularizam as expressões dessa comunidade, se constituindo num “sistema culinário” que estabelece relações sociais e simbólicas, valores atribuídos e permite observar como foram (re)construídos e reelaborados neste dia de festa.

Durante a preparação da Festa do Divino se constituem ligações emocionais, não apenas por ser a maior celebração festiva da Casa dos Açores, mas também por mobilizar as mulheres da comunidade nos eventos, rituais, procissão, músicas e comidas. Quando as depoentes rememoram sobre as saídas, dificuldades enfrentadas na nova terra, os pais já falecidos, devoções, músicas e a comida materna se emocionam, já que rememorar implica uma reconstrução do passado irreversível, com a reelaboração e ressignificação de trajetórias e de si mesmo.

A alimentação (gosto e cozinhar) vincula-se às tradições transmitidas, no caso das imigrantes açorianas os sabores da memória foram reconstruídos num território de deslocamento (Casa dos Açores), contudo, no processo histórico ocorreram interação com a sociedade de acolhimento, gerando experiências fronteiriças e híbridas, sensação de inconclusividade e duplo pertencimento, numa trama de ligações afetivas com a cultura da sociedade de origem e a de acolhimento, constituindo-se “identidades recriadas” (SEYFERTH, 2002; ROCHA-TRINDADE, 2006; SAYAD, 2000).

Referências

- ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- _____. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. *Usos & Abusos da história oral*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ANGELO, Elis Regina Barbosa. *Trajetórias dos imigrantes açorianos em São Paulo*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- ARAÚJO, Ana Maria R. Camara. *Festa do Divino e suas transformações na comunicação e na cultura*. São Paulo: Andross, 2005.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz-Edusp, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *La distinción. Criterios y bases sociales del gusto*. Madrid: Taurus, 1988.
- CANESQUI, A. M.; GARCIA, R. W. D. (Orgs.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *As Festas e os Dias: Ritos de Sociabilidades Festivas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CONTRERAS, Jesús. Tierra, Cocina e Identidad. In: GARRIDO-ARANDA, Antonio (Comp.). *Cultura Alimentaria de España y América*. Huesca: Ed. La Val de Onsera, 1993.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo. Uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DUTRA, Rogéria. *A boa mesa mineira, um estudo de cozinha e identidade*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), URFJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1991.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- GAGNEBIN, Jeanne. *Lembrar Escrever Esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- HENYEI NETO, Gyorgy. *Identidade e ressignificação simbólica do açoriano dentro do movimento migratório para o Brasil: o caso da Vila Carrão*. 2015. Disponível em: <http://ufscar.academia.edu/GyorgyHenyeiNeto/Papers/304809/Identidade_e_reassignificacao_simbolica_do_acoriano_dentro_do_movimento_migratorio_para_o_Brasil_o_caso_da_Vila_Carrao>. Acesso em: 23 jun. 2016.
- HERVÉ, This. *Traité élémentaire de cuisine*. Paris: Éditions Belin, 2002.

HIRSCH, Marianne. The generation of postmemory. *Poetics today*. Durham, v. 29, nº.1, p.28-103, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Paris: Anthropos, 1986.

MATOS, M. Izilda S. de. *A cidade, a noite e o cronista: São Paulo e Adoniran Barbosa*. Bauru: EDUSC, 2007.

_____. *Portugueses: Deslocamentos, Experiências e Cotidiano – São Paulo, séculos XIX e XX*. Bauru: EDUSC, 2013.

_____. Alimentando o coração: Memória e Tradição das mulheres imigrantes portuguesas - São Paulo (1900- 1950). In: SOUSA, Fernando de; MENEZES, Lená Medeiro de; MATOS, M. Izilda S. de (Orgs.). *Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. Porto: CEPESE, 2014.

_____. *Cotidiano e cultura*. 3ª ed. SP: E@manuscrito, 2019.

MODIANO, Patrick. *Uma rua de Roma*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, v. 1, nº. 10, 1993.

ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho d'Água, 1996.

PINTO, Maria Dina Nogueira. Sabores e Saberes da Casa de Maní: a mandioca nos sistemas culinários. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº. 32, v. 1, 2006.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*. São Paulo, nº. 15, abril 1997, p.13-49.

POULAIN, Jean-Pierre. *Manger aujourd'hui*. Attitudes, normes et pratiques. Paris: Editions Privat, 2002.

RAMELLA, Franco. “Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratórios”. In: BJERG, María; OTERO, Hernán. *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Tandil: CEMLA - IEHS, 1995.

REVEL, Jean-François. *Um banquete de palavras: uma história da sensibilidade gastronômica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROCHA-TRINDADE, M. Beatriz. Recriação de identidade em contexto de migração. In: LUCENA, Célia Toledo; GUSMÃO, Neusa Maria (Orgs.). *Discutindo Identidades*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

_____. Associativismo em contexto migratório. *Revista Migrações*. Lisboa, nº. 6, p.39-58, abril 2010.

ROLNIK, R. *O que é a cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAYAD, A. “O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante”. *Travessia - Revista do Migrante*. São Paulo, v. 13, jan. 2000.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. 4ª. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SEYFERTH, Giralda. Estudo sobre reelaboração e segmentação da identidade étnica. *Cadernos CERU*. São Paulo, USP, série 2, nº. 13, 2002.

TRUZZI, Oswaldo. “Redes em processos migratórios”. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 20, p.199-218, 2008.

Depoimentos orais

Antonio Tavares Arruda (60 anos). Entrevista concedida a Elis Regina Barbosa Angelo. São Paulo, 22 jul. 2017.

Henrique de Arruda Soares (68 anos). Entrevista concedida a Elis Regina Barbosa Angelo. São Paulo, 22 jul. 2017.

Ilda Maria Salvador dos Reis (69 anos). Entrevista concedida a Maria Aparecida Pascal. São Paulo, 02 nov. 2006.

Leonilda dos Reis Jacob. Entrevista concedida a Elis Regina Barbosa Angelo. São Paulo, 27 jun. 2009.

Maria de Lurdes de Arruda Paz (63 anos). Entrevista concedida a Maria Aparecida Pascal. São Paulo, 02 nov. 2006.

Artigo recebido em 22 de fevereiro de 2018
Aceito para publicação em 29 de maio de 2019

¹ A prática historiográfica deixa claro o privilegiamento do masculino nos discursos e a excludente análise ou uso de documentos sobre o feminino. (SCOTT, 1992, p.75)

² As novas abordagens históricas possibilitaram uma abertura para os estudos sobre as mulheres, cabendo destacar a expansão dos estudos do cotidiano, que possibilitaram um questionamento sobre as transformações da sociedade, o funcionamento da família, o papel da disciplina, o significado dos fatos, lutas e gestos, dando visibilidade às experiências femininas. Assim, a expansão dos estudos sobre a mulher vinculou-se a uma redefinição do político, frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano, permitindo também o questionamento da universalidade do discurso histórico. Preocupações de abrir trilhas renovadoras, promover a descentralização dos sujeitos históricos e permitir a descoberta das “histórias de gente sem história”, focalizando experiências de agentes aos quais se negou lugar e voz dentro do discurso histórico convencional, integraram aos estudos históricos as experiências femininas frequentemente ignoradas ou mencionadas apenas de passagem. (MATOS, 2019)

³ Para o uso dessa metodologia, utiliza-se dos aportes teórico-metodológicos de Alberti (2005), Amado e Ferreira (2005), Bosi (1987), Pollack (1992) e Portelli (1997).

⁴ “Sistema culinário” se constituiu num conjunto cultural, enfatizando relações simbólicas que envolvem a alimentação de um grupo, seja na produção dos ingredientes, modos de fazer, cocção ou serviço à mesa.

⁵ As palavras gosto, paladar e sabor apresentam diferenças sutis em seus significados e às vezes se confundem, podendo ser consideradas como sinônimos, conforme o contexto em que são empregadas. O “gosto” seria o sentido pelo qual se percebe o sabor das coisas; enquanto o termo “sabor” designa a impressão que as substâncias produzem na língua ou propriedade que tem tais substâncias de impressionar o paladar. Já o termo “paladar” tem o sentido anatômico de palato, a região do céu da boca, sensível ao sabor. O gosto define para um grupo social suas escolhas, impõe-se enquanto hábito às demais manifestações culturais.

⁶ “Primeiro veio meu tio, minha tia e duas primas e depois nós viemos. Ah... O meu pai e minhas duas irmãs, depois a minha mãe e quatro filhas e depois ainda mais um tio que morou na nossa casa... O meu pai e as minhas duas irmãs, quando chegaram aqui, o meu tio já tinha arrumado um serviço na tecelagem de Guilherme Giorgi, que geralmente onde todos trabalhavam... Meu pai trabalhou sempre em indústria e nessa tecelagem na Cotonificio Guilherme Giorgi.” Dona Maria de Lurdes nasceu em São Miguel, Bretanha, Açores, em 16 de março de 1945 e chegou ao Brasil em 12 de dezembro de 1956. Escolheu a Vila Carrão para viver e reconstruir sua vida por conta do trabalho na fábrica. Depoimento de Maria de Lurdes Arruda Paz, em entrevista concedida em 02 nov. 2006 à Profa. Dra. Maria Aparecida Pascal e cedida a esta pesquisa.

⁷ O território constitui-se num espaço restrito e delimitado, no interior do qual se desenrola a vida de um grupo, é uma categoria que entrecruza o cotidiano e a relação dos indivíduos com o espaço e sua produção, considerando nuances como o âmbito social, cultural e econômico. Além das relações sociais vividas e sua contribuição para análise do espaço urbano, nasce das relações formadas a partir do produto social e político, das lutas e dos enfrentamentos. A concepção do espaço social da sociedade, produzido e transformado por ela em sua temporalidade, observando os atores que circulam, residem e relacionam-se em determinados lugares: o reconhecimento de que o território expressa, ao mesmo tempo, produção e reprodução das relações socioeconômicas, políticas e culturais, presentes na sociedade que ele abriga. (LEFEBVRE, 1986; ROLNIK, 1995; ORTIZ, 1996)

⁸ Leonilda dos Reis Jacob nasceu em 30 de agosto de 1964 na Vila Carrão e representa a primeira geração nascida no Brasil. É conhecida na Casa dos Açores de São Paulo como uma pessoa atuante e colaboradora. Entrevista concedida na Casa dos Açores de São Paulo em 27 jun. 2009 à Profa. Elis Regina Barbosa Angelo.

⁹ Nas Ilhas dos Açores encontram-se pequenas capelas nominadas Impérios do Divino, na ocasião das Festas ao Divino ocorrem touradas a corda, sopas do Divino, “função”, bodos, as procissões com tapetes de flores nas ruas, mesas organizadas em ruas inteiras, e mesmo as filarmônicas e leilões no final do dia de Pentecostes. Essas práticas não ocorrem na cidade de São Paulo. Apesar de que “A fartura dos comes e bebes existente nas festas de antigamente, não acontece com a mesma intensidade, nos dias atuais. As causas são várias, entre elas, o aumento da população, a diminuição das doações. A maior delas, entretanto, seriam os gastos ocasionados pela riqueza do Império, da procissão, o gasto com o transporte, dos animais da zona rural, auxílio aos grupos de danças e outros. O próprio sentido da festa que é a fartura está presente apenas no inconsciente coletivo. A cidade desenvolvendo-se foi perdendo suas características rurais e, com isso, a festa, que estava relacionada ao ciclo agrícola e à fartura da colheita, adaptou-se às condições urbanas e às suas necessidades na comunidade atual.” (ARAÚJO, 2005, p.100)

¹⁰ O bacalhau, como outros peixes, era considerado um alimento popular, podendo ser adquirido por preços acessíveis no mercado, ainda mais facilitado pela conservação (salgamento). As aventuras marítimas portuguesas geraram o abandono da agricultura e a difusão do hábito alimentar do peixe seco, em particular o bacalhau, em uso desde o século XIV. Esse pescado também foi usado nas viagens transcontinentais e mantido por gerações, chegou ao Brasil no período colonial e seu uso se difundiu. O bacalhau consumido pelos populares era diferente do que fazia parte da mesa das elites, cabendo destacar que, com o tempo, ele se tornou um prato representativo da gastronomia lusitana.

¹¹ Depoimento de Leonilda dos Reis Jacob, em entrevista concedida na Casa dos Açores de São Paulo em 27 jun. 2009 à Profa. Elis Regina Barbosa Angelo.

¹² Depoimento de Leonilda dos Reis Jacob, em entrevista concedida na Casa dos Açores de São Paulo em 27 jun. 2009 à Profa. Elis Regina Barbosa Angelo.

¹³ Uma forma de capital cultural que se incorporou à pessoa, que faz parte dela, assimilado temporalmente. (BOURDIEU, 1988)

¹⁴ Depoimento de Maria de Lurdes Arruda Paz, em entrevista concedida em 02 nov. 2006 à Profa. Dra. Maria Aparecida Pascal e cedida a esta pesquisa.

¹⁵ “A cozinha de um grupo é muito mais do que um somatório de pratos considerados característicos ou emblemáticos. É um conjunto de elementos referenciados na tradição e articulados no sentido de constitui-la como algo particular, singular, reconhecível ante outras cozinhas.” (CANESQUI, GARCIA, 2005, p.50.)

¹⁶ “À cette variabilité culturelle s’ajoute une variabilité historique. Dans un même espace culturel, les prises alimentaires changent dans le temps. Ces transformations sont le résultat d’évolutions climatiques, agronomiques et technologiques qui jouent sur les disponibilités alimentaires, mais aussi des modifications des systèmes de

valeurs et des jeux de concurrence et de différenciation entre groupes sociaux. À l'intérieur de la culture française, les formes de repas, leur composition, mais aussi leur nombre varient dans le temps et en fonction des différents groupes qui composent la société." (POULAIN, 2002, p.28)

¹⁷ Depoimento de Ilda Maria Salvador dos Reis, em entrevista concedida em 02 nov. 2006 à Profa. Dra. Maria Aparecida Pascal e cedida a esta pesquisa.

¹⁸ O *savoir faire* vem de uma relação diacronicamente construída, em que o aprendiz carrega traços culturais do seu antecessor numa tentativa de reconstrução dos sentidos da cultura material e imaterial.

¹⁹ A cozinha é dinâmica, vai se transformando, se desconstruindo e se reconstruindo, estando dependente dos ingredientes disponíveis pela produção ou compra. As mulheres são também as que se incumbiam da compra dos ingredientes, a existência de um comércio com presença dos portugueses, garantem o abastecimento do mercado de azeites, vinhos, bacalhau, sardinhas, presuntos, entre outros produtos, também os açougues e frigoríficos, setor no qual os açorianos se destacam. Possibilitaram a manutenção de costumes alimentares, além da produção nas hortas doméstica. D. Ilda Maria lembra-se de que na região da Vila Carrão havia muitas chácaras que vendiam verduras, "Nós tínhamos um pedacinho de terra no quintal e fazíamos uma hortinha". A própria horta era um território para a reprodução das tradições, dos produtos apreciados que eram depois postos à mesa. Frente às dificuldades do dia a dia, muitas vezes essa produção doméstica complementava de forma estratégica o cardápio cotidiano e até possibilitava um ganho extra com a venda dos excedentes. Para os imigrantes de origem rural era a oportunidade de lidar com a terra, um momento de escapar de um cotidiano envolto no trabalho repetitivo e confinado nas fábricas. (MATOS, 2017)

²⁰ Depoimento de Leonilda dos Reis Jacob, em entrevista concedida na Casa dos Açores de São Paulo em 27 jun. 2009 à Profa. Elis Regina Barbosa Angelo.

²¹ Depoimento de Leonilda dos Reis Jacob, em entrevista concedida na Casa dos Açores de São Paulo em 27 jun. 2009 à Profa. Elis Regina Barbosa Angelo.

²² Depoimento dos Srs. Henrique de Arruda Soares e Antonio Arruda, em entrevista concedida na Casa dos Açores de São Paulo em 22 jul. 2017 à Profa. Elis Regina Barbosa Angelo.

²³ Depoimento de Leonilda dos Reis Jacob, em entrevista concedida na Casa dos Açores de São Paulo em 27 jun. 2009 à Profa. Elis Regina Barbosa Angelo.

²⁴ A Paróquia Coração Eucarístico de Jesus e Santa Marina, fundada em 08/12/1946, faz parte da história da Vila Carrão e dos açorianos que vivem no bairro. As atividades religiosas propostas pelos açorianos em maior parte contam com o apoio do pároco e/ou são realizadas nessa igreja. Essa procissão também tem andores com as imagens de Nossa Senhora de Fátima (devoção portuguesa) e do Senhor Santo Cristo dos Milagres (de grande devoção na ilha de São Miguel).

²⁵ O bodo é a distribuição de comida aos pobres em dia de festa, geralmente nas festas do Divino Espírito Santo. Segundo a tradição, o costume de celebrar o bodo foi introduzido em Portugal no séc. XIII pela Rainha Santa Isabel. No dia de Pentecostes realiza-se o bodo, depois de sair da igreja, o cortejo se dirige ao Império, sendo as coroas e bandeiras aí colocadas em exposição. Frente ao império, em longos bancos corridos são colocadas as esmoladas, que depois de abençoadas são distribuídas. Os irmãos recebem-nas e todas as pessoas que passam podem livremente servir-se de pão e vinho. Entretanto, são arrematadas as oferendas, normalmente gado, alfenim e massa sovada. O bodo é organizado e gerido pelo mordomo ou por quem ele designe.

²⁶ Depoimento de Leonilda dos Reis Jacob, em entrevista concedida em 27 jun. 2009, na Casa dos Açores de São Paulo.

BOY NEON: UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE AS NOVAS REPRESENTAÇÕES DAS MASCULINIDADES¹

NEON BOY: A HISTORICAL VIEW ON THE NEW MASCULINITY REPRESENTATIONS

Antonio Ricardo Calori de LION*

Resumo: Este artigo tem por objetivo refletir acerca das masculinidades no contexto nordestino tendo em vista a representação fílmica de um “novo modelo” masculino, desempenhado na película *Boi Neon* (2015) pelo personagem Iremar (Juliano Cazarré). Destarte, busca-se com discussão bibliográfica sobre o assunto – principalmente a partir da contribuição de João Silvério Trevisan sobre a crise do masculino – (re)pensar *performatividades* criadas sobre o corpo masculino e a relação histórica entre “novos” padrões e a construção histórica das relações de gênero discutida, aqui, pela produção de Durval Muniz de Albuquerque Júnior sobre a “invenção” da virilidade do nordestino em torno de arquétipos violentos e rurais.

Palavras-chave: *Boi Neon*; masculinidades; história das relações de gênero; crise do masculino.

Abstract: This paper aims to reflect on masculinities in the Brazilian northeastern context, taking into consideration the “new model” of masculinity represented in the movie *Neon Bull* (2015), by the character Iremar (Juliano Cazarré). Thus, we search according to the bibliographical discussion on the subject - mainly from João Silvério Trevisan’s contribution about the crisis of the maleness - to (re)think *performativities* created over the male body and the historical relation between “new” standards and the historical construction of the gender relations discussed here by Durval Muniz de Albuquerque Júnior’s production about the “invention” of the northeastern men virility according to violent and rural archetypes.

Keywords *Neon Bull*; masculinities; gender relations history, crisis of masculinity.

O ser masculino se diz no plural e está muito além e muito aquém dos estereótipos e modelos que o tenta definir e desvendar; que é fluxo e busca incessantes, é o desenhar de rostos fugazes na areia que se esboroam com o sopro de uma pequena brisa de final de tarde de verão.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior, *Nordestino: uma invenção do falo*, 2003.

O jornal *Folha de São Paulo* publicou no dia 30 de julho de 2017 um artigo intitulado de *Homem brasileiro busca novo papel social depois de conquistas femininas*, com autoria de Fernanda Mena. No referido texto, a autora aborda as novas questões envolvendo o homem brasileiro perante seus papéis de gênero, que em um novo tempo é ressignificado a partir das conquistas femininas ao longo das últimas décadas. Ela diz:

* Mestre em História – Doutorando – Programa de Pós-graduação em História – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras de Assis, SP - Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: antonio_calori@hotmail.com.

Desembarcar da armadura fantasiosa da masculinidade tradicional, no entanto, tem se mostrado tarefa complexa. Dentro dela, o homem é poderoso, provedor e comedor. Não chora, não tem medo, não leva desaforo pra casa e não broxa. Ou seja, só existe no mundo das idéias [sic] e das aparências. (MENA, 2017, não paginado)

Esse assunto não é novidade entre as pautas jornalísticas que lidam com temas sociais cotidianos, porém nesta presente década o tema “empoderamento feminino” vem ganhando espaço e colocando em xeque os pressupostos norteadores do desempenho das masculinidades. Fernanda Mena cita o pesquisador Alexandre Saadeh, em que diz:

As mudanças no padrão de masculinidade são progressivas, e não revolucionárias. Desde que a mulher passou a ser dona do seu corpo e da sua sexualidade que ela promove uma crise em que o homem passou a repensar seu papel. (SAADEH apud MENA, 2017, não paginado)

O gênero como categoria de análises para as Ciências Humanas ganhou campo após a chamada “segunda onda” dos feminismos apresentarem análises sociais sobre as relações no e do patriarcado, desde os anos 1960 até os 1980. Nesta perspectiva, a historiadora Margareth Rago frisa:

Em meio a esse debate enriquecedor e polêmico, introduziu-se a categoria do gênero, oriunda dos estudos feministas, em meados dos anos 1980 e, no Brasil, nos anos 1990, desconstruindo o sexo biológico e apontando para a dimensão cultural e relacional da construção social das identidades sexuais. Definições médico-normativas, como a partilha das práticas sexuais em heterossexualidade e homossexualidade, foram analisadas em suas dimensões assujeitadoras e hierárquicas, fazendo jus às reflexões de conhecidos filósofos. As experiências das mulheres passaram a ser percebidas em suas diferentes temporalidades e em suas múltiplas caracterizações, produzidas num universo compartilhado com homens e gays, entre outras diversidades sociais, étnicas e sexuais. (RAGO, 2017, não paginado)

O olhar para as masculinidades como categoria de análise na construção de conhecimento sobre as relações históricas e sociais ganharam força no Brasil a partir, inclusive, dos estudos de Margareth Rago. O pioneirismo das pesquisas voltadas para a história das mulheres e as feminilidades trouxe em seu bojo a necessidade de também se falar sobre as masculinidades, já que esse “macho” contemporâneo passa por uma crise de identidade – neste caso, no que se refere ao conjunto de signos que o tornam um homem perante uma sociedade que o lê a partir de sua *performatividade* atrelada à sua genitália.

Neste campo em construção, onde a análise das masculinidades é parte do espectro que compõe os gêneros,

[...] algumas considerações são tomadas como princípios norteadores: a constatação de que a masculinidade não é natural, mas sim histórica e datada; que o universal masculino é uma invenção histórica, além de estratégia e prática de poder; suas percepções e experiências são forjadas social e culturalmente. (LOPES, 2011, p. 02)

Assim, a experiência de pensar tais questões carecem do entendimento de qual o lugar de produção dessas categorias elegidas para análise, no tocante ainda sobre o quão novo são, principalmente para o campo histórico. Dessa forma, fala-se na

[...] existência de masculinidades, no plural, não mais no singular; novos olhares, que analisam e exploram os processos históricos (sociais, políticos e culturais) de produção e divulgação de modelos e padrões de masculinidades, de experiências e vivências masculinas, não só as heterossexuais. Diante desse horizonte, novas articulações são testadas, aproximando e entrecruzando “raça”, classe social, identidades nacionais e/ ou regionais, subjetividades, gêneros e, mais recentemente, estudos, teoria e política queer. (LOPES, 2011, p. 02)

O pesquisador Fábio Lopes (2011, p. 06) ainda destaca que “[...] naturalizamos a masculinidade e a feminilidade, os masculinos e os femininos” pelos discursos e saberes construídos em imagens, nas experiências e vivências dispostos em produtos de entretenimentos, como filmes, novelas etc.; e também pelos próprios costumes culturais. A produção de visualidades das mídias propiciam para que haja reforços de determinadas maneiras de comportamentos e códigos do que é ser masculino (e/ou feminino).

Determinados comportamentos são avaliados como corretos, normais e, por isso, transformados em modelo e referência para todos/as. Reforçando, assim, a manutenção daquela masculinidade pensada, percebida e vivenciada como um dado, real-concreto, pronto e acabado. Afinal, homem nasce homem, já é macho e se vê como tal desde os primeiros momentos de vida, é definido por seu sexo biológico. Todo homem possuiaria, assim, naturalmente em si a essência da masculinidade, fazendo desse indivíduo homem macho, um ser coletivo, reconhecido no e pelo coletivo. (LOPES, 2011, p. 06-07)

No entanto, nota-se atualmente a problematização nas mídias sobre maneiras de ser divergentes das já cristalizadas noções de ser macho. Às custas de um processo que passa pela percepção do homem a partir de sua oposição – ou seja, os femininos – os papéis de gênero passam por “reconfigurações” a décadas:

Assim, temos masculinidades mais fluidas, móveis e possíveis de reinvenções subjetivas. Se é dispersão e fluidez, por que ainda queremos, a todo custo, defini-la como um campo todo cercado de arame farpado, com fronteiras atemporais? Em consequência, o universal masculino deixa de ser generalizável e identificável, não mais correspondente aos estereótipos

historicamente cristalizados. No lugar dele, revela-se um vasto universo de imagens, símbolos e códigos... aspectos problemáticos do ser homem, fatos e conflitos da(s) masculinidade(s).

Estamos em uma nova condição: a de visibilidade e a conquista de novas possibilidades, versões, formas e modos de masculinidades. Mas isso seria perda ou ganho? Ou melhor, por que continuar avaliando tudo a partir desses princípios utilitários? No lugar, novas intensidades... (LOPES, 2011, p. 11)

O conflito do macho consigo mesmo, perante uma crise da masculinidade, é a percepção mais contemporânea de compreender as ressonâncias dos feminismos e as conquistas das mulheres desde a sua emancipação ao longo do último século. Se a crise do masculino existe, ela advém do espaço conquistado pelas mulheres e a crescente imposição dos femininos equiparável aos masculinos, o direito de existir tanto quanto o seu outro. Para João Silvério Trevisan (1998, p. 24) “a dramaticidade do fato oferece um exemplo típico do masculino em crise, nos dias de hoje: acuado e sem defesa, ele perde o controle e exacerba sua agressividade, destruindo tudo à sua volta e se autodestraindo”.

A crise da masculinidade apontada por Trevisan é justamente o enfrentamento do macho contemporâneo consigo mesmo, vendo-se enfrentado pelos gêneros que sempre oprimiu. Ora, assim a própria condição histórica do papel dos homens na sociedade é questionado, colocando-o em meio a várias dúvidas:

Diante do espelho de si mesmo, o homem moderno confronta-se com o enigma de ser ou não ser. Tal como Édipo diante da Esfinge, o macho humano vive hoje um desafio básico, confrontado com seu próprio enigma, que o ameaça implacavelmente, numa nova versão do “Decifra-me ou te devorarei”. Essa dúvida por si já implica um impasse de estranhamento, pois o macho humano raramente precisou fazer perguntas sobre si mesmo. Afinal, a História sempre foi escrita à sua imagem e do seu ponto de vista. (TREVISAN, 1998, p. 25)

Dessa forma, as próprias discussões em torno dos questionamentos de si e para si geram um debate que desconstrói o “ser homem” de uma forma “clássica”, ou seja, a partir de um conjunto de fatores ligados a uma *performatividade* do gênero masculino. Mas o próprio debate criado é também um motivo de questionamento por parte da produção epistemológica feminista, em que há sérias críticas travadas entre teóricas/os e militantes sobre a constituição das identidades e das/os sujeitas/os.

Como na já clássica fala de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher, torna-se uma”, a masculinidade relacionada a virilidade também é “dada” a se construir no meio social conforme traços culturais históricos. Ao se relacionar o “ser macho” com “como ser macho” e mostrar isso ao se sociabilizar, o masculino passa por estereótipos e modelos que são

construídos socioculturalmente, donde pode-se até mencionar lésbicas com trejeitos masculinos (chamadas preconceituosamente no próprio meio LGBTIQ² de “caminhoneiras”).

As sociabilidades mostram que o meio influencia na forma como os indivíduos se percebem, perante vários signos: físico, estético, comportamental, moral etc. Importante frisar que as construções das mais variadas formas de ser e se perceber como um ser masculino passa por vários “filtros”, como classe, raça, aparência física e a própria compreensão histórica acerca de como “ser homem” a dada temporalidade e lugar. “Assim, enquanto o feminino tem uma identidade mais configurada, graças a sua relação com a natureza, o masculino depende de circunstâncias social e culturalmente mutáveis, o que o torna fragilizado e permanentemente ameaçado” (TREVISAN, 1998, p. 42).

A ameaça à virilidade e todo seu ser “masculino” faz o homem estar em constante crise. É ameaçado pela bicha que, aos olhos da hierarquia construída na sociedade, é a mais marginal dentre os homens.³ A bicha penetra a estrutura viril do mundo do masculino e coloca uma situação de constante questionamento e ambiguidade. Ser passivo e afeminado para a heteronormatividade masculina, assim, traça um abismo entre o homem viril e a mulher submissa, entretanto, agora não tão submissa assim.

O “confundir” mais do que “esclarecer” das bichas, revelam a característica do ser *queer*.⁴ Este corpo está em constante trânsito, calcado numa fluidez entre a polarização dos gêneros. O binarismo, aqui, não tem mais sentido algum. Trevisan (1998, p. 52) afirma:

[...] o macho se define pelo seu pênis tornado falo: nele repousa a raiz do conceito de masculino. E é no falo que se articulou a própria base da civilização patriarcal, tornada portanto falocêntrica. O falo tornou-se não apenas um símbolo mas o componente básico do masculino – dando razão ao provérbio popular de que “um homem sempre pensa com o pênis”. E isso que é a fonte de sua força torna-se também a origem de sua fraqueza, sempre que se toma a parte pelo todo. Basta lembrar que o pênis fica ereto – isto é, torna-se falo - até mesmo contra a intenção do ego e o desobedece, quase dono de vontade própria. Desse modo, chega-se a falar em “autonomia do falo”.

Mesmo que ainda haja a associação do homem ao pênis, e assim a masculinidade é construída sobre o fato de sua genitália ser um pênis, os transhomens existem para que caia por terra essa afirmativa de que ser homem é inato ao corpo que “nasce com um pau”. Claramente ainda se vive numa sociedade falocêntrica e heteronormativa, mas o corpo *queer* de transexuais e travestis podem mostrar o quanto que o gênero como *performativo* é uma construção sociocultural histórica anterior ao próprio corpo que nasce, tatuado sobre a carne

deliberadamente, associado apenas ao que existe entre as pernas (cf. MÉLLO, 2012; BUTLHER, 2015).

A produção do corpo se opera, simultaneamente, no coletivo e no individual. Nem a cultura é um ente abstrato a nos governar nem somos meros receptáculos a sucumbir às diferentes ações que sobre nós se operam. Reagimos a elas, aceitamos, resistimos, negociamos, transgredimos tanto porque a cultura é um campo político como o corpo, ele próprio é uma unidade biopolítica. Por essa razão, podemos pensar no corpo como algo que se produz historicamente, o que equivale dizer que o nosso corpo só pode ser produto do nosso tempo, seja do que dele conhecemos, seja do que ainda está por vir. (GOELLNER, 2012, p. 39)

Portanto, as corporalidades são mais vastas do que o binarismo da heteronormatividade pressupõe; as questões de *performances* sociais dos gêneros e suas relações também são. As atribuições existentes aos sexos, de coisas que podem e devem fazer, estão cada vez mais tênues, confundidas e, sobretudo, diluídas. É necessário se pensar agora como são vistas as construções imagéticas realidades a partir dessas “novas representações”, pois esse “novo” nem sempre é uma novidade.

Entende-se aqui que as disputas das representações são as imposições de valores de determinados agentes históricos sobre outros, havendo padronizações e regulações no âmbito sociocultural. Constatar as contradições das representações de determinado grupo sobre outro conecta-se a investigação histórica na preocupação de dar visibilidade para os dominados, mas também o processo que o levou a ser subjugado. Estes conceitos, para se pensar os contextos aqui discorridos, lançam luz sobre determinadas relações em que alguns/mas sujeitos/as históricos/as eram colocados/as em posições hierarquizadas por um sistema de dominação heteronormativo.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social — como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas —, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 1988, p. 17)

As “disputas por representação” colocam, assim, um entrave entre *performances* de masculinidades vislumbradas enquanto produzidas por corpos de “homens de verdade”, face a “homens frouxos”. O determinante em uma apologética de desempenhar um tipo cristalizado do masculino socioculturalmente em um corpo nascido com pênis, principalmente, é dado pela caracterização da violência física em relação ao corpo igual e a posse/opressão sobre o corpo feminino.

O debate proposto, desta forma, das representações de masculinidades do filme *Boi Neon* (2015) se imbrica com todo o debate acerca dos masculinos sertanejos do interior de certos estados do Nordeste brasileiro, principalmente aqueles que detém, ainda, imagens e imaginários do cangaço e de seus bandos da primeira metade do século XX.

Apostar em “novas” representações, em verdade, está na ordem do dia em levar para a tela do cinema questões da sociedade contemporânea já debatidas a algum tempo que podem perdurar ou não em um diálogo com a efetiva transformação da realidade. A crítica ao patriarcado estabelecida pela “segunda onda” feminista – ainda que de maneira ligada à produção de uma história das mulheres – lançou o dardo no pequeno x da produção historiográfica e das Ciências Sociais, haja vista a inexistência até aquele momento de uma historiografia crítica a respeito das mulheres e suas experiências enquanto sujeitas políticas nas relações sociais de seu tempo. Deste ponto de vista, Michelle Perrot⁵ foi uma pioneira nos estudos históricos ao estabelecer como tema de análise as experiências de mulheres (2007; 2017):

Na década de 1980, quando nos Estados Unidos surgiam e multiplicavam-se os departamentos de Women's Studies, a historiadora social francesa Michelle Perrot alertava para os perigos de se fazer um gueto da história das mulheres. Ao mesmo tempo começaram a se multiplicar os estudos que problematizavam os papéis das mulheres na história, a história do cotidiano, as “culturas femininas”, e começou a aparecer a categoria das relações de gênero. Em suma, mesmo atentas às armadilhas que o desenvolvimento de uma história das mulheres um tanto ‘à parte’ pudesse colocar, sem dúvida, foi a partir das pesquisas que se ampliaram, das publicações e coleções de história das mulheres, bem como dos problemas que essa história considerada por muitos como ‘à parte’ começou a colocar para a escrita da história que os historiadores e as historiadoras, de maneira geral, passaram a se interrogar sobre a importância de se admitir o gênero como uma categoria de análise não somente útil, mas fundamental para a própria pesquisa histórica. (WOLFF; POSSAS, 2005, p. 586)

Na “virada” estabelecida pelos estudos das relações de gênero pós estudos feministas e pós estudos gays e lésbicos que houve a ampliação do olhar e a possibilidade de crítica e

reflexão sobre as próprias práticas e representações masculinas, ante a um “estatuto” legitimador de uma conduta desses corpos.

Boi Neon e as representações de gênero

Tendo em vista as possibilidades trazidas pelo cinema como uma linguagem que cria realidades e estabelece ligações com seu próprio tempo, entende-se aqui o filme em debate como um produto, uma crítica à mudança nas relações de gênero. Portanto, em uma direção mais metodológica, entende-se a fonte para a presente reflexão para além do próprio produto (o filme), e principalmente se tem em foco a voz do diretor.

Para o âmbito das relações entre Cinema e História, interessa particularmente a possibilidade de a obra cinematográfica funcionar como meio de representação ou como veículo interpretante de realidades históricas específicas, ou, ainda, como linguagem que se abre livremente para a imaginação histórica. (BARROS, 2008, p. 10)

Nesta direção, portanto, pelo cinema “[...] os historiadores podem apreender de uma nova perspectiva a própria história do século XX e da contemporaneidade” (BARROS, 2008, p. 9). Esta “contemporaneidade” a qual pode ser denominada aqui de “história do tempo presente” nas palavras de José D’Assunção Barros (2008, p. 14) é uma “História Imediata”, ou seja, aquela em que o “[...] historiador participa mais diretamente do próprio processo ou situação histórica que está investigando”.

Esta investigação em que o próprio historiador está no processo coloca-lhe questões das transformações, das leituras realizadas sobre esta realidade, como se almeja e se tenta criar outras e como/por que esse produto audiovisual interfere na própria história (tanto no campo de conhecimento como no próprio tempo histórico [presente]).

No filme *Boi Neon* (2015), com roteiro e direção de Gabriel Mascaro, há personagens que desempenham outras *performances* entre as relações de gênero vividas no sertão nordestino. Segundo o próprio diretor “*Boi Neon* é uma pesquisa sobre corpo, luz e transformação da paisagem humana” (DESVIA PRODUÇÕES, 2015, p. 08).

O *storyline* do filme diz: “deitado em sua rede na traseira de um caminhão de boi, Iremar, um vaqueiro que trabalha nos bastidores das Vaquejadas, divaga em sonhos de lantejoulas, tecidos requintados e croquis” (DESVIA PRODUÇÕES, 2015, p. 05). Só pelo pequeno argumento da história já se vê a ambiguidade em que é colocado o personagem Iremar, interpretado pelo ator Juliano Cazarré.

A ambientação da história dá também um sentido de descompasso entre o cristalizado pelas vivências do que é conhecido pelo meio rural nordestino, em relação aos papéis sociais

entre homens e mulheres, e as relações entre as personagens. As contradições, assim, são o que chama a atenção no roteiro do filme. Mascaro acrescenta:

O filme é para mim uma tentativa de atualizar o imaginário político e simbólico acerca da contemporização das relações humanas no Brasil em meio à recente onda de prosperidade econômica, em especial no Nordeste brasileiro, lugar onde nasci e desde sempre vivi. (DESVIA PRODUÇÕES, 2015, p. 08)

Portanto, a ideia da história é, justamente, mostrar outras experiências possíveis em meio a um lugar-tempo marcado por modelos e padrões de gênero e sociabilidades historicamente construídos e já bem definidos. Ele está lidando com possibilidades de uma outra masculinidade e feminilidade voltadas para as corporalidades que não estão – pelo menos na película – associadas à causa LGBT, ou ainda, à sexualidades “desviantes”. Ambas as personagens que protagonizam outras *performatividades* de gênero divergindo do esperado para seus papéis historicamente construídos são desviantes do chamado “clichê”. Iremar, um hétero, trabalhando nas vaquejadas e rodeios, sonha em ser um estilista e profissional da indústria da moda. Galega (Maeve Jinkings), uma mulher hétero, mãe, dirige o caminhão de boiadeiro.

Fig. 1 – Iremar (Juliano Cazarré) cuidando da boiada para as vaquejadas



Fonte: Disponível em <<https://www.boineon.com.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

Outro dado importante da história são as novas parentalidades, que em paralelo as representações de gênero moldam o contexto do enredo. O grupo de Galega e sua filha Cacá (Alyne Santana), Iremar e Zé (Carlos Pessoa) se configura como uma nova família. Na sinopse,

é explicitado: “juntos, eles formam uma família improvisada e unida” (DESVIA PRODUÇÕES, 2015, p. 05).

Fig. 2 – Cacá (Alyne Santana) e Iremar (Juliano Cazarré)



Fonte: Disponível em <<https://www.boineon.com.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

Todo o eixo articulado em torno dessas personagens torna a história vista em um sertão policromático uma verdadeira interpretação de um Brasil que carece de olhares mais diversos. O “Brasil profundo” pode não ser um imenso curral de famílias nucleares, heteronormativas e blindadas sob a égide cristã, onde o macho patriarca dita as regras para filhos, esposa submissa, e seus lindos animais de estimação. Família branca, sob o prisma do ideal burguês e, mais recentemente, sinônimo da classe média brasileira. Não é a classe média que ascendeu na última década (que também entrou nesta norma), mas a classe média de Branca Leticia de Barros Mota, personagem interpretada por Suzana Vieira na novela *Por Amor* (1997), a classe média do Sudeste brasileiro, vista como um modelo comercial a ser seguido e alcançado diante do padrão burguês higienista. Talvez até não alcançado, mas a partir dele haveria, então, tantas outras famílias que seriam desqualificadas por não parecer com esse padrão.

Essas novas parentalidades não são novidades no debate acadêmico e nem nas representações teatrais, cinematográficas e teledramatúrgicas, porém a novidade de *Boi Neon* é contrastar esse tema com gênero e sertão.⁶ Ainda que o sentido estrito não seja (re)pensar a apropriação de conceitos sobre família, o tema é importante no filme.

Fig. 3 – Iremar (Juliano Cazarré) em sua máquina de costura.



Fonte: DESVIA PRODUÇÕES, 2015, p. 19.

Em entrevista produzida pela produtora do diretor, a fim de divulgar o filme à imprensa, ele afirma que o personagem Iremar surgiu a partir a ideia de criar “[...] um personagem ficcional que acumula esta dupla jornada que mistura no ofício a força e delicadeza, a bravura e a sensibilidade, a violência e o afeto” (DESVIA PRODUÇÕES, 2015, p. 12). A identidade masculina nordestina foi historicamente construída sobre a violência e o ideal mítico da coragem. A fala de Mascaro coloca, assim, o corpo masculino não-trans do nordestino diante de uma contradição.

A violência é neste discurso um componente da sociabilidade do Nordeste, uma característica da própria forma de ser do nordestino e, mais acentuadamente, um dos elementos que comporiam os atributos da masculinidade nessa região. Ser “cabra macho” requer ser destemido, forte, valente, corajoso. Nesta sociedade, o frouxo não se mete, não há lugar para homens fracos e covardes. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 175)

Um dos ícones no imaginário coletivo nordestino de como ser um “cabra macho” é a figura de Lampião (e seu bando). A representação do cangaceiro pelo viés da violência, arrogância, coragem e vingança constituiu um dos modelos de masculinidade no século XX. Deitado não só no ideário das *performatividades* de gênero no Nordeste, mas sendo parte também da invenção da imagem da região nordestina para o país, feita a partir do Sudeste brasileiro.

O Nordeste é uma sociedade onde a coragem, o destemor e a valentia pessoal ainda influenciariam no *status* social dos indivíduos, no respeito que este teria do grupo, daí a necessidade permanente de provar sua masculinidade, sua macheza, pela realização de atos ditos de coragem. Embora, segundo Nolasco, esta seja uma característica da própria identidade masculina, ou seja, fragilidade e a necessidade de constante afirmação, já que o homem não menstrua ou pare, o que torna a sua identidade menos facilmente dedutível da natureza. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 182-183)

Nas palavras do diretor do longa, a região do Nordeste brasileiro passou, nos últimos anos, por uma mudança econômica considerável, elevando o padrão de vida das pessoas. Essa mudança também propiciou um cosmopolitismo para a região, onde o filme “se alicerça num cenário contemporâneo de prosperidade econômica regendo novos signos, desenhando novas relações humanas, afetos e desejos” (DESVIA PRODUÇÕES, 2015, p. 13).

E, obviamente, as mudanças colocaram outras relações de gênero e representações de si perante a sociedade. A própria estética fílmica, a paleta de cores do longa, aposta em mostrar um sertão colorido. Por isso as cenas foram filmadas no curto período das chuvas na região locada para as gravações em Pernambuco (DESVIA PRODUÇÕES, 2015).

Tanto a concepção estética da obra, quanto o próprio roteiro, foram pensados a partir da desconstrução de estereótipos cristalizados do Nordeste. O diretor diz que filmou na mesma área em que algumas obras do Cinema Novo foram feitas. De acordo com ele, o Cinema Novo:

Se apropriou da região enquanto experiência que cristalizou até hoje alguns signos de representação, como a ideia de preservação das tradições culturais, da ideia de valentia quase sacralizada e puritana do homem trabalhador e na possibilidade deste homem culturalmente enraizado trazer novos valores para reparar a crise indenístria dos centros urbanos. Hoje temos outro contexto no Brasil. (DESVIA PRODUÇÕES, 2015, p. 13)

A representação do homem nordestino sertanejo é marcada pela violência: de Estado; das relações pessoais com outros homens e mulheres; simbólica e física; na linguagem e na vida prática. Filmes como *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), de Glauber Rocha, para além dos problemas políticos que trata, corrobora para a imagem da masculinidade inventada sobre o homem nordestino.

O filme também é um documento histórico, produto de seu tempo, respondendo questões de seus contemporâneos. O elemento fílmico como documento histórico traz consigo inúmeras questões pertinentes ao ler dada sociedade e dado contexto a partir de imagens e sons criados por diversos intuitos. Não se deve tirar de vista que todo filme é um produto entre ficção e não-ficção, estabelecendo uma linguagem que passa por inúmeros processos; argumento, roteiro, filmagem e montagem (edição) (RAMOS, 2002). Nas palavras de José D’Assunção Barros (2008, p. 26) “[...] a ficção está sempre impregnada da realidade vivida, seja com a intenção ou sem a intenção de seu autor”.

Desta feita, a representação da masculinidade cangaceira feita pelo Cinema Novo nos anos 60 retrata um dado corpo, sobre um determinado período, em um certo presente. Todavia, a *performance* dos atores e a direção executada para as filmagens não se prendeu a pensar

caricaturas ou deboches acerca da figura de Lampião. Ali, no filme supracitado de Glauber Rocha, o trágico é o elemento vital de sua tessitura e, assim, a violência surge reforçada como constructo histórico da *performatividade* masculina dos personagens. Há variações, porém a desgraça social, as mazelas políticas, os disparates religiosos aprofundam o cenário proposto com esses agentes expostos à fome.

Ser homem, no Nordeste, exige ser corajoso, valente, disposto para uma briga, valentão. A sociedade depreciaria esse homem que vinha surgindo nas cidades, homem afeminado, sem coragem, covarde, cabra frouxo, que faz trabalho nas calças. Os meninos devem ser ensinados desde cedo a ter o domínio das relações que irão estabelecer com as mulheres. Este domínio deve ser garantido, em última instância, com o uso da violência aberta. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 185)⁷

E são as contradições entre o que é ser “cabra macho” e “cabra frouxo” que o personagem Iremar transmite. O fascínio entre a penetração do urbano no rural, ou vice-versa. Até mesmo em falas de Iremar se pode notar um possível distúrbio entre o estigma do homem ordinário, ou seja, o homem comum, do campo; como por exemplo, quando diz sobre seus gostos, sobre perfumes. Gabriel Mascaro enfatiza na entrevista contida no *pressbook* que não há troca de papéis de gênero, ele destaca:

No filme proponho não necessariamente a inversão de gênero, **mas a dilatação destas representações**. A partir da ritualização do ordinário, tento não fazer destes deslocamentos de gênero algo sensacionalista, mas sim normalizar essas curvas. (DESVIA PRODUÇÕES, 2015, p. 13, grifo nosso)

E é justamente assim que se pensa aqui as *performances* mostradas em cena. O alargamento do “ser homem” e “ser mulher” em espaços diversificados. Inclusive, mesmo havendo tantas informações que contrastam ou se opõem a antigos estereótipos, a história de *Boi Neon* caminha com naturalidade, com o cotidiano dessas personagens que não sabemos de onde vem, para onde vão; sabemos quais são seus sonhos, suas aflições – mas em determinados momentos, apenas.

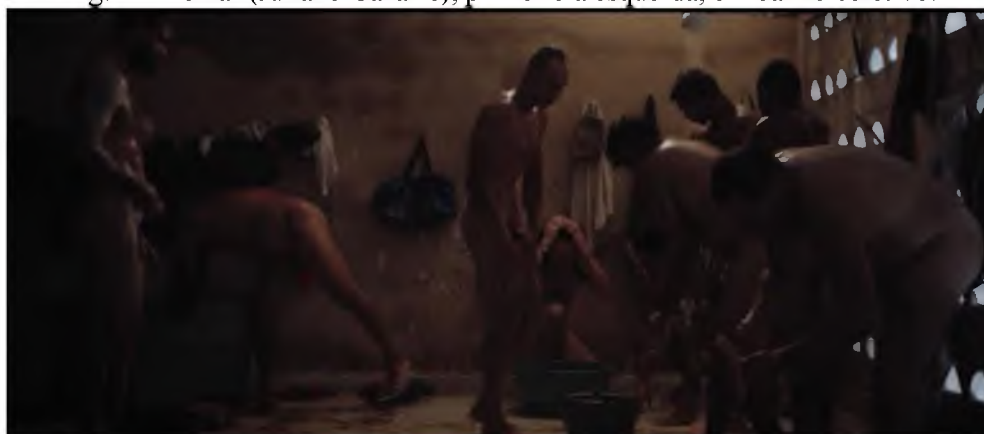
Fig. 4 – Iremar (Juliano Cazarré) costurando.



Fonte: Disponível em: < <https://www.boineon.com.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

Como o cotidiano de pessoas que estão em um tempo de mudanças, há também a naturalidade dos nus em cena, nus masculinos que geralmente são tratados como tabus. Ainda assim, são mostrados como parte das ações do dia-a-dia humano. Até mesmo a cena de sexo entre Iremar e Geise (interpretada pela atriz Samya de Lavor) mostra-se sem nenhuma pretensão polêmica. O espaço onde se dá a cena confunde-se com o próprio desejo sexual das personagens - do sonho de Iremar, sobre trabalhar na indústria da moda.

Fig. 5 – Iremar (Juliano Cazarré), primeiro à esquerda, em banho coletivo.



Fonte: Captura de cena de *Boi Neon* (2015), realizada pelo autor.

Tal como Fernanda Mena que escrevera sobre os “novos” papéis que o homem brasileiro busca diante da crise da masculinidade, mais dois textos publicados em periódicos de circulação *online* e impressa abordaram, em 2017, questões sobre a problematização dos masculinos, mas com vistas a tratar da experiência dos homens negros e suas masculinidades no Brasil.

No artigo *O mal-estar da masculinidade negra contemporânea*, Henrique Restier da Costa Souza (2017) tratou sobre as masculinidades e o corpo do homem negro diante de uma crise em que os estereótipos sobre este sujeito, sendo heterossexual, esbarram no racismo. Ou seja, os olhares construídos sobre esses corpos foram lançados historicamente por um padrão eurocêntrico/heteronormativo.

Falando também sobre as masculinidades e do corpo do homem negro brasileiro, Kauan Almeida (2017) no artigo *Além de preto, viado: o padrão heteronormativo de estudo sobre as masculinidades negras* expande a discussão e insere a sexualidade, mais especificamente, o preconceito vivenciado por homens negros em relação a homossexualidade. Daí, então, o autor destaca o racismo e a homofobia que fora vítima ao longo de sua vida e a partir de sua própria biografia mostra como a *performatividade* de uma masculinidade padrão poderia servir-lhe para *passar por* (cf. DUQUE, 2017), ou seja, almejando se proteger de certas violências provindas de outros homens que o identificariam como “viado”.

2007, 1º ano do Ensino Médio. Eu já havia ortopedizado meus gestos, agora mantinha uma postura “firme”, não gesticulava tanto, sentava com as pernas abertas e passei a ouvir “música de homem”. Nada de Divas Pop, ver novelas com minha mãe ou ser emocionalmente expansivo em público. Mas ainda assim, alguma coisa em mim – que eu não sabia o que era – me denunciava e, às vezes, independentemente de onde eu estava, escutava o grito “Viado!”, alguma coisa estava inscrita em meu corpo. (ALMEIDA, 2017, não paginado)

Os três artigos jornalísticos foram mencionados nesse texto para destacar como as relações de gênero estão sendo tratadas pelas mídias em geral e, sobretudo, colocam em debate as masculinidades em perspectiva, problematizando questões sobre os corpos, sobre o gênero, sobre a sexualidade e sobre o racismo presentes na sociedade brasileira. Para além de uma apresentação sociológica a autora e os autores destacaram a importância da desnaturalização das masculinidades frisando a sua construção histórica.

Desta forma, é importante pensar nas palavras do diretor Gabriel Mascaro, sobre sua concepção acerca dos papéis de gênero apresentados no filme, e também na condição histórica da criação de padrões masculinos. As cristalizadas representações do sujeito masculino do sertão nordestino – também conseguidas a partir do próprio cinema produzido sobre (e n)a região – galgam uma mudança continua em outras produções artísticas contemporâneas. “[...] o Cinema apresenta-se certamente como um dos grandes agentes históricos da contemporaneidade. O Cinema interfere na História, e com ela se entrelaça inevitavelmente” (BARROS, 2008, p. 49).

Entrementes, as noções de “cabra macho” e “cabra frouxo” perpassam pontos interessantes no que se refere aos arquétipos historicamente definidos e, agora, contestados, relidos, reinterpretados, dados a desconstrução para que se possa, no lugar, inserir tantas outras experiências, vivências, existências de como ser “homem”. O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior é categórico em enfatizar que:

[...] esse componente violento das relações entre os gêneros vem se modificando historicamente, à medida que as relações sociais e de poder mudam, à medida que novos padrões de sociabilidade e sensibilidade se apresentam, o que parece tornar a figura do macho nordestino uma figura obsoleta, em crise de identidade, exatamente porque ela não é natural, mas historicamente construída e pode portanto ser desconstruída. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 187)

O diálogo estabelecido no filme e aqui interpretado está justamente nesta desconstrução da *performatividade* de uma masculinidade obtida historicamente por representações violentas ligada ao rural – e na região Nordeste. O olhar do diretor direciona desconstruções a favor de possibilidades de existências em que o macho não está em constante crise por conta da fragilidade de sua heterossexualidade. Assim, se “[...] qualquer obra cinematográfica – seja um documentário ou uma pura ficção – é sempre portadora de retratos, de marcas e de indícios significativos da Sociedade que a produziu” (BARROS, 2008, p. 19-20), a realidade criada por Mascaro e sua equipe mostra um efeito contemporâneo sobre o homem, a qual seja de um indivíduo generificado que muda tanto a si mesmo, quanto ao processo histórico.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino: uma invenção do falo - uma história do gênero masculino (Nordeste 1920/1940)*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

_____. “Quem é frouxo não se mete”: violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. *Proj. História*, São Paulo, n. 19, p. 173-188, jul./dez. 1999. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10928>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

ALMEIDA, Kauan. Além de preto, viado: o padrão heteronormativo de estudo sobre as masculinidades negras. *Justificando*, São Paulo, 21 ago. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/08/21/alem-de-preto-viado-o-padrao-heteronormativo-de-estudo-sobre-as-masculinidades-negras/>>. Acesso em: 16 set. 2017.

BARROS, José D'Assunção. Cinema e História: entre expressões e representações. In: _____; NÓVOA, Jorge (Org.). *Cinema-História: Teoria e Representações Sociais no Cinema*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. v. 1.

BOI Neon. Direção: Gabriel Mascaro. Recife: Desvia Produções: Dist. Imovision, 2015. 1 vídeo digital (104 min), sonoro, português, color., HD. Disponível em: <https://www.nowonline.com.br/filme/boi-neon/69591>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: Difel, 1988.

DESVIA PRODUÇÕES. *Boi Neon*: pressbook. Recife, 2015. Disponível em: <<https://www.boineon.com.br/boi-neon-presskit.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

DEUS e o Diabo na Terra do Sol. Direção: Glauber Rocha. Rio de Janeiro: Copacabana Filmes, 1964. 1 vídeo digital (118 min), sonoro, português, p&b.

DUQUE, Thiago. *Gêneros incríveis: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2017.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana (Org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Org.). *Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

LOPES, Fábio Henrique. Masculinidade(s): reflexões em torno de seus aspectos históricos, sociais e culturais. *Rev. de Artes e Humanidades*, n. 8, maio/out. 2011. Disponível em <<http://www.revistacontemporaneos.com.br/n8/dossie/masculinidadesreflexoes.PDF>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 197-207, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/seerpsicoc/ojs/viewissue.php?id=31>>. Acesso em: 22 set. 2017.

MENA, Fernanda. Homem brasileiro busca novo papel social depois de conquistas femininas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 30 jul. 2017. Folha Serafina. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/serafina/2017/08/1904477-homem-brasileiro-luta-para-achar-seu-novo-papel-social.shtml?utm_source=facebook&utm>. Acesso em: 12 ago. 2017.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

_____. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PERUCCHI, Juliana; BEIRÃO, Aline Maiochi. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 57-69, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000200005>. Acesso em: 24 set. 2017.

PRECIADO, Beatriz. História de una palabra. *Parole de Queer*, [S.l.], n. 1, p. 14-17, abr./jun. 2009. Disponível em: <<http://paroledequeer.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

RAMOS, Alcides Freire. *Canibalismo dos fracos: cinema e história do Brasil*. Bauru: EDUSC, 2002.

RAGO, Margareth. Gênero, política e produção do conhecimento: ressonâncias e desafios. *ComCiência: Rev. eletrônica de jornalismo científico*, Campinas, n. 185, fev. 2017. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/genero-politica-e-producao-do-conhecimento-ressonancias-e-desafios/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

REIS, Cristiano Antônio dos; FERREIRA, Débora Cristina dos Santos; COSTA, Renata. Entrevista com o prof^o. Durval Muniz. *Outras Fronteiras*, Cuiabá, v. 4, n. 1, p. 197-214, jan./jul. 2017. Disponível em: <<http://ppghis.com/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/281>>. Acesso em: 28 set. 2017.

SANTOS, Yurín Garcêz de Souza; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Homoparentalidade masculina: revisando a produção científica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 572-582, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722013000300017&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 24 set. 2017.

SCHVARZMAN, Sheila. Entrevista com Michelle Perrot. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, p. 29-36, 1995.

SOUZA, Henrique Restier da Costa. O mal-estar da masculinidade negra contemporânea. *Justificando*, São Paulo, 16 ago. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/08/16/o-mal-estar-da-masculinidade-negra-contemporanea/>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

TREVISAN, João Silvério. *Seis balas num buraco só: a crise do masculino*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

WOLFF, Cristina Scheibe; POSSAS, Lidia M. Vianna. Escrevendo a história no feminino. *Rev. Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 585-589, set./dez. 2005.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 123-147, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832006000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 24 set. 2017.

Artigo recebido em 27 de fevereiro de 2018
Aceito para publicação em 4 de abril de 2019

¹ Este texto é fruto do cine debate “Gênero e Estereótipos: novas representações possíveis” ocorrido no SESC Bauru, em agosto de 2017. Agradeço à Cibele Mion e ao Evandro Souza pelo convite.

² Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Intersexos e Queer.

³ Aqui o termo “bicha” se refere a uma pessoa que nasce com pênis e se identifica como um homossexual afeminado.

⁴ “O movimento ‘queer’ é pós-homossexual e pós-gay. Já não se define com respeito a noção médica de homossexualidade, mas tampouco se conforma com a redução da identidade gay a um estilo de vida acessível dentro da sociedade de consumo neoliberal. Se trata, portanto, de um movimento pós-identitário: ‘queer’ não é uma identidade a mais no folclore multicultural, senão uma posição de crítica atenta aos processos de exclusão e de marginalização que gera toda ficção identitária. O movimento ‘queer’ não é um movimento de homossexuais nem de gays, mas de dissidentes sexuais e de gênero que resistem frente às normas que são impostas pela sociedade heterossexual dominante, atento também aos processos de normalização e de exclusão internos da cultura gay: marginalização das sapatonas [bolleras], dos corpos transexuais e transgêneros, dos imigrantes e dos trabalhadores e trabalhadoras do sexo... Porque para torcer o pescoço à injúria é necessário algo mais que ter sido objeto dela. O blábláblá de uma bicha conservadora não é mais ‘queer’ que o blábláblá de um hétero conservador. Sorry. Ser bicha não basta para ser ‘queer’: é necessário submeter sua própria identidade à crítica. Quando se fala de teoria ‘queer’ para se referir aos textos de Judith Butler, Teresa de Laurentis, Eve K. Sedgwick ou Michael Warner se fala de um projeto crítico herdeiro da tradição feminista e anticolonial que tem por objetivo a análise e a desconstrução dos processos históricos e culturais que tem nos conduzido à invenção do corpo branco heterossexual como ficção dominantes no Ocidente, e à exclusão das diferenças fora do âmbito da representação política.” (PRECIADO, 2009, p. 16-17, tradução nossa).

⁵ Em entrevista, a autora disse que passou a estudar as mulheres por causa do movimento feminista: “É necessário não esquecer também que houve maio de 68 e eu participei bastante, mesmo como professora. As estudantes estavam muito chocadas vendo que as mulheres eram sempre secundárias no que acontecia. Como se dizia na época, os rapazes pediam a elas que trouxessem o café. No início dos anos 70, entrei para uma nova Universidade, Paris VII, criada justamente a partir das críticas de maio de 68. É neste momento também que surge o MLF - Movimento de Liberação da Mulher. Com minhas colegas decidimos em 1973 propor cursos sobre a História das mulheres. Fomos tomadas por um movimento que nos concernia diretamente. Num certo sentido trabalhar sobre mulheres era trabalhar sobre mim mesma, reencontrar meus próprios problemas.” (SCHVARZMAN, 1994, p. 33).

⁶ Sobre o debate acerca das novas parentalidades, conferir: PERUCCHI & BEIRÃO (2007); SANTOS, SCORSOLINI-COMIN & SANTOS (2013); ZAMBRANO (2006); GROSSI, UZIEL & MELLO (2007).

⁷ Em recente entrevista, Durval Muniz de Albuquerque Júnior voltou a tratar sobre as representações de “cabra frouxo” dos homens que vivem em cidades, principalmente os homens do Sudeste brasileiro, em especial os paulistas: “Na verdade, nos discursos regionalistas nordestinos, a *paulistanidade* aparece como um *déficit* de masculinidade. Quer dizer, justamente porque a urbanidade, a modernidade, aparecem como produtoras de um *déficit* de masculinidade. A cidade, o moderno, feminizaria os homens. A vida rural, a vida rústica, a vida sertaneja, a vida agrária, que seriam características daqueles espaços, levaria a presença aí de uma autêntica masculinidade. A vida tradicional seria aquela que masculiniza, que produz machos de verdade.” (REIS; FERREIRA; COSTA, 2017, p. 200).

REPRESENTAÇÕES E SIMBOLISMOS NAS PINTURAS DO ARTISTA PLÁSTICO FRANCISCO BRENNAND

REPRESENTATIONS AND SYMBOLISM IN THE PAINTINGS OF THE PLASTIC ARTIST FRANCISCO BRENNAND

Tainá Maívys da S. SANTIAGO*
Natanael Duarte de AZEVEDO**

Resumo: Neste artigo apresentaremos como debate as representações criadas por Francisco Brennand em suas expressões pictóricas que abrangem o universo do desenho e da pintura, demonstrando como o simbolismo é constante nessa linguagem e como este dialoga com a maneira encontrada pelo artista para retratar os gêneros e as sexualidades. A subjetividade presente nessa narrativa é também parte do exercício historiográfico, pois acaba por levar à cientificidade aspectos mais sensíveis do ser humano, acrescentando ao debate sobre sociedade e cultura as experiências cotidianas mais imperceptíveis. Para tanto, utilizamos como base teórica as perspectivas abordadas por Griselda Pollock (2003) e outros, sobre o uso de corpos femininos na história da arte, e, ainda, Lynn Hunt (1999), sobre os elementos eróticos e pornográficos.

Palavras-chaves: Simbolismo; Representação; Gênero; Arte.

Abstract: We present in this paper as a debate the representations created by Francisco Brennand in his pictorial expressions that cover the universe of drawing and painting, demonstrating how symbolism is constant in this language, and how it dialogues with a way found by the artist to portray the genders and the sexualities. The subjectivity present in this narrative is also part of the historiographical exercise because it brings, consequently, to the sciences more sensitive aspects of the human being, adding to the debate about society and culture the most imperceptible everyday experiences. Therefore, we use as a theoretical basis the perspectives approached by Griselda Pollock (2003) and others, on the use of female bodies in the history of art and, also, Lynn Hunt (1999), on erotic and pornographic elements.

Keywords: Symbolism; Representation; Gender; Art.

Introdução

Ainda são praticamente nulas as pesquisas que buscam problematizar a representação feminina nas pinturas de Francisco Brennand. Embora sua obra, como um todo, tenha sido motivo para várias pesquisas desde a década de 1960, e muitas tenham evidenciado o caráter “erótico” dos temas por ele abordados, nenhuma pesquisa buscou colocar em perspectiva as mulheres de sua pintura. Afinal, o que lhes confere feminilidade? O que as torna representações do feminino? Esse debate sobre o que é o feminino pode e deve ser feito a partir da análise de

* Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação (PPGH) em História da UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco - *campus* de Recife. Recife, PE – Brasil. Bolsista Capes. tainamaivys@gmail.com

** Doutor em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) da UFPB – Universidade Federal da Paraíba. Professor adjunto da UFRPE (UAEADTec, PROGEL, PGH), Recife, PE – Brasil. natanael.azevedo@ufrpe.br

obras de arte, pois são também discursos que fazem parte da luta/representatividade simbólica da nossa sociedade, uma vez que somos bombardeados com as mais diversas imagens. Buscar uma aproximação com as técnicas e compreender as múltiplas possibilidades da pintura, já que esta é uma das linguagens visuais pioneiras na humanidade, é essencial para quem busca analisar toda a escalada imagética que vivemos na atualidade.

Assim, evidenciando a importância do trabalho de Francisco Brennand no cenário pernambucano e nacional, tanto no meio artístico quanto histórico, levantamos também a questão do artista enquanto produtor de discurso na sociedade moderna. Como recorte para análise, escolhemos seis peças, as quais estão expostas permanentemente na Accademia.

¹ Francisco Brennand é reconhecido mundialmente e já ganhou prêmios culturais tanto regionalmente quanto internacionalmente. Dentro da extensão de temas abordados, o que definimos como crucial na escolha para análise foi a exacerbação de desenhos que dão vida — como chamou Maria Lúcia Fontes (2003) — a *outro* feminino.

Mesmo mantendo isolamento de outros artistas durante parte de sua vida, consideramos Brennand como participante de uma vanguarda de artistas que surge logo depois do movimento modernista, pois, assim como estes, ele buscou reinventar “o esforço de recuperar a dimensão do passado como fonte de legitimidade” (OLIVEIRA, 2008, p. 24) que estava presente nas manifestações de seus antecessores, como em Cícero Dias e Abelardo da Hora, seus principais influenciadores durante sua juventude.

Assim, Brennand tece em suas esculturas um hibridismo que resgata formas conhecidas na nossa terra e costura isso a uma mundialização que reconhece os clássicos em suas criações. Muitos autores discorreram sobre essa marca na escultura *Brennandiana* (TAVARES, 2007), que modela o que nossa terra oferece de melhor e pior.

Logo, está presente em nossa discussão a forma como esse artista modela a identidade feminina por meio de uma linguagem pictórica, porque acreditamos que a sexualidade feminina faz parte do conjunto de conceitos que foram inscritos no imaginário social durante o modernismo, e, portanto, o pós-modernismo apresenta um processo que é resultado daquele.

Nossa pesquisa procura olhar para a representação feminina no momento após essa efervescência, na virada para o século XX, de modo que consideramos necessária uma abordagem feminista.

A sexualidade feminina é colocada em discurso no campo das artes visuais (em imagens e textos) a partir de um determinado olhar masculino (...) O que aprendemos com essas imagens? Que efeitos produzem em nosso modo de ser e de ver? (...) O que aprendemos sobre a sexualidade masculina e feminina a

partir dessas imagens? Quais efeitos desse discurso sobre nosso modo de pensar? (LOPONTE, 2002, p. 4)

Essa abordagem feminista foi uma renovação para o campo historiográfico, pois faz uma leitura dos acontecimentos históricos a partir da perspectiva dos gêneros, como demonstrou Jatahy (2012). Nesse parâmetro, ressaltamos o uso da iconografia, e sua relação intrínseca à História Cultural, e a própria noção de patrimônio. Essas três concepções se desenvolveram no mesmo momento, e não por acaso, pois estão ligadas mutuamente, como se pode perceber na leitura de Poulout (2009):

O desenvolvimento da reflexão (...) baseava-se na busca de um diálogo entre fontes literárias e fontes figuradas, assim como no surgimento de uma história cultural; para ser possível construir a definição de um patrimônio, impunha-se estabelecer, previamente, a autenticidade e o valor dos monumentos de qualquer espécie. (POULOUT, 2009, p. 23)

Colocando em evidência o desenvolvimento do debate em torno do conceito de patrimônio, história cultural e iconografia, a pós-modernidade tornou-se lugar de voltar um olhar feminista para esses processos. Com isso, entendemos que a cultura visual tem muito a acrescentar na história das relações entre os gêneros, reforçando um olhar às definições estabelecidas no tempo estudado que influenciaram aspectos como a diferença entre os sexos. Acrescentamos, ainda, com a fala de Jatahy (2012, p.53), a importância de “(...) ver, na imagem, quais os valores e os sentimentos que se busca transmitir, quais os sonhos e fantasias de um tempo dado, ou quais os valores e as expectativas do social com relação aos atores” para entender a historização das diferenças de gênero e sexuais.

É importante frisar que essas diferenças de gênero e sexuais na produção imagética de Francisco Brennand se entrelaçam, pois não se separam do corpo biológico (LOURO, 1998), criando uma correlação entre gênero e sexo, como é próprio do contexto social e histórico em que ele produz essas imagens. Logo, a sua transmissão é naturalizada, e ele reproduz as normas reguladoras pré-estabelecidas, às quais ele mesmo está inconscientemente (ou não) submetido. Questionar a naturalidade desse discurso é uma maneira de reescrever a história da mulher brasileira, colaborando com pesquisas que buscam uma nova leitura desses discursos considerados esteticamente normais, agradáveis, e parte do conjunto de bens culturais da nação.

Por fim, munidos do entendimento desse contexto histórico em que “o discurso masculino do início do século passado (...) tinha a intenção de comprovar o verdadeiro papel do sexo frágil e, ao mesmo tempo, advertir para o perigo da liberação feminina” (GRILLO, 2007, p. 10), analisaremos o discurso visual criado por Brennand para entender como sua representação do feminino perpetua essa linha de pensamento, ou se contradiz a ela. Percebendo, dessa forma, uma

maneira de olhar para a mulher do início do século XX que parte de uma análise microespecífica para uma objetividade que engloba todo um lugar no espaço histórico.

Representações do feminino

Neste primeiro momento, queremos esclarecer o que se entende enquanto uma representação de gênero: do que se trata, como ocorre, e exemplificar tal mecanismo dentro do nosso objeto de estudo. Por representação entendemos o processo pelo qual indivíduos e grupos dão sentido ao mundo real. É importante entender que uma representação não é simplesmente um reflexo da realidade, mas é a construção de outra realidade criada a partir daquela. Segundo Pesavento (2012), a representação envolve processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão. E, além disso:

São também portadoras do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social ou historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como materiais, dispensando reflexão. (PESAVENTO, 2012, p. 12)

A força da representação se dá pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social. Relações de poder se impõem nesse processo, e aquele sujeito — ou instituição — que detiver o poder de representação acabará por definir os padrões e as normas sobre as quais nos subjugaremos. Assim, realiza-se o processo de representações políticas, sociais e, inclusive, a própria representatividade do gênero.

É preciso atenuar o fato de que, antes de ser um autor, ele é um leitor. Percebermos, portanto, Francisco Brennand como autor de uma vasta obra, sim, porém, também receptáculo de um discurso que advém de uma relação de poder mais extensa do que se observa de antemão. É ser um leitor que o possibilita enquanto autor. Essa leitura que ele apreende advém de um domínio que define sua maneira de estar no mundo. Constrói o seu olhar, o seu enxergar, e o entender. É a partir dessa leitura extratextual que se forma o autor (CHARTIER, 2012).

Ele não é o iniciador da elaboração de pinturas femininas com forte carga erótica, mas foi participante desse imaginário, levado a tal por uma série de fatores que incluem seu tempo histórico e seu lugar social. Ele traduz para o aspecto estético os sentimentos, as inquietações e os *hábitos* desse determinado discurso. Assim, tudo o que podemos entender de sua pintura erótica sobrevém de uma ordem discursiva recorrente dentro de uma instituição histórica, que se conveniu chamar de “Arte canônica”, ou simplesmente Arte, com “A” maiúsculo (GOMBRICH, 1972).

Esse conceito de representação surge dentro de uma história cultural que percebe Francisco Brennand como permeado de aspectos que moldam sua identidade e que são, também, um acréscimo para a narrativa histórica. Assim, em defesa de uma história intelectual e embasado por Goldman, Roger Chartier (2002) vai dizer que:

(...) as contagens das palavras, dos títulos, dos motivos, das representações coletivas são, no sentido próprio do termo, “insignificantes”, isto é, incapazes de restituir os significados complexos, conflitais e contraditórios dos pensamentos coletivos. A recolha contável do superficial, do banal, do rotineiro, não é representativa, e a consciência coletiva do grupo (que é «inconsciência» coletiva para a maioria) e dada a ler unicamente através do trabalho, imaginativo ou conceitual, de alguns autores que a levam ao seu mais alto grau de coerência e de transparência. (CHARTIER, 2002, p. 14)

Então, é dentro desse grupo de artistas intelectuais — os modernistas e os pós-modernistas, brasileiros ou não — que Brennand constrói um discurso e perpetua uma ideia, de forma que certos temas do imaginário coletivo podem ser compreendidos através do dessecamento dessas ideias. Perceba-se que Chartier cria com essa fala um movimento que vai delineando desde um único indivíduo, que mais tarde ele chamará de Autor, a um grupo, e, então, a um pensamento coletivo. Compreendemos com isso que Francisco Brennand é um personagem histórico hábil para demonstrar um pensamento vigente na época, seja através de sua oposição às normas ou à reprodução de tais.

Peter Burke (2017) é quem nos dá os pressupostos para uma análise das autorias pictóricas de Francisco Brennand. Sinalizando os pontos e os contrapontos de tal uso, ele diz que:

O uso de imagens por historiadores não pode e não deve ser limitado à “evidência” no sentido restrito do termo (...). Deve-se também deixar espaço para o que Francis Haskell denominou “o impacto da imagem na imaginação histórica”. Pinturas, estátuas, publicações e assim por diante permitem a nós, posteridade, compartilhar as experiências não verbais ou o conhecimento de culturas passadas (...). Trazem-nos o que podemos ter conhecido, mas não havíamos levado tão a sério antes. (BURKE, 2017. p. 24)

Para uma análise do discurso dessas convenções naturalizadas, é preciso, como sugere Foucault (1990), questionar nossa vontade da verdade e restituir ao discurso seu caráter de acontecimentos, suspendendo a soberania do significante. Isto porque o significado é uma construção que dependerá das diversas maneiras de se ler o signo, que, neste caso, são as imagens pictóricas (HALL, 2016).

Judith Butler (2016) é uma das autoras a debater a respeito da representação do gênero, sugerindo que nosso ideal binário em relação aos gêneros é culturalmente construído através de processos de representações que emanam das instituições de poder até os ciclos mais simples

de relações. Nesse sentido, para ela, “a representação é a função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres” (BUTLER, 2016. p. 18).

Esse debate pode nos levar ao problema do que vem a ser o “feminino” ou, ainda, o que vem a ser o sujeito “mulher”. No entanto, é necessário que nos atenhamos ao que Foucault (1999) definiu como “a crítica genealógica”, revisitada por Judith Butler. A partir desse conceito, entende-se que existe uma recusa em buscar essas origens do gênero, que nos remete a uma dialética interminável, e, em lugar disso, há uma tendência em compreender como origem e causa categorias de identidades que, na verdade, são efeitos ou representações de instituições, práticas e discursos.

Além dessa perspectiva que percebe o gênero enquanto uma representação, ou, pelo menos, uma categoria suscetível a ser representada, devemos também observar que a imagem por ela mesma é sempre uma representação. Uma imagem visual, pictórica, está sempre representando algo, seja um objeto, uma paisagem ou alguém. Assim, compreendemos que imagens pictóricas podem até se esforçar para representar situações ou personagens reais, mas sempre partem da imaginação, da perspectiva e da elaboração de um artista ou de mais de um colaborador, dependendo de como a parte técnica é constituída. Mas, a partir do momento que passam a existir que, as imagens passam a ser um objeto real que não são a coisa em si, de forma que não poderiam ser consideradas como o próprio objeto a que se referem, mas uma outra coisa.

Assim, uma pintura do feminino não é o feminino, mas, sim, a representação, o desejo, a vontade de ser o feminino ou de retratá-lo à maneira que achamos entendê-lo. Ou seja, essas instituições que detêm o poder de atribuir aos seres tais características e de dissertar, por exemplo, sobre o processo da reprodução e seus elementos são as mesmas que criam e recriam a maneira como iremos ler a feminilidade. Sobre isso, Pollock (2003) vai dizer que:

A "feminilidade" não invoca qualquer noção empiricamente experimentada de mulheres. Refere-se a uma posição dentro da linguagem e em uma formação psicopedagógica que o termo "Mulher" significa. Como uma posição, portanto, e não uma identidade, uma ficção produzida dentro dessa formação, a feminilidade pode ser algo como a definição de Outro, o outro da masculinidade, a fala, os sonhos, fantasia. Isso indica, ao mesmo tempo, que o sujeito que pretende viver e pensar a partir dessa posição rotulada de "mulheres" tem que enfrentar um posicionamento imposto ou criado. (POLLOCK, 2011, p. 5)

Percebendo a feminilidade como uma construção social em constante formulação e reformulação, passamos a enxergar em Francisco Brennand um autor, muito mais do que um

pintor, o que nos leva a querer entender o que significa/representa este feminino que ele pinta. Ao que ele se refere com esta representação é o objetivo principal do nosso trabalho, sempre dialogando com uma problematização proveniente da perspectiva feminista. Tentando embasar sua teoria dentro dessa problemática, Aumont (1995) palpita sobre essa expressividade do feminino em imagens:

Em termos psicanalíticos, a mulher significa a ausência do pênis, a castração: sua figura, portanto, ameaça sempre fazer surgir à angústia – donde as escapatórias muitas vezes adotadas pelo filme clássico, como a retomada do trauma primitivo (sob a forma sádica, por exemplo, no filme noir) ou ao fetichizar a imagem da mulher (o que equivale a não reconhecer a castração que ela representa). (...) é uma crítica radical da imagística dominante da mulher na cultura ocidental (em especial na pintura e na foto publicitária) e da exploração do corpo da mulher como objeto de voyeurismo masculino. (AUMONT. 1995. p. 126-127.)

Essa “crítica radical”, apontada por Aumont, originou entre as feministas uma prática de empoderamento que as levou ao campo da produção. Assim, entre as décadas de 1970 e 1980, a produção feminista se intensifica na cultura visual, e percebemos um alto índice de objetos artísticos cada vez mais carregados por essa necessidade de representação que fosse percebido pelo olhar de quem antes era o “objeto de *voyeurismo*”. Inevitavelmente, essa nova linha de pensamento criou manifestações entre aquele pensamento vigente, também culminando na emergência da intensificação da produção do *voyeur*. E muitas e muitas são as produções, mesmo que sutis, dessa expressividade que se opõe a um feminino feminista. Como resultado, essas produções procuram capturar essa imagem e representá-la como queriam que fosse, e não como é, em uma perpetuação do fetiche ao corpo dito feminino.

Ainda dentro dessa abordagem feminista procurada por Aumont, encontramos — em sincronia aos esforços da segunda onda feminista, indo, no entanto, além dela — a historiadora Griselda Pollock. Pollock, em seu artigo “A modernidade e os espaços da feminilidade”, faz uma análise que nos importa:

Na verdade, a mulher é só um signo, uma ficção, uma configuração de significados e fantasias. A feminilidade não é a condição natural das pessoas do sexo feminino. É uma construção ideológica historicamente variável de significados correspondentes a um signo M*U*L*H*E*R que é produzido por, e para, outro grupo social cuja identidade e superioridade imaginada têm origem na produção do espectro desse fantástico Outro. MULHER é tanto um ídolo como nada mais que uma palavra. (POLLOCK, 2011, p. 59)

Dessa forma, Pollock (2011) remarca a preocupação já proposta por Judith Butler em compreender a origem do conceito de gênero através de práticas e instituições. Nesse caso, ela foca na prática do modernismo enquanto momento artístico, um período em que a história se

acostumou a reproduzir quase majoritariamente uma produção estritamente masculina, mas que também encontrou a prática de artistas mulheres que reproduziram o que ser mulher significava para elas. Pollock observa o padrão na reprodução do gênero feminino pelas mãos desses artistas homens, no que ela encontra pré-estabelecidos certos “territórios eróticos da modernidade”. Às senhoras, alguns espaços eram reservados, enquanto outro padrão espacial era estabelecido para as que eram consideradas mulheres desonradas. Estas ficando com os teatros (bastidores), cafés e bordéis, e àquelas, com os teatros (camarotes) e parques.

Pollock consegue encontrar esse padrão através da análise das obras dos modernistas e ainda se encarregar de sublinhar os locais onde esses artistas (Degas, Manet, Monet, Renoir e Guys) pintavam, assim, o *tipo* de mulher que eles elegeram como seu objeto de representação. Criando um elo comparativo com a literatura, ela demonstra como os homens da época faziam parte desse imaginário masculino que tendeu a corporificar o feminino e como ajudaram a perpetuar essa mistificação. E salienta que:

(...) a feminilidade deve ser entendida não como uma condição da mulher, mas como uma forma ideológica da regulação da sexualidade feminina dentro de uma esfera doméstica, heterossexual e familiar, que é, em última análise, definida pela lei. (POLLOCK, 2011, p. 66)

Judith Butler (2014) apresenta também a teoria da repetição estilizada dos *actos*, que sugere ser o gênero não algo acabado que sofre uma deformação através dessas representações, mas uma construção constante de atos que irão dar vida ao próprio gênero, repetindo-o. A repetição perpassa o meio visual, adentra a literatura e as diversas mídias e alcança os nossos signos cotidianos. É por meio desses embates, portanto, que a noção contemporânea do gênero que nós temos se forma.

Como exemplo dessa repetição estilizada dos *actos*, Butler (2014) cita o próprio movimento feminista e a resolução que se tem da dissociação sexo/gênero. A contestação dessa experiência corporal é um traço dessa linha do feminismo, que considera ser mulher um resultado puramente cultural, que em nada se prende ao biológico. Tanto o gênero quanto o corpo são frutos de um contexto histórico e devem ser compreendidos como tal. Assim, percebe-se que até mesmo dentro do movimento feminista existe esse embate ideológico que, de forma sutil ou não, constrói o que se entende enquanto o gênero, o sexo e o feminino.

Para entender essa lógica que aponta mulher como feminino e homem como masculino, em caixas bem separadas, devemos pensar quais seriam as características que definem, tradicionalmente, o feminino e quais são as características que dão conta do masculino. Segundo definição de Hannah Arendt (1998):

O feminino, encarnado pela mulher, foi, tradicionalmente, entendido como o outro, o segundo sexo, aquele que está às margens da vida política, das finanças, das decisões ditas “importantes” para o bem-estar social, (...). Ao passo em que o masculino foi, historicamente, interpretado como o sujeito universal, isto é, agente político e vetor social por excelência. Nesse modelo, o homem ocupa o espaço de ser social e a mulher o de agregado. (ARENDETT, 1998, p. 70)

Dentre as principais características históricas que fundamentaram o feminino tradicional, estão a dependência emocional e a dependência social-financeira. A mulher é/era educada para assessorar o homem, para auxiliá-lo, servi-lo. Portanto, sua identidade está, tradicionalmente, atrelada à desse sujeito. Aos homens estaria reservada a tarefa de promover, ser empreendedor, desbravador. Ele não deve ser apenas um ente autônomo, mas desenvolver uma atitude doutrinadora, de liderança, por isso o papel de “intelectual tradicional” parece sempre alçar apenas o universo masculino na história, e, quando há uma mulher que ocupa esse espaço, parece incômodo aos personagens envolvidos.

Adjetivando essa questão, diríamos que ao feminino é relacionado um físico fraco e um caráter sensível, medroso e instável. Mas o feminino também está relacionado ao “instinto materno”, que joga a responsabilidade dos filhos nas mulheres. São atribuídas ao feminino condutas que contribuem para restringir seu empoderamento público, tais como a castidade, a resignação doutrinária e a “culpa” pelo cuidar, seja do parceiro, seja dos filhos. A mulher que abandonada o lar é, aos olhos da sociedade, uma “desnaturada”. Desnaturada, remetendo àquela que não segue o chamado da Natureza.

São esses os arquetípicos femininos que o imaginário social acostumou-se a ver representado nas diversas mídias. Na literatura e no cinema, são comuns histórias de mocinhas indefesas que esperam o “macho-herói” que irá socorrê-la e protegê-la. Na fotografia, nas pinturas e mesmo nas esculturas, o corpo que se definiu biologicamente feminino foi explorado em suas diversas nuances — seja através do orgasmo de Santa Teresa em uma escultura de Bernini, ou até em um simples autorretrato que Francisco Brennand pinta de sua filha Deborah. Todas essas imagens buscaram retratar a mulher através de um imaginário ocidental que normatizou o feminino como esse conjunto de signos que remetem a uma performance, a um corpo, a um comportamento específico.

É importante ter esses conceitos em mente para compreender como isso é reproduzido nas imagens que o nosso personagem cria. Essas normas são repetidas e repetidas, até serem aceitas como normais, no entanto algumas coisas referentes ao sexo margeiam ainda o interior das mentalidades contemporâneas, sendo consideradas como tabus, e sua reprodução acontece de forma sutil e dissimulada.

A representação erótica de Francisco Brennand traz essa dissimulação como traço, mantendo uma linha tênue com a pornografia. Quando ela ultrapassa esse limite social, é que se torna pornográfica. Assim, a pintura erótica cresceu na pós-modernidade incrustada em uma pilha de mal-estar. Diante da mobilização dos movimentos feministas e da releitura de todo material de normatização da sexualidade feminina, se tornou difícil para alguns artistas reproduzirem tais normas sem sofrerem ressalva ou até mesmo censuras. E acreditamos ser esse o motivo pelo qual Francisco Brennand teria demorado a expor suas pinturas de forma permanente, da mesma forma que suas esculturas.

Existe uma linha do feminismo que aceita a pornografia como uma forma de subverter o padrão heteronormativo, e, desde os anos 1990, mulheres têm se empenhado em produzir mídias que representem uma sexualidade feminina mais próxima da realidade, através de pinturas, filmes, literatura etc. Hoje em dia, essa é uma linguagem em aperfeiçoamento, e o debate segue em pauta. É importante frisar que o conceito do pornográfico depende do seu contexto histórico. Assim como vem sendo ressignificado por uma linha do feminismo desde os anos 1990, possuiu diferentes maneiras de ser em momentos anteriores a este.

Já utilizada como uma maneira de expressão crítica para a política do século XVIII, há indícios de uma expressão pornográfica expressa desde a antiguidade (HUNT, 1999). Portanto, a maneira como entendemos a pornografia atualmente é uma forma de enxergar própria da nossa época, com todas as circunstâncias socioculturais que essa linguagem envolve.

O senso comum moderno acostumou-se a definir a diferença entre erótico e pornográfico pelo traço estético de um e comercializável de outro. Assim, devido à semântica que provém do deus grego Eros, toda a expressividade que provém do erotismo inscreve a sexualidade em uma classificação artística, quase mística e subjetiva. O erótico teria relação com o amor sensual, o amor romântico, que se expressa corporalmente. E o pornográfico teria deixado o teor crítico na segunda metade do século XVIII para se tornar produto de um mundo neoliberal.

Nos quadros pintados por Francisco Brennand que representam o feminino erotizado, percebe-se essa linha tênue com o elemento pornográfico. Por enquanto, é importante destacar que grande parte dos críticos que se ocuparam em falar sobre ele definem essas pinturas como eróticas. Encontram nelas uma estética elegante que faz pertencer ao feminino uma função sensual, uma sensibilidade corporal que ocupa diferentes espaços do cotidiano. Alguns chegam a afirmar que existe certa agressividade sexual, mas não rompem o limite para o pornográfico. Apesar disso, ao público não escapa essa crítica. E em algumas entrevistas é o próprio Brennand

(2000) quem chega a admitir: “Pediram que eu fizesse um retrato de mim mesmo: feudal, supersticioso e pornográfico”. E retifica: “Pornografia como uma grande ajuda, como uma muleta para sustentar essa sexualidade perversa” (DONOVAN, 2000).

Com elementos religiosos e tradicionalistas, Brennand justifica esse elemento da sexualidade como uma ligação com a natureza. Ele considera que a mulher é a responsável pela reprodução, assim estando ligada à terra e aos ciclos da natureza. Nessa mesma entrevista, ele conclui que “esse elemento de sexualidade dentro da minha arte é muito mais voltado para a reprodução do que propriamente dito para o erotismo, embora uma coisa possa prescindir a outra” (BRENNAND, 2000). Por toda a obra pictórica de Brennand, esse conceito de reprodução é disseminado através da representação feminina. Nesse discurso visual, o elemento erótico transforma-se em alegoria para dissimular um sentido que só a compreensão desse conceito de reprodução poderia esclarecer. Assim, em um conjunto de obras que abarcam desde sinuosas vaginas esculturais até meigas meninas vestidas de estudantes, há quase sempre na criação de Brennand um signo que, alegoricamente, traz à tona um elemento erótico que dissimula ou expõe esse poder gerador da mulher, “a matriz da vida”¹. Lembramos que há no erotismo elementos objetivos, como a própria necessidade fisiológica, mas também os elementos subjetivos que vêm suprir algo quase metafísico. Dessa forma, para Brennand (s/d):

O erotismo é a única arma ou desafio que os humanos utilizam para reagir contra os desígnios da Mãe Natureza. Todo erotismo é transgressor, mas é o único elemento que pode nutrir o nosso combalido instinto reprodutivo. O homem desafiou o seu Criador (Pecado) e pronunciou as primeiras palavras de sua própria condenação. E assim, foi lançada a nossa sina, ou seja, seguir docilmente o deus Eros que não faz senão nos enganar com as suas artimanhas e o seu vocabulário sedutor. (BRENNAND. Acervo da Oficina de Cerâmica Francisco Brennand. S/d).

Pensando dessa maneira, não há como analisar esses discursos expressos por diferentes linguagens sem colocar em foco também a experiência interior de Francisco Brennand enquanto participante do ato erótico que pode ser considerado a experiência da pintura. Nessa perspectiva, temos dois gêneros estruturantes: o homem Francisco Brennand; e suas mulheres, modelos que serão representadas através da expressão pictórica.

Em outra entrevista, Brennand comenta os conceitos de erótico e pornográfico como rótulos que as pessoas impõem ao seu trabalho como uma maneira de solucionar a complexidade de sua obra. Assim ele consegue utilizar um discurso que mistifica muito mais sua obra, envolvendo-a em uma nuvem de dúvidas, mistérios e subjetividades. Mas não deixa

¹ Referência ao nome de uma famosa escultura de Francisco Brennand, encontrada na sua Oficina de Cerâmica na Várzea, Recife, Pernambuco.

de ser verdade que este é um processo complexo, apesar de não ser devido apenas à oposição do plano sensível e do plano concreto. E sim, também, por causa da própria complexidade envolta aos conceitos com os quais Brennand trabalha.

A categoria do gênero, o feminino, o sexo e o erótico-pornográfico são conceitos que se intercalam a partir das perspectivas aqui demonstradas. A heteronormatividade é estabelecida se articulando baseada na binaridade ocidental dos gêneros, e o erótico e o pornográfico são elementos criados sob essa mentalidade. Portanto, são coisas que se ligam, se definem, e estão presentes na obra de Francisco Brennand por um processo análogo e perceptível visualmente devido a nossa abordagem feminista.

Este é um homem, branco, heterossexual (até onde sabemos), de uma classe social elitista dirigente,² que viaja aos 21 anos para estudar arte em Paris, durante os anos 1960, já com certa experiência que aprendeu de artistas pernambucanos. Isso sem nenhuma dificuldade social ou cultural exorbitante. Mesmo considerando-se meio “bicho do mato” (BRENNAND, 2017) em relação aos europeus, não podemos compará-lo, por exemplo, aos “humildes artistas” (BRENNAND, 1974) de gravura popular ao qual ele tece uma crítica exaltando o aspecto simplista da técnica, dizendo: “Não resta dúvidas de que esses gravadores estão, por assim dizer, preparados para o juízo final. Quando então nada mais restará de técnicas e tecnologias, em um mundo enfim submisso as suas próprias origens” (BRENNAND, 1974, s/p).

Se somos feitos de uma rede de significados, esse homem e as marcações que ele carrega significam e dão significados a múltiplas vertentes dentro desse jogo de poder. E, em muito mais vezes, carregam uma verdade escondida dentro de um discurso naturalizado na sociedade em que se encontram. Ao mesmo tempo que Brennand cria estratégias para dissimular um discurso que não poderia ser dito abertamente, e para isso ele faz usos alegóricos em sua arte, ele também se utiliza de táticas para driblar o policiamento que vem de poderes muito acima dele.

Símbolos e Signos das mulheres de Brennand

A abordagem do corpo feminino enquanto erótico simboliza em seus temas uma mulher que é percebida brasileira/pernambucana por causa de signos que foram naturalizados como sendo comuns a todas essas mulheres: o corpo delineado, a cor bronzeada marcada pelo formato dos biquínis, a dissimulação infantil em meninas etc. Estando em seu lugar de fala legitimado, Brennand perpassa esse discurso que é abertamente aceito, compactuando com esse imaginário que reduz o corpo a um sexo erotizado.

Vamos abrir um parêntese para lembrar que as intersecções comentadas no personagem estudado não são determinantes da sua personalidade; em verdade, elas contribuem com ela, constituem-se como facilidades para a ascensão dele nesse cenário, mas não o reduzem ou estereotipam. As subjetividades já apontadas demonstram isso, pois o mesmo Francisco Brennand opera em um só momento em duas faces que poderiam ter sido entendidas como oponentes. Ele pinta uma mulher que é, ao mesmo tempo, independente e submissa. Seria isso um desejo inconsciente pela submissão dessas mulheres?

O fato é que Brennand recupera esse sentimento em toda a trajetória da mulher mística que protagoniza seus motivos. E, naquela mulher que representa algo mais corriqueiro, retratada por mulheres reais, restam resquícios do que ele enxergou na mulher primordial. Essa angústia, que provém do sofrimento feminino ligado à culpa do pecado original, pode não aparecer explicitamente em imagens mais cotidianas, mas o erotismo dissimulado em signos que quase passam direto por nossa interpretação é a presença da angustiante existência feminina. Restamos então questionar: ele, como criador desses discursos, é quem nos dá essa mulher pecadora? Ou é ele mesmo quem deseja redenção?

A criação dessa mulher, no caso de Francisco Brennand, assim como de outros artistas de sua época, se deu a partir de uma urgência em estabelecer um discurso autêntico que colaborasse com a noção de nacionalidade que o governo estava patrocinando, principalmente em Pernambuco, local que contava com o apoio mais presente de Aloísio Magalhães. Essa urgência batia de frente com tudo o que esses artistas tinham aprendido antes, quando o cânone era europeu. Como exemplo, em 1982, o pintor José Claudio questionava, em um livro organizado por ele em parceria do Governo Pernambucano:

Há ou não há uma “escola pernambucana”? Até que ponto terá influído nos rumos da arte de Pernambuco a presença dos artistas de Maurício de Nassau e dos holandeses em geral? Essa pintura do período holandês é ou não é arte brasileira? De que modo se tem processado um desenvolvimento local de Pernambuco independente do resto do Brasil ou do exterior? (CLAUDIO, 1982, p. 4)

Pensando nessas questões é que o cânone começa a se articular em torno de discursos que consigam assimilar as culturas brasileiras e ainda assim corresponder àquilo o que as correntes europeias consideravam prestigioso esteticamente. No contínuo desses questionamentos, José Claudio demonstrará como os artistas europeus que aqui estavam acompanhando Maurício de Nassau e outros (como os da Campanha Francesa) construíram, na verdade, uma arte brasileira. O discurso da miscigenação foi também um argumento perfeito para a europeização dos traços de artistas brasileiros.

Entendemos, com isso, que a constituição dos discursos se dá em torno do desejo e do poder. O desejo de ser/parecer e o poder de ser e parecer. E esse poder se legitima através de um conjunto de práticas que o reforçam ainda mais, como alega Bourdieu (2002). Fazendo uma análise dessa ordem do discurso, Foucault dá um exemplo dos grupos de rapazes que possuíam o conhecimento dos poemas a serem recitados, ou variados e transformados. Essa recitação de caráter ritual é protegido, defendido e conservado. E sua reprodução acontece ao mesmo tempo por um grupo e por um segredo (FOUCAULT, 1990).

A exemplo disso, queremos fazer menção à “Academia dos Emparedados”, grupo seletivo que Brennand passa a reunir no Engenho São Francisco em 1952. Composto por amigos como Ariano Suassuna, César Leal e Tomás Cezar, o grupo se reunia todos os domingos, recebendo alguns visitantes, para *trocar* ideias (BUENO, 2011). Essa é uma ilustração para compreendermos como os questionamentos colocados por José Claudio (1982) vinham sendo debatidos pelos intelectuais pernambucanos de então. E, assim, discursos e técnicas poderiam ser pensados à moda local, apesar das influências que já tinham de artistas estrangeiros. Essas sociedades não eram incomuns se pensarmos nos artistas modernistas da Semana da Arte em 1922.

Atentando ao fato de que “o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (FOUCAULT, 1990), compreende-se que os conjuntos de signos que compõem as pinturas de Brennand são construções de uma verdade estabelecida socialmente. Uma verdade da qual não se pode falar, mas deseja-se. A arte pictórica fornece este poder *iconocrático*³ da fala que não é totalmente escancarada; vem fragmentada por cores, símbolos, cenários, textura, volume, alegorias etc. A sedução de uma pintura acontece justamente por essa inocência de quem olha e o poder de quem fala.

Como exemplo de tudo o que vínhamos falando, escolhemos uma pintura de Brennand que achamos representar melhor o conjunto dessas pinturas que escolhemos para desenvolver nossa análise. “A vítima (sexta-feira da paixão)” (Figura 1) apresenta uma moça com os dedos anulares tocando a vagina, que não está à mostra, sob um vestido azul. Seus olhos fechados e a cabeça reclinada inscreve um sentimento de tranquilidade, ou até mesmo de paz. No plano de trás, temos uma cruz em contorno preto, preenchida de azul; e, no último plano, uma imensidão vermelha. Dentro de tudo isso, o que mais chama atenção e provoca sensações no espectador é a presença do sangue, que suja o vestido no alcance dos dedos que tocam a vagina.

Levando em conta todo o conjunto pictórico que compõe a imagem, forma-se o quadro dramático e angustiante: o vermelho contrasta com o azul claro do vestido, tanto o vermelho do

fundo quanto o vermelho do sangue, no entanto o azul mais escuro da cruz também procura destaque e peso para a cena. Utilizando bastão aquarelado sobre papel, os traços que Brennan faz são simples e rápidos, destaques para o jogo de sombra e de luz na pele e no vestido, e também no sangue, o que sugere profundidade.

A mulher nessa imagem é alegoria do sacrifício que o Cristo aceita ao se submeter à cruz para salvar a humanidade. Essa alegoria da alegoria é uma maneira que Brennan encontra de falar mais uma vez sobre o papel reprodutivo da mulher, e isso é simbolizado pela própria presença dela e reafirmado através do sangue. Que simboliza uma violência que pode estar ligado a diversos atos físicos: a violação, a masturbação, a menstruação, o parto. Essa é a parte em que a interpretação do espectador entra em cena, pois não há como saber com certeza o que leva aquela mulher a tocar-se. Mas podemos supor, por intermédio da lógica, que o título e o subtítulo propõem que se trata de uma violação. Podemos dizer mais drasticamente que, assim como Cristo “é o cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (JOÃO 1:29), da mesma forma a mulher aqui representa-o em sacrifício pela humanidade.



Figura 1 – A vítima (Sexta-feira da Paixão), Bastão aquarelado sob papel, 100x70 cm, 2005, Francisco Brennan, Accademia – Oficina de Cerâmica Francisco Brennan

Há outros símbolos na imagem, como, por exemplo, os dedos anulares que ela usa para tocar a parte baixa do seu corpo — provavelmente a vagina —, que podem ser uma antítese de outra grande imagem referente ao Cristo: O Cristo Pantacrátor. Pintado por vários artistas ao longo dos séculos, aqui ele ganha um sentido contraventor, como uma antítese.



Figura 2 – Salvator Mundi, Leonardo da Vinci, 1500. (Uma das representações do Cristo Pantocrátor)

Nesse sentido, podemos entender também que Brennand busca subverter o sentido de salvação, e, talvez, o que ele realmente queria fazer significar na sua pintura de a “Vítima” fosse o momento em que o pecado entra no mundo. Como é recorrente nos seus temas falar sobre o Pecado Original, e constantemente ligá-lo à mulher pecadora, essa hipótese é aprazível. O sangue derramado nessa pintura é o sangue de pecado simbolizando o papel da mulher de trazer o pecado ao mundo através do sexo precedido do erotismo.

Para Bataille (2013, p. 106), forte influência no trabalho de Brennand, “uma violência tão divinamente violenta eleva a vítima acima de um mundo chato, onde os homens levam sua vida calculadamente”, o que demonstra o caráter religioso que a violência ganha nessa perspectiva. Quanto pior o flagelo, maior a imponência do ser flagelado, e se, por fim, conquista-se a morte, então há a possibilidade do gozo eterno, da continuidade. Assim Brennand une o que seriam vários temas soltos em um imaginário que circula em torno de uma coisa só. A violência, o erotismo, a reprodução e o sofrimento são os elementos de seu trabalho que constituem o que é o feminino na sua perspectiva e dos motivos históricos atados a ele — tanto motivos que vêm de mitologias antigas quanto daquelas que reverberaram na época de seu trabalho.

Em texto no qual analisa um de seus murais, “A Justiça se faz”, Francisco Brennand fala que, “como artista à procura de símbolos e metáforas”, preferiu “representar o rebanho humano através da juventude feminina, que é ao mesmo tempo a sagrada 'matriz', de onde todos

somos provenientes e, também, sob o ponto de vista religioso, o cerne de todas as paixões humanas, haja vista o 'pecado original'." (BRENNAND, s/d). Realizado entre os anos de 1996–1997, esse uso alegórico nesse mural segue representado em suas esculturas, e talvez esse seja o caso de “A vítima”.

Por fim, sabemos que essa visão da representação feminina é comum na arte, na literatura e em vários outros meios de discurso social. E, quando seus motivos e suas consequências não são discutidos, eles se tornam suscetíveis à perpetuação. Entretanto, não podemos deixar de citar que há também a perspectiva de que Francisco Brennand nos dá em “A vítima” uma mulher que expia seus pecados na cruz, com a serenidade de se tocar livremente, sendo dona de seu corpo. Assim, ele objetivaria um feminino que é a vítima perene pelo simples fato de existir livremente, de acordo com seus desejos e suas vontades. Destarte, a menina — que pode ganhar enfoques de mulher — estaria, na verdade, masturbando-se enquanto na sua menstruação ou tocando-se pela primeira vez. Essa é uma perspectiva possível.

A mulher é colocada textualmente pelo artista como “ligada à terra” e, portanto, essas vontades que lhe advêm como naturais a condenariam à danação eterna, sendo, assim, vítima e culpada por seus anseios naturais. Podemos ainda considerar como parte do seu biológico os ciclos comuns de dor: a sua menstruação, a puberdade, o sangue do rompimento de um hímen, as dores do parto e, finalmente, as dores da menopausa. Se refletirmos, seguindo o pensamento em que se baseia Brennand, como veremos, tudo está ligado à dor e à reprodução. Todo ciclo marcado por dor e prazer está conectado ao fato de gerar outro ser, outra vida, e, por isso mesmo, a mulher seria ligada à terra (à fertilidade/reprodução), no pensamento do artista. Como ele diz enquanto monta o seu conceito para a sexualidade como um todo:

Isso tudo vai nos introduzir ao mundo da reprodução - as coisas são eternas porque se reproduzem - a eternidade é a reprodução - o próprio universo é uma forma de reprodução como se fosse a história de um imenso desejo. E essas formas, uma vez procriadas, se perpetuam no mundo da sexualidade, que é, sobretudo, o mundo da reprodução e, por que não dizer, o mundo sexualizado, como conjecturava Mircea Eliade: “Uma valorização do mundo ambiente em termos de Vida e, portanto de destino antropocósmico que comporta a sexualidade, a fecundidade, a morte e o renascimento. Trata-se, portanto, de uma concepção geral de “uma realidade cósmica” percebida como Vida e, por conseguinte, sexuada, uma vez que a sexualidade é um sinal particular de toda e qualquer realidade viva. A partir de certo nível cultural, o mundo inteiro, tanto o mundo “natural” como o dos objetos e ferramentas fabricados pelo homem, apresenta-se na verdade como sexuado...” (BRENNAND. 2009. p. 30).

De fato, o imaginário brennandiano e essas diferentes perspectivas podem nos convencer dessa anulação da binaridade entre os sexos, como ocorre em qualquer análise de

objetos subjetivos, mas é necessário atentar para a maneira como Brennand recria as performances do que é masculino e do que é feminino. Nesse caso, até mesmo a maneira como ele se porta diante desses quadros é relevante, pois a participação dele como sujeito masculino determina o que é o feminino em sua arte. Sem contar a diversidade de gêneros e de sexualidades que são excluídas desse imaginário que ele recria.

Essa pintura de Francisco Brennand (Figura 1) é apenas uma em relação ao conjunto de sua obra que confirma que realmente “há sempre algo de trágico, fantástico, intenso na obra de Brennand” (SIMÕES, 2002, p. 24). E há sempre algo insinuante no feminino que ele reproduz. Mas qual a contribuição do que elas insinuam? Vindo para o tempo presente, ela representa o que somos agora, enquanto mulheres? Ou é apenas a maneira como os homens querem nos ver? Como bem coloca Grupelli (2002):

A sexualidade feminina é colocada em discurso no campo das artes visuais (em imagens e textos), a partir de um determinado olhar masculino (...), O que aprendemos com essas imagens? Que efeitos produzem em nosso modo de ser e de ver? (...) O que aprendemos sobre a sexualidade masculina e feminina a partir dessas imagens? Quais efeitos desse discurso sobre nosso modo de pensar? (GRUPELLI, 2002, p. 4)

A forma de ler o mundo e as representações de mundo em Francisco Brennand coloca à vista aquela sociedade em que ele se molda enquanto homem e artista, mas também escancara a forma como nossa sociedade atual percebe essa prática. O que sugerimos não é a limitação das artes, mas, sim, uma nova reflexão sobre nossa maneira de entender os corpos, os gêneros e as sexualidades, bem como suas práticas, suas representações e seus símbolos, para que possamos fazer jus às pluralidades vigentes através de uma leitura e uma representação (escrita, visual ou qualquer que seja) que compreenda os seres em suas subjetividades, dando-lhes o direito e a liberdade ao seu lugar de fala.

Referências:

AUMONT, Jacques. *A imagem*. Papirus Editora, 2004.

ARENDTH, Hannah. *A condição humana*. RJ: forense universitária, 1988.

BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Trad. Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BRENNAND, Francisco. *Diário de Francisco Brennand: O nome do Livro (1949-1979)*. Vol. I. Recife: Inquietude, 2017.

_____. Acervo Privado da Oficina de Francisco Brennand. “*A eles pertence o reino dos céus*”. 13 de maio de 1974.

- _____. Testamento I: O oráculo contrariado. Recife: Bagaço, 2009.
- Idem. *Verbetes*. Centro de Documentação da Oficina de Cerâmica Francisco Brennand. S/d.
- BUENO, Alexei. *O universo de Francisco Brennand*. Recife: Ermakoff, 2011.
- BURKE, Peter. *Testemunha Ocular: O uso de imagens como evidência histórica*. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: UNESP, 2017.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão de Identidade*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BUTLER, Judith. Actos performativos e constituição de gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, Ana Macedo. RAYNER, Francesca (org.). *Gênero, Cultura Visual e Performance: Antologia Crítica*. SP: edições HÚMUS, 2011.
- CLAÚDIO, José. *Memórias do Atelier coletivo de Pernambuco: Tratos da Arte*. 2 ed. Recife: Cepe, 2016.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002
- _____. *O que é um autor? Revisão de uma genealogia*. São Carlos: EdUFSCar, 2012
- DONOVAN, Luiz. Brennand: *De Ovo Omnia*. Recife, 2000. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hCGnTfbqjIA>. Acessado em 27 de fevereiro de 2018
- FOUCAUL, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- GOMBRICH, E. H. *História da Arte*. São Paulo: Zahar, 1972.
- GRILLO, Maria Ângela de Faria. Evas ou Marias? As mulheres na literatura de cordel: preconceitos e estereótipos. *Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC*, Florianópolis, v. 14, n. 17, p. pp. 123-155, abr. 2008.
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.
- HÉLIO, Mário. “Ninguém mais censura Brennand”. Caderno C. *JORNAL DO COMMERCIO*. [Recife – PE] 07 de agosto de 1999.
- HUNT, Lynn. *A Invenção da Pornografia*. Hedra, 1999.
- LOPONTE, Luciana Grupelli. Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino. *Estudos Feministas*. Santa Catarina. Ano 10. v. 284, abril – maio, 2002.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidades e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MONTES, Maria Lúcia. *Francisco Brennand: O outro feminino*. Recife: Centro de Documentação da Oficina de Cerâmica Francisco Brennand. S/d.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura e Patrimônio*: Um guia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

POLLOCK, Griselda. A modernidade e os espaços de feminilidade. In: MACEDO, Ana Gabriela. RAYNER, Francesca. (Org.). *Gênero, Cultura Visual e Performance*: Antologia Crítica. Portugal (CEHUM): Editora Húmus, 2011.

SIMÕES, Alessandra. O museu de si mesmo. *Cult: Revista Brasileira de Cultura*. São Paulo, ano 6, n.60.p. 20-30, ago. 2002.

TAVARES, Júlio. *Brennand*: Arte e Sonho. São Paulo: Terra das artes, 2007.

Artigo recebido em 2 de março de 2018
Aceito para publicação em 12 de setembro de 2019

¹ Galeria onde estão expostos os quadros de Brennand. Inaugurada em 2003, fica anexa à Oficina de Francisco Brennand, considerada um importante ponto turístico da cidade do Recife.

² A família Brennand chegou ao Brasil quando Edward Brennand (nascido em 1805, em Manchester, Inglaterra) desembarcou em Salvador, vindo de Liverpool. Não se sabe ao certo o motivo da viagem. Supõe-se que o jovem Brennand veio trabalhar em firmas inglesas, tendo passado alguns anos no Rio de Janeiro antes de se fixar em Maceió. Seu filho, Ricardo de Almeida Lacerda Brennand, nascido em Recife, construiu a fábrica de cerâmica no engenho de São João da Várzea e aqui passou o resto de sua vida, construindo empresas em Pernambuco. A fábrica de cerâmica, anos mais tarde, seria do seu filho Francisco de Paula Coimbra de Almeida Brennand, a quem ele havia instruído desde a adolescência, motivado por amigos intelectuais, a se aperfeiçoar como artista.

³ A palavra iconocracia vem do espanhol e faz menção ao poder das imagens sobre nós.

HISTÓRIA, GÊNERO E ENSINO: DISCUSSÕES A PARTIR DA POÉTICA DE EURÍPIDES

HISTORY, GENDER AND TEACHING: DISCUSSIONS FROM EURÍPIDES POETICS

Darcylene Pereira DOMINGUES*
Jussemar Weiss GONÇALVES**

Resumo: O presente artigo tem por objetivo a reflexão sobre as temáticas de História e Gênero, especificamente, através da análise da tragédia, um gênero teatral característico do período de crescimento cultural da cidade de Atenas na Grécia. Nossa fonte é a representação teatral-Medeia, escrita pelo poeta Eurípides, que apresenta uma personagem feminina que se distancia do ideário comportamental desejado para uma mulher na época. Acreditamos que a tragédia pode ser usada na sala de aula já que proporciona um deslocamento reflexivo a partir do qual alunos e alunas poderão observar suas realidades. Desejamos instigar os estudantes a refletirem sobre a constituição social de gêneros no mundo que vivemos através da experiência grega.

Palavras-chave: História; Gênero; Ensino de História.

Abstract: This paper aims to reflect on the themes of history and gender, specifically through the analysis of tragedy, a characteristic theatrical genre of the cultural growth period of Athens in Greece. Our source is the theatrical representation Medea, written by the poet Euripides, who presents a female character who distances herself from the behavioral ideals desired for a woman at the time. We believe that the tragedy can be used in the classroom as it provides a reflective shift from which students can observe their realities. We want to instigate the students to reflect on the social constitution of genres in the world that we live through the Greek experience.

Keywords: History; Gender; History Teaching

Introdução

As discussões a respeito da temática de gênero, na contemporaneidade, cada vez mais atraem pesquisadores e teóricos que problematizam a sociedade a partir desse conceito abrangente e que buscam uma explicação não fundamentada na determinação biológica. Porém, ainda encontramos discursos que desqualificam essas produções porque, muitas vezes, não conseguem vislumbrar a dimensão que o conceito carrega. Além disso, o gênero no ambiente escolar brasileiro, durante muitos anos, apresentou-se como um assunto irrelevante para aquele espaço e conseqüentemente acabou negligenciado pelos educadores. Atualmente, o diálogo que

* Mestranda em História – Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: darcylenedomingues@gmail.com

** Doutor em Educação – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande do Sul. Professor da Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: jussweiss@hotmail.com

poderia acontecer nas escolas é duramente combatido pelo projeto de lei intitulado Programa Escola sem Partido¹ que se utiliza de discursos falaciosos, que são facilmente localizados nas redes sociais e em ambientes públicos e, infelizmente, apresentam uma concepção distorcida. Geralmente, são escritos por pessoas públicas ou profissionais da área da saúde, como por exemplos psicólogos e psicanalistas, que recortam trechos de diferentes teóricos, a respeito de inúmeros temas, numa tentativa de fundamentar suas concepções, resultando numa mescla horrível denominada “ideologia de gênero”.

Escolhemos como fonte de pesquisa a tragédia intitulada Medeia, encenada no teatro de Dioniso, localizado na cidade de Atenas no ano de 431 a.C. Neste sentido, afirmamos que o contexto que promove o teatro e, especificamente, as tragédias é o aparecimento da *pólis*, uma nova forma de convívio inaugurada pelos gregos entre os séculos VIII e VII, além de se apresentar como um marco intelectual do pensamento, dado que a *pólis* está associada a um contexto específico de desenvolvimento, por isso está intimamente conectada com essa formação social. A *pólis* se realiza justamente na *ágora*, um espaço comum no qual são debatidos os problemas de interesse coletivo, conseqüentemente “a política toma por sua vez forma de *ágon*: uma disputa oratória, um combate de argumentos cujo teatro é a *ágora*, praça pública, lugar de reunião” (VERNANT, 1984, p.32). O antigo sistema político aristocrático é substituído por grupos oligárquicos que dominam as esferas políticas e econômicas na cidade de Atenas, assim observa-se a dissolução do poder absoluto e a formação de novas estruturas de poder.

Somando-se a publicidade da palavra e o aparecimento do pensamento filosófico, a valorização do elemento deliberativo passou a ser um instrumento de comunicação e persuasão como nos demonstra Gonçalves “o *logos* não era termo ritual ou fórmula justa. Era persuasão construída através de um jogo dialógico” (GONÇALVES, 2008, p.67). Nesse sentido, a *pólis* se tornou apreciadora e até mesmo financiadora de manifestações sociais e artísticas realizadas pela força da palavra em local de domínio público. Diante disso, as condições que favoreceriam o aparecimento da tragédia se estabeleceram e segundo Vernant (1984) foram representadas pela luta entre duas justiças: *diké* o agonizante mundo mítico e o efervescente mundo racionalista da *pólis*. Dessa forma, “coube à tragédia, sob esta perspectiva, reorganizar as experiências e dar sentido ao mundo vivido, repensar os problemas da comunidade ateniense e representá-los em uma nova dimensão ética e política” (MARSHALL, 2000, p. 35).

Os trágicos criaram poeticamente diversos personagens que sofreram as conseqüências de sua *hybris*, desmedida, descontrole ou violência e que muitas vezes espalharam um miasma

por toda a *pólis*. À vista disso, atitudes descontroladas deveriam ser evitadas e combatidas dentro da cidade para que o coletivo não sofresse as consequências. Portanto, o homem e a sua ação se tornam um problema para a cidade e como nos lembra Vernant (2005) esse herói do passado reinterpretado apresenta-se como um enigma para esse espectador porque possui sentido duplo, uma vez que não pode ser fixado ou esgotado.

O universo trágico se fez presente como uma crise na qual a centralidade gira ao redor da ambiguidade, ou seja, demonstra o choque entre duas forças opostas, de tal modo que “as perguntas tradicionais que habitavam o coração do pensamento mítico e que levavam a uma absolutização da hierarquização social foram superadas pela interrogação do *logos*” (GONÇALVES, 2008, p.65). Neste limiar, essa nova forma de pensar progressivamente vai se afastar do pensamento considerado absoluto e novos questionamentos surgem. É justamente por consequência dessas mudanças que a tragédia pode ser gestada no interior da cidade de Atenas, pois tudo que é escrito na tragédia não é gratuitamente, possui uma finalidade específica: atingir o espírito do cidadão.

Eurípides, ao escolher essa personagem, para ser o foco de sua peça partir de então, trouxe o potencial mítico que Medeia já possuía na Grécia no século V a.C. É natural que a tragédia tenha chocado a sociedade naquele momento, tanto pelo infanticídio, quanto pela força que esse feminino poderia possuir e, principalmente, pelo poder de sua destruição. Embora, a tragédia se apresente como uma escrita particular e masculina, o autor ambienta-se num contexto social da cidade de Atenas, uma vez que Medeia é uma personagem que questiona os papéis sociais impostos pela sociedade grega naquele momento, tentando romper com o espaço limitante determinado para o feminino, através do seu próprio discurso expresso pela sua *métis*.

O estudo histórico de gênero não pode separar o feminino do masculino para compreender uma sociedade, visto que as relações sociais de ambos os sexos encontram-se interligadas, como afirma Scott “as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado” (SCOTT, 1995, p 3). Essa nova forma de observar a sociedade e de fazer história dependeria da maneira como o gênero seria desenvolvido enquanto categoria de análise. Por isso, acreditamos que a discussão de gênero no ambiente escolar é assunto de fundamental relevância, principalmente porque segundo Pinsky:

Talvez até passem por todas as séries escolares sem nenhum contato com um dos conceitos mais instigantes presentes na historiografia das últimas décadas, desde que ficou claro que as relações de gênero são uma dimensão importantíssima das relações sociais. Tal lacuna é grave, pois um olhar atento

a questões de gênero enriqueceria muito as aulas de História. (PINSKY, 2010, p.29)

Neste sentido, a tragédia aqui citada pode ser utilizada para o debate de gênero na sala de aula, já que é demonstrativa de como a sociedade grega determinou os papéis sociais e políticos através da diferença biológica. Escolhemos apresentar somente dois pontos da tragédia para essa discussão, o ardil feminino e o reconhecimento.

Logo, o ensino de História e o debate de gênero podem ser desenvolvidos por meio de uma literatura clássica produzida numa sociedade absolutamente androcêntrica. Esse processo de leitura, reflexão e discussão deve ser mediado pelo docente que incluirá as mulheres na História, e não mais somente um sujeito masculino universal.

Mito e Tragédia

Iniciaremos discutindo a relevância da mitologia para a escrita da tragédia, tendo em vista que os poetas se utilizam de um determinado mito para inspirar a composição de sua obra e seguiam determinadas imposições coletivas e religiosas presentes naquela sociedade. Os trágicos plasmavam seus diálogos e encenações em um mito conhecido pelos cidadãos, algo ainda presente em seu cotidiano através da narrativa oral e posteriormente fixado esteticamente na poesia. Corroboramos nossa explicação através da citação de Lesky que afirma, “mas é preciso que nos fique clara, sob outros aspectos, a importância do mito para o poeta trágico. O mito em que ele se inspirou era um bem comum de seu povo, história sagrada da máxima realidade” (LESKY, 1976, p.66). Ademais, observamos que o mito possuía uma significação social para esses indivíduos que viviam esse pensamento cotidianamente em suas atitudes.

As reformas de Sólon, na *pólis*, e a política exercida por Pisístrato (605-527) forneceram também outros suportes para o surgimento do festival trágico, como nos demonstra Silva (2013) o apoio que o tirano recebeu da população foi fundamental para a manutenção do poder e o surgimento das festividades dedicadas a Dionísio. Assim, as tragédias e os festivais dedicados ao deus estão intimamente conectados, desde a sua origem, pois como nos afirma Lesky uma vez que “o homem arrebatado pelo deus, transportado para seu reino por meio do êxtase, é diferente do que era no mundo cotidiano” (LESKY, 1976, p. 62). Imbuídos nesse momento báquico, proporcionado pelos festivais, a cidade podia suportar as representações teatrais. As chamadas Dionisiacas Urbanas, nosso maior interesse, aconteciam em fins de março e duravam entre cinco e seis dias com diversas atividades aqui delineadas:

Só nas festas deste deus é que se representavam tragédias. A grande ocasião era, na época clássica, a festa das Dionisiacas Urbanas, que se celebrava na Primavera; mas

também havia concursos de tragédias na festa das Leneias, que tinha lugar pelo final de dezembro. A própria representação inseria-se assim, num conjunto eminentemente religioso; era acompanhada de procissões e sacrifícios. (ROMILLY, 2008, p. 14)

As festividades iniciavam ao amanhecer, como nos afirma Rabinowitz (2008), utilizando-se assim da luz natural do sol que favorecia a ambientação dos cidadãos no teatro e que tinha por interesse influenciar visualmente os espectadores. Além disso, “o teatro onde tinha lugar, e cujas ruínas ainda hoje visitamos, foi reconstruído por diversas vezes; mas era sempre o teatro de Dioniso, com um belo assento de pedra para o sacerdote de Dioniso e um altar para o deus no centro” (ROMILLY, 2008, p. 15).

Outro ponto fundamental a respeito do espaço consiste em pensar a sua dimensão aberta e não isolado da *pólis*, favorecendo assim múltiplas representações e um contato próximo com os cidadãos apreciadores e financiadores do teatro. Esses locais, geralmente, eram construídos de forma circular favorecendo a ideia de que todos estavam de forma igualitária naquele espaço, embora “houvessem lugares separados para cada grupo social” (SILVA, 2017, p. 35).

Essa divindade estrangeira proporcionava aos cidadãos a plenitude do êxtase, o entusiasmo, o teatro, a festa e o vinho, ou seja, os prazeres da vida terrena. Na poesia trágica possuímos um personagem principal, o herói trágico, que cumpre o seu destino e assume as consequências de seus atos e decisões deliberadas e, principalmente, problematiza a representação dos grandes heróis, anteriormente idealizados na escrita de Homero, nas obras *Iliada* e *Odisseia*. A tragédia proporcionou o debate dos conceitos de limites da ação do homem e do poder, pois, os espectadores do teatro eram os magistrados, os sacerdotes, os cidadãos atenienses, incluso os estrangeiros, o que nos leva a percebermos o grande alcance dessas encenações.

O herói trágico deixou de ser um modelo como era representado e enaltecido tornando-se, para si mesmo e para os outros, um problema. A tragédia assumira um distanciamento em relação ao mito dos heróis, em que se inspira, e transpõe com liberdade, questionando e confrontando os valores, as representações com os novos modelos de pensamento. Na encenação teatral, o herói era uma “a personagem trágica, vivida por um ator profissional, individualizada por sua máscara em relação ao grupo anônimo do coro. Essa individualização, de forma alguma, faz do portador da máscara um sujeito psicológico, uma “pessoa” individual”. (VERNANT, 2005, p. 2). Ademais, Romilly enaltece a figura do ator por ser ele o responsável a “tornar pública uma emoção, uma explicação, um significado que não tinham sido veiculados antes dele” (ROMILLY, 2008, p. 22). Percebemos assim que, o homem e a sua ação nesse ambiente trágico representam um descompasso no interior da cidade, esse herói do passado,

reinterpretado, apresenta-se como um enigma para esse espectador porque possui sentido duplo, que não pode ser fixado ou esgotado.

Além do herói trágico, encontramos o coro, um personagem coletivo e ao mesmo tempo anônimo, que era encarnado por um grupo oficial de cidadãos que tinha como papel exprimir os seus temores, esperanças e interrogações. O coro, fundamentalmente, expressa às partes cantadas e traz a cena novos questionamentos que permeiam o interior da *pólis*, uma vez que “o coro não mais se identifica com as personagens do mito; delas, fala apenas. É a palavra, não mais a pessoa, que representa o fato” (SNELL, 2005, p. 99). Nesse sentido, Vernant (2005, p. 12) nos revela que o coro não usava máscara, apenas disfarçado representava em cena um personagem coletivo, que encarnava a voz dos cidadãos. Existiam tragédias com coro de cidadãos da cidade, coro feminino (como no caso de Medeia), bem como pelos coros de anciãos, (citamos o caso de Agamêmnon). Todavia, ele será utilizado de acordo com o interesse do trágico que poderia aproximá-lo do herói ou confrontá-lo.

Além disso, destacamos a presença desse pensamento mítico na sociedade *poliade* juntamente com o *logos* e a sofística. Desta forma, a *pólis* grega, no período do século V, se apresenta como um redemoinho caótico de expressões artísticas e políticas. A produção dos trágicos era original e possuidora de regras e características próprias, a tragédia inaugurou um novo sistema de festas públicas da cidade, um novo espetáculo e como qualquer obra é composta por pré-conceitos e pressupostos para a civilização, que se expressa e demonstra a sua vivência. Assim, Vernant (1992) afirma que é uma encruzilhada, de uma decisão frente a uma escolha sempre presente e sempre recomeçada.

Assim, a tragédia surge e tem o seu auge em Atenas, devido à consciência trágica que foi crescente naquela sociedade devido ao surgimento da cidade. De acordo com esse pensamento, ela nasce quando se começa a olhar o mito com olhos de cidadãos. O espetáculo trágico pode ser visto como uma arte política devido a sua interpretação para os cidadãos, além de discutir problemas referentes ao mundo político ateniense e contribuir para a formação do *logos*.

História e Gênero

Um equívoco recorrente na pesquisa de gênero, na Antiguidade, é projetar categorias contemporâneas e, principalmente, avaliações morais, como amor, sexualidade e erotismo no passado, contudo, isso é ineficiente, já que estamos utilizando concepções atuais para classificar indivíduos temporalmente muito distantes de nós. Além disso, para Boehringer (2011) uma

peculiaridade de nossa sociedade ocidental contemporânea é olhar as relações eróticas e românticas e as distinguir com base no sexo da pessoa amada, por consequência homossexualidade acaba se pondo a heterossexualidade, sendo esta última considerada normal e natural. Associa-se, na maioria das vezes a questão da identidade de gênero à uma identidade de orientação sexual de forma errônea, essa associação distorcida permeia o discurso este usado pelo Programa Escola sem Partido.

Relacionamos a questão da identidade de gênero a uma identidade de orientação sexual de forma errônea, uma vez que a isso tem-se relacionado a capacidade que o indivíduo tem de atrair o sexo oposto, pelo menos, contemporaneamente. Paralelamente a isso, percebemos uma espécie de inversão muitas vezes ligada à sexualidade como um pensamento fora da norma, como por exemplo um homem ou uma mulher podem ser considerados homossexuais simplesmente por se levar em consideração um determinado comportamento ou peça de roupa. É importante ressaltar que as sociedades antigas possuíam outra compreensão de sexualidade, que hoje não é mais existente e conseqüentemente, a atividade sexual era percebida independente das outras práticas do corpo. Além disso, o ato sexual não era visto como um ato em conjunto para ambos parceiros, e sim voltado para o masculino. No caso das sociedades antigas, a identidade de gênero é um critério secundário para a sua percepção, relação social e avaliação moral, que não importava no erótico. Lembramos ainda que é uma sociedade que constrói sua masculinidade a partir de dois polos que são opostos, o sistema feminino e masculino, e elaboram sistemas de valores muito diferentes se comparados aos atuais.

Essa coletividade apresenta uma mentalidade diferente da nossa, porque as identidades de gênero não estavam ligadas ao sexo biológico, como anteriormente dito. Para eles os papéis sexuais estavam determinados pelos papéis sociais de cada indivíduo na sociedade, pois como Gonçalves (2015) destacou os limites que essa autonomia individual teria nas práticas sexuais:

A escolha não é livre criação de uma subjetividade, mas negociações que se constitui a partir de uma relação com os limites que a prática social impõe aos papéis sexuais. No caso ateniense, o que se vê pela documentação é a imposição de uma prática sexual, através de uma ação política. Essa ação política se articula à uma visão do humano no qual é patente os limites de escolha pessoal, particular, pois, este tem sua ação limitada por um exercício limitado de sua autonomia, isto é, sua escolha sexual, não é totalmente uma escolha individual. (GONÇALVES, 2015, p.107)

Assim, sabemos que os papéis sociais e sexuais gregos estavam conectados e que os indivíduos dessa sociedade a princípio deveriam exercê-los. Dessa forma, a teoria de gênero ao estudar homens e mulheres juntamente não separa ou exclui determinada categoria. A fonte

aqui analisada, *Medeia*, é uma tragédia grega, produzida por um homem no século V e que expressa, de diversas maneiras, os papéis sociais reservados a mulher e esses papéis são questionados pela personagem, que extrapola esses limites impostos pela sociedade.

De acordo com a historiografia tradicional, o papel da mulher pode ser visto, conforme afirmou a historiadora Claude Mosse (1990), através do conceito de “eterna menor” ou mesmo “cidadã”; ainda temos Sarah Pomeroy (1987) que também discute o lugar do feminino na sociedade grega, principalmente, comparando as deusas, as esposas e as escravas. Porém, essas obras se utilizam de um imaginário produzido pela literatura no século IV, Xenofonte que colocou a mulher numa função complementar ao homem e também em oposição. Esse discurso colocava a mulher sempre reservada e a sua função social seria exclusivamente o casamento e a maternidade e esse papel social era tido como naturalizante. Entretanto, os novos estudos, principalmente de gênero, demonstram que todas as questões do feminino eram construções sociais.

No âmbito universitário no Brasil, encontramos também pesquisas voltadas para esse período, século IV e V, e que se utilizam de tragédias gregas e iconografias, dentre elas podemos citar a historiadora Marta Mega de Andrade que se destaca pela contestação da afirmação de que a *pólis* grega seria um “clube de homens”. Nessa pesquisa Andrade (2001) evidencia a participação feminina e ativa dentro da cidade, desconstruindo a ideia de reclusão no gineceu.

Atualmente o Grupo de Pesquisa Cultura e Política no Mundo Antigo² possui uma linha de investigação especificamente sobre Gênero e Sexo no Mundo Antigo e vem realizando pesquisas sobre a temática de gênero nas tragédias gregas, citamos a título de exemplo das mais recentes produções. A historiadora Lisiana Silva (2017) que em sua dissertação intitulada *A fabricação androcêntrica do feminino: a construção das relações de gênero como processo educativo na tragédia Agamêmnon de Ésquilo*, evidencia como a sociedade ateniense do século V articulava social e politicamente a elaboração de um modelo do feminino, que era expresso através de uma visão masculina sobre as mulheres e como isso era discutido através da tragédia. Além disso, citamos dois trabalhos de conclusão de curso, primeiramente Vitor Gomes (2018) com título *Mito de Laios: Limites do Homoerotismo – um estudo sobre a artificialidade das convenções culturais*, que se dedica a demonstrar a correlação existente entre as relações de gênero, cultura, política e o comportamento homoerótico que visava a constituição do indivíduo grego masculino, se utilizando da tragédia Édipo juntamente com o mito. E para finalizar, o trabalho de Darcylene Domingues (2016) *Medeia: da dor do abandono a ruptura com a sua*

condição de mulher, representando, por meio da fala das personagens, uma leitura de gênero evidenciando o discurso convencional destinado ao feminino e a sua ruptura.

O grupo de pesquisa considera que a História de Gênero estuda as relações sociais, entre mulheres e homens, que constroem culturalmente regras de convívio em uma determinada sociedade, no nosso caso a sociedade grega que é significativamente masculina, mas que também possuía mulheres em outros papéis sociais distintos ao seu sexo. Utilizamos o conceito de gênero como instrumento de análise porque, em primeiro lugar, decidimos fazer uma história de homens e mulheres uma vez que esses constituem-se em sujeitos sexuais e estão em processos, nos quais os dois se encontram integrados. Esse enfoque, que a pesquisa de gênero trouxe nas últimas décadas, é relevante, pois as identidades masculinas e femininas se encontram determinadas dentro de um grupo, espaço ou tempo e, dessa forma, são característicos do seu período.

Neste momento, vamos evidenciar por meio dos diálogos da personagem feminina Medeia, dois pontos escolhidos para essa escrita: a *métis* e o reconhecimento. Além disso, vale destacar que a personagem feminina é quem dá o ritmo a tragédia, emaranhando todos os personagens masculinos, Jasão, Creonte e Egeu, na sua trama final. A princesa consegue envolver os personagens masculinos que já conhecem o seu potencial de sabedoria e destruição. Entretanto, são iludidos pela situação de mulher abandonada e frágil que Medeia arditamente declara em diversos momentos da obra. Explanamos abaixo os versos que a princesa declara após a saída do rei Creon de cena, demarcando a construção cênica de seu discurso:

Acaso acha que o bajularia
Sem tirar vantagem ou sem tramoia?
Nem falaria com ele. Nem nele tocaria com as mãos.
Mas ele chegou a tal nível de loucura,
Que quando foi possível barrar meus planos
Da terra me banindo, deixou passar este dia
Para eu ficar (EURÍPIDES, 2013, p. 368-374)

Observamos que o feminino utiliza de sua sabedoria para confundir Creon e permanecer na cidade, se aproveitando do seu espaço feminino para se colocar como vítima da situação e não como um perigo eminente. Seu discurso, dissimulado, é uma arte de persuasão, da força da palavra que convence e permite a realização da sua vingança, como nos afirma Cândido: “como mulher, ela não tinha a capacidade do uso da força física, portanto, buscar meios alternativos para fazer valer a sua vontade e vencer o inimigo”. (CÂNDIDO, 2006, p.28). E são esses meios alternativos de Medeia que validam a sua forma de ver e ferir os seus inimigos, ou seja, é por

meio de sua sabedoria que ela domina a cena, destacando-se dos outros personagens femininos expressos no Coro, que lamentam a separação e pedem vingança aos deuses. Observamos) que Eurípidés expõe uma mulher com um comportamento ardiloso, embora isso já seja esperado do feminino no caso grego, como nos demonstra Andrade:

De forma geral, os atributos da alteridade do feminino são qualidades ligadas à proveniência ardilosa das mulheres, que as tornam suscetíveis ao estranhamento. Em primeiro lugar o ardil. Fundamento do ser feminino, a métiis marca a presença da mulher entre os homens que, pela métiis, se tornam imprevidentes (incapazes de antecipar e projetar-se contra um artifício). (ANDRADE, 2001, p.52)

Assim sendo, para o grego viver próximo ao feminino é estar sujeito constantemente ao perigo do descontrole desse ser, além de estar suscetível tanto do fingimento quanto do engano. Por isso, quando Medeia está sem um homem para regular seu comportamento dentro da sociedade, ela se torna uma ameaça para os habitantes da cidade de Corinto, por isso deve ser retirada do convívio da *pólis*, antes que sua desmedida cause uma mancha. Neste sentido podemos analisar, por meio de uma leitura de gênero, como uma característica negativa é associada ao feminino, tendo em vista que, segundo algumas descrições e interpretações, os personagens masculinos da tragédia praticam acordos sociais e não ardis típicos de uma mulher. Além disso, o feminino não é considerado um ser moral, isto é, capaz de entender a diferença entre o certo e o errado, a mulher diferente do homem não se constituiria com moralidade, a partir de um convívio com os outros iguais.

Outro ponto que também pode ser utilizado, na tragédia, para o debate de gênero é a diferença do reconhecimento que os gregos construíram entre o feminino e o masculino. Essa forma de reconhecimento, como uma forma de valor pessoal perante o coletivo, era relevante para a sociedade grega que a denominava de *timé*, traduzido por honra ou por valor atribuído a alguém por seus pares. Entretanto, Medeia não era considerada socialmente igual a Jasão, pois ela era mulher, portanto não pertencente ao cosmo político. Aqui transcrevemos a fala da personagem, que confronta seu marido, afirmando sua participação nas vitórias do herói argonauta, atitude não condizente para uma mulher grega que deveria permanecer silenciosa. Acreditamos que a princesa possui dentro da *pólis* um valor legitimado pela sua sabedoria em relação ao uso de ervas e preparo de poções, assunto esse aqui que não é discutido, esse saber era algo típico do feminino, entretanto ela queria ser reconhecida a partir da mesma lógica masculina, como um ser capaz de auto construir-se. Demonstramos agora a fala da personagem Medeia: “Pelas primícias princípio: quem salvou tua vida, os gregos sabem” (v.476).

Em consequência dessa afirmação, Jasão irá rebater os argumentos de Medeia tentando colocá-la no lugar restrito ao feminino, portanto com um valor atribuído diferenciado, se comparado a um homem. O herói, assim, a limita na posição feminina de ser esposa e mãe, afirmando que suas vitórias foram alcançadas por auxílio dos deuses e não por amparo da princesa. Lembramos que essa posição foi construída pelos homens, segundo Lessa (2010) como regra ou regulamentos que buscavam defini-las no interior dessa sociedade predominantemente masculina.

É através da educação que esse modelo feminino foi imposto e aplicado às mulheres, que deveriam ser submissas e silenciosas, desta forma Jasão espera submissão de Medeia em determinados momentos. O herói argonauta desejava que Medeia exercesse o seu papel feminino, expresso nas lamentações do coro de mulheres da cidade de Corinto. Essas mulheres choram as perdas de Medeia, já que reconhecem o fracasso social que significa para uma mulher ser abandonada, contudo não realizam nenhuma atitude perante esse problema, diferentemente da princesa. Como nos demonstra Silva (2017) existia um processo formativo da função do feminino:

A sociedade ateniense do século V articulava social e politicamente, a elaboração de um modelo do feminino que era expresso através de uma visão masculina sobre as mulheres e como isso era discutido através da tragédia. E como, a partir disso, esta sociedade constituiu uma configuração específica de ser homem e mulher através de um processo educativo, isto é, o ponto de vista masculino sobre o feminino através das tragédias produz um condicionante formativo. (SILVA, 2017, p.7)

Esse comportamento subordinado, não era condizente ao passado da personagem, que sempre foi determinante para o desenrolar do mito e apresentou diversas rupturas. Essa obediência feminina perante o masculino está associada tanto ao pai como ao esposo, figuras que a mulher deveria respeitar e obedecer. Porém, diferentemente do esperado e desejado ao feminino, Medeia questiona o ex-marido e se insurge contra Jasão com suas palavras, demonstrando uma capacidade de persuasão restrita ao masculino na sociedade grega. Essa eloquência apresentada pela personagem é a personificação da cidade de Atenas que vive naquele período a supremacia do discurso masculino.

Ensino de História e Gênero

Temos também a intenção de demonstrar a utilização da literatura clássica, mais especificamente uma tragédia, para a constituição do debate de gênero no ambiente escolar. Utilizamos o conceito porque, em primeiro lugar, decidimos fazer uma história de homens e

mulheres, já que esses constituem-se em sujeitos sexuais e que se encontram em processos nos quais os dois estão interligados socialmente. Além disso, acreditamos que:

Os historiadores fizeram a historiografia do silêncio. A história transformou-se em um relato que esqueceu as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução inenarrável, elas estivessem fora do tempo, fora do acontecimento. Mas elas não estão sozinhas nesse silêncio profundo. [...] libertar a história das amarras das metanarrativas modernas, falocêntricas, presentes nos livros didáticos, e nas práticas de muitos docentes que ministram a disciplina de História em sala de aula. (COLLING; TEDESCHI, 2015, p.300)

O posicionamento do docente é necessário para que o debate de gênero aconteça na escola e, nesta escrita, resolvemos retirar as mulheres desse silêncio profundo, através da voz de uma personagem clássica da tragédia. A obra escolhida para esse diálogo, apresenta uma personagem feminina e estrangeira que rompe com o ideário grego, que fora socialmente construído naquele período: o lugar socialmente limitante da mulher. Por meio da fala da personagem principal, demonstraremos algumas das relações existentes entre o masculino e feminino na tragédia e na sociedade grega clássica.

Acreditamos que essa temática não deva ficar restrita a um determinado conteúdo, pelo contrário, deverá estar presente no cotidiano do educando para que ele exerça constantemente a equidade necessária perante o Outro. Para além, também afirmamos a necessidade da temática de gênero ser incluída, especificamente, no currículo de formação dos professores, pois “os currículos dos cursos de formação, em sua maioria, de fato não têm capacitado os(as) docentes para lidar com os preconceitos e discriminações dos mais diferentes tipos no ambiente escolar” (SILVA, ROSSATO, OLIVEIRA, 2013, p.456). Consequentemente, a defasagem do currículo, na formação dos professores, a nível nacional reflete-se na falta de iniciativas nas escolas com projetos que abordem a temática de gênero, visto que acreditamos:

Trata-se de desafio vital a ser enfrentado nos cursos de formação docente: não apenas o que e como ensinar história na escola, mas, também, e principalmente, como o ensino de história pode ser usado para a construção e o desenvolvimento de uma forma de pensar o mundo e as relações sociais e de poder (SILVA; ROSSATO; OLIVEIRA, 2013, p.454).

Também achamos que o ensino de História pode se apropriar dessas concepções e discussões que o conceito pode proporcionar para a educação, trabalhando com diferenças, diversidades e o sentimento de empatia. Durante muito tempo, fora reproduzido a ideia de que “as mulheres, não tinham história, absolutamente excluídas pela figura divina do Homem, que matara Deus para se colocar em seu lugar” (RAGO, 1998, p.91) e, contemporaneamente, sabemos que esse feminino participou ativamente dos processos históricos, somente as

mulheres não foram visibilizadas e “nossa forma de lidar com e discutir sobre sexo e gênero tem relação direta com os modos disciplinadores e interditos pelos quais esses temas têm sido vivenciados em nossa sociedade” (SILVA; ROSSATO; OLIVEIRA, 2013, p.460), portanto chegou o instante para essa discussão.

O debate e a utilização do conceito de gênero se fundamentam com a socióloga Joan Scott nos anos 80, com a publicação de seu trabalho, que nos anos 90 é traduzido para o português e publicado na revista *Educação & Realidade*. Para a autora “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p.86), desta forma seria uma construção social historicamente e mantida.

Logo após essas publicações, os estudos sobre essa temática começam a se iniciar no Brasil como nos demonstra Margareth Rago (1998), afirmando que “a categoria gênero permitiu, portanto, sexualizar as experiências humanas, fazendo com que nos déssemos conta de que trabalhávamos com uma narrativa extremamente dessexualizadora” (RAGO, 1998, p.92).

Destarte, como nos afirma Rago, essa nova onda de estudos causou um certo incomodo inicial nas pesquisadoras brasileiras, na sua maioria feministas, devido a fluidez e o ineditismo do conceito. E, conseqüentemente, a esses estudos sobre gênero no Brasil é criado, na Unicamp, o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, além da criação de um periódico publicado anualmente a respeito do assunto, que auxiliou na visibilidade dos temas abordados por inúmeras pesquisadoras, como por exemplo, Margareth Rago, Lia Zanotta Machado, Maria Izilda de Matos, Adriana Piscitelli e Maria Lygia de Moraes.

O ensino de História gradativamente incorpora a temática porque como já dito “gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. (SCOTT, 1990, p.86), portanto relações historicamente construídas e reafirmadas, além disso “identidades generificadas são substantivamente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas” (SCOTT, 1995, p.88). Essa nova forma de observar a sociedade e de fazer história dependeria da maneira como o gênero seria desenvolvido enquanto uma categoria de análise.

Nacionalmente, o nome que se destaca especificamente nos estudos do ensino de história e o debate de gênero no ambiente escolar é da pesquisadora Guacira Louro que, atualmente, permanece sendo um suporte para pesquisas na área. Louro (2011) demonstra o estudo de Scott e o utiliza para discutir as relações de gênero e poder que estão envolvidas no

ambiente escolar, discorre também sobre um outro assunto muito negligenciado no período, a sexualidade, afirmando que “a sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se “despir”” (LOURO, 2011, p.85). Contemporaneamente, outras pesquisadoras, em diferentes regiões do país, trabalham o ensino de História e o gênero na sala de aula, se utilizando de filmes, biografias, revistas, jornais e até a própria historiografia.

Além disso, o próprio espaço escolar é demonstrativo das relações de gênero que acontecem socialmente, uma vez que ele está incluído no sistema que vivemos e, desta maneira, refletirá as desigualdades historicamente construídas pela diferença de gênero. Neste sentido, acreditamos que “a escola produz e reproduz conteúdos e identidades culturais. Reproduz porque, como faz parte da sociedade, participa das representações que, nessa circulam” (FERREIRA, 2006, p.72). O sistema de ensino, implementado no Brasil, reafirmou durante muitos anos as inúmeras diferenças existentes em nossa sociedade, seja diversidade étnica, religiosa, social, sexual e de gênero. Temáticas consideradas problemáticas ou polêmicas foram silenciadas e negligenciadas durante décadas no ensino. Entretanto, a escola é um espaço que produz sentidos sobre o que é ser masculino e ser feminino e fundamenta concepções que são demarcadas pela diferença biológica, que se expressam por meio da linguagem dos próprios professores e alunos. No mais, acreditamos também que o “ensino de história, ao selecionar currículos e conteúdos, contribui para solidificar ou questionar determinados modelos de explicação histórica que operam através de binarismos como público/privado, masculino/feminino, dominante/dominado, indivíduo/coletivo” (MONTEIRO; MENDEZ, 2012, p.88), neste sentido devemos escolher uma História sem delimitação de um gênero universal que contribua para esse pensamento limitante.

Para tanto, as discussões sobre gênero devem ser desenvolvidas no espaço escolar, porque ele reproduz as diferenças e as desigualdades existentes em nossa formação social. Aliás, esses diálogos devem acompanhar o educando em todo seu processo escolar, da educação básica ao nível superior, pois possivelmente poderemos evitar realidades de intolerância. Em relação ao espaço escolar acreditamos que “o ensino de história na educação básica é fundamental para a formação de sujeitos críticos, capazes de compreender as experiências sociais como dinâmicas e múltiplas, sujeitas a relações de poder (e, portanto, a desigualdades)” (SILVA; ROSSATO; OLIVEIRA, 2013, p.454). Isto posto, o ensino de história aliado a discussões das relações de gênero, podem proporcionar uma mudança significativa no modo que os educandos concebem o mundo ao seu redor. E, principalmente, “incluir as mulheres no

processo história e no ensino de história, não significa apenas incluir metade da humanidade, mas democratizar a história” (COLLING; TEDESCHI, 2015, p.295). E a partir desta reflexão eles poderão reconhecer os processos históricos que foram fundamentais para a exclusão desses sujeitos, compreendê-los e questioná-los. Evidenciando também que essas relações foram historicamente construídas, reafirmadas e socialmente restringiram a mulher “confinada ao espaço doméstico, destinado por natureza à reprodução biológica e, por tradição cultural, à reprodução social da força de trabalho, a mulher vem repetindo, durante séculos, o papel que a seu gênero foi atribuído” (SOARES, 2006, p.62).

Considerações finais

A escola se apresenta como um lugar onde essas diferenças podem ser discutidas, problematizadas e desconstruídas, cabendo ao professor responsável pelo processo de aprendizagem dos educandos, estimulá-los a questionar, a refletirem sobre si e a sociedade. A partir desse processo de deslocamento reflexivo, que a tragédia proporciona aos jovens, eles poderão observar suas realidades através de outros filtros, não mais maquiados pela normalidade da exclusão ou da inferioridade feminina e de outros gêneros. A tragédia elegida apresenta uma personagem principal que conduz todos os ritmos e desfechos da peça teatral além de, evidentemente, apresentar um comportamento que rompe com o desejado para uma mulher grega. Sendo esses limites e ruptura, expressos nas atitudes de Medeia, podem ser uma via para problematização de diversas temáticas sobre o gênero na sala aula.

Portanto, discutir as relações sociais de gênero e proporcionar um local de reflexão sobre essa temática é uma função social da escola e a tragédia aqui apresentada pode ser uma rica fonte de debates e discussões sobre o assunto. Na verdade, o artigo busca, a partir da tragédia, dar visibilidade as relações sociais de gênero no contexto escolar, ou seja, a necessária vinculação do ensino de história e as relações de gênero.

Referências

- ANDRADE, Marta Mega. *A “cidade das mulheres”*: cidadania e alteridade feminina na Atenas Clássica. Rio de Janeiro: LHIA, 2001. 174 p. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/315745739/A-cidade-das-mulheres-Martha-Mega-pdf>>. Acesso em: 3 fevereiro 2015.
- BOEHRINGER, Sandra. *Le Genre dans et pour L’histoire*. Paris: Armando Colin, 2011.
- CANDIDO, Maria Rregina. *Medéia, Mito e Magia*: a imagem através do tempo. Rio de Janeiro: NEA/UFRJ, 2006.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. *O Ensino de História e os estudos de gênero na historiografia brasileira*. Revista História e Perspectivas, Uberlândia, p. 295-314, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/32777>> Acesso em: 05 de mai. 2017

DOMINGUES, Darcylene Pereira. *Medeia da dor do abandono a ruptura com a sua condição de mulher*. 2016. Trabalho de conclusão de curso História Bacharelado. Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017

GOMES, Vitor Naoki Miki. *Mito de Laios: limites e homoerotismo – um estudo sobre a artificialidade das convenções culturais*. 2018. Trabalho de conclusão de curso História Bacharelado. Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019

GONÇALVES, Jussemar Weiss. Mito e logos: uma superação ou uma oposição radical? *Biblos*, Rio Grande, 22 (1): 61-68, 2008.

_____. Papéis Sociais X Papéis Sexuais. In: VIANNA, Marcelo et al. (orgs) *O historiador e as novas tecnologias: caderno de resumos do II Encontro de Pesquisas Históricas – PUCRS*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <<https://iiephispucrs.files.wordpress.com/2015/05/caderno-de-resumosii-ephis-pucrs1.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2016.

LESKY, Albin. *A tragédia grega*. Tradução de Geraldo Gerson de Souza e Alberto Guzik J. Guinsburg. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976.

LESSA, Fábio. *Mulheres de Atenas: Méliッサ – do Gineceu à Agorá*. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARSHALL, Francisco. *Édipo Tirano: a tragédia do saber*. Porto Alegre: Ed Universidade UFRGS, 2000.

MONTEIRO, Katani Maria Nascimento; MÊNDEZ, Natalia Pietra. Gênero, biografia e ensino de História. *Revista Aedos*, Porto Alegre UFRGS, v.4, n.11, p.84-97, set. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/30636>>. Acesso em: 05 de mai. 2017.

MOSSE, Claude. *La mujer en la Grecia clásica*. Tradução de Celia María Sánchez. Madrid: NEREA, 1990.

PINSKY, Carla Bassanezi. Gênero. In: _____ (Org). *Novos temas nas aulas de História*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010, p.29-54.

POMEROY, Sarah. *Diosas, rameras, esposas y esclavas: mujeres en la antigüedad clásica*. Madrid: Akal, 1987.

RABINOWITZ, Nancy Sorkin. *Greek Tragedy*. Oxford: Blackwell, 2008.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*: Núcleo de estudos de Gênero, São Paulo, v. 11, p. 89-98, jan. 1998. Semestral. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/cadpagu_1998_11_8_RAGO(1).pdf acesso em: 15 de jul. 2015

ROMILLY, Jacqueline de. *A tragédia grega*. Tradução de Leonor Santa Bárbara. 2. ed. Lisboa: Editora 70, 2008.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>> .pdf acesso: 15 jul. 2015

SILVA, Lisiana Lawson Terra da. *A fabricação androcêntrica do feminino: a construção das relações de gênero como processo educativo na tragédia Agamêmnon de Ésquilo*. 2017. Dissertação no Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017

SILVA, Matheus Barros da. *A tragédia grega: uma manifestação política*. Revisa Plêthos, 2013, p.30-46. Disponível em http://www.historia.uff.br/revistaplethos/arquivos/3.1.2013/edi%C3%A7%C3%A3o%20completa%20FINAL_030.pdf Acesso: 10 mar. 2014

SILVA, Cristiani Bereta da.; ROSSATO, Luciana .; OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de. A formação docente em História: Igualdade de gênero e diversidade. *Revista Retratos da Escola*. Brasília, v. 7, n. 13, p. 453-465, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.orr.br>>. Acesso em: 06 de set. 2017

SNELL, Bruno. *A Cultura Grega e as Origens do Pensamento Europeu*. Tradução de Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2005.

SOARES, Guiomar Freitas. Da Invisibilidade à cidadania: um estudo sobre as identidades de gênero. In: _____; SILVA, Rosane Santos da; RIBEIRO, Paula Regina Costa, Org(s). *Corpo, gênero e sexualidade: Problematizando práticas educativas e culturais*. Rio Grande: Ed. FURG, 2006. p. 61-68

VERNANT, Jean. Pierre. *As origens do pensamento grego*. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. 4. ed. São Paulo: Dipel, 1984.

_____. VIDAL-NAQUET, Jean. *Mito e tragédia na Grécia antiga*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *Mito e Religião na Grécia antiga*. Tradução de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1992.

VIEIRA, Marcia Ondina Ferreira. Docentes, representações sobre relações de gênero e consequências sobre o cotidiano escolar. In: SOARES, Guiomar Freitas; SILVA, Rosane Santos da; RIBEIRO, Paula Regina Costa, Org(s). *Corpo, gênero e sexualidade: Problematizando práticas educativas e culturais*. Rio Grande: Ed. FURG, 2006. p. 69-82

EURIPÍDES. *Medeia*. Tradução: Trupersa. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

Fonte documental:

EURIPÍDES. *Medeia*. Tradução: Trupersa. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

Artigo recebido em 3 de março de 2018
Aceito para publicação em 23 de abril de 2019

¹ PL 867/2015 atualmente arquivado pelo próprio relator.

² Grupo de Pesquisa cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa – CNPq e que tem como líder o Prof. Dr. Jussemar Weiss Gonçalves.

"MULHERES TREMENDAS": A VIOLÊNCIA FEMININA NO RIO GRANDE DO SUL (1889-1930).

"TREMENDOUS WOMEN": THE FEMALE VIOLENCE IN RIO GRANDE DO SUL (1889-1930).

Carla Adriana da Silva BARBOSA*

Resumo: O presente artigo pretende explorar seis processos-crime da Fronteira do Rio Grande do Sul durante a Primeira República (1889-1930) em que mulheres agrediram outras mulheres, seus amálios, ex-amálios e policiais. Pretendo analisar de que forma estas manifestações são consideradas apropriadas ou não pela sociedade, bem como os motivadores de sua hostilidade física ou verbal. Através do enquadramento legal destas ocorrências, dos termos utilizados nos documentos e nos depoimentos dos envolvidos, pretende-se demonstrar como a investigação da violência feminina requer o questionamento não apenas do conceito de violência, mas dos papéis atrelados aos gêneros nas sociedades.

Palavras-chave: Violência; Mulheres; Gênero; Rio Grande do Sul; Primeira República.

Abstract: The present paper intends to explore six criminal processes of the Frontier of Rio Grande do Sul during the First Republic (1889-1930) in which women attacked other women, their lovers, ex-lovers and police officers. The intention is to analyze how these manifestations are considered appropriate or not by society, as well as the motivators of their physical or verbal hostility. Through the legal framework of these occurrences, the terms used in the documents and statements of those involved; we aim to demonstrate how the investigation of female violence requires the questioning not only of the concept of violence but of gender roles in societies.

Keywords: Violence; Women; Gender, Rio Grande do Sul; First Republic.

Os estudos de gênero na historiografia brasileira têm tido cada vez mais espaço e o conceito de Joan Scott (SCOTT, 1990, pp.71-99). permanece um farol para seus investigadores. Ao rejeitar o determinismo biológico (sexo), a historiadora traz a possibilidade de pensarmos as construções históricas, sociais e relacionais dos papéis femininos e masculinos, passando a refletir esses aspectos a partir do termo gênero. Para a autora,

O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero, é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder, mas a mudança não é unidirecional. Como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas, o gênero implica (...) elementos interrelacionados. [Seriam assim,] símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas (Idem).

Scott, ainda salienta que estes conceitos normativos

* Professora da Rede Estadual de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul. Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. E-mail: carlaasbarbosa@gmail.com

Expressam interpretações de significados dos símbolos (...). Estes conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino (Idem).

Assim, ele se faz contextual e plural, trazendo questões interseccionais (classe e raça/etnia), das quais não se pode pensar uma sociedade como a brasileira, formada por uma população em grande parte pobre e que por muito tempo foi de ordem escravista. A partir de elementos normativos, suas interpretações, assentimentos e/ou recusas, pretendo demonstrar os percebimentos dos aspectos da organização concreta da vida social e das conexões de poder nas ligações entre os sujeitos.

O gênero como análise possibilita investigarmos, entre outras coisas, os protagonismos das mulheres e uma das formas aqui encontradas para pensar essa possibilidade foi pela utilização dos processos criminais, um tipo de fonte que requer alguns cuidados por parte dos historiadores. O primeiro elemento que se destaca na análise de fontes criminais é o registro de um ato considerado aberrante. Entretanto, para além de seu conteúdo e caráter episódico, estes escritos dizem respeito a todo um conjunto de valores amplos da sociedade e do projeto político-comportamental que se coloca sobre ela. Para Boris Fausto, uma preocupação que deve ser levada em conta ao tratar de processos-crime

Consiste em apreender regularidades que permitam perceber valores, representações e comportamentos sociais, através da transgressão da norma penal. Isto pressupõe uma opção prévia, como resposta a uma questão frequente em estudos sobre criminalidade. Ao lidarmos com o crime estaríamos lidando com uma relação individual aberrante, pouco expressiva dos padrões de conduta ou das tensões reais de uma determinada sociedade? A história da criminalidade seria quando muito uma história do desvio, daquilo que a sociedade repele intensamente? Parto de outro ponto de vista, ou seja, de que, se apreendida em nível mais profundo, a criminalidade expressa a um tempo uma relação individual e uma relação social indicativa de padrões de comportamento, de representações e valores sociais. Vários comportamentos, definidos como crime — do incesto ao homicídio — não são muitas vezes outra coisa senão a expressão de desejos ou de um potencial de agressividade reprimidos que se explicitam. A preocupação com as regularidades não significa, porém, o abandono do excepcional ou daquilo que na aparência é apenas pitoresco. Não só fatos desta ordem podem ser o sal de uma demonstração, como podem ser reveladores de dimensões não apreendidas de outra forma (FAUSTO, 1984, p. 17).

Portanto, a criminalização de determinados comportamentos expressa a preocupação de uma sociedade em inibir estas condutas. Nos registros legais, podemos perceber tanto as ações como as reações por parte do aparelho repressivo, que busca resgatar uma “verdade” destes acontecimentos baseados em seu próprio regime procedimental (FAUSTO, 1984, p. 21). Esse

esforço de reconstrução é demarcado não por princípios imanentes e impessoais da lei que se colocam sobre os acusados, mas por um esforço em caracterizar um fato não linear dentro das previsões legais.

Em sua concretude, o processo-crime como evidência leva em consideração uma dupla de episódios diferentes: a averiguação do desvio do princípio judicial e sua implantação com o auxílio das leis e da polícia. No entanto, o processo de condenação percebido como ofício do instrumento policial-jurídico e dos distintos sujeitos, além de que se entende que a ação criminosa não segue uma lógica, nem pode ser percebida por meio de padrões de veracidade. Ademais, os atos judiciais, que são os elementos tangíveis do processo criminal, compõem uma cópia de registro, de maneira que se torne uma ocorrência vivenciada no panorama policial e/ou judiciário. Os processos revelam à sua maneira duas coisas: primeiramente, o delito e depois a diligência que se institui para corrigir, inocentar ou condenar.

A sociedade sul-rio-grandense da Primeira República apresentava características próprias dotadas de grande relevância em sua manifestação das práticas sociais, afetivas e sexuais. Dentro deste horizonte, mesmo se inocentemente acreditássemos na doutrina propagandeada sobre a aplicação acessível e igualitária da justiça, devemos ter em conta que muitos delitos não foram registrados pelos autos das autoridades vigentes por falta de queixas formais, pouco caso ou carência de pessoal por parte das forças policiais no processo investigativo ou ainda, pelo silêncio que procura encobrir as questões proscritas ou perturbadoras ao grupo. A análise das dinâmicas sobre os gêneros na Fronteira e a violência produzida entre eles estende a oportunidade de conceber suas associações com os processos históricos desta localidade, além de permitir traçar as construções de gênero de homens e mulheres em um período que se coloca como o precursor do estado laico, igualitário e esclarecido, mas que manifesta toda sua carga de censura quando seus sujeitos se colocam fora da moralidade republicana

1.

O processo de “diálogo” entre realidade e lei é passível de ser tão tendencioso quanto os depoimentos em prol das partes. Permitindo a adequação dos casos previstos na legislação aos interesses das comunidades e indivíduos envolvidos, o enquadramento dos acusados não deve ser encarado de forma alguma como um processo mecânico descarnado², mas como a aplicação real de elementos previstos da forma mais abrangente e abstrata possíveis das leis, em um procedimento passível de diversas distorções. Como Fausto elabora:

Este modelo de culpa e de inocência apresentado aos julgadores não se constrói arbitrariamente, mas segundo normas sociais. Tais normas abrangem

tanto aquelas cuja violação acarreta uma sanção penal como outras que dizem respeito à conformidade com identidades sociais – a conduta adequada segundo o sexo, segundo o papel a ser exercido na família, etc. Se o comportamento desviante destas identidades não implica de per si a aplicação de pena, é trazido à baila quando as normas do primeiro são transgredidas, transformando-se nesta atualização de preceito penal. Ou seja, o comportamento inadequado pode importar em condenação ou exasperação da pena, produzindo o comportamento oposto o resultado inverso (FAUSTO, 1984, p.22).

Além de um julgamento a partir das interpretações da lei e das prioridades do corpo de jurados e autoridades locais, os depoimentos presentes nos autos fornecem um vasto aporte sobre a reputação de seus protagonistas, bem como nos revela as solidariedades e processos de exclusão em uma comunidade. Dessa forma, eles revelam os anseios, identidades e projeções internas ou paralelas ao projeto social “oficial”, bem como as resistências locais à agenda republicana.

Ainda que os principais articuladores da República mantivessem laços com algumas estruturas do regime anterior, o cenário político, econômico e social de caráter local e global fez com que os governantes empreendessem uma série de medidas de disciplinarização da população, utilizando-se muitas vezes de ordens médico-científicas (COSTA, 1980). Há uma proposta de organização dos espaços e o Código Penal de 1890 se coloca como a face punitiva imposta àqueles que não se encaixavam nos padrões recomendados. Além disso, a atuação de um mecanismo que julgue, engendre em seus quadros e aplique penas em uma sociedade moderna se manifesta através de sua aparelhagem jurídica, detentora de uma linguagem própria (BOURDIEU, 1989. FOUCAULT, 1996) que se coloca sobre os sujeitos de forma a produzir declarações cabíveis em seu conceito de “verdade”, expurgando e corrigindo o que considera exageros, contravenções e mentiras.

Um dos principais meios de regulação social foi a asserção de determinadas identidades de gênero. Para tanto, a lei e a sociedade atuavam para estigmatizar e criminalizar iminências em que a ordem social fosse perturbada. As instâncias punitivas pela não adesão a este modelo podiam ser oficiais (através da instauração de processos jurídicos e das diferenciações previstas por lei) ou através da aplicação direta da violência, normalmente justificada pela ofensa sentida pelo agressor ao alegar dano à sua reputação ou honra.

Mulheres, violência e crime

Os padrões de comportamento e regras jurídicas são gestados a partir de uma exterioridade que se pretende colocar sobre as funções sociais dos indivíduos, independentemente de seu ambiente de expressão. Do mesmo modo, a resolução de

determinados eventos domésticos podem se tornar antecedentes para a forja de um padrão de práticas comuns, convertendo-se em regras culturais que podem ser institucionalizadas ou não. Portanto, “casa” e “rua” são igualmente “sujeitos sociais” (FARGE, 1992, p.23).

As mulheres que aparecem nos processos-crime aqui investigados, faziam parte do segmento popular, algumas de cor e em sua maioria trabalhando com serviços domésticos e/ou prostituição. Segundo Engel,

As atividades remuneradas desempenhadas pelas mulheres populares – viabilizando, por exemplo, a sua presença mais constante nas ruas da cidade, a ampliação de suas relações afetivas e/ou amorosas, a sua autonomia ou participação nas condições de sobrevivência da família etc. – desempenharam, ao que tudo indica, um papel fundamental para que estas assumissem padrões de comportamento bastante diferenciados e distantes daqueles que informavam as posturas que caracterizavam ou deveriam caracterizar as mulheres das classes médias e das elites (ENGEL, 2004, p. 91).

Dentro disso, devemos ter em conta que suas identidades subjetivas e generificadas, construídas historicamente, faziam parte de processos que abarcavam atividades, organizações e representações sociais específicas (SCHABBACH, 2017, p. 274). E, ao serem violentas/agressivas, eram infratoras da “feminilidade normativa” (PRECIADO, 2011 apud SCHABBACH, 2017, p. 271).

As hostilidades são consideradas aqui tanto em seu aspecto físico quanto moral e verbal. Ao investigar a violência feminina, não se está questionando apenas o conceito de violência, mas também o de gênero. “A ordem social é, antes de tudo, fundada sobre a distribuição assimétrica de poderes e de vulnerabilidades hipotéticas” (CARDI; PRUVOST, 2012, p. 57).

Analisar a violência feminina parece impensável em uma sociedade que transmite a ideia de uma mulher passiva e frágil, vítima da violência dos homens, incompatível nessa geração. A ideia que a mulher possa ser portadora de violência não é simplesmente óbvia. Ou que as mulheres são violentas. Alguns podem pensar que o trabalho sobre a violência feminina poderia macular a causa feminista, este não é o caso (DAUPHIN; FARGE, 1997, p.11-15).

A violência feminina aparece nesse artigo como uma transgressão ao papel tradicional de docilidade e ordem incumbido às mulheres. Algumas vezes o fazem para preservar sua vida ou sua liberdade. Em outras, as contravenções são tentativas dessas mulheres se manterem nos padrões sociais; para preservarem sua reputação e honra, que aparecem em diferentes formatos e momentos e que envolvem questões sexuais, de trabalho e de coragem/valentia³. Dessa forma, ao violarem as regras, não o fazem por serem naturalmente más⁴ ou loucas⁵, e sim para manterem o pertencimento ao grupo em que vivem e seu respeito.

Essa reputação individual era notadamente vulnerável ao “mal dizer” de outrem, sendo constante alvo de injúrias, ofensas e difamações advindas principalmente de atos de vinganças e provocações de desafetos. É neste sentido que encontramos o caso de Rosa e Victorina, duas moradoras de Alegrete, que, de trocas de insultos, passaram “às vias de fato”:

No dia 08 do corrente, pelas 18 horas, mais ou menos, Rosa C. espancou a Victoria P.S. com o salto de um sapato, produzindo-lhe lesões. O fato criminoso passou-se na capela em que funciona atualmente a Igreja Católica, sita à Praça 15 de Novembro, nesta cidade (APERS. Alegrete. Cível e Crime. Processo crime, nº: 3945, maço: 121, estante 69, ano: 1916)⁶.

Duas testemunhas oculares deram ângulos diferentes do ocorrido. A primeira contou que:

A ofendida Victorina P.S., disse a uma moça que se achava na Igreja que “a negra Rosa C. prometera lhe dar uma sova quando saísse de lá”; que quando se haviam retirado as pessoas que tinham ido receber a benção, Rosa dirigiu-se à Victorina e lhe disse “vou te dar uma surra negra bodosa”; que a isto Victorina respondeu “está brincando comigo”, e a ré tirando de um sapato, grudou o salto na cara da ofendida, ferindo o rosto da vítima; que Victorina não levantou a mão para dar um tapa em Rosa; que Victorina não descabelou-se e começou a puxar os cabelos e nem a dar tapas em si mesma (APERS. Alegrete. Cível e Crime. Processo crime, nº: 3945, maço: 121, estante 69, ano: 1916).

Já a segunda depoente, que era acompanhante de Rosa, respondeu ao juiz:

Que de há muito, desde a fundação de uma associação religiosa de que a depoente e a ré fazem parte, Victorina vem dirigindo insultos a um e a outro; que por estar sendo insultada, a acusada se incomodando deu um tapa em Victorina; que não é verdade que Victorina tenha apanhado com um sapato da ré; que não viu se a ofendida levantou a mão para dar um tapa na acusada; que depois de ter recebido o tapa a ofendida começou aos gritos a se atirar de encontro aos bancos, na ocasião em que a depoente e a ré saíram do templo; que é exato que no dia referido a ofendida disse que o pai da acusada a havia vendido a sua virgindade ao Coronel Manequinho; que é exato que depois do fato narrado na denúncia a ofendida continua a dirigir insultos e provocações a acusada e que isso se dá na Igreja (APERS. Alegrete. Cível e Crime. Processo crime, nº: 3945, maço: 121, estante 69, ano: 1916).

Rosa C., a acusada, declarou ao juiz que:

Ao tempo em que se diz cometeu o crime de que é acusada estava na Igreja, nesta cidade, que na ocasião do conflito estava na Igreja Católica a ré, a ofendida e Maria D. A., criada do Dr. Samuel P.; que a ofendida Victorina P.S., há cerca de dois anos, procurava publicamente desmoralizar e difamar a acusada; que no dia 08 de dezembro, às 18 horas, a ofendida, encontrando-se com a ré na Igreja Católica, disse que seu pai a havia vendido para o Coronel Manequinho; que depois de haver proferido insultos, a ofendida levantou a mão para dar um tapa na acusada; que a ré em represália deu-lhe um tapa e a ofendida começou a se bater, puxando o cabelo dela mesma e se machucando. Que nessa ocasião a ré estava de botinas de enfiar, e delas não fez uso para sovar a ofendida; que as pessoas que costumam frequentar o templo Católico, sabem de firme propósito que a ofendida tem de desmoralizar e difamar a ré

(APERS. Alegrete. Cível e Crime. Processo crime, nº: 3945, maço: 121, estante 69, ano: 1916).

Notemos como alguns elementos se destacam já neste primeiro exemplo de agressões entre mulheres: o puxar de cabelos, a ofensa racial, o uso do sapato como arma. A cólera feminina é majoritariamente registrada (quase sempre pelos homens) ressaltando elementos visuais de identificação com o gênero: o cabelo longo, a aparência, os sapatos de salto, as roupas. O uso das mãos durante uma briga se limita a tapas e puxões, remetendo a uma pessoa indefesa que se debate sem muita habilidade ou força. A referência de ter “grudado o salto na cara” passa uma impressão de destaque à violência, ao mesmo que torna a cena um tanto jocosa, se não a desqualifica diretamente. As agressões físicas também partem como uma consequência das provocações vocais entre as mulheres; o embate dos corpos é acompanhado da continuidade dos insultos. A “sordidez” feminina também é destacada nas artimanhas que Victorina teria se valido ao simular escoriações em si própria para acusar sua adversária. A “baixeza” do episódio é acompanhada por injúrias raciais e alegações depreciativas à sexualidade.

Superficialmente, pode parecer estranho que mulheres tenham se valido de narrativas e descrições que reforcem características negativas de seu gênero. Entretanto, além da condução dos relatos pelas autoridades legais, os depoentes procuravam “interpretar papéis” que enquadrassem sua parte como inocente e a outra como culpada. Neste sentido, os arrolados buscavam encaixar-se em padrões tipificados, pareando sua história com as atitudes esperadas, aumentando a verossimilhança e confiança em seu reconto.

Neste caso, Rosa C. foi absolvida em detrimento das acusações, tendo quatro dos cinco jurados respondido que a ré não havia provocado lesão corporal a ofendida com o salto de seu sapato. Através destes depoimentos, foi possível notar que nenhuma vez se levou em conta a acusação feita a Rosa de ter chamado Victorina de “negra bодosa”, apenas destacou-se o uso do calçado como arma, que, dentro do enfoque jurídico que já verificamos, poderia causar lesões que comprometessem o trabalho da agredida. A Constituição promulgada em 1891 garante a igualdade de todos perante a lei (sessão 2, artigo 72, parágrafo 2º), mas não criminaliza nenhum tipo de preconceito ou injúria racial, portanto esta declaração não foi questionada ou penalizada de qualquer forma.

Em contrapartida, teria a acusação de ter sua virgindade vendida por seu pai imputada à ofendida ter sido um fator decisivo para o júri relevar os tapas dados a Victorina? O veredito parece apontar que a legítima defesa de honra através da violência era um dispositivo válido mesmo entre mulheres, justificando os insultos raciais e, especialmente, desconsiderar um eventual crime por conta da agressão física perpetuada. O argumento jurídico de “legítima

defesa da honra” é, portanto, passível de uso pelo universo feminino, possibilitando às mulheres caluniadas a tomada de atos punitivo-reparatórios, especialmente quando desacompanhadas. Cabe aqui uma pequena reflexão de gênero destas situações. Ainda que a premissa de proteção da honra feminina pertença primariamente ao homem, as mulheres podiam se valer da violência em sua defesa contra injúrias graves caso estivessem desacompanhadas de um companheiro, tutor ou guardião. O Código Penal de 1890 prevê em seu título VIII que todos os crimes contra a honra eram exclusivamente cometidos contra mulheres⁷. Isto aponta que a honra feminina era mais “frágil” que a masculina, sendo, portanto, dependente da defesa de guardiões homens, vistos como naturalmente mais aptos a eventuais embates físicos decorrentes. Nisso, o Estado podia assumir o papel deste “defensor varão” no caso de “mulheres honestas” (termo repetido duas vezes na legislação, mas nunca definido⁸), protegendo-as.

Entretanto, de forma semelhante às viúvas que tomavam o controle das finanças e administração dos negócios no falecimento de seus companheiros,⁹ ainda que esta fosse premissa eminentemente masculina, uma ofensa grave não poderia esperar por uma resposta (quando o protetor se encontrava distante) ou passar impune (quando este não existia). Era possibilitado que uma mulher demonstrasse agressividade vocal e física neste sentido, de forma semelhante estereótipo da mãe que se reveste do “espírito da leoa protegendo seus filhotes” contra ameaça à prole – não protegendo sua integridade física, mas seu “cabedal de honra”, que, de forma indireta, também compreendia sua família.

Obviamente, no fato da grande maioria dos processos analisados envolver majoritariamente a população de baixa renda, esta lógica da honra deve ser flexibilizada. Não que os mesmos padrões da elite não se colocassem sobre estas mulheres, mas a manifestação e assimilação (BOURDIEU, 2007, p. 129)¹⁰ de alguns fatores nas comunidades pobres eram muito mais frequentes que na alta sociedade, como a ausência de uma figura masculina defensora, o trabalho feminino na complementação da renda ou sustento da família e a necessidade da autodefesa e das solidariedades como forma de compensar o pouco interesse político na manutenção da prosperidade e paz destas pessoas, que eram vistas pela polícia muito mais como criminosas que como vítimas.

Em outro caso, duas mulheres são acusadas de agressões mútuas. Firmina S., de 32 anos, era meretriz, assim como sua ex-empregada, Flora C., de 23 anos, que teria sofrido mais ferimentos por conta da contenda entre as duas. Segundo testemunhas, elas já vinham se insultando há algum tempo; Firmina inclusive havia dado queixa ao delegado contra Flora há poucos dias antes do crime.

Firmina S., autora e responsável pelos ferimentos praticados em Flora C. e esta, pelas lesões perpetradas naquela (...). Ao passar a ofendida Flora C., pela residência da denunciada Firmina S., foi por esta agredida e arrastada, pelos cabelos, para dentro da sua residência, onde espancou-a barbaramente, produzindo-lhe lesões corporais de natureza grave e de caráter permanente (APERS. Dom Pedrito (Bagé). Processo Crime, nº: 2241, maço: 83, estante: 135, ano: 1929).

Notemos que, independentemente do mérito, já ocorre a condução do caso por parte do delegado no resumo da queixa, ao declarar Firmina como autora de “graves e permanentes lesões”. Em seu depoimento, esta prostituta mais velha contou...

(...) Que Flora foi criada da depoente, tendo sido despachada, que depois disso ficou Flora, por promessa inimiga dela; que além disto o amásio de Flora pediu a ela que reparasse por ela quando ele estivesse em serviço na colônia; que o filho da depoente meteu-se de amores com Flora resultando disso agarrar doenças venéreas; que a depoente tendo interrogado seu filho este lhe disse ter sido Flora a autora de seu mal; que a depoente chamou Flora e ponderou-lhe que aquilo era mal feito resultando daí o ódio de Flora contra a depoente; que hoje, pela manhã quando Flora voltava da Delegacia de Polícia chegou a Barbearia de Ildefonso Cunha e ali começou a falar disparates e sendo a casa da depoente pegada a casa de Ildefonso, Flora ao passar e quando a depoente varria a casa aquela pôs-lhe a língua dizendo “Esta aí não arrumastes nada”. Que com o gesto e a provocação de Flora a depoente agarrou-se a ela dando-lhe algumas pauladas, tendo também a depoente recebido escoriações e ficando com seu vestido completamente rasgado; que a depoente dizendo “tu não tens vergonha”, Flora avançou-se na depoente rasgando-lhe o vestido e ali travaram luta corporal; que em dado momento a depoente pode safar-se e munindo-se de um pau de lenha foi ao encontro de Flora que munida de uma vassoura pretendia quebrar os móveis da depoente; que ninguém as separou que ambas fatigadas deixaram a luta (APERS. Dom Pedrito (Bagé). Processo Crime, nº: 2241, maço: 83, estante: 135, ano: 1929).

As passagens destacadas no depoimento acima uma vez mais mostram não apenas como as lutas corporais entre mulheres se concentram nas ofensas sexuais, mas roupas e nos agarrões e tapas. Também evoca uma vez mais o universo das prostitutas na imaginação dos folhetins, jornais e autos legais: seres violentos, que fazem uso de pedaços de pau para danificar corpos e locais, e mesmo a injúria ao lado profissional (e/ou afetivo) de Flora ao dizer que “esta aí não arruma mais nada”.

Mais marcante é uma das causas mais destacadas por Firmina como motivadoras das agressões: as doenças venéreas (elemento pareado às prostitutas) que Flora teria passado a seu filho como forma de atingir a família da depoente, indiretamente frisando a infidelidade desta para com seu amásio. Desta forma, ela estaria marcando a meretriz mais jovem como uma “má” prostituta, pois nenhum homem iria requestá-la sabendo que estava contaminada, além justificar suas atitudes por conta da defesa da integridade física e moral de seu filho. Além disso, é

retratada como alguém infantil e traiçoeira, que mal saía da delegacia e ia provocar sua ex-patroa.

Flora C. apresentou outras alegações para o conflito:

Disse que em tempos auxiliava nos serviços domésticos em casa de Firmina S., que de certo tempo a esta parte ficou de mal com Firmina, tendo ambas se decomposto; que Firmina ultimamente provocava a depoente, (...); que hoje havia comparecido a Delegacia de Polícia porque fora chamada pelo Delegado em virtude de queixa apresentada por Firmina; que aconselhada pelo Delegado se recolhia para casa tendo que passar pela porta da casa de Firmina em virtude do barro; que ao passar pela porta da casa de Firmina foi agarrada por esta, pelos cabelos, e arrastada; que foi tão inesperada agressão que a depoente não sabe explicar como fora ferida; que se lembra ter recebido uma pancada na cabeça que quase tirou-lhe os sentidos indo logo após apresentar-se ao Delegado; que nunca teve amores com um filho de Firmina; que supõe que o motivo do malquerer de Firmina seja porque Firmina tem um amante a quem trai e tem medo que a depoente possa dizer alguma coisa; que a depoente foi sim aconselhada pelo Delegado a não continuar com disputas com Firmina, mas que quando ia para casa deu-se a agressão (APERs. Dom Pedrito (Bagé). Processo Crime, nº: 2241, maço: 83, estante: 135, ano: 1929).

Esta depoente frisa sua obediência para com a autoridade policial ao se apresentar para o depoimento anterior como forma de contraste à agressão desleal de sua inimiga (termo constantemente utilizado nos processos para se referir à parte que se opõem). A infidelidade de sua oponente é um traço igualmente destacado como justificativa das agressões, uma vez mais demonstrando as dinâmicas de “pertencimento” das prostitutas. Termina seu depoimento como começa: reforçando o posto do delegado e a promessa de obediência, tendo sido agredida sem provocação. Ela também ressalta o caráter conciliador extralegal que este policial exerce ao tentar resolver a situação se valendo do prestígio de seu posto, sem acionar os mecanismos jurídicos propriamente ditos com pessoas sem mérito à sociedade.

Mesmo com o delegado se posicionando a favor de Flora e com a reincidência da contenda entre estas mulheres, o juiz prefere manter a posição inicial do policial e relevar seus aspectos legais. A denúncia foi considerada improcedente, portanto, sem penalização a ambas. Entretanto, ao não comparecer ao tribunal, Flora C. foi julgada à revelia, sendo condenada, uma atitude relativamente comum para aqueles que ignoram seus compromissos judiciais, como já observamos.

As mulheres também poderiam mostrar grande “vigor físico” durante contendas, apresentando “explosões” violentas assim como os homens. Ainda que figurassem como criaturas fracas e inábeis ao senso comum, ao negarem o esperado elas eram retratadas como seres terríveis, como no caso de Margarida J. M. Este enxerto do relatório do delegado retrata

este espanto com uma mulher aguerrida de forma tão marcada que dispensa destaque maiores ao texto.

Mulher tremenda é habituada a arruaça, da qual sai sempre vitoriosa, pois é voz corrente que, quando moradora na aldeia do 12º, por diversas vezes se metera em brigas com soldados e conseguira sempre espancá-los, tanto que dela têm medo aqueles que a conhecem de perto. Esses exemplos completos certamente levaram-na a convicção de que é uma herói e por isso quando se dispõe a luta ela grita logo “para homens só Deus no céu e eu na Terra”. E a prova de respeito que lhe votam seus conhecidos é que Junior, outrora seu amante, ao começar o conflito, abandonou a sua outra amante Gertrudes, entregando-a por completo às iras de Margarida. Possante e destemida, é fato, esta não teme um homem ou mais, e disso deu testemunha o custo que deu sua prisão ao cabo Manoel Felipe, homem forte e musculoso, e que a esta Delegacia chegou já visivelmente cansado pelo esforço empregado (APERS. Uruguaiana (Alegrete/Quaraí). Cível e Crime. Sumário de Culpa, nº: 1030, maço: 31, estante: 156, ano:1900).

Seria repetitivo e infrutífero reproduzir o conteúdo das testemunhas que relatam de forma semelhante os feitos desta “mulher herói”, identificada como jornaleira (profissão majoritariamente atribuída aos homens), em fúria contra seu ex-amásio, a atual companheira, Gertrudes, que já havia sido espancada por Margarida diversas vezes, a vizinha, dois transeuntes que tentavam apará-las, além do “soldado forte e musculoso”.

Em um primeiro momento, é tentador pensar que o processo-crime descaracteriza os predicados do gênero de Margarida, ou mesmo afirmar que o delegado operou uma inversão neste sentido. Entretanto, acredito que o que ocorre é a agregação de capacidades tipicamente masculinas à jornaleira, até por uma limitação imaginativa e expressiva do redator.

Em momento algum Margarida é tida como “masculina” em suas maneiras ou físico (que, aliás, é pouco descrito). Proporcionalmente, os homens que ela derrota não são descritos como “frouxos”, “fracos” ou “afeminados” – pelo contrário, o cabo Felipe é exaltado por ter conseguido controlar esta “mulher tremenda”, mesmo que a muita custa. Ainda que no horizonte de expectativa do senso comum gabar-se de lutar contra vários soldados e sair vitorioso aparente ser um atributo masculino, a ostentação de seus feitos parte mais do delegado que da acusada, que, em seu depoimento, procura apenas relatar que entrou na casa para agredir a amásia de Júnior, mas que a noite estava “muito turva” para discernir as pessoas que feriu.

O juiz acata a denúncia, mas o júri a inocenta, sob a premissa comum (ao menos no caso dos homens agressores) de que o dano causado não foi suficiente para impedir o trabalho de nenhum dos feridos. Como moradora do entorno de um quartel e frequentadora de “boliches” de praças, a reputação de Margarida contribuía para que não fosse alvo de novas agressões, e homem nenhum pareceu querer provar-se contra ela. Isto demonstra a importância da bravata e

da retroalimentação do renome: alguém que já é conhecido por sua bravura terá sempre seus feitos amplificados (ou simplesmente inventados) “à boca pequena”.

Outra mulher que mostrou toda a sua “intensidade” foi a cigana Helena I. Em uma disputa com o delegado de polícia João C., ele relata:

Na tarde de 22 de outubro, prevenido de que ocorria um conflito no mencionado bando [de ciganos], mandei ali o primeiro auxiliar da guarda municipal José B., com o fim de restabelecer a ordem ou mesmo prender, em caso de necessidade, os amotinados insubmissos. O auxiliar foi desacatado e agredido pelos ciganos; uma cigana, tomando pelos pés uma criança, deu com ela no auxiliar B. e vários ciganos o agrediram armados de achas de lenha. O auxiliar, que achava-se só e desarmado, recolheu-se ao estabelecimento dos Srs. Gaudêncio N. da Conceição & Cia, próximo ao Matadouro Público, e dali comunicou-me a ocorrência pelo telefone.

Imediatamente segui, com o mesmo intento de restabelecer a ordem, para o acampamento dos ciganos, acompanhado de alguns policiais e, ali chegando, tentaram aqueles impedir-me a entrada no acampamento e agrediram a mim e aos policiais, alguns dos ciganos armados de paus; uma cigana a mesma que jogara a criança contra o auxiliar B., arremessou-me um pedaço de pau e em seguida uma tampa de ferro, que atingiu-me num pé, magoando-me um calo, e tentava apoderar-se de outros objetos para jogar-nos, quando eu, lançando mão da espada de um policial, dei-lhe uma espadeirada, uma única.

Assim procedendo, agi em legítima defesa da minha autoridade e da minha integridade física, gravemente ameaçadas por uma mulher robusta e enfurecida. Não excedi os limites da justa defesa, pois não a espanquei mais, desde que ela deixou de agredir-me, nem consenti que os policiais fizessem uso de suas armas contra os ciganos amotinados. A mesma mulher, depois de castigada por mim, ainda agrediu o guarda municipal Marcos G.O. (APERS. Alegrete. Cível e Crime. Processo Sumário, nº: 4014, maço: 124, estante: 69, ano: 1919).

O relato do delegado é obviamente uma tentativa de defender-se de qualquer acusação de abuso de força contra uma mulher, expressa por sua introdução “A verdade é que...”. Entretanto, interessa-nos perceber aqui os argumentos que ele monta para definir uma cigana que teve capacidade de agredir esta autoridade e um guarda municipal. A agressora figura como a antítese da mulher ideal: não bastasse pertencer a um bando de ladrões, é violenta e ignora seu “chamado natural” aos “instintos maternos”, pois espanca um policial usando uma criança como clava ou arma de arremesso (a partir do argumento contraditório do delegado). Mas, mesmo nesse sentido, estaria manifestando características típicas da agressividade feminina: por não disporem de força e habilidade, as mulheres arremessam o que têm à mão contra seus oponentes. A “espadeirada” de João C. é justificada no intuito de impedir novas agressões contra sua pessoa e seus comandados e para “reestabelecer a ordem”, portanto não constituía crime ou covardia.

As mulheres aqui analisadas “apresentaram sua violência” em situações que envolviam ciúmes, reputação, revide a maus tratos e falta de provimento à família. Esta última

possibilidade estava inserida em um contexto muito importante às políticas republicanas: as obrigações dos homens como provedores familiares, intimamente conectadas com sua capacidade de trabalho. No momento que o companheiro rompia com suas obrigações, era possível (talvez até esperável) que sua “contraparte” atuasse, mesmo com agressões.

Neste sentido temos, um claro exemplo na ocorrência que se deu entre Mamede C. F. e sua esposa Maria Aldina C. F., que eram casados civilmente. Esta se encontrava em adiantado estado de gravidez quando os ocorridos transcorreram.

Na noite do dia 10 de março, às 11 horas da noite, achando-se o 2º sargento do 30º batalhão de infantaria Mamede C. F., em um baile que, em sua casa dera Joaquim Augusto, sita a Praça da Estação da Cadeia, ali compareceu Maria Aldina C. F., mulher daquele militar, com o fim de o levar para casa. Vendo, porém, Maria Aldina, que seu marido se achava acompanhado de Alice Rozana de tal, que Maria Aldina sabia requestada por Mamede, ralada de ciúme, prorrrompeu em furiosa descompostura contra aquela rapariga, insultando a transeunte, também o seu marido, o que deu lugar a que este procurando contê-la, lhe ordenasse que voltasse para casa. Longe de obedecer, Maria Aldina, dá em Mamede uma forte cacetada que o fez vacilar nas pernas. Assim, pois, desatendido por sua mulher, e demais a mais esbordoado por esta, Mamede, avançado sobre a baioneta de que se achava armado, começou a esbordoar Maria Aldina, dando-lhe pela cabeça e braços, fazendo nestes e naquela vários ferimentos. As costas de Maria Aldina ficaram escoriadas por abundantes pranchadas que lhe deu seu marido (APERS. Alegrete. Cível e Crime. Sumário de Culpa, nº3684, maço: 110, estante: 69, ano: 1907).

O resumo destaca mais a “desobediência” e “furiosa descompostura” de Maria Aldina que seu estado de gravidez, e existem mais linhas destacando a “propriedade” da “reação” de Mamede que sobre os ferimentos que sofre. Os depoimentos do acusado e da ofendida esclarecem melhor o ocorrido segundo seu entendimento. Segundo a esposa:

Achando-se um pouco adoentada e precisando de seu marido, mandou o chamar na casa de Joaquim A., onde ele estava de baile e como não atendeu o primeiro chamado, a respondente armou-se com um cabo de relho e o foi procurar, e como estivesse já incomodada quando ele saiu e que veio a falar-lhe, ela respondente deu-lhe com o cabo de relho na cabeça que abriu-lhe uma brecha; e tendo um paisano lhe tomado o cabo de relho, ela retirou-se para trás da casa, e ali seu marido a espancou, que ela respondente foi que deu causa agredindo-o e exasperando-o: que os ferimentos produzidos por seu marido foram apenas contusões: que não a proibiram de exercer seu trabalho ordinário: que seis dias depois é que guardou o leito devido ter dado à luz a uma criança; que mesmo apesar de já andar adoentada não fez cama com as contusões que levou; que ela e seu marido já vivem em harmonia; que seu marido não vai a sua casa, porém, tem cumprido com seus deveres mandando o sustento necessário para si e seus filhos (APERS. Alegrete. Cível e Crime. Sumário de Culpa, nº3684, maço: 110, estante: 69, ano: 1907).

O acusado informou que:

(...) que não seria capaz de maltratar a sua mulher se não tivesse ficado como ficou, no momento em que recebeu a pancada, como alucinado (APERS.

Alegrete. Cível e Crime. Sumário de Culpa, nº3684, maço: 110, estante: 69, ano: 1907).

Aldina em momento algum procura acusar seu marido de alguma coisa – pelo contrário, “deu causa agredindo-o e exasperando-o”. Ambos disseram que não mais viviam na mesma casa, mas que Mamede sustentava sua família, ainda que por ordem de seu comandante militar. Aparentemente, não interessa ao delegado as causas da agressão, nem a gravidez e doença de Aldina. Ambos concordam que Mamede provém por ela e sua família. Portanto, prefere registrar o ocorrido na forma de uma descompostura genérica de uma esposa traída, mesmo que contradiga a história dos envolvidos. Todos os depoimentos reprimem apenas o comportamento de Aldina, pois teria tentado humilhar publicamente seu esposo mesmo quando sustentada por ele – perdendo, portanto, toda propriedade para valer-se da violência.

Em outro episódio encontrei uma acusada que “motiva” sua violência por conta dos maus-tratos recebidos. A denunciada, de nome Rosa, de 27 anos, armou-se de uma faca deu diversas punhaladas em seu marido Xisto enquanto este dormia, tendo em seguida posto fogo na casa. Os vizinhos em seguida correram em socorro da família e chamaram a polícia. Em depoimento ao delegado, o ofendido disse que:

Na noite de onze para doze do corrente, achando-se em sua cama dormindo, acordou-se, sentindo uma bordoadada sobre a nuca e sendo apunhalado pela sua própria mulher, com toda a rapidez, que quando conseguiu tomar uma faca sem cabo de sua mulher, já se achava com diversas punhaladas, e que não mais viu ela, e, em seguida, chamou uma filha que se achava dormindo, para alcançar-lhe água a beber e nesse momento viu que sua casa se achava incendiada em fogo, e saiu arrastando-se para fora para defender-se de ser queimado (APERS. Alegrete (São Francisco de Assis). Cível e Crime. Sumário de Culpa, nº: 508, maço: 18, estante: 129, ano: 1914).

De acordo com Gregori (1989 apud SCHABBACH, 2017, p. 276),

As mulheres possuem instrumentos relacionais para utilizar dentro das situações conflitivas (entendidas como um jogo onde a violência opera como comunicação), os quais seriam mobilizados na participação ativa nas cenas de violência e na elaboração de queixas, práticas em que aquelas discursivamente elaboram as suas posições enquanto vítimas e as do outro como culpado.

Em seu pronunciamento ao delegado, Rosa respondeu:

Achando-se na sua cama com seu marido, ele achando-se dormindo e muito tarde da noite deu um pulo da cama e agarrou uma faca sem cabo que se achava sob a cama, em cima de uma tábua, que ela por esquecer-se ali deixou, tendo cortado fumo para fazer cigarro para seu marido antes de dormir: e veio contra ela, como a fazer-lhe mal com a mesma faca, e ela agarrou-se com ele, na mesma faca, e tomando-lhe a faca, dando-lhe uma coisa como se estivesse louca, caiu-lhe de punhalada, e ele caiu da cama contra a parede, largando a faca ali mesmo, saiu para fora e mais nada fez, que tinha feito um fogo muito grande dentro de casa, e não botou fogo na casa: que diversas vezes o seu

marido. quando se embriagava. como tinha chegado esse dia. costumava avançar nela com qualquer arma que usasse. e ela sempre tomava e escondia tendo já um dia desfechado-lhe um tiro de revólver, que cruzou a bala por um lado do pescoço, no momento em que ela procurava tirar-lhe o revólver da mão; que sabe o motivo porque acha-se presa, que é por ter ferido a seu marido, devido a este embriagar-se e maltratá-la (APERS. Alegrete (São Francisco de Assis). Cível e Crime. Sumário de Culpa, nº: 508, maço: 18, estante: 129, ano: 1914).

Uma das filhas do casal, uma menina de 10 anos de nome Maria, disse em um de seus relatos: No dia a que se refere a denúncia, Xisto J. L. chegou em casa de noite. um tanto embriagado. e pediu a ré que lhe fizesse comida. a ré fez a comida e trouxe e ele convidou-a para comer com ele, porém ela não quis, que Xisto deitou-se a dormir, e que nessa ocasião a ré deu uma bordoadada na cabeça de Xisto que com o choque levantou-se atordoado quando a ré deu-lhe as facadas e o lastimou, após isso, a ré pegou um tição de fogo e ateou fogo na casa, e quando estava a casa ardendo, ela estava dançando só: que a ré é trocada da cabeça. isto é. louca: que ela depoente é que tirou Xisto e seus irmãos de dentro da casa para fora quando a casa queimava, que sabe que sua mãe, a ré, deu a bordoadada em seu pai porque ele lhe disse, visto estar ela dormindo (APERS. Alegrete (São Francisco de Assis). Cível e Crime. Sumário de Culpa, nº: 508, maço: 18, estante: 129, ano: 1914).

Primeiramente, a observação de que a acusada era “trocada da cabeça” me pareceu uma manobra do advogado de defesa. Entretanto, um vizinho do casal contou ao delegado que:

(...) É hábito de Xisto Lopes embriagar-se, porém que não sabe se ele briga com a mulher; que ouviu dizer que a ré já esteve louca, tanto que a autoridade responsabilizou a Xisto por qualquer ato praticado por sua mulher a ré, em virtude dela andar vagando pelo mato (APERS. Alegrete (São Francisco de Assis). Cível e Crime. Sumário de Culpa, nº: 508, maço: 18, estante: 129, ano: 1914).

Ainda que não tenha encontrado quaisquer registros anteriores da alegada loucura de Rosa, o pronunciamento do vizinho quanto o conhecimento da autoridade de sua condição foi ponderado e a acusada foi absolvida por unanimidade pelo júri que a considerou privada dos sentidos e de inteligência ao praticar o crime contra seu marido.

A República brasileira tencionava criar modelos de comportamentos afetivos, sexuais e morais. Para isso, fez da psiquiatria uma aliada, transformando “as mulheres num ser moral e socialmente perigoso, devendo ser submetida a um conjunto de medidas normatizadoras extremamente rígidas que assegurassem o cumprimento de seu papel social” (ENGEL, 1997, p. 322-361). As que não exerciam esse papel poderiam ser vistas como “desviantes”.

O estatuto de tutelada, de ser passivo (...) é aparentemente o que garante o reiterado sucesso de sua apresentação, no júri, como uma pobre mulher que, cansada de sofrer as violências de seu companheiro, um dia resiste a elas e o mata. É como se os jurados, reconhecendo sistematicamente às mulheres a condição de vítimas na relação com seus companheiros (...) (CORRÊA, 1981, p. 79).

Nesse contexto, muitas mulheres eram consideradas em seus julgamentos como indivíduos que facilmente perdiam a noção de sentidos e de inteligência. Isso mostra que mesmo que o resultado de um inquérito pareça positivo, na verdade, considerava as mulheres seres “frágeis e sem controle”, “que agiram de forma esperada ao seu sexo”. E não era apenas o sistema judiciário que as viam assim. Essa ideia sobre elas era compartilhada por diferentes grupos sociais deste período, até mesmo na comunidade a que estas pertenciam. Contudo, muitas vezes as mulheres transgrediram as ideias sobre a “fragilidade e o descontrole femininos” criados pela sociedade. Ao utilizarem-se destes conceitos em proveito próprio, elas apropriaram-se de um discurso em voga para criar subterfúgios à sua inocência.

Conclusão

Ao investigar de que formas a violência feminina perpassava as relações de gênero no Rio Grande do Sul durante a Primeira República (1889-1930), tentei encontrar um meio de decifrar e de entender os vínculos complexos que permeiam as interações humanas, bem como, analisar as práticas que garantiam o consentimento ou rejeição às representações dominantes e naturalizadas da diferença.

As construções do gênero sofriam a influência de ideias, regras e preceitos que podiam ser modelados a partir de vários aspectos. Contudo, eles não eram o mesmo que a experiência vivida; a compreensão do modo como as pessoas concebiam o seu mundo, almejavam que as coisas fossem ou procuravam agir para conseguir algo. Do mesmo modo é importante salientar que os registros normativos e intelectuais acomodavam as percepções de uma mínima parte da população, inclinados em relação aos homens da elite. Suas percepções foram as mais sinalizadas, porque eles conduziam as disposições legislativas e instituições oficiais que constituíam as sociedades, no entanto, nem todos estavam fundamentalmente de acordo com os poderosos e proeminentes.

Ao focar nas relações de gênero e na violência, tive a intenção de enriquecer a percepção das múltiplas manifestações sociais em suas hierarquias, precedências, contingências e preponderâncias. Ao adotar esta perspectiva procurei a reconstrução dos papéis socioculturais esperados, apropriados e reapropriados para a constituição do masculino e feminino de forma que clarifiquem a integração dos indivíduos ao processo histórico de seu tempo. Assim, busquei superar uma simples aceitação passiva da dominação masculina ao relacioná-la com as demais redes de poder e a uma dialética entre os gêneros.

Referências

Fontes documentais

CODIGO PENAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL. DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm impressao.htm Consulta em 24 de março de 2018.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Fundo/Município: Alegrete. Subfundo: Cível e Crime. Tipo de documento: Sumário de Culpa. Número do processo: 3684. Maço: 110. Estante: 69. Ano: 1907.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Fundo/Município: Alegrete (São Francisco de Assis). Subfundo: Cível e Crime. Tipo de documento: Sumário de Culpa. Número do processo: 508. Maço: 18. Estante: 129. Ano: 1914.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Fundo/Município: Alegrete. Subfundo: Cível e Crime. Tipo de documento: Processo crime. Número do processo: 3945. Maço: 121. Estante 69. Ano: 1916.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Fundo/Município: Alegrete. Subfundo: Cível e Crime. Tipo de documento: Processo Sumário. Número do processo: 4014. Maço: 124. Estante: 69. Ano: 1919.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Fundo/Município: Dom Pedrito (Bagé). Subfundo: Cível e Crime. Tipo de documento: Processo Crime. Número do processo: 2241. Maço: 83. Estante: 135. Ano: 1929.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Fundo/Município: Uruguaiana (Alegrete/Quaraí). Subfundo: Cível e Crime. Tipo de documento: Sumário de Culpa. Número do processo: 1030. Maço: 31. Estante: 156. Ano: 1900.

Referências bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CARDI, Caroline; PRUVOST, Geneviève. “Introduction générale”. In: CARDI, Caroline; PRUVOST, Geneviève (org). *Penser La violence des femmes: em jeux politiques et épistémologiques*. Paris: La Découverte, 2012, p. 13-64.

CORRÊA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DAUPHIN, Cécile; FARGE, Arlette (dir.). *De la violence et des femmes*. Paris: Éditions Albin Michel, 1997.

ENGEL, Magali. “Psiquiatria e feminilidade”. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. Vol. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 1997, pp. 322-361.

_____. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. Editora Brasiliense, São Paulo, 2004.

FARGE, Arlette. *Dire et mal dire: l'Opinion publique au XVIIIe siècle*. Paris: Seuil, 1992.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. São Paulo, Loyola, 1996.

LEITE, Fábio Carvalho. “O Laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil”. *Religião e sociedade*. Vol. 31, nº 1, 2011, pp. 32-60.

SCHABBACH, Letícia M. “Sistemas de gênero e criminalidade feminina no Brasil”. In: ALMEIDA, Cybele C. (et al.) (Org.) *Violência e Poder: reflexões brasileiras e alemãs sobre o medievo e a contemporaneidade*. Porto Alegre: DM, 2017.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, nº2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, pp.71-99.

Artigo recebido em 4 de março de 2018
Aceito para publicação em 22 de outubro de 2019

¹ Entendo por moralidade republicana a coexistência de diversos projetos político-econômicos e sociais presentes na Primeira República brasileira que abarcam, por vezes até de forma contraditória, o ideário positivista, burguês-industrial, conservador, cristão e mesmo liberal.

² “Em primeiro lugar, a análise histórica empreendida ocorre, em geral, a partir da leitura da legislação formal da Primeira República, o que muitas vezes não é apenas um vício, mas um verdadeiro erro metodológico, a depender do objetivo do estudo. De fato, se a pretensão é compreender o sentido de um texto legal em determinado período histórico é não somente importante, mas fundamental, entender a interpretação conferida à época, analisando, inclusive, a aplicação das normas em questão – o que leva ao segundo ponto: a relativa extensão do período histórico enfocado. A legislação que entra em vigor em 1891 vigorou durante um período de quase quatro décadas, o que aumenta sobremaneira a responsabilidade de se apontar um traço que possa ser característico de toda a Primeira República”. LEITE, Fábio Carvalho. “O Laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil”. In: *Religião e sociedade*. Vol. 31, nº 1, 2011, pp. 32-60, p. 33.

³ Reputação é por mim entendida como renome, estima e fama; enquanto honra seria conduta virtuosa, corajosa, honesta e digna. É preciso esclarecer que estas duas noções se fundem na análise dos processos, pois fazem parte de um mesmo arcabouço de regras sociais.

⁴ LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. *A Mulher Delinvente: A prostituta e a mulher normal*. Tradução Antonio Fontoura. Editora: Independently Published, 2019. *E-book*.

⁵ Para maiores informações sobre o assunto verificar FOUCAULT, Michel. Tradução José Teixeira Coelho Netto. 10.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

⁶ Todos os grifos presentes nos processos são de minha autoria. Para manter a fidelidade às fontes, irei reproduzir todos os escritos segundo sua própria redação (mas em grafia moderna), o que muitas vezes incluirá uma cadência narrativa truncada e confusa, erros gramaticais e nomes de testemunhas que mudam. Também optei por não colocar o nome completo dos envolvidos para evitar quaisquer exposições ofensivas. Entretanto, sempre farei referência aos documentos envolvidos aos pesquisadores interessados nestes dados, que podem ser facilmente consultados no APERS, uma vez que o órgão é direcionado à consulta pública.

⁷ Excetuando-se o atentado ao pudor, lenocínio e adultério – crimes associados às “sevícias do meretrício”, “preguiça” (de “evitar de ganhar a vida honestamente”), e do “descontrole feminino”.

⁸ A legislação muitas vezes se evade das questões morais e de honra, tomando-as como senso comum e deixando seu encargo e aplicação à própria sociedade (refletida na jurisprudência).

⁹ “O corpo não poderia nem deveria ficar acéfalo. Na ausência dos seus maridos por viuvez, por abandono, por viagens prolongadas, por guerras ou pelo simples fato de ter constituído uma família sem um cônjuge, a mulher poderia ser a portadora de tal persona. Frisa-se aqui, o papel não está definido pelo sexo ou pela idade, ainda que usualmente recaísse ou sobre alguém de idade mais avançada e geralmente do sexo masculino. Definia-se por quem exerce o mando.”. HAMEISTER, Martha Daisson. “Lançando aos leões: pensamentos imperfeitos na

tentativa de contribuir com a definição de um conceito de família aplicável ao Extremo-sul do Estado do Brasil no século XVIII”. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos da Silva; FREITAS, Denize Terezinha Leal; SILVA, Jonathan Fachini (orgs.). *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. Coleção Estudos Latino-Americanos, vol. 2. São Leopoldo: Oikos, 2014, pp. 75-108, p. 98.

¹⁰ “Em resumo, o mercado dos bens simbólicos tem as suas leis, que não são as da comunicação universal entre sujeitos universais: a tendência para a partilha indefinida das nações que impressionou todos os observadores compreende-se se vir que, na lógica propriamente simbólica da distinção – em que existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação, que assimile aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre a outra, de negação de uma identidade por outra”.

TELAS DE UM DISCURSO: A CONSTRUÇÃO DAS MULHERES NO CAMPO DO TRABALHO POR INTERMÉDIO DO FILME *BOI NEON*

SCREENS OF A SPEECH: THE CONSTRUCTION OF WOMEN IN THE FIELD OF WORK THROUGH THE FILM *BOI NEON*

Danilo Leite MOREIRA*

Resumo: A segregação ocupacional construída entorno da divisão sexual do trabalho, na França, no século XVIII, interfere nas oportunidades de emprego para a mulheres no mercado de trabalho até hoje, no caso do Brasil não é diferente. Apesar do discurso estabelecido sobre a divisão sexual do trabalho nos espaços públicos ser predominantemente masculino e nos espaços privados, feminino, destacamos que as mulheres sempre se fizeram presente nos espaços públicos, ao executar as mais diversas funções. Dessa forma, o presente artigo, tem por objetivo perceber como as tecnologias de gênero, tem visibilizado e influenciado as mulheres a transgredir e a ocupar profissões outrora outorgadas, historicamente e socialmente, aos homens, como é o caso do filme *Boi Neon*.

Palavras-chave: Mulheres; Cinema; Trabalho; Transgressão.

Abstract: The occupational segregation built around the sexual division of labor, in France, in the 18th century, interferes with employment opportunities for women in the labor market until today and, in Brazil, it isn't different. Although the discourse established about the sexual division of labor in public spaces is predominantly male and in private spaces, female, we highlight that women have always been present in public spaces, performing the most diverse functions. So, this article aims to understand how gender technologies have made visible and influenced women to transgress and occupy professions once historically and socially granted to men, as it is the case of the movie *Boi Neon*.

Keywords: Women; Movie theater; Work; Transgression.

Introdução

“Esse lugar não é para mulher!”. É muito comum que ao longo da vida, mulheres de diversas faixas etárias escutem esse tipo de fala ao enquadrá-las naquilo que seja um “lugar específico para elas”. Desde a antiguidade até os dias atuais, sempre houve um grande esforço na busca de enquadrar “o lugar da mulher” e o seu comportamento, por meio de regras. Essa demarcação imposta sobre o corpo feminino ao longo do tempo teve por finalidade definir o modelo “ideal de mulher”. Para a historiadora Carla Bassanezi Pinsky:

Mulher é assunto. Todos falam dela – como é, como deveria ser – e são muitas as representações que envolvem a figura feminina em todas as épocas. Dentre

* Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD) - Doutorando - em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. (PPGH/UFGD). Bolsista CAPES. E-mail: daniroleitemoreira@hotmail.com.

elas, há as dominantes, tomadas como modelo de referência, identificáveis com maior clareza em cada período. Algumas persistem no tempo, enquanto outras envelhecem ao ponto de provocar riso, estranhamento ou não serem sequer reconhecidas pelas novas gerações (PINSKY, 2016, p. 470).

Embora as representações impostas sobre o corpo feminino pareçam permanentes, cabe destacar que elas não são, já que são modificadas através do tempo. Não podemos mais categorizar que os “trabalhos de mulher”, do início do século XX, sejam os mesmos dos dias de hoje. Antes, as mulheres em grande maioria exerciam as mesmas funções dos cuidados com o lar. Hoje, muitas delas, além do trabalho no lar, também ocupam os mais variados setores do mercado de trabalho.

Divisão sexual do trabalho, construída em torno do sexo masculino e feminino, transformou-se em uma divisão “natural”, própria à biologia de cada sexo. Essas divisões limitam a participação das atividades femininas além do lar, ao fazer com que as mulheres continuem ainda presas nos “guetos” do lar. A história do trabalho feminino é marcada pela segregação ocupacional, fator que leva parte das mulheres a se concentrar em um pequeno número de ocupações. Corroborando com esse argumento, Maria Bruschini e Fúlvia Rosemberg, afirmam que:

[...] No Brasil, além de intenso, esse fenômeno tem-se acentuado, provocando uma verdadeira “sexualização das ocupações” [...] [Assim], O incremento na segregação ocupacional reflete o pequeno número de oportunidades de emprego que ainda se apresentam para a mulher no mercado de trabalho (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982, p.15-16).

Assim, ao pensar nesses fatores, o presente artigo, tem por objetivo perceber como as tecnologias de gênero, tem visibilizado e influenciado as mulheres a transgredir e a ocupar profissões outrora outorgadas, historicamente e socialmente, aos homens, como é no caso do filme *Boi Neon* (2015), além de mostrar como a construção histórica imposta sobre a divisão sexual do trabalho se reflete até os dias de atuais.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O TRABALHO FEMININO

Escrito pelo diretor pernambucano Gabriel Mascaro, *Boi Neon* (2015) tem sido considerado um dos melhores filmes de arte brasileiro dos últimos tempos, visto que o diretor lança um olhar para as múltiplas representações que compõe as sexualidades brasileiras.

O filme traz a história de Iremar (Juliano Cazarré), um vaqueiro que transporta bois para vaquejada, mas que sonha em ser um grande estilista. Embora a sinopse traz a história de Iremar,

não são as cenas dele que chamam a atenção, mas sim as cenas da Galega (Maeve Jinkings), sua colega de trabalho, uma caminhoneira, que cria a filha dentro do caminhão. *Boi Neon* é um desses filmes que ajuda a ressignificar e desconstruir as representações impostas sobre a divisão sexual do trabalho, além de pensar outras representações sobre os corpos femininos e masculinos. Antes de avançar, se faz necessário contextualizar como foi construída historicamente essa divisão.

Somos historicamente regidos pela divisão social dos papéis atribuídos a homens e mulheres. Essa divisão está acompanhada por discurso criado pela sociedade ocidental, de dominação social do masculino sobre o feminino. A historiadora Ana Maria Colling, afirma que:

A concepção de feminino e masculino, o que é ser mulher e ser homem na sociedade, é decorrente de variados discursos normatizadores que delimitam as práticas sociais. As delimitações pretensamente científicas, que insistiam na inferioridade e subordinação das mulheres, converteram-se em tradições e atravessaram os tempos. O discurso da diferença biológica, e como decorrência, a hierarquia entre os sexos inaugurada pelos gregos assumem um caráter universal e exercem influência decisiva, tanto na vida cotidiana como na elaboração das constituições e códigos ocidentais (COLLING, 2014, p. 103).

Esses discursos, durante muitos anos, idealizaram a mulher e não permitiram que elas ocupassem determinados espaços sociais, como o espaço público. O filósofo Gilles Lipovetsky, em sua obra *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*, destaca como o sujeito-mulher foi sendo engendrado ao longo dos séculos. O autor dividiu essa construção em três partes. Cita que:

[...] tanto a primeira como a segunda mulher estavam subordinadas ao homem; a terceira mulher é sujeita de si mesma. A segunda mulher era uma criação ideal dos homens, a terceira mulher é uma autocriação feminina (LIPOVETSKY, 2000, p. 237).

A subordinação das mulheres ao espaço privado se deve aos discursos heteronormativos, impostos sobre os corpos femininos, que durante muito tempo, limitavam as mulheres aos espaços domésticos. As atividades desenvolvidas no espaço privado, tais como, os cuidados do lar, foram praticamente ocultadas, por não serem realizadas nos espaços públicos e não serem vistas durante muito tempo, essas atividades do âmbito doméstico, eram tidas como atividades sem “importância”. Para seguir discutindo essa ocultação do trabalho feminino, devemos entender o conceito de “Divisão sexual do Trabalho”, para podermos avançar nas discussões de mulher e trabalho.

Para a socióloga Danièle Kergoat, autora do verbete “Divisão sexual do Trabalho e relações de sexo” no *Dicionário crítico do feminismo*, o termo “Divisão sexual do Trabalho”, foi utilizado primeiramente pelos etnógrafos para designar uma repartição “complementar” das tarefas entre homens e mulheres na sociedade. Porém, as antropólogas feministas mostraram que a divisão do trabalho não trazia uma relação de “complementaridade”, mas sim uma relação de poder dos homens sobre as mulheres. Desde então, esse termo passou a ser usado em outras disciplinas, como a História e a Sociologia, como um conceito analítico. Para Kergoat:

No sentido oposto a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuadas são construções sociais, elas mesma resultado de relações sociais [...]. Portanto, não mais que as outras formas de divisão do trabalho, a divisão sexual do trabalho não é um dado rígido e imutável. Se seus princípios organizadores permanecem os mesmos, suas modalidades variam no tempo e no espaço (KERGOAT, 2009, p. 68)

As mulheres exerceram tarefas tanto no âmbito privado, quanto no espaço público, mesmo assim tiveram suas atuações profissionais privadas e/ou até mesmo negadas pela sociedade. Embora, hoje, as mulheres estão a ganhar a esfera pública. Ainda se faz necessário problematizar a divisão sexual do trabalho para estudar as mudanças e as permanências, assim como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a própria existência dessa divisão, uma vez que, nem sempre as mulheres ocupavam somente o espaço privado.

Discutir o conceito de divisão sexual do trabalho nos leva a discutir o conceito de público e privado, já que a divisão sexual se acentua ainda mais com essa construção. De acordo com a historiadora francesa Michelle Perrot, a construção em torno do público e privado se estabelece justamente no século XVIII, no período da Revolução Francesa: “Num prazo mais longo, a revolução acentua a definição das esferas pública e privada, valoriza a família, diferencia os papéis sexuais estabelecendo uma oposição entre homens políticos e mulheres domésticas” (PERROT, 1991, p.117). Apesar da divisão sexual do trabalho ter se acentuado no período da Revolução Francesa, é preciso destacar que:

Na primeira metade do século XIX, elas participavam na administração dos negócios, faziam contabilidade da empresa, preferiam que o dinheiro fosse investido na indústria, não na compra de vestidos de seda [...]. Por volta dos anos de 1850-1860, a maioria das mulheres se retira da esfera econômica para se isolar em casa. (PERROT, 1991, p.142).

A construção imposta por meio dos discursos religiosos e difundidos pelas classes burguesas e machistas, influenciaram fortemente as mulheres da classe média. Assim, com os avanços impostos por esses discursos, fez com que o destino biológico das mulheres passasse

para o destino social. As fronteiras construídas, no século XVIII, fez com que as mulheres, principalmente da classe alta e média, passassem a ficar responsáveis pelos cuidados do lar, nesse caso, o espaço privado. Já os homens dos estratos sociais mais elevados, eram os que trabalhavam e ocupavam o espaço público, para manter o espaço privado sem que a mulher precisa sair ou abandonar o lar para trabalhar fora. Embora nas camadas superiores as mulheres estivessem confinadas ao espaço do lar, “nas camadas populares, as mulheres estavam mais relacionadas ao exterior do que ao interior da casa” (LIPOVETSKY, 2000, p. 207).

É perceptível que essa construção ideológica do espaço público e privado permeia os discursos, bem como as representações posta sobre as mulheres até os dias de atuais, uma vez que, ainda pensar o termo “trabalho feminino” é muitas vezes pensar a mulher em funções domésticas, aos cuidados da família e da casa. Hoje, a historiografia tem nos permitido desconstruir essas representações acerca do trabalho feminino, visto que, refletir as mulheres no trabalho, é se atentar em uma história marcada por lutas e conquistas. Embora inúmeras barreiras foram postas para que as mulheres não ocupassem determinados espaços. Para a historiadora Margareth Rago:

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como “naturalmente masculino”. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. (RAGO, 2015, p. 581-582).

Os estudos de gênero, tem visibilizado as mulheres, principalmente no que tange o “trabalho de feminino”. Através das estatísticas levantadas nesses estudos, foi possível perceber que nas últimas décadas as mulheres romperam e ainda rompem inúmeras barreiras para ocuparem e se fazerem presentes em outros espaços. Além dos lares e das cozinhas, elas trabalharam e trabalham nos campos, nas ruas, nas fábricas, nos comércios e deixam suas histórias registradas em diversos setores econômicos do país.

No Brasil do século XIX, com a expansão do setor industrial em crescimento, é possível encontrar “um grande número de mulheres trabalhava nas indústrias de fiação e tecelagem, que possuíam escassa mecanização; elas estavam ausentes dos setores como metalurgia, calçados e mobiliário, ocupado pelos homens” (RAGO, 2015, p.580). É perceptível em algumas pesquisas, que embora as mulheres estivessem presentes em alguns espaços, nem todos os setores ainda eram destinados a elas.

No cenário nacional, com o crescimento da população urbana, observa-se uma presença significativa de mulheres nas atividades comerciais e de abastecimentos, visto que elas atuavam como ambulantes, na comercialização de diversos produtos e exerciam inúmeras atividades domésticas que iam dos típicos trabalhos domiciliar, como cozinhar e lavar roupa, aos chamados trabalhos “de agulha”, na produção de diversas peças de roupas. Embora hoje exista a expressão “roupa suja se lava em casa”, antes desse ditado popular surgir, era muito comum encontrar um número de mulheres lavando roupas em lugares públicos, como rios e chafarizes. É visível que: “Assim muitas mulheres produziram no mercado de trabalho suas ocupações nos quadros domésticos- como lavar, passar e engomar – Num esforço de ganho extra ou mesmo sustentar a família” (BORELLI; MATOS, 2016, p. 131).

Podemos perceber que no século XIX, a industrialização impulsionou a extensão do trabalho feminino. Esse fator fez com que na primeira metade do século XX possuísse um grande número ativo de mulheres em diversos setores. Porém, após o fim da Primeira Guerra Mundial, a busca de voltar às mulheres para dentro dos lares ganhou força com o discurso que: “O lugar da mulher não é na oficina ou na fábrica, mas no lar no interior da família” (LIPOVETSKY, 2000, p. 210). Conforme esse discurso foi difundido e junto a outros fatores foi possível perceber que:

Em 1920 e 1940, ocorreu uma diminuição da presença feminina no universo fabril, devido a conjunção de fatores: as transformações no processo de industrialização (desenvolvimento de setores tradicionalmente masculinos como o metalúrgico, o siderúrgico e o mecânico e adoção de novos métodos de organização do trabalho) somadas às ações públicas, médicas e do movimento operário) contra o trabalho feminino e a legislação protetora deste (MATOS; BORELLI, 2016, p. 134).

Embora esses fatores fizessem com que houvesse uma diminuição das mulheres em alguns setores, elas ainda permaneciam na atuação e ocupação de outros setores. Passaram a ocupar cargos de secretarias, telefonistas, telegrafista, balconistas e contadoras, sempre com atuação em cargos de menor *status*. Essas profissões demandavam qualificações profissionais e aos poucos as mulheres iam adquirindo tal qualificação.

A história do trabalho feminino é uma história marcada por lutas, resistências e conquistas construídas ao longo de anos. As primeiras conquistas começaram aparecer quando surgiram leis que beneficiaram as mulheres: “como a da proteção do trabalho da mulher” da CLT (1943). Porém, foi:

A partir da década de 1960, novas leis foram criadas no sentido de coibir as diferenças por motivo de sexo com relação a salários, critérios de admissão,

exercício das funções e promoção de carreira [...] (MATOS; BORELLI, 2016, p.142).

Nesse momento, se assistia, no Brasil, massivamente a entrada da mulher no mercado de trabalho. Essa entrada da mão-de-obra feminina ocorreu devido a diversos fatores, tais como: a crise econômica que atingiu o Brasil no início da década de 1960; já na década de 1970, com o período do denominado de “milagre econômico”, que consolidou a industrialização no país e fez aumentar a demanda de pessoas nas indústrias; e o processo inflacionário na década de 1980 e início 1990, que contribuiu para que houvesse um grande aumento com a contratação de mulheres. Porém, foi somente nas décadas seguintes que:

[...] a participação feminina teve seu aumento de arranque nos anos 1990, com o grande aumento de mulheres formadas e, conseqüentemente, a obtenção de cargos em empresas, na magistratura e no Ministério Público, além da crescente atuação como profissional liberal (MATOS; BORELLI, 2016, p.145).

Inúmeros fatores fizeram com que nas últimas cinco décadas as mulheres ganhassem espaços na sociedade. Aquela mulher projetada para ser a rainha do lar, já não era mais um sonho dessa nova mulher que emergia, mas sim um pesadelo. A partir da década de 1960, a mulher passava a recusar a identidade constituída exclusivamente a funções de mãe e esposa, e buscava construir uma nova representação sobre sua condição de mulher, assim:

Recusando ser destinadas exclusivamente às tarefas naturais da reprodução, as mulheres reivindicam agora, pelo menos tendencialmente, os mesmos empregos os mesmos salários que os homens e querem ser julgadas a partir dos mesmos critérios objetivos de competência e de mérito adotados para os homens. Por meio da nova cultura do trabalho, as mulheres exprimem a vontade de conquistar uma identidade profissional plena e, mais amplamente, o desejo de ser reconhecidas a partir do que *fazem* e não mais do que são “por natureza”, como mulheres [...] (LIPOVETSKY, 2000, p. 223-224)

O que havia sido imposto à mulher pela ordem machista e burguesa durante séculos, nas últimas cinco décadas, está se rompendo, já que atualmente, a mulher derruba aquelas barreiras impostas a elas. Essas passaram a escrever suas próprias histórias, a ocupar profissões outrora denominadas aos homens, a ocupar cargos de chefias, ainda que expressivamente em quantidade menor se comparado aos homens. Esse novo modelo de mulher que havia surgido será denominado por Lipovetsky de terceira mulher, ou a mulher indeterminada. Embora,

[...] a variável sexo continua, evidentemente, a orientar as existências, a fabricar diferenças de sensibilidade, de itinerários e de aspirações. O novo não reside no advento de um universo unissex, mas uma sociedade “aberta” em que as normas sendo plurais e seletivas, são acompanhadas de estratégia heterogêneas de margens de liberdade e indeterminação. Ali onde as

determinações eram mecanicistas, há lugar agora para escolhas e arbitragem individual (LIPOVETSKY, 2000, p. 239).

A INFLUÊNCIA DA TECNOLOGIA DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DA TERCEIRA MULHER

Deve-se destacar que boa parte das mulheres da classe alta tenha vivenciado os espaços privados. Para que fosse construído esse modelo de mulher rainha do lar, diversos mecanismos, tais como, manuais do comportamento, literaturas e filmes foram e ainda continuam a serem utilizados para representar esse modelo de mulher.

Embora as representações elaboradas pela divisão sexual do trabalho ainda se fazem presente nas últimas décadas, as mulheres vêm ganhando espaço no mercado de trabalho: mas o que projeta essa nova mulher na sociedade? Assim, como outrora, esses mecanismos foram responsáveis por construir a rainha do lar, hoje não é diferente, logo que diversos mecanismos, tais como a literatura e a grande produção cinematográfica são responsáveis pela construção dessa nova mulher independente e dona de si mesma. Visto que: “Por toda parte se manifesta a vontade feminina de afirmar-se como protagonista de sua própria vida. No investimento feminino do trabalho há muito mais um desejo de escapar ao “gueto” doméstico, há nova exigência de afirmar uma identidade de sujeito” (LIPOVETSKY, 2000, p. 222).

O cinema é um desses mecanismos, uma vez que: “[...] ao mesmo tempo em que são entretenimento, os filmes desenvolvem uma pedagogia, ensinam modos de ser e de viver. Sendo produtos da cultura, as produções cinematográficas produzem sujeitos e identidades” (AZEVEDO, 2015, p. 105).

Para a historiadora norte-americana Teresa Lauretis, um lugar possível para que possamos ver/perceber onde a Tecnologia de Gênero ocorre como uma ideologia, é a ciência. A autora busca perceber o sujeito feminino, não apenas como Mulher, com letra maiúscula, mas sim perceber as representações inerentes a todas as mulheres que são definidas pelas Tecnologias de gênero e produzidas nas relações sociais. Para a autora:

O sujeito do feminismo que tenho em mente não é assim definido: é um sujeito cuja definição ou a concepção se encontra em andamento, neste e em outros textos críticos feministas: e, insistindo neste ponto mais uma vez, o sujeito do feminismo, como o sujeito de Althusser, é uma construção teórica (uma forma de conceitualizar de entender certos processos e não as mulheres) (LAURETIS, 1987, p. 217).

Na busca de entender como se dá a construção das representações das mulheres, De Lauretis destaca o conceito de *interpelação* usado por Althusser para justificar como é realizado

esse processo em que a representação é aceita e absorvida por uma pessoa. É com base no conceito de Tecnologia Sexual, abordado na obra *História da Sexualidade*, de Michael Foucault, que a autora encontra alguns elementos para mostrar como é essa construção, uma vez que:

Ele define como um conjunto de “técnicas para maximizar a vida”, criadas e desenvolvidas pela burguesia a partir do final do século XVIII para assegurar a sobrevivência da classe e a constituição da hegemonia. Tais técnicas envolviam a elaboração de discursos (classificação, mensuração, avaliação etc.) sobre quatro “figuras” ou objetos privilegiados do conhecimento: sexualização das crianças e do corpo feminino, o controle da procriação e a psiquiatrização do comportamento sexual anômalo com perversão (LAURETIS, 1987, p.220).

Esses mecanismos que serão denominados de tecnologias sexuais para Foucault foram construídos, disseminados e difundidos por diversas instituições, pelas ciências, pelo estado e pela família. Esses foram responsáveis pela construção da sexualização do corpo feminino. Embora tenha sido a partir de Foucault que inúmeros estudos começaram a ser feitos sobre as mulheres, De Lauretis afirma que:

Já algum tempo antes da publicação do volume I da *História da sexualidade* na França [...] teóricas feministas na área do cinema vinham escrevendo sobre a sexualização das estrelas do cinema em filmes narrativos e analisando as técnicas de cinematográficas (iluminação, enquadramento, edição etc) e os códigos cinemáticos específicos (por exemplo, maneira de olhar) que constroem a mulher como imagem, como objeto do olhar voyeurista do espectador; e vinham desenvolvendo não só a descrição, mas também uma crítica psicossocial, estético e filosófico, subjacentes à representação do corpo feminino como *locus* primário da sexualidade e do prazer visual. ... Não há quase dúvida, de que o cinema - o aparelho cinematográfico - é uma tecnologia de gênero. (LAURETIS, 1987, p.221).

É perceptível que a teoria do aparelho cinematográfico exerceu e exerce forte influência no modo como a representação de gênero se constrói, principalmente nos últimos tempos, bem como é possível perceber como a produção cinematográfica é absorvida pelos seus consumidores, já que dita moda e costumes. Assim, De Lauretis destaca a importância do seu trabalho por produzir um conhecimento acerca do cinema e sua influência sobre a construção do gênero feminino por meio das tecnologias de gênero. A autora busca encontrar elementos de como são engendradas as mulheres, uma vez que, para ela:

A construção do gênero ocorre hoje através das várias tecnologias de gênero (p. ex. o cinema) e discursos institucionais (p. ex., a teoria) com poder de

controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e implantar as representações de gênero (LAURETIS, 1987, p.228).

O cinema, desde seu surgimento, teve um papel essencial na construção social, os personagens representados em cada época ditaram moda e padrões sociais. Deve-se destacar que o cinema surgiu no final do século XIX, com a finalidade de entretenimento para as classes populares. Porém, foi por volta do início do século XX, nos Estados Unidos, que o cinema passou a “adquirir status de produtor da indústria cultural” essa ascensão na produção cinematográfica nos EUA, fez surgir as primeiras práticas de autocensura, visto que:

[...] o capitalismo crescente e as ideologias protestantes, predominando na América, precisava cultivar suas práticas. O cinema apresentava-se como um veículo de inscrição civilizatória muito apropriado, pois permitia agregar entretenimento, pedagogia e informação” (DE CARLI, 2009, p.57).

Hoje, o cinema surge em um contexto de grandes transformações sociais. Assim, na busca de pensar essa nova sociedade, a literatura e a cinematografia vêm transgredindo com os padrões heteronormativos, ao ocupar um importante papel na crítica social. Hoje, “[...] os personagens fictícios do cinema não são muito diferentes dos personagens reais e das situações históricas. Há certo eco, uma permeabilidade a considerar” (DE CARLI, 2009, p.60).

A produção cinematográfica exerce forte influência no sistema de significação da construção de gênero. Para ilustrar, descrevo uma cena do filme *Boi Neon*, de Gabriel Mascaro, com o intuito demonstrar como o cinema pode influenciar e ressignificar os espaços das mulheres e de homens no mercado de trabalho. Inúmeras mulheres que transgrediram socialmente tiveram suas histórias contadas através das telas do cinema. Além disso, esses filmes influenciaram outras mulheres a lutarem e a conquistarem espaços outrora não vivenciados ou ocupados por elas. Esses filmes:

[...] são histórias que dialogam com a vida real, representam emoções humanas, criam associações perturbadoras, identificações, catarses penetram no imaginário, nos desejos não realizados, nas culpas sofridas, nos conflitos com a moral vigente, enfim desempenharam papel decisivo como crítica social. (DE CARLI, 2009, p.63).

Muito mais que a literatura, o cinema exerce forte inspiração na vida das pessoas, visto que, o cinema influenciou e ainda influencia nas relações sociais. Assim, na busca de romper com os padrões impostos pela sociedade heteronormativa, “os filmes pensam em transgredir passar por cima de relações convencionais, sacudir as normas que organizam a sociedade, mudar mais rapidamente que os meios tradicionais” (DE CARLI, 2009, p.63).

Com a intensão de categorizar o corpo feminino construído na cinematografia, De Carli assistiu a mais de 60 filmes produzidos no período de 1930 a 2005. A intensão foi de analisar e mapear esses filmes para compreender quais... “os costumes permanecem e quais mudaram com o advento da contra cultura; quais vêm mudando no compasso acelerado da comunicação e das tecnologias” (DE CARLI, 2009, p. 77). O filme *Boi Neon*, de Gabriel Mascaro, de 2016, ajuda a ressignificar acerca do gênero, como veremos adiante. O filme em questão se enquadra na categoria que De Carli denominará de “Corpo emergente¹”.

Uma das cenas que mais desperta a atenção no filme é que com aproximadamente 12 minutos transcorridos, aparece um caminhão boiadeiro, *Mercedes Bens* amarelo 1313 (modelo do caminhão), onde uma voz feminina pergunta, de dentro do caminhão, o itinerário de um determinado lugar. Logo após, aparece Galega, uma mulher loira, que conduz o caminhão e leva na carroceria seus colegas de trabalho e os bois. Após o fechamento da cena, vemos a mulher ainda na cabine e um vendedor de calcinha do lado de fora negociando calcinhas com a caminhoneira. Nesta mesma cena, Cacá (Alyne Santana), filha de Galega, está na cabine e pede para que a sua mãe compre uma bota de couro para ela. A caminhoneira diz que só vai comprar algo quando ela voltar a estudar e morar com a sua avó. Assim, a menina chama a mãe de “puta”. A mãe chama a atenção e pede para que ela a respeite, já que ela é quem cria e quem lhe dá de comer.

Podemos perceber que o filme *Boi Neon* é um desses filmes que nos ajudam a ressignificar gênero e os papéis ocupados por homens e mulheres no mercado de trabalho. A personagem Galega é uma dessas mulheres que transgride e rompe com tudo que foi posto para a sua condição de mulher. Ela não ficou refém dos padrões impostos pela sociedade, visto que Galega cria sua filha na cabine do caminhão, vive sua liberdade profissional como caminhoneira e é dona do seu próprio dinheiro. Desta forma, filmes como esse nos ajudam a pensar na importância que o cinema exerce na vida cotidiana e na construção dessas novas identidades, visto que:

[...] a partir do movimento da tela, o cinema como artefato da cultura, vai produzindo, ressignificando e visibilizando representações e significados das práticas sociais e, assim constituindo sujeitos e identidades. Desse modo, é preciso pensar nas narrativas e nos discursos que a linguagem cinematográfica tem produzido a respeito das concepções de gênero na contemporaneidade. (AZEVEDO, 2015, p. 106).

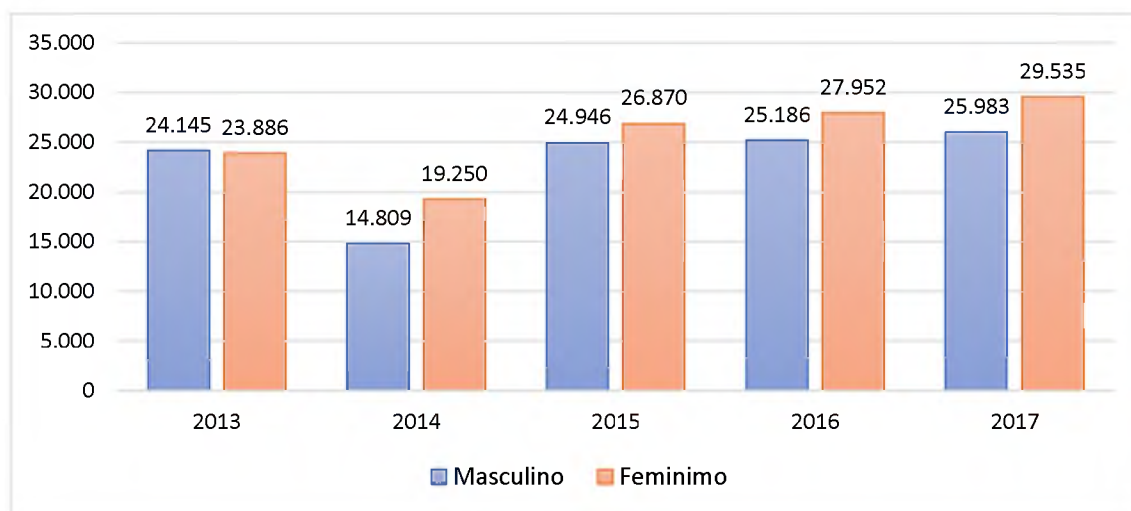
Os veículos automotivos sempre estiveram ligados ao *métier* masculino, deste modo era muito comum irmos ao cinema e encontrarmos homens no volante e as mulheres no banco do

passageiro. Nos dias de hoje, é comum irmos ao cinema e encontrarmos nos filmes mulheres que não ocupam mais o banco do passageiro, mas sim dirigem seus próprios veículos. Portanto, aos poucos a autonomia das mulheres perante o volante, tanto na produção cinematográfica quanto na vida cotidiana foi se naturalizando. Essas conquistas ocorreram, uma vez que:

Muitas mulheres, trabalhadoras e, especialmente, as feministas, têm lutado nas últimas três décadas pela construção de uma esfera pública democrática. Elas querem afirmar a questão feminina e assegurar a conquistas dos direitos que se referem à condição da mulher. Por isso mesmo, é importante que possamos estabelecer as pontes que ligam as experiências da história recente com as do passado, acreditando que nos acercamos de um porto seguro e nos fortalecemos para enfrentar os inúmeros problemas do presente (RAGO, 2015, p. 604).

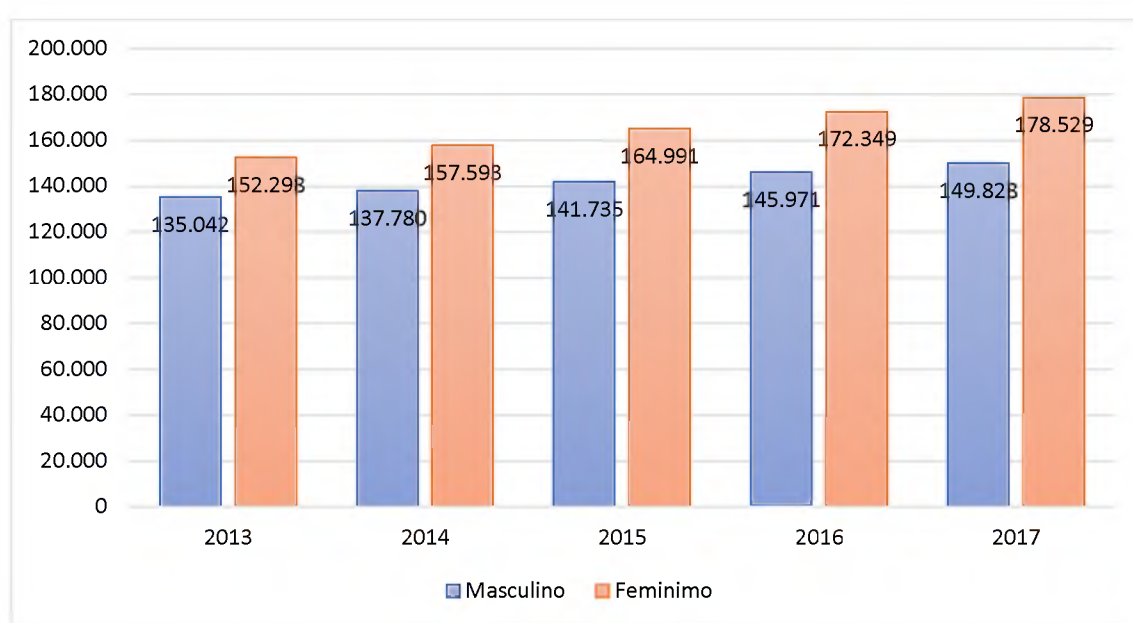
Embora hoje seja comum encontrar um número expressivo de mulheres por trás dos volantes, este espaço, enquanto categoria profissional, é ainda destinado ao público masculino. Ao fazer um levantamento do número de Carteira Nacional de Habilitação (CNH), emitida pelo Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (DETRAN-MS), com relação a homens e mulheres, nos últimos cinco anos, pode-se perceber que com relação à primeira habilitação o número de mulheres que tirando CNH categoria “A e B” é maior do que o número de condutores homens, como mostra os gráficos abaixo:

Gráfico 1- Número de CNH categoria "A" expedida pelo DETRAN-MS



Fonte: Informações fornecidas pelo Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (DETRAN-MS)

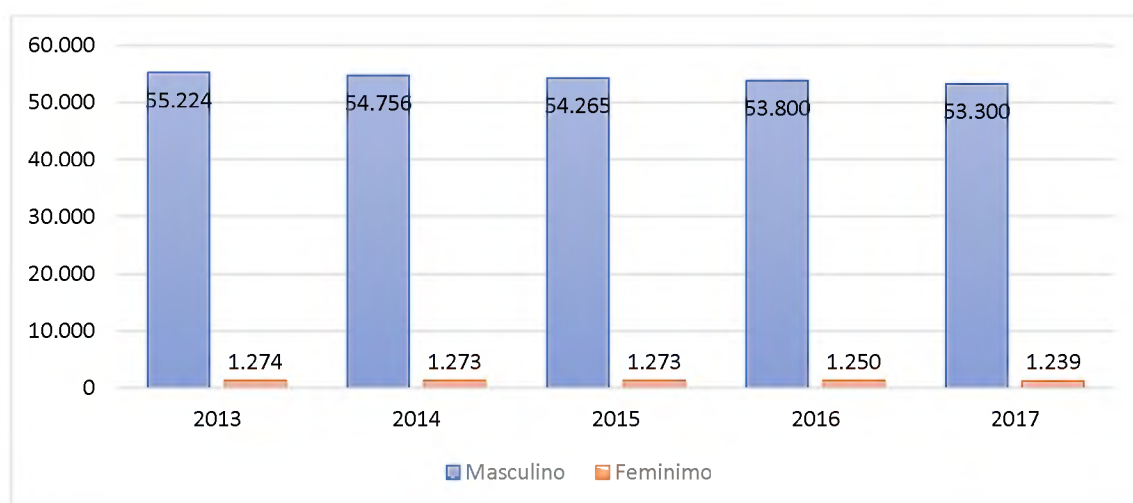
Gráfico 2- Número de CNH categoria "B" expedida pelo DETRAN-MS



Fonte: Informações fornecidas pelo Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (DETRAN-MS)

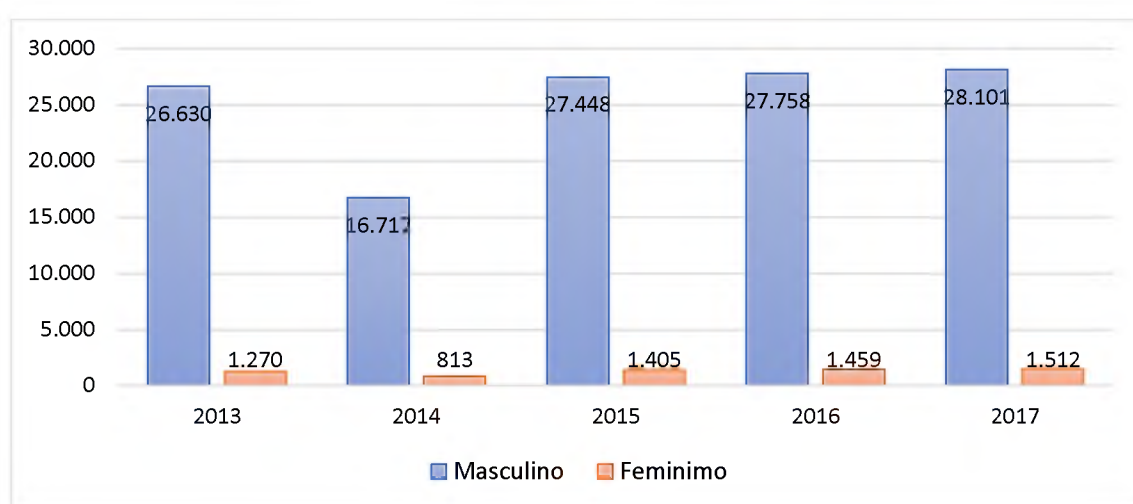
Mesmo que o número de mulheres que tiram a primeira habilitação, principalmente para poder dirigir moto e/ou carro é igual ou superior ao número de homens, é nítido que a busca pela CNH ainda esteja relacionado às obrigações domésticas, tais como levar os filhos na escola, fazer compras, pagar contas, no qual, contribui para que seja naturalizado que as mulheres dirijam. É possível afirmar que o número de homens tirando CNH categoria "C, D e E" é superior ao número de condutoras mulheres.

Gráfico 3- Número de CNH categoria "C" expedida pelo DETRAN-MS



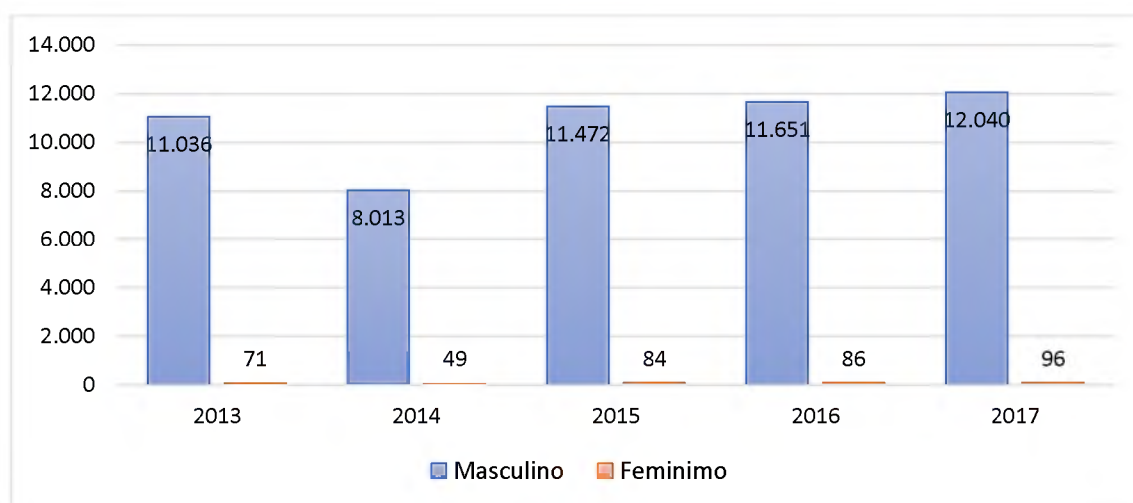
Fonte: Informações fornecidas pelo Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (DETRAN-MS)

Gráfico 4- Número de CNH categoria "D" expedida pelo DETRAN-MS



Fonte: Informações fornecidas pelo Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (DETRAN-MS)

Gráfico 5- Número de CNH categoria "E" expedida pelo DETRAN-MS



Fonte: Informações fornecidas pelo Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul (DETRAN-MS)

Com os dados, podemos perceber que o número de homens que conduzem veículos de grandes portes, tais como caminhões, ônibus e carretas, ainda é superior que o número de mulheres. O número de mulheres com CNH “D” tem aumentado nos últimos anos, uma vez que hoje é muito comum encontrar mulheres que conduzem ônibus urbanos e vans escolares. Diferentemente dos dados encontrado nas categorias “C e E”, que são para conduzir caminhões e carretas, mesmo que esses números sejam bem inferiores, hoje eles já mostram que assim como Galega, outras mulheres transgridem e ocupam essas profissões, outrora tidas como profissões de homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que as mulheres conquistem o seu espaço na esfera pública, ainda se faz necessário problematizar a divisão sexual do trabalho, uma vez que a construção do fator biológico feminino deixou marcas indeléveis na construção social, principalmente no que tange à questão do trabalho feminino.

Por mais que as mulheres tenham conquistado os espaços públicos, a construção binária francesa, do século XVIII, da divisão sexual do trabalho, nas ocupações de homens nos espaços público e mulheres nos espaços privados, em pleno século XXI, no Brasil, ainda continua permeando os discursos machista² e burguês³. Esses discursos são carregados de argumentos construídos em torno do biológico, e faz com que a segregação ocupacional reflita nas oportunidades de emprego que se apresentam para a mulher no mercado de trabalho.

Ainda que para as mulheres de classes mais elevadas as esferas públicas e privadas foram construídas de forma separada, para mulheres de classes baixa, esses espaços se completam, visto que muitas atividades econômicas que são finalizadas nos espaços públicos, se iniciam no âmbito privado e/ou vice-versa.

Podemos concluir que as Tecnologias de gênero, tais como a produção cinematográfica, vêm inspirando as mulheres a transgredir e romper com esse discurso heteronormativo imposto ao trabalho feminino. As histórias de vidas de um pequeno grupo de mulheres que trocaram a cozinha pela boleia do caminhão, tenha influenciado Gabriel Mascaro a escrever o roteiro do filme *Boi Neon* e contar a história de Galega. Hoje, estudar gênero nos ajuda a pensar como pode ser concebido o trabalho feminino por intermédio da inclusão e da equidade de gênero. Faz com que um algum dia, elas tenham suas próprias carreiras, filhos, sobrenomes - sem depender das relações sociais impostas outrora.

Referências

AZEVEDO, Paula Tatiane de. Cinema. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Org). *Dicionário Crítico de gênero*. Dourados. Ed. UFGD, 2015.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ROSEMBERG, Fúlvia. A Mulher e o trabalho. In: _____ (Org). *Trabalhadoras do Brasil*. Taubaté: Brasiliense, 1982.

COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: A construção do corpo feminino da história*. Dourados: Ed. UFGD, 2014.

DE CARLI, Ana Mery Sehbe. *O corpo no cinema: Variações do feminino*. Caxias do Sula: Edusc, 2009.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações de sexo. In: HIRATA, Helena (Org). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) *Tendências e Impasses – o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LYPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MATOS, Maria Izilda; Borelli, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Maria Joana. *Nova História das mulheres no Brasil*. 1.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.

LINHARES, Juliana. *Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/> Acesso em: 01 de agosto de 2017

PERROT, Michelle. Figuras e Papeis. In: _____. *História da vida privada 4: Da Revolução Francesa a Primeira Guerra*. Tradução de Bernardo Joffily. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e Sexualidade. In: PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. 10.ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

RIBEIRO, Djamila. *Bela, recatada e do lar: matéria da 'Veja' é tão 1792*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bela-recatada-e-do-lar-materia-da-veja-e-tao-1792> Acesso em: 01 de agosto de 2017

BOI NEON. Direção de Gabriel Mascaro. Produção Brasil, Uruguai e Holanda, 2015. DVD.

Artigo recebido em 5 de março de 2018

Aceito para publicação em 10 de outubro de 2019

¹ Segundo a autora define essa categoria corpos emergente, inquieto ansioso, com preocupações existenciais, é ótima em representar verdades humanas. As atrizes não são as gostosas, mas as verdadeiras atrizes, para quem atuar é a própria recompensa. [...] Todos eles que abordam as modificações na vida da mulher pós-feminista. (DE CARLI, 2009, p. 79-161)

² *Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”*: A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice.

“Bacharel em direito sem nunca ter exercido a profissão, Marcela comporta em seu *curriculum vitae* um curto período de trabalho como recepcionista e dois concursos de miss no interior de São Paulo (representando Campinas e Paulínia, esta sua cidade natal). Em ambos, ficou em segundo lugar. Marcela é uma vice-primeira-dama do lar. Seus dias consistem em levar e trazer Michelzinho da escola, cuidar da casa, em São Paulo, e um pouco dela mesma também (nas últimas três semanas, foi duas vezes à dermatologista tratar da pele)”. <http://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>.

³ *Bela, recatada e do lar: matéria da 'Veja' é tão 1792*. A intenção é enaltecer Marcela Temer como a mulher que todas deveriam ser, à sombra, nunca à frente.

<https://www.cartacapital.com.br/politica/bela-recatada-e-do-lar-materia-da-veja-e-tao-1792>

A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO ATRAVÉS DOS CASOS DE RAPTOS CONSENTIDOS NA PARAÍBA NAS DÉCADAS DE 1920-1940.

VIOLENCE IN GENDER RELATIONS THROUGH THE CASES OF CONSENTED ABDUCTIONS IN PARAIBA IN THE DECADES OF 1920-1940.

Rosemere Olímpio SANTANA*

Resumo: O presente artigo pretende discutir como a violência esteve atrelada as relações de gênero na Paraíba especificamente na prática dos raptos consentidos. O rapto era comum não só na Paraíba como no Brasil, era acionado quando por algum motivo não era permitido o relacionamento entre o casal apaixonado e era realizado com o consentimento da raptada. Mesmo assim, a prática do rapto consentido em diversos documentos e representações da época elencam o lugar do masculino como protagonizante das histórias e nos ajudam a problematizar os vários lugares de violência que dependendo do documento e da ocasião eram legitimados ou criticados. Para análise desse artigo trabalhamos com cordéis, processos-crimes e música nas décadas de 1920 a 1940.

Palavras-chave: violência; relações de gênero; Paraíba; raptos consentidos.

Abstract: This paper intends to discuss how violence was linked to gender relations in Paraíba, specifically in the practice of consenting abduction. The kidnapping was common not only in Paraíba but also in Brazil, it was triggered when for some reason the relationship between the couple in love was not allowed and was carried out with the abducted consent. Even so, the practice of consented abduction in several documents and representations of the time list the place of the male as the protagonist of the stories and help us to problematize the various places of violence that depending on the document and the occasion was legitimized or criticized. For analysis of this article, we work with *cordel*, crime-processes, and music in the decades of 1920-1940.

Keywords: violence; gender relations; Paraíba; abductions.

Por muito tempo a força e o domínio estavam associados à violência, era difícil pensar na manutenção de determinado poder sem o medo, fosse ele físico ou simbólico e a violência era mais um meio de legitimá-lo. Na Paraíba nas décadas de 1920 a 1940, conceitos como força, domínio, poder e violência eram comuns ao acompanhar as discussões políticas e também de gênero. A violência era marca pertencente ao campo do masculino e muitas vezes, era tida como qualidade determinante de força e valentia. No entanto, essas percepções começam a ser questionadas com os discursos que acompanham o desejo de uma sociedade moderna e civilizada.

* Doutora em História – Universidade Federal Fluminense – UFF. Rio de Janeiro, RJ. Professora Adjunta na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Cajazeiras, PB. E-mail: rosemere.o.santana@hotmail.com

Essas discussões estavam presentes na Paraíba em várias práticas, entre elas na prática do rapto consentido. O rapto era comum não só na Paraíba como no Brasil, era acionado quando por algum motivo não era permitido o relacionamento entre o casal apaixonado. O rapto consentido como o próprio nome afirma, não era realizado contra a vontade de um dos envolvidos, era combinado previamente e o mais comum era o homem raptar a jovem, no entanto, isso não significa que ela não tinha participação ativa, pelo contrário, muitas vezes, eram elas que planejavam toda a fuga.

Mesmo assim, a prática do rapto consentido em diversos documentos e representações da época elencam o lugar do masculino como protagonizante das histórias e nos ajudam a problematizar os vários lugares de violência que dependendo do documento e da ocasião eram referenciados ou criticados. Para análise desse artigo trabalhamos com cordéis, processos-crime e música.

O conceito da palavra rapto nem sempre foi claro sendo importante historicizarmos os usos e entendimentos da mesma, percebendo as possíveis continuidades em torno dela. Vigarello (1998) em *História do estupro* cita um caso ocorrido em 1708, no *ancien regime*, quando uma jovem de Arles acusou um certo Joubert de tê-la “conhecido” à força na casa do pai dela. (VIGARELLO, 1998, p. 53). Analisando este fato e levando em consideração preceitos contemporâneos, senti que esta experiência seria, entre nós, no contexto social atual, facilmente caracterizada como um estupro e classificada como crime. No entanto, tal crime, na época, foi classificado como rapto, mesmo na condição de estar a vítima em sua própria casa.

Vigarello (1998), em sua pesquisa sobre a história do estupro entre os séculos XVI e XX, analisa também a mudança de sentido do termo rapto. Segundo o autor, o rapto estava associado, no *ancien regime*, ao estupro. Isto porque raptar significava tomar posse, arrebatando, tomar o corpo da mulher para si, já que ela não tinha domínio sobre o próprio corpo. O estupro não significava uma ofensa direta à mulher, mas sim ao marido, pai ou tutor:

Sequestro e estupro se confundem nas definições. A de Bouchel, em 1671, “quando as virgens donzelas ou viúvas são por força violadas ou levadas é propriamente chamado raptus”. A de Gay de Rousseau de La Combe em 1760, “Segundo a disposição do direito, eles são chamados raptus e são combinados na fixação das penas”. Mesma palavra rapto, no conjunto dos costumes antigos, ‘raptos de mulheres não publicas serão punidas de morte’. Enfim, mesma palavra nos índices dos tratados de ‘matéria criminal’, para qualificar conjuntamente atos de seqüestro e atos de estupro. (VIGARELLO, 1998, p. 53).

O fato de o rapto estar associado ao estupro não significava que não havia diferenças entre os dois termos (rapto e estupro). Os próprios juizes afirmavam que o sequestro, a

locomoção da vítima para outro lugar, não qualificava, por si só, o estupro. No entanto, o vocábulo rapto estava carregado de sentidos e, desde a Idade Média, guardava uma cumplicidade com o termo estupro, associando a violação de uma mulher à ação de arrebatá-la. “Conseqüência derradeira da imagem do rapto, o estupro é ato de sexo, tanto quanto ato de posse, exercício direto de uma ascendência, marca de um poder” (VIGARELLO, 1998, p. 55).

Neste sentido, no *Ancien Regime* o rapto poderia ser classificado como violência ou como sedução. O rapto por violência estava associado à posse, à apropriação do corpo da mulher; os efeitos da violência não interessavam, a dor da vítima não importava. Esta relação de poder, a partir do corpo da mulher, era tão forte que o rapto de violência, em princípio, era pensado em relação ao sequestro, a posse de outro homem de algo que não lhe pertenceria, ou seja, a mulher. A lesão produzida, por seu turno, atinge apenas o homem, o “dono da mulher” que não tinha posse de si mesma, sendo, portanto, o seu responsável o maior ofendido. Já o rapto por sedução seria considerado menos grave se comparado ao rapto por violência.

As distinções parecem claras, mais grave seria o ‘rapto de violência’, realizado pela coação e pelo sangue, p. menos grave seria o rapto de sedução, feito pela simpatia e pela persuasão. O decreto sobre questões criminais de 1670 faz do rapto por força e violência, ao contrário do rapto de sedução, um caso do rei, que escapa aos juízes subalternos e não tem qualquer remissão de pena. O autor de um rapto de violência não poderia obter perdão, enquanto o autor de um rapto de sedução poderia obtê-lo. O conjunto das jurisdições confirma, em 1707, o duque Leopold de Lorraine se compromete a não conceder ordem de perdão para os raptos cometidos por força e violência. (VIGARELLO, 1998, p. 55).

Entretanto, esta ideia da posse da mulher começou a ser revista. Segundo Vigarello (1998), as preocupações com os casos de gravidez ilegítima se tornaram importantes para evitar o infanticídio e o aborto, razão pela qual as mulheres grávidas deviam declarar sua gravidez e indicar quem era o pai da criança, assim como informar o motivo da gravidez, caso fosse ilegítima: se por violência ou sedução.

A sedução começou, então, a ganhar outro sentido, passando a ser considerada mais perigosa do que a violência, pois poderia roubar não só o corpo como a alma. Nesta perspectiva, o possuidor legítimo da mulher temia mais a sedução, porque o ato seria voluntário. Sendo vítima da violência haveria uma possibilidade de a mulher fugir ou de se defender; havendo sedução, isto seria mais difícil.

Gravidade maior se não diabólica, na qual o dicionário de direito de Ferrière insiste ainda em 1749, o rapto de sedução é mais perigoso do que o rapto de violência, porque é mais difícil de evitar. Efetivamente, a alma resiste ao rapto de violência, pode-se escapar das mãos dos ladrões, enquanto isso é menos possível quando a alma de uma jovem pessoa está subjugada pela sedução. (VIGARELLO, 1998, p. 58).

Na França, o rapto só se desvinculou do estupro, pelo menos teoricamente, a partir da Constituição de 20 de julho de 1789. Se o rapto figurava como posse, como roubo, era porque atingia o proprietário do que foi tomado - do pai, marido, irmão ou tutor. Isto mudou quando a *Declaração dos Direitos Humanos* prescreveu que “todo homem é o único proprietário de sua pessoa e essa propriedade é inalienável”, contando com significativos protagonismos feministas daquele tempo e depois dele. A idéia de posse, roubo e rapto se desvinculou do estupro, mas Vigarello (1998) alerta que tal mudança foi, em parte, apenas teórica, porquanto os costumes se impõem acima da lei e a idéia de que a ofensa à vítima atingia primeiro os seus tutores prolongou o poder deles. Estas referências oferecem um contraponto para a análise da prática do rapto consentido e das discussões travadas no Brasil nos códigos penais e em suas mudanças.

No caso brasileiro, o *Código Penal* de 1830 substituiu a parte criminal (livro 5) das Ordenações Filipinas portuguesas de 1603, e foi considerado o primeiro código penal autônomo da América Latina. Caulfield (2000) afirma que os princípios fundamentais do *Código Penal* de 1830 revelaram a inspiração de seus autores no Direito clássico que estava começando a prevalecer na Europa. Além disto, o desejo de eliminar os resquícios do regime colonial fez com que os primeiros juristas do império brasileiro apoiassem o novo código que, segundo a autora, ainda teve como objetivo amenizar os excessos penais da Igreja e do Estado medieval,

A codificação das leis penais em 1830 visava a resolver estes problemas. Partindo da premissa de que a lei somente poderia sacrificar a liberdade individual em função de um bem-estar social maior, o código de 1830 especificou o ‘bem social comum’ garantido pela repressão de cada ‘alto criminoso’ e estabeleceu a igualdade da ‘responsabilidade criminal’ para todos, independentemente da identidade do infrator, com algumas exceções cruciais. (CAULFIELD, 2000, p. 58).

No entanto, na prática, os juristas não conseguiram definir as categorias jurídicas e as instituições, posto que as normas sociais e a legislação civil diferenciavam os direitos dos indivíduos com base nas relações de gênero e na condição social, por meio das instituições da família e da escravidão. Por esta razão os legisladores achavam impossível codificar o Direito civil, apesar dos esforços de sucessivas comissões jurídicas. Na falta de um código civil, cuja criação só foi possível em 1916, as Ordenações Filipinas de 1603 (livro 1 a 4) vigoraram, sendo modificadas por decretos imperiais.

Estudos remetem ao rapto no período colonial, como o trabalho de Suely Creusa Cordeiro de Almeida (2005), *Família, rapto e transgressão no setecentos em Pernambuco*. A autora analisa o rapto como uma das “múltiplas formas de resistência feminina diante das regras morais de bem viver, ditadas pelas famílias fidalgas da colônia” (ALMEIDA, 2005, p. 148). O

concílio Tridentino, ao deliberar sobre as punições daqueles que cometessem raptos, classificou o crime como “gravíssimo”, punindo o raptor e quem o ajudasse com a excomunhão; não fazia diferença se o rapto fosse por sedução ou por violência. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva (1984), não havia casamento enquanto a raptada permanecesse em poder do raptor, e logo que tudo se regularizasse a mulher deveria ser dotada. (SILVA, 1984, p. 77).

Mesmo depois de algumas décadas, em 1830, com o *Código Penal* em vigor, algumas continuidades ainda permaneceram. Embora as mudanças já fossem visíveis como as presentes no *Código Penal* de 1830, as penas pelos crimes sexuais foram reduzidas. Os estupradores, que antes recebiam a pena de morte pelas Ordenações Filipinas, passaram a receber condenações, que iam de três a doze anos de prisão. As Ordenações obrigavam o homem que praticasse relações sexuais com mulher virgem ou viúva honesta por sua vontade a desposá-la ou dar-lhe um dote, do contrário, era degredado. O *Código Penal* de 1830 manteve o pagamento do dote, mas o casamento com a ofendida liberava as condenações por crime sexual. Nas Ordenações, esta lei só valia para sexo consensual, e não para estupro. (CAULFIELD, 2000, pp. 60-61).

Já com o *Código Penal* de 1890 em vigor, influenciado pelos ideais positivistas, os juristas brasileiros acreditavam ser possível o aperfeiçoamento social e racial da população como modo de intervir no desenvolvimento físico e moral da nação. Quanto às ofensas sexuais, elas figuravam como crime contra “a segurança da honra e honestidade das famílias”. O *Código Penal* de 1890 reduziu o tempo máximo de prisão por estupro (de 3 a 12 anos para 1 a 6 anos), incluindo a relação sexual consensual com moças menores de 16 anos e eliminando a lei que punia sedução de mulheres adultas honestas.

Quanto aos crimes de defloramento por meio de sedução, engano ou fraude, consideravam-se vítimas mulheres de até 20 anos. O objetivo mais importante que movia os juristas brasileiros, no *Código Penal* de 1890, era punir os crimes sexuais, principalmente o defloramento, “protegendo um princípio moral e não, somente, uma marca fisiológica”. O maior obstáculo foi estabelecer quais seriam estes princípios morais, principalmente no período denominado de moderno. No *Código Penal* de 1890, que vigorou em todo o período analisado, o rapto consentido foi enquadrado no capítulo II e no art. 270, da seguinte forma:

Tirar do lar domestico, para fim libidinoso, qualquer mulher honesta, de maior ou menor idade, solteira, casada ou viuva, attrahindo-a por seducção ou emboscada, ou obrigando-a por violencia, não se verificando a satisfação dos gosos genesicos, Pena - de prisão cellular por um a quatro annos.

E continua,

§ 1º Si a raptada for maior de 16 e menor de 21 annos, e prestar o seu consentimento, Pena - de prisão cellullar por um a tres annos.

§ 2º Si ao rapto seguir-se defloramento ou estupro, o rapto incorrerá na pena correspondente a qualquer destes crimes, que houver commettido, com augmento da sexta parte (Código penal de 1890).

Percebemos assim que se o rapto acontecesse sem o defloramento a pena variava de um a quatro annos; com o consentimento da vítima a pena diminuía para, no máximo, três annos, desde que a vitima fosse maior de 16 e menor de 21 annos. No entanto, a pena poderia aumentar caso fosse provada a existência de relações sexuais, mesmo com o consentimento. Todos os crimes de raptos analisados nesta pesquisa estão incursos no art. 270, mas alguns eram agravados pelos art. 271, 272, 273, 267; este último consistia em “deflorar mulher de menor idade, empregando seducção, engano ou fraude, Pena - de prisão cellullar por um a quatro annos” (Código penal de 1890).

Assim, reafirmando a observação de Vigarello (1998), as mudanças com relação ao rapto eram em parte apenas teóricas, pois os costumes se impunham acima da lei. De acordo com o *Código Penal* de 1890, em seu art. 271, se o raptor restituísse a liberdade da raptada devolvendo-a para a sua casa ou colocando-a em lugar seguro à disposição da família, a pena era reduzida para até seis meses; caso contrário, a pena poderia chegar a doze annos. Tal punição seria reduzida se fosse reconhecido o poder do pai ou tutor, ou seja, se a raptada fosse devolvida, ainda virgem, assim, o raptor mostraria esse reconhecimento devolvendo intacto algo que não lhe pertencia.

A idade da mulher também influenciava na escolha da penalidade adequada para o crime de rapto. O art. 272 do código penal de 1890, determinava que se a raptada fosse menor de 16 annos o rapto não poderia ser por seducção e sim por violência, pois a mulher ainda não teria condições psicológicas nem mesmo para ser seduzida.

Como na legislação anterior, o *Código Penal* de 1890, no art. 276, obrigava o raptor a dotar a suposta ofendida quando esta fosse deflorada ou estuprada, comprovando antes a sua honestidade, mas a realização do casamento parecia ser a melhor opção. Em alguns casos, quando a família não aprovava de forma alguma o casamento, a solução era casar imediatamente a raptada com outro homem.

Esta breve discussão sobre as penalidades e sobre o *Código Penal* nos permite perceber que o corpo feminino ainda era entendido como posse do masculino, qualquer “mal” cometido a ele, agredia em princípio ao pai, irmão, tutor, ao Estado. Se os dispositivos que regem esse domínio não são mais pautados na violência, se as instituições assumem o lugar de disciplinar através das normatizações dos comportamentos amorosos e sexuais, pautadas em um discurso

modernizador, não podemos esquecer que outros comportamentos ainda persistiram e que continuidades permaneceram e que as mulheres ainda eram alvos de violências físicas e morais.

Não é incomum perceber através dos documentos analisados, como os cordéis, por exemplo, que a violência paterna prevalecia sobre a vontade da filha e da esposa, sendo necessário outro homem para contrapor esse domínio, mas não um homem comum, deveria ser viril, másculo, valente e destemido, com muitas histórias sobre mortes e lutas.

Selecionamos alguns cordéis que circularam no Nordeste no período de 1920 a 1940 para analisar algumas dessas questões. Sabemos que a literatura de cordel tinha uma circulação ativa, inclusive no interior nordestino; número de tipografias que funcionaram naquele período mostram a popularidade e o consumo dessa literatura.

Embora o título de popular acompanhe esse documento não o compreendemos como representação do pensamento popular. Segundo Maria Ângela de Faria Grillo (2008), os cordéis se referiam à preocupação e ao contexto social dos poetas, leitores e ouvintes. Além de tratar de eventos sociais, econômicos e políticos, os cordéis também supriam a escassez de informações, principalmente no sertão nordestino. Ainda segundo Grillo (2008), os cordéis, na primeira metade do século XX, tiveram um aumento de produção e comercialização; como tratavam de questões presentes no cotidiano vivido, são comuns folhetos tratando de questões que inquietavam aquele período e que, portanto, tinham um público consumidor.

Estes folhetos discorrem sobre a modernidade e as mulheres, sobre a mudança de lugares na sociedade e, como não poderia deixar de ser, tratam dos casos de raptos consentidos. Suas histórias, embora sejam ficcionais, tratam de questões comuns às vivências dos poetas e podem mostrar valores e experiências partilhadas. A maioria dos cordéis trata não só dos raptos como do amor, tema que enfatiza a busca do ideal romântico, ou seja, a busca pelo amor verdadeiro que tudo pode vencer, mas também trazem à tona a traição, as angústias, as trapaças e mentiras que uma relação amorosa pode produzir. Assim, também nos cordéis os raptos foram traduzidos como experiências do desejo transitório e ardiloso.

Os raptos consentidos não seguiam uma regra, ou seja, a ocasião fazia com que o plano do rapto se diferenciasse de outros. Nesse caso, analisaremos o rapto por encomenda, pois, discute as qualidades que os homens deveriam exercer e os defeitos que deveriam evitar. Francisco de Sales Arêda, repentista campinense, contou um caso de rapto praticado com a ajuda de terceiros no cordel *O valentão do Norte*.

Valentão do Norte era um homem que nasceu predestinado a ser corajoso e não temer a nada. Resolvia qualquer problema até mesmo matar, no entanto, mesmo sendo tão forte se sensibilizava com as causas do amor ajudando a resolver um caso amoroso.

Um dia um rapaz vizinho
Ajustou um casamento
Com a filha de um velho
Bruto que nem só um jumento
Por caso desse negocio
Deu-se um barulho cinzento

A moça para casar-se
Fugiu com esse rapaz
O seguiu no piso
Com uma tropa voraz
Deu em gente matou negro
Levou a filha pra traz.
(ARÊDA, s/d, p. 11).

Depois de recuperar a filha o pai costurou a roupa da mesma na roupa da mãe; assim, onde uma estivesse a outra também estaria e a vigilância seria total. O noivo, percebendo que o rapto não deu certo, foi pedir ajuda a outro coronel. Então, Valentão do Norte ofereceu-se para ajudar: armado de "bacamarte, punhal, facão e pistola", raptou novamente a filha do coronel. Como era de costume, a moça foi depositada na casa de alguém de confiança e cinco dias depois se casou. Não satisfeito, Valentão do Norte ainda obrigou o pai da moça a abençoar o casamento. (ARÊDA, s/d, p. 12).

Neste cordel, a ajuda de Valentão do Norte foi responsável pela concretização de um relacionamento que era impedido pela vontade do pai da moça. O noivo realizou uma primeira tentativa de rapto que não obteve êxito, mostrando também a sua coragem; no entanto, o pai da moça resolve ser ainda mais violento e ao capturar a filha, além de matar tantos outros, a submete a uma situação extremamente violenta, envolvendo a esposa. Nesse caso, foi necessário outro homem, tão valente ou mais, para realizar o rapto. Fortemente armado, pronto para qualquer situação Valentão do Norte enfrenta o pai da moça e não só, o obriga a abençoar o casamento.

Nessas situações, as mulheres figuram apenas como propriedade masculina, seja do pai ou de outros e a sua vontade só prevalece graças a intervenção de alguma figura masculina. Existem também outros casos de raptos contados pelos cordelistas em que as mulheres assumem posições cruciais no plano de fuga, sendo mais comum, histórias em que elas dependem de outros homens para serem salvas.

Não era só os cordéis que contavam casos de raptos consentidos, a música também foi outra linguagem utilizada. Na década de 1950, a música composta por Rui Moraes e Silva *Casamento aprissiguído*, cantada por artistas como Luiz Gonzaga e Ivon Cury, retomou uma temática comum e popularmente conhecida: o rapto consentido.

Embora a música composta por Rui Moraes e Silva tenha sido produzida na década de 50, o autor retomou questões de gênero ligadas a uma série de discursos que estavam sendo engendrados e debatidos pelos tratados médicos, jurídicos e sociológicos, e pela imprensa e literatura, em décadas anteriores. Além disto, Rui Moraes e Silva também era considerado um folclorista e como tal entrou em contado com as inúmeras histórias de raptos consentidos. Embora recifense, o autor viveu boa parte de sua vida na cidade de Triunfo, no sertão da Paraíba.

O enredo da música em questão conta a história de dois jovens apaixonados que pretendiam se casar, mas o pai da moça (Zé Lotero) negou o consentimento. O rapaz não encontrou outra solução para o caso a não ser raptar a moça, mas antes disto ele entrou para o cangaço.

Cheguei lá de madrugada
 Suviei pra ela ouvir
 Ela veio e disse, "Espere
 Pai faz pouco foi dormir
 Deixe ele garrá no sono, viu?
 Que é mió de nós fugir"
 Roubei a Darva e cumpri meu juramento
 No dia do casamento
 Zé Lotero veio vê
 Fizemos a paz e ele então disse sincero,
 "Home, batize de Zé Lotero
 O bruguelo que nascê!"
 O bruguelo que nascê, Zé Lotero?
 O bruguelo
 Pra ser sincero
 Seu Zé Lotero
 Negá num quero
 Faz quase um ano
 Que o bruguelo
 Já nasceu! (SILVA, 1955)

A música retoma questões presentes nas histórias dos raptos consentidos; a primeira delas diz respeito ao horário da fuga: quando todos já estavam dormindo, um sinal era acionado; nesse caso, foi um assovio. O casal fugiu sem nenhum problema aparente, porém, o que nos chama atenção na letra da música é a utilização do verbo roubar. Em vários trechos o raptor diz que vai roubar a moça, mesmo tendo dela o consentimento para a fuga.

O que prevalece neste caso de rapto é que a moça pertencia ao pai Zé Lotero, mas o raptor, antes de roubá-la, entrou para o cangaço. Por que para raptar a moça ele teve que entrar para o cangaço? Provavelmente para impor medo ao pai ou mesmo para legitimar o “roubo” da moça, a partir do campo da masculinidade. Neste caso, embora o rapto não tenha sido encomendado, teve que buscar em outro território uma legitimidade para acontecer.

O imaginário em torno do cangaço tende a legitimar a prática do rapto por violência praticado por cangaceiros, no entanto, as pesquisas mais atuais apresentam outras versões além desta. Daniel Soares Lins, no livro *Lampião, o homem que amava as mulheres, o imaginário do cangaço* (1997), observa que a fuga de “meninas-moças” para o cangaço era alimentada pela possibilidade de uma vida diferente,

O bando não precisava praticar o rapto de mulheres. Conhecidos e louvados, por muitos, como heróis autóctones e juvenis, enfeitados dos pés à cabeça, os signos de riqueza colados ao corpo como tatuagem - anéis de brilhante, lenços de seda fina -, vestidos com elegância e, em tempo de festa, com classe, p. perfumados, distribuíam ao longo de suas caminhadas e emboscadas sonhos, fantasias, promessa de riqueza e de carne erotizada. Não, ‘eles não precisavam procurar ou raptar as mulheres, estas vinham a seu encontro’. Certas jovens simularam ‘raptos’, a fim de escapar às resistências ou aos castigos dos familiares, nas classes mais favorecidas. (LINS, 1997, p. 79).

Segundo Miridan Knox Falci (2002), no artigo “Mulheres do sertão nordestino”, na maioria das vezes os raptos eram consentidos, pois as mulheres iam com os raptos por vontade própria. Nesta conjuntura, a “fuga ou rapto podia significar idéias de liberdade, vontade própria (...)” (FALCI, 2002, p. 268). Nos acampamentos, elas dividiam as responsabilidades dos serviços domésticos com os homens do bando.

Percebemos assim, que a violência relacionada ao masculino é acionada em vários casos para legitimar o domínio sob a mulher ou a disputa pela mesma. No entanto, como já mencionamos esses lugares para a masculinidade estavam sendo questionados e conseqüentemente o lugar do feminino também.

Muitas vezes, neste questionamento, a masculinidade perdida era um feito das próprias mulheres, como no cordel *As proezas de um namorado mofino*, de Leandro Gomes de Barros, reeditado várias vezes e que trata de uma proposta de rapto consentido. Zé Pitada era o nome do rapaz apaixonado por Maroca; o problema era o pai da moça, homem austero e bravo. Foi então que Pitada teve a ideia:

Disse Pitada a Maroca:
já tenho toda a certeza
que é necessario a raptar

a noite espere por mim
 que havemos de contractar
 Diga a hora que hei de ir
 eu dou conta do recado
 inda seu pai sendo fogo
 eu juro contra a minha alma
 que seu pai corre assombrado.
 (BARROS, 1924, p. 11).

Maroca não acreditou em tamanha coragem e quis testar a valentia de Zé Pitada naquele momento: fingiu escutar os passos do pai pela casa e começou a chorar. Pitada, de tanto medo, caiu no chão tremendo:

Antes eu hoje estivesse
 encerrado na cadeia
 de que morrer na desgraça
 e de uma morte tão feia
 veja se pode arrastar-me
 que minha calça está cheia.
 (BARROS, 1924, p. 12)

A reação de Maroca foi rápida: não poderia aceitar como futuro marido um homem medroso, que não fosse capaz de enfrentar os perigos por um grande amor. Assim, cobrava-se do homem valentia, coragem, ação, mesmo que tais atitudes estivessem sendo tão questionadas e ressignificadas naquele momento.

Nesse caso, os regimes de gênero de uma matriz que é masculina e masculinizante imprimem não só nos homens, mas nas mulheres também as hierarquias do gênero. Assim, não se pode negar determinada dominação masculina, mas se faz importante indagar que masculino ou que masculinidade é esta? Uma masculinidade branca e heterossexual. Assim, nos exercícios de poder nas relações de gênero, as qualidades masculinas são valorizadas, verdadeiros privilégios concedidos aos homens.

As respostas para as questões feitas acima, podem ser esboçadas no caso de rapto consentido de Maria Severina do Espírito Santo, cometido por João Portela, na Vila de Esperança, em 1928. Severina tinha 13 anos, parda. Pertencia a uma família humilde que trabalhava em uma fazenda administrada por João Portella. Era comum às fazendas terem administradores, pois os donos não conseguiam comandar todas as propriedades sozinhos. Além disto, no final do século XIX a vida urbana já começava a seduzir os grandes proprietários. Câmara (1999) assevera que esta imagem positiva da cidade teve início a partir de uma prática que parecia comum no Brasil: os filhos de fazendeiros e de outros profissionais com alto poder aquisitivo iam estudar fora do país ou em cidades mais “adiantadas”, como

Recife e Salvador. Ao retornarem para as suas cidades, como Campina Grande, não queriam mais voltar a residir nas fazendas.

Desta forma, a administração das fazendas ficava a cargo de um funcionário que quase sempre tinha autonomia para interferir no cotidiano delas. João Portella provavelmente se aproveitou desta posição para aproximar-se da família de Severina e frequentar a casa dela para fazer as refeições. Ele era casado e morava em um distrito de Campina Grande chamado Barro Vermelho; além disto, ele se denominava como criador e talvez criasse animais nas terras que administrava. A família de Severina foi avisada sobre o comportamento de João, apontado como sedutor por todos que o conheciam. O pai da raptada, sabendo desta fama de João, resolveu se mudar para uma casa mais distante, o que não impediu as visitas do sedutor.

Não sabemos exatamente se este foi de fato o motivo para a mudança, pois João continuou a frequentar a casa da família. Segundo Severina, nestas visitas João oferecia para ela “presentes de caixa de pó e prometeu dar-lhe vestido, dinheiro, gado para ela ir morar em sua companhia, jurando que ninguém iria bolir com ela, mesmo assim este continuava a seduzi-la frequentando a casa de seu pai”. (Processo s/n, 1928).

Não demorou muito e o rapto foi combinado para que acontecesse na noite do dia 24 de outubro; Severina fugiu através do vão de uma meia parede, pois era comum que as casas não possuíssem paredes até o telhado.

É interessante observar que entre as promessas que João faz à raptada não constava o casamento, possivelmente porque ele já era casado e Severina talvez soubesse disto. Ele pediu para ela “ir morar em sua companhia”, mas não para casar-se com ele, e reforçou o seu pedido com presentes que, certamente, faziam parte dos desejos de uma menina de 13 anos, doméstica, analfabeta, pobre e vivendo uma vida difícil.

Assim, nos casos de raptos e de sedução também estavam em jogo as promessas materiais, como visto no caso de Áurea Batista em 1939, acontecido em Campina Grande. Para o advogado que defendia o possível sedutor Joaquim de Andrade Lima, o crime de sedução não era válido. Ele era um comerciante considerado honrado porque tinha família. Áurea sabia que o sedutor era casado; então, como ela poderia ter se enganado quanto às intenções o sedutor?

Com muito critério decidiu o tribunal, pois, como nos ensina Viveiros de Castro, a possibilidade de casamento e a sua promessa são os únicos motivos de sedução, e, se não existe essa possibilidade não pode haver sedução (...) Vamos ver o que diz a ofendida, diz esta, no seu depoimento, perante a polícia, que nunca namorou com o acusado, que este, caso fossem satisfeitos os seus desejos sobre ela, lhe daria uma casa, que a sedução do acusado foi tão grande que ela foi vencida. Se é verdade esta história, a acusada trocou a sua honra por uma casa, em promessa, e, neste caso, como pondera Viveiros de Castro,

houve um negócio e não uma sedução...(Processo crime de defloramento - sem número, 1939 – página 79).

Embora Áurea seja descrita pelo advogado com uma mulher sem moral, que negociou a sua honra por uma casa e não pela promessa de um lar familiar, o sedutor foi considerado culpado. Severina também parece ter aceito fugir com João Portela em busca de uma situação melhor de vida, o que não significava que nestes casos de raptos consentidos não existissem outros afetos além dos interesses materiais.

Diante do exposto, como a justiça interpretaria o caso de rapto de Severina? Não houve promessa de casamento e, depois da fuga, João Portella e Severina foram para uma das casas da fazenda que João administrava e lá passaram toda a noite. Logo pela manhã, a polícia e o pai da raptada saíram em busca da moça. Ela foi encontrada trancada em silêncio dentro da casa; segundo o depoimento prestado pela raptada, ela ficou sem comer, quieta para não fazer barulho e impedida de acender fogo para que ninguém percebesse a sua presença. Talvez João não contasse com a denúncia do pai de Severina, pois as testemunhas afirmavam ser comum o envolvimento do raptor em casos de sedução.

O que intriga, neste caso, são as visitas que o raptor fez à casa de Severina; mesmo depois que a família mudou de residência para bairro distante, João visitou a casa no domingo e na segunda que antecederam o rapto, para que na terça-feira à noite fugisse com Severina. Algumas horas depois do rapto, a senhora Severina Marinha do Espírito Santo, a mãe de Severina, indo ao quarto percebeu a fuga da filha. Ela estava sozinha em casa, pois o marido também trabalhava como almocreve e estava viajando. Logo, Severina deve ter aproveitado este momento para a prática do rapto.

O resultado do julgamento também intriga neste caso. Mesmo com o exame de corpo de delito comprovando que o defloramento foi praticado com violência; com o cárcere privado de Severina, trancada na casa da fazenda administrada por João Portella; com informações de testemunhas e da família sobre as visitas constantes do raptor para seduzir a moça, além da fala da própria raptada denunciando quem a raptou, João não foi considerado culpado.

O júri entendeu que não havia provas para culpar João dos crimes de rapto e de estupro. Perguntamo-nos se o fato de Severina ser parda, ter cabelos crespos e ser de uma família muito pobre pesou no julgamento em questão. Segundo Caulfield, os juristas evitavam nos processos crime estabelecer uma interpretação relacionada aos padrões raciais da época, o que nem sempre acontecia:

A ausência de racismo no direito brasileiro, juízes promotores e a polícia podiam usar o seu poder interpretativo nos julgamentos sobre honra sexual, de forma que lhes permitisse esposar a democracia racial e talvez até acreditar nela, ao mesmo tempo em que praticavam a discriminação racial (CAULFIELD, 2000, p. 272).

Não temos informações sobre os critérios utilizados pelo júri no caso de Severina. Tivemos acesso apenas à fala da promotoria que não apresentou dúvidas sobre a culpa do acusado, principalmente com os depoimentos das testemunhas sobre o comportamento dele ao seduzir as mulheres daquela região, mas nada foi mencionado com relação à cor da raptada, embora Severina seja descrita no exame de corpo de delito como parda e de cabelos crespos. As denominações na época para a cor de pele dos envolvidos não era precisa, como também aponta Caulfield: “a categoria pardo incluía uma variedade de tipos reconhecidos pelos brasileiros como uma mistura de negros, índios e descendentes de europeus, que não eram reconhecidos oficialmente pelas autoridades como brancos nem como negros”. (CAULFIELD, 2000, p. 282).

Se João Portella compartilhava da ideia de muitos homens do Brasil, nas décadas de 1920 a 1940, de que as mulheres negras eram “boas para manter relações sexuais e não para casar”, então Severina se encaixava na primeira opção. Assim, embora a palavra “raça” nunca fosse mencionada na maioria dos casos envolvendo mulheres pardas ou negras, as atribuições de cor estavam geralmente associadas a características morais e sociais. Assim, como aponta Caulfield (2000) em sua pesquisa, à medida que a cor da vítima fosse mais escura, a probabilidade de pronúncia aumentava e a de condenação do réu diminuía; quando esses indicadores eram associados à condição econômica reforçava ainda mais esse padrão.

Não temos como confirmar as motivações que inocentaram João Portella de um crime que parecia indubitavelmente ter sido cometido por ele; não temos maiores informações sobre quem compunha o corpo de jurados naquele julgamento, muito menos o que estes jurados pensavam, se eram amigos do acusado ou se compartilhavam das idéias que giravam em torno de relacionamentos amorosos quando um dos pretendentes era considerado inferior ao outro, seja por questões financeiras ou raciais.

Maria Aparecida Prazeres Sanches (2010), em sua tese *As razões do coração, namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo-afetivas em Salvador 1889/1950*, analisa que nos casos de sedução ou defloramento, quando a mulher era negra, parda ou mestiça, o acusado recusava-se em realizar o matrimônio, como visto no caso de Almerinda Cardoso e Silva de 18 anos, mestiça/parda que mantinha um relacionamento de 8 meses com Mário Alves de Santana, funcionário público de 23 nos. Embora Mário não mencionasse a cor da moça como

impedimento ao casamento, as testemunhas afirmavam que a rejeição demonstrada por ele era baseada na estética, pois Almerinda era "parda, gorda e baixa" e "inferior e preta". (SANCHES, 2010, p. 352).

No caso de rapto de Severina, talvez os jurados se aproximassem desta interpretação. Não era incomum em casos parecidos com este que a sedução fosse interpretada como “quase inviável”, ou seja, nenhuma moça poderia acreditar em uma promessa de sedução quando o sedutor era um homem economicamente superior a ela e casado; atrelados a isto estaria o impedimento com conteúdo racial.

O conteúdo racial presente no rapto de Severina por João Portella não constava apenas nas páginas criminais, já que os cordéis também perpassam por essa discussão como visto no cordel *José de Souza Leão*, escrito por João Ferreira de Lima, publicado provavelmente entre 1929 a 1941. A história trata de um rapto consentido envolvendo um negro que só foi nomeado no título do cordel e no seu desfecho, sendo apenas mencionado como negro ao longo do enredo. A sua fama de valentia era amplamente conhecida, mas ao cometer um crime no Amazonas (matou o comandante a quem servia) o negro fugiu para Bolívia.

O negro conseguiu emprego na Bolívia onde acompanhou um capitão argentino que passava por ali; ambos se encantam por Maria, filha de um homem poderoso. Maria não aceitava nenhum pretendente até mudar de ideia ao ver o capitão:

este dito capitão
já tinha sido solteiro
casou-se no ano de quinze
no dia dez de janeiro
só amava a duas cousas moça bonita e dinheiro.
(LIMA, S/d, p.6).

Ao se apresentar ao pai de Maria, o capitão enfatizou ser rico, mas não disse ser casado. Para ele o dinheiro poderia comprar tudo, e inclusive apagar um erro como o dele.

Lhe disse o criado é,
não passa de um asneira,
homem guardar castidade
não se dá mais leseira
o senhor pode casar-se
dez doze vezes, que queira.
(LIMA, S/d, p.6).

Para o capitão, era possível e aceitável um homem casar quantas vezes quisesse, pois não cabia aos homens “guardar castidade”. O conflito do enredo teve início quando o pai da

noiva não permitiu o casamento, pois o capitão era estrangeiro. Por isto, o capitão planejou o rapto com a ajuda do negro prometendo-lhe pagar uma fortuna em troca do apoio,

pois bem disse o capitão
me entrega esta cartinha
quero que faça o favor
de entrega-la a mariquinha
se ela disser que foge
vai voce e a mocinha

o negro levou a carta
e deu a dona maria
ela quando leu sorriu
lhe respondeu que fugia
fizesse por sair logo
que demora não servia.
(LIMA, S/d, p.12).

O capitão arquitetou o plano e alugou um aeroplano,

disse caetano
eu alugo mesmo sem lhe conhecer,
pra raptar uma moça
faço o que posso fazer
só lhe custa trinta contos
por menos não pode ser.
(LIMA, S/d, p.6).

O dono do aeroplano se animou para alugá-lo, principalmente depois de ficar sabendo que equipamento seria utilizado para raptar uma moça, alimentando o rapto enquanto prática para a realização de um amor proibido, e por isto merecedor de todo apoio:

o capitão disse ao negro
por esta forma assim
vá diga a dona Maria
que a tarde venha ao jardim
e a meia noite em ponto
esteja esperando por mim

eu vou daqui em um carro
como quem vai passeando
quando eu chegar ao jardim
já vocês estejam esperando
ela entra e nos saímos
nada de está demorando.
(LIMA, S/d, p.7).

Combinaram tudo através de bilhetes e no dia e horário confirmados fugiram de carro. Assim como nos raptos consentidos analisados nos processos-crime, o melhor horário

encontrado para a fuga foi o noturno, principalmente porque todos da casa da moça estavam dormindo. A história narrada pelo cordelista nos chama a atenção para dois fatores: primeiro a figura do negro como um homem sem destino, que matou o comandante sem motivo aparente e aceitou raptar Maria por dinheiro; o segundo é o raptor: um homem que mesmo casado queria ter Maria a qualquer custo, por conta da sua beleza.

Os sentimentos que moviam o raptor pareciam não ser tão nobres assim e o cordelista não foi imparcial com relação ao desfecho da história e algo de errado aconteceu como uma espécie de castigo: o avião que utilizaram para fuga caiu no meio de uma grande tempestade e apenas o negro e Maria sobreviveram. O negro, que sempre amou Maria em segredo, ofereceu os seus cuidados, mas a resposta de Maria foi objetiva:

Maria lhe respondeu
não vê que eu não amo a tú
se eu amar a um negro
é melhor um diabo nú
uma rosa não se adorme
com um cravo de urubu.
(LIMA, S/d, p.18).

Escutando tais palavras, o negro começou a chorar e pensou que se Maria não o queria espontaneamente ele a forçaria a ficarem juntos, pois se ela fosse realmente honesta não teria fugido de casa. Encontramos aqui uma série de valores em jogo que se desenrolaram a partir do rapto. Maria fugiu de casa com um homem que não conhecia; mas algo inesperado acontece e ela acaba nas mãos de outro que, por ser negro, não seria merecedor de seu amor. Embora o rapto não tenha sido realizado pelo negro, ele assumiu em segundo plano a missão de cuidar de Maria, mas ao perceber a rejeição praticada por ela se comportou com um homem cruel, forçando um relacionamento baseado na violência. Desta forma, embora o enredo tramado pelo cordelista tenha atribuído ao negro sentimentos nobres como o amor, também mostrou a fragilidade deste sentimento quando não correspondido, e a impossibilidade de um relacionamento amoroso entre um negro e uma mulher branca.

Logo incapaz de bons sentimentos, era necessário um outro homem para salvar Maria, só que dessa vez branco: tratava-se de João Linz de Mendonça, um seringueiro que matou o negro José de Souza Leão.

Maria guardou o dinheiro que o capitão carregava antes de morrer; casou com João Linz de Mendonça e depois de contar tudo o que aconteceu para o seu pai, recebe o perdão do mesmo. O cordelista termina assim a história:

quem ouvir essa história
não diga que é façanha
a moça para casar
foge até para a Alemanha
mão de moça é um segredo
tem uma jóia no dedo
em vez de alisar arranha.
(LIMA, S/d, p.31).

O cordel em questão traz várias interdições que culminaram com o rapto e com as consequências desenroladas em torno dele. O pai da raptada, que não aceitava o pretendente da filha porque era estrangeiro, acabou “perdendo-a”; o raptor, que era casado e queria Maria como um capricho, morreu na fuga; Maria, que afrontou as ordens do pai quase foi violentada, e no final da história João surge salvando Maria e também se redimindo de seus erros da época em que era cangaceiro. José de Souza Leão parece ser o único personagem sem direito à redenção e o romance entre ele e Maria era algo impensável, não porque ele fosse pobre, pois João também era; também não era devido aos seus atos de crueldade, pois João tinha sido um cruel cangaceiro, mas José tinha algo que o impossibilitava viver este romance: a sua cor.

Maria Suely da Costa (2010), em sua pesquisa sobre a representação do negro na literatura de cordel paraibana, analisou em um conjunto de folhetos uma representação do negro profundamente marcada por traços estereotipados e preconceituosos, de modo que quase sempre o negro é o vilão da história e tem como destino a morte ou a desmoralização. Apenas nos folhetos mais atuais foi possível perceber referências a uma consciência da diversidade étnico-racial afro-descendente no sentido de problematizar a condição histórica do negro no contexto brasileiro, mas isto se verifica ainda em um número reduzido de folhetos.

Se um relacionamento entre um homem branco e uma negra era visto como indesejado, o contrário era ainda mais intrigante para a sociedade da época. O cordelista parece comungar destes mesmos sentimentos ao mostrar a indignação de Maria diante do amor de José Souza Leão: ela é comparada a uma rosa ao mesmo tempo em que ele é comparado a um cravo de urubu; para ela seria melhor amar um diabo nu do que amar um negro.

Mesmo diante desta atitude, o mercado matrimonial poderia ser menos seletivo para os homens negros do que para as mulheres. Segundo Sanches (2010), as mulheres negras sofriam com a visão secularmente idealizada da “exuberante sexualidade das mulheres negras que não mereciam crédito ou respeito, demonstrando como as clivagens de gênero e raça poderiam ser devastadoramente usadas contra as mulheres”; nem mesmo o sentimento confessado nestas relações bastava quando o casamento era colocado como condição. (SANCHES, 200, p. 355).

Nesta perspectiva, a violência aqui discutida no âmbito das relações de gênero são representadas, pela literatura de cordel, na música ou nos casos registrados nos processos-crime por diversas maneiras. Se nos cordéis a figura do homem viril, valente e violento ainda prevalece, seja dominando as mulheres que dependem dele, seja arrebatando as para viver sob novo domínio, não podemos esquecer que nos discursos que circulavam na Paraíba nas décadas de 1920 a 1940, os conceitos sobre masculino e feminino andavam sendo questionados e até confusos.

A violência parecia não ser a única forma de disciplinar o comportamento feminino, no entanto, continuidades são percebidas, afinal a condição social e racial ainda eram fundamentais para encobrir violências e legitimar as desigualdades de gênero. Logo, os processos-crime, os cordéis e as músicas aqui analisados, nos possibilitam analisar a prática do rapto consentido, como espaço possível de violências. Com isso, queremos dizer que mesmo que a prática em si não configurasse como ato violento, pelo menos não na maioria dos casos analisados, percebemos como a violência é acionada, principalmente entre os homens, já que recorrem a força, ao medo e ao mando para legitimarem o seu poder.

Nessa perspectiva, ao fazermos esse recorte e análise das fontes que apontam a prática do rapto como possibilidade de outros arranjos amorosos, percebemos também que as relações amorosas estavam atreladas às questões sociais, pois o lugar que cada indivíduo assumia era importante na construção da percepção sobre o amor e, conseqüentemente, da utilização da prática do rapto consentido. Dessa forma, a tradição amorosa representada na crença de que o amor superava qualquer diferença, fosse ela social, étnica ou etária, dividiu espaço com questões mais pragmáticas do cotidiano de homens e mulheres da Paraíba na primeira metade do século XX.

Referências

ALMEIDA, Suely Creusa Cordeiro de. **O sexo devoto**. Normatização e resistência feminina no império português XVI-XVIII. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

ARÊDA, Francisco Sales. **Valentão do Norte** s.l. s.n. s.d.

BARROS, Leando Gomes. *As proezas de um namorado mofino*. Editor proprietário João Martins de Athayde, 1924.

CÂMARA, Epaminondas. **Os alicerces de Campina Grande**. Prefeitura Municipal de Campina Grande. Secretaria de Educação/Núcleo Cultural português. Edições Caravela, 1999.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CHAVES, Gilvan. **Casamento Aprissiguído**. Recife-PE: Mocambo, 1955. 1 disco: 78 rpm, microsulco, estéreo, 15029-A.e

COSTA, Maria Suely da. e NASCIMENTO, Erivaldo da Silva. **A representação do negro na literatura de cordel paraibana**. 62º Reunião Anual da SBPC, Natal., 2010.

FALCI, M. K. **Mulheres do sertão nordestino**. IN: DEL PRIORE, Mary. (org.) História das Mulheres no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

LIMA, João Ferreira de. **Romance de José de Sousa Leão**. Editor proprietário João Martins de Athayde. S/d.

LINS, DANIEL SOARES. **Lampião: o homem que amava as mulheres: imaginário do cangaço**. São Paulo: ANNABLUME, 1997.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. **As razões do coração: namoro, escolhas conjugais, relações raciais e sexo afetivas em Salvador, 1889/1950**. Doutorado em História pela UFF, Niterói, 2010.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Sistema de casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP 1984. Coleção Coroa Vermelha. Estudos Brasileiros. Vol.6.

VIGARELLO, Georges. **História do estupro: violência sexual nos Séculos XVI-XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

Processo-crime s/n Areia, 19 de novembro de 1928 (Rapto de Maria Severina do Espírito Santo) Vila de ESPERANÇA.

Artigo recebido em 5 de março de 2018
Aceito para publicação em 13 de abril de 2019

¹ O cordel não apresenta data de publicação. A carreira de cordelista de Francisco Sales Arêda começou por volta de 1940.

OS EMBATES DA NORMATIZAÇÃO: GÊNERO E CULTURA NO ILUMINISMO FRANCÊS

THE CLASHES OF NORMALIZATION: GENDER AND CULTURE IN FRENCH ENLIGHTENMENT

Flora Morena Maria Martini de ARAÚJO*

Resumo: Através de um olhar cuidadoso e crítico podemos notar o quanto o Iluminismo foi, e ainda é, um objeto de estudo constante na historiografia. Muitos historiadores e historiadoras têm sido seduzidos pelos encantos deste movimento que sacudiu as estruturas tradicionais da sociedade europeia moderna e acabou transformando a sociedade ocidental. Por sua complexidade e riqueza, são incalculáveis os trabalhos que tratam do Iluminismo a partir das abordagens mais diversas. A partir disto, neste artigo buscamos abordar este tema a partir do viés analítico de gênero, atentando para de que maneira os pressupostos dos filósofos, médicos e pedagogos buscaram delimitar as subjetividades, a educação e os locais de atuação feminina a partir do que consideravam “os parâmetros da organização natural”.

Palavras-chave: Iluminismo, Estudos de Gênero, Educação de mulheres, Maternidade Filosófica

Abstract: Through a critical and careful point of view, it is possible to notice how much the Enlightenment was, and still is, an object of constant study in historiography. Many historians have been seduced by the charms of this movement that shook the traditional structures of modern European society and eventually transformed Western society. Because of their complexity and richness, there are incalculable works that deal with the Enlightenment from the most diverse approaches. From this aspect, in this article we seek to approach this theme from the analytical gender bias, looking at how the assumptions of philosophers, physicians and pedagogues tried to delimit subjectivities, education and places of feminine action from what they considered “the parameters of natural organization”.

Keywords: Enlightenment, Gender Studies, Women's Education, Philosophic Maternity

Através de um olhar cuidadoso e crítico podemos notar o quanto o Iluminismo foi, e ainda é, um objeto de estudo constante na historiografia. Muitos historiadores e historiadoras têm sido seduzidos pelos encantos deste movimento que sacudiu as estruturas tradicionais da sociedade europeia moderna e acabou transformando a sociedade ocidental. Por sua complexidade e riqueza, são incalculáveis os trabalhos que tratam do Iluminismo a partir das abordagens mais diversas. A partir disto, neste artigo buscamos abordar este tema a partir do viés analítico de gênero, atentando para de que maneira os pressupostos dos filósofos, médicos e pedagogos buscaram delimitar as subjetividades, a educação e os locais de atuação feminina a partir do que consideravam “os parâmetros da organização natural”.

Destacamos que por mais que estejamos problematizando questões teóricas, escritos filosóficos, médicos e pedagógicos que buscaram circunscrever subjetividades, definir padrões

* Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná e Professora do curso de Licenciatura em História e Pós-Graduação em História da Arte da Faculdade Espírita. floramartini@hotmail.com

educacionais e delinear espaço de atuação social, entendemos que mesmo que fosse o objetivo de muitos teóricos, os indivíduos nem sempre se mostraram dóceis às normatizações. Precisamos ter em mente o quão diversificado foi o Iluminismo na França. Mesmo que discursos religiosos ou moralizantes tentassem dar apenas uma coloração à sociedade e aos indivíduos, normatizando comportamentos e idealizando as subjetividades e papéis de homens e mulheres, ao observarmos com cuidado notamos que havia uma vasta diversidade social – seja nas múltiplas formas de atuação mundana, nas oportunidades ou mesmo na elaboração da noção de direitos. Como várias pesquisas tem mostrado, são inúmeros casos de homens e mulheres que desafiaram as barreiras de gênero, construíram trajetórias ímpares e que com isto mostraram aos seus sucessores, que era possível viver fora das amarradas tradicionais de gênero.

O Movimento Iluminista e o ideal de philosophe

Em meados do século XVIII as transformações em curso na Europa, como a ampliação das cidades e do comércio, os efeitos a longo prazo das guerras religiosas dos dois séculos anteriores, a ampliação do mundo pelas viagens marítimas, as descobertas científicas, desencadearam um momento de profunda crise dos valores tradicionais. Os paradigmas que até então eram ordenadores daquela sociedade começaram a ser questionados e criticados. Muitos filósofos questionavam as verdades eternas. O processo de dessacralização do poder monárquico, de crítica ao absolutismo e às diferenças de nascimento – que distinguiam os direitos e deveres de cada pessoa de acordo com a sua origem social – proporcionaram o terreno para uma ampla crítica social, tão central ao Iluminismo.

O Iluminismo não formou uma escola ou uma linha de pensamento institucionalizada, com seus paradigmas e fins previamente definidos, com seus participantes dotados das mesmas concepções e imbuídos dos mesmos ideais. Muito pelo contrário. Como diversos historiadores já alertaram, o Iluminismo não deve ser entendido como uma escola de pensamento, uma doutrina, ou até mesmo como um movimento unitário (DARNTON, 2005) Não houve uma instituição formal que reunisse seus membros – como acontecia nas academias nos séculos XVII e XVIII. Suas propostas eram muitas, passavam por temas diversos. Não houve igualmente uniformidade nas causas ou ideias difundidas.

Ademais, por ser um movimento de crítica política e social, o Iluminismo ganhou contornos diferenciados em cada local aonde seus debates estiveram presentes. Por suas reflexões e críticas se concentrarem em temas sociais e políticos, foi *mister* que os filósofos que

se assumiram partícipes das ideias e dos valores esclarecidos tratassem de questões pertinentes à realidade. Devido a isto, além das discrepâncias entre os filósofos, suas abordagens e pontos de vista, houve também particularidades em cada país. Porém, não podemos deixar de ressaltar que apesar de haver muitas discrepâncias, havia traços comuns. Há certamente um conjunto de temas e questões recorrentes nas obras dos *filósofos das Luzes*.

Uma questão que está no cerne do pensamento das Luzes foi o ideal do *philosophe*¹. Segundo Roger Chartier (1997), mais que um simples homem de letras, este estudioso e crítico dos valores e conhecimentos tradicionais, deveria ser um homem de ação. Não devia estar isolado em seu gabinete, alienado do mundo no qual vivia. Muito pelo contrário, o filósofo devia contribuir para a transformação da sociedade pelo uso público da razão.

Os salões eram esses locais privilegiados das discussões filosóficas. Naqueles ambientes muitos filósofos trocavam opiniões com os espíritos mais esclarecidos do seu tempo e divulgavam suas obras (MARTINS, 2010). Por considerá-los locais aprazíveis de conversação, polidez e erudição, muitos homens de letras foram ávidos frequentadores. Admiravam igualmente suas parceiras de longas e animadas conversações e discussões filosóficas, as *salonnières*. Ficavam encantados com sua postura e muitas vezes com as mostras que davam de sua erudição. Contudo, houve também muitos indivíduos que se colocaram contra a posição de destaque e atuação das mulheres nos salões. Ridicularizavam-nas publicamente, atacavam sua moral e acusavam-nas de frivolidade (ARAÚJO, 2014).

O filósofo Jean-Jacques Rousseau foi um ferrenho crítico da presença feminina nestes ambientes. Para ele os salões corrompiam as mulheres, as tiravam de seu lugar natural. Porém, como afirma Ana Paula Vosne Martins não foram poucos os casos de amizades e até mesmo de romances que foram constituídos através da convivência nos salões (MARTINS, 2010). Logo, apesar do imenso preconceito por parte dos indivíduos mais conservadores daquela sociedade, além do estreitamento de laços de amizade e camaradagem entre os participantes, houve também o amadurecimento intelectual de muitos homens e mulheres, bem como a fomentação e divulgação do pensamento das Luzes.

Debates iluministas: concepções sobre a natureza e organização social

A reflexão acerca da Natureza e do Homem, que esteve presente nas discussões filosóficas desde o século XVI foi uma destas questões que esteve no centro dos debates iluministas (VOVELLE, 1997). A filosofia natural, passava cada vez mais a ser valorizada e a Natureza a ser compreendida como força ordenadora. Desta forma, para os filósofos iluministas

era a partir dos seus parâmetros que o Homem deveria ser compreendido e a sociedade organizada.

Rousseau, ávido defensor desta teoria naturalista, deixou um aviso para seus leitores: “Observai a natureza e segui o caminho que ela vos indica” (ROUSSEAU, 1995). Isto porque, segundo ele, a Natureza assegura a ordenação social e moral. Ao Homem cabe conhecê-la para viver melhor de acordo com as suas leis, já que fora dela nada há de estável, correto ou próspero, somente o caos e a desordem. Esta concepção de natureza como criadora da ordem e da estabilidade, está presente no pensamento de Rousseau e também nos diferentes discursos iluministas. Tomados em conjunto, desde o século XVII nota-se um enorme desejo de desvelamento das chamadas leis naturais.

Neste contexto, o Homem também era objeto de reflexão. À sua capacidade racional era atribuída atenção especial, já que era entendida como característica considerada própria dos humanos, diferente das outras espécies de animais, o que permitiu que conseguisse se desenvolver, aprimorar seus atos e erguesse civilizações.

A crença na unidade humana, advém da tradição do humanismo liberal. Que, partindo da abstração do humano, defendia que a natureza havia dotado todos os seres humanos da capacidade racional, portanto todos os indivíduos nascem livres e iguais, fazendo parte de uma única espécie. Esta valorização da liberdade e igualdade como condições humanas genuínas, foi ponto levantado por vários filósofos das luzes. Em muitas de suas obras estas questões aparecem, contribuindo para o enriquecimento intelectual do debate. No *Dicionário filosófico*, por exemplo, esta questão ganhou ênfase. Nele, Voltaire postula definições para vários dos conceitos que formam o arcabouço das discussões filosóficas ilustradas. No verbete Liberdade, por exemplo, em forma dialógica ele coloca:

A - Em que consiste, pois, vossa liberdade, senão está no poder exercido pelo vosso indivíduo de fazer o que a vossa vontade exigia com absoluta necessidade?

B - Embarçais-me; então a liberdade é apenas o poder de fazer o que bem entendo?

A - Refleti um pouco. Vede se a liberdade pode ser outra coisa.

B- Neste caso o meu cão de caça é tão livre como eu; ele tem necessariamente a vontade de correr quando vê uma lebre e o poder de correr se não estiver doente das pernas. Eu nada tenho, pois, mais do que meu cão: reduzis-me ao estado das bestas.

A- Eis uma série de pobres sofismas dos pobres sofistas que vos instruíram. Eis que estais despeitado por não serdes livre como vosso cão. Ora, não vos pareceis com ele em mil coisas? A fome, a sede, o velar, o dormir, os cinco sentidos, não são em vós como nele? Pretenderíeis cheirar com outro qualquer órgão além do nariz? Por que quereis uma liberdade diferente da que ele tem?

B – Porém, eu tenho uma alma que raciocina muito bem, e o meu cão não pensa coisa alguma. Ele apenas tem ideias simples, enquanto eu tenho mil ideias metafísicas.

A - Pois muito bem! Sois mil vezes mais livre do que ele, isto é, tendes mil vezes mais poder de pensar do que ele; porém vossa liberdade é perfeitamente igual à dele. (VOLTAIRE, s.d.)

Notamos que Voltaire define a liberdade como a capacidade de se tomar certas decisões através do uso da razão. Segundo ele, é a razão que diferencia a liberdade humana da liberdade do animal. Logo, segundo Voltaire, os homens são iguais segundo sua formação e as injustiças são causadas pela ignorância e pelos vícios humanos.

Jean-Jacques Rousseau, embora tivesse opiniões bem distintas das de Voltaire em algumas questões, também foi um ávido defensor da liberdade e da igualdade. Em muitas de suas obras ele tratou destas questões. Assim como Voltaire, diferenciava a organização natural, fonte da felicidade e das virtudes, das construções humanas, que afastavam o Homem da Natureza e, por este motivo, eram fonte da corrupção e dos privilégios de uns em prejuízo de outros. Através dos vícios a sociedade e a cultura afastaram o Homem do estado de natureza, de suas características, funções e virtudes naturais. A única maneira, segundo Rousseau, de combater a degeneração e a infelicidade que ela produz seria pelo uso da razão e dos sentimentos, restaurando assim a ordem política, as instituições e a integridade moral do homem.

Em uma das suas mais proeminentes obras *O contrato social*, Rousseau (2006) afirmava que as sociedades não são naturais. Elas passaram a existir quando os homens saíram do estado de natureza, estabeleceram um pacto social e com isto fundaram a sociedade civil. Para o autor a vida em sociedade trouxe apenas mazelas, já que a desigualdade, a corrupção e os vícios contribuíram para a alienação humana. A partir destas ideias, para Rousseau a organização social ideal devia aproximar o homem do seu estado de natureza, de suas virtudes naturais. São os cidadãos livres, com uma formação natural e racional, que devem de maneira autêntica eleger de forma livre a autoridade soberana.

Porém, não tardou para que alguns homens e mulheres ainda no século XVIII apontassem os limites destes conceitos na prática. O ideal de Homem, esta abstração filosófica, estava em franca contradição com as hierarquias e diferenciações às quais os indivíduos estavam submetidos. Embora o discurso iluminista pretendesse se dirigir a todos os homens, mantendo-se no âmbito universal, muitos indivíduos começaram a questionar “quem eram estes iguais”, “quem faz parte deste universal” (CASBANET, 1994). Para Dominique Godineau (1997), este foi um dos maiores entraves da filosofia iluminista. Se por um lado a unidade

humana era aclamada, por outro lado os filósofos não cessavam em apontar as diferenças entre os indivíduos, entre homens e mulheres, entre civilizados e selvagens, por exemplo.

Com uma observação mais cautelosa aos poucos alguns indivíduos foram percebendo que na realidade, fora da abstração discursiva, nem todos tinham a mesma importância e valor; que este ideal de “Homem” universal não abarcava as mulheres e os negros, por exemplo. Muitos letrados, filósofos, assim como as escritoras que tiveram a oportunidade de escrever e publicar no período das Luzes, apontaram os limites deste pensamento, como Mary Woolstonecraft, por exemplo. Contudo, apesar das críticas recebida por seus contemporâneos, estes conceitos foram de suma importância para os filósofos iluministas, já que desejavam promover a transformação social embasados nos ideais de igualdade e liberdade.

Devido a isto a sociedade passou a ser objeto de grande atenção. Sua organização e cultura passaram por um processo de racionalização. Muitos tratados filosóficos, ensaios, estudos de caráter científico e moral começaram a ser produzidos com o intuito de promover as modificações almejadas. A principal preocupação destas obras era compreender o funcionamento das engrenagens sociais, explicar como deveria ser organizada a sociedade para que obtivesse os maiores êxitos possíveis. Para isto, muitas medidas foram tomadas: a melhor forma de governo passou a ser intensamente debatida, a fim de promover a melhoria das instituições políticas; órgãos estatais foram criados para oferecer aos governantes conhecimentos sobre as populações, bem como facilitar a administração e o controle; a educação que até então tinha pouca importância aos olhos dos governantes adquiria novo status e relevância social e política.

Mas em que a formação deste “homem novo”, como denominou Rousseau, este projeto de edificação de um ser humano renovado, tinha a ver com a idealização das transformações sociais que os filósofos aspiravam? Segundo Michel Vovelle (1997) o papel chave que a pedagogia ganhou nesse momento está relacionada à importância que o Homem adquire para a mudança. Seriam os indivíduos que garantiriam o progresso da civilização. Por isto, deveriam estar preparados para administrar a sociedade, bem como alargar os limites da civilização através da difusão da cultura iluminista.

Cabia à educação propiciar que as mudanças levassem ao aperfeiçoamento e ao progresso. Segundo Martins (2013) esta concepção se fundamenta na já citada abstração do humano, onde o Homem como ser livre e racional é dono do próprio destino e a educação é o meio de transformação pessoal que proporciona os instrumentos necessários para lapidar a moral e o caráter.

Devido a grande importância atribuída à educação houve uma grande profusão de escritos sobre o tema ao longo século XVIII. Ensaios ou tratados pedagógicos e filosóficos, muitos destes discursos eram voltados para um público especializado, para leitura nos círculos dos iniciados. No entanto, foram publicadas muitas obras com vocabulário menos formal, sendo mais acessíveis a leitores não iniciados como as mulheres, por exemplo. Muitas obras desse tipo buscavam com uma pitada de sarcasmo e ironia criticar a sociedade, apontando o caminho que deveria ser seguido e os hábitos e virtudes que deveriam ser cultivados. Estes discursos pretendiam servir de guia de conduta, um manual de comportamento para os homens e mulheres comuns, indivíduos de carne e osso que estavam distantes da abstração filosófica; chamavam estes indivíduos para cultivarem suas verdadeiras funções, as naturais.

Em 1762 Jean-Jacques Rousseau publicou a obra que se tornou central neste debate, o romance pedagógico *Emile ou De l'éducation* [Emílio ou da educação]. Nela, o autor traça as diretrizes educacionais para que os indivíduos tenham a chance de cultivar as qualidades inerentes ao seu sexo e com isto se tornem seres de virtudes – o que garantiria a prosperidade individual e social. Como o próprio título indica, a obra se refere majoritariamente à educação masculina. É somente no último capítulo que Sophie, a companheira de Emile, é apresentada aos leitores, tratando Rousseau da educação feminina (ARAÚJO, 2014).

Apesar do pouco espaço reservado à mulher, Sophie, a personagem-companheira de Emile, tornou-se o modelo de feminilidade do final século XVIII e do século XIX. Moça educada seguindo os preceitos da natureza, Sophie foi instruída desde menina para cultivar as virtudes de seu sexo, para servir e cuidar de seu marido e filhos. Ela é a esposa ideal, sua formação moral e intelectual é toda voltada para este fim.

Rousseau parte das narrativas filosóficas sobre a Natureza. Ela é o referencial, inclusive moral, que explica fatos que não podem ser refutados, já que sua ordenação é perfeita. Seguindo suas leis o homem poderá se desenvolver e caminhar rumo à felicidade. Segundo ele as mulheres não haviam sido destinadas pela natureza para se dedicarem à atividades racionais. Elas deviam ficar restritas à esfera doméstica, ocupando, assim, seu “lugar natural”. Seguindo esta linha de pensamento, muitos dos proeminentes filósofos e escritores do *século das Luzes* não viam com bons olhos a ambição intelectual feminina. Para eles as mulheres enfraqueciam a literatura; sua escrita e seus romances não eram dignos de entrar nas instituições formais de produção literária. Logo, por serem consideradas inaptas para participarem deste processo, que as mulheres foram impedidas de entrar nas instituições profissionais ou intelectuais tais quais as academias e as universidades (SMITH, 2003).

Ao longo da obra notamos como Rousseau delimita os lugares de atuação de homens e mulheres e como sutilmente, em nome do determinismo natural, forja as subjetividades femininas e masculinas. Apesar desse livro ter sido bem recebido pelo público leitor e de muitas mulheres terem desejado aderir ou educar suas filhas seguindo o modelo representado por Sophie, nem todas elas desejavam viver de acordo com a restrita cartilha rousseauísta. Muitas delas tinham outro ideal de existência feminina, distinto daquele apregoado por Rousseau.

A principal questão apresentada por Rousseau é que a educação é um plano que deve ser muito bem elaborado e executado desde a mais tenra infância, para que desta forma sejam evitados os vícios e as más posturas. Segundo o filósofo é na infância que os hábitos que seguirão pela vida toda, são incorporados pelos indivíduos.

A educação proposta por Rousseau, segue, conforme ele coloca, “os desígnios da natureza” (ROUSSEAU, 1995). Contudo, apesar de ter a pretensão de se guiar pela igualdade natural, Rousseau, assim como tantos outros de seus contemporâneos, defende com ardor que a educação de homens e mulheres devia seguir modelos diferenciados. Isto se deve porque a partir do século XVIII a ideia de que a natureza feminina seria distinta da masculina ganhou força e se sustentava em modelos empíricos da nascente ciência sexual (ARAÚJO, 2014).

A preocupação em definir a unidade humana, em delimitar suas características e suas funções sociais, passava pela preocupação em distinguir o homem da mulher. Neste período há muitos textos que elegem a mulher e sua diferença como tema. Muitos filósofos, médicos e moralistas buscavam compreender suas características físicas e morais, apontando, sobretudo para as suas especificidades, o que fazia com que o sexo feminino estivesse na origem da diferença em relação aos homens.

Muitos médicos produziram textos que buscavam contribuir para a formação de um conhecimento racional e empírico sobre a mulher. Estes discursos, segundo Évelyne Berriot Salvadore, se fundamentavam na constituição dos corpos para legitimar a naturalização de funções e características atribuídas ao feminino, reafirmando a ideologia de gênero em suas diretrizes médicas. Jean Liébault, por exemplo, se dedicou às patologias que atingiam as mulheres; o cirurgião La Rivière descreveu o aparelho seu genital e François Mauriceau escreveu sobre as doenças que as atingiam (SALVADORE, 1994).

Outro importante médico do período foi Pierre Russel. Seguindo a mesma linha de pensamento de Rousseau e de tantos outros letrados de sua época, Russel defendia que a natureza feminina era distinta da masculina. Para ele o útero era o órgão feminino que

comandava todos os outros; que dominava e determinava a mulher. Logo, ela seria definida pelo sexo e não pela razão, como o homem.

Com efeito, a mulher não pode ter o mesmo tipo de razão que o homem. A sua está, tal como o resto da pessoa, sujeita aos órgãos genitais. Daí provém grande parte de sua fraqueza e, por seguinte, de sua inferioridade. (...) por outro lado, o útero dominador faz dela um ser excessivamente sensível, presa de uma imaginação desenfreada, exaltada. (GODINEAU, 1997, p. 314)

Partindo destes pressupostos, muitas obras que reafirmavam a fragilidade e até mesmo a inferioridade feminina foram produzidas por médicos franceses no século XVIII. Sob o véu da imparcialidade, muitos médicos, filósofos e religiosos produziram representações das mais variadas sobre a Mulher. Michèle Crampe-Casnabet (1994), afirma que embora se tenha proferido inúmeros discursos sobre essa criatura maiúscula e natural no *século das Luzes*, foi sempre sob o olhar e o jugo masculino que eles foram produzidos.

Com pouca ou quase nenhuma instrução formal e devido às interdições intelectuais impostas às mulheres, poucas tiveram acesso à palavra escrita. Foram apenas algumas, mais educadas que suas semelhantes e com maior mobilidade na estrutura social de gênero, que tiveram a oportunidade de participar deste debate, tendo inclusive a oportunidade de escrever e publicar suas obras, além de participar da sociabilidade culta dos salões.

Devido a isto, era sob o olhar masculino e redutor dos médicos e filósofos naturais que as mulheres eram definidas – podemos inclusive dizer, que elas eram quase inventadas. Ao contrário do que era declarado, os discursos masculinos carregavam os traços da ideologia de gênero. Suas obras (re)produziam os preconceitos e depreciações tradicionais sobre o feminino:

Os homens falam das mulheres segundo uma relação dissimétrica, depreciativa, mesmo e talvez sobretudo quando o discurso masculino valoriza as virtudes femininas. Estas virtudes permitem marcar uma inultrapassável diferença. O discurso masculino, que parece funcionar como discurso divino, é esse dizer criador, teológico, que fala com uma espécie de espanto da sua própria produção: criatura feminina. (CASNABET, 1994, p. 380)

É importante lembrarmos que estes discursos não tinham importância apenas como especulação teórica. Como destacado anteriormente, as questões elaboradas pelos filósofos e teóricos do Iluminismo tinham ressonância na vida e nas autorrepresentações das pessoas. As investigações acerca das especificações dos sexos tinham como questão chave a organização social, já que era certo que a natureza havia criado homens e mulheres com fins específicos e tal determinação com força de lei natural deveria ser respeitada, sob pena de desordens físicas e morais incontornáveis. Logo, era a partir das diferenças dos corpos muitos filósofos, teóricos morais e médicos – tais quais Jean-Jacques Rousseau e Pierre Russel – buscavam estabelecer

os traços intelectuais e identitários de homens e mulheres e a partir disto delimitar suas funções sociais e morais.

Enquanto o homem era entendido como ser ativo por sua racionalidade excepcional, virilidade e força física, portanto concebido para o exercício do poder político e familiar, a mulher era entendida como ser frágil, com sensibilidade e imaginação exacerbadas em detrimento da razão. Logo, a mulher idealizada seria aquela que cumpria uma função natural inscrita em sua anatomia, a de ser mãe. Para atender este destino natural, era indicado que ficasse restrita ao lar, cuidando dos interesses do marido e dos filhos. O médico Pierre Russel defendia a separação radical entre atividades masculinas e femininas:

Enquanto o marido reflete sobre o destino humano ou sai para desenvolver uma vida social, a mulher fica em casa cuidando de seus filhos, tornando o lar o mais acolhedor possível. Cada sexo possui as funções que a natureza quis: públicas as do homem, privadas as da mulher, que não se misturam a fim de evitar uma subversão. (GODINEAU, 1997, p. 315)

Fazer com que as mulheres se voltassem somente para o lar e para os cuidados com filhos e maridos não foi uma tarefa fácil. Como coloca Elisabeth Badinter (1985), até o século XVIII os laços entre mulher e maternidade estavam mais frouxos, menos definidos. Muitas conseguiam se desvencilhar com relativa facilidade das tarefas relativas à maternidade, assim como das responsabilidades domésticas.

As mulheres da nobreza acreditavam que crianças pequenas e todos os cuidados a elas relativos eram entraves concretos para as sociabilidades e as atividades mundanas. “Parece que elas julgaram essa ocupação indigna de si e preferiram livrar-se deste fardo. E o fizeram, aliás, sem provocar o menor escândalo” (BADINTER, 1985, p.86). Os cuidados com a criança, desde seu nascimento, eram destinados a terceiros. Mesmo as meninas tinham pouco contato com a mãe. A participação na criação e cuidados dos filhos era reduzida, ou quase nula, proporcionando às mulheres das classes superiores maior autonomia para participar de atividades mundanas.

Com a introdução de uma nova concepção acerca das funções naturais, muitos discursos foram produzidos visando restringir as mulheres às funções maternas. Foram publicados muitos textos na época que discorriam acerca dos benefícios da maternidade – que iam desde a possibilidade de maior visibilidade e felicidade, até os econômicos. Porém, foram muito destacados, sobretudo, os benefícios pelo “retorno à boa natureza”, seguindo a cartilha rousseauísta.

Em sua obra *Dissertation sur la population* [Dissertação sobre a população], o filósofo Gilibert comparava as mulheres com as fêmeas animais. Segundo ele, a mulher estava

submetida ao mesmo instinto que as fêmeas, porém a cultura e a razão humana produziram a civilização, corrompendo seus hábitos e a afastando de sua natureza. Gilibert, assim como muitos outros teóricos, produziu um tratado no qual afirmava a existência do instinto materno (BADINTER, 1985). Desta forma, os cuidados com os filhos e o exercício pleno da maternidade foram cada vez mais fazendo parte dos valores sociais e o abandono destas funções passou a ser duramente criticado.

É interessante notarmos, como foi através de maneiras diferentes que o homem e a mulher foram inseridos à Natureza, bem como valorizados enquanto seres do mundo natural. Como já citado, a principal característica do homem, o órgão que o diferenciava de todos os outros animais, foi considerado o cérebro. Sua capacidade racional foi muito enaltecida por filósofos e homens da ciência. Sua habilidade reflexiva, de ação, tomada como a mais brilhante e aperfeiçoada capacidade criada pela natureza. Já a mulher foi incorporada neste ideal de maneira muito diversa. Foi definida a partir de sua capacidade de gerar filhos e de amamentá-los. A partir daí, foi comparada às outras espécies animais.

Logo, se o homem foi incorporado na natureza pela diferenciação com os outros animais, por aquilo que o diferenciava deles, a mulher foi pelo que se assemelhava. Enquanto era tido que o homem fora dotado com a capacidade de criar sociedades, de transformar a natureza e que devido a isto podia conquistar o mundo, agir sobre ele de maneira autônoma; a mulher era entendido que tinha um lugar que delimitava suas ações, que a tornava subordinada à aquele que era seu igual, porém mais forte, o homem.

Foi nos discursos produzidos na Antiguidade que os teóricos iluministas buscaram legitimar este argumento, como por exemplo, em Plutarco. Ele defendia o aleitamento materno argumentando que foi a natureza que destinou esta atividade à mulher ao lhe dar órgãos para cumprir essa função, por isto o aleitamento do recém-nascido não deveria ser negligenciado pela mãe. Segundo Badinter (1985), as espécies animais também eram utilizadas como exemplos.

Em 1769 Raulin compara o leite das mulheres e o das fêmeas. Constata que nos dois casos o leite varia segundo a alimentação ingerida pela mãe. É mais uma boa ocasião para louvar a sabedoria animal e opô-la à loucura das mulheres. Ele louva as vacas e as cabras por se alimentarem de plantas e ervas adequadas e condena as mães inconsequentes que comem qualquer coisa que lhes apeteça durante a gravidez e o aleitamento [...]. (BADINTER, 1985, 188)

Os benefícios da amamentação também eram ressaltados. Seus defensores elogiavam a beleza das lactantes; afirmavam que a amamentação lhes garantia aparência saudável. O amor materno passou a ser entendido como uma condição *sine qua non* das mulheres e a partir disto,

qualquer indício da falta de amor de uma mulher por seus filhos passou a ser visto como algo antinatural, cada vez mais como algo até mesmo monstruoso. Com a publicação de *Emile ou De l'éducation* muitas mulheres procuraram seguir esse modelo da mãe amorosa que amamenta seus filhos. O aleitamento materno passou a ser motivo de orgulho. As damas que buscavam parecer esclarecidas aderiram ao modelo maternal rousseauiano.

A partir destas considerações, se colocando como observadores das leis naturais, os filósofos e médicos iluministas afirmavam que as mulheres deveriam exercer as funções para as quais foram forjadas, a maternidade, o cuidado com o lar e o marido. Defendiam que as mulheres, por exercerem funções sociais distintas das masculinas, deveriam receber educação diferenciada, já que a educação era considerada o meio para direcionar os indivíduos para suas funções sociais.

Debates, limites e possibilidades da educação feminina

No *Século das Luzes* a divulgação de um ideário racionalista que ressaltava a importância da educação na formação dos indivíduos se intensificou e também contribuiu para a crescente valorização educacional que ocorreu na Europa, bem como para o surgimento de inúmeros tratados de educação, como já citado anteriormente. Apesar de declarar a importância de se educar as mulheres, a maioria destes tratados defendia que esta educação deveria ser direcionada de acordo com o sexo e a condição social de cada indivíduo. Ela deveria garantir o bom andamento da sociedade, e assim do lar, bem como prezar pelo aperfeiçoamento das virtudes morais.

Contudo, a educação de homens e mulheres seguia modelos diferenciados. Isto porque especialmente a partir do século XVIII, como já dito, os filósofos passaram a defender que a natureza feminina seria distinta da masculina. Logo, assim como a medicina, a educação também era pautada na ideologia de gênero, que por sua vez era concebida a partir da diferenciação sexual. Porém, as limitações de gênero não eram o único obstáculo, pois o acesso à educação também variava de acordo com a situação econômica. Assim, os indivíduos dos grupos mais abastados – os filhos dos nobres e dos burgueses – tinham maior acesso ao saber e possibilidade de uma educação mais completa (SONNET, 1994).

As instituições de ensino para meninas aumentaram sensivelmente na França, seguindo parâmetros completamente diferentes da educação masculina. Enquanto aos meninos era oferecido um ensino completo, para o pleno desenvolvimento de suas capacidades

intelectuais, o das meninas era pautado nas atividades que as tornariam uma boa mãe e esposa, incluindo a formação religiosa e alguns dotes artísticos.

A educação das mulheres era voltada para o universo doméstico, para um mundo crescentemente privado. A questão segundo Sonnet (1994), ao pensarmos a educação feminina, não é saber se elas eram educadas ou não, mas sim refletir sobre o objetivo desta educação: “As mulheres eram educadas, a questão é pensar a quem ela [a educação] visava, ou seja, para quais funções ela supria a carência de conhecimento” (SONNET, 1994, p. 30). À mulher era negado o ensino pleno e para fins pessoais. Sua educação era incompleta, não visava a emancipação ou a satisfação pessoal. A elas a instrução servia para que pudessem servir à sua família, para que cumprissem as tarefas cotidianas da condução de seus lares e para que se tornassem tementes a Deus. E, sobretudo às damas das classes mais altas era ensinado como ser respeitável e agradável aos olhos dos homens, com dotes e predicados que ressaltassem sua feminilidade e lhes garantissem um bom casamento. Eram também ensinadas as boas maneiras para que pudessem exercer com exímio a *politesse*.

Desta forma, a educação feminina além de ser muito limitada, não servia às aspirações individuais que porventura houvesse para além do casamento e da maternidade. Elas deveriam aprender apenas aquilo que fosse pertinente à sua função social/natural, para que exercessem com perfeição seus afazeres, fossem damas agradáveis e educadas para agradar, bem como respeitáveis e virtuosas.

Como já citado, neste contexto de debates acerca da função social de homens e mulheres e da capacidade racional feminina, publicações sobre educação proliferaram desde o final do século XVII, aumentando progressivamente ao longo do século XVIII. Os mais proeminentes tratados pedagógicos foram escritos por homens e não inovaram no método; seguiram o pensamento hegemônico que vinha se consolidando desde o início da modernidade.

Embasados no argumento da natureza de homens e mulheres, a grande maioria dos autores destas obras se repetia. Seguindo o pensamento hegemônico, defendiam a diferenciação entre a educação feminina e a masculina (GODINEAU, 1997). Segundo Godineau, eles se consideravam observadores imparciais das diferenças entre os sexos, mas era na qualidade de homens, formados dentro de uma ideologia altamente dicotômica e misógina, que eles professavam seus discursos.

O bispo François Fénelon, que publicou em 1687 o famoso tratado de educação *De l'éducation des filles* [Educação de meninas], que serviu de inspiração para muitos outros tratados publicados no século XVIII, defendia que a mulher deveria se ocupar apenas com o

que fosse pertinente ao seu sexo, pois segundo ele, mulher desocupada e ignorante acaba tendo a propensão aos espetáculos e à diversão. Assim, mesmo incentivando a educação feminina, ele defendia que a instrução das mulheres deveria ser direcionada para o desempenho de funções matrimoniais ou religiosas, as únicas, segundo Fénelon, pertinentes à mulher.

Com opinião muito distinta, o filósofo Poulain de La Barre, que segundo Martine Sonnet “foi a pedra de toque do pensamento feminista” (SONNET, 1994, p. 146), defendia a igualdade entre homens e mulheres. Na obra *De l'égalité des sexes* [Da igualdade dos sexos], publicada em 1673, ele defendia que a mente não tem sexo; que as diferenças entre os sexos eram fruto da educação e da cultura que fomentavam os preconceitos. Somente com uma educação feminina equiparada à masculina é que as mulheres poderiam ter os mesmos direitos e exercer as mesmas funções dos homens – sejam elas intelectuais, profissionais ou políticas. Notamos que para La Barre a dependência feminina estava relacionada à história, já que ele “relaciona a história da subordinação feminina com a história das instituições e analisa a separação das funções como resultado de um processo histórico” (GODINEAU, 1997, p. 313).

Suas teses tiveram pouca ressonância e não representam o pensamento hegemônico do período, mas seu tratado foi reeditado diversas vezes no século XVIII e traduzido para diversos idiomas, o que dá mostras de que havia muitos indivíduos que compartilhavam de suas ideias. Ademais, sua postura revela que não podemos tomar uma corrente de pensamento, mesmo que hegemônica, como única.

Com linha de pensamento oposta à de La Barre, respectivamente em 1762 e 1775 são publicadas as já citadas obras de Jean-Jacques Rousseau e Pierre Russel – respectivamente *Emile ou de l'éducation* e *Système physique et moral de La femme* [Sistema físico e moral da mulher]. Seus argumentos estavam fundamentados na anatomia feminina, que segundo eles, era determinada para a função de mãe e esposa. Ambos adquiriram enorme importância no meio letrado da época e modificaram o pensamento ocidental sobre a mulher. Até os dias atuais podemos notar reminiscências de seu pensamento em diversos discursos sobre a natureza e os atributos femininos.

O tratado de educação escrito por Rousseau, como citado anteriormente, visava a educação de um menino desde a mais tenra idade até sua chegada à vida adulta. O autor defendia uma educação ampla e seus cuidados para com o aluno vão desde as atividades físicas às lições morais. É apenas no último volume, no momento em que Emile está pronto para se casar, que a figura feminina aparece na obra. Sophie é descrita como a esposa ideal e se tornou o modelo

feminino no século XVIII. Rousseau defende que sua educação e a de todas as mulheres, deveria ser restrita, visando à formação da boa mãe e esposa (GODINEAU, 1997).

Logo, se para Rousseau a mulher não poderia ser ignorante, pois deveria ser uma companheira agradável, estar no mesmo nível do seu companheiro, bem como ser minimamente instruída para dar as primeiras lições dos seus filhos, ela deveria receber uma instrução restrita. Seu ensino, segundo ele, deveria ser direcionado para o cumprimento de suas funções naturais e morais.

Foi nesta atmosfera de discussões acerca das possibilidades da capacidade intelectual da mulher que se configurou a reflexão pedagógica acerca da educação feminina. Apesar da discrepância entre a realidade educacional de meninos e meninas não ser abandonada, a necessidade da instrução feminina foi reconhecida – mesmo que com o intuito de formar moças agradáveis e úteis à manutenção da ordem familiar e social (SONNET, 1994).

Devido aos programas de ensino para meninas serem muito restritos, visando apenas o aprimoramento doméstico, moral e religioso, para que suas filhas tivessem a oportunidade de receber uma educação aprimorada, equiparada à masculina, muitos pais proporcionavam a instrução em casa por um preceptor qualificado. Porém, com as transformações sociais que ocorreram no século XVIII no que se refere à concepção e vivência da maternidade – que contribuiu para o estreitamento dos laços de convivência e afeto de mães e filhos – muitas mulheres das classes mais altas que tinham vasta bagagem cultural e intelectual passaram a cuidar pessoalmente da educação de suas filhas.

Este modelo educacional, que foi denominado por Martins como *maternidade filosófica*², não partilhava da visão filosófica e médica de que a fraqueza feminina seria um mandato natural. Partia do princípio de que a debilidade das mulheres decorria das imposições sociais, da discriminação e do preconceito. Logo, seus adeptos defendiam uma educação feminina completa que visasse a emancipação, para que desta forma as mães pudessem ser as primeiras preceptoras de seus filhos e suas filhas, proporcionando uma educação plena e autônoma sem distinções de gênero, diferentemente do que era pregado por pensadores e pedagogos ou pelas instituições de ensino para meninas. Esta atitude suscitou intenso debate e embora muitas pessoas fossem contrárias, como por exemplo, Rousseau e seus seguidores, diversas mulheres professavam de tal linha de pensamento ou desfrutaram desta postura (ARAÚJO, 2014).

Octave Gréard (1887), na obra *L'éducation des femmes par les femmes: Études et portraits* [A educação de mulheres por mulheres: estudos e retratos] discorre acerca da trajetória

de mulheres cultas que se interessavam pelas questões da educação feminina e se dedicaram a instruir outras mulheres. Segundo ele, algumas mulheres, mesmo sem teorizar sobre o assunto, descreveram seu cotidiano, passaram para o papel as alegrias e dificuldades acerca da prática pedagógica. Este foi o caso da ilustre Madame de Sévigné.

Nascida em Paris no século XVII ela recebeu sólida educação de seu tio, o que possibilitou que cuidasse de perto da educação de sua filha Françoise Marguerite de Sévigné. A quem ela dirigiu à filha centenas de cartas, onde além de tratar das questões pedagógicas, expressou o enorme amor que sentia por ela. Apesar de não embasar seus métodos pedagógicos em teorias educacionais, por adquirir fama de boa mãe Madame de Sévigné passou a ser admirada e muitas mulheres passam a se espelhar na sua postura materna. Outras mulheres foram além. Aprofundaram-se no assunto, escreveram sobre suas experiências e teorias e muitas vezes suscitaram discussões com a publicação de suas obras.

Outra importante atuação feminina no mundo das letras foi de madame de d'Épinay, que com a publicação de *Les conversations d'Emilie* [Conversações de Emília] (1776), tornou-se o grande nome da educação feminina no século XVIII. A inovação proposta por sua obra é local da mãe na educação dos filhos, já que é à mulher a responsabilidade de educar as crianças. Assim como outras mulheres de seu tempo tomou para si o papel de educadora, porém ela foi mais longe; a partir de suas experiências escreveu o referido tratado que se tornou um marco na história da educação.

Les conversations d'Emilie foi o primeiro manual de educação que visava uma formação feminina completa, desvencilhada do homem ou de suas obrigações sociais. Para isto, Madame d'Épinay estabeleceu um vasto programa de estudos e lições, sempre embasado no carinho e na ternura, buscando formar uma jovem mulher independente e feliz.

[as lições tinham] por objeto revelar algumas prescrições de sabedoria, de preconizar algumas qualidades essenciais, a obediência, a modéstia, o espírito de ordem, a razão; a anedota baseada na vida, ou o conto inventado ao acaso, contribuem para ilustrar, por assim dizer, as verdades morais. Mas essas verdades são antes fruto do diálogo e não dogmaticamente estabelecidas.

[Elles ont toutes pour objet de mettre en lumière quelque prescription de sagesse, de préconiser quelque qualité essentielle, Tobéissance, la modestie, l'esprit d'ordre, la raison; l'anecdote puisée dans la vie, ou le conte inventé à plaisir, contribue à illustrer, pour ainsi dire, les vérités morales. Mais ces vérités ressortent du dialogue plutôt qu'elles n'y sont dogmatiquement établies.] (GRÉARD, 1887, p.157)

A *maternidade filosófica* foi fundamental para o desenvolvimento de sua obra, para a fundamentação de suas ideias pedagógicas e, sobretudo, para a educação de sua neta – já que a

obra é fruto da sua experiência como educadora da neta Emilie. Já para Madame de Staël, grande escritora e figura pública do século XVIII, esta concepção educacional esteve profundamente relacionada à sua formação.

Madame de Staël, batizada Germaine, recebeu uma sólida educação ministrada também por sua mãe, Suzanne Necker, que buscou exercer a função maternal da melhor maneira possível. Mesmo com suas ocupações de *sallonière* e com as obras de caridade, Suzanne se dedicou aos cuidados e à educação da filha, o que não era comum no período. Sensível às mudanças na concepção de maternidade e principalmente às ideias de Rousseau, ela amamentou a filha por algum tempo, mas devido à fragilidade de sua saúde logo foi impedida de realizar esta tarefa, o que lhe causou imenso desgosto. A educação da pequena Germaine foi tutelada por sua mãe, procurando formar a criança à sua imagem.

Suzanne Necker compartilhava com outras mães sábias de sua época a ideia de que a maternidade não se restringia às funções ditas naturais e nem somente à moralidade cristã tradicional, mas abarcava um conjunto de atividades e de disposições típicas do conhecimento filosófico. Suzanne acreditava que apenas ela poderia garantir formação adequada à filha; somente ela sabia quais seriam as necessidades, bem como as virtudes que deveriam ser cultivadas para que Germaine se tornasse uma mulher digna, inteligente e exemplar.

Germaine escrevia e lia diariamente, tendo uma rotina de estudos intensa. No programa de estudos feito para ela estavam o francês, latim e inglês, dança, música e ciências. Suzanne Necker garantiu à filha uma educação esmerada e completa, aos moldes daquela que Rousseau propôs. Só que ao invés de educar Germaine para ser um reflexo de Sophie, Suzanne dizia que a educou para ser como Emile – embora tenha feito inúmeras modificações no programa proposto por Rousseau.

Quando analisamos as correspondências entre mãe e filha, observamos o cuidado que Suzanne tinha com a educação e instrução de sua filha e apesar de Suzanne Necker ter uma postura demasiadamente austera, bem de acordo com sua formação calvinista, a educação oferecida à sua filha tem muito em comum com aquela que Madame d'Épinay garantiu à sua neta e fixou em sua obra. Ambas, Necker e d'Épinay, buscaram formar uma jovem mulher com amplos conhecimentos, bem como desenvolver predicados sociais e morais dignos de uma dama de virtudes (ARAÚJO, 2011).

Em diversas cartas Suzanne Necker recomendou que a filha cuidasse de sua saúde, porém fica manifesto que sua principal preocupação era com a formação moral e intelectual da filha. Há muitos indícios nas correspondências entre mãe e filha do que estamos a denominar

maternidade filosófica, pois a educação de Madame de Staël foi planejada, direcionada e ministrada por sua mãe, que mesmo afastada cuidava de perto da formação da filha (ARAÚJO, 2011)

Consideramos que a prática da maternidade filosófica foi fundamental para a formação intelectual de muitas mulheres no século XVIII. Se as instituições de educação feminina não lhes davam instrução ampla e equiparada à masculina, onde foi que as mulheres adquiriam as bases educacionais para adentrar nas discussões filosóficas e produzir suas obras?

Os salões contribuíram muito para formação feminina e para a produção escrita de muitas mulheres (MARTINS, 2010). Além de ser um ambiente que valorizava a cultura escrita, havia muita troca de informações e debates filosóficos, bem como o estabelecimento de um estreito círculo social; amizades e parcerias intelectuais foram estabelecidas, o que garantiu sucesso a muitas de suas frequentadoras e, sobretudo, das *salonnières*.

Mas isto não teria sido possível se já não houvesse uma base educacional. Foi necessário que de alguma forma conhecimentos tivessem sido adquiridos previamente, e como as instituições de ensino não garantiam esta formação, coube à educação fornecida em casa suprir esta carência. Apesar de muitos preceptores e governantas desempenharem esta função, mães influenciadas pelas transformações no modelo de maternidade, se dedicaram à educação dos seus filhos e de suas filhas. Desta forma, defendemos que a prática da *maternidade filosófica* foi muito importante para a formação feminina no século XVIII, sobretudo das intelectuais e *salonnières*, pois supriu uma carência educacional e contribuiu para que elas conseguissem adentrar em áreas que não eram franqueadas às mulheres.

Porém, ressaltamos que foi apenas uma pequena parcela das mulheres que teve a chance de usufruir deste modelo educacional. A maioria ainda era submetida às instituições de ensino religiosas que tinham programas muito reduzidos. Seguindo o pensamento hegemônico, nas instituições de educação feminina as alunas eram instruídas para o desempenho de seus futuros papéis

[...] é preciso lembrar que toda a educação propriamente intelectual lhes era proibida. Na escola, em casa ou no convento, evitava-se desenvolver esses espíritos. E mesmo se houve, aqui e ali, pequenas modificações de programa, o conteúdo de ensino das meninas foi de uma mediocridade espantosa até a primeira metade do século XIX, pois a finalidade era sempre a mesma: fazer delas esposas crentes, donas-de-casa eficientes. (BADINTER, 2003, pp. 91-92)

Enquanto os meninos recebiam desde muito jovens educação formal com preceptores instruídos e mais tarde eram enviados aos colégios, a educação formal feminina era quase inexistente. E este é um dos paradoxos do Iluminismo: apesar da mulher estar no centro dos

discursos e representações e até mesmo nas cenas públicas, ela era considerada inferior ao homem. Godineau (1997) afirma que o século XVIII foi o século da mulher, porém, a mesma sociedade que a colocava no centro das discussões a preteria, já que ela deveria estar sempre submissa ao homem.

Como a educação mista não era considerada adequada, apesar de em menor quantidade, concomitantemente à criação de instituições de ensino masculinas, foram criadas instituições que cuidavam da educação de meninas. Por toda a França conventos, escolas elementares e colégios internos laicos passaram a se responsabilizar pela educação feminina. Alguns deles, se afastando da educação tradicional, ofereceram a oportunidade de um ensino mais completo para muitas meninas.

O convento, assim como a residência particular, foi o local da educação feminina desde a Idade Média. Como instituição duradoura, que manteve sua influência e status durante séculos, teve que se adaptar às novas demandas da sociedade para que, além de manter sua funcionalidade, conservasse também sua importância e prestígio.

Historicamente o convento era uma instituição fechada, com pouco contato com o mundo exterior. As meninas que lá estudavam, sempre em regime de internato, se preparavam desde muito jovens para a vida religiosa. Toda sua formação era voltada para este fim. Porém, com a tomada de consciência da Igreja Católica sobre a já citada importância social da mulher, esta situação se altera. Segundo Sonnet (1994), a partir do século XVII os conventos começaram a abrir suas portas para meninas que após receberem uma educação formal, não seguiam obrigatoriamente a vida religiosa.

Com isto, mais do que local de formação de futuras religiosas, os conventos tornam-se instituições pedagógicas que buscavam instruir meninas para a vida – mas não deixando de visar, sobretudo, sua formação moral e religiosa. Porém, apesar de ter profunda importância para a educação nos séculos XVII e XVIII, o convento não foi a instituição pedagógica mais proeminente no que se refere à educação feminina. Nestes locais os custos com a educação eram muito altos. Apenas as filhas das famílias mais ricas conseguiam estudar nestas instituições religiosas.

Outra opção de instituição para educação de meninas era o internato laico. Esse espaço escolar visava a formação de damas respeitáveis, com predicados variados. Aulas de pintura, dança, música, declamação e desenho eram ministradas buscando formar moças sensíveis e com traquejo social. Na França eles surgiram no século XVIII e se difundiram por diversas cidades propondo um modelo de educação que não afastava as moças do convívio social durante

o processo educacional. A proposta destes estabelecimentos era a aproximação das jovens com os valores sociais que muitas vezes eram negligenciados nos conventos (SONNET, 1994).

Como o convento, o internato laico era destinado às moças com mais recursos financeiros; então, era na escola elementar que as meninas dos grupos sociais mais baixos recebiam educação. Por ter custo baixo, ou podendo ser inclusive gratuita, a escola elementar era mais acessível à população em geral. Mesmo as famílias empobrecidas que não precisavam que suas filhas desempenhassem atividades domésticas, as colocavam nestas escolas para receber educação.

Mais flexível no que diz respeito à adaptação das escolas à condição dos alunos, a escola elementar estava presente na cidade e nos campos, atuava em regime de internato ou externato. Existiam instituições nas quais havia inclusive turmas mistas, apesar da franca oposição da Igreja. Estas turmas eram mais presentes no campo, onde ao contrário da cidade, os pais não se incomodavam que meninos e meninas dividissem o mesmo ambiente escolar.

O valor pago pelo ensino na escola elementar como dito acima, era muito mais baixo do que pelo ensino ministrado nas outras instituições já citadas, sobretudo sob o regime de externato. Com isto, muitas famílias com baixo poder econômico, como por exemplo, artesãos e pequenos comerciantes, conseguiam garantir educação às filhas e mesmo as meninas que não podiam pagar pelas aulas tinham a oportunidade de estudar.

Isto porque a partir do século XVII muitas instituições abrem-se para o ensino caritativo, ou dedicam-se à educação dos pobres. Muitas das escolas femininas gratuitas eram mantidas por doações ou pela produção artesanal das próprias alunas. Contudo, mesmo com todas estas instituições de ensino para meninas o espaço das residências particulares também obteve profunda importância e relevância para a educação das mulheres. Segundo Sonnet (1994), entre os séculos XVI e XVIII a casa foi o principal local para a educação feminina.

Nas residências particulares muitas meninas recebiam educação nos moldes dos conventos e internatos, com programas de estudos voltados apenas aos afazeres domésticos, morais e religiosos. Mas também foi nestes espaços que os programas de educação mais completos foram elaborados. Neles muitas meninas com pais sensíveis às novas ideias iluministas receberam educação primorosa de suas mães ou dos seus preceptores.

Este é o caso de Gabriele Émilie du Châtelet (1706 - 1749). Nascida em uma família nobre e muito rica, ela foi incentivada desde pequena a se dedicar aos estudos. Sua família era de magistrados e seu pai, que teve contato direto com os negócios de Luis XIV, lhe garantiu o ensino de diversas matérias em domicílio. Segundo Elisabeth Badinter (2003) ela não teve uma

educação como a das outras crianças de sua época. Ela recebeu educação excepcional e como demonstrou grande interesse pelo saber, seus pais estimulavam que se dedicasse cada vez mais aos estudos; nada lhe foi restringido devido ao seu sexo – o que não ocorreu com a grande maioria das meninas.

Porém, não podemos deixar de frisar novamente que Gabriele du Chatêlet, assim como Germaine de Staël e todas as outras meninas que tiveram o privilégio de receber uma educação completa representam uma pequena parcela das meninas francesas daquela época. Como pudemos observar, maioria delas tinha uma educação formal precária. Sua instrução era baseada nas funções que deveriam desempenhar quando adultas e não visava autonomia ou mesmo a realização pessoal. Se era cada vez mais amplo o acesso à alfabetização, o acesso das mulheres ao saber era bastante escasso e difícil. Como já dito, Sophie, tornou-se o modelo a ser seguido. Muitas mulheres desejavam assemelhar-se a ela, educar suas filhas nos padrões rousseuístas. Homens de letras acreditavam que aquela educação era a ideal, seguindo os passos de Rousseau em suas teorias educacionais ou sociais.

Considerações finais

Como vimos acima, no século XVIII, com o advento da crítica iluminista a questão da organização social passou a ser de suma importância devido ao desejo do desenvolvimento civilizacional tão intensamente defendido pelos filósofos ilustrados, como Jean-Jacques Rousseau. A definição das funções sociais passou a ser amplamente discutida e divulgada por meio de tratados e ensaios que apregoavam a dicotomização das esferas de atuação de homens e mulheres. Contudo, nem todas as mulheres desejavam viver de acordo com a restrita cartilha rousseuísta. Muitas delas tinham outro ideal de existência feminina, distinto daquele apregoador por Rousseau. Este foi o caso de Madame de Staël, escritora e *salonnière* que desejava mais do que as barreiras de gênero tradicionais permitiam às mulheres.

Muitas desejavam participar das discussões ilustradas, seja como anfitriãs dos salões, seja traduzindo ou publicando seus próprios textos. É sobre estas mulheres que ambicionaram e ousaram ser mais do que foi Sophie. Mulheres que desafiaram o modelo rousseuísta de gênero e que ousaram, através da escrita, garantir outras possibilidades de existência e de ação. Por meio da educação recebida tiveram a oportunidade de se aproximar das discussões filosóficas e por meio da escrita buscaram outro tipo de felicidade e de realização pessoal.

A partir desta discussão conseguimos refletir acerca da influência do Iluminismo na concepção de gênero e dos papéis sociais das mulheres, bem como apresentar Sophie, a

personagem rousseauísta que se tornou verdadeiro modelo de educação ilustrada no século XVIII, para entender quais eram os ideais defendidos pela ideologia dominante acerca do feminino, bem como qual era a dimensão de ser uma escritora na França no referido período.

E assim compreender que os indivíduos que contribuíam para a formação do conhecimento sobre o Homem – tais quais filósofos, médicos, pedagogos e teólogos - se declararam observadores de uma ordem pré-estabelecida, mas seus ideais partiam de uma formação ideológica muito específica, o patriarcado. O gênero foi um dos alicerces epistemológicos nos quais suas teorias foram erigidas. Embora tenham se empenhado em naturalizar as atividades e subjetividades femininas, estas delimitações começaram a ser questionadas. Indivíduos que se sentiam pouco confortáveis dentro daqueles rígidos modelos de feminilidade e masculinidade; que vivenciavam o sentimento de inconformidade frente a tais delimitações sociais, estavam dispostos a questionar os paradigmas sociais.

Referências

ARAÚJO, Flora Morena M. M. *Entre mãe e filha: Memórias e experiências da maternidade na escrita epistolar de Suzanne Necker e Madame de Staël*. Monografia (bacharelado em História) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

_____. *Para além de Sophie: a construção do modelo feminino nas obras Les conversations d'Émilie, de Madame d'Épinay, e Corinne, de Madame de Staël*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 2014.

BADINTER, Elisabeth. *Émilie, Émilie: a ambição feminina no século XVIII*. São Paulo: Duna Dueto, 2003.

_____. *Um Amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CASBANET, Michèle – Crampe. “A mulher no pensamento filosófico do século XVIII”. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente*. Do Renascimento à Idade Moderna. Lisboa: Edições Afrontamento, 1994.

CHARTIER, Roger. “O homem de letras”. In VOLVELLE, Michel (Org). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997.

DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DUBY, G.; PERROT, M.. *História das mulheres no Ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna*. Tradução de Maria Carvalho Torres. Lisboa: Edições Afrontamento, 1994.

GRÉARD, Octave. *L'éducation des femmes par les femmes: Études et portraits*. Paris: Librairie Hachette, 1887. Disponível em <http://www.archive.org/details/leducationdesfem00gruoft> Acessado em 15 de outubro de 2017.

GODINEAU, Dominique. “A Mulher”. In: VOLVELLE, Michel (Org). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997.

HEROLD, J. Christopher T. L. *Mistress to an age: a life of Madame de Staël*. New York: Grove Press, 1958.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Os salões iluministas e a produção da escrita de mulheres*. Texto apresentado no evento “Sentimentos na História”, promovido pela Linha de pesquisa Intersubjetividade e pluralidade: reflexão e sentimento na História, do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, realizado em novembro de 2010. (Não publicado)

_____. *Veredas insuspeitadas para o feminismo: das relações entre o humanismo liberal, o reformismo social e o feminismo no século XIX*. Texto não publicado e apresentado no I Colóquio Nacional de Gênero e História da UNICENTRO em Guarapuava em junho de 2013.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social*. Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, nº 13. Ed. Escala: São Paulo, 2006.

_____. *Emílio: ou da educação*. Tradução Sérgio Milliet – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SALVADORE, Évelyne Berriot. “O discurso da medicina e da ciência”. In: DUBY, G.; PERROT, M. *História das mulheres no Ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna*. Tradução de Maria Carvalho Torres. Lisboa: Edições Afrontamento, 1994.

SMITH, Bonnie G. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru: Edusc, 2003.

SONNET, Martine. “Uma filha para educar”. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Orgs) *História das mulheres no Ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1994.

VOLTAIRE. *Dicionário filosófico*. S.d. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/filosofico.html>. Acessado em 16 de fevereiro de 2018.

VOLVELLE, Michel. “Introdução”. In: VOLVELLE, Michel (Org). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Presença, 1997.

Artigo recebido em 6 de março de 2018

Aceito para publicação em 13 de abril de 2019

¹ Na França, o conceito de *philosophe* não se referia apenas à tradicional concepção de filósofo. Roger Chartier (1997) destaca que este termo era tomado como homem erudito que não se resignava à contemplação ou à metafísica, mas aos indivíduos que aliavam reflexão com ação; a posição de homem de letras com a de crítico social. Como estamos nos referindo à construção deste ideal, optamos por deixar o termo em seu idioma de origem. Nas outras ocorrências utilizaremos o termo em português para uma melhor compreensão do leitor e fluidez textual

² Destacamos que este não foi um movimento unitário ou consciente. Foi uma prática de algumas mulheres do século XVIII, mas que não formou teoria pedagógica formal. A denominação é feita por Martins como forma de identificação desta vivência, onde mães cultas ministravam a educação de suas filhas (MARTINS, 2010).

A MULHER MODERNA: PRÁTICAS URBANAS E VIDA DOMÉSTICA EM SÃO PAULO (1930-1960)

THE MODERN WOMAN: URBAN PRACTICES AND DOMESTIC LIFE IN SAO PAULO (1930-1960)

Sabrina Studart Fontenele COSTA*

Resumo: Este texto apresenta um panorama da presença das mulheres de classe média em seus espaços domésticos e sua interação com o espaço urbano de São Paulo em meados do século XX. Momento que passaram a usufruir de maneira mais intensa da vida urbana, ampliaram sua formação educacional e entraram no mercado de trabalho. Nos anúncios e textos do período, a imagem da “mulher moderna” está vinculada a figura que circula livremente pela cidade, como também aquela que é responsável pela organização das atividades domésticas. Buscando discutir a dimensão e as contradições dessa representação foram utilizadas como fontes de uma pesquisa qualitativa histórica os anúncios de jornais e revistas, os desenhos e fotografias dos projetos de alguns edifícios e estudos sobre a presença feminina na metrópole.

Palavras-chave: Cultura visual, cidade, mulher moderna, domesticidade, arquitetura

Abstract: This text presents an overview of the mid-class women’s presence in their domestic spaces and their interaction with the urban space in the middle of the 20th century in São Paulo. The period when they began to enjoy more intensely the urban life, expanded their education and entered the labor market. In the advertisements and texts of the period, the image of the “modern woman” is linked to a figure that circulates freely throughout the city, as well as that which is responsible for the organization of domestic activities. Looking to discuss the dimension and the contradictions of this representation were used as sources of qualitative historical research the advertisements of newspapers and magazines, drawings and photographs of the projects of some buildings and studies on the female presence in the metropolis.

Keywords: Visual culture, city, modern woman, domesticity, architecture

Introdução

Este artigo busca compreender a imagem de “mulher moderna” que foi apresentada e divulgada no contexto paulistano, buscando analisar a presença das mulheres de classe média em seus espaços domésticos e sua interação com o espaço urbano no meio do século XX. Para tanto, foram utilizados como fonte de uma pesquisa qualitativa histórica os desenhos e fotografias dos projetos de arquitetura de alguns edifícios vinculados ao movimento moderno,

* Mestre em História da Arquitetura e do Urbanismo - Doutora em História da Arquitetura e do Urbanismo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - USP - Universidade de São Paulo, campus São Paulo. São Paulo, SP – Brasil. Bolsista Fapesp, processo 2016/08717-0. Pesquisadora de Pós-doutorado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: sabrina.fontenele@gmail.com

anúncios do jornal Estado de São Paulo, textos literários e estudos sobre a presença feminina no Centro de São Paulo. Deverá ainda refletir sobre as diferenças e semelhanças com outras experiências nacionais e internacionais de maneira a melhor compreender as práticas domésticas e as vivências urbanas das mulheres de São Paulo.

Este trabalho tem como recorte temporal o período entre as décadas de 1930 e 1960, quando as grandes transformações físicas, sociais e culturais ocorreram na área central de São Paulo. As mudanças enfatizadas neste artigo lançam olhar sobre os aspectos urbanos (uma malha urbana que se reconfigurava com a abertura e alargamento de novas vias), arquitetônicos (a verticalização intensa na área central e os novos programas), assim como os culturais.

Era nas cidades, as quais trocavam sua aparência paroquial por uma nova atmosfera cosmopolita e metropolitana, que se desenrolavam as mudanças mais visíveis. Através de um processo diagnosticado por vários críticos temerosos como imperfeito e desorganizado, a nova paisagem urbana, embora ainda guardasse muito da tradição, era povoada por uma população nova e heterogênea, composta de imigrantes, de egressos da escravidão e de representantes das elites que se mudavam do campo para a cidade (MALUF; MOTT, 1998, p. 371).

Tratava-se de um momento em que as novidades invadiam o cotidiano, seja por intermédio de novos aparatos tecnológicos (televisão, geladeira, aspirador em pó, bondes elétricos, entre outros) ou novos hábitos (ida ao cinema, visita às galerias de arte, práticas de esportes) que aqui serão analisados. Se nem todos os cidadãos podiam comprar eletrodomésticos que facilitassem a vida no lar ou frequentar os cinemas, quase todos eram impactados pelo ritmo de vida que se fazia cada vez mais ágil pela presença de transportes de massa mais rápidos, elevadores que deslocavam trabalhadores para alturas cada vez maiores ou, até mesmo, pelas novas vias e rodovias que ligavam de maneira mais efetiva as cidades brasileiras.

Neste contexto, a expressão “mulher moderna” é apresentada em crônicas e anúncios do período reforçando a ideia de uma nova abordagem que associa modernidade à figura feminina. O próprio termo “moderno” ganhou ênfase como a demonstração do novo, do progresso, de liberdade, de emancipação. Segundo o historiador Nicolau Sevcenko, “o vocábulo ‘moderno’ vai condensando assim conotações que se sobrepõem em camadas sucessivas e cumulativas, as quais lhe dão uma força expressiva ímpar, muito intensificada por esses três amplos contextos: a revolução tecnológica, a passagem do século e o pós-guerra” (SEVCENKO, 2003, p.228).

As mulheres na metrópole

A cidade de São Paulo concentrou por mais de três séculos suas atividades econômicas, políticas e sociais em um triângulo histórico cujos vértices eram delimitados por três edifícios religiosos: o Mosteiro de São Bento, Convento do Carmo e o Convento de São Francisco. No final do século XIX, novas áreas de expansão são ocupadas de maneira mais intensa. A construção do Viaduto do Chá estimulou a implantação de chácaras e palacetes na região localizada a oeste do Vale do Anhangabaú. Especialmente no entorno da Praça da República, no final da década de 1930, a paisagem urbana se transformou pela abertura e alargamento de novas avenidas propostas no Plano de Avenidas (1930), executadas pelo então prefeito Francisco Prestes Maia e pela construção de grandes edifícios com desenho moderno na primeira metade do século XX.

Nestes espaços, um novo ritmo da cidade se impunha no caminhar ligeiro de seus pedestres, na velocidade dos automóveis e na possibilidade de expandir os limites de altura pelos avanços tecnológicos. Além das transformações físicas da metrópole, era visível uma mudança no modo de vida urbano. Para se ter uma ideia mais clara de tais transformações, Pasquale Petrone registrou que, na década de 1950, a cidade apresentava dezoito estabelecimentos de ensino superior, três universidades, quinze estabelecimentos de ensino agrícola e industrial, 106 livrarias, 150 cinemas, oito teatros e cinco cines-teatros, doze estações de rádio e três de televisão (PETRONE, 1955). Estes novos hábitos se refletiam inclusive nos novos desenhos arquitetônicos espalhados de espaços pelo centro da cidade, onde as antigas edificações foram substituídas por novos arranha-céus que rompiam a escala horizontal e propunham novos programas.

Diversas autoras (SOHIET, 2016; RAGO, 2004; MIGUEL; RIAL, 2016) apontam, que neste momento, as mulheres das camadas médias e altas começam a ganhar as ruas, atividade que desde o século XIX era restrita às operárias que precisavam se deslocar para as fábricas ou as mulheres que tinham empregos informais, como empregadas domésticas, lavadeiras, doceiras, floristas, artistas ou meretrizes.

Sobretudo desde o surgimento das fábricas, em São Paulo, aumentava a circulação feminina nas ruas: as operárias dirigiam-se às fábricas de tecidos, fósforos, velas, onde trabalhavam, ao lado de crianças, entre doze e treze horas por dia, ou participavam com seus companheiros de agitações sociais e políticas; outras distribuíam-se em trabalhos informais, como empregadas domésticas, lavadeiras, doceiras, floristas, vendedoras de charutos, artistas ou meretrizes. Contudo, para as mulheres das camadas médias e altas, sobre quem pesava um controle social e moral mais rígido, passear pelas ruas comerciais, observar calmamente as vitrines das lojas, fazer pequenas compras na rua Direita, na XV de Novembro, ou no Mappin Store e, em seguida, conversar nas confeitarias elegantes eram práticas recentes que começavam a ser incorporadas na rotina cotidiana (RAGO, 2004, p. 393).

O Centro de São Paulo é o espaço por onde se deslocam essas mulheres em busca de lazer, serviços, cursos de formação e empregos. No fim do dia, as ruas são tomadas pela multidão que se desloca também para ver as vitrines das ruas comerciais, frequentar os cafês, galerias de arte, teatros e cinema implantados nos novos edifícios modernos, práticas que foram lentamente incorporadas na rotina cotidiana de determinadas classes sociais.

As diversas lojas implantadas nas galerias ou na rua Barão de Itapetininga, considerada o eixo comercial de artigos de luxo do período, enfatizam que seus produtos são para o público feminino que prioriza o conforto e preocupa-se com o tempo e com sua aparência, como destaca o anúncio de relógio: “quando a cidade se ilumina, elas brilham (sic)... O relógio Movado é mais do que um ornamento, pois lhe dará sempre a hora certa, que é fator primordial na vida da mulher moderna” (Estado de São Paulo, 06 de julho de 1958, p. 02).

**Quando a cidade se ilumina
elas brilham...**

O sol se põe! O ar torna-se mais leve! Surgem as primeiras estrelas! É chegada a hora em que a Senhora vai escolher sua toilette e suas jóias para a noite... e a essa hora, que o Relógio Movado enlameia seu gracioso pulso, dando brilho, graça e beleza a cada gesto seu. Sob as luzes da noite, que fazem cintilar suas preciosas joias, destaca-se o seu Movado. O relógio Movado é mais do que um ornamento, pois lhe dará sempre a hora certa, que é fator primordial na vida da **mulher moderna**.

A sua 15 k, vidro de salina lapidada
B sua 18 k, vidro de salina lapidada

MOVADO

a venda nas melhores casas da ramo

Figura 01: anúncio do relógio Movado

Fonte: jornal Estado de São Paulo, 06 de julho de 1958, página 02

Neste anúncio, a figura feminina é representada a partir da silhueta de três senhoras de vestido e salto alto em frente a uma vitrine iluminada, atrás de grandes carros e próximas aos

térreos de arranha-céus, reforçando a ideia de que a mulher moderna está inserida no contexto urbano.

Para as mulheres, além de se relacionar mais estreitamente com o lazer, o ato de comprar e consumir significa a possibilidade de ultrapassar as fronteiras do seu cotidiano privado. Sair de casa para as compras, tomar decisões e poder escolher, além de ser o alvo das atenções (de anunciantes, vendedores e prestadores de serviço), têm também um caráter libertário para elas” (MIGUEL; RIAL, 2016, p. 164).

Neste caso, o termo “mulher moderna” reforça-se ainda a partir de outros símbolos: roupas, cortes de cabelo, poses, hábitos. As mulheres representadas neste anúncio usam saltos altos, cabelos presos e vestidos longos com cintura bem marcada, o que contrasta fortemente com as figuras masculinas de paletó num corte reto. A formalidade da roupa demonstra a ideia de que o espaço público é um lugar onde homens e mulheres desempenham diferentes papéis que exigem cuidado na sua apresentação.

Outro anúncio interessante é o do “Perfume Centenário” que se oferece como “um perfume moderno para a mulher moderna” (Estado de São Paulo, 25 de janeiro de 1954) e apresenta uma senhora de cabelos curtos, com batom nos lábios e vestido preto, com as mãos na cintura numa postura de quem encara seu observador com um olhar desafiador. Um forte símbolo da modernidade paulistana está representado no anúncio, numa posição de destaque: a escultura em espiral proposta por Oscar Niemeyer para o Parque Ibirapuera, na ocasião dos festejos do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo. O desenho que aparece ao fundo do nome do perfume não se coloca ao acaso, mas remete a uma tentativa de afirmação da cidade a partir de um evento que evocava seu crescimento industrial, político e econômico, e que se utilizou das formas e da arquitetura moderna para reforçar a ideia de progresso. Segundo Paulo Garcez Marins, “a modernidade cosmopolita das edificações de Niemeyer e do símbolo em espiral foram intensamente invocadas na propaganda oficial e nos anúncios publicitários privados publicados na imprensa” (MARINS, 2003, p. 9).



Figura 02: anúncio do perfume centenário

Fonte: jornal Estado de São Paulo, 25 de janeiro de 1954, página 15

Eram frequentes os passeios pelos corredores das galerias para fazer compras nos espaços comerciais especializados. Nos anúncios do jornal o Estado de São Paulo encontramos, por exemplo, chamadas das lojas de lingerie e de roupas femininas. As próprias galerias modernas do Centro são reconhecidas como espaços da modernidade que estimulavam a sociabilidade na região central com desenhos inovadores que ocorriam nos térreos de edifícios modernos altos (COSTA, 2015).



Figura 03– mulher em destaque na galeria do Edifício Itália

Fonte: Revista Acrópole, n. 210, p. 225

Roupas finas para Senhoras

Habilmente executadas em nossa oficina de costuras, oferecem comodidade, e elegância á silhueta da **mulher moderna.**

Calças
Cintas
Peignoirs
Soutiens
Combinações
Pijamas
Camisolas

Sortimento completo de
artigos de jersey
"Valisère"

CASA LEMCKE
Fundada em 1902
São Paulo - Rua Libero Badaró, 303.
Santos - Rua João Pessoa, 45-47.

Figuras 04 – anúncios de loja exclusiva feminina

Fonte: Estado de São Paulo, 18 de fevereiro de 1945, p. 11

Inseridas na forte dinâmica cultural da cidade, as mulheres frequentavam os cinemas, as galerias de arte, os restaurantes e bares da região central, muitas vezes protagonizando os episódios importantes do contexto cultural. Em 1945, o Instituto dos Arquitetos do Brasil inaugura uma exposição de pinturas da Anita Malfatti¹ em seu espaço no Edifício Esther (Estado de São Paulo, 11 de maio de 1967, p. 09), enquanto que, em 1967, Noêmia Mourão² abriu na Galeria Metrôpole um espaço voltado para os artistas modernos (Estado de São Paulo, 11 de maio de 1967, p. 09).

Além das facilidades do cotidiano, nos espaços do térreo ocorriam as atividades de lazer e sociabilidade entre os que moravam, trabalhavam ou circulavam pelo Centro, entre salas de cinemas, galerias de arte e livrarias. A ida aos cinemas para assistir aos filmes recém-chegados de Hollywood também era um evento onde as pessoas poderiam se encontrar, verem e serem vistas, além de se atualizar sobre as novidades americanas. “O cinema, que se tornava um dos principais pontos de encontro da nata da sociedade paulistana, ganhava, a partir dos anos 20, salas amplas e luxuosas, cenários refinados para os espetáculos elegantes que então se desenrolaria” (RAGO, 2004, p. 395).

A importância da ida aos cinemas pelas mulheres é atestada pelo caderno “Suplemento Feminino” do jornal Estado de São Paulo que, a partir de 19 de agosto de 1955, passa a publicar uma coluna semanal sobre as estreias nos principais cinemas da cidade. Como afirmavam Raquel Miguel e Carmem Rial, “o cinema era para todas (que podiam pagar). Acompanhadas de familiares ou amigas, frequentavam as salas de projeção espalhadas pelo Brasil desde os anos 1920, quando surgiram os primeiros cinemas no Brasil” (MIGUEL; RIAL, 2016, p. 154).

O filme São Paulo Sociedade Anônima – dirigido e produzido por Luis Sergio Person em 1965 – apresenta alguns dos hábitos e dos questionamentos dos homens e mulheres que viviam na metrópole. Na narrativa, Carlos conheceu sua esposa Luciana em um curso de inglês, formação que se mostrava fundamental para o desenvolvimento de qualquer profissional que buscasse se destacar. No primeiro diálogo que se estabeleceu entre eles, na Praça da República, tendo como cenário de fundo arranha-céus modernos em construção, Carlos pergunta o que Luciana está aprendendo, ela responde que além do inglês, datilografia, porque “se amanhã a gente precisar trabalhar, é sempre bom saber outra língua”. Luciana pode ser compreendida como uma moça de classe média com as ambições e entendimentos de uma solteira neste período. Ela procura ter uma formação mais aprofundada do que teve sua mãe, tias e avós, mas sonha com um casamento que não tornasse necessário sua vida “fora do lar”.

Além de Luciana, outras duas mulheres relacionam-se com o protagonista do filme: Ana, mulher bela, de origem humilde e trabalhadora; e Hilda, a mulher intelectualizada que frequenta exposições de arte e vai ao cinema. Essas mulheres reivindicam não somente a possibilidade de circular pela cidade, mas também desejam o aumento das possibilidades de capacitação profissional, melhor remuneração e acesso à educação de qualidade. Segundo Carla Pinsky,

Cresceu na década de cinquenta a participação feminina no mercado de trabalho, especialmente no setor de serviços de consumo coletivo, em escritórios, no comércio ou em serviços públicos. Surgiram então mais oportunidades de empregos em profissões como as de enfermeira, professora, funcionária burocrática, médica, assistente social, vendedora etc., que exigiam das mulheres uma certa qualificação e, em contrapartida, tornavam-se profissionais remuneradas. Essa tendência demandou uma maior escolaridade feminina e provocou, sem dúvida, mudanças no status social das mulheres (PINSKY, 2013, p. 624).

Ainda no filme, a personagem Luciana conta que enquanto ela estuda, seu irmão trabalhava numa loja de ferragens em Brasília. Carlos, seu parceiro, afirma que homens precisam trabalhar e demonstra a ideia, ainda em voga, de que a responsabilidade financeira é masculina, ou, como afirmaria Carla Pinsky sobre os anos 50, “na família-modelo dessa época,

os homens tinham autoridade e poder sobre as mulheres e eram os responsáveis pelo sustento da esposa e dos filhos” (PINSKY, 2013, p. 608).

Além dos cinemas, as livrarias, cafés e bares da região eram espaços dedicados aos encontros e debate que assumiam uma importância cada vez maior na vida social de São Paulo. A designer Ana Luisa Escorel descreve numa crônica como sua mãe, a professora de estética da Universidade de São Paulo Gilda de Mello e Souza, percorria confeitarias, cafés e livrarias para passeios e encontros com outros intelectuais do período.

Agora, quando levava a menina a algum passeio, aniversário, ao teatro, para tomar chá na Vienense ou na Livraria Jaraguá, não abria mão da elegância, nem do laço de fita no cabelo, ajeitado com esmero, porque a mãe era muito caprichosa. [...] Na [livraria] Jaraguá, a mãe ficava à vontade, no meio dos amigos, intelectuais como ela, todas as vezes que as duas iam. Então, antes de chegar à confeitaria, no fundo, parava para conversar entre livros e estantes. E conversava tanto que a menina precisava puxá-la pelo braço, lembrando o chá, os doces e os biscoitos, senão a mãe se esquecia da vida, na prosa (SCOREL, 2010, p. 43).

Parte da efervescência da região central devia-se à presença de alguns cursos da Universidade de São Paulo (USP) espalhados pelos edifícios nos arredores da Praça da República e na rua Maria Antonia. Era comum a circulação dos alunos, professores e funcionários pela área. Logo nos primeiros anos de funcionamento, apesar de serem minoria³, era comum a presença de mulheres entre estes grupos. Com relação à educação das mulheres, Rosemberg afirma:

Longo foi o processo para a permissão legal do acesso geral e irrestrito das brasileiras à educação escolar. Autorizada em 827 pela Lei Geral do Ensino de 5 de outubro, mas restrita apenas às escolas femininas de primeiras letras, a educação das mulheres só conseguiu romper as últimas barreiras legais em 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases da educação (ROSEMBERG, 2016, p. 334).

Essas mulheres que se lançaram no mercado de trabalharam, circularam pelas calçadas, praças e galerias da região central, frequentaram os cinemas, livrarias e cafés com mais liberdade, continuaram a ser vistas como as responsáveis pelos cuidados com a família e com seus lares.

Edifícios inovadores e práticas tradicionais

Os limites físicos da cidade expandiam-se, assim como as alturas das edificações que marcavam a paisagem urbana, fenômeno que era possível em função do avanço econômico do Estado, do desenvolvimento da função comercial e da preeminência político-administrativa da cidade de São Paulo (PETRONE, 1955). Com a implantação das grandes vias pela cidade,

Prestes Maia adotou a partir da década de 1940 uma série de medidas que buscava adequar a escala das construções às novas avenidas, uma possível tentativa de conciliar a imagem de uma cidade com ares modernos com o desenvolvimento econômico do período a partir do estímulo à alturas cada vez maiores (COSTA, 2015).

“A verticalização em São Paulo era um fenômeno central e predominantemente terciário: 70% dos edifícios estavam localizados na área central (triângulo e centro novo) da cidade e 65% eram de uso terciário e na sua maioria construídos para aluguel” (SOMEKH, 1997, p.139). Entretanto, este perfil mudaria a partir da década de 1940, quando foram construídos novos edifícios de uso residencial no Centro e nos bairros arredores, entre eles Santa Cecília, Higienópolis e Bela Vista.

Nesse período de forte vitalidade urbana e sociabilidade na área central, revistas, periódicos, colunas femininas de jornal apresentavam sugestões de como organizar as casas de maneira mais prática e anunciavam os aparelhos e as facilidades domésticas (fogão, geladeira, gás). Entre os arquitetos, o discurso pela busca de um modo de vida moderno estava presente em manifestos que marcaram gerações, como também em artigos de revistas especializadas.

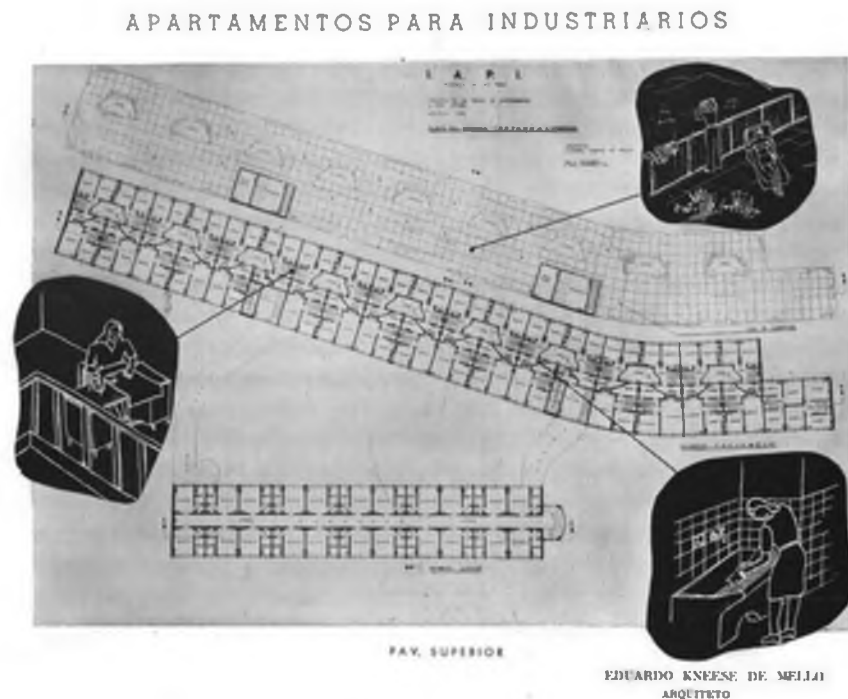
Os arquitetos modernos atendiam as demandas pela criação de novas construções de habitação propondo organizações espaciais diversas e novas técnicas construtivas. Muito mais rentáveis que habitações horizontais de alugueis, os edifícios com vários andares ainda se vinculavam à imagem de progresso e avanço técnico.

As plantas dos edifícios apresentam uma organização racional e funcional, com a otimização das áreas dos apartamentos. Alguns cômodos considerados de prestígio entram em desuso (sala de jantar, copa, gabinetes) e diversos detalhes dos apartamentos se utilizam dos recursos e avanços técnicos do período. Entre as novidades do período estão os apartamentos duplex (que distribuem seu programa em dois pavimentos) e as quitinetes (com áreas reduzidas e integração entre os ambientes).

Um empreendimento representativo das ideias e práticas do período é o conjunto Conjunto Residencial Armando de Arruda Pereira (conhecido como Japurá). O arquiteto Eduardo Kneese de Mello projetou em 1945 duas torres com propostas habitacionais diferentes. Enquanto que a primeira torre, mais baixa, é formada por quitinetes destinadas a jovens solteiros (aqui, a ideia defendida é a de que apenas homens podem morar sozinhos), a grande torre tem 14 pavimentos e abriga 288 unidades habitacionais duplex.

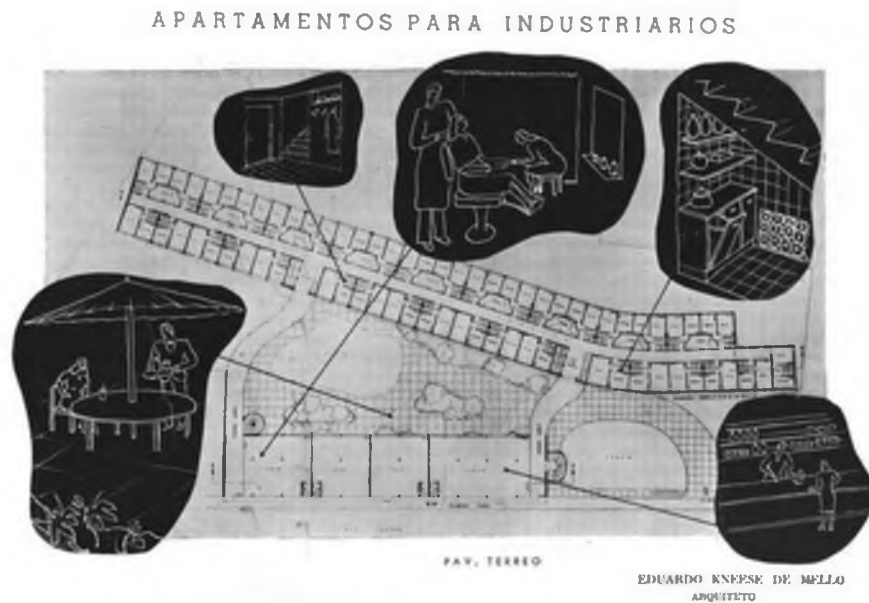
Os desenhos apresentados em um livro sobre o empreendimento - e reproduzidos na revista *Acrópole* (1948) - demonstram as possibilidades de atividades nas áreas comuns, assim como nos espaços íntimos do conjunto a partir de suas moradoras.

Na prancha do pavimento superior, dois balões referem-se às atividades desempenhadas pelas mulheres no interior dos apartamentos: lavar roupa e costurar. Nas áreas comuns, está mesma mulher apresenta a possibilidade lazer na cobertura: enquanto uma figura feminina de calça, camisa e cabelos longos aprecia a paisagem olhando pelo binóculo os altos edifícios representados, uma outra repousa numa espreguiçadeira de biquíni e óculos de sol. Enquanto a planta do pavimento térreo do conjunto demonstra as possibilidades de uso das áreas comuns também se utilizando das mulheres em atividade: no salão de beleza deitada numa cadeira enquanto uma mulher cuida de suas unhas e outra de seu cabelo, ou no restaurante/ bar do conjunto onde ela tomaria uma bebida. As ilustrações representam esta mulher a partir de dois estereótipos: a mulher responsável pelos cuidados da casa e de seu corpo.



Figuras 05: representações femininas e atividades no apartamento e no conjunto

Fonte: *Acrópole*, 1948, p. 287.



Figuras 06: representações femininas e atividades no conjunto habitacional

Fonte: Acrópole, 1948, p. 286.

Sobre a tipologia das quitinetes, diversos estudos afirmam que esses apartamentos começaram a ser projetados nos Estados Unidos a partir dos hotéis com função residencial, quando grandes cidades passavam por processo intenso de metropolização e verticalização (SILVA, 2013). Cott (1990) afirma que nos Estados Unidos, já na década de 1920, metade da população americana era urbana. Neste contexto histórico, as leis americanas incentivaram o crescimento do ensino secundário e a entrada dos jovens no mercado de trabalho⁴. São estas mulheres que estudam e trabalham nas grandes cidades americanas que buscaram os apartamentos em hotéis para morar em Nova York, a exemplo da protagonista de Sylvia Plath no romance “Redoma de vidro”.

No Brasil, esta tipologia voltou-se de maneira maciça para homens jovens solteiros no mercado de trabalho. Poucos são os exemplos de empreendimentos voltados para o público feminino, como os realizados pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) que planejaram espaços voltados para as mulheres trabalhadoras solteiras nas grandes cidades, a exemplo da Casa da Comerciária e da Casa da Bancária, propostos no Rio de Janeiro nos anos 1950.

No entanto, no caso dos apartamentos duplex ou das quitinetes, a discussão relaciona-se originalmente com a ideia de economia na construção e com o discurso da funcionalidade do

espaço que sugeria novas práticas domésticas levando em conta a entrada da mulher no mercado de trabalho, como também sua participação pela organização do lar e da família.

O uso da tipologia dos apartamentos duplex como recurso para uma organização espacial eficiente surgiu na antiga União Soviética, numa tentativa efetiva de minimizar os espaços íntimos familiares e tornar as atividades domésticas comunitárias. Segundo Françoise Navailh (1995), as discussões realizadas na década deixam claro a importância da força de trabalho feminino e o desgaste que a mesma sofre com a rotina doméstica. Os revolucionários acreditavam que, na sociedade socialista, seria possível libertar a mulher das tarefas domésticas que embruteciam e sufocavam-nas, dispersavam suas forças e impediam-nas de participar da vida social e política.

Em 1928, o Comitê de Construções Estatais, coordenado pelo arquiteto Moisieï Guinzburg, iniciou a construção do conjunto Narkonfim, em Moscou. Ali, diversas atividades domésticas foram coletivizadas a partir da construção de equipamentos comuns - cozinha e sala de jantar coletivas, lavanderia, serviço de limpeza dos alojamentos, jardim de infância, ginásio esportivo, biblioteca e um terraço - enquanto as células habitacionais eram organizadas nos apartamentos com áreas mínimas.

Uma fotografia feita por Vladimir Gruntal, logo depois da inauguração do Narkomfin, registra o interior apartamento duplex. Na sala, uma encontra-se centralizada em relação ao enquadramento, no meio da fotografia. Sentada em uma cadeira, com cabelos curtos, sapatos de salto e sobretudo, ela se debruça sobre uma prancheta (uma tábua sobre cavaletes) repleta de papéis. Sua aparência reforça a ideia de uma leitora concentrada em sua atividade intelectual. A fotografia revela e divulga imagens da nova mulher russa em um novo espaço doméstico idealizado pelos arquitetos modernos soviéticos. A mulher representada se difere diretamente daquela que se ocupa das atividades do lar na interpretação do modelo sugerido no conjunto Japurá.



Figura 07: mulher em apartamento no conjunto soviético Narkomfin
(autor: Vladimir Gruntal, 193?)

Fonte: https://thecharnelhouse.org/2015/07/?ak_action=reject_mobile

Habitar um espaço moderno não significava necessariamente realizar práticas inovadoras. No caso do Japurá, assim como no de vários outros conjuntos habitacionais modernos, a organização espacial era racional e funcional, utilizava-se da tecnologia do concreto armado para propor novos arranjos. No entanto, seus usuários ainda eram vistos de maneira tradicional: mulheres responsáveis pelas atividades domésticas e pelos cuidados com os filhos, enquanto aos homens cabiam o sustento financeiro.

As práticas domésticas nos edifícios modernos de São Paulo

Essa ideia de que as mulheres são as responsáveis pela organização e pelo cotidiano da família e da casa foi fortemente ressaltada ao longo de diversas matérias de jornal dos anos 1950 e 1960. No Suplemento Feminino do Jornal Estado de São Paulo, a colunista denominada Capitu afirma em sua crônica: “A mulher moderna é que encontra tempo para tudo. Inclusive para cuidar ou aprender a cuidar da casa” (Estado de São Paulo, 26 de abril de 1946, p. 04). Mesmo para enfatizar as qualidades de uma boa profissional, é necessário enfatizar que ela é atenta e dedicada às tarefas do lar. Como pode ser observado no relato do encontro de jornalistas, em que os atributos da consulesa da Itália são descritos: “Não nos esqueçamos

também que [a consulesa] é uma pianista de mérito e excelente dona de casa. Representa bem a mulher moderna, que tanto pode cuidar das mais elevadas questões, como desses nadinhas – às vezes tão aborrecidos! – que constituem o cotidiano” (Estado de São Paulo, 15 de dezembro de 1950, p. 05). Para essas mulheres modernas que precisam dominar as atividades do lar, diversos cursos são oferecidos nos periódicos, em especial o *curso de preparação familiar*⁵, *curso de extensão cultural*⁶ e *curso de decoração*⁷.

CURSO DE DECORAÇÃO
 Ciclo de 24 Aulas de Orientação Teórico-Prática
 A cargo de Landorset Simões e Itala Bianchi
 1ª TURMA: de 14 de abril a 30 de Junho
 Informações e inscrições na Secretária da "Casa de Portugal":
 rua da Liberdade, 802 — Tel. 31-6353;
 e na Livraria Jaraguá, rua Marconi, 54; tel. 34-4698

seu lar... seu castelo!

Abra sua personalidade
 mostrando ao lar
 o seu espírito
 com a Alta Classe
 e a Bem-Cheia
 personalidade de Itália.



Móveis de classe
 artística e fabricação
 exclusivas!
 Tapetes e cortinas originais.
 Pequenos objetos de adorno.
 Para a sua casa
 e para o lar.
 São planejados
 para qualquer parte do lar.

PLANIFICAÇÕES SEM COMPROMISSO
 em todos os tipos, desenhos,
 cores, estilos.

hall

Nossos técnicos e artistas
 atendem suas ordens!
MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA.
 Rua Augusta, 121 — Fone: 35-8926 (recados)

Figura 07 – anúncio de curso de decoração

Fonte: Estado de São Paulo, 21 de março de 1958, p. 37

Os anúncios de jornais e revistas ainda mostravam os aparelhos domésticos e as facilidades da vida moderna: fogão, geladeira, gás, querosene, entre outro. No entanto, no Brasil, a possibilidade de comprar eletrodomésticos ainda era limitada a algumas famílias. Somente na década de 1950 esta realidade muda. Rafaela Martins (2016) aponta que “com o passar dos anos, o desenvolvimento industrial do país e a expansão de empresas de energia, que distribuíam gás e eletricidade, a produção e o consumo de utensílios domésticos aumentou” (MARTINS, 2016, p.02). Mas este consumo ainda era restrito a uma pequena parte da população que poderia pagar por eles.

Os informes publicitários do período apontam que o apelo ao consumo tinha como foco as mulheres, apresentando a ideia de praticidade e modernidade. Um outro anúncio do jornal Estado de São Paulo apresentava um refrigerador como “símbolo do requinte e do conforto da vida moderna” (Estado de São Paulo, 05 de outubro de 1954, p. 7). A pesquisadora francesa Monique Eleb afirma que “o conforto é tanto uma noção construída quanto uma conquista. Ao longo do século XX essa noção deixou de ser a expressão de um sentimento qualitativo ou subjetivo para se tornar algo mensurável, objetivo, ligado às ideias de equipamento habitacional e progresso” (ELEB, 2017, p. 157). Os eletrodomésticos expressam as possibilidades de novas dinâmicas domésticas e sua publicidade dialoga diretamente com os textos de jornais que anunciam mudanças nas vidas das donas-de-casa europeias e norte-americanas com a redução do número de empregados. “A empregada doméstica e a pagem (*sic*) praticamente desaparecem do lar norte-americano. A falta da mão de obra e os salários elevados pagos nas indústrias são a causa desse fato” (Estado de São Paulo, 30 de janeiro de 1953, p.06). No entanto, no Brasil, a realidade demora a se modificar. Rafaela Martins aponta que ainda na metade do século XX, as ricas e médias da sociedade paulistana possuíam pessoas que trabalhavam em suas casas. “Serviços como de cozinheiras, babás, e principalmente empregadas domésticas eram executados por mulheres mais pobres” (MARTINS, 2016, p. 186). As mulheres eram responsáveis pela organização das atividades do lar, incluindo no gerenciamento de seus funcionários e de seus equipamentos.

Considerações finais

Este trabalho buscou apresentar um panorama geral da vida das mulheres de classe média que moravam, trabalhavam ou circulavam na região central de São Paulo a partir de uma participação mais intensa nas dinâmicas urbanas da metrópole que se consolidava, assim como nas transformações em sua vida íntima. Diversos estudos apontam as décadas de 1940 e 1950 como o momento em que as mulheres avançam em seus estudos e lançam-se nas cidades. Elas buscam cursos de inglês, de datilografia, procuram empregos, caminham pelas galerias comerciais modernas no fim do dia, cafés, galerias de arte, teatros e cinema implantados nos novos edifícios modernos – ou seja, aproveitam a liberdade possível na cidade.

A urbanização, sem dúvida, modificou alguns padrões culturais. Distâncias maiores entre os locais de moradia, trabalho, estudo e lazer; os trajetos percorridos nos ônibus; a popularização dos automóveis; as possibilidades de diversão diurnas e noturnas, como frequentar piscinas ou praias, ir ao cinema, festas, bailes e brincadeiras dançantes, fazer o footing e excursionar proporcionaram a rapazes e moças, a homens e mulheres uma convivência mais próxima (PINSKY, 2013, p. 621).

Neste momento, a possibilidade de usufruir de novos programas e espaços da metrópole esteve associada à ideia de modernidade que foi bastante reforçada nos anúncios de hábitos e produtos voltados para os habitantes da metrópole. As imagens ou frases que apresentam “mulheres modernas” tentam alcançar alguém que está informada das novidades, seja no cinema, nos percursos urbanos, nas vestimentas ou nos cuidados com a casa.

A mesma “mulher moderna” que se interessa pelos lançamentos do cinema, por passear nas galerias ou por buscar emprego nos novos edifícios modernos é frequentemente informada nos artigos, crônicas e anúncios dos periódicos que, mesmo com a liberdade de circular no espaço público, deve focar suas atenções para os cuidados do lar. Para facilitar seu cotidiano, novos aparatos tecnológicos e outras propostas de organização espacial apresentavam a ideia de uma casa moderna, mas cabiam às mulheres a organização das atividades do lar, incluindo no gerenciamento de seus funcionários e de seus equipamentos. Neste ambiente, estaria sua segurança e sua realização para exercer sua verdadeira vocação, a de dona-de-casa.

Referências bibliográficas

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

COSTA, Sabrina Studart Fontenele. *Edifícios modernos e traçado urbano no Centro de São Paulo*. São Paulo: Editora Annablume, 2015.

ELEB, Monique. Conforto, bem-estar e cultura material na França. In: NASCIMENTO, Flavia Brito; SILVA, Joana Mello de Carvalho; LIRA, José Tavares Correia de; RUBINO, Silvana Barbosa. *Domesticidade, Gênero e Cultura Material*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, pp. 159-174.

SCOREL, Ana Luisa. A menina e a mãe dela. São Paulo: *Revista Piauí*, jan. de 2010, Edição 40, p. 42-45.

HEYEN, Hilde. Modernity and domesticity. Tensions and contradictions. In: HEYEN, Hilde; BAYDAR, Gulsum (orgs). *Negotiating domesticity*. Spatial productions of gender in modern architecture. Nova Iorque: Routledge, 2005, pp. 1-28.

KNEESE DE MELLO, Eduardo. Apartamentos para industriários. IAPI delegacia de São Paulo. Rua Japurá – São Paulo. São Paulo, *Revista Acrópole*, nº 119, p. 281-287, 1948.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (ORG.). *História da vida privada no Brasil 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 367-421.

MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: SEVCENKO, Nicolau (ORG.). *História da vida privada no Brasil 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 131-214.

MARTINS, Rafaela Cristina. A divisão funcional do espaço doméstico por gênero: um olhar através da imagem da mulher na propaganda de eletrodomésticos. Belo Horizonte: Departamento de História, FAFICH/UFMG, 2016. *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG*. v. 7, n. 3.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Programa de mulher. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanez. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016, pp. 148-168.

MIGUEL, Raquel de Barros; RIAL, Carmen. *Programa de Mulher*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 148-167.

PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. In: SILVA, Raul de Andrade (org.). *A evolução urbana de São Paulo*. São Paulo, s.n., 1955.

PINSKY, Carla Bassanez. A era dos modelos rígidos. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanez (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016, pp. 469-512.

_____. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORI, Maria del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 607-639.

RAGO, Margareth. A invenção do cotidiano na metrópole: sociabilidade e lazer em São Paulo. In: PORTA, Paula (org.) *História da cidade de São Paulo 3: A cidade na primeira metade do século XX (1890-1954)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e educação de mulheres. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanez. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016, pp. 333-359.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Joana Mello de Carvalho. *Habitar a metrópole: os apartamentos quitinetes de Adolf Franz Heep*. São Paulo, Anais do Museu Paulista, v.21. n.1. p. 141-157. jan.-jun. 2013.

SOIHET, Raquel. A conquista do espaço público. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanez. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016, pp.218-237.

SOMEKH, Nadia. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador*. São Paulo, 1920-39. São Paulo, Estúdio Nobel, Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 1997.

¹ Anita Catarina Malfatti (1889 -1964) foi uma importante pintora, desenhista, gravadora, ilustradora e professora. Participou da Semana de Arte Moderna de 1922 expondo 20 trabalhos, integrou a Sociedade Pro-Arte Moderna (SPAM), a Família Artística Paulista (FAP) e o Salão Revolucionário na década de 1930.

² Noemia Mourão Moacyr (1912 - 1992) foi uma pintora, cenógrafa, e desenhista. Iniciou seus estudos com Di Cavalcanti, com quem foi casada. Frequentou as academias de arte francesas e atuou como artista plástica no Brasil.

³ Eva Blay aponta que na primeira turma formada em 1936, dos 24 diplomados, apenas duas eram mulheres³. No entanto, gradualmente este número subia a medida que o acesso à educação das mulheres se ampliava.

⁴ Ainda segundo Cott, “entre 1910 e 1940, a proporção das mulheres na força de trabalho era de cerca de ¼, mas as mulheres trabalhadoras tornaram-se, em media mais velhas (umas vez que as jovens até os 20 anos permaneciam na escola) e estavam a concentrar-se de forma crescente nos serviços de escritório, administrativo, de vendas e em profissões qualificadas, tornando-se mais visíveis para os comentadores sociais do que o tinham sido as mulheres que trabalhavam nos setores tradicionais do serviço doméstico, da agricultura e da indústria” (COTT, 1990, p. 103).

⁵ Estado de São Paulo, 28 de fevereiro de 1958, p. 42.

⁶ Idem.

⁷ Estado de São Paulo, 21 de março de 1958, p. 37.

A CONCEPÇÃO MÍSTICA DE IMAGEM EM FRANCISCO DE HOLANDA

THE MYSTICAL CONCEPTION OF IMAGE IN FRANCISCO DE HOLANDA

Thainan Noronha de Andrade*

RESUMO: Francisco de Holanda (1517-1584), artista e teórico de arte português, se destaca como uma figura de grande relevância na cultura do século XVI, tendo sido o primeiro tratadista europeu a elaborar uma sistematização da operação artística de fundamentação neoplatônica, influência que se estende por sua produção plástica. O seguinte artigo tem o propósito de discutir, dentre os diversos aspectos da obra holandiana, a concepção de imagem expressa em seus escritos e sua produção pictórica, identificando algumas de suas fontes conceituais. Tal iniciativa visa contribuir, em sentido amplo, para o estudo das relações entre a filosofia, religião e a arte; e em sentido estrito, para a compreensão da obra de Francisco de Holanda e da cultura artística do século XVI.

Palavras chave: Francisco de Holanda; Imagem; Neoplatonismo.

ABSTRACT: Francisco de Holanda (1517-1584), Portuguese artist and art theoretician, stands out as an important figure in the 16th century culture, being the first European writer to elaborate a Neoplatonic based systematization of the artistic operation, influence that spreads to his plastic production. The following paper aims to discuss, among several aspects of the holandian work, the conception of image expressed in his writings and his pictorial production, identifying some of his theoretical sources. Such initiative aims to contribute, in a broad sense, to the study of the relations among philosophy, religion and art; and, in a strict sense, to the comprehension of Francisco de Holanda's work and the artistic culture of the 16th century.

Keywords: Francisco de Holanda; Image; Neoplatonism.

INTRODUÇÃO

Francisco de Holanda (1517-1584), artista e teórico de arte português, se insere em um momento decisivo em Portugal, iniciado por volta da terceira década do século XVI, marcado por um processo de italianização cultural, fundamentado pelo estímulo e assimilação dos ideais humanistas, filosóficos e artísticos florescidos na Itália (CAETANO, 1995, p. 91; SERRÃO, 2002, p. 168-169).

Neste cenário, desde sua juventude, Holanda mantém contato com círculos humanistas portugueses, servindo, respectivamente, como criado do Infante D. Fernando (1507-1534) em Lisboa e, com a morte deste, como moço de câmara do Cardeal-Infante D. Afonso (1509-1540), convivendo com humanistas de relevo como André de Resende, mentor de D. Afonso. O

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGHIS/FAFICH /UFMG). Bolsista CAPES. E-mail: thainan.noronha@outlook.com

contato com esse ambiente, permeado pelos ideais humanistas, estimulou as inclinações antiquárias de Francisco e o tornaria apto a absorver o neoplatonismo florentino em difusão quando de sua viagem à Itália entre os anos de 1538 e 1540 (ALVES, 1986, p. 134-35; DESWARTE, 1992, p.149; SERRÃO, 1995, p. 429).

Encarregado por D. João III (1502-1557), de registrar e estudar as obras antigas e modernas italianas, Francisco de Holanda parte para a península acompanhando a comitiva do embaixador D. Pedro de Mascarenhas (ca. 1484-1555). Sua posição junto ao grupo diplomático, acompanhado de uma carta de recomendação concedida pelo antigo embaixador português em Roma, Dom Miguel da Silva (ca. 1480-1556) (que viria a se tornar cardeal em 1539), lhe permitiram acesso privilegiado aos círculos humanistas italianos de Lattanzio Tolomei e Blosio Palladio que, por sua vez, o introduziram a Vittoria Colonna (1490-1547) e Michelangelo (1475-1564). Esses acontecimentos contribuíram de maneira decisiva para seu amadurecimento como teórico e artista, especialmente no que diz respeito à assimilação do pensamento neoplatônico em difusão, doutrina que permeia seus escritos e sua produção plástica, cujos maiores exemplares são: seu *magnum opus*, o tratado *Da Pintura Antigua*, finalizado em 1548, no qual elabora seu sistema artístico, e seu álbum *De aetatibus mundi imagines* (1545-ca.1573), uma crônica do mundo baseada na célebre obra de Eusébio de Cesaréia (ca.263-339) (ALVES, 1986, p. 154-56; DESWARTE-ROSA, 1995, p. 517).

Neste sentido, os fundamentais estudos de Sylvie Deswarte lançaram novas luzes sobre a assimilação do neoplatonismo na obra de Francisco de Holanda, anteriormente estudado somente como uma figura coadjuvante por sua amizade com Michelangelo ou como um antiquário (DESWARTE, 1992, p. 9; FONSECA, 2011, p. 29-50). Entre as principais fontes neoplatônicas de Holanda, Deswarte identificou a presença de Cristóforo Landino (1424-1498), nomeadamente sua edição *da História Natural* de Plínio, o Velho (1476) e sua edição comentada da *Divina Comédia* de Dante (1481), juntamente da literatura neoplatônica traduzida por Marsílio Ficino (1433-1499) (DESWARTE, 1992, p. 90, 145, 157).

Marsilio Ficino, como tradutor, foi o primeiro a oferecer ao Ocidente a tradução completa do grego para o latim das obras de Platão (1484), Plotino (1492), Porfírio, Jâmblico, Proclo, Sinésio e Psellos (1497). Além da tradução comentada de dois tratados de Pseudo-Dionísio, o Areopagita: *De divinis nominibus* e *De mystica theologia* (1491) – dois dos textos atribuídos ao suposto discípulo de Paulo, cuja obra completa já havia sido traduzida para o latim anteriormente, como a tradução de Ambrogio Traversari em 1436¹. Como autor, Ficino se destacou por sua monumental *Theologia Platonica sive De immortalitate animorum* (1469-1474), seu *Commentarium in Platonis Convivium* ou *De amore* (1484) e sua polêmica *De vita libri tres*

(1489). Os princípios propagados por esses textos tiveram um impacto profundo na concepção artística de Francisco de Holanda, especialmente sua teoria da imagem, desenvolvida teoricamente em *Da Pintura Antigua*² e pictoricamente no códex *De aetatibus mundi imagines*³, nos quais os ecos do neoplatonismo florentino emergem de modo mais evidente (HOLANDA, 1983a; 1983b). Assim, o presente artigo busca estabelecer uma concordância entre as ideias expostas no tratado e as ilustrações do álbum, dentro de um mesmo enquadramento neoplatônico. Contudo, não se pretende reduzir o significado das ilustrações a um mero reflexo de conceitos filosóficos, mas apenas destacá-los dentre as muitas fontes por trás da execução destas obras. Complementarmente, utilizou-se de bibliografia secundária como suporte teórico-metodológico.

FRANCISCO DE HOLANDA E A IMAGEM MÍSTICA

O tratado *Da Pintura Antigua* se divide em dois livros: no primeiro, Francisco de Holanda desenvolve sua teoria artística, discorrendo sobre seus fundamentos, propósitos, exemplos e como a arte da pintura deve ser considerada perante público; a segunda parte é uma síntese das ideias expostas no primeiro livro, reunidas na forma de um colóquio entre o artista português, Michelangelo, Vittoria Colonna e Latanzio Tolomei. A primeira alusão ao conceito de pintura exposto por Francisco de Holanda se apresenta no primeiro capítulo do primeiro livro de *Da Pintura Antigua*. A pintura, para Holanda, consiste no próprio poder criativo divino, através do qual o universo e o homem foram criados. Deus, o primeiro pintor, seria aquele que, misturando a luz e a sombra, teria pintado todas as coisas, e do mesmo modo, o verdadeiro pintor, imagem e semelhança do Criador, deve, pela mistura entre os pigmentos claros e escuros, criar a obra de arte. Assim como o Criador iniciou sua criação incidindo a luz, a primeira mão de Deus, sob as trevas, o pintor deve fazer mesmo, sobrepondo os pigmentos claros sobre os escuros, composição que alude diretamente a ilustração do Primeiro Dia: *fiat lux* (Fig. 2), na qual a luz penetra na massa informe composta de terra, água e escuridão (HOLANDA, 1983a, I, 1, p.22-23).

No capítulo seguinte, Francisco discute a natureza da pintura, a qual é considerada uma manifestação do pensamento em sua forma visível e contemplativa, uma segunda natureza, a imitação de Deus e da natureza, e uma amostra do passado e do futuro. É, ainda a imaginação que mostra aos olhos aquilo que se ocultava na *Idea*, o ornamento e auxílio nas obras divinas e naturais, oferecendo ao homem, cuja essência do céu carrega dentro de si de forma inerte, um impulso capaz de reviver esta centelha. É a arte mimética do “tesouro das imagens infinitas”, impossível de ser diminuída ou extinta, uma representação do interior do ser humano, possuindo um caráter espiritual e não corpóreo. Holanda a compara ainda, a uma proporção das formas perfeitas e imperfeitas, um espelho que reflete a obra do mundo e uma alma do espírito e da

mente, uma contemplação ativa (HOLANDA, 1983a, I, 2, p.26-28). A potencialidade mística da pintura é retomada adiante, na segunda parte do tratado, na qual Holanda afirma que:

Ella ao manencolizado provoca alegria; o contente e o alterado ao conhecimento da miseria humana; ao austinado move-o á compunção; o mundano á penitencia; o contemplativo á contemplação e medo e vergonha. Ella nos mostra a morte e o que somos, mais suavemente que de outra maneira; ella os toermentos e perigos dos infernos. Ella, quanto é possível, nos representa gloria e paz dos bem-aventurados, e aquella incomprehensivel imagem do Senhor Deos. Representa-nos a modéstia dos seus santos, a constância dos martyres, a pureza das virgens, a formosura dos anjos e o amor e caridade em que ardem os serafins, melhor mostrado que de nenhuma outra maneira, e nos enleva e profunda o spirito e a mente além das estrelas, a imaginar o império que lá vai (HOLANDA, 1983a, II, 1, p.244-46).

Como consequência, a pintura se torna um veículo de teofania, um meio pelo qual a divindade é acessada e revelada, noção que se vincula com a teoria neoplatônica de imagem. Gombrich, neste sentido, reitera que a configuração de um universo estruturado em graus diferentes de realidade sobrepostos hierarquicamente, desde o Inefável abstrato até o mundo sensível, em uma cadeia de relações e afinidades, dedicou às *Ideas* neoplatônicas (consideradas como a realidade da qual o mundo sensível é apenas um reflexo corrompido), uma importância fundamental dentre as esferas celestes, reverberando nas concepções de imagem, interpretadas simbolicamente como veículos capazes de conduzir o espectador a uma união mística com a divindade. As imagens ou símbolos, apresentam-se à contemplação e atingem a mente, através dos olhos do fruidor, onde podem ser compreendidas sob diversos níveis de significados com o auxílio da imaginação, podendo guiar o devoto em sua ascensão espiritual (GOMBRICH, 1948, p. 166; 1972, p.145).

Essa concepção seria inicialmente desenvolvida por Plotino (204/5-270). O pensador alexandrino concebe a imagem como um objeto de contemplação, uma expressão de uma *Idea* - a existência verdadeira de tudo o que existe no mundo sensível, o qual é apenas uma imagem imperfeita do mundo inteligível. As imagens são belas de acordo com o grau de semelhança que guardam com suas *Ideas* ou essências, que residem no *Nous*, o intelecto divino. Através das imagens materiais destas *Formas* sutis, o contemplante pode acessar as camadas mais elevadas do plano divino, provocando a comunhão de sua alma com a divindade (PLOTINUS, 1977, I, 6, 2, p.22; 9, p.25).

Em um trecho de sua quinta *Enéada*, Plotino afirma que o próprio Uno (ou Deus, tal como os neoplatônicos cristãos o interpretariam posteriormente) empreende sua atividade criativa por meio de imagens. Os sábios egípcios teriam visto a verdade desta concepção ao abandonarem as formas escritas e as palavras pelas representações imagéticas, gravando separadamente cada imagem relacionada a cada item nas inscrições sagradas nos templos, replicando o método de

criação do Absoluto. Dessa maneira, o artista seria capaz de contemplar a sabedoria que reside dentro de si mesmo. Esta sabedoria, contudo, não é aquela dos teoremas, mas da totalidade, e não parte dos detalhes para ver a unidade, mas da totalidade para os detalhes (PLOTINUS, 1977, V, 8, 5-6, p.242). Deus e o artista se tornam semelhantes pela habilidade de criar imagens, as quais ocupam uma posição superior à da razão discursiva na hierarquia ontológica neoplatônica.

A imagem assume uma importância superior à palavra, expressão da razão discursiva, visto que esta não pode atingir o nível das *Ideas*, o reino da emanção pura do espírito, ao qual aspiram o poeta, o artista e o profeta. Aqueles que vivem no mundo superior não estão limitados pelo corpo e, deste modo, enxergam o que outros apenas especulam pela razão. A visão (exterior e interior) se torna o símbolo do conhecimento verdadeiro, pois relaciona-se com a capacidade de ver as essências: é pela intuição intelectual e não pela razão discursiva que as *Ideas* no mundo supraceleste podem ser acessadas (GOMBRICH, 1972, p. 147).

Neste sentido, a imagem (e, por extensão, a capacidade imaginativa) é o mediador entre o mundo sensível e o mundo divino, e o meio pelo qual o primeiro vem a ser (visto que é resultante de uma série de reflexos a partir da primeira essência) e o segundo é alcançado (PLOTINUS, 1977, IV, 4, 13, p.164-165; V, 8, p.245-6). É pela intuição intelectual e pelos olhos da mente - e não pela razão discursiva - que as ideias no mundo supraceleste podem ser alcançadas. Enquanto as palavras possuem seu conteúdo compartimentado, impossibilitando a apreensão imediata das *Ideas* divinas, as imagens são sínteses de toda manifestação do conhecimento e sabedoria, possibilitando a apreensão imediata e integral dos influxos divinos (PLOTINUS, 1977, V, 8, p.242).

Posteriormente, esses princípios foram desenvolvidos por Pseudo-Dionísio, o Areopagita, uma das fontes utilizadas por Francisco de Holanda. O contato do artista lusitano com a obra do autor neoplatônico pode ter ocorrido por intermédio do Infante D. Luís (1506-1555), personagem importante na formação do artista. O biógrafo do Infante, o conde de Vimioso, relata a esse respeito que:

Entre outros livros espirituais e sagrados, lia com mayor reflexão as incomparaveis obras do famoso Areopagita, imitando a São Francisco de Borja, que tinha feito nellas hum particular estudo: de cuja boca ouvia frequentemente a explicação de tão celestiaes doutrinas. E affirmava varias vezes o mesmo Santo, que não encontrára Theologo consumado que comprehendesse tão finamente como o Infante, os pensamentos elevados, e as sentenças sublimes daquelle grande lume da Igreja Catholica (VALENÇA, 1735, p. 110-111; DESWARTE, 1987, p.106, nota 10a).

Assim, parte da literatura neoplatônica que serviu de fundamento para a teoria da arte de Francisco, pode ter sido acessada dentro de seu próprio círculo intelectual, no reino português. Contemporâneo e seguidor de Proclo, o autor que viveu entre o quinto e o sexto século, conhecido

como Pseudo-Dionísio, o Areopagita, desfrutou de uma autoridade apostólica no decorrer da Idade Média e no Renascimento. Foi identificado com o ateniense e primeiro gentio convertido ao cristianismo no Areópago por Paulo de Tarso conforme descrito em Atos dos Apóstolos (XVII. 16-34). A doutrina exposta por Pseudo-Dionísio se baseou fundamentalmente nas obras de Proclo e Plotino, interpretados de acordo com uma perspectiva cristã. Em Plotino, encontrou a noção de inefabilidade do Uno e a união mística do homem com a divindade; em Proclo, seu sistema cosmológico, revestindo conceitos neoplatônicos com elementos cristãos (REMES, 2008, p. 204; CHASTEL, 2012, p. 289).⁴

O autor rejeita à razão o poder de se conhecer a natureza transcendental de Deus, que está além de qualquer racionalidade, postulando que a divindade só poderia ser acessada quando o indivíduo houvesse preparado adequadamente sua mente, por meio da contemplação, a ultrapassar as limitações da razão discursiva. Concebe, deste modo, três vias de conhecimento e contato com a divindade, que permitiriam atingir o êxtase divino: a teologia *afirmativa*, descrita, em *De divinis nominibus* (Sobre os nomes divinos); a *negativa*, presente em *De mystica theologia* (Sobre teologia mística) e a *simbólica*, expressa em *De coelesti hierarchia* (Sobre a hierarquia celeste). A primeira começa em Deus, do qual se pode especular os atributos ou nomes pertencentes a Ele, como a unidade, a trindade, a bondade entre outros, descendo aos seres, de forma que se pode captar pela razão discursiva, a linguagem. A segunda via parte dos entes em direção a Deus, rejeitando tudo o que poderia limitar a natureza divina, como a existência de um corpo, figura, lugar ou qualidades, almejando a transcendência absoluta além de todo discurso.

O terceiro caminho é o intermediário entre a via afirmativa e a negativa. Sua linguagem não confirma e tampouco rejeita alguma qualidade sobre a essência de Deus, utilizando figuras ou imagens como manifestações desta essência. Todos os caminhos devem ser articulados e combinados para que se alcance a Teologia Mística, que consiste em um quarto caminho, superior aos três, superior a toda afirmação, negação e representação, levando a unificação suprema com a divindade (AREOPAGITA, 2011; 2015).

O método simbólico, que diz respeito às teorias sobre a imagem, é apresentado em sua *Hierarquia celeste*. Ao justificar a utilização de imagens nas Escrituras, Pseudo-Dionísio ressalta que os santos iniciadores revestiram os mitos com figuras materiais e símbolos santos que, por meio de analogias, elevariam os adeptos até a realidade espiritual simples e inefável, das quais estes símbolos são representações. “Pois é inteiramente impossível que nossos espíritos humanos possam chegar, de maneira imaterial, a imitar e a contemplar as hierarquias celestes, sem para isso usar meios materiais capazes de nos guiar de acordo com a nossa natureza” (AREOPAGITA, 2015, I, 3, 121c-d, p. 20).

A beleza visível é somente um sinal da beleza invisível, assim com as luzes materiais são uma imagem imperfeita da luz imaterial. Logo, os escritores sagrados representam as inteligências sem formas com símbolos porque levam em conta a limitação da compreensão humana. Contudo, essas imagens oferecem um meio de elevação espiritual adaptada à natureza terrena, visto que “essas alegorias sagradas referem-se a seres tão simples que não podemos conhecer nem contemplar” (AREOPAGITA, 2015, II, 1, 137a-b, p.23-24). Para o autor, esses símbolos traduzem, de acordo com a capacidade humana, as revelações sagradas, que devem ser compreendidas de maneira *anagógica*. Francisco de Holanda justifica a representação dos seres divinos em termos semelhantes:

As imagens invisíveis, posto que as nunca vemos, muitas vezes as devemos de buscar e querer ver com a vertude da pintura, assi para lhes pedir e rogar, como para n'ellas contemplar; e com seu alto desejo e lembrança desejaremos mais de as ver e ser em sua companhia n'aquella eternidade em que stão. (HOLANDA, 1983a, I, 28, p.142).

Assim, Francisco considera que a pintura é uma ferramenta capaz de tornar esses seres acessíveis por meio da contemplação de suas imagens, incitando o fruidor a elevar sua alma até onde estes seres habitam. Em acordo, Pseudo-Dionísio define duas razões para que o não figurável e inteligível seja figurável e acessível aos olhos: a primeira, conforme apontado acima, pela impossibilidade inerente que os seres humanos, como seres materiais, possuem de contemplar diretamente o inteligível, o que exige a utilização de metáforas espirituais apropriadas à nossa capacidade, antes que seja possível contemplar diretamente o inteligível e tudo aquilo que não possua forma; a segunda, por ser coerente que os mistérios das escrituras sejam velados por enigmas inefáveis e santos, para que sejam preservados dos olhos do vulgo (AREOPAGITA, 2015, II, 3, 140c, p.26.).

O simbolismo adotado por neoplatônicos cristãos como Areopagita, foi considerado uma forma de revelação que Deus, em sua misericórdia, teria criado para fazer as *Ideias* em sua mente compreensíveis e acessíveis aos homens (GOMBRICH, 1972, p. 147-148). Estas imagens incitam o adepto a ir além das aparências materiais e fazem com que ele se eleve da matéria até as realidades espirituais que transcendem este mundo (AREOPAGITA, 2015, II, 5, 145a-b, p.34-35).

E depois de havermos contemplado com o olhar tranquilo e puro da nossa inteligência essas luzes originais inefáveis, pelas quais o Pai, abismo da Divindade, nos revela as bem-aventuradas hierarquias angélicas por meio de figuras simbólicas, elevemo-nos para o Princípio infinitamente simples de onde essas luzes provêm. (AREOPAGITA, 2015, I, 2, 121a-b, p.19).

Para Francisco de Holanda, a operação pictórica é entendida em termos similares, sendo uma expressão externa da *Idea* interior do artista, a imagem que o entendimento do pintor enxerga

com os olhos interiores em silêncio e segredo, através da qual é possível ascender até Deus. A *Idea*, segundo Francisco de Holanda, é a verdadeira imagem e a essência daquilo a ser representado pelas mãos do pintor no mundo sensível; é o principal fundamento da pintura e obra do entendimento e do espírito. Seguindo-a, o pintor se elevará “[...] cada vez mais e fazendo-se espírito e ir-se ha mizclar com a fonte exemplar das primeiras ideas que he Deos” (HOLANDA, 1983a, I, 15, p. 95-97). A obra de arte, enquanto representação exterior de uma *Idea*, é capaz de direcionar a contemplação dessa essência na mente divina, possibilitando ao artista tornar-se uno com a divindade.

No oitavo capítulo do primeiro livro de *Da Pintura Antigua*, que versa sobre “Que sciencias convem ao pintor”, Francisco de Holanda menciona Pseudo-Dionísio, sugerindo que o pintor deve, por obrigação, ter conhecimento básico em teologia, para saber criar e contemplar a verdade de sua elevada imaginação nas obras e também para que não pinte coisas que contrariem a religião cristã e quaisquer outros inconvenientes. Conhecer sobre os santos, suas vidas e seus tempos, costumes e lugares para pintá-los corretamente, sabendo também sobre a Bíblia, os mitos, os antigos, a poesia, a cosmografia e outras ciências⁵.

E, finalmente, compreender a Astrologia e os movimentos e círculos da esfera celestial. Onde será possível alguma vez na vida, elevar-se até o “decimo e impirio ceo” e contemplar com Dionisio Areopagita, em “casto spirito” os nove coros angélicos, as inteligências, chegando até onde “ardendo stão os serafins ante a primeira fonte e causa da pintura divina, que é o summo Deos”, e sem ele, jamais será possível alcançar a perfeição como pintor e nem alcançar este nível de evolução (HOLANDA, 1983a, I, 8, p. 64-67). Este trecho demonstra que Francisco de Holanda teve contato com a *Hierarquia celeste* pseudo-dionisíaca, tratado no qual Areopagita expõe sua teoria da imagem, o que torna possível identificar que Holanda tenha concebido a pintura em termos concordantes ao modo que Pseudo-Dionísio via as imagens. A pintura, enquanto operação de criação de imagens, é uma ferramenta que permite a revelação de Deus ao homem, e simultaneamente, um impulso capaz de provocar a ascensão espiritual do artista.

Em conformidade com a citação da obra de Areopagita, ao descrever como representar as imagens, Francisco de Holanda demonstra um ordenamento dos capítulos de seu tratado de acordo com uma ideia de ascensão do plano sensível ao divino. Após discutir o conhecimento da anatomia (capítulo XVIII) e da “physiognomonica” (XIX), Holanda passa por temas seculares como o representar das figuras antigas que estão em pé (XX), se movem, andam e correm (XXI), se encontram sentadas e deitadas (XXII) ou são equestres (XXIII), discutindo o ornamento dos vestidos das figuras antigas (XXIV), a representação dos animais (XXV), as histórias antigas (XXVI), passando pelas imagens de Jesus (XXVII), dos seres divinos (XXVIII) e culminando na

representação da divindade (XXIX), onde “d’aqui para cima que há se não o fim de todas as cousas e a eternidade?” (HOLANDA, 1983a, I, 17-19, p. 107-145.)

Recorrendo ao capítulo XV da Hierarquia Celeste, Francisco elabora os métodos de representação dos espíritos angélicos, que podem ser pintados ora com chamas, ora com nuvens e outros elementos semelhantes. Entretanto, sua imagem mais coerente seria a da forma humana, dando-lhe vivacidade e presteza (Fig.1) (HOLANDA, 1983a, I, 28, p. 142; AREOPAGITA, 2015, XV, p. 107-122). Fonte do teórico português, Pseudo-Dionísio, explica a razão da utilização desses elementos para representar os seres angélicos. Sobre o simbolismo do fogo, observa que as Escrituras aparentemente preferem fogo (II Reis 2: 11; Daniel 7:9; Ezequiel 1:13; 10:2) e representam elementos como rodas incandescentes (Daniel 7:9), animais flamejantes (Ezequiel 1:13) e homens de brilho ígneo (Ezequiel 10:27) (AREOPAGITA, 2015, XV, 2, 328d, p.110). Além disso, o fogo é associado às mais altas ordens angélicas. Os Tronos são de fogo (Daniel 7:9) e os mais elevados Serafins são seres incandescentes, segundo a etimologia de seus nomes, e são detentores das qualidades e do poder do fogo (Isaías 6:6) (AREOPAGITA, 2015, XV, 2, 329a, p.110).

Em suma, quer se trate do nível mais alto ou do nível mais baixo da hierarquia, há sempre uma predileção pela imagem do fogo. Parece-me que é devido ao fato de a imagem do fogo ser a que melhor revela a maneira pela qual os espíritos celestes entram em conformidade com Deus (AREOPAGITA, 2015, XV, 2, 329a, p.110-111)

Os santos frequentemente se referem ao Ser supraessencial, desprovido de qualquer forma, com a imagem do fogo, visto que este guarda uma obscura semelhança com a natureza divina. (Êxodo 3: 2-6; 14:24; 19:18; Deuteronômio 4:24; 1 Reis 19:11; Sabedoria de Salomão 89:47; 103:4; Isaías 4:5; 29:6; 30:30; Ezequiel 1:4; 8:2; Daniel 10:6). Isso se deve pelo fato de que o fogo se encontra presente em todas as coisas e penetra tudo sem se corromper ao mesclar-se com a matéria, permanecendo separado desta. É, assim, totalmente luminoso e ao mesmo tempo oculto. Tem a capacidade de subir rapidamente às alturas, possuindo uma natureza sublime e independente de qualquer influência terrena. Por este motivo os escritores inspirados representam os seres celestes com a imagem do fogo, demonstrando a semelhança deles com o divino e seus esforços em imita-lo (AREOPAGITA, 2015, XV, 2, 329a-c, p.110-112).

Consonante com a utilização do fogo, Pseudo-Dionísio indica a representação por meio de trajes luminosos e incandescentes, pois mostram a afinidade dos anjos com a divindade por meio do simbolismo do fogo, demonstrando o poder iluminador herdado do céu, a “morada da luz”, indicando, ainda, a capacidade destes seres em receber e transmitir a luz inteligível

(AREOPAGITA, 2015, XV, 4, 333a, p.115; Ezequiel 1:27; Lucas 24:4; Apocalipse 9:17; 15:6). O terceiro modo de representação dos anjos, descrito por Pseudo-Dionísio e citado por Holanda é a utilização de nuvens como símbolos angelicais (Êxodo 33:8; Numeros 12:5; Salmos 18:12; 109:7; Ezequiel 10:3-4; Apocalipse 10:1), salientando que as Escrituras, ao utilizarem este artifício, pretendem indicar que estes seres são repletos de “santa e inefável luz transcendente” e, recebendo direta e humildemente este influxo divino, o transmitem generosamente aos graus seguintes da hierarquia celeste como um reflexo, ainda que em um segundo esplendor, de modo que possam receber esta iluminação (AREOPAGITA, 2015, XV, 5, 336a, p.116).

Em *De aetatibus mundi imagines*, Holanda utiliza o fogo, a figura humana e as nuvens tal como aconselhado por Pseudo-Dionísio e, conseqüentemente, de acordo com o vigésimo oitavo capítulo de seu próprio tratado. Essa utilização pode ser observada em ilustrações como as do *Angelus Domini* (Fig. 1) e do *Segundo Dia* (Fig. 2). O anjo, representado com traços antropomorfos, surge projetando rajadas de luz semelhantes a chamas emergindo do tórax, ventre, mãos e pés, vestido com um manto brilhante rodeado e formado (especialmente na região dos braços) de nuvens, o que demonstra a preocupação de Holanda em incorporar os elementos sugeridos por Areopagita. Adicionalmente, como pode ser visto na imagem do *Quarto Dia* (Fig. 3), os serafins são posicionados ao redor do círculo que representa a esfera divina, habitando uma região de fundo avermelhado, o que indica a natureza ígnea da esfera e alude à descrição destes seres com o fogo, tal como exposto por Areopagita.

Fig. 1. Francisco de Holanda, *De aetatibus mundi imagines: Angelus Domini*, fl. 87 v., 1545-47. Aquarela, 23,9 x 35,7 cm, Biblioteca Nacional de Madrid, Espanha.



Fonte: HOLANDA, 1983b, fl.87v.

Fig. 2. Francisco de Holanda, *De aetatibus mundi imagines: Criação dos céus*, fl. 4 r., 1545. Aquarela, 23,9 x 35,7 cm, Biblioteca Nacional de Madrid, Espanha.



Fonte: HOLANDA, 1983b, fl.4r.

Fig. 3. Francisco de Holanda, *De aetatibus mundi imagines*, *Quarto Dia: criação do sol e da lua*, fl. 6 r., 1547-1551. Aquarela, 23,9 x 35,7 cm, Biblioteca Nacional de Madrid, Espanha.



Fonte: HOLANDA, 1983b, fl.6r.

O uso destes elementos como ferramentas representativas não se limitou, contudo, aos anjos. A chama, as nuvens e a veste flamejante também foram utilizadas junto da figura do Salvador em diversas ilustrações do álbum, como na célebre imagem do *Segundo dia* (Fig. 2), na qual a figura é representada com vestes brilhantes, raios em formato de chamas projetadas de suas mãos, pés e dos anjos em sua cintura. O Salvador encontra-se em frente ao cone de luz que surgiu no *Primeiro dia* (Fig. 4), do qual também emergem chamas. No *Quarto Dia* (Fig. 3) o Senhor aparece rodeado de anjos, nuvens e, dentro de seu círculo, também emite raios de luz ou chamas. O mesmo ocorre nas imagens do *Quinto* (Fig. 5) e do *Sexto* (Figs. 6 a 8) dias. Quando Adão aparece vivo (Fig. 7), Cristo chega a ser majoritariamente representado por nuvens, acompanhado do mesmo cone de luz da Trindade presente em ilustrações anteriores. Na

ilustração da *Criação de Eva* (Fig. 8), o Senhor, com exceção do rosto irradiando luz, aparece composto unicamente por nuvens.

Fig. 4. Francisco de Holanda, *De aetatibus mundi imagines, Primeiro Dia: Fiat lux*, fl. 3 r., 1545. Aquarela, 23,9 x 35,7 cm, Biblioteca Nacional de Madrid, Espanha.



Fonte: HOLANDA, 1983b, fl.3r.

Fig. 5. Francisco de Holanda, *De aetatibus mundi imagines, Quinto Dia: Criação dos peixes e aves*, fl. 7 r., 1547-51. Aquarela, 23,9 x 35,7 cm, Biblioteca Nacional de Madrid, Espanha.



Fonte: HOLANDA, 1983b, fl.7r.

Fig. 6. Francisco de Holanda, *De aetatibus mundi imagines*, *Sexto Dia: A criação do homem*, fl. 7 v., 1551.
Aquarela, 23,9 x 35,7 cm, Biblioteca Nacional de Madrid, Espanha.



Fonte: HOLANDA, 1983b, fl.7v.

Fig. 7. Francisco de Holanda, *De aetatibus mundi imagines, Sexto Dia: Adão vivo*, fl. 8 r., 1547-51. Aquarela, 23,9 x 35,7 cm, Biblioteca Nacional de Madrid, Espanha.



Fonte: HOLANDA, 1983b, fl.8r.

Fig. 8. Francisco de Holanda, *De aetatibus mundi imagines*, *Sexto Dia: O nascimento da mulher, Eva*, f. 8 v., 1551. Aquarela, 23,9 x 35,7 cm, Biblioteca Nacional de Madrid, Espanha.



Fonte: HOLANDA, 1983b, fl.8v.

A representação de Cristo é descrita no vigésimo sétimo capítulo do primeiro livro de *Da Pintura Antigua*:

A imagem altíssima de Nosso Senhor Jesu-Christo será de proporção alta e proçera [...] O rosto e o vulto sereno, modesto, fremoso, grave, gracioso, e benigno e justo; olhos claros, nariz igoal, boca perfeita, faces venerabeis, barba meã, e as mãos e os pés, que terão antigo calçado, cada um por si taes na vista que pareça que podem dar saúde e obrar como se fossem pessoas. A cor do cabello castanho, e moreno um pouco da color. A túnica e a stolla gravemente lançada e bem cuberta, e os movimentos de sua pessoa quietíssimos, e cheos de suavidade, e ao redor d'elle a boa sombra sua, conhecida nos rostos dos que andavão perto d'elle (HOLANDA, 1983a, I, 27, p.139-140).

Embora a figura presente em algumas ilustrações (Figs. 2, 3, 5-8) guarde algumas semelhanças com essa descrição - como as expressões e traços faciais, a barba de tamanho médio, a túnica e a estola, outros detalhes contrastam. Na figura 2, os pés da figura encontram-

se descalços, seus movimentos são dinâmicos e os tons dos cabelos e da pele são alterados, assumindo um tom avermelhado – uma associação direta à natureza ígnea da divindade. A figura, em posição de cruz, dirige o olhar para cima em um gesto de êxtase espiritual. As palmas de suas mãos, os seus pés e seu quadril (no qual está o rosto de um querubim) emitem raios semelhantes aos da figura do *Angelus Domini* (Fig. 8), uma clara alusão ao fogo, à luz e aos raios das descrições de Pseudo-Dionísio. Em outras imagens, o Salvador aparece de barba branca (Figs. 6 e 7) ou castanha (3, 5 e 8) e nem sempre de corpo inteiro (aparecendo assim somente na imagem do *Segundo Dia*, Fig. 2), sendo por vezes formado por anjos ou nuvens. Essas adaptações indicam que Francisco de Holanda adaptou livremente sua própria descrição ao contexto da ilustração à luz dos textos de Pseudo-Dionísio.

Esse formulário se estende também na figuração da divindade, a qual é comentada por Francisco de Holanda no vigésimo nono capítulo, ascendendo a um nível superior na hierarquia ontológica pseudo-dionisíaca, no qual discute a figuração de Deus e a Trindade. Holanda inicia o capítulo comentando a licença concedida pela igreja de dar forma aos seres invisíveis, tal como fizera ao representar a figura do Salvador como humano. Todavia, sente-se inseguro ao fazer o mesmo com o Criador, embora reconheça que:

[...] inda que a Divindade não tenha fama nem alquanta feitura que dar-se-lhe possa, todavia para daremos a entender e para ser pintada e contemplada muitas vezes como aquela que mais continuamente se deve trazer ante os olhos, nessesario foi dar-lhe alguma imagem, ou semelhança, pola lembrança da qual possa ser mui desejada e adorada. A feitura do triangulo cabe na semelhança da Dividade e assi a quadrada e a redonda; que é a mais capaz e perfeita (HOLANDA, 1983a, I, 29, p. 145).

Francisco reconhece a impossibilidade de descrever, por meios imagéticos, a divindade tal como ela é, optando assim pela utilização de figuras geométricas, que pela simplicidade, possuem mais afinidade com a natureza da Trindade. Como pode ser visto, a simplicidade é uma característica divina observada também por Pseudo-Dionísio, o qual revela que “Essas alegorias sagradas referem-se a seres tão simples que não podemos conhecer nem contemplar” (AREOPAGITA, 2015, I, 2, 121a-b, p.19; I, 3, 121c-d, p.20; II, 2, p.24). Por outro lado, adiante, Holanda aconselha a utilização deste formulário apenas na representação da Trindade unida, o que pode ser visto nas imagens do *Primeiro Dia* (Fig. 4), na qual a Trindade penetra na escuridão da matéria por meio de um cone ou raio de luz circulado por labaredas; do *Terceiro Dia* (Fig. 9); atrás do anjo na ilustração do *Angelus Domini* (Fig. 1), na qual o triangulo aparece com seu vértice voltado para cima; e acompanhada da figura do Salvador, na ilustração de *Adão vivo* (Fig. 7). Ao passo que para a figuração dos três separadamente aconselha que Deus Pai seja pintado como um “quietíssimo e formoso velho”; o Filho ou Verbo, seja representado como um

“benigníssimo e pacífico Salvador”; e o Espírito Santo seja simbolizado por chamas ou pela pomba (HOLANDA, 1983a, 1, 29, p. 146)⁶, formas que aparecem no restante das imagens do códice.

Fig. 9. Francisco de Holanda, *De aetatibus mundi imagines*, *Terceiro Dia: Separação das águas*, fl. 5 r., 1545. Aquarela, 23,9 x 35,7 cm, Biblioteca Nacional de Madrid, Espanha.



Fonte: HOLANDA, 1983b, fl.5r.

Estas correspondências iconográficas e teóricas entre a obra holandiana e a literatura neoplatônica, permitem constatar que tanto o tratado *Da Pintura Antigua* quanto o álbum *De aetatibus mundi imagines*, compartilham um mesmo enquadramento filosófico, possuindo como uma dessas ligações os textos pseudo-dionísios. Neste sentido, o álbum pode ser considerado como uma adaptação pictórica dos conceitos elaborados no tratado. As referências a Pseudo-Dionísio, aliadas às exposições sobre a natureza da pintura, suas relações com as

Ideas platônicas, sua função como veículo de teofania e seu formulário iconográfico – citado no tratado e aplicado nas ilustrações –, corroboram para estabelecer essa ligação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A posição de Francisco de Holanda como uma figura de vulto na cultura europeia do século XVI se dá principalmente em dois campos distintos: como um artista e como um teórico. Dentro do cenário artístico, suas inclinações intelectuais levaram a uma grande originalidade expressiva em suas obras pictóricas, cujo maior exemplar é o album *De aetatibus mundi imagines* (ainda que esta característica não se estenda à totalidade da obra, como frequentemente apontado pela historiografia⁷). Neste sentido, é emblemático a utilização de formas geometrizadas em uma cultura visual fortemente voltada à figuração, atitude inspirada pela afinidade com a literatura neoplatônica.

Como teórico, Francisco de Holanda assimilou a metafísica neoplatônica e a traduziu em termos próprios, de acordo com suas inclinações como artista e humanista, elaborando um sistema coerente com as ideias e preocupações em circulação neste período, entre as quais, a liberalidade da prática artística, reivindicação que encontrou na especulação filosófica um meio de demonstrar o caráter complexo de sua atividade, assim como instituir seu ofício como um verdadeiro campo epistemológico com definições, propósitos e normas próprias a serem consideradas. No contexto português, ainda predisposto ao modelo de produção em oficinas, no qual os artistas eram vistos como artesãos e trabalhadores mecânicos, Holanda se revelou como um dos primeiros artistas a defender a dignidade do pintor, embora seu papel neste processo tenha sido discreto, devido ao alcance limitado de suas obras, que jamais foram publicadas em vida e cuja circulação se deu principalmente em ambientes cortesãos (SERRÃO, 1995, p. 448).

Por outro lado, Francisco de Holanda foi o primeiro autor a combinar, em uma mesma doutrina, princípios humanistas, neoplatônicos e cristãos, intencionando criar – a exemplo dos neoplatônicos florentinos que constituíram grande parte de seu *corpus* teórico - uma doutrina universalizante: a pintura encarada não apenas como um ofício técnico ou mecânico, mas como a manifestação do próprio pensamento em “obra vesivil e contemplativa” (HOLANDA, 1983a, I, 2, p. 26.), detentora de uma potência gnosiológica capaz de elevar o indivíduo através das esferas da existência, possibilitando o conhecimento e a união com Deus. Assim, o estudo da obra teórica e pictórica de Francisco, permite uma compreensão mais aprofundada da cultura renascentista, especialmente no que diz respeito aos muitos pontos de contato entre diversas disciplinas, dentre as quais as correntes esotéricas e as manifestações artísticas, um campo de

estudo que ainda carece de investigações e para o qual o presente artigo ambiciona servir como uma contribuição.

Referências

ALVES, José da Felicidade. *Introdução ao estudo da obra de Francisco de Holanda*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

AREOPAGITA, Pseudo-Dionísio. *A hierarquia celeste*. Tradução, comentários e notas explicativas de Carin Zwilling. São Paulo: Polar, 2015.

_____. *The divine names and the mystical theology*. Translated from the Greek with an Introductory Study by John D. Jones. Milwaukee: Marquette University press, 2011.

BURY, John B.. Francisco de Holanda and His Illustrations of the Creation. *Portuguese Studies*, v. 2, p.15-48, 1986.

CAETANO, Joaquim Oliveira. Ao modo de Itália: a pintura portuguesa na idade do humanismo. In: PAULINO, Francisco Pereira; SERRÃO, Vitor. (Org.). *A pintura maneirista em Portugal: Arte no tempo de Camões*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, CNCDP, 1995.

CHASTEL, André. *Arte e Humanismo em Florença na época de Lourenço, o Magnífico: estudos sobre o Renascimento e o humanismo neoplatônico*. Tradução de Dorothée de Bruchard. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

DESWARTE-ROSA, Sylvie. Neoplatonismo e arte em Portugal. In: PEREIRA, Paulo (Org.). *História da arte portuguesa*. [s.i.]: Círculo de Leitores e Autores, 1995, v.2.

_____. *Ideias e Imagens em Portugal na Época dos Descobrimentos: Francisco de Holanda e a Teoria da Arte*. Lisboa: Difel, 1992.

_____. *As imagens das idades do mundo de Francisco de Holanda*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.

DODDS, Eric R.. Commentary. In: PROCLUS. *Elements of Theology*. Greek and English text with Translation, Introduction, and Commentary by Eric. R. Dodds. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 1971.

FONSECA, Rafael. Francisco de Holanda: uma revisão historiográfica. *Revista de História da Arte e Arqueologia*, [s.l.], v. 15, p.29-50, out. 2011.

GOMBRICH, E. H. *Symbolic Images*. London: Phaidon Press, 1972.

_____. Icones Symbolicae: The Visual Image in Neo-Platonic Thought. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, v. 11, 1948.

HOLANDA, Francisco de. *Da Pintura Antiga*. Introdução e notas de Angelo Gonzáles Garcia. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983a.

_____. *De aetatibus mundi imagines: Livro das Idades*. Edição fac-similada com estudo de Jorge Segurado. Lisboa: 1983b.

KIDSON, Peter. Panofsky, Suger and St Denis, *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, 50, p. 1–17, 1987.

LEE, Rensselaer W. Ut pictura poesis: the humanistic theory of painting. *The Art Bulletin*, v. 22, n. 4, p. 197-269, 1940.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas Artes Visuais*. Tradução de Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2014.

PLOTINUS. *The six Enneads*. Tradução de Stephen Mackenna e B. S. Page. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1977.

PROCLUS. *Elements of Theology*. Greek and English text with Translation, Introduction, and Commentary by Eric. R. Dodds. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 1971.

REMES, Pauliina. *Neoplatonism*. Stocksfield: Acumen, 2008.

SERRÃO, Vitor. *História da Arte em Portugal: O Renascimento e o Maneirismo (1500 - 1620)*. Lisboa: Presença, 2002..

_____. A pintura maneirista em Portugal: das brandas "maneiras" ao reforço da propaganda. In: PEREIRA, Paulo (Org.). *História da arte portuguesa*. [s.i.]: Círculo de Leitores e Autores, 1995. p. 427-509.

VALENÇA, José Miguel João de Portugal de. *Vida do Infante D. Luiz*. Lisboa: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1735.

Enviado em 31 de agosto de 2018

Aceito em 25 de maio de 2019.

¹ Outras traduções foram empreendidas durante a Idade Média. A primeira tradução latina do *corpus dionysiacaum* foi efetuada no monastério francês de Saint Denis, próximo a Paris, em 838 (que posteriormente pode ter servido como referência no projeto da célebre catedral gótica de mesmo nome, terminada em 1144, pelo abade Suger, responsável pelo monastério) cf. Panofsky (2014, p. 149-190). Para uma síntese dos argumentos contra a suposição panofskiana, cf. Kidson (1987, p. 1-17). Ainda no século IX, uma nova tradução foi encomendada pelo imperador francês Carlos II em 862. Posteriormente, no século XIII uma nova tradução comentada foi feita pelo inglês Robert Grosseteste e, algumas décadas mais tarde, por Alberto Magno.

² No presente artigo foi utilizada a edição com introdução e notas de Angel Gonzáles Garcia, publicada em 1983 pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

³ Utilizou-se a edição fac-similada do álbum editada e comentada por Jorge Segurado, publicada em 1983 pela Academia Nacional de Belas Artes.

⁴ Como exemplo, as *hênades*, entidades que se situam entre o Uno e o Intelecto no sistema metafísico de Proclo e identificadas com os deuses gregos, foram transformadas por Pseudo-Dionísio nos anjos cristãos. Cf: Proclus (1971, prop. 2, p. 3; DODDS, 1971, p. 259)

⁵ Esta passagem também exhibe a noção de *decorum*, noção de origem horaciana comum a teoria artística do período, que consiste na atenção em representar cada elemento artístico de acordo com seu exemplo mais representativo, aplicando escrupulosamente características específicas relativas ao gênero, idade, posição social, gestos, tipo físico, expressões faciais etc... (LEE, 1940, p. 197-269) Cf. neste artigo, especialmente V – decorum.

⁶ O Espírito Santo enquanto chama pode ser visto testemunhando as ações divinas nas ilustrações do Segundo Dia (Fig. 2) como o fogo emergente do cone luminoso; na do Quarto Dia (Fig. 3) no canto inferior esquerdo e na Criação de Adão (Fig. 6) no canto inferior esquerdo da imagem.

⁷ Essa diferença entre as imagens da criação e as demais levaram autores como John Bury (1986, p.15-48) a questionar o fato de que Holanda esteve por trás do programa de toda a obra, limitando-se a ser um mero executor.

A IMIGRAÇÃO ITALIANA E A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA DE BONA SARTOR EM URUSSANGA, SC

THE ITALIAN IMMIGRATION AND THE TRAJECTORY OF THE DE BONA SARTOR'S FAMILY IN URUSSANGA, SC

Gil Karlos Ferri*

Resumo: Este artigo propõe uma contextualização histórica da imigração italiana para Urussanga, SC, através da análise da trajetória da família de Bona Sartor, oriunda da província de Belluno, Itália. O período analisado corresponde ao século XIX, com a crise socioeconômica e a grande emigração italiana, e à primeira metade do século XX, com o estabelecimento da família de Matteo e Domenica de Bona Sartor em Urussanga. Para recompor essa trajetória, foram utilizadas diversas fontes, como registros de nascimento, matrimônio e óbito, históricos familiares, árvores genealógicas, fotografias, entrevistas e dados antropológicos. Os estudos genealógicos e sobre os costumes do passado revelam adaptações e inovações nas dinâmicas familiares, podendo nos legar inspiração para buscarmos melhores condições de vida.

Palavras-chave: Imigração Italiana; Urussanga; De Bona Sartor.

Abstract: This article proposes a historical contextualization of Italian immigration to Urussanga, SC, through the analysis of the trajectory of the Bona Sartor family from the province of Belluno, Italy. The period analyzed corresponds to the nineteenth century, with the socioeconomic crisis and the great Italian emigration, and the first half of the twentieth century, with the establishment of the family of Matteo and Domenica de Bona Sartor in Urussanga. To compose this trajectory, several sources were used, such as birth, marriage and death records, family histories, genealogical trees, photographs, interviews and anthropological data. Genealogical studies and the customs of the past reveal adaptations and innovations in family dynamics, and can inspire us to seek better living conditions.

Key-words: Italian Immigration; Urussanga; De Bona Sartor.

O século XIX e a grande emigração italiana

O século XIX foi um período de intensas transformações na península itálica. Até a sua unificação, por volta de 1870, a Itália era dividida em diversos reinos. Em cada território os privilegiados proprietários arrendavam as terras aos camponeses, que ficavam com uma parte da produção para sua sobrevivência. A maioria da população estava ocupada na agricultura, porém, poucos possuíam sua própria terra para cultivar.

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História – UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapeco, SC.

Durante todo século XIX e a primeira metade do século XX, as condições de vida dos agricultores italianos eram marcadas pela pobreza e pela falta de amparo. Conforme registrou o sociólogo Renzo Grosselli:

L'ambiente contadino era soprattutto identificabile com due aggettivi: povero e malsano. (...) La cura dell'igiene non era un'abitudine in voga nel tempo e vi erano spesso invasi d'immondizie. (...) Era abitudine delle famiglie contadine rimanere intere giornate, specie in inverno quando il lavoro dei campi lo permetteva, chiuse nella stalla, al calore degli animali. [O ambiente rural era, sobretudo, identificável com dois adjetivos: pobre e insalubre. (...) O cuidado com a higiene não era um hábito em voga naquele tempo e era muitas vezes invadido pelo lixo. (...) Era costume das famílias de agricultores ficarem o dia inteiro, especialmente durante o inverno, quando o trabalho agrícola permitia, fechados no estábulo, aquecidos com o calor dos animais]. (GROSSELI, 1986, p. 68).

A população italiana suportava amargamente seu fardo de miséria. A incipiente industrialização em centros como Milão e Verona não absorveu o grande contingente de trabalhadores desprovidos de terras. O processo de unificação, com batalhas militares e incertezas políticas, também contribuiu para complicar a situação econômica da população. Tais dificuldades foram agravadas por problemas agrícolas e demasiada exploração no meio rural, forçando milhares de camponeses a emigrar. (L'ALBERO DEGLI ZOCCOLI, 1978).

No período entre as últimas décadas do século XIX e o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, milhares de italianos emigraram para outros continentes. Enquanto a Itália passava por uma crise com a população rural desprovida de terra, o Brasil, pelo contrário, almejava o recebimento de imigrantes para povoar e desenvolver economicamente seu vasto território. O fim do tráfico e do trabalho escravo e a necessidade de colonizar e integrar a região Sul acelerou o interesse do governo e das empresas colonizadoras para atrair imigrantes europeus para o país.

Os camponeses italianos eram convencidos a emigrar pela propaganda de agentes pagos pelo governo brasileiro ou por companhias de colonização. Saindo de suas comunas de origem, os emigrantes seguiam de trem ou carroças até o porto italiano de Gênova, onde embarcavam em navios para a América. A travessia do Atlântico demorava cerca de um mês, e, devido às péssimas condições de viagem, ocorriam diversas doenças e inclusive mortes durante o trajeto. Ao chegarem aos portos do Brasil, os imigrantes passavam por um período de quarentena, e eram conduzidos às fazendas ou colônias com as quais haviam efetuado contrato. (GROSSELI, 1986, p. 253).

Os agentes das companhias de imigração e colonização apresentavam diversas vantagens aos imigrantes. Dentre as ajudas prometidas, destacam-se o pagamento das despesas

com a viagem; a facilitação da compra de terras, com preços baixos e amplos prazos; e a garantia de serviço aos colonos em obras públicas, para que as famílias pudessem se manter até a primeira colheita. Milhares de italianos se deixaram envolver por estas propagandas. Porém, o governo brasileiro e as empresas de colonização não cumpriram totalmente tais promessas, deixando muitas vezes os imigrantes entregues à própria sorte. Impossibilitados de retornar à mísera pátria, o ideal de acumulação capitalista e a determinação dos imigrantes os forçaram a trabalhar e tentar progredir economicamente em condições adversas. (FRANZINA, 1976, p. 157).

A Colônia de Urussanga

A história do núcleo colonial de Urussanga faz parte do processo de povoamento e colonização projetado para o Sul do país durante o século XIX. Após os debates políticos e as medições dos lotes, a colonização de Urussanga iniciou-se em 26 de maio de 1878, quando as primeiras famílias de origem italiana chegaram ao local. Depois de passarem pela sede da colônia, em Azambuja, os imigrantes se estabeleceram em um rancho às margens do rio Urussanga, e dali partiram para seus lotes. (TONETTO, 2015, p. 73).

As despesas da viagem dos imigrantes, como transporte e alimentação, eram de responsabilidade dos diretores da colônia. Os colonos compravam seu lote da Companhia Colonizadora, que deveria ser pago após dois anos de uso. Ao chegarem ao lote, os imigrantes precisavam desmatar, preparar a terra e plantar. Além disso, precisavam construir suas casas e executar os trabalhos básicos de infraestrutura de rodagem, pois não haviam boas estradas na região. (BALDIN, 1999, p. 68). Nos primeiros seis meses os colonos recebiam da Companhia um valor que era pago por meio de vales, que eram trocados por produtos e alimentos nos armazéns. Porém, logo que cessavam tais ajudas, os colonos eram abandonados. (MARZANO, 1985, p. 58-59). Quando acabaram as subvenções do Governo, alguns colonos foram trabalhar como empregados ou em obras públicas em outros locais. Durante o tempo em que os homens permaneciam fora, as mulheres e as crianças ficavam na propriedade e cuidavam das plantações. (TONETTO, 2015, p. 73).

Após se estabelecerem no país, muitos imigrantes sofreram em consequência do clima quente e do trabalho árduo ao qual se submeteram. As doenças de pele foram as mais frequentes entre os colonos. (BALDESSAR, 1991, p. 117).

Muitos conflitos ocorreram entre imigrantes e autóctones. Nos planos do governo, dos empresários e dos colonos, os bugres – denominação pejorativa dada aos indígenas – eram um empecilho ao progresso idealizado. Para os índios Xokleng, antigos habitantes da região, os

imigrantes eram vistos como intrusos. Neste contexto de diferenças culturais, os bugreiros passaram a atuar na região, atacando e matando os índios a serviço dos colonos e das empresas colonizadoras. A ação dos bugreiros quase levou ao total extermínio dos índios da região. (SELAU, 2006, p. 133-142).

Dentre os produtos mais cultivados nos primeiros anos da colonização, destacam-se o milho, o feijão, o arroz, e a abóbora. Para processar estes e outros produtos, os imigrantes construíram atafonas e engenhos. Em tom ufanista, o missionário Luigi Marzano destacou a engenhosidade italiana:

Nossos infatigáveis italianos, visto que abundavam pedras de boa qualidade, fabricavam logo moendas e mós. Aproveitando da cascata d'água puseram em movimento o moinho, com grande maravilha dos brasileiros, os quais até então nunca tinham visto aplicações com a força d'água. Eis a primeira demonstração de civilização italiana trazida às florestas do Brasil. (MARZANO, 1985, p. 91).

De acordo com o historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, em 1885 a produção de alimentos já superava o consumo interno, possibilitando aos agricultores de Urussanga iniciarem a comercialização de sua produção alhures. (CABRAL, 1968, p. 226).

Com a sistemática ocupação humana na colônia, ocorreu uma significativa alteração da paisagem nos vales fluviais da costa sul catarinense. O ideal progressista de outrora não considerou a Mata Atlântica em sua vital importância, alterando o equilíbrio da flora e da fauna local. Os impactos ambientais causados pela colonização neoeuropeia ainda precisam ser avaliados por pesquisas no campo da História Ambiental, pois constituem um importante viés para se compreender o passado e vislumbrar melhores práticas socioambientais, no presente e no futuro. (FERRI, 2017).

Baseados na fé, na família e no trabalho, os imigrantes italianos necessitavam assegurar sua religiosidade perante as adversidades de um novo mundo. O apego ao catolicismo era uma marca da população da península itálica. De acordo com o historiador italiano Luis Fernando Beneduzi, a estrutura de cada cidade da península estava organizada em torno de uma igreja comunal, “onde o sino controlava os movimentos do tempo e o sacerdote, as normas de conduta”. (BENEDUZI, 2008, p. 53). No centro da colônia de Urussanga, em um ponto elevado onde hoje se encontra a Igreja Matriz, foi construída a primeira capela, com a estrutura em madeira e cobertura de folhas de caeté. Conforme a colonização avançava, diversas localidades foram se formando tendo como núcleo uma capela, como, por exemplo, as comunidades de Rancho dos Bugres, São Pedro, São Valentim, Rio Salto, Rio Caeté, Rio Maior, Rio Carvão e Santaninha. (PANORAMA, 1999, p. 07).

Segundo o pesquisador João Leonir Dall’Alba, a partir de 1895 Urussanga era considerado o principal centro comercial da área de colonização italiana, superando economicamente as primeiras colônias de Azambuja e Pedras Grandes. Demonstrando sua importância econômica e articulação política, em 1890 Urussanga passou a ser um distrito de Tubarão, e em 1901 se emancipou, tornando-se então um município. (DALL’ALBA, 1987, p. 155).

Figura 01: Fotografia com vista parcial da Praça Anita Garibaldi e Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. Urussanga, primeira metade do século XX.



Fonte: BARRETO, 2012.

Este artigo versa sobre o período colonial de Urussanga, porém, é importante destacar que a partir da década de 1910 e 1920, com a descoberta do carvão mineral e a construção do ramal da estrada de ferro, a cidade diversificou suas produções, recebendo novos contingentes populacionais de diversas origens étnicas. MARQUES, 1990, p. 153). Em decorrência da revitalização da cultura italiana observada a partir dos anos de 1980, Urussanga ostenta o título de Capital Catarinense do Bom Vinho (2004), demonstrando um considerável potencial no setor vitivinícola. (MAESTRELLI, 2011, p. 279-280).

Família de Bona Sartor: uma trajetória italo-brasileira

Para além dos estudos genealógicos, a trajetória de uma família pode ajudar no entendimento de processos históricos mais amplos. No caso da imigração e da colonização, as fontes familiares são fundamentais para entendermos esse fenômeno tão generalizado, mas ao mesmo tempo tão particular para os sujeitos nele envolvido.

A família¹ de Bona Sartor² tem suas origens na frazione de Igne, comune de Longarone, província de Belluno, região do Vêneto, Norte da Itália. De acordo com as pesquisas executadas pelo frei Juarez de Bona, os registros religiosos encontrados em Belluno permitem assegurar que os ancestrais deste clã viveram na localidade de Igne di Longarone desde, pelo menos, o século XVI. (DE BONA, S.D.).

Figura 02: Localização da frazione de Igne, comune di Longarone, província de Belluno, região do Vêneto, Itália.



Fonte: Google Maps.

Matteo de Bona Sartor, personagem-chave para traçarmos a trajetória da família da Itália para o Brasil, nasceu em Igne di Longarone em 18 de abril de 1843. Era filho de Antonio de Bona Sartor e Maria Bratti. Assim como seus antepassados e a maioria da população veneta do período, trabalhou como agricultor desde criança, junto com sua família. Casou-se com Domenica Damian em 09 de abril de 1866.

Figura 03: Atestado de matrimônio de Matteo De Bona e Domenica Damian. Longarone, 22 jun. 1995. Transcrição e tradução dos dados centrais: Se atesta que De Bona Matteo nascido em Longarone em 18 abr. 1843 e Damian Domenica nascida em Longarone em 02 ago. 1844 contraíram matrimônio em Longarone em 09 abr. 1866.



COMUNE DI LONGARONE

PROVINCIA DI BELLUNO

Sulla richiesta dell'interessato;
Assunte le necessarie informazioni;
A sensi delle vigenti disposizioni;

SI ATTESTA

che DE BONA Matteo nato a Longarone il 18.4.1843
e DAMIAN Domenica nata a Longarone il 02.08.
1844 hanno contratto matrimonio a Longarone
il 09.04.1866.

Si rilascia in carta libera per gli usi consentiti dalla Legge.

Longarone, li 22.06.1995



L'UFFICIALE DI STATO CIVILE E ANAGRAFE

Giuliano De Bona

Foto. Castaldi - Faltre

Acervo: Juarez De Bona.

Matteo e Domenica tiveram os seguintes filhos: Giuseppe (1866), Francesca (1868), Maria (1871), Antonio (1873), Maddalena (1876) e Cattarina (1879) – em Longarone, Itália, e Giovanni (1882) e Giacoma (1884) – em Urussanga, Brasil.³

Diante da complicada situação socioeconômica do período, o casal Matteo e Domenica e seus filhos seguiram o destino de milhares de italianos, e decidiram emigrar para a América. Partiram do porto de Gênova com o navio Baltimore, e chegaram ao Rio de Janeiro em 13 de fevereiro de 1880. No outro dia, seguiram viagem no navio Rio Negro, com destino a Santa Catarina.

Figura 04: Detalhe da lista de passageiros do vapor Baltimore. Porto de Gênova, Itália, 18 jan. 1880. Transcrição dos nomes (e idade): De Bona Matteo (36), Damian Domenica (35), De Bona Giuseppe (13), Francesca (11), Maria (8), Antonio (6), Maddalena (3) e Cattarina (1).

STATO dei Passaggeri imbarcati

NUMERO	Anno	Mese	Giorno	CASATO E NOME	Età	PATRIA
71				Delbona Matteo	36	Italia
72				Laminian Fias	27	"
73				Delbona Giuseppe	15	"
74				" Francesco	11	"
75	1880	Genaro		" Antonio	51	"
76	1880			" Antonio	61	"
77				" Matt	51	"
78				" Caterino	11	"

Fonte: Sistema de Informação do Arquivo Nacional.

A família se estabeleceu em um lote na Linha Rio Maior, no núcleo Urussanga da colônia de Azambuja. De costume, os lotes nesta colônia podiam ser pagos em até dois anos, e após a quitação da dívida, o imigrante recebia a escritura definitiva da propriedade. Matteo de Bona Sartor e sua família estiveram entre os primeiros moradores da linha, conforme atesta a placa em frente à capela Madonna dei Campi [Nossa Senhora dos Campos] (figura 05).

Figura 05: Placa em homenagem aos pioneiros imigrantes italianos, que se instalaram na localidade de Linha Rio Maior, a partir de 1878. Urussanga, 09 jul. 2000. Observa-se no início da lista o nome de um irmão de Matteo, Giovanni (* 09 fev. 1836 + 07 jan. 1915), casado em Longarone (1870) com Caterina De Biazzi (*19 fev. 1847 + 04 jun. 1929).



Foto: Henry Goulart. Urussanga, 13 jul. 2017.

Em 13 de julho de 1890, após a morte de sua primeira esposa, Matteo se casou com a viúva Maria Feltrin Cesconetto. Seu falecimento ocorreu em 04 de junho de 1921 na localidade de Rio Maior, aos 78 anos de idade.

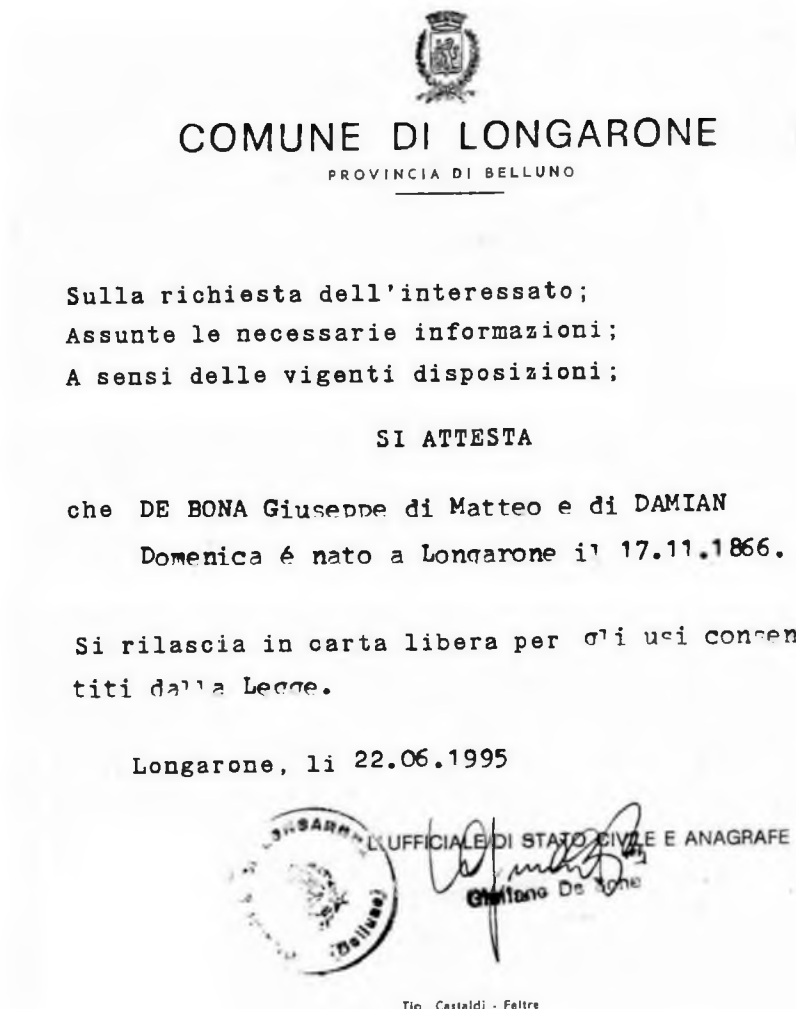
Figura 06: Fotografia de Matteo de Bona Sartor e Maria Feltrin Cesconetto. Urussanga, década de 1910.



Acervo: Claudia de Bona Sartor. Anita Garibaldi, SC.

Nossa narrativa segue com a trajetória do filho mais velho de Matteo e Domenica, Giuseppe de Bona Sartor. Giuseppe nasceu em Igne di Longarone em 17 de novembro de 1866.⁴

Figura 07: Atestado de nascimento de Giuseppe De Bona. Longarone, 22 jun. 1995. Transcrição e tradução dos dados centrais: Se atesta que De Bona Giuseppe filho de Matteo e de Damian Domenica nasceu em Longarone em 17 nov. 1866.



Acervo: Juarez De Bona.

Giuseppe emigrou para Urussanga em 1880, onde, em 1885, casou-se com Emília Tramontin. Desta união, tiveram os seguintes filhos: Luigi (1886), Domenico (1888), Domenica (1890), Elisabetta (1892), Matteo (1894), Angelo (1896), Maria (1899), Luiza (1905), Lucas (1906), Clementina (1909 - 1910), Joana, Diamantina (1911), e Amadeo⁵ (1913). (FELTRIN, 1991).

No final do século XIX, a família de Giuseppe de Bona Sartor, oriunda de Rio Maior, foi uma das primeiras famílias a se estabelecer na região de Sant'Ana do Alto Rio Carvão, atual Santaninha.

Figura 08: Localização da comunidade de Santaninha, município de Urussanga, Estado de Santa Catarina, Brasil.



Fonte: Google Maps.

Até 1914, os filhos mais velhos de Giuseppe e Emilia, Luiz, Domingos, Matheus e Angelo, viviam junto com os pais. Depois, se estabeleceram com suas famílias em terras onde futuramente seria construída a vila operária dos mineiros de Santana. (MARIOT, 2010).

Figura 09: Fotografia da família de Giuseppe de Bona Sartor e Emilia Tramontin. Em pé, da esquerda para a direita: Matteo [Matheus], Domenico [Domingos], Elizabetta [Elisabete], Domenica [Domingas], Luiggi [Luiz] e Angelo. Sentados: Lucas, Giuseppe, Diamantina, Emilia, Amadeo, Joana e Maria.

Sant'Ana do Alto Rio Carvão, Urussanga, SC, ± 1914.



Acervo: Claudia de Bona Sartor. Anita Garibaldi, SC.

Per far la Mèrica: trabalho e cultura ítalo-brasileira em Santaninha

É no trabalho cotidiano que a história de uma família de origem italiana se faz. Os dados que seguem são inspirados nas informações coletadas por Edson João Mariot, que ao longo dos últimos anos têm registrado algumas histórias das localidades de Santana e Santaninha. (MARIOT, 2010-2016).

Ao chegarem à nova terra, os colonos precisaram reconstruir suas vidas em todos os aspectos, ressignificando sua cultura e adaptando-se ao novo ambiente.

As primeiras construções foram feitas com a madeira recém-derrubada da floresta, tendo como cobertura as folhas das palmeiras rabo-de-peixe ou guaricana (*geonoma* spp), plantas típicas da região litorânea da Mata Atlântica. De costume, as casas eram construídas tendo por base um porão de pedras ou tijolos, que servia de depósito para bebidas e alimentos, como o salame e o vinho. Na parte superior, de madeira, ficavam a sala e os quartos, podendo a cozinha ficar nesta parte ou em anexo. Mais acima estava o sótão, que podia servir como quarto de reserva ou depósito para alimentos e objetos. Dentro de casa, no início da colonização, as famílias possuíam apenas o essencial para sobreviver, como a máquina de costura manual e o ferro de passar com brasas. Cozinhava-se em um *larin*⁶ ou em uma *trempe*⁷. As louças eram produzidas com argila ou madeira, podendo ser compradas ou produzidas pelos próprios colonos. Limitadas economicamente, as famílias decoravam suas casas de modo muito simples, geralmente com algum artesanato, imagens da família e quadros com motivos religiosos.

Faziam parte de uma típica propriedade rural o paiol, o chiqueiro, o galinheiro, o forno, o poço e a patente, que era utilizada como banheiro. O paiol era fundamental para os serviços, e funcionava como depósito de grãos, feno, ferramentas e apetrechos para os animais. Também podia servir como estábulo ou estrebaria, onde os bovinos e equinos eram alimentados e ordenhados.

As ferramentas mais utilizadas nas propriedades eram o machado, a foice e o serrote ou topeador, usados na derrubada da mata e para serrar a madeira. Nas atividades agrícolas, eram utilizadas a foice e a enxada, pois o arado tinha seu uso limitado pelas condições acidentadas do terreno. O sistema de plantio mais utilizado nos primeiros tempos da colonização foi a coivara, uma técnica que consiste na derrubada e queima da mata para se efetuar o plantio direto no terreno adubado pelas cinzas. Após a os procedimentos da coivara, a semeadura do milho é a que se apresentava mais rentável, pois a polenta era um produto diário da alimentação dos colonos, e o milho ainda servia como ração para os animais. (MARZANO, 1904).

A renda familiar era baseada nas atividades agrícolas e nos trabalhos esporádicos em construções. Também havia a possibilidade de se obter lucros com outras atividades, como fizeram os irmãos Domingos e Matheus ao instalarem um engenho de farinha. Na edição de 1926 do Almanak Laemmert, no qual constam os ofícios praticados no país, aparecem dois profissionais da família: Matheus, apicultor, e Jacomo, ferreiro e beneficiador de arroz. (ALMANAK LAEMMERT, 1926, p. 1130). Obviamente o almanaque não conseguiu registrar todas as especializações profissionais do município. No caso da família de Bona Sartor, até a metade do século XX todos os seus membros trabalhavam em propriedades rurais ou na prestação de serviços relacionados à agricultura e criação de animais. De costume, o excedente agrícola e os porcos eram vendidos no armazém de Mariano Mazzuco, localizado em Rio Maior, ou trocados por mercadorias como querosene, sal e breu.

Na medida do possível, a alimentação dos imigrantes se manteve com hábitos da sua pátria de origem; mas também, passaram a utilizar os recursos disponíveis em sua nova terra. Dentre os costumes alimentares trazidos da Itália, destacam-se a polenta, a *ministra* [sopa de feijão], o arroz, o queijo, a *puina* [ricota fresca], a nata, a manteiga, o salame, o *sacol* [copa], a banha, o *musetto*⁸, o toucinho, o bacalhau, a salada de *radicchio* [almeirão], a carne de galinha, o vinagre, o vinho e a *grappa* - bebida alcoólica produzida com a fermentação dos bagaços da uva. Dentre os alimentos que passaram a fazer parte de suas dietas no Brasil, destacam-se a carne de caça, a farinha de mandioca, o charque, o palmito, o pinhão, a banana, a cachaça, os peixes de água doce e as frutas nativas. Os condimentos mais utilizados eram o alecrim, a alfazema e a batata-crem⁹.

No início da colonização, o tão apreciado vinho não esteve presente de forma constante na mesa das famílias de origem italiana. Porém, conforme as condições e a videiras permitiram, o vinho passou a ser produzido em Urussanga. O vinho produzido era envasado em garrações, que podiam ser protegidos com cipó, vime ou taquara, e depois eram armazenados nos porões das casas.

Com o leite de vaca se produziam derivados como o queijo, a manteiga, a nata e a *puina*. Os bois podiam ser usados como tração animal, e quando abatidos forneciam a carne, o sebo e o couro. Quando algum bezerro morria, retirava-se a coalheira, uma parte do estômago que era usada para coalhar o leite na elaboração do queijo.

Diante de um novo ambiente, os imigrantes reforçaram seu catolicismo, buscando na religião um apoio para suportar as dificuldades inerentes à ação de colonizar. (FREISE, 1897, p. 01). A religiosidade se expressava no cotidiano das famílias, no terço rezado diariamente e nas orações em latim ou língua veneta. Em todas as casas haviam quadros de santos pendurados

nas paredes. Aos domingos, as famílias se deslocavam a pé ou a cavalo até o centro de Urussanga, para assistir a missa do cônego Luiz Gilli. (BESEN, 2009, p. 12).

A primeira capela de Sant'Ana do Alto Rio Carvão foi construída em madeira, em 1898. A imagem da santa foi doada por Giuseppe de Bona Sartor. Assim como seus conterrâneos, Giuseppe era um homem de extremo zelo religioso, e logo assumiu a função de capelão, a qual desempenhou por diversos anos. No local também eram ministradas as aulas para as crianças da comunidade. Por volta de 1940 foi iniciada a construção da atual igreja (figura 10), em regime de mutirão, pelos moradores da comunidade, sendo os tijolos fabricados por Defende Mariot. Em 12 de dezembro de 1948 foi concluída a sua construção, custando aproximadamente 40 mil cruzeiros. (SAVIO, 2011).

Figura 10: Igreja de Santaninha. Urussanga, SC.



Foto: Mariana de Lorensi. Urussanga, 07 ago. 2016.

As opções de lazer em Santaninha geralmente eram marcadas pelo calendário da Igreja Católica. Além da festa organizada pela comunidade em honra a sua padroeira, podemos destacar, como forma de lazer, as reuniões dos homens na bodega¹⁰, os piqueniques, as caçadas nas matas da região e as festas de recepção dos casamentos. Nas memórias de quem passou a infância em Santaninha, persistem as lembranças das brincadeiras em que se utilizava o invólucro do cacho do coqueiro-jerivá (*Syagrus romanzoffiana*), chamado de “canao”, para escorregarem morro abaixo.

Em 1941 iniciou a exploração do carvão mineral na região. Com a construção da vila operária de Santana, Sant'Ana do Alto Rio Carvão passou a ser chamada de Santaninha ou Santana Colônia. No início do contato entre italianos e seus descendentes com os operários da mineração, surgiram divergências étnico-culturais. Porém, com o passar do tempo, a integração foi acontecendo pelos casamentos interétnicos, jogos de futebol, festas e atividades religiosas. (SARTOR In RABELO, 2007, p. 98-99).

Histórias vivas, conclusões provisórias

A partir da década de 1940, os casamentos interétnicos e as migrações modificaram em muitos aspectos as relações da família de Bona Sartor. Os descendentes de Giuseppe e Emilia, bem como seus parentes, buscaram ascensão socioeconômica em centros urbanos como Criciúma e Tubarão. Alguns migraram serra acima, para a região de São Joaquim, Lages e Anita Garibaldi, outros, foram para os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. Deste período em diante, as novas gerações ampliaram a genealogia da família, diversificando seus ofícios e costumes.

Assim como toda narrativa histórica, a recomposição de uma trajetória familiar sempre estará incompleta. Entretanto, redescobrir a história de vida dos antepassados pode ser uma estratégia para compreendermos nossa própria evolução enquanto sujeitos sociais. Longe de parecer uma história estática, os estudos genealógicos e sobre os costumes do passado revelam adaptações e inovações nas dinâmicas familiares, podendo legar ao nosso tempo inspiração para buscarmos melhores condições de vida.

Referências

ALMANAK Laemmert. *Anuario comercial, industrial, agricola, profissional e administrativo da capital federal e dos Estados Unidos do Brasil*. 4º volume: Estados do Sul. Rio de Janeiro: Typografia Universal de Laemmert, 1926.

BALDESSAR, Quinto Davide. *Imigrantes: sua história, costumes e tradições no processo de colonização no sul do Estado de Santa Catarina*. Criciúma, 1991.

BALDIN, Nelma. *Tão fortes quanto a vontade: história da imigração italiana no Brasil: os vênets em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 1999.

BARRETO, Jiovani Manique; PEREIRA, Jéssica; PEREIRA, Samira; ROLT, Maria Luiza. *Uma história de fé: os 110 anos da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Urussanga*. Urussanga: Editorial Vanguarda, 2012.

BENEDUZI, Luis Fernando. *Imigração italiana e catolicismo: entrecruzando olhares, discutindo mitos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

BINDA, Carolina dos Santos. *Quantificação de inulina em diferentes estádios de desenvolvimento de crem (Tropaeolum pentaphyllum) em campo e micropropagados*. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Alimentos. Erechim: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI, 2013.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1968.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997

COMUNIDADES de Urussanga. [Blog]. Urussanga, set. 2011. Disponível em: <<http://comunidadesurussanga.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

DE BONA, Juarez. *Famiglia De Bona (Sartor): Genealogia*. Curitiba: Fraternidade de Freis Capuchinhos São Lourenço de Brindes, s.d. Acervo do autor.

DE BONI, Luis Alberto (Org.). *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre: EST, 1987.

DICIONÁRIO do Aurélio. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FELTRIN, Angelino João de Bona Sartor. *Árvore Genealógica da Família "Matheus de Bona Sartor"*. Criciúma, 1991. Acervo do autor.

FERRI, G. K. *História Ambiental: uma historiografia comprometida com a vida. Café História*. Rio de Janeiro, 05 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.cafehistoria.com.br/historia-ambiental-historiografia-comprometida-com-a-vida>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

FRANZINA, Emilio. *La Grande Emigrazione*. Venezia: Marsiglio, 1976.

FREISE, Bernardo. *Princípio de Urussanga. Livro de Tombo, n. 01*. Paróquia Nossa Senhora da Conceição. Urussanga, 01 abr. 1897.

GOOGLE Maps. 2019. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

GROSSELLI, Renzo Maria. *Vincere o Morire. Contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane. Parte I: Santa Catarina 1875 – 1900*. Provincia Autonoma di Trento, 1986.

JORNAL da Arquidiocese, n. 146, ano XIII. Florianópolis, jun. 2009.

L'ALBERO degli Zoccoli. Direção: Ermanno Olmi. Itália: RAI (Radiotelevisione Italiana) e Cooperativa G.P.C. (Grupo Produzione Cinema Milano), 1978. 179 min.

MAESTRELLI, Sérgio Roberto. *Do parreiral à taça: o vinho através da história*. Urussanga: EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, 2011.

MARIOT, Edson João. *Santana Mineração*. [Blog]. Urussanga, 2010-2016. Disponível em: <<http://santanamineracao.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

MARQUES, Agenor Neves. *História de Urussanga*. Urussanga, 1990.

MARZANO, Luigi. *Coloni e missionari italiani nelle foreste del Brasile*. Firenze: Tipografia Barbera, 1904.

MARZANO, Luigi. *Colonos e missionários italianos nas florestas do Brasil*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1985.

MIORANZA, Ciro. *Filius Quondam: a origem e o significado dos sobrenomes italianos*. 2ª ed. São Paulo: Larousse, 2009.

RABELO, Giani. *Entre o hábito e o carvão: pedagogias missionárias no Sul de Santa Catarina na segunda metade do século XX*. Tese de Doutorado em Educação. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PANORAMA da Nossa Gente, ano 01, n. 01. Urussanga, 26 maio 1999.

SARTOR, Emília de Bona. *Família Maccari & Bona Sartor: História e Memória*. Lages, SC, 2015. Disponível em: <<https://issuu.com/gilkarlosferri/docs/familiamaccaribonasartor/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SELAU, Maurício da Silva. A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875 – 1925): *resistência e extermínio*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 2006.

SIGNIFICADOS. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SISTEMA de Informação do Arquivo Nacional. *Relação de passageiros do vapor Baltimore (RV15)*. Código: BR.RJ.AN.RIO.OL.0.RPV.PRJ.1135A. Notação: PRJ.1142. Procedência: Gênova, Itália. Destino: Rio de Janeiro, Brasil. Data: 18 jan. 1880. p. 03 e 04. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

SOZZI, Alessandro. *Musetto*. Italian Salami. 2005. Disponível em: <http://italian-salami.com/salami/friuli_musetto.html>. Acesso em: 10 jan. 2019.

TONETTO, Eusébio Pasini; GHIZZO, Idemar; PIROLA, Lenir. *Colônia Azambuja: a imigração italiana no sul de Santa Catarina*. Florianópolis: EPAGRI, 2015.

ZANETTI, Cândida. *Sabores e saberes: hábitos e práticas alimentares entre famílias rurais descendentes de imigrantes italianos na região do Vale do Taquari / RS*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

Enviado em 10 de janeiro de 2019

Aceito em 03 de julho de 2019

¹ Neste artigo, entende-se a família como uma microssociedade, formada por sujeitos aparentados que compartilham antepassados em comum. Cf.: FARIA In CARDOSO & VAINFAS, 1997, p. 241-258.

² O sobrenome De Bona tem origem em *bona* que é o feminino de *bono*, forma italiana/dialetal do latim *bonus*, que significa bom. O sobrenome Sartor é uma variação dialetal de *sartore*, que vem do latim *sartoris*, que significa remendador de tecidos. No final do Império Romano, sartor se tornou o profissional que trabalhava na confecção

do vestuário da nobreza; porém, de modo geral, o sobrenome se refere à arte e ao ofício de alfaiate. Fonte: MIORANZA, 2009, *passim*.

³ Matteo de Bona Sartor (* Igne di Longarone, 18 abr. 1843 + 04 jun. 1921, Urussanga) casou-se: 1º em 06 abr. 1866 com Domenica Damian (*Igne di Longarone, 02 ago. 1844 + antes de 1890, Urussanga), filha de Antonio Damian e Elisabetta Mariot; 2º em 13 jul. 1890, com a viúva Maria Feltrin Cesconetto. Teve filhos apenas com Domenica. Filhos nascidos em Longarone: Giuseppe (* 17 nov. 1866 + 28 ago. 1950), casou-se em 1885 com Emilia Tramontin; Francesca (* 30 abr. 1868), casou-se: 1º com Vicente Damian (11 jun. 1884), e 2º com Arcangelo Bez (1912); Maria (* 08 set. 1871), casou-se com Luca De Bona [Muda] (1888); Antonio (* 02 out. 1873 + 19 fev. 1952), casou-se: 1º com Maria De Bona Palotta (15 dez. 1894), 2º com Giacoma De Bona Palotta (27 jun. 1898); Maddalena (* 05 dez. 1876), casou-se em 22 nov. 1894 com Marco Fontanella (* 29 out. 1874 + 18 ago. 1949); Cattarina (* 03 jan. 1879 + 27 mar. 1942), casou-se com Paulo Citadin. Filhos nascidos em Urussanga: Giovanni (* 25 dez. 1882), casou-se com Elisa Burigo (24 fev. 1906); Giacoma (* 01 set. 1884), casou-se com Vicente Cesconetto. Fonte: DE BONA, *passim*.

⁴ Giuseppe de Bona Sartor (* Igne di Longarone, 17 nov. 1866 + 28 ago. 1950, Urussanga) casou-se em 1885 com Emilia Tramontin (* Itália + após 1950, Urussanga). Filhos: Luigi (* 16 jun. 1886 + 01 mar. 1972), casou-se em 04 set. 1909 com Francisca Romana Fontanella (* 12 fev. 1890 + 01 dez. 1945); Domenico (* 8 set. 1888 + 22 jul. 1985), casou-se com Maria Cesconetto (* 20 abr. 1893 + 23 jun. 1977); Domenica (* 19 jun. 1890), casou-se com Silvio Trento; Elisabetta (* 19 jul. 1892), casou-se em 1913 com Angelo Piva; Matteo (* 1894 + 04 mar. 1943), casou-se com Herminia Zanelato; Angelo (* 20 out. 1896 + 04 nov. 1954), casou-se 1º com Luiza Trento (* 22 out. 1895 + 28 jun. 1929), e 2º com Domingas Zanelatto; Maria (* 17 jan. 1899), casou-se com Fernando Piva; Luiza (* jul. 1905 + 11 maio 1909); Lucas (* 20 jun. 1906 + 29 jul. 1975), casou-se com Anita Zanelatto; Clementina (* 21 mar. 1909 + 04 jun. 1910); Joana, casou-se com Marcos Benedetti; Diamantina (* 22 maio 1911), casou-se com Pedro Macari (* 12 jul. 1906); Amadeo (* 30 out. 1913 + 16 abr. 1979), casou-se em 31 mar. 1932 com Maria Antonietta Maccari (* 18 fev. 1909 + 13 ago. 1999). Fonte: DE BONA, *passim*.

⁵ Amadeo de Bona Sartor (* Urussanga, 30 out. 1913 + 16 abr. 1979, Lages) casou-se em Urussanga (31 mar. 1932) com Maria Antonietta Maccari (*Urussanga, 18 fev. 1909 + 13 ago. 1999, Lages). Filhos: Claudia (1933), Cremilda (1934), Ilbe (1936) Emília (1938), Silvestre (1941), Vitalino (1943), Olindo (1945), Paulo (1947) e Olinda (1952). O autor deste artigo é neto de Claudia. Fonte: SARTOR, 2015, p. 08-18.

⁶ *Larin* é uma panela de ferro fixada ao teto da cozinha por uma corrente, e embaixo fazia-se o fogo. Fonte: ZANETTI, 2011, p. 89.

⁷ *Trempe* é um arco de ferro que, sobre três pés, dá suporte à panela que vai ao fogo. Também pode ser uma chapa de ferro vazada que, num fogão a lenha, serve de suporte para as panelas. Fonte: Dicionário do Aurélio, 2019.

⁸ *Musetto* é um preparado a base de carne de porco, típico do Vêneto, Itália. A carne utilizada é derivada, exclusivamente, do focinho do porco, a qual é triturada e misturada com canela, pimenta, noz-moscada e outras especiarias de acordo com a receita. Fonte: SOZZI, 2005.

⁹ Crem é um condimento obtido da planta *Armoracia rusticana*, nativa do sudoeste da Europa. No Brasil, utiliza-se a raiz-amarga *Tropaeolum pentaphyllum*. Depois de raladas, as raízes são colocadas em vinagre de vinho tinto, e são usadas para acompanhar e temperar sopas e carnes. Fonte: BINDA, 2013, p. 02.

¹⁰ Bodega, em espanhol, significa um porão, loja ou depósito onde se vende vinho a retalho. No Brasil, o termo bodega se refere a um pequeno armazém de secos e molhados, onde são vendidas refeições e bebida alcoólicas, uma espécie de taberna. Fonte: SIGNIFICADOS, 2019.

DE DEBATES HISTÓRICOS-POLÍTICOS À CONSTRUÇÕES DE SI: A NARRATIVA DO BRASIL NA AUTOBIOGRAFIA DE SIMONE DE BEAUVOIR¹

FROM HISTORICAL-POLITICAL DEBATES TO SELF-CONSTRUCTIONS: THE NARRATIVE OF BRAZIL IN SIMONE DE BEAUVOIR'S AUTOBIOGRAPHY

Thainã Teixeira Cardinalli*

Resumo: Em 1960, Simone de Beauvoir (1908-1986), acompanhada de Jean-Paul Sartre, visitou as principais cidades do sudeste, nordeste e centro-oeste brasileiro na companhia dos seus anfitriões Jorge Amado e Zélia Gattai. Os relatos dessa viagem integram o terceiro volume de sua autobiografia intitulada *A Força das Coisas* (1963). Neste artigo investigo a composição de suas descrições do Brasil em estreito diálogo com duas dimensões narrativas: os debates históricos-políticos que marcaram a sua estadia no país, tais quais as noções de “Terceiro Mundo” e de países subdesenvolvidos, e os movimentos de independências das ex-colônias europeias; e os projetos de construção de si elaborados nas suas obras autobiográficas; gênero textual que será apresentado com o auxílio dos estudos teóricos de Philippe Lejeune (1991) e Leonor Arfuch (2010).

Palavras-chave: Relatos de viagem; Brasil; Simone de Beauvoir; Autobiografia.

Abstract: In 1960, Simone de Beauvoir (1908-1986) and Jean-Paul Sartre visited the main cities in the southeast, northeast and central-west Brazilian regions, accompanied by their hosts in the country, Jorge Amado and Zélia Gattai. This trip reports are part of Beauvoir's autobiography, namely its third volume, entitled *A Força das Coisas* (1963). In this paper, my goal is to inquire the composition of the philosopher's descriptions and reports of Brazil in a narrow dialogue with two narrative dimensions: the historical-political debates that marked her time in the South-American country, such as the concepts of "Third-World", underdeveloped countries, and the independence movements of the former European colonies; as well as the projects of Simone de Beauvoir's self-representation in her autobiographic works; literary genre that will be addressed with the aid of Philippe Lejeune (1991) and Leonor Arfuch's (2010) theoretical studies.

Keywords: Travelogues; Brazil; Simone de Beauvoir; Autobiography.

Introdução

“Já estive em bordéis no mundo inteiro, e a mulher ali sempre fecha a porta, seja na Coréia, seja na Índia. [...] Mas essa mulher [Simone de Beauvoir] escancarou a porta e chamou o público e a imprensa.”
Nelson Algren, 1981

Ao final de sua vida e na ocasião de sua nomeação para a Academia Americana de Artes e Letras, Nelson Algren concede uma longa entrevista ao jornalista W. J. Weatherby

* Doutoranda em História - Programa de Pós-graduação em História - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP - Brasil. Bolsista CNPq, com período de Doutorado Sanduíche (Université de La Rochelle) financiado pela Capes. E-mail: thainacardinalli@gmail.com.

(WEATHERBY apud ROWLEY, 2006, p. 355). Dentre os tópicos abordados, o escritor norte-americano é questionado sobre o seu envolvimento com a escritora e filósofa francesa Simone de Beauvoir, personalidade que não mantinha contato há quase duas décadas e por quem desenvolvera ressentimentos ao longo dos anos em decorrência da exposição do relacionamento deles nas obras ficcionais e nas narrativas autobiográficas da autora. A citação acima retirada desta entrevista, nos revela os desconfortos e as frustrações de um relacionamento sem sucesso; contudo, se nos distanciarmos das mágoas de Algren, chamaria a atenção para o modo como se reporta à ex-companheira. O que lhe incomodava em Beauvoir era o seu desejo de descortinar, ou ainda nas palavras do escritor americano, de “escancarar” sua vida. Projeto pessoal que, inclusive, marcou grande parte de suas produções escritas.

A autora reconhecida internacionalmente pela obra *O Segundo Sexo* (1949), escreveu também uma série de romances, sendo que alguns deles são inspirados em fatos vividos e personalidades do seu convívio, e publicou quatro livros autobiográficos, *Memórias de uma moça bem-comportada* (1958), *A força da idade* (1960), *A força das coisas* (1963) e *O balanço final* (1972).² Segundo a historiadora Eliana Calado, dos vinte e sete livros de Simone de Beauvoir conhecidos até o momento (2011), doze são narrativas auto referenciais. Somam-se as autobiografias e à romances como *Os Mandarins* (1954)³, suas correspondências trocadas com Jean-Paul Sartre, Nelson Algren e Jacques-Laurent Bost, e organizadas postumamente pela sua filha adotiva, Sylvie Le Bon de Beauvoir (CALADO, 2012, p. 23).

Conjunto documental interessante deixado pela escritora francesa se pensarmos nas inúmeras possibilidades de entradas na sua vida pessoal. Enquanto suas correspondências foram escritas quase que simultaneamente aos fatos vividos e com poucos retoques ou censuras, a produção ficcional ou autobiográfica manifesta as intencionalidades de Beauvoir de narrar conflitos profissionais, experiências e aventuras amorosas ao público leitor. É impossível negar a incidência de relatos auto referenciais na totalidade de sua obra bem como a sua curiosidade em entender sua vida, “sua relação com o mundo, seus projetos, [e] sua vocação de escritora” (CALADO, 2012, p. 23). Ao analisar a produção de Simone de Beauvoir, Calabi salienta a dedicação da escritora, ao longo de sua vida, na elaboração de narrativas pessoais, sejam os diários escritos durante a juventude⁴, sejam as correspondências redigidas cotidianamente e, posteriormente, os projetos autobiográficos. Em relação a estas produções, a historiadora aponta que “Beauvoir reiterou em diversos momentos que o seu projeto autobiográfico estava diretamente ligado a uma necessidade de salvar do esquecimento a sua história, de deixá-la registrada para seus contemporâneos” e prossegue, “era, sem dúvida, a expressão de desejos

peçoais: cumprir promessas de juventude, fazer balanços da sua experiência, contar a sua vida de acordo com a sua perspectiva” (2012, p. 23).

Desde o processo de elaboração do primeiro livro autobiográfico, Simone confiava aos seus colegas-escritores o desejo de realizar uma produção que não fosse meramente descritiva; almejava, ao invés disso, apresentar suas opiniões, impressões e a si própria no texto. Numa de suas correspondências à Nelson Algren, em 1957 – um ano antes da publicação desta obra - conta que estava desenvolvendo um projeto literário diferente dos anteriores: escrevia suas “memórias de infância e juventude”. A fim de evitar se restringir a “uma simples narrativa”, afirma ao ex-amante que propunha investigar “quem era eu? Como me transformei no que sou, em relação ao mundo em que vivia e onde vivo?” (BEAUVOIR, 2000, p. 516).

A preocupação em se auto conhecer assim como em se revelar ao público, conforme discute Calabi na sua tese, acompanha Simone de Beauvoir desde sua juventude e se intersecciona com os fundamentos existencialistas, corrente filosófica da qual participava junto com o seu companheiro Jean-Paul Sartre. São preocupações que evidenciam, por outro lado, o projeto consciente da escritora francesa em escolher quais situações e fatos narrar, como contá-los e, principalmente, por meio de qual gênero narrativo (re)elaborar sua(s) história(s) de vida. Valérie Stemmer atenta-se para tal questão, ao notar a insistência de Beauvoir em narrar determinados acontecimentos de sua vida com sentidos e pontos de vistas diversos. Um fato banal como a compra de um buquê de violetas de um vendedor de baixa estatura, no romance *Quando o espiritual domina* (1979), é descrito minuciosamente: o trajeto realizado pelo florista, os detalhes do buquê e as características do vendedor; enquanto que em *Memórias de uma moça bem-comportada*, a autora rememora tal evento duas vezes, sendo que numa delas a ênfase da narrativa recai menos sobre o ato da compra do que sobre a desilusão amorosa de chegar na casa de seu primo Jacques com o buquê e nem ser notada por ele. Poderíamos ainda acrescentar outros fatos retrabalhados nos diários, romances, relatos autobiográficos e nas correspondências, e que sugerem à Stemmer a infinitude de sentidos, perspectivas e ângulos construídos pela escritora em torno de suas experiências. A vida de Beauvoir, conforme enfatiza a pesquisadora francesa, não é somente passível de ser relatada, mas, sobretudo, constantemente inventada, reatualizada e reelaborada no momento de escrita de suas produções (STEMMER, 2012, p. 196).

No artigo “La tapisserie de Pénélope” (2012), Stemmer aproxima os exercícios de escrita de Beauvoir das artimanhas tecidas pela “opiniâtre Pénélope” (teimosa/persistente Penélope). Assim como a esposa de Ulisses que por longos anos fez e refez a costura de um tecido a fim de evitar um novo casamento durante a ausência de seu marido, a filósofa escreve

e rescreve sua vida e a constrói de acordo com as narrativas nas quais se inscreve (2012, p. 196). Entende, dessa forma, que os acontecimentos relatados estão intimamente entrelaçados aos registros textuais, assim, no seu artigo, ao invés de investigar a veracidade dos fatos, aponta como Beauvoir os encadeia e os organiza no conjunto de sua obra.

Perspectiva interessante apresentada pela autora que nos permite repensar o conteúdo narrado nas autobiografias, tais quais experiências pessoais, percurso profissional, viagens e interlocução com intelectuais, artistas e políticos. Se tais vivências se constroem no momento da escrita, pode-se inferir, igualmente, que acompanham as intencionalidades das produções memorialísticas, ou seja, a vontade da escritora francesa em se auto conhecer e se apresentar ao público leitor. Diálogo entre conteúdos e proposições das obras que podem ser ilustrados também a partir da recepção da produção de Beauvoir. Impossível não lembrar da inquietação dos leitores e da crítica literária frente aos fatos descobertos de sua vida pessoal no momento em que foram publicadas, postumamente, suas correspondências enviadas à Sartre e Algren, e os seus diários pessoais.⁵

Partindo assim dessa íntima relação entre os temas tratados e as expectativas de Beauvoir com a produção de seus livros autobiográficos e com as suas imagens de si, como poderíamos então compreender os relatos da viagem ao Brasil, objeto de estudo desse artigo? Registros de cidades visitadas, personalidades descobertas e trajetos percorridos pelo território brasileiro encontram-se descritos no terceiro volume de suas autobiografias, cuja intenção, conforme vimos nesta primeira parte, é tecida ao longo da obra tanto quanto em outros relatos de Beauvoir. Proponho, dessa forma, investigar de que modo a autora constrói a narrativa de sua viagem ao Brasil interseccionando, de um lado, memórias do que viveu e informações fornecidas pelos seus correspondentes no país, e do outro, os projetos de construção de si – como mulher, escritora, intelectual, companheira de Sartre, amante, ativista política, feminista e filósofa – elaborados nas autobiografias.

Cabe lembrar que em meados de agosto de 1960, a filósofa vem ao país na companhia de Sartre que deveria cumprir compromissos acadêmicos junto às universidades brasileiras, bem como tinha a intenção de divulgar a campanha revolucionária de Cuba e a propaganda a favor da libertação da Argélia em guerra contra o exército francês. Apesar da curta estadia de dois meses, Simone visitou mais de vinte cidades e conheceu personalidades importantes no cenário nacional. São experiências plurais e únicas – visto que nunca mais retornou ao Brasil – que lhe possibilitaram compor um relato de quase oitenta páginas localizado no penúltimo capítulo d' *A força das coisas*.

Ainda que seus relatos desta viagem sejam ricos em detalhes geográficos e socioeconômicos dos lugares visitados, pouco se destacam dentro das narrativas do livro que acompanham as últimas duas décadas vividas pela autora (1945-1963). Ao contrário do que ocorre nos relatos das viagens aos EUA e à China as quais preferiu comentar brevemente n' *A força das coisas* pois já havia publicado duas obras acerca dessas excursões, intituladas *L'Amérique au jour le jour* (1948) e *La longue Marche* (1957); a viagem ao Brasil, por sua vez, encontra-se inscrita integralmente na produção autobiográfica.⁶ Os registros de suas experiências pelo território brasileiro atravessam lembranças de conflitos pessoais, atividades profissionais, casos amorosos, engajamentos políticos e acontecimentos históricos; composição textual que nos permite, do mesmo modo, acompanhar os projetos de construção de si tecidos no decorrer de suas autobiografias. A fim de investigar o entrelaçamento entre narrativas de si e registros da viagem ao Brasil, destaco nesse artigo questões políticas e sociais que permearam o período em que Beauvoir esteve no país assim como lhe possibilitaram a composição de um relato crítico, preocupado e consciente acerca dos fatos presenciados. Discussões e preocupações políticas sobre a situação das nações recém-independentes do domínio europeu, a Revolução cubana e os termos “Terceiro Mundo” e “subdesenvolvimento” que recupero também a partir de textos e artigos de Sartre, seu parceiro intelectual.⁷

Uma francesa nos trópicos

Alguns meses antes de embarcarem para o Brasil, Sartre e Beauvoir viajaram à Cuba onde se encontraram com os líderes da revolução, Castro, Guevara e Jimenez, e também aproveitaram da ocasião para observar as mudanças políticas e sociais que estavam sendo implantadas na pequena ilha. A breve estadia em Havana motiva ambos os escritores a aceitarem os inúmeros convites que recebiam para visitar o Brasil. Simone relembra no terceiro volume de sua autobiografia que centros acadêmicos e personalidades de esquerda como Jorge Amado, os convidavam para realizar conferências no seu país, no entanto, ela e Sartre se sentiam pouco entusiasmados em assumir tais compromissos. Pergunta ao seu companheiro se seria cansaço físico ou moral que explicaria a “apatia” deles frente as novas realidades em construção na América. Para ela, havia outra razão mais intensa que as fadigas corporais e que poderia elucidar os bloqueios de seus sentidos: a guerra na Argélia (1954-1962). Contudo, pontua a autora:

o resto do mundo existia, e não devíamos desinteressar-nos dele. Franqui [diretor do jornal cubano *Revolution*] estava certo: a experiência cubana nos dizia respeito. Uma visita ao Brasil nos esclareceria sobre os problemas dos países subdesenvolvidos; Amado e outros homens de esquerda a desejavam porque pensavam que, através de

conferências e artigos, Sartre lhes poderia ser útil. Permanecer surdos a esses convites, mutilar nossa curiosidade, encolher-nos na desgraça francesa, era uma espécie de demissão. Sartre foi o primeiro a sacudir nossa inércia (BEAUVOIR, 1995, p. 427).

Manter-se “surdos”, “mutilados” de curiosidade e imóveis em relação aos problemas do Novo Mundo, ao seu ver, não era uma postura aceitável, muito menos, condizente com as posições políticas defendidas por ela e Sartre que, nesse período, estavam engajados com a questão da Argélia. Desde que o confronto armado pela a independência deste país africano iniciou-se, em meados de 1954, ambos os intelectuais se posicionaram a favor do território colonizado e contra as ofensivas do exército francês. Manifestavam seu descontentamento com o governo de Charles De Gaulle (1959-1969) em entrevistas, palestras, conferências e, sobretudo, no periódico dirigido e criado por eles, *Les Temps Modernes*. Nele também divulgavam as violências físicas e as torturas sofridas pelos militantes do *Front de Libération Nationale* (FNL), o movimento de resistência argelina. Cabe salientar que Sartre ao defender publicamente a independência da Argélia do Estado francês, passou a receber inúmeras correspondências de militantes e refugiados argelinos que solicitavam sua ajuda, seja financeira, seja política (ROWLEY, 2006, p. 247). Simone, por outro lado, decide reportar tais eventos políticos ao longo de sua autobiografia; inclusive, interrompe o relato do Brasil com a transcrição na íntegra de um manifesto de Sartre em apoio à Francis Jeanson, filósofo francês, acusado de traição pelo governo da França por abrigar membros da resistência argelina.

Preocupações políticas, sem dúvida, atravessam a vinda do casal ao Brasil. Durante a sua estadia aqui, fazem questão de expor suas posições políticas tanto em conferências ministradas nas universidades quanto em discursos oficiais noticiados pelos periódicos da época. Chama a atenção de jornais, tais quais o *Jornal do Brasil* (RJ), *Última Hora* (RJ), *O Estado de S. Paulo* (SP) e *Diário de Pernambuco* (PE), as críticas de Sartre às manobras políticas do presidente De Gaulle e ao uso da violência pelo Estado francês; seus elogios ao movimento cubano pois por meio dele os países da América Latina poderiam traçar novos rumos políticos e conter o avanço do imperialismo norte-americano; e, por fim, sua campanha pela independência da Argélia.⁸ Simone que aparece sempre ao lado do seu companheiro nestes eventos, além de concordar com as posturas políticas dele, compartilha com o público brasileiro outra inquietação: a desigualdade entre homens e mulheres. Na sua palestra proferida na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro⁹, discorre sobre a condição da mulher moderna que ainda era dependente econômica e socialmente dos homens, bem como defende que exerçam alguma profissão para assim, se desvencilharem da submissão ao sexo masculino.

São questões políticas, sociais e de gênero que se sobressaem nos trabalhos de Sartre e Beauvoir e, pode-se inferir, impulsionam a vinda deles ao Brasil tanto quanto atravessaram seus olhares para a realidade brasileira. A chegada deles ao país decorre então de suas curiosidades em relação aos processos sociais oriundos das nações em desenvolvimento, da insistência de certos intelectuais brasileiros para que combatessem os discursos de André Malraux,¹⁰ escritor francês, e do convite para participarem do I Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária, em Recife. Merece destaque, igualmente, a participação de literatos, cientistas sociais, artistas e professores universitários na viagem de Sartre e Beauvoir ao Brasil. Foram responsáveis pela organização das conferências que ambos os intelectuais franceses realizariam, e pela montagem dos itinerários a serem percorridos assim como os levaram à locais e cidades onde poderiam observar os costumes e os modos de vida da população brasileira.

Lembro que n' *A força das coisas*, a escritora francesa confidencia que antes da viagem, ela e Sartre jantaram na residência do pintor Cícero Dias, em Paris, na companhia de Di Cavalcanti e do escritor recifense, Gilberto Freyre. Conversaram sobre as tradições populares do Nordeste no período colonial e sobre a capital recém-construída, Brasília. Recordar-se ainda de ter ganhado do autor de *Casa-Grande & Senzala*, um livro ilustrado sobre Ouro Preto (BEAUVOIR, 1995, p. 446). Se Freyre, Cavalcanti e Dias contam à Simone e ao seu companheiro pequenas curiosidades e fatos históricos sobre o Brasil, Jorge Amado e Zélia Gattai, por sua vez, terão a oportunidade de guiá-los pelo território brasileiro. Além de recepcioná-los e promover encontros e reuniões para que conhecessem personalidades importantes do cenário nacional, o literato baiano e sua esposa os acompanharam na maioria das excursões e dos eventos oficiais.

A aproximação de Beauvoir e Sartre do casal Amado chama a atenção de Régis Tettamanzi, no livro *Les écrivains français et le Brésil* (2004). Percebe nas narrativas da autora, a importância conferida a amizade com Jorge e Zélia, e mais aos passeios, as excursões e os encontros promovidos pelos amigos brasileiros. Na opinião de Tettamanzi, os Amado tiveram um papel relevante durante a estadia do casal francês no Brasil pois sendo guias engajados e conscientes da postura política de Sartre e Beauvoir, lhes ofereceram visitas a fazendas, plantações de cacau, fábricas de fumo, usinas, barragens hidroelétricas etc.; ou seja, lugares que destoavam de roteiros turísticos (TETTAMANZI, 2004, p. 73). São escolhas de itinerários que tanto Tettamanzi quanto a filósofa atribuem quase que exclusivamente à Jorge e Zélia. Fato importante no relato da viagem ao Brasil, uma vez que a ênfase na participação deles na organização e na montagem dos percursos, sugere um estreito diálogo entre o que Simone

observou pelo território brasileiro e os interesses políticos, sociais e culturais do literato baiano e de sua esposa.

A viagem de Beauvoir começa então pelo Recife e logo no aeroporto, ela e Sartre são recepcionados pelo público local, pela imprensa e por Jorge Amado. Durante a estadia de uma semana na capital pernambucana, o casal participou de eventos do Congresso e fez breves passeios na companhia de Amado, dentre os quais destaca-se a visita a uma fazenda¹¹. Conhece, igualmente, o centro e arredores de Recife, agora, na presença das irmãs Lúcia e Cristina. Vindas de uma família abastada, são elas juntamente com Amado que guiam o casal francês por Olinda e lugares históricos do Recife. Enquanto na região central da capital, Simone encontrava edifícios preservados da época colonial e mercados que reuniam contadores de histórias, nos subúrbios presenciou situações de miséria e fome. Nas épocas de seca, este cenário tornava-se, ainda mais, crítico: concentrava camponeses famintos em busca de comida e trabalho. Cristina, sua motorista e guia, lhe atenta para tal realidade ao lhe apresentar também a “orla da cidade, uma zona onde se amontava em barracos de madeira uma população desprovida de tudo” (1995, p.448).

Observações atentas a questões políticas e sociais marcam, do mesmo modo, suas descrições de Salvador, próxima parada da viagem. Ao longo da estadia na capital baiana, Sartre e Beauvoir estiveram acompanhados de Lúcia, Cristina, Jorge e Zélia, e do etnólogo Vivaldo da Costa Lima, soteropolitano e adepto das práticas religiosas do candomblé. Responsáveis por apresentar Salvador aos viajantes franceses, traçam caminhos que recortam a cidade por entre lembranças de infância, locais históricos como igrejas, antigos comércios e ruas principais, e eventos culturais: cultos de candomblé e rodas de capoeira. Amado também a levou para conhecer o mercado localizado próximo ao porto, onde se surpreendeu com os vendedores ambulantes que comercializavam uma variedade de alimentos e objetos. As comidas, os produtos locais e os mercados se destacam no seu relato das visitas guiadas à Salvador, mas também ao Recife, Feira de Santana e Rio de Janeiro. Descrições importantes dentro de suas narrativas pois ao mesmo tempo em que recuperam seus percursos pelo Brasil, nos permitem acompanhar o que viu e, sobretudo, o que apresentou desse “país subdesenvolvido” aos seus leitores.

Em outro mercado, desta vez, situado na “saída da cidade” baiana, salta aos olhos de Beauvoir a extrema pobreza de seus frequentadores. Nas suas palavras, “salvo cerâmicas muito bonitas, os cestos refletiam a miséria dos compradores” e completa “na Bahia também a fome rondava, sobretudo nos lugares que Amado chamava de ‘bairros de invasão’, porque as pessoas

lá se haviam instalado como posseiras”. Moravam nas encostas dos morros em “casebres construídos sobre estacas”, sem nenhuma higiene ou infraestrutura (1995, p. 451).

A extrema pobreza, a seu ver, se relacionava com a segregação racial da população baiana: 70% dos seus habitantes eram negros, na maioria dos casos, descendentes de escravos que chegaram ao estado para trabalhar nas fazendas de cana-de-açúcar. Divisão racial que, aliás, não impossibilitou a incorporação das práticas religiosas do grupo étnico nagô, descendência dos escravos, na “liturgia católica”; originando assim uma “religião sincrética, o candomblé” (BEAUVOIR, 1995, p. 454). A tríade, negro, pobreza e religiosidade, presente nos relatos sobre a Bahia se estende, igualmente, para as observações das favelas do Rio de Janeiro que concentravam grande parte da população negra da capital. Segundo a filósofa, neste ambiente miserável, sujo e repleto de doenças podia-se acompanhar os rituais de “macumba” – “muito diferentes dos tranquilos candomblés da Bahia” – onde seus praticantes, muitas vezes, se queimavam e feriam-se (1995, p. 462). Seja nos comentários das favelas da capital carioca ou dos terreiros de candomblé de Salvador, seja nas considerações a respeito das desigualdades sociais presenciadas no Brasil, Simone enfatiza o descompasso econômico e político do negro na sociedade brasileira e sua busca pelas tradições religiosas africanas na tentativa de se esquivarem dos problemas sociais.

Cabe ressaltar que uma das paradas obrigatórias do passeio guiado por Amado e Vivaldo em Salvador, era nas casas de candomblé; espaço onde a filósofa francesa pode observar os rituais praticados, a cerimônia de iniciação das meninas e o transe mediúnicos. Relatou detalhadamente estes processos assim como se propôs a interpretar o que ocorria durante o transe. Para ela, o momento em que as mães-de-santo recebem os orixás, simbolizaria para os negros o ato de ruptura com as amarras sociais e de (re)descobrimto de seus costumes. Dessa forma, o transe se relaciona menos com questões patológicas do que com fatos de “ordem cultural”, conforme explica:

encontramos experiências análogas [ao transe] em todos os lugares onde indivíduos estão divididos entre duas civilizações. Obrigados a se dobrarem ao mundo ocidental, os negros da Bahia, outrora escravos, hoje explorados, sofrem uma opressão que chega a lhes tirar a posse de si mesmos; para se defenderem, não lhes basta conservar seus costumes, suas tradições, suas crenças: eles cultivam as técnicas que os ajudam a se arrancar, através do êxtase, da personagem mentirosa na qual foram aprisionados; no instante em que parecem perder-se é que se reencontram: eles são possuídos, sim, mas por sua própria verdade (BEAUVOIR, 1995, p. 454).

Simone observadora atenta e, sobretudo, intelectual sensível aos problemas sociais – conforme constrói na sua narrativa –, não deixa de enfatizar o caráter libertário dos processos mediúnicos. Fato que lhe permite ilustrar aos leitores a importância do candomblé na sociedade brasileira tanto quanto na trajetória pessoal e profissional dos seus acompanhantes no Brasil.

Jorge, Zélia e Vivaldo, por exemplo, participavam assiduamente das cerimônias como, do mesmo modo, ressalta a presença do cineasta francês, Henri-Georges Clouzot, e do etnólogo e fotógrafo, Pierre Verger, no terreiro de “Mãe-Senhora”.

A viagem pela Bahia se prolonga para além dos terreiros de candomblé. Simone também é convidada para visitar cidades que, de acordo com as suas descrições, formavam um panorama econômico e cultural do estado. Antes de descrevê-las, recorda aos leitores que o pai de Jorge Amado era plantador de cacau; tema que o inspirou a escrever seu primeiro romance, *Cacau* (1933). No *Terras do sem-fim* (1943), por sua vez, o literato trata das disputas de terras no sul da Bahia e das relações violentas entre coronéis e negros. Trama que ganha continuação no *São Jorge de Ilhéus* (1944). Em relação a mais recente produção literária do escritor brasileiro, *Gabriela cravo e canela* (1958), Beauvoir ressalta que a história se passa em Ilhéus, “o porto do cacau”; lugar que Amado “desejou levar-nos para conhecê-lo”. Seu guia lhe apresenta esta cidade portuária como também Itabuna e suas extensas fazendas de cacau, Feira de Santana, famosa pelos mercados e pelas feiras regionais, Cachoeira, cidade produtora de fumo, e por fim, “a cidade do petróleo” que abrigava uma extensa refinaria da Petrobrás (BEAUVOIR, 1995, p. 457-458).

Dentre as cidades visitadas no interior e no litoral do estado, ganha destaque a refinaria construída no sul da Bahia, pois de acordo com as informações fornecidas pelos seus guias, era resultado dos programas de incentivo ao monopólio estatal do petróleo criados durante a gestão do presidente Getúlio Vargas (1951-1954). Beauvoir nos conta ainda que a Petrobras, empresa nacional de extração de petróleo, apesar de contratar alguns técnicos estrangeiros, tinha o total controle de sua produção, possuía os mais novos recursos para a exploração e provia seus funcionários de todos os aparatos legais (1995, p.458). Nota-se neste trecho como em outras passagens da narrativa sobre o Brasil a ênfase na questão nacional, ora em projetos políticos que visassem a autonomia econômica do país, ora em produções culturais que retratassem os costumes e modos de vida do povo brasileiro. São formas de olhar para o Brasil que dialogam com as preocupações de Jean-Paul Sartre que, neste momento, se interessava pelas dinâmicas sociais das antigas colônias europeias.

Nas palestras proferidas durante a sua estadia no país, o escritor e filósofo francês ressaltava, conforme vimos anteriormente, a importância da Revolução cubana e da luta argelina pela sua independência na contestação da(s) política(s) imperialista(s) vigente(s). Para ele, as nações do “Terceiro Mundo” em decorrência do seu contexto histórico-político vivenciado possuiriam uma “potencialidade revolucionária”. Dito de outro modo, os países vítimas das explorações do período colonial e marcados pela explosão demográfica,

dependência econômica e grande diferença social, teriam a capacidade de combater o imperialismo norte-americano ou ainda os avanços do regime soviético (ALMEIDA, 2009, p.42).¹²

Importante ressaltar que o termo “Terceiro Mundo” como sinônimo da também pejorativa denominação “mundo subdesenvolvido”¹³ foi utilizado pela primeira vez em 1952 pelo economista, demógrafo e sociólogo francês, Alfred Sauvy, num artigo intitulado *Trois mondes, une planète* e publicado no jornal francês *L’Observateur*. Conforme continua Marcin Wojciech Solarz, o termo de Sauvy faz referência a um terceiro mundo que não seria nem o das nações capitalistas, nem o dos países do bloco comunista; conceito, aliás, que acompanha a configuração política mundial imposta pela Guerra Fria e o movimento de descolonização de ex-colônias europeias na África e Ásia. O termo cunhado na língua francesa (*Tiers Monde*) não pressupõe uma hierarquização entre os mundos, ao invés disso, pontua a existência de uma outra realidade: a posição política, econômica e cultural marginal das nações, principalmente, provenientes da parte sul do globo (SOLARZ, 2012, p. 1562-1563).

Tais formulações ganham destaque no meio acadêmico com o livro do sociólogo e antropólogo francês Georges Balandier e dedicado a A. Sauvy, *Le Tiers Monde: sous-développement et développement* (1956), com a revista *Tiers Monde*¹⁴ criada em 1959 pelo economista francês, François Perroux, e com a publicação de Peter Worsleu, antropólogo britânico, intitulada *The Third World* (1964). Ao mencionar no título de sua obra tal conceito, Worsleu reconhece sua utilização e se apoia nele para entender os diferentes tipos de nacionalismo (SOLARZ, 2012, P. 1564). Outra repercussão do termo pode ser percebida entre os movimentos políticos da época, tais quais a Conferência de Bandung na Indonésia, em 1955. Nela se reuniram vinte nove países da Ásia e África¹⁵ e mais dirigentes de movimentos anticoloniais, com a proposição de estabelecer “estratégia[s] de intervenção no processo de descolonização em curso de outros países”, são elas, aceitação a soberania dos Estados, igualdade entre os povos e nações, cooperação entre os países, respeito a justiça internacional e o auxílio a independência das regiões ainda colonizadas. São princípios que, para Almeida, lançam “as bases de uma institucionalização efetiva da ideia de Terceiro Mundo” (ALMEIDA, 2010, p. 50). O historiador lembra ainda que durante as décadas de 1950 e 1960, houve outros encontros internacionais com a prerrogativa de formular ações contra o domínio imperialista e/ou de estabelecer a união entre as nações recém-independentes do domínio europeu.¹⁶

Se o termo *Tiers Monde* de Sauvy ressaltava a existência de um novo cenário mundial, a sua recorrente utilização e, sobretudo, a incidência dos movimentos de independência lhe acrescentam mais um significado: o caráter libertário, revolucionário das nações

“subdesenvolvidas”. Ideia presente nas leituras de Jean-Paul Sartre d’*Os condenados da terra* (1961), obra do psiquiatra e filósofo martiniquense, Frantz Fanon. Ambos os escritores chamavam a atenção para o fato de que em decorrência da opressão, submissão, escravidão ou mesmo destituição de seus bens materiais, as lutas dos povos coloniais poderiam ser mais radicais, conduzindo assim a uma emancipação efetiva. Dessa forma, era, igualmente, necessário a união dos territórios africanos, asiáticos e latino-americanos no combate a soberania das nações imperialistas tanto quanto na construção de um socialismo revolucionário (SARTRE, 1968, p.140-141). A confiança na “potencialidade revolucionária” dos países terceiro-mundistas também aparece nos ensaios de Sartre preocupados em entender a situação desfavorecida dos negros no contexto mundial. A questão racial é um problema, principalmente, para as nações subdesenvolvidas, na medida em que a violência direcionada aos negros tornou-se um instrumento de dominação da população. Apenas a consciência de sua situação oprimida e dependente, de acordo com Sartre, levaria a uma ação combativa e transformadora do poder político (ALMEIDA, 2010, p. 62).

O historiador Rodrigo Almeida identifica ainda nas produções literárias, teatrais e acadêmicas de Sartre um projeto de conscientização política e de libertação do indivíduo. Em relação à literatura, os “novos rumos se dariam, justamente, segundo Sartre, pela obra engajada, compromissada e antiburguesa” (2009, p. 29). No seu livro *Que é a literatura?* publicado em 1947, tal questão já aparece nas suas reflexões. Sobre a função da literatura e consequentemente, do escritor explica que ambos não deveriam concentrar-se em narrar problemas individuais ou isolados. Ao invés disso, lhes cabia evidenciar, ou melhor, abordar situações, cenas e experiências vivenciadas pelo povo. Papel social que, ao seu ver, tinha grande relevância entre os escritores originários de países terceiro-mundistas pois por meio de uma literatura nacionalista e popular, poderiam conscientizar e engajar a população. No discurso proferido na Faculdade de Filosofia em Araraquara, Sartre esclarece sua posição sobre o engajamento do escritor e a literatura popular, utilizando-se do Brasil como exemplo. Nas suas palavras:

creio que uma literatura popular deva expressar necessariamente os problemas e as contradições do país em luta contra o subdesenvolvimento. Fora disso não há literatura popular, há exotismo. [...] a necessidade de exprimir a totalidade de uma realidade contrária é um problema novo que nunca foi colocado na literatura clássica ou burguesa. Escrever um livro que conta a história de um pescador pobre do nordeste brasileiro, mas que ao mesmo tempo, reflita a condição do sul do país, já em fase de industrialização, e dê, portanto o sentido de totalidade de uma realidade, a fim de que possa expressar fielmente a situação, e ser compreendido, é um problema que exige solução estética difícil e cuja boa realização constitui exatamente a problemática da Literatura Popular (SARTRE apud ALMEIDA, 2009, p. 65).

O livro *Gabriela, cravo e canela* de Jorge Amado, aos olhos do filósofo francês, seria uma “tentativa bem-sucedida” de Literatura Popular (CONFERÊNCIA, 1960, p.2). Cabe destacar que, neste momento, Sartre também apoiava as produções literárias e/ou político-filosóficas elaboradas por escritores originários de nações “subdesenvolvidas”. Escreveu, inclusive, o prefácio da obra citada anteriormente de Fanon e mais a de Albert Memmi, escritor e ensaísta nascido na Tunísia, *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador* (1957) e o livro que reúne os escritos de Lumumba, líder político congolês, *La pensée politique de Patrice Lumumba* (1963).

Nas análises de Jean-Paul Sartre, há um entrelaçamento entre os seguintes temas, nações do “Terceiro Mundo”, soberania, desigualdade econômica e social, engajamento político e movimento libertário. Tais tópicos atravessam, conforme vimos anteriormente, os relatos autobiográficos de Simone de Beauvoir o que evidencia, de um lado, a proximidade com as posições políticas do seu companheiro e, do outro, o compartilhamento dessas análises para o entendimento das situações presenciadas pelo território nacional – ou ainda, o território visto através das lentes de Jorge Amado e Zélia Gattai. Ressaltar os interesses políticos e a constante presença de seus anfitriões durante a viagem lhe possibilita elaborar uma narrativa preocupada em apontar, compreender e explicar as contradições sociais do Brasil e, ao mesmo tempo, um olhar mais “verdadeiro” pois, de acordo com o que constrói no seu texto, o que viu se aproxima ou foi retirado das obras literárias de Jorge Amado. O Brasil apresentado pelos correspondentes é então marcado pelas tradições culturais, descendência negra, fazendas, comidas regionais, mercados, religiosidade, favelas e políticas econômicas nacionais; ou seja, temas que destacam um país parcialmente industrializado, dependente ainda da economia agrária, voltado para seus costumes e produtos locais, e cuja população carregava as marcas das explorações do período colonial.

São aspectos que enfatizam as dinâmicas de um país, a seu ver, subdesenvolvido e justificam a vinda – engajada e compromissada – dela e de Sartre com a prerrogativa de realizar conferências sobre os problemas das outras nações em desenvolvimento bem como de divulgar a campanha revolucionária cubana. Contudo além das preocupações políticas, sociais e de gênero que acompanham a viagem de Beauvoir, a organização, montagem e sequência da narrativa do Brasil indicam um entrelaçamento entre estes relatos e os projetos de construção de si desenvolvidos ao longo das autobiografias.

Autobiografia, projetos de si e o público-leitor

O artigo de Jeri English, *Réinscriptions du sujet écrivain* (2010), nos desperta instigantes considerações sobre a função dos prefácios, prólogos e epílogos na obra autobiográfica de Simone de Beauvoir. Lhe interessa entender, se estes recursos narrativos que, em geral, tem o papel de “controlar” a recepção de um livro, teriam importância dentro dos registros autobiográficos. O autor-autobiógrafo, ao ser personagem de sua história tanto quanto narrador dela, já se comunicaria diretamente com o público, logo as introduções e conclusões perderiam sua função. Para English, no entanto, tais recursos são importantes e, sobretudo, fundamentais na obra beauvoriana, uma vez que nestes espaços a autora explica seus livros, as críticas recebidas e justifica fatos de sua história pessoal assim como conversa com os leitores. Nas palavras da pesquisadora, “o paratexto [vulgo os prólogos, prefácios e epílogos] abriga, portanto, o lugar de uma reflexão metatextual sobre o projeto autobiográfico”, o que oferece à Beauvoir “a oportunidade de se aproximar mais do leitor no presente da enunciação e, dessa maneira, estabelecer novas relações com o seu público (ENGLISH, 2010, p. 249).¹⁷ Estrutura narrativa identificada nos prefácios d’*A força da idade*, d’*A força das coisas* e d’*O balanço final*, onde a filósofa constrói um estreito diálogo com o público que lhe permite formar imagens de si.

Ao avançar nos escritos de Simone de Beauvoir como também nos seus trabalhos filosóficos ligados ao existencialismo, English pontua a importância do “outro” na constituição do “eu” dentro do pensamento beauvoriano. Relação construída extensamente na célebre obra, *O Segundo Sexo*, cujo sujeito-mulher analisado se define a partir do outro-homem (ENGLISH, 2010, p. 249). Se o “Outro” tem um lugar importante dentro de seu pensamento, consequentemente nas suas autobiografias, ele também ganha uma posição de destaque na composição do eu-escritora. English lembra ainda que tais relações entre o “eu” e o “outro” se apresentam seja no interior das narrativas pessoais de Beauvoir por meio das descrições dos amigos, intelectuais e casos amorosos vivenciados, seja externamente ao texto por meio da figura do leitor. O público assume então o papel ativo na narrativa, sendo capaz de reconstituir o passado da autora e ao mesmo tempo, entender seu momento presente e o seu projeto de vir-à-ser (2010, p. 251). Os paratextos nas autobiografias, conclui a autora, cumpriram a função de aproximar a filósofa francesa desse outro-leitor e a partir deles empreender suas construções de si.

Jeri English nos atenta para uma figura importante nos escritos autobiográficos de Beauvoir: o leitor. É por meio dele que a filósofa se define e organiza a narrativa do livro, se nos recordarmos, por exemplo, que seu relato pessoal pretendia também desfazer os mal-entendidos criados em torno de sua vida, tais quais as relações íntimas com Jean-Paul Sartre e

com outros intelectuais franceses (CHAPIUS, 2009/2010, p.32). Havia uma expectativa tanto do público-leitor composto, principalmente, por mulheres que já conheciam a obra *O Segundo Sexo* quanto da autora de que suas memórias pudessem assumir um papel político e emancipatório, uma vez que seu sucesso profissional não se atrelava ao casamento, muito menos, a maternidade (2009/2010, p. 33). Imagem construída ao longo de *Memórias de uma moça bem-comportada*, em que Beauvoir demarca que ao contrário das outras mulheres de sua época, pode continuar seus estudos ingressando assim em filosofia na Universidade de Sorbonne. No entanto, tal postura da autora diante de sua história muda no decorrer das narrativas pessoais, onde temas como os confrontos armados na Argélia, o engajamento político e a velhice atravessam os fatos narrados e impõem ao texto um tom negativo e melancólico (2009/2010, p. 35). Seus leitores, alguns deles correspondentes ativos da filósofa, notam tais diferenças assim como expressam insatisfações frente aos rumos de sua vida. Um desses descontentamentos direcionava-se a sua relação íntima confundida, por vezes, com uma dependência à figura de Jean-Paul Sartre. O incômodo do público foi tão grande – inclusive acusavam seus livros de serem pensados e redigidos por ele –, que no epílogo d’*A força das coisas*, Simone se sentiu impelida a reafirmar a escolha pessoal e profissional de estar ao lado dele.

Reafirmar seu lugar junto à Sartre¹⁸ e conceder explicações acerca de sua vida pessoal e profissional indicam a preocupação de Simone de Beauvoir em tratar de temas e questões que partem de um público-leitor carregado de sentimentos em relação as suas produções autobiográficas. Expectativas e desejos desses leitores que, segundo Marion Chapius, orientam-se pelo gênero do texto, entendido aqui tanto pelos aspectos formais¹⁹ quanto pela construção dos fatos narrados. Por meio de táticas de convencimento como a retórica, de recursos linguísticos e da exposição dos eventos vivenciados, o leitor – que também constrói a interpretação da obra – deverá acreditar que o que lê ocorreu, realmente, na vida do autor. Dessa forma, Chapius recorre a Philippe Lejeune para definir, ou ainda reafirmar as leituras dele acerca do pacto existente entre leitor e autor nas narrativas autobiográficas. O “pacto autobiográfico”, conceito cunhado por Lejeune, seria então esse acordo do público com o escritor, sendo que “este último faz uma declaração de intenção e assume compromissos em relação à sinceridade que ele implementará para contar sua história” (CHAPIUS, 2009/2010, p. 29)²⁰. Não ao acaso a pesquisadora francesa se apropria deste conceito, pois lhe chama a atenção nas introduções e nos epílogos dos livros pessoais de Beauvoir, a insistência dela sobre a veracidade dos acontecimentos narrados.

Conforme pontua Lejeune no *El pacto autobiográfico* (1991), uma autobiografia não é um jogo de adivinhação, onde o leitor tenta descobrir se há semelhanças entre o autor e a personagem. Ao invés disso, há acordos implícitos entre o leitor e o autor que estruturam o gênero autobiográfico, são eles, o “pacto autobiográfico” que garante a correspondência das três funções, autor, narrador e personagem; e o “pacto referencial”, cuja função é assegurar que a narrativa deva *se parecer* ou *ser igual* a realidade (LEJEUNE, 1991, p. 53-55). O autor-narrador-personagem, portanto, é aquele que vivenciou uma série de fatos no passado e propõem recontá-los no presente. Assim, nas narrativas autobiográficas, ao retratar *sua* vida, *suas* experiências e *suas* escolhas, impõe-se ao leitor um tom de sinceridade e autenticidade à história relatada.

Definição do gênero autobiográfico elaborada por Lejeune que desperta também o interesse de outra autora, Leonor Arfuch. No seu livro *O espaço biográfico* (2010), preocupada em desmistificar a homogeneidade do discurso autobiográfico, a teórica argentina analisa os limites e as possibilidades do conceito “pacto autobiográfico”, noção que permeou muitos estudos vindos desse campo temático. O teórico francês com a formulação de tal conceito pressupõe a estreita relação entre o autor da enunciação e o autor do enunciado, vulgo a igualdade das funções literárias, autor, narrador e personagem. Aos olhos dela, Lejeune coloca num mesmo nível autor/nome/assinatura e discurso; proposta que pretende refutar a partir da leitura de Mikhail Bakhtin. Retira de suas análises, a inexistência de uma identidade comum entre autor e personagem nos registros autobiográficos, uma vez que “experiência vivencial” e “totalidade artística” são processos distintos. Dito de outro modo, a narrativa pessoal nunca corresponderia aos fatos vividos e, por outro lado, a personagem deve ser entendida como uma construção textual criada num tempo presente que se reporta à um ser projetado no passado. Nas palavras de Arfuch, esta diferenciação

tratar-se-à, simplesmente, de literatura: essa volta de si, esse estranhamento do autobiógrafo, não difere em grande medida da posição do narrador diante de qualquer matéria artística e, sobretudo, não difere radicalmente dessa outra figura, complementar, a do *biógrafo* – um outro ou “um outro eu”, não há diferença substancial -, que, para contar a vida de seu herói, realiza um processo de identificação e, conseqüentemente, de valorização (ARFUCH, 2010, p.55-56).

Há um estranhamento do autobiografado frente a sua história de vida, processo semelhante entre o autor de romances e o enredo criado. Este distanciamento do indivíduo da narrativa de sua história é o que lhe possibilita ordenar, organizar e contar os fatos vivenciados. Assim Arfuch identifica nos discursos autobiográficos a presença do elemento ficcional, ou seja, o processo inventivo do autor-autobiógrafo na construção do seu relato pessoal.

Se o leitor acredita e cria expectativas em relação a narrativa autobiográfica, podemos então inferir acerca do cuidadoso trabalho do escritor em convencer o público de que a história exposta representa, de fato, sua vida. A posição privilegiada de Simone como intelectual e, anteriormente às suas memórias, autora de romances, lhe permite fazer uso de técnicas linguísticas a fim de conduzir seus leitores, seja por meio de prefácios, prólogos ou epílogos, seja no decorrer dos relatos autobiográficos, a confiar na história contada. São processos de escrita e reescrita tecidos ao longo dos anos, de rememoração, de repensar e remontar suas experiências que, de um lado, lhe auxiliam a criar um percurso coerente e linear de sua vida e, do outro, a envolver seus leitores na narrativa apresentada. A título de exemplo, destaco os inúmeros exercícios de criação da figura de Zaza, sua amiga de infância e juventude, que morreu com vinte e um anos. Ela pertencia a uma família burguesa e católica, cuja mãe controladora a impediu de seguir seus estudos universitários e de se casar com Maurice Merleau-Ponty, por quem estava apaixonada. Simone ensaiou por diversas vezes em retratar sua triste história; primeiramente por meio da personagem Anne, em dois romances inacabados escritos durante a década de 1930. Não contente com o resultado, a representa como Germaine, personagem do romance *Os Mandarins*, no entanto, a parte dedicada à ela foi suprimida da versão final. Em seguida, em 1954, escreve uma “nouvelle” em que aborda a história pessoal, os conflitos amorosos e os problemas familiares de sua amiga; projeto rejeitado por Sartre e, portanto, abandonado pela autora. E por fim, a história de Zaza se concretiza nas *Memórias de uma moça bem-comportada*. Ao lado de sua narrativa pessoal, Simone descreve a relação que teve com a amiga de juventude, a recolocando num lugar privilegiado no decorrer do texto; inclusive, as últimas páginas do livro são dedicadas à morte dela, ao invés de seu encontro com Jean-Paul Sartre (LECARME-TABONE, 2010, p.9). Retraçar as conversas e diálogos literários, os questionamentos de infância e as divergências familiares de ambas as amigas, permite à Beauvoir formar imagens de si que ora se opõem a trajetória de Zaza, ora se articulam com as intencionalidades dos registros memorialísticos: mostrar como se tornou esta mulher-escritora-intelectual-engajada-feminista do presente.

Somam-se as diversas tentativas de recontar a história de Zaza, outros eventos pessoais e profissionais reelaborados pela autora no decorrer de sua vida e que nos indicam um entrelaçamento elaborado, sobretudo, nos relatos autobiográficos entre conteúdos (fatos vividos), intenções das narrativas, expectativas dos leitores e projeções, ou melhor, construções ficcionais de si. Se em *Memórias de uma moça bem-comportada*, Beauvoir reúne experiências de cunho pessoal e familiar que contribuem para o entendimento de suas posturas e ações atuais, na sequência dos livros autobiográficos, eventos históricos, conflitos políticos e viagens por

diversas regiões, ganham destaque na composição da autora-personagem. Em entrevista concedida à Madeleine Chapsal em 1960, Simone revela que optou ao longo de suas autobiografias pela omissão de detalhes de sua vida íntima e, por outro lado, a partir do segundo volume, pela escolha de ressaltar aspectos políticos e históricos que atravessaram sua trajetória (CHAPSAL, 1979, p.388-389). Proposta que lhe permitiria se interrogar,

sur mes rapports avec mon époque. Pour me remettre dans l'atmosphère de ma jeunesse, j'ai relu les hebdomadaires, *Vendredi, Marianne*, les livres que je lisais. J'ai pu me rendre compte à quel point moi et même Sartre (...) nous étions portés par le courant. Celui que suivaient tous les intellectuels de "gauche". Le milieu m'investissait beaucoup plus que je le croyais. (CHAPSAL, 1979, p. 388)²¹ [grifos meus]

Aliar acontecimentos históricos-políticos à sua narrativa pessoal seria, ao meu ver, uma forma de construir junto aos leitores imagens de si preocupadas com os problemas de seu tempo e, do mesmo modo, demarcar seu lugar político ao lado de Sartre. Retraçar o período da Segunda Guerra Mundial, o confronto argelino, o processo de independência de algumas ex-colônias francesas, a Revolução Cubana, as manifestações de "Maio de 68" e os movimentos de Libertação feminina, permite a Beauvoir elucidar e ainda explicar suas posturas combativas e engajadas frente aos conflitos mundiais. No entanto, a autora que inicia suas memórias em 1958, não é mais a mesma pessoa que presenciou os fatos narrados. Importante lembrar que no momento em que escreve suas produções autobiográficas já havia publicado dois livros renomados, *O Segundo Sexo* e *Os Mandarins*, era reconhecida intelectual e profissionalmente, e estava no auge dos seus cinquenta anos, portanto, distante ainda da velhice. São, desse modo, imagem(ns), postura(s), percurso profissional e vida pessoal no presente, que lhe exigem um olhar seletivo e ordenado ao seu passado.

Considerações finais

Dentro deste processo de reconstrução consciente, compromissada e engajada de suas memórias, é que se encontra a narrativa da viagem ao Brasil. Ao descrever o território brasileiro por entre aspectos culturais, desigualdades sociais e econômicas, e políticas nacionalistas, Simone retrata o que viu, o que os *leitores esperavam* que ela visse pois compartilhavam de imagens semelhantes do Brasil; e, do mesmo modo, o que *ela queria projetar* à eles em relação a sua postura de intelectual vinda de um país de "primeiro mundo", consciente dos problemas enfrentados e comprometida com a luta pela emancipação das nações "terceiro-mundistas". Nestes relatos, faz questão de apontar a presença de determinados intelectuais e políticos – Jorge Amado, Zélia Gattai, Vivaldo da Costa Lima, Cícero Dias, Di Cacalvanti e Gilberto Freyre, e mais os nomes de Oscar Niemeyer, Júlio de Mesquita Filho e Juscelino Kubistchek –

e de certas características das cidades visitadas – traços culturais, econômicos e políticos; ou seja, temas e personalidades que reafirmam seus esforços em criar imagens de si entrelaçadas à projetos políticos e sociais, e, sobretudo, em diálogo com correntes ligadas à esquerda. Ao eleger lugares e situações para descrever a viagem ao Brasil, Simone compõe um panorama de si própria adentrando os trópicos; visita que longe de parecer ingênua, despreocupada ou repousada, uma vez que era Sartre quem deveria cumprir compromissos profissionais e não ela; alia ao seu relato um tom crítico e preocupado.

Suas descrições do Brasil, sem dúvida, acompanham os conceitos, saberes e imagens do país de que dispunha no momento, pois, conforme nos recorda a filósofa Anne Cauquelin n’*A invenção da paisagem* (2000), o ato de ver está intimamente relacionado ao ato da compreensão. Com isso, percebe que o indivíduo não vê, simplesmente, aquilo que o cerca, ele somente enxerga com o auxílio do quadro conceitual do qual dispõe e completa ainda, “só vemos o que já foi visto e o vemos como deve ser visto” (CAUQUELIN, 2007, 96). Dessa forma, os estudos de Beauvoir e de seu companheiro em torno dos termos “Terceiro Mundo”, países subdesenvolvidos e os movimentos de independências das ex-colônias europeias vão permear suas leituras do Brasil assim como suas explicações para os fatos presenciados, tais quais os transe mediúnicos e/ou as desigualdades raciais. Por outro lado, a ênfase em determinadas situações, cenas e personagens nos aponta para um exercício reflexivo tecido nas autobiografias de construção de sua história pessoal e, sobretudo, de seu papel de intelectual, escritora e engajada com as lutas políticas e sociais de uma França que, neste momento, buscava se recolocar no cenário mundial como solução para as crises das nações terceiro-mundistas.

Referências

ALMEIDA, Rodrigo Davi. *Sartre no Brasil: expectativas e repercussões*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

_____. *As posições políticas de Jean-Paul Sartre e o Terceiro Mundo (1947-1979)*. 2010. Doutorado em Curso de História, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Assis, 2010. Disponível em: <https://alsafi.ead.unesp.br/handle/11449/103131>. Acesso em: 02 ago. 2018.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BANCEL, N., BLANCHARD, P. e LEMAIRE, S. *Culture coloniale en France De la Révolution française à nos jours*. Paris : CNRS Éditions, 2008.

BEAUVOIR, Simone de. *A força das coisas*. Trad. Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

_____. *Cartas a Nelson Algren: um amor transatlântico, 1947-1964*. Trad. E edição de Marcia Neves Teixeira e Antonio Carlos Austregesyo de Athayde. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CALADO, Eliana Alda de Freitas. *Autobiografias de Simone de Beauvoir: sujeito, identidade, alteridade*. Doutorado defendido no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CHAPSAL, Madeleine. Une interview de Simone de Beauvoir par Madelaine Chapsal. In FRANCIS, Claude e GONTIER, Fernande (Org.) *Les écrits de Simone de Beauvoir*. Paris : Gallimard, 1979, p. 381-396.

CHAPIUS, Marion. *Réception, lecteur et autobiographie : les Mémoires de Simone de Beauvoir*. Mestrado em “Lettres et Arts”, Université de Stendhal Grenoble III, Grenoble, 2009/2010.

CONFERÊNCIA de Sartre: Cuba, Literatura e Nacionalismo. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 27 ago. 1960, p.2.

ENGLISH, Jeri. Réinscriptions du sujet écrivain : le paratexte aux mémoires de Simone de Beauvoir. *Neohelicon*, Budapeste, vol. 37, n. 1, p.247-261, 7 abr. 2010. Disponível em : <http://dx.doi.org/10.1007/s11059-010-0062-9>. Acesso em 05 ago. 2018.

GALSTER, Ingrid. “Une femme machiste et mesquine”. La réception des écrits posthumes dans la presse parisienne. In : GALSTER, Ingrid. *Beauvoir dans tous ses états*. Paris: Éditions Tallandier, 2007, p.247-266.

JEANNELLE, Jean-Louis e LECARME-TABONE, Éliane. Introduction. Les temps des mémoires. IN BEAUVOIR, Simone de. *Mémoires*. Paris : Éditions Gallimard, 2018.

LECARME-TABONE, Éliane. D’Anne à Zaza : une lente résurrection. In DECOUSU, Cécile (dir.) *SELF XX-XXI, Journée d’étude « Zaza, figure et traces »*, abril 2010. Disponível: <https://self.hypotheses.org/files/2018/11/DAnne-a-Zaza.pdf>. Acesso 14 fev. 2019.

LEJEUNE, Phillipe. El pacto autobiográfico. In LOUREIRO, Angel G. (coord.) La autobiografía y sus teóricos: estudos y investigacion documental. *Suplementos Anthropos. Monografias temáticas*, Barcelona, n. 29, 1991, p. 53-58.

NIEDERLE, Paulo André e RADOMSKY, Guilherme F. W. (orgs.) *Introdução às teorias do desenvolvimento*. Coord. pelo SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora, UFRGS, 2016.

POISSON, Catherine. *Sartre et Beauvoir: du je au nous*. Amsterdã-Nova Iorque: Editions Rodopi B.V., 2002.

RÉMOND, René. *O Século XX. De 1917 aos nossos dias*. Trad. Octavio Mendes Cojado. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

ROWLEY, Hazel. *Tête-à-tête*. Trad. Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

SARTRE faz a defesa da literatura popular. In: O Estado de S. Paulo, São Paulo, 27 ago. 1960 apud ALMEIDA, Rodrigo Davi. *Sartre no Brasil: expectativas e repercussões*. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.

SARTRE, Jean-Paul. Os malditos da terra. In SARTRE, Jean-Paul. *Colonialismo e Neocolonialismo* (Situações V). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

STEMMER, Valérie. La tapisserie de Pénélope. In: LECARME-TABONE, Éliane et JEANNELLE, Jean-Louis (dir.) *Simone de Beauvoir*. Paris, Éditions de L'Herne, 2012, p. 193-197.

SOLARZ, Marcin Wojciech. 'Third World': the 60th anniversary of a concept that changed history. *Thrid World Quarterly*, vol. 33, n. 9, 2012, pp. 1561-1573. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/01436597.2012.720828>. Acesso em 15 jul. 2018.

TETTAMANZI, Régis. *Les écrivains français et le Brésil*. La construction d'un imaginaire de La Jangada à Tristes Tropiques. Paris: L'Harmattan, 2004.

WEATHERBY, W.J., The Life and Hard Times of Nelson Algren, *Sunday Times*, Londres, 17 de mai. 1981. Apud. ROWLEY, Hazel. *Tête-à-tête*. Trad. Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

Enviado em 22 de fevereiro de 2019

Aceito em 12 de junho de 2019

¹ Esse artigo apresenta parte das discussões elaboradas no decorrer do estágio de Doutorado Sanduíche financiado pela Capes (processo n. 88881.188343/2018-01).

² Na introdução da coletânea *Mémoires* organizada pela editora Gallimard (2018), Jean-Louis Jeannelle e Éliane Lecarme-Tabone pontuam que além dos livros mencionados, escolheram para compor a obra outras ficções-autobiográficas da autora: *Uma morte muito suave* (1964) e *A Cerimônia do Adeus* (1981). Apesar da abrangência de obras de cunho pessoal e da diversidade de gêneros textuais utilizados para narrar sua vida, me deterei mais detalhadamente na segunda parte do artigo sobre as possibilidades narrativas dos registros autobiográficos de Beauvoir no que tange a construção do relato da viagem ao Brasil.

³ O livro dedicado à Nelson Algren, narra os conflitos emocionais e os engajamentos políticos de um grupo de intelectuais franceses no período pós-Segunda Guerra Mundial. As personagens se inspiram nas figuras de Jean-Paul Sartre, Albert Camus, Nelson Algren e Simone de Beauvoir. Além da obra ter feito grande sucesso após seu lançamento, concedeu à autora o Prêmio Goncourt, em 1954.

⁴ Segundo E. Calabi, Simone de Beauvoir guardou seus diários de juventude assim como integrou nas suas autobiografias, trechos deles. Sua filha adotiva organizou e publicou fragmentos destes relatos no livro intitulado *Cahiers de jeunesse 1926 – 1930* (2008).

⁵ Cabe destacar que alguns fatos, principalmente, da vida pessoal de Simone de Beauvoir permaneceram desconhecidos do público leitor até a divulgação das obras póstumas e ao serem revelados, provocaram uma série de questionamentos sobre as narrativas de si construídas pela filósofa. Dentre eles, estão seu envolvimento com o ex-aluno de Sartre, Jacques-Laurent Bost, relacionamento silenciado nas suas memórias; e suas relações sexuais com mulheres as quais foram negadas pela autora durante toda a sua vida. Inclusive, na publicação das correspondências recebidas de Sartre, em 1983, Simone, organizadora da edição, faz questão de suprimir trechos que pudessem indicar seus afetos homossexuais (GALSTER, 2007, p. 248-249).

⁶ Além da obra *A força das coisas*, tem-se registro das atividades e dos percursos realizados por Beauvoir no Brasil nas cartas (26/08/1960; 23/09/1960 e 28/10/1960) enviadas à Nelson Algren. Consultar *Cartas a Nelson Algren: um amor transatlântico, 1947-1964* (2000).

⁷ Ao recuperar as produções escritas de Jean-Paul Sartre para retratar as discussões e os engajamentos políticos de Simone de Beauvoir, compartilho das palavras da escritora presentes no epílogo d'*A força das coisas* onde destaca a importância dele na sua vida tanto quanto na sua carreira profissional. Ao final deste livro, Simone tece

um longo comentário a fim de se defender das críticas que sofria, principalmente, daquelas direcionadas ao seu lugar secundário junto a Sartre. Ressalta, pelo contrário, a atuação política conjunta deles assim como sublinha a parceria de ambos: “uma coisa realmente deu certo na minha vida: meu relacionamento com Sartre” e mais adiante completa, “Carregamos dentro de nós um estoque indiviso de lembranças, conhecimentos, imagens; para apreender o mundo, dispomos dos mesmos instrumentos, dos mesmos esquemas, das mesmas chaves (...)” (BEAUVOIR, 1995, p. 473).

⁸ Enumero algumas das notícias referente a vinda de Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir ao Brasil, a fim de elucidar suas preocupações políticas: “Sartre: ‘A vitória da FLN será a vitória da esquerda francesa’” (*Última Hora*, 25/06/1960), “Sartre: ‘Guerra na Argélia é um crime da França colonialista!’” (*Última Hora*, 16/08/1960), “Sartre falou sobre colonialismo e suas implicações no mundo moderno” (*O Estado de S. Paulo*, 08/09/1960), e “Sartre volta à revolução: ‘Cuba depende da dignidade dos países da A. Latina’” (*Jornal do Brasil*, 22/10/1960).

⁹ A Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFfi) foi criada em 1939 durante o governo de Getúlio Vargas, e extinta entre os anos ditatoriais de 1967 e 1968.

¹⁰ Um ano antes da chegada de Sartre e Beauvoir, A. Malraux então ministro da cultura da França, esteve no Brasil como representante do presidente Charles De Gaulle. Além de compromissos oficiais, Malraux discursou a favor das condutas políticas de De Gaulle que nesta época expandia as ofensivas militares contra os movimentos de resistência argelina. Seu apoio ao governo francês e, sobretudo, suas insinuações em discursos oficiais de que Jean-Paul Sartre permaneceu em silêncio frente as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, ofenderam tanto Simone e seu companheiro, quanto os intelectuais brasileiros ligados ao casal francês como Jorge Amado.

¹¹ Segundo a reportagem d’*O Cruzeiro*, intitulada “Sartre (no Recife) fecha o Congresso” (03/09/1960), a fazenda que o casal francês visitou pertencia ao artista plástico, Francisco Brennand. Além deles, estavam presentes no passeio Sérgio Buarque, Roberto Alvim Correia, Ariano Suassuna e outros intelectuais que participavam do I Congresso Brasileiro de Crítica e História Literária.

¹² Cabe pontuar que esta noção de “Terceiro Mundo” trazida pelo historiador Rodrigo D. Almeida para explicar o pensamento de Jean-Paul Sartre, é retirada de suas leituras do livro *A era dos extremos* (1995), de Eric Hobsbawm.

¹³ As teorias do desenvolvimento tornaram-se recorrentes, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial e com a criação de instituições que visavam o fortalecimento da economia e política internacional, são elas, Organização das Nações Unidas (ONU), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Banco Mundial (NIEDERLE e RADOMSKY, 2016, p. 7). O historiador Almeida (2010) ainda nos chama a atenção para o fato de que a utilização do termo “subdesenvolvimento” – um dos conceitos provenientes das teorias desenvolvimentistas – nas análises sartrenianas, inicia-se em 1956 com o artigo “O colonialismo é um sistema”, publicado na revista *Les Temps Modernes*.

¹⁴ A revista era vinculada ao l’Institut d’études du développement économique et social da Universidade de Paris, criado em 1957 pelo governo francês; e tinha como proposição estudar os problemas de desenvolvimento econômico e social no mundo bem como tratar dos seguintes temas, imperialismo, nacionalismo e colonialismo.

¹⁵ Estavam presentes as seguintes nações: Afeganistão, Birmânia, Camboja, Sri Lanka, China, Índia, Indonésia, Japão, Laos, Nepal, Paquistão, Filipinas, Tailândia, República democrática do Vietnã, Estado do Vietnã, Arábia Saudita, Egito, Irã, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria, Turquia, Iémen, Gana, Etiópia, Libéria, Líbia, Somália e Sudão.

¹⁶ A fim de compreender os processos de descolonização que marcaram as décadas de 1950 e 1960, sugiro a leitura de *Culture coloniale en France* (2008), livro organizado por Nicolas Bancel, Pascal Blanchard e S. Lemaire assim como o quinto capítulo da obra de René Rémond, *O Século XX. De 1917 aos nossos dias* (1996).

¹⁷ Tradução livre do trecho, “Le paratexte demeure ainsi le lieu d’une réflexion métatextuelle sur le projet autobiographique, tout en donnant à Beauvoir l’occasion de se rapprocher davantage du lecteur au présent de l’énonciation et, de cette manière, de s’engager dans de nouveaux rapports avec son public”.

¹⁸ Catherine Poisson nos chama atenção para a construção do casal Sartre-Beauvoir nas obras ficcionais tanto quanto autobiográficas de ambos os intelectuais. Relação, aliás, tecida nas produções deles desde o final da década de 1930, momento em que não tinham mais contato físico. No entanto, a imagem de sua união amorosa-intelectual-profissional se manterá na obra de ambos, tema que propõe investigar no livro *Sartre et Beauvoir: du je au nous* (2002).

¹⁹ Ao longo de sua dissertação, Marion Chapius parte das conceituações de Philippe Lejeune para refletir sobre as autobiografias de Simone de Beauvoir. A fim de compor suas análises, retira da obra do ensaísta francês, *L’autobiographie en France* (1971), a definição do gênero autobiográfico: um “relato retrospectivo em prosa que alguém faz de sua própria existência, colocando em destaque principal sua vida individual, em particular sua história e sua personalidade” (Trad. livre do trecho: “le récit rétrospectif en prose que quelqu’un fait de sa propre existence, quand il met l’accent principal sur sa vie individuelle, en particulier sur l’histoire de sa personnalité”. LEJEUNE, 1971, p. 10-11 apud CHAPIUS, 2009/2010, p. 18).

²⁰ Tradução livre do trecho “Le pacte autobiographique (...) généralement présent dans toutes les autobiographies, scelle un accord entre le lecteur et l’auteur : ce dernier fait une déclaration d’intention et prend des engagements sur la sincérité qu’il mettra en œuvre pour raconter son histoire”.

²¹ Tradução livre do trecho: “sobre as minhas relações com minha época. Para recuperar a atmosfera da minha juventude, reli revistas semanais, *Vendredi, Marianne*, [e] livros que lia. Pude [então] perceber a qual ponto eu e também Sartre, (...) nós éramos levados pela corrente. Aquela que seguiam todos os intelectuais de “esquerda”. O meio me envolvia muito mais do que eu pensava.”.

DEMANDAS COLETIVAS DE TRABALHO DE JUIZ DE FORA (MG) E A ATUAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO DURANTE A PRIMEIRA DÉCADA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964-1974)

COLLECTIVE WORK ACTIONS IN JUIZ DE FORA (MG) AND THE PERFORMANCE OF “TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO” DURING THE FIRST DECADE OF THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP (1964-1974)

Paulo Henrique Silveira Damião*

Resumo: Busca-se refletir sobre a atuação dos trabalhadores e sindicatos de Juiz de Fora na Justiça do Trabalho durante o contexto de autoritarismo da ditadura militar brasileira, especificamente na sua primeira década (1964-1974). O uso da justiça trabalhista como instrumento para se buscar a garantia de direitos e melhores condições de trabalho em um contexto de autoritarismo se revela através da análise dos autos processuais dos processos coletivos impetrados pelas representações dos trabalhadores da referida cidade, tramitados no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3). Pretende-se captar as experiências dos trabalhadores nas negociações coletivas e a relação entre suas demandas e o contexto político, social e econômico do período, refletindo sobre os impactos dos autoritarismos de Estado nas relações de trabalho e procurando perceber se este tribunal atuou no sentido de buscar reparar as perdas de direitos trabalhistas e amenizar os ataques do regime autoritário direcionados aos trabalhadores.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Justiça do Trabalho; Direitos; Demandas Coletivas; Juiz de Fora.

Abstract: We seek to reflect on the workers' performance and unions of Juiz de Fora in the “Justiça do Trabalho” during the context of authoritarianism of the Brazilian civil-military dictatorship, specifically in its first decade (1964-1974). The use of “Justiça do Trabalho” as an instrument to seek the guarantee of rights and better working conditions in a context of authoritarianism is revealed through the analysis of the procedural documents of the collective lawsuits filed by the representatives of the workers of that city, processed in the Regional Labor Court of the 3rd Region (TRT3). The aim is to capture the experiences of workers in collective bargaining and the relationship between their demands and the political, social and economic context of the period, reflecting on the impacts of state authoritarianism on labor relations and trying to understand if this court acted in the sense of repairing the losses of labor rights and to soften the attacks of the authoritarian regime directed to the workers.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História – UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora. Este artigo contou com financiamento da CAPES.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Justiça do Trabalho; Rights; Collective Demands; Juiz de Fora.

Introdução:

A competência normativa desta Justiça [do Trabalho] decorre de preceito constitucional e da legislação ordinária (...), não podendo sofrer restrições por meio de Decretos do Poder Executivo.

Cândido Gomes de Freitas¹

O ano era 1964, início da Ditadura Militar. O juiz Cândido Gomes de Freitas já denunciava, através de seu relatório lido na sessão de julgamento ocorrida no TRT3, em dezembro de 1964, as investidas do Executivo – que naquele momento já estava sob comando dos militares – em buscar formas de cercear a atuação da Justiça do Trabalho. A ditadura tentava, assim, restringir o poder normativo, ou competência normativa, da justiça trabalhista, pois ele representava um entrave para as ações autoritárias da ditadura, uma vez que garantia ao Judiciário “o poder de criar normas relativas a salário e condições de trabalho por meio das sentenças de seus juízes” (SILVA, 2016, p. 24). Dentro do campo de ação do poder normativo, a Justiça do Trabalho, sobretudo seus tribunais, exercia, por exemplo, a função de determinar os reajustamentos salariais, buscando equiparar o poder aquisitivo dos trabalhadores com a elevação do custo de vida, e de proporcionar, através de suas sentenças, melhores condições de trabalho (SILVA, 2016).

A Justiça do Trabalho, compreendida como uma instância fundamental de mediação dos conflitos e das negociações entre a representação dos trabalhadores e a representação patronal, passou, desde sua criação, a assumir papel de enorme relevância em diferentes períodos da história republicana brasileira, tal como no contexto do regime autoritário da ditadura militar. Com a repressão política, inclusive dentro dos locais de trabalho, as intervenções sindicais, a perseguição e o controle das greves, os trabalhadores perderam espaços importantes de mobilização que antes eram utilizados para a defesa de seus direitos. Nessas circunstâncias, os tribunais trabalhistas se constituíram como um dos poucos espaços encontrados pelos trabalhadores e sindicatos para defenderem seus direitos e reivindicar aumentos salariais. Larissa Corrêa argumenta que:

A alta procura dos trabalhadores ao judiciário trabalhista pode ser explicada, em parte, pelo fato de que os tribunais representaram, principalmente no período de autoritarismo do regime militar, um dos poucos canais – senão o único – de recurso dos trabalhadores para buscar reparações em relação aos direitos sistematicamente sonogados pelos patrões (CORRÊA, 2016, p. 506).

Busca-se neste trabalho analisar os processos coletivos de trabalho impetrados por sindicatos da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, na Justiça do Trabalho, entre 1964 e 1974, com o objetivo de relacionar as demandas trabalhistas com as políticas autoritárias da ditadura,

especialmente as políticas econômicas. Desse modo será possível identificar os impactos dessas políticas nas relações de trabalho. Concomitante a isso, pretende-se averiguar, por meio dos resultados dos processos, se a Justiça do Trabalho conseguiu, de fato, reparar as perdas de direitos da classe trabalhadora.

O período entre 1964 e 1974 compreende a primeira década da ditadura militar brasileira, período anterior aos desdobramentos das agitações do “novo sindicalismo” e dos movimentos pró-redemocratização, desencadeados a partir da segunda metade da década de 1970. Como veremos adiante, naquele contexto inicial do regime, uma visão negativa sobre as ações dos trabalhadores, compreendida através de chaves explicativas como as da passividade e subordinação, esteve, por muito tempo, presente na produção acadêmica dedicada ao assunto. Neste artigo, pretende-se, também, fomentar um debate ao qual a classe trabalhadora seja percebida como agente de sua própria história, que por meio das ações trabalhistas procurou atuar na luta por melhores salários e condições de trabalho, dentro de um contexto em que políticas salariais restringiam a majoração salarial e a inflação descontrolada impactava os preços das mercadorias, diminuindo, assim, o poder aquisitivo dos trabalhadores.

As políticas autoritárias dos governos militares e seus impactos nas condições de trabalho:

Pouco mais de quatro meses após o golpe civil-militar, em 20 de agosto de 1964, o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Juiz de Fora ingressou com uma ação na Justiça do Trabalho, na 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Juiz de Fora, pleiteando um aumento salarial. O sindicato argumentava que os salários estavam defasados, tendo em vista a alta taxa do custo de vida da cidade. Esse foi o primeiro dissídio coletivo impetrado por um sindicato de trabalhadores de Juiz de Fora já sob o regime militar. Nele, consegue-se fazer um exame inicial da situação que os trabalhadores passariam a conviver, especialmente os de Juiz de Fora: a constante elevação do custo de vida. Soma-se a isso o controle dos reajustamentos salariais pelo governo. Desde então os salários não acompanhariam mais a elevação do custo de vida.

A lei n. 4.725, de 13 de julho de 1965, é sintomática dessa política econômica de restrição dos aumentos salariais adotada pelos governos da ditadura. Conhecida como “lei do arrocho salarial”, ela previa o estabelecimento de novas regras para os dissídios coletivos e trazia normas complexas para o cálculo dos aumentos salariais, ou seja, a lei possuía duas frentes de ação: buscava controlar os reajustamentos salariais ao mesmo tempo em que pretendia impedir a atuação da Justiça do Trabalho no tocante aos reajustes salariais via dissídio coletivo, restringindo o poder normativo dos seus tribunais.

Esse foi o primeiro movimento mais evidente dos governos militares em cercear o exercício do poder normativo conferido à Justiça do Trabalho, uma ação travestida de legalidade. Segundo Larissa Corrêa:

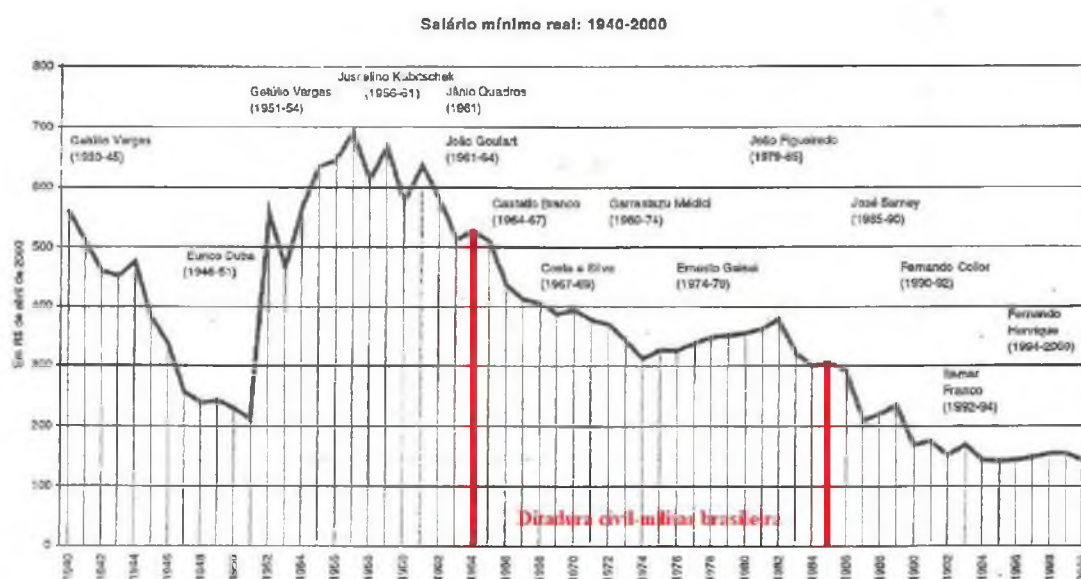
Os ministros da Fazenda, Octávio Gouvêa Bulhões, e do Planejamento, Roberto Campos, pareciam ter encontrado no arrocho salarial e na limitação do poder normativo da Justiça do Trabalho a fórmula perfeita para a efetivação do controle inflacionário e da aceleração do desenvolvimento econômico no Brasil (CORRÊA, 2013, p. 264-265).

A restrição dos aumentos salariais foi, também, a primeira medida adotada pelo governo do marechal Castello Branco (1964-1967) que vinha no intuito de priorizar a estabilização dos preços, uma vez que os aumentos salariais eram o seu principal acelerador (SINGER, 2014, p. 187). De fato, os índices inflacionários entraram em declínio a partir da “lei do arrocho”. De acordo com dados apresentados em estudo realizado pelo economista Paul Singer, a inflação caiu de 54,9%, em 1966, para 14,66%, em 1973, acompanhada de um surto de crescimento do PIB brasileiro, que pulou de 9,8%, em 1968, para 14,0%, em 1973, este motivado pela política econômica adotada a partir de 1967, já sob o governo do general Costa e Silva (1967-1969), que criou um elaborado sistema de crédito para elevar o ritmo de expansão das atividades econômicas.

Conseqüentemente, a economia brasileira obteve um expansivo aumento das exportações: 1,7 bilhão de dólares, em 1966, para 6,2 bilhões de dólares, em 1973, um crescimento anual de 19,9%. O curioso é que esse cenário de crescimento econômico era propício à elevação da inflação, como aconteceu entre 1957 e 1962, durante o Plano de Metas de JK, momento em que a inflação subiu de 23,89% para 55,04%. No entanto, o que se viu a partir de 1966 foi, na verdade, uma queda inflacionária. Esse foi o pano de fundo para que se começasse a falar em “milagre econômico” (SINGER, 2014, p. 193).

Contudo, um dos fatores decisivos para a estabilização dos preços e contenção inflacionária foi a política salarial adotada pelos governos militares (SINGER, 2014, p. 187). Por um lado, essa política contribuiu para melhorar os números da economia do país, por outro, ela foi determinante para a perda real dos salários dos trabalhadores, que foram diretamente impactados. Em contrapartida, grupos de altas rendas foram privilegiados, pois, dentro do projeto político dos governos, seriam eles os responsáveis pelo crescimento do mercado consumidor de bens duráveis, que, com o intento de impulsionar o desenvolvimento do país, passaria a ser incentivado (CORREIA, 2013, p 267).

FIGURA 1: CURVA DO SALÁRIO MÍNIMO REAL (1940-2000)



FONTE: GOMES, 2002, P. 51.

Concomitante à nova política salarial, a qual entendemos como uma política econômica autoritária, direcionada aos trabalhadores e à população mais pobre, os governos militares articularam uma política de repressão que foi, certamente, a expressão mais marcante desse período de autoritarismo de Estado. Assim como a política econômica, os trabalhadores também foram alvos da repressão, sobretudo aqueles identificados com movimentos sociais, a exemplo de líderes sindicais. Ao passo que se via com otimismo a recuperação econômica, o movimento operário e sindical era sistematicamente atacado pela ditadura.²

As intervenções foram intensificadas já durante o governo Castello Branco, sendo sentidas em todas as esferas da vida sindical. Ao mesmo tempo, a ditadura atuava sobre a legislação trabalhista, buscando reforçar o caráter de controle sobre o movimento sindical. A já citada Lei 4.725 é um exemplo desse movimento de controle. Outro exemplo pode ser percebido na ação de estabelecer regras estritas para a ocupação de espaços sindicais, que passavam a necessitar da avaliação do Ministério do Trabalho e Emprego (SANTANA, 2008, p. 281). Mesmo com todas as ações de controle, o Estado autoritário não conseguiu conter as mobilizações operárias, que se materializaram, em 1968, nas greves de Contagem e Osasco. Com elas, os trabalhadores reivindicavam, principalmente, reajustes salariais acima do teto proposto pelo governo (SANTANA, 2008, p. 289).

O relatório elaborado em 2014 pela Comissão Nacional da Verdade descreve que, a partir de 1964, formou-se uma aliança “empresarial-policial-militar” que buscou definir um novo regime nas fábricas. Havia, por um lado, a existência de agentes da repressão infiltrados entre os operários, repassando informações para os órgãos repressores. Por outro, o empresariado passou a financiar e apoiar de forma material, logística e ideológica a organização da repressão, construindo a sua face operativa e a configuração de um novo poder disciplinador, que resultou no crescimento econômico com segurança e concentração de renda (BRASIL, 2014, p. 64).

Em decorrência desse novo regime fabril, algumas atividades operárias que eram utilizadas para organização e ação política dentro das empresas, tais como panfletagem, greves e participação nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS), tornaram-se arriscadas, trazendo, como consequência, a demissão por justa causa, o desemprego e a prisão, deixando profundos prejuízos para os trabalhadores e suas famílias (BRASIL, 2014, pp. 65-66). O relatório demonstra que:

No dia a dia, o terror e o controle preventivo voltavam-se para a classe trabalhadora em seu conjunto. A violência e a repressão pontuais eram não só dirigidas às lideranças, consideradas alvos centrais a serem liquidados, mas também àqueles que manifestavam maior combatividade [...]. A violência exercida pelo Estado ditatorial atingiu os trabalhadores não apenas individualmente, mas também de forma coletiva ou massiva (BRASIL, 2014, p.71-72).

O relatório aponta ainda que só em 1964, no imediato pós-golpe, 409 sindicatos e 43 federações sofreram intervenções do Ministério do Trabalho. Entre 1964 e 1970, foram

efetuadas 536 intervenções sindicais, sendo que os sindicatos maiores e politicamente ativos foram os mais afetados (BRASIL, 2014, p.60-61). Junto às intervenções, o Estado autoritário buscou, por meio da Lei n. 4.330, de 01 de junho de 1964, que regulou o direito de greve, controlar a classe trabalhadora. A nova Lei de Greve praticamente cassou esse direito dos trabalhadores.

Não bastasse as intervenções e a restrição das greves, o general Costa e Silva baixou, em dezembro de 1968, o quinto Ato Institucional, que proferiu, entre outras providências, plenos poderes ao presidente para decretar estado de sítio, o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores e cassar mandatos eletivos de qualquer instância dos Poderes Legislativo e Executivo, decretar a intervenção nos estados e municípios, e *suspender direitos políticos de qualquer cidadão, fixando restrições e proibições ao exercício de qualquer outro direito público ou privado*. Percebam a amplitude de tal ato, o ápice da radicalização da censura, repressão e do autoritarismo da ditadura brasileira. Nas palavras de Daniel Aarão Reis:

O autoritarismo era evidente na exclusão do jogo político de amplas camadas populares, por analfabetas; no estrito controle estatal das estruturas corporativas sindicais, herança intocada da ditadura varguista; no domínio incontrastado dos monopólios latifundiários – e do poder dos senhores de terra sobre a maioria da população, ainda vivendo em campo, onde a lei mal chegava, ou não chegava; na repressão intermitente dos movimentos populares; na tutela militar, onipresente, característica da República brasileira desde sua fundação (REIS, 2014, p. 17).

Como vimos, a articulação entre o arrocho salarial e as ações que visavam o controle da organização dos trabalhadores configurou-se como o modelo brasileiro de desenvolvimento adotado pelos governos militares, porém, de teor autoritário, excludente e conservador, com a superexploração da força de trabalho (BRASIL, 2014, p. 70). Esse modelo permaneceu em vigor durante o governo da Junta Militar (1969), que sucedeu Costa e Silva, e de todo o governo Médici (1969-1974). Todavia, em 1974 o desempenho da economia seria ruim, abrindo uma sequência de anos negativos. O tempo do “milagre” parecia, em 1973, ter chegado ao fim. O índice inflacionário subiu de 14,66%, registrado naquele ano, para 43,06%, em 1977, enquanto o crescimento do PIB declinou de 13,97% para 4,93% no mesmo intervalo (SINGER, 2014, p. 196).

O esgotamento do “milagre brasileiro”, em conjunto com a alta internacional dos preços do petróleo e as sucessivas derrotas eleitorais, proporcionou à ditadura um momento de inflexão. Ao assumir a presidência em 1974, o general Ernesto Geisel prometera uma abertura democrática lenta e gradual, visando a segurança das instituições e da sociedade, uma clara estratégia para a sobrevivência do regime (SANTANA, 2008, p. 296). No entanto, o autoritarismo econômico e a repressão continuaram na pauta do governo, que manteve o controle sobre os preços e salários, mas que, como vimos, fracassou em manter a inflação baixa e controlada. A Lei da Anistia Política foi promulgada em 1979, já sob o governo do general

João Baptista Figueiredo (1979-1985), revertendo as punições sofridas pelos cidadãos que foram considerados criminosos pelo regime militar e restabelecendo direitos políticos.

Com um cenário mais propício a mobilizações, surgiram inúmeros movimentos sociais, que abriam caminho para o processo de redemocratização do país. Os trabalhadores se organizaram em torno de greves, rompendo de vez com a lei “antigreve”. Exigia-se o fim do controle dos salários, que passaram anos defasados. Esse momento vivido pelo movimento operário e sindical entre 1978 e 1985 ficou conhecido como “novo sindicalismo”, exatamente por ter tido grande impacto e repercussão na sociedade, o que o diferenciava do modelo de sindicalismo que vigorara desde os anos 1930, de característica corporativista.³ Foram convocadas, em 1985, eleições indiretas, mas dessa vez com a participação de civis como candidatos, pondo fim ao revezamento dos militares no cargo mais alto do Executivo. Economicamente, no ano eleitoral a inflação chegou a assustadores 218,24% (SINGER, 2014, p.200-210).

O uso da Justiça do Trabalho pelos trabalhadores e sindicatos de Juiz de Fora durante a ditadura militar brasileira (1964-1974):

A mudança de conjuntura marcada pelo golpe de 1964 pode ser percebida através dos processos da Justiça do Trabalho. A experiência democrática vivida anteriormente, na qual trabalhadores e sindicatos tiveram grande expressão política, foi, de fato, rompida. Com a ditadura militar, trabalhadores e sindicatos perderam espaços importantes para a defesa de seus direitos, senão todos, com exceção da Justiça do Trabalho. A importância desempenhada por tal instituição durante o regime autoritário pode ser atestada através do crescimento da procura dos trabalhadores ao judiciário trabalhista, o que confirma que eles estavam buscando, via Justiça do Trabalho, a preservação e, até mesmo, a expansão de seus direitos.

De acordo com dados disponíveis no portal eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho, o número de ações iniciadas na 3ª Região da Justiça do Trabalho, da qual a cidade Juiz de Fora pertence, no intervalo entre 1964 e 1974 mais que triplicou em relação ao mesmo intervalo temporal da década anterior. Apenas entre 1966 e 1970 o número de processos na Justiça do Trabalho brasileira quase dobrou, se comparado ao número de ações movidas entre 1961 e 1965.

Os 25 processos aqui abordados, impetrados por sindicatos da cidade de Juiz de Fora, são referentes à primeira década da ditadura (1964-1974). Por muito tempo, a produção historiográfica brasileira dedicada ao mundo dos trabalhadores esteve ancorada sob uma percepção negativa da classe operária, compreendida através de pelo menos duas chaves explicativas: passividade e subordinação. Tal percepção, conhecida como “paradigma da ausência”, foi fruto do debate de autores do final da década de 1950 e início dos anos 1960, em que se constituiu esse modelo de análise a partir do qual a classe trabalhadora seria colocada como subordinada ao processo de industrialização capitaneado pelo Estado. Uma classe sem consciência e incapaz de definir projetos e práticas independentes do Estado.⁴

Influenciadas por tal modelo de análise, determinadas vertentes das ciências sociais passaram a destacar o fraco poder de organização e atuação do movimento operário e sindical durante a ditadura, sobretudo na sua primeira década. Por conta da constante criminalização,

repressão e controle do movimento operário e sindical durante todo o período ditatorial, além da desmobilização dos direitos sociais e do autoritarismo de Estado, que visavam impedir a articulação da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, diversos autores passaram a postular uma possível inação ou desarticulação do movimento operário e sindical. Foi apenas no final da década de 1970, com as greves operárias do ABC paulista, a ascensão do “novo sindicalismo” e o movimento de redemocratização do país, que a imagem dos trabalhadores frente à ditadura passou a ser vista sob o signo da “agência”.

Alguns autores, como Eder Sader, Maria Célia Paoli, Vera da Silva Telles, Sidney Chalhoub, Fernando Teixeira da Silva, identificaram nesse momento pós-1978 uma ruptura de paradigma na produção historiográfica que versava sobre a classe trabalhadora.⁵ Constituiu-se, a partir daquele momento, o que ficou conhecido por “paradigma da agência”. Nele, os trabalhadores passaram a ser percebidos como sujeitos sociais nas suas diversas experiências. Com esse movimento de renovação analítica, foram publicadas inúmeras revisões historiográficas, que buscaram problematizar o papel dos trabalhadores na sociedade brasileira.⁶

No entanto, é notório que a tradição anterior à inaugurada em 1978 influenciou a produção historiográfica que esteve preocupada com questões relacionadas ao mundo dos trabalhadores e ao movimento operário e sindical durante a primeira década da ditadura militar, algo, ainda hoje, muito presente na produção acadêmica. Nesse ponto, defendemos a hipótese de que o uso da Justiça do Trabalho durante esse período representou uma forma fundamental de agência da classe, tendo em vista que os trabalhadores e seus sindicatos estiveram instaurando ações trabalhistas que buscavam a melhoria dos salários e das condições de trabalho, indo de encontro às concepções que postulavam um certo apagamento da classe trabalhadora e de suas organizações representativas.

Nas 25 ações trabalhistas, há um total de 14 sindicatos, de diferentes segmentos, reivindicando direitos para os trabalhadores.

Tabela 1: Relação dos Sindicatos e do número de processos impetrados (1964-1974)

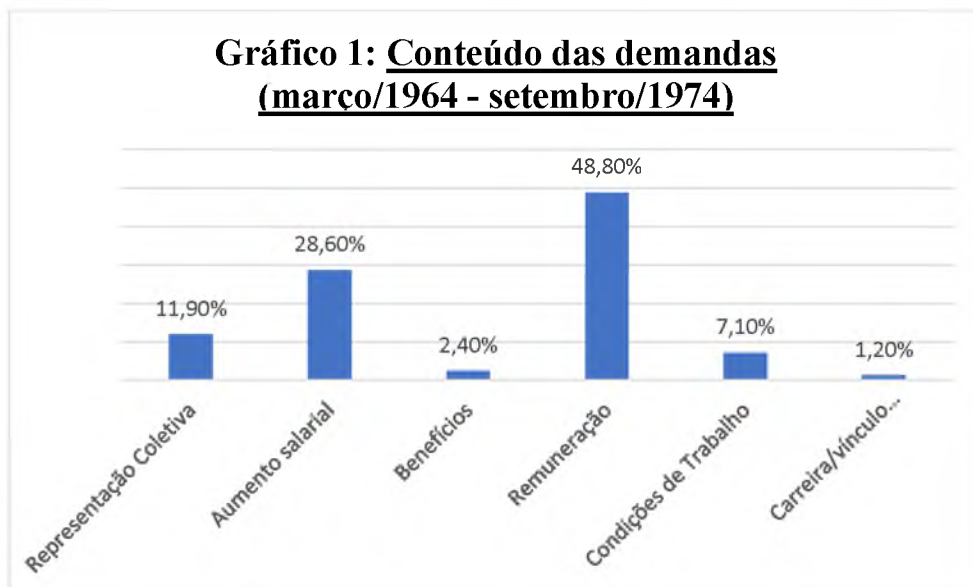
Ramo do Sindicato/Federação	Quantidade de Processos
Indústria da Construção Civil	1
Indústrias de Papel e Papelão	1
Estabelecimentos Bancários	2
Indústria de Curtimento de Couros e Peles	1
Enfermeiros e Empregados em Hospitais	4
Empresas Teatrais, Exibidoras e Distribuidoras Cinematográficas	1
Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico	1
Indústria de Energia Hidroelétrica	1
Comércio	3

Indústrias Gráficas	3
Comércio Hoteleiro e Similares	1
Indústria de Calçados	1
Indústria de Fiação e Tecelagem	4
Condutores de Veículos Rodoviários	1

Fonte: Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região/MG

Os sindicatos podiam reclamar inúmeras coisas em uma mesma ação, sendo que os pedidos de aumento salarial estiveram presentes em 24 das 25 ações analisadas. Porém, além da reclamação salarial, havia outras demandas bastante significativas para a classe trabalhadora, inclusive no que se refere ao tema da legislação trabalhista. Ao todo, 84 demandas foram analisadas. Optamos por distribuí-las em seis grandes grupos de direitos, conforme proposta metodológica adotada por Fernando Teixeira da Silva, em *Trabalhadores no tribunal*. Tais grupos são:

- *aumento salarial*: porcentagens de reajuste anual dos salários;
- *remuneração*: fixação de normas que regulamentam ou afetam diretamente os salários, como adicional noturno, por periculosidade e insalubridade, pagamento de férias, aumento de acordo com faixas salariais, antecipação de reajuste, teto/piso salarial, aumento de aprendizes, majoração proporcional ao tempo de contratação, compensação de aumentos anteriores;
- *benefícios*: qualquer forma de incremento ou bonificação que não esteja incorporada ao salário, como salário-família, auxílio alimentação e transporte, participação nos lucros, adicional por tempo de serviço, gratificações, licença-prêmio;
- *condições de trabalho*: direitos relacionados aos locais de trabalho, que afetam as condições materiais de trabalho e o exercício profissional, tais como uniformes, extensão do período de férias, jornada de trabalho;
- *carreira/vínculo profissional*: demandas em torno do contrato de trabalho e da carreira do trabalhador, como estabilidade no emprego, anotações na carteira profissional, contratação por tempo determinado, readmissão em caso de greve;
- *representação coletiva*: envolve certas formas de atuação, organização e recursos dos sindicatos, como reconhecimento de delegados sindicais de fábrica e repasse de parte do salário para os sindicatos (SILVA, 2016, p. 125-126).



FONTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIÃO/MG

O gráfico acima mostra que as reclamações por aumento salarial e demais tipos de remuneração figuraram no topo das demandas dos sindicatos, chegando a representar quase 80% do total apurado. Tais números se justificam pelo papel que assume as representações sindicais na defesa dos interesses da classe operária, papel esse que visa, por exemplo, impedir que o valor pago pela força de trabalho – o salário – seja incondizente com os índices do custo de vida. A verdade é que a política salarial e econômica adotada a partir de 1964 pelos governos militares, conhecida pelo arrocho salarial e pela instabilidade inflacionária, influenciou diretamente a vida dos trabalhadores, fazendo com que eles lutassem por melhores salários na Justiça do Trabalho. No entanto, não podemos perder de vista as demais demandas contidas nesses processos, tão importantes quanto os aumentos salariais. Através delas os sindicatos reivindicavam para os trabalhadores, por exemplo, férias anuais de 30 dias, pisos salariais e redução da jornada de trabalho.

A seguir, será analisada, através do julgamento das ações, a acolhida das demandas dos trabalhadores pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Os julgamentos das ações:

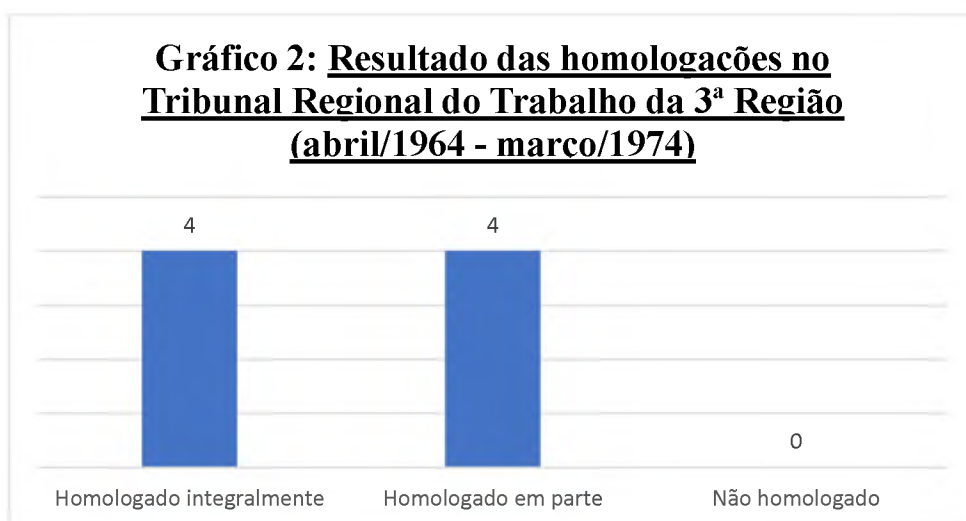
Após realizar a análise dos autos processuais, a pergunta inquietante é: o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, através de suas sentenças, conseguiu reparar as perdas de direitos sofridas pelos trabalhadores de Juiz de Fora com os ataques da ditadura? Por meio dos julgamentos podemos fazer alguns apontamentos.

Ressalta-se que os processos chegavam ao plenário do TRT3 de duas maneiras: em forma de homologação de acordo ou constituídos em dissídio coletivo. As homologações são, de acordo com Fernando Teixeira da Silva (2016, p. 122), “processos em que as partes – sindicatos de trabalhadores, de um lado, e sindicatos patronais ou empresa(s)/ empregador(es), de outro – entram livremente em acordo”. Na maioria dos casos, esses acordos eram celebrados

em âmbito privado ou nas Delegacias Regionais do Trabalho (DRT), ou seja, considerados “extrajudiciais”, fora das estruturas da Justiça do Trabalho. Quando do acordo, esses processos chegavam aos tribunais apenas para homologação, “dando chancela legal ao acertado entre as partes” (SILVA, 2016, p. 122). Os dissídios, por sua vez, eram aqueles processos em que não havia acordo e necessitaria passar pela análise do tribunal para, assim, ir a julgamento. Destaca-se ainda que um mesmo processo poderia ser desmembrado em homologação e dissídio coletivo.

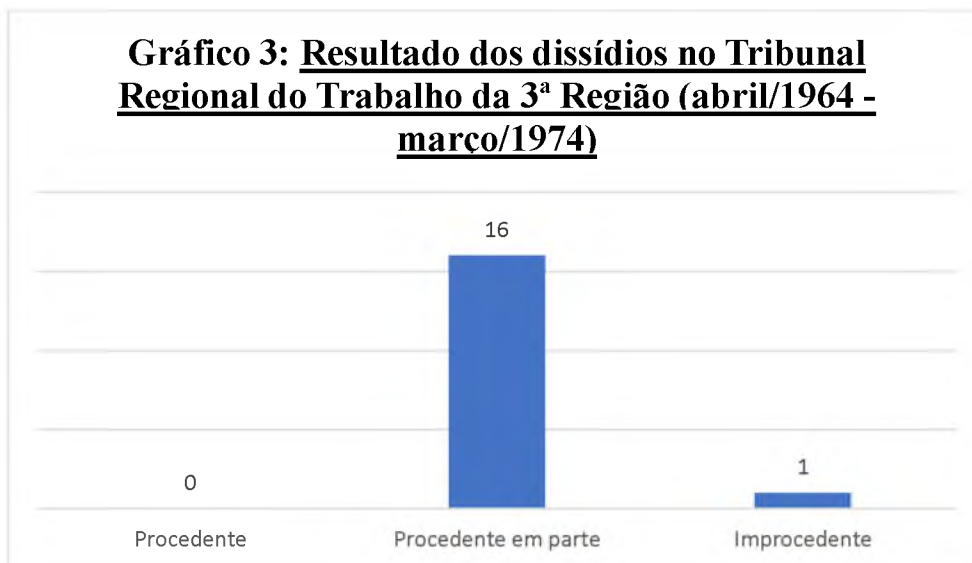
Dos processos analisados, 23 chegaram a ser julgados pelo TRT3 durante os anos de 1964 e 1974. Isso porque o processo nº 3.534, de 1964, foi arquivado, devido ao pedido do suscitante ter sido formulado sem a observância das prescrições legais da Consolidação das Leis do Trabalho, e o processo nº 1.246, de 1972, foi guardado sem seu respectivo acórdão. Dos 23, 17 são dissídios e 8 homologações.

Dos processos encaminhados ao TRT3 para homologação, todos foram unanimemente homologados pelos juízes. No entanto, nem todos os acordos foram homologados integralmente. A análise dos acórdãos dessas homologações demonstra que ocorreu homologação integral em metade dos processos apreciados.



Fonte: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG

Com relação aos 17 dissídios coletivos, em nenhum deles as demandas dos trabalhadores foram integralmente acolhidas pelos juízes. A predominância esteve nos deferimentos parciais: 16 foram julgados procedentes em parte e apenas um indeferido, que foi o caso do processo nº 5.629, de 1966, no qual o suscitante foi julgado pelo tribunal como carecedor de ação.



Fonte: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG

Todos os processos coletivos de Juiz de Fora – homologações e dissídios – julgados pelo TRT3 continham pedidos de aumento salarial. Com exceção do processo nº 5.629/66, destacado anteriormente, em todos os outros foram sentenciados reajustamentos realmente benéficos para os trabalhadores, pois foram superiores aos valores que os patrões ou os sindicatos patronais estavam dispostos a conceder, variando entre 20% e 70%. Temos, aqui, o primeiro apontamento de que o tribunal conseguiu, de fato, sentenciar, com a garantia do poder normativo, decisões que buscavam reparar parte das perdas salariais ocasionadas pelas políticas econômicas da ditadura.

Conforme apontado anteriormente, nem todos os processos versavam exclusivamente sobre aumentos salariais. Onze possuíam outras demandas, que variavam entre benefícios, fixação de piso salarial, férias de 30 dias, redução da jornada de trabalho e liberação de dirigentes sindicais. Essas demandas eram mais problemáticas, pois havia a alegação de que a Justiça do Trabalho não poderia conceder “vantagens” que deveriam ser reguladas por lei ou por convenções coletivas. No entanto, sabemos que a competência normativa conferida à Justiça do Trabalho lhe assegurava o poder de criar normas relativas a condições de trabalho.

Nesse ponto, os processos que tiveram alguma dessas demandas deferidas pelo TRT3 foram: TRT3 nº 3.857, de 1964, que garantiu o pagamento de uma taxa por dia trabalhado fora da sede aos condutores de veículos rodoviários de Juiz de Fora; TRT3 nº 2.380, de 1970, que concedeu aos empregados de estabelecimentos bancários de Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberlândia o piso salarial de admissão, ainda que em bases menores do que as reclamadas; TRT3 nº 106, de 1972, que também concedeu um salário mínimo de admissão, mas neste caso aos mestres e contramestres tecelões; TRT3 nº 3.135, de 1972, que deferiu a redução da jornada de trabalho para seis horas diárias a toda a categoria dos empregados em estabelecimentos bancários e similares.

Nesse sentido, os trabalhadores conquistaram, além de aumentos salariais maiores do que os valores ofertados pelo patronato, condições de trabalho que produziram impactos consideráveis nas relações de trabalho, a exemplo da adoção da jornada de seis horas a toda

categoria profissional vinculada a estabelecimentos bancários e similares. Esse seria, então, o segundo apontamento de que o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região buscou atuar no sentido de reparar ou amenizar, ainda que em parte, as perdas de direitos ocasionadas pelas políticas trabalhistas propostas pelo Estado autoritário.

Conclusões:

Este estudo possibilitou perceber, a partir da análise dos dados, que a classe trabalhadora esteve buscando formas de resistir ao Estado autoritário erguido em 1964, evidenciadas a partir do uso da Justiça do Trabalho pelos trabalhadores e sindicatos de Juiz de Fora. Através das demandas trabalhistas, eles estiveram lutando contra a perda de direitos e a restrição dos salários. Não só isso, buscavam também normas mais benéficas para as relações de trabalho. Desse modo, contribuímos com uma historiografia que vem se desenvolvendo desde a década de 1980, a qual busca captar nas experiências dos trabalhadores suas formas de agência.

Diante das demandas dos trabalhadores, reflexos do contexto político e econômico do período, inferiu-se que a Justiça do Trabalho, corporificada no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, conseguiu, de fato, constituir-se em um entrave para as políticas autoritárias dos governos militares. Em primeiro lugar, constatou-se que os trabalhadores de Juiz de Fora conquistaram bons reajustes salariais, em comparação aos valores oferecidos pelos patrões ou pelas representações patronais. Em segundo, verificou-se também que os sindicatos conseguiram direitos trabalhistas mais benéficos, a exemplo dos pisos salariais e da redução da jornada.

Referências

BRASIL. Lei n. 4.330, de 01 de junho de 1964. *Regula o direito de greve, na forma do art. 158, da Constituição Federal*. Brasília, Diário Oficial da União, p. 4.713. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4330-1-junho-1964-376623-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

_____. Lei n. 4.725, de 13 de julho de 1965. *Estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos, e dá outras providências*. Brasília, Diário Oficial da União. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4725.htm>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO. Processo n. 3.534, 1964.

_____. Processo n. 3.857, 1964.

_____. Processo n. 4.627, 1964.

_____. Processo n. 5.629, 1966.

_____. Processo n. 2.380, 1970.

_____. Processo n. 106, 1972.

_____. Processo n. 3.135, 1972.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório, v. II, textos temáticos / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014.

CORREIA, Larissa Rosa. “O corporativismo dos trabalhadores: leis e direitos na Justiça do Trabalho entre os regimes democráticos e ditatorial militar no Brasil (1953-1978)”. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, maio-ago. 2016, p. 500-526.

_____. “A ‘rebelião dos índices’”: Política salarial e Justiça do Trabalho na ditadura civil-militar (1964-1968). In: GOMES, Ângela de Castro; SILVA, Fernando Teixeira da. *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2013, pp. 263-300.

GOMES, Ângela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTANA, Marco Aurélio. “Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática”. *Revista Política & Sociedade*, n. 13, out. de 2008, pp. 279-309.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores no tribunal: conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964*. São Paulo: Alameda, 2016.

SINGER, Paul. “O processo econômico”. In: REIS, Daniel Aarão (Coord.). *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, pp. 183-231.

Enviado em 15 de abril de 2019

Aceito dia 30 de maio de 2019.

¹ Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, em sessão de julgamento, em dezembro de 1964. TRT3, Processo nº 4.627, 1964.

² A trajetória sindical brasileira, sobretudo a partir de 1930, resumia-se na tradicional noção de sindicalismo populista, aquela caracterizada, sobretudo, pela subordinação à ideologia nacionalista, voltada para uma política de reformas e de colaboração de classes. Assim, foi construída a imagem de uma classe operária apagada, pouco combativa, principalmente após 1964. Somente com a erupção do “novo sindicalismo”, que se desenvolveu novas abordagens e visões sobre movimento sindical. Ele possibilitou à historiografia relativizar o contraste entre o sindicalismo do pós-78 e o do pré-64. Acerca da trajetória do movimento sindical no Brasil, ver mais em: FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998; SANTANA, Marco Aurélio. “O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 10/11, 1998, pp. 19-35; VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, entre outros.

³ Alguns autores chamam a atenção para o fato de que o “novo sindicalismo” não surgiu da noite para o dia. Ele foi resultado de lutas silenciosas, nas “franjas” da repressão, e da resistência operária cotidiana, sobretudo dentro das fábricas. Cf.: SANTANA, Marco Aurélio. “O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 1, n.10/11, p. 19-35, 1998; MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

⁴ Acerca dos autores que contribuíram com o “paradigma da ausência” ver, entre outros: CARDOSO, F. H. “Situação e composição social do proletariado brasileiro”. Paris, *Sociologie du Travail*, Paris, n. 4, 1961. LOPES, Juarez R. Brandão. *Sociedade industrial no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1964; _____. *Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1976; RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1966; _____. *Sindicalismo e sociedade*. São Paulo: DIFEL, 1968.

⁵ Sobre o “paradigma da agência”, ver mais em: PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. “Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico (Notas de uma pesquisa)”. *Revista Brasileira de História*, n. 6, set. 1983, pp. 129-149; CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. *Cadernos AEL*, v.14, n. 26, 2009, pp. 15-45.

⁶ Um bom exemplo de estudos que problematizaram o papel dos trabalhadores na sociedade brasileira e os identificaram enquanto sujeitos e atores sociais está no livro *A invenção do trabalhismo*, de Ângela de Castro Gomes.

HENRIQUE KATZENBERG: INCIDENTES ENVOLVENDO UM IMIGRANTE ALEMÃO DURANTE O ESTADO NOVO

HENRIQUE KATZENBERG: INCIDENTS INVOLVING A GERMAN IMMIGRANT DURING THE “ESTADO NOVO”

Fernanda Gälzer*

Roswithia Weber**

Resumo: Este artigo analisa a situação de um imigrante alemão, residente no município de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, no contexto de nacionalização. Utiliza-se, como objeto de pesquisa, correspondências recebidas pela prefeitura de São Leopoldo, no período de 1941 a 1943, relacionadas ao imigrante Henrique Katzenberg. As mesmas são analisadas tendo em vista o contexto local, nacional com base em autores que abordam o Estado Novo e a Campanha de Nacionalização. Analisar correspondências e relacioná-las com o período em que estão inseridas é uma forma de valorizar o sujeito no processo histórico. O estudo permite compreender a influência da Campanha de Nacionalização, durante o Estado Novo, no cotidiano da população, de imigrantes e de descendentes alemães, na localidade pesquisada.

Palavras-chave: Estado Novo; Campanha de Nacionalização; Imigração alemã; Rio Grande do Sul; São Leopoldo.

Abstract: This paper analyzes the situation of a German immigrant, resident in the municipality of São Leopoldo, Rio Grande do Sul, in the context of nationalization. We used as research object the correspondence received by the prefecture of São Leopoldo, from 1941 to 1943, related to the immigrant Henrique Katzenberg. These are analyzed in view of the local, national context based on authors who approached the New State (Estado Novo) and the Nationalization Campaign. Analyzing the correspondence and relating it to the period in which it is inserted is a way to put a value on the subject in the historical process. The study allows us to understand the influence of the Nationalization Campaign during the New State “Estado Novo”, in the daily life of the population, of German immigrants and descendants, in the researched locality.

Keywords: Estado Novo; Nationalization Campaign; German immigration; Rio Grande do Sul; São Leopoldo.

Considerações iniciais

Durante o período do Estado Novo, que durou de 1937 a 1945, e, principalmente, após 1942, imigrantes e seus descendentes tiveram restrições devido a políticas governamentais que

* Graduada em História – Mestranda - Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais – Universidade Feevale. Novo Hamburgo, RS – Brasil. Bolsista PROSUP/CAPES. E-mail: fernanda.galzer@gmail.com.

** Doutora em História - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Mestrado Profissional em Letras e dos Cursos de História - Universidade Feevale, Novo Hamburgo, RS – Brasil. E-mail: roswithia@feevale.br.

visavam à nacionalização e ao abasileiramento da população e das instituições vinculadas a etnias estrangeiras. Tendo em vista essas circunstâncias, o artigo busca analisar e compreender esse período, a partir de correspondências que se referem a um morador de São Leopoldo/RS, município onde se estabeleceram os primeiros imigrantes alemães, a partir de 25 de julho de 1824, no Rio Grande do Sul.

Utilizam-se três cartas que versam sobre Henrique Katzenberg, um imigrante alemão que residia em Campo Bom, na época, segundo distrito de São Leopoldo. Essas cartas encontram-se no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo e integram o acervo de correspondências expedidas e recebidas pela administração municipal. A primeira carta é assinada por Henrique Katzenberg, a segunda é do seu advogado e a terceira correspondência é a resposta do Prefeito de São Leopoldo ao advogado. Essas correspondências são confrontadas com uma análise bibliográfica sobre o período do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial e com os periódicos locais, visando a analisar a situação dos imigrantes alemães na cidade, nessa época, a partir do caso do morador. Assim, esse texto traz os resultados parciais da pesquisa realizada a partir das tais correspondências.

Considera-se que o uso das cartas como objeto da História é importante, pois elas “expressam dimensões culturais do sujeito” e permitem a “compreensão do eu, da identidade do sujeito, também de uma dada sociedade na qual o indivíduo se movimenta” (MALATIAN, 2009. p. 200). A utilização de correspondências para pesquisa deve observar, entre outros fatores, a quem a carta está se destinando, e isso constrói a relação entre o autor e o destinatário, porque “elas são produzidas tendo, *a priori*, um destinatário [...] com quem vai estabelecer relações” (GOMES, 2004, p. 19). Ainda, ao trabalhar com correspondências, uma série de critérios deve ser observada, além, é claro, do olhar crítico e do reconhecimento da veracidade do conteúdo como ocorre com qualquer outra fonte. Deve-se “conhecer o contexto e, sobretudo, unir as duas pontas da correspondência – a passiva e a ativa – entre dois indivíduos as quais permitem a construção de um quadro analítico rico” (MALATIAN, 2009. p. 204). Dessa forma, além de analisar as correspondências enviadas à Prefeitura de São Leopoldo, sobre esse caso em específico, procura-se analisar, também, as mensagens de resposta quando possível. A seguir, no presente artigo, expõe-se o contexto do Estado Novo e sua política de nacionalização, bem como os personagens mencionados nas correspondências para melhor compreender o cenário apresentado.

As dificuldades de Katzenberg no contexto do Estado Novo

Permita-me Snr. Prefeito levar ao conhecimento da V. S. o seguinte caso, apesar-de ser contra minha vontade queixar-me de autoridades, mas no meu caso não posso mais achar outro meio senão o de levar ao conhecimento de V. S. o que se dá comigo. Eis o assunto:¹

Em 1941, Henrique Katzenberg² dirigiu uma carta ao prefeito de São Leopoldo, conforme trecho acima, em que relatou a difícil situação que estava vivenciando, principalmente pelo fato de falar apenas o idioma alemão. Nessa correspondência, ele enviou sua demanda à autoridade máxima dentro do município, o prefeito, para que solucionasse o seu caso. Na carta, Katzenberg expôs a condição em que se encontrava, na qual indivíduos estavam perseguindo-o e, ao procurar ajuda do subprefeito, essa lhe foi negada, conforme seu relato.

Essa correspondência e as outras duas, datadas de 1943, que serão analisadas, estão inseridas no Estado Novo, período que vigorava no Brasil. O Estado Novo, começou em 1937 e se estendeu até 1945, iniciou com um golpe de estado que implementou um regime ditatorial, tendo, como chefe de estado, Getúlio Vargas. Além da centralização do poder, caracterizou-se por buscar, entre outras coisas, a construção de um estado moderno e o fortalecimento de identidade nacional (PANDOLFI, 1999). Relacionado à consolidação de uma identidade nacional, a Campanha de Nacionalização compreendeu uma série de medidas criadas com a finalidade de integrar as populações de imigrantes e as descendentes à sociedade brasileira. Essa situação é perceptível nas três correspondências enfocadas.

Katzenberg diferencia-se dos primeiros imigrantes alemães que chegaram no Brasil no século XIX, pois esses, em sua maioria, eram direcionados à labuta no campo. Igualmente, ele não retratava o imigrante desejável da década de 1940³, pois vivia em uma área urbana e era empresário. Residia em um município com aspectos culturais germânicos.

Inicialmente, as políticas imigratórias aproveitaram-se dos imigrantes, pois eram recursos para sanar as questões de mão de obra, já que substituíam o trabalho escravo, e para habitar as regiões com pouco ou nenhuma população. Para tanto, buscou-se, na Europa, o contingente indispensável para as políticas de imigração. Mas, apesar de serem considerados “mais eficientes e racialmente superiores”, eram apontados como “irredutíveis aos processos de assimilação e miscigenação” (SEYFERTH, 2000, p. 81-82), no ponto de vista mais radical do nacionalismo. Dessa forma, esses imigrantes assumiram uma situação desfavorável ao construir “identidades coletivas, ancoradas em critérios de pertencimento étnico/nacional”, sendo que, no nacionalismo brasileiro, não eram aceitáveis “quaisquer formas de pluralismo (inclusive cultural) no interior do Estado-nação” (SEYFERTH, 2000, p. 81).

O abasileiramento das populações vinculadas à imigração passou a ser visto como uma necessidade, principalmente, em momentos de conflitos. Durante a Primeira República (1889-1930), houve intervenção formal do Estado em instituições étnicas, mas, apenas durante a Primeira Guerra Mundial, no período de 1917 a 1919, medidas restritivas na imprensa e nas escolas de administração das comunidades alemãs atingiram a população teuto-brasileira. Entre as medidas, mas não ultrapassando o campo educacional, estavam o ensino bilíngue e as disciplinas de Língua Portuguesa, de Educação Cívica, de História e de Geografia do Brasil. Houve pouca intervenção, mesmo com muitos nacionalistas acreditando em um “risco de secessão” no caso de serem mantidas as culturas e a colonização com imigrantes (SEYFERTH, 1999).

A partir de 1933, inicia-se, através de incentivos federais aos estados, uma “nacionalização do ensino”, o que foi o ponto de partida da Campanha de Nacionalização (SEYFERTH, 1999). Mas, durante o Estado Novo, essa campanha torna-se mais efetiva.

A não assimilação da brasilidade era vista como um “perigo”, que “veio a exigir do poder público medidas enérgicas, não só no domínio da organização e da educação, mas até no terreno da repressão policial” (SCHWARTZMAN, 1983, p.109), o que acarretou em uma nova legislação imigratória durante o Estado Novo. Assim, tornou-se questão de segurança nacional, a incorporação na sociedade e a assimilação de uma identidade brasileira, por parte dos imigrantes e seus descendentes (SEYFERTH, 1999). Gertz (2005) também afirma que a nacionalização se manifesta em duas frentes: no ensino e na ação policial. Sendo que a primeira se desenvolveu de forma mais generalizada desde o início do Estado Novo. A ação repressiva, inicialmente, ocorria contra pessoas ligadas ao nazismo e ao integralismo, só se disseminando para tudo que tivesse ligação com o Eixo a partir de 1942 (GERTZ, 1991). Entre as ações no campo educacional, houve a obrigação do ensino em português e “a proibição do uso de línguas estrangeiras”, em outras áreas, “a proibição dos cultos e da imprensa em língua alemã, a mudança dos nomes de localidades e de acidentes geográficos” e, no campo policial, a repressão a indivíduos, “a destruição de patrimônio cultural e a perseguição policial pura” (GERTZ, 2005, p. 146). Além disso, o autor aponta que houve o confisco de documentos religiosos, como livros de batizados, de casamentos e de óbitos, a invasão de casas e de túmulos e avarias em placas e em monumentos com inscrições em outro idioma. Também ocorreram “perseguições e torturas físicas e psíquicas por parte da polícia” e, inclusive, havia “locais de confinamento para ‘súditos do Eixo’” (GERTZ, 2015, p. 22).

As descrições, presentes nas cartas que são objeto deste estudo, permitem perceber algumas dessas ações. Na correspondência de Katzenberg ao prefeito, ele cita que há uma

inimizade com o subprefeito que, aparentemente, não auxiliava o imigrante, e que não podia usufruir de seus direitos:

Embora eu tenha procurado, manter-me calmo o que muitas vezes tem sido difícil, continuam a me prejudicar várias pessoas, e quando eu procuro o amparo da autoridade local que é o sub-Prefeito e sub-Delegado, este, longe de atender os meus pedidos, ameaça-me e me diz que procure a Justiça, mas, quando algum diz algo contra mim, ele me ameaça e atende aos outros, sem dar ouvidos a minhas ponderações (KATZENBERG, 1941).

O que chama a atenção, além da atitude da autoridade distrital, é a perseguição da população. A ação das pessoas contra Katzenberg incomodava-o. Tanto a comunidade vizinha e as pessoas de outros locais atuavam perseguindo-o, e a falta de solução por parte do subprefeito levou o imigrante a buscar a autoridade, o prefeito, como recurso para sua situação.

No decorrer do Estado Novo, diversas leis foram criadas para dar respaldo à nacionalização, e três decretos, nesse sentido, podem ser citados. O primeiro, decreto-lei nº 383, de 18 de abril de 1938, proíbe qualquer estrangeiro de exercer atividade política, a criação e a manutenção de instituições de caráter político, vinculadas ao partido estrangeiro e a comemoração de datas festivas que tenham ligação com outra pátria. O segundo, decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938, proíbe a entrada no país de estrangeiros que apresentem características consideradas indesejadas, determina sobre a forma de criação de núcleos, de centros ou de colônias, cria o Conselho de Imigração e Colonização e sanciona o registro obrigatório de estrangeiro junto à autoridade policial. O terceiro, decreto-lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, torna obrigatório o ensino em português e, entre outros artigos, proíbe o uso de língua estrangeira.

O decreto-lei que veta a utilização do alemão foi o que mais afetou Katzenberg, inclusive, levando-o, mais tarde, à prisão por estar falando alemão⁴. No trecho a seguir, retirado da carta que Katzenberg enviou ao prefeito de São Leopoldo, em 1941, fica evidente a importância dada ao idioma no período:

[...] e eu disse que se soubesse falar o idioma do País, sabia defender-me, com o que eu queria dizer que sabia dizer o era necessário em minha defesa, pois em outro idioma não se pode falar perante autoridade o que é muito justo e natural [...] (KATZENBERG, 1941).

A difícil situação desse imigrante é demarcada, principalmente, devido ao idioma, pois não sabia falar português. Diante da autoridade, o imigrante considerou como “justo e natural”, a proibição de falar alemão, entretanto, isso afetava diretamente seu cotidiano, o que lhe prejudicava na comunicação, até mesmo ao buscar por seus direitos. Katzenberg, que era estrangeiro e falava apenas alemão, fazia referências às hostilidades por ele enfrentadas. Citou

fatos, como a interrupção no fornecimento de água, a colocação de animais em sua propriedade e o desmantelamento de seu cultivo, conforme trecho descrito na correspondência:

Desde muito tempo que venho sendo perseguido por diversas pessoas, tanto da vizinhança de minha casa como de outras mais distantes. [...] cortaram-me a água. [...] Quando, podem, punham animais dentro de minha propriedade [...] Plantei umas tantas mudas de aipim. Um cidadão foi arranca-lo sem mais nem menos. Ele obteve razão ao passo que eu não fui ouvido no que queria dizer em defesa dos meus direitos (KATZENBERG, 1941).

Mais adiante:

[...] fui acusado, não sei por quem de haver ofendido o país e por isso fui até conduzido à Chefatura de Polícia em Porto Alegre (KATZENBERG, 1941).

A acusação de ofensa refere-se ao uso do alemão. É visível a importância dada ao idioma, declarada por Katzenberg, que afirma não falar português e reconhece não poder expressar-se em outro idioma, devido ao decreto-lei que proibia o uso de língua estrangeira, conforme reiterado previamente. Ele também reconhece a importância de saber falar português para poder se defender. A medida tomada pelo governo para que toda população usasse o português fica perceptível. No âmbito da Campanha de Nacionalização, segundo pesquisadores da década de 1940, como Lourival Câmara e Emílio Willems, a língua era um fator importante a ser considerado para que ocorresse um “abrasileiramento sociocultural”. Dessa maneira, o português deveria ser imposto, pois seria essencial para a “integração dos imigrantes à nova pátria” (SEYFERTH, 1999, p. 218). Katzenberg manifestava que falava alemão, mas reforçava que a proibição era incontestável. Esse posicionamento dele ocorreu ao comunicar-se com uma autoridade política, não sendo possível confirmar se realmente aceitava tal situação de bom grado já que somente falava o idioma alemão.

Inclusive, em decorrência da legislação, muitas escolas étnicas que não lecionavam em português foram fechadas. A preocupação com o ensino se insere pelo fato de que a assimilação da identidade brasileira ocorreria através das crianças, já com a população adulta, seria “através de solenidades públicas de exaltação aos símbolos e heróis nacionais” (SEYFERTH, 1999, p. 220). Entre as medidas exigidas na legislação⁵ para a questão educacional, estão o ensino e uso do português, a inclusão de disciplinas, como o ensino de História e Geografia do Brasil, Educação Moral e Cívica e Educação Física. Conforme Seyferth (1999) o contexto foi caracterizado pela proibição de escolas administradas por estrangeiros e a determinação de contar com professores preparados de acordo com a legislação e incentivo do patriotismo através de comemorações e símbolos nacionais. Neste cenário, a difusão da nacionalidade não estava restrita somente às instituições escolares, pois havia propagandas em diversos locais, o incentivo a eventos envolvendo o sentimento de patriotismo, como palestras e exposições, e a

realização de serviço militar obrigatório afastado da comunidade étnica, e, dessa maneira, afetavam diferentes etnias (SEYFERTH, 1999).

As duas autoridades envolvidas: prefeito e subprefeito

Para melhor compreender a situação, há duas autoridades municipais envolvidas nas correspondências, o prefeito, Theodomiro Porto da Fonseca, o qual recebe a manifestação do imigrante, e o subprefeito, Pedro Corrêa, que se relacionava de forma mais próximo do cotidiano do imigrante Katzenberg.

Theodomiro Porto ficou, de 1928 a 1944, à frente da administração municipal. Em dezembro de 1930, foi nomeado interventor municipal pelo governo estadual. Em 1935, foi eleito e ficou até 1944 no cargo.

O administrador, praticamente desde 1924, acompanhou os festejos da imigração alemã, também encomendou o livro *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul* ao escritor Aurélio Porto, quando houve as comemorações de 110 anos da imigração alemã. Posteriormente, passou a ter uma postura de distanciamento de situações de enaltecimento dos imigrantes alemães. No entanto, sua atuação nos festejos parece não ter soado como contraditória, pois ocupou a vice-presidência da Liga de Defesa Nacional, em São Leopoldo, quando fundada em 1917⁶. Embora sendo um integrante da Liga, não deixou de participar das atividades festivas relacionadas aos imigrantes alemães. Mas, a partir de 1937, no contexto do Estado Novo, os ares daquele momento não eram dos mais propícios a comemorações relacionadas ao 25 de julho, o que contribuiu para o afastamento. Em 1938, Theodomiro não esteve na cidade durante as comemorações do 25 de Julho, em que se fez alusão à chegada dos primeiros imigrantes no município, pois, no dia 17 de julho, partiu em viagem ao Rio de Janeiro, gozando de uma licença para tratamento de saúde de um familiar⁷.

Na tarefa de nacionalização, a postura de Theodomiro Porto foi, desde então, elogiada. Na ocasião da inauguração do retrato de Theodomiro Porto, no salão nobre da Prefeitura, Carlos Morais, em nome dos funcionários, enfatizou elogiosamente aquela postura. O mesmo fez João Baptista de Mello, exator federal da cidade:

Em momentos bem difíceis como este não tem faltado olhares e mãos nocivas que quisessem se apropriar das nossas fontes de riquezas de colaboração com elementos que nenhum amor dedicam à pátria. Também não tem faltado quem tenha procurado desagregar a nossa situação política e econômica. Pois a tudo isso o critério inflexível do eminente homenageado vem reprimindo com energia. Recusa tudo quanto for contra os vitais interesses desta terra que tanto idolatra.⁸

Assim, demonstra-se a convicção do prefeito a favor da nacionalização. O distanciamento em relação à comunidade alemã também pode ser averiguado por ocasião da Segunda Guerra Mundial. Em 1942, ano do auge da influência do conflito, devido aos ataques a navios brasileiros, Theodomiro devolveu ao governo alemão a condecoração que recebera da Cruz Vermelha de Berlim, atribuída à “Exposição em homenagem ao trabalho alemão no Rio Grande do Sul”, de 1934 (WEBER, 2004).

Antes mesmo do cenário de envolvimento com a guerra, Katzenberg envia uma correspondência ao prefeito de São Leopoldo, em 29 de setembro de 1941. Nela relata sobre o seu caso, diz que sofria hostilidades de populares e reclamava que o subprefeito do distrito não tomava nenhuma atitude, apenas indicava que fosse procurar a justiça. O relato se dá antes do acirramento da situação de perseguição aos súditos do Eixo, como eram chamados os imigrantes de origem dos três países formadores da aliança (Alemanha, Itália e Japão).

Essa carta é protocolada pela Prefeitura de São Leopoldo, em 10 de dezembro de 1941, dois meses e dez dias após o recebimento, porém, não foi localizada a resposta ao remetente, Katzenberg. Se comparada às demais cartas do acervo, essa demora em protocolar o documento mostra-se muito superior, pois com todas, isso acontece dias após o recebimento. Esse fato pode demonstrar um cuidado para não ocorrer uma aproximação das autoridades municipais com um imigrante, ou um descaso com o habitante pelo fato de ser imigrante. Ou, como não foi localizada a carta de resposta, pode apenas ter ocorrido o extravio da correspondência de retorno. Ainda, ao considerar, conforme Teresa Malatian (2009, p. 202), que “cartas escritas por pessoas com inserção pública destacada são produzidas e conservadas com conhecimento de sua importância enquanto fontes biográficas”. A historiadora completa que pode ocorrer uma triagem nos documentos, a fim de preservar ou de descartar o que “não deve ser divulgado e no armazenamento do que será intencionalmente conversado para olhares futuros”. Assim, fica o questionamento sobre a carta de Katzenberg. Ela pode ter sido respondida, já que foi protocolada e preservada, pode ter ocorrido o descarte da resposta, ou foi respondida sem cópia para armazenamento interno da prefeitura, para não ter uma prova de auxílio a um imigrante.

As duas cartas, uma do próprio Katzenberg, datada de 1941, e outra do seu advogado, essa de 1943, sobre a situação de Katzenberg, foram enviadas ao prefeito Theodomiro. Em ambas, há a solicitação para que o mesmo intervenha na situação, devido à posição de autoridade em que se encontrava.

O subprefeito Pedro Corrêa no distrito de Campo Bom

O distrito de Campo Bom esteve sob administração do município de São Leopoldo até em 1959, ano de sua emancipação. Entre os anos de 1938 a 1944, Pedro Corrêa da Silva atuava como subprefeito e desempenhava a função de subdelegado. De acordo com Guido Lang, ele “procurava evitar perseguições à comunidade teuto-rio-grandense” (1996a, p. 143). Há relatos de moradores sobre a atuação do subprefeito, informando que, no período da nacionalização, o trabalho dele foi importante, pois era “um grande conciliador [...] evitou maiores perseguições policiais à descendência teuto-brasileira” (LANG, 1996b, p.109). Inclusive, não ocorrendo situações extremas de ação policial devido à ação dessa autoridade distrital (LANG, 1996). Apesar disso, ao analisar as cartas, verifica-se que, ao menos, uma situação com o morador Katzenberg ocorreu no distrito, em consequência da nacionalização.

Conforme Lang (1996b, p.111), o subprefeito, sob orientação do prefeito Cel. Theodomiro Porto da Fonseca, procurou evitar “choques culturais” com os cidadãos de descendência alemã, “que pudessem revelar-se nas destruições de inscrições, confisco dos registros pastorais (da comunidade evangélica), prisões arbitrárias”, esse último ponto, alusivo à população que falava o alemão. O autor indica que “procurou-se, com uma maior compreensão e tolerância, implantar as medidas de legislação vigente” (LANG, 1996b, p. 111), em referência à Campanha de Nacionalização. Entretanto, nesse período, a população que possuía forte ligação com a cultura alemã teve danos devido à colonização do distrito de Campo Bom e à preservação do idioma de imigração por parte de muitos moradores.

A utilização da língua estava presente no ensino, pois, na Escola Comunitária Teuto-Brasileira (atual Escola Evangélica Tiradentes), as aulas eram ministradas em alemão, como também nas inscrições em túmulos, nos registros religiosos e nas publicações, todos eram escritos nesse idioma (LANG, 1996b). Com o tempo, a população foi “assimilando a cultura nacional, quando se passou a perder diversos elementos da identidade cultural”, e isso afetou o hábito de se falar em alemão, as festas comunitárias, como os *kerbs*, e os documentos e os objetos relacionados à tal etnia (LANG, 1996, p.111).

Ao se confrontar as cartas com essas informações, surge o questionamento sobre a relação do subprefeito com os imigrantes, pois o convívio entre Katzenberg e Pedro Corrêa era inconveniente, podendo se considerar a possibilidade de isso ocorrer com outros moradores do distrito. Verifica-se que a relação de parte da comunidade do distrito com o subprefeito era positiva, pois, ao longo de seu mandato (1938-1944), o mesmo foi prestigiado em homenagens à sua gestão. Em junho de 1942, com a presença de diversas autoridades, ocorreu um “banquete” agraciando Pedro Corrêa pelos seus quatro anos de mandato, e, nos discursos, o mesmo é descrito como “digno e querido” e tendo “admiração e reconhecimento” da

população⁹. Outra homenagem ocorre em 1944, no momento da saída do subprefeito de seu cargo, devido à transferência para outro distrito do município¹⁰. O bom relacionamento do subprefeito com a comunidade, conforme evidenciado nessas informações, não condizem com a relação narrada por Katzenberg.

Importante ressaltar que a população do distrito, em sua maioria, era de descendentes de alemães, e existe uma estimativa de que, na localidade, “em 1928, moravam 1300 pessoas, das quais cerca de 1000 eram de origem alemã” (CULMANN, 1992, p. 243). Já a população total do município de São Leopoldo, conforme Censo de 1940¹¹, era de 52.049 habitantes, constituindo-se a maioria de brasileiros natos. Ao total, 180 munícipes naturalizados, desses, 105 alemães, e, entre os 684 declarados estrangeiros, somavam-se, 418 alemães. Já no estado do Rio Grande do Sul, a população total era de 2.801.125, entre eles 89.767 estrangeiros. Cerca de 10% (281.027 pessoas) da população declarou não falar corretamente ou habitualmente o idioma português, sejam brasileiros ou estrangeiros. O número entre a população de estrangeiros (89.767) que declararam não falar habitualmente português foi de 22.278 habitantes. Esses dados demonstram que parte da população, entre eles, Katzenberg, foi afetada pela nacionalização, principalmente, ao impedir a comunicação em alemão.

Todas as nacionalidades de imigrantes foram afetadas pela nacionalização, sejam eles judeus, poloneses, russo, italianos, alemães, entre outras, mas três grupos populacionais (alemães, italianos e japoneses) eram “considerados mais perigosos para a nacionalidade brasileira”. E “os alemães e descendentes estiveram em primeiro lugar” (GERTZ, 2005, p. 146) na periculosidade e sofreram maiores interferências. Deve ser considerado que a nacionalização, conforme Gertz (2005), ocorreu de forma e de intensidade variada no país.

Outro fator a ser ponderado é o contexto da Segunda Guerra Mundial. O Brasil, após um período de neutralidade, entra na guerra contra o Eixo (Alemanha, Itália e Japão), pois embarcações brasileiras foram afundadas, em 1942, por submarinos alemães. Em decorrência a esses fatos, ocorreram manifestações, muitas delas com violência, contra a população de imigrantes germânicos e italianos. Além da perseguição, diversos estabelecimentos e patrimônios que possuíam ligação com a cultura teuto-brasileira ou com os imigrantes de origem dos países do Eixo foram alvo de vandalismo. Em São Leopoldo, o Monumento ao Imigrante “foi depredado, em protesto ao bombardeio da Alemanha ao navio brasileiro” (WEBER, 2004, p. 116). Ocorreram ainda outras depredações a estabelecimentos associados à nacionalidade alemã, como nas lojas Renner e Guaspari, e no Colégio Farroupilha, na capital gaúcha (KÜHN, 2011).

Entre os efeitos da guerra, também há a mudança de conduta da Polícia Civil, que procurou identificar a quantidade e a nacionalidade de estrangeiros em solo brasileiro e, dessa forma, fiscalizar e investigar os imigrantes (SCHWARTZMAN, 1983). Os indivíduos identificados que “nos atraíam” foram levados à justiça e “lhes impuseram punições restritivas de liberdade [...] outros [...] foram passíveis de processo de expulsão do território nacional” (SCHWARTZMAN, 1983, p. 115).

Durante o período da Segunda Guerra Mundial, também ocorreu o uso de propaganda contra os países do Eixo e de sua ideologia, e, nos vários veículos de comunicação, havia divulgação de diversos temas de propaganda norte-americana que “tinha um propósito: afastar a influência alemã e italiana exercida pelas comunidades imigrantes ou por simples simpatizantes dos países do Eixo, suspeitos de formar uma quinta coluna no país” (CPDOC, 1997). A propaganda também “apresentava a população de descendência germânica no país como perigo para a segurança do continente” (GERTZ, 1987, p.13), o que pode ter influenciado na imagem formada dos imigrantes e de seus descendentes no período.

Essas situações de maior vigilância aos imigrantes ocorrem também com o morador Katzenberg, de São Leopoldo. Dois anos depois da primeira carta, em 1943, percebe-se que a condição dele piorou, pois se encontrava preso. Na descrição da carta, fica novamente explícito o envolvimento do subprefeito e o pedido, ao prefeito, de uma solução.

Perigo à segurança do país: um súdito do Eixo em Campo Bom

Prezado senhor e amigo. Perdoa-me Cel. Theodomiro que lhe venha importunar com um assunto totalmente alheio aos seus múltiplos afazeres. Sei, porém, do seu coração generoso e justiceiro e, por isso, venho rogar-lhe a sua valiosa interferência [...] (FISCHER, 1943).

Dessa maneira, inicia a correspondência enviada dois anos depois da primeira, datada de 3 de agosto de 1943, enviada por Arthur Fischer, o qual assinava como advogado, dirigindo-se ao Coronel Theodomiro Porto da Fonseca, Nela, solicitava a intervenção do prefeito e “amigo” a favor de Katzenberg, que se encontrava preso da delegacia de São Leopoldo. Na carta, relata a situação difícil em que o morador de Campo Bom se encontrava, por estar detido sob vigilância da polícia. Ainda, o advogado relata que defendeu Katzenberg em outras ações, vencidas por ele. Nisso, justifica as razões para estar atuando em sua defesa, mas também por ser uma solicitação da esposa do seu cliente:

[...]venho rogar-lhe a sua valiosa interferência junto a autoridade policial daí, a favor de um cidadão que se acha retido da Delegacia de Polícia aí, Snr. Henrique Katzenberg, de Campo Bom. [...] Segundo me consta deve haver contra ele a antipatia do sub-prefeito de Campo Bom, inimigo dele e que, talvez, se aproveitando de algum descuido do velho, para encaminhar à Delegacia. [...] Ele tem sido meu cliente em

algumas ações, que foram vencidas por ele [...] Também é associado da minha organização cooperativa e por essa razão e porque a mulher dele me tenha pedido [...] (FISCHER, 1943).

Reitera a perseguição pelo subprefeito e também reforça informações importantes, como o fato de Katzenberg não saber falar português, isso porque chegou ao país já adulto, estando, naquele momento, com mais de 70 anos. Da mesma forma, cita que seu cliente é produtor de vinho de laranja e é associado da cooperativa União Popular do Rio Grande do Sul. O próprio advogado, que atuava em Porto Alegre/RS, também assinava como vice-presidente da União Popular. Inclusive participou, como um dos “convidados especiais”, em 1941, junto com outros membros da organização, de uma festividade em comemoração ao dia do colono (25 de Julho), ocorrida em São Leopoldo, no prédio histórico da Feitoria Velha, local de permanência temporária dos primeiros imigrantes alemães¹².

Vale ressaltar que essa cooperativa tinha grande caráter étnico. Foi criada em fevereiro de 1912, tinha o alemão como língua oficial e era ligada à religião católica. Durante o Estado Novo, que foi considerado por Arthur Rambo (2012, p. 101), um “período de ‘chumbo’ imposto à Sociedade União Popular”, a Campanha de Nacionalização e a Segunda Guerra Mundial “interferiram radicalmente” nas atividades da instituição. A proibição do uso do alemão, que era um dos “instrumentos essenciais do seu funcionamento” inviabilizavam “os dois meios de comunicação e intercomunicação, essências para a época”, os encontros dos associados e as publicações da instituição (RAMBO, 2012, p. 168-169).

Além de membro dessa instituição, nas cartas, encontram-se outras informações sobre Katzenberg. A descrição feita sobre ele chama a atenção, ao ser identificado como súdito do Eixo, alusão à nacionalidade alemã, porém, o advogado garante que não há perigo para a segurança do país, conforme trecho da correspondência:

Trata-se de um velho súdito do eixo, domiciliando há muitos anos em Campo Bom [...] Ele não fala português, porque entrou no país já homem feito e hoje deve ter mais de 70 anos [...] Posso assegurar que o velho é um cidadão inofensivo e incapaz de ações que venham por em perigo a segurança do país (FISCHER, 1943).

Ao finalizar a carta, ele enfatiza a solicitação inicial e preza pela inocência de seu cliente:

[...] tomo a liberdade de solicitar os bons ofícios do prezado amigo junto ao Sr. Delegado, no sentido de soltar o velho, sempre que não existam razões graves e justificadas que determinam a sua detenção (FISCHER, 1943).

O prefeito de São Leopoldo, Theodomiro Porto da Fonseca, responde, em 27 de setembro de 1943, ao advogado Arthur Fischer, sobre seu pedido de intervenção para libertar Katzenberg:

Damos, em nosso poder, a carta do distinto amigo, a propósito do Sr. Katzenberger, em favor de quem solicita nossa especial atenção, em face de ocorrências em que o mesmo esteve envolvido recentemente e que determinou providências da polícia local (FONSECA, 1943).

Na correspondência, o prefeito expressou-se de forma educada e polida, demonstrando apreço. Relata que, quem apresentou a acusação, foi um sargento da Guarnição Federal o qual identificou Katzenberg ao falar alemão. Cita, ainda, que Katzenberg mencionou o nome do subprefeito, o qual teria lhe autorizado a falar alemão. Isso causou uma situação difícil para as autoridades municipais frente às autoridades federais. Essas poderiam julgar haver complacência do governo local com relação à população alemã. É possível verificar essa posição perante as frases abaixo retiradas da resposta do prefeito:

[...] o aludido cidadão não foi molestado pelo Sr. Subprefeito de Campo Bom [...] A representação contra ele foi realizada por um sargento da Guarnição Federal [...] Informando, ao Sr. Comandante da Guarnição, que a mencionada autoridade municipal era quem havia permitido o Sr. Katzenberger falar alemão, em seu lar e em seu estabelecimento comercial, o que não exprimia a verdade (FONSECA, 1943).

O prefeito trata com muita consideração o advogado, mas, indiretamente, diz que não pode fazer nada em relação ao caso apresentado, pois há um agravante. Katzenberg procurou envolver o subprefeito, na tentativa de se eximir da culpa perante a Guarnição Federal. Assim, o prefeito procura isentar o funcionário e reitera que o subprefeito atua conforme a competência que lhe cabe:

Podemos assegurar ao prezado amigo que as autoridades municipais têm instruções para agir sempre com elevação, afim de evitar arbitrariedades ou medidas que não condizem com o seu cargo (FONSECA, 1943).

As cartas revelam as circunstâncias envolvidas no caso do imigrante, mas não trazem informações sobre o desfecho desse quadro. Entretanto, outra fonte identifica que Katzenberg, no ano de 1944, não estava mais preso, pois, em 24 de outubro, estava participando de uma exposição de produtos devido à visita do interventor federal, Ten. Cel. Ernesto Dorneles, a Campo Bom¹³.

O Brasil, em 1942, já estava em guerra contra a Alemanha, e o clima de hostilidade com os imigrantes, principalmente de origem dos países do Eixo, ficou mais acirrado. Tal rigor se evidencia com a prisão do imigrante alemão, Henrique Katzenberg, em 1943, mencionada na carta. Lembrando que ele foi, em 1941, preso pelo menos duas vezes, antes mesmo desse contexto de maior repressão aos imigrantes, ao ser acusado de ofender o país, mas, em 1943, foi encaminhado para Porto Alegre. Nas cartas enviadas pelo imigrante e por seu advogado fica explícito os motivos das detenções. A ofensa referida na primeira carta ocorre pelo fato de Katzenberg ter falado o alemão, e, na segunda carta, é citado um “descuido”, também indicando

que poderia ser que o mesmo estava infringindo a lei de proibição de idioma estrangeiro. Apenas com resposta da carta enviada pelo prefeito ao advogado, pode-se identificar a confirmação que Katzenberg foi detido por estar falando o alemão.

Seyferth (1999) indica que, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, a repressão da língua estrangeira atinge o espaço doméstico onde, até então, era permitido. Isso gera uma série de medidas que foram adotadas contra a população considerada perigosa, entre elas, a obrigatoriedade de salvo conduto para viajar, a apropriação de documentação e publicações e, “eventualmente, prisão ou imposição doutrinária àqueles que não se expressavam em português” (SEYFERTH, 1999, p.224).

Nesse contexto, temos a prisão de Katzenberg a qual ocorreu pelo uso da língua alemã, conforme consta na carta do Prefeito em resposta ao advogado. Assim, esclarece-se o motivo da prisão. Conforme consta na carta, o flagrante foi identificado por um sargento da Guarnição Federal. No ato da detenção, Katzenberg teria invocado uma permissão que lhe fora dada pelo subprefeito para falar o idioma em seu domicílio, o que foi colocado como inverdade pelo Prefeito.

Discórdia entre vizinhos e/ou aversão à nacionalidade alemã

Além da repressão oficial, os espaços de sociabilidade, incluindo o doméstico, tiveram episódios de repressão, principalmente devido ao medo da espionagem. Diante da nacionalização, sobretudo após 1942, essa situação se agrava, pois todos os imigrantes eram considerados possíveis traidores do Brasil, gerando vigilância entre vizinhos e, assim, delações de civis (ZANINI, 2006). No caso de Katzenberg, a situação de repressão também pode ter envolvido questões pessoais, já que delatavam indivíduos que não apresentavam indícios verdadeiros de deslealdade com a Pátria brasileira. Assim, puniam por algum tipo de discórdia entre si, por inimizade ou mesmo por ressentimento pela ascensão social. Nesse sentido, conforme informações encontradas sobre Katzenberg, acredita-se que o mesmo possuía alguma importância em sua comunidade e ainda ascensão social.

Em 1º de dezembro de 1932, constituiu uma sociedade industrial e comercial com Gustavo Foerster, com sede em Campo Bom, para fabricar vinhos naturais de frutas, como abacaxi, laranja e bergamota. Foerster era professor de uma escola no mesmo distrito, mantida pela Comunidade Evangélica. A empresa levava o nome social de *Katzenberg & Foerster*, mas os produtos possuíam a marca denominada *Ouro do Sul*. Na inauguração, estiveram presentes o prefeito Theodomiro Porto, demais autoridades do distrito, comerciantes e população em geral. Entretanto, em 1933, ocorreu um processo para a dissolução da empresa¹⁴. Apesar disso, o

nome da empresa, Almanach Laemmert, consta em um guia de fornecedores de 1940, na categoria *Vinhos*, do município de São Leopoldo, demonstrando a continuidade do negócio.

Em 1936, Katzenberg participou de uma comissão, eleita pela comunidade, para a construção do templo, escola e casa pastoral da Comunidade Luterana da Paz, no distrito¹⁵. Ele continuou participando dessa comunidade, sendo que, em dezembro de 1947, doou dois sinos para a igreja¹⁶. Através dessas informações, percebe-se que esse imigrante obteve progresso e reconhecimento em sua comunidade. Isso poderia ter motivado algum conflito ou, até mesmo, inveja de algum morador do distrito, e causado as perseguições, aproveitando-se do fato de ele não falar português, o que, muitas vezes, impossibilitava a sua autodefesa, como também a obtenção de alguma vantagem sobre ele.

Ponderando todos esses fatos, fica a dúvida do que motivou as hostilidades sofridas por Katzenberg. Se o motivo foi porque era bem visto em sua comunidade religiosa da qual participou de uma comissão da entidade, e, inclusive, doou os sinos; se o fato de ser alemão e, dentro desse contexto, ser mais significativo e isso gerou a inimizade da população, mesmo a grande maioria sendo descendentes de alemães; ou, realmente, aproveitando o contexto nacional e internacional, algum desafeto se aproveitou das circunstâncias para criar a situação. Com as cartas e os documentos disponíveis ainda não foi possível responder com precisão a tais incógnitas, mas é possível constatar a condição difícil em que se encontrava esse imigrante.

Assim, considerando a subjetividade presente em correspondências, o pesquisador deve ter um distanciamento do objeto para uma melhor análise e ainda ter à “constatação que as informações nelas contidas serão sempre versões individuais ou coletivamente construídas sobre determinados acontecimentos vividos pelo narrador” (MALATIAN, 2009. p. 204). Ao analisar o discurso das correspondências, deve-se considerar que eles são construídos e devem ser observados, relacionando seu aspecto individual e o contexto.

Considerações finais

Nessas cartas, é possível compreender a influência da nacionalização no cotidiano da população. Ainda, ao confrontar com outros documentos, também é possível questionar se as reações ocorrem em todo âmbito social ou devido a algum conflito pessoal. Além disso, é visível a posição das autoridades quanto as circunstâncias em que as autoridades locais (prefeito e subprefeito) e nacionais (sargento federal) buscavam cumprir o seu papel de fiscalização frente às leis que proibiam o uso do idioma alemão e, assim, ao identificar tal lei sendo infringida, buscavam fazer cumprir-se a norma.

Através das correspondências desse imigrante, é possível compreender sua inserção na sociedade, seu trabalho, as relações com as autoridades e o fato de ser alemão e não falar o idioma português. Ainda, identificar formas de repressão e de hostilidades utilizadas por populares e posição das autoridades quanto à situação. Analisar correspondências e relacioná-las com o período em que estão inseridas é uma forma de valorizar o sujeito no processo histórico. Conforme Malatian, o uso de correspondências permite o reconhecimento e enaltecimento de diversos aspectos, pois é uma “perspectiva historiográfica que leva ao florescimento da narrativa, à valorização do indivíduo, da vida privada e dos estudos sobre cultura” (MALATIAN, 2009, p. 195). Assim, foi possível ver particularidades de um contexto da história do Brasil, num cenário local, a partir da voz de um morador da comunidade.

Referências

ACERVO DOCUMENTAL DO MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. *Correio de São Leopoldo*. São Leopoldo, RS.

ALMANACH LAEMMERT. *Guia Geral do Brasil*. Edição de 1940. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=313394&pagfis=122074&url=http://memoria.bn.br/docreader#>. Acesso em: 01 jul. 2016.

CPDOC/FGV - NAVEGANDO NA HISTÓRIA. *A Era Vargas*. Propaganda de guerra. 1997. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/AGuerraNoBrasil/PropagandaDeGuerra>. Acesso em: 01 jun. 2017.

CULMANN, Helmuth. História da igreja e da escola de Campo Bom. In: SPERB, Angela Tereza (Org.). *Sal da terra: 160 anos da comunidade e escola evangélica de Campo Bom*. Canoas, RS: La Salle, 1992.

FISCHER, Arthur. *Carta a Theodomiro Porto da Fonseca*. Fundo documental Correspondências Recebidas da Prefeitura de São Leopoldo. MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. São Leopoldo, 1943.

FONSECA, Theodomiro Porto. *Carta a Arthur Fischer*. Fundo documental Correspondências Expedidas da Prefeitura de São Leopoldo. MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. São Leopoldo, 1943.

GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil: germanismo, nazismo, integralismo*. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1987.

GERTZ, René E. *O perigo alemão*. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade UFRGS, 1991.

GERTZ, René E. *O Estado Novo no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo, RS: UPF, 2005.

GERTZ, René. *A guerra que ainda não terminou: população de origem alemã no Rio Grande do Sul após a Segunda Guerra Mundial*. Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional. Passo Fundo. 2013. Disponível em: <http://www.renegertz.com/arquivos/UPF2013.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2016.

GERTZ, René. *A Segunda Guerra Mundial nas regiões de colonização alemã do Rio Grande do Sul*. Revista Acadêmica Licenciaturas, Ivoti, v.3, n. 2, p.15-25, jul/dez. 2015.

GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2004.

KATZENBERG, Henrique. *Carta a Theodomiro Porto da Fonseca*. Fundo documental Correspondências Recebidas da Prefeitura de São Leopoldo. MUSEU HISTÓRICO VISCONDE DE SÃO LEOPOLDO. São Leopoldo, 1941.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS: Leitura XXI, 2011.

LANG, Guido. *Campo Bom: história e crônica: (1826-1996)*. Campo Bom, RS: Prefeitura Municipal de Campo Bom, 1996a.

LANG, Guido. *Reminiscências da Memória comunitária de Campo Bom*. Novo Hamburgo: [s.n.], 1996b.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo, SP: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Ryan de Sousa. Etnicidade e poder: a construção da cidadania entre os colonos de origem alemã e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1824-1889). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM.

PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf. Acesso em: 01 mar. 2016.

RAMBO, Arthur Blasio; ARENDT, Isabel Cristina (orgs.). *COOPERAR para prosperar: a terceira via*. Porto Alegre, RS: SESCOOP, 2012.

RECENSEAMENTO GERAL DO BRASIL 1940. *Censo demográfico: população e habitação*. Rio de Janeiro, IBGE, 1950. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p20_t1_rs.pdf. Acesso em: 01 jun. 2017.

SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um auto-retrato*: [arquivo Gustavo Capanema]. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/142.pdf. Acesso em: 01 mar. 2016.

SEYFERTH, Giralda. Identidade nacional, diferenças regionais, integração étnica e a questão imigratória no Brasil In: ZARUR, George de Cerqueira Leite (org.). *Região e nação na América Latina*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SITE NOTÍCIAS DE CAMPO BOM. *Comunidade da Paz comemora 80 anos neste sábado*. Disponível em: <http://campobomrs.blogspot.com/2016/06/comunidade-da-paz-comemora-80-anos.html>. Acesso em: 01 jul. 2016.

SITE O MUNICÍPIO DE CAMPO BOM. *A Comunidade Luterana da Paz*. Disponível em:

<http://www.campobom.net.br/comulut.htm>. Acesso em: 01 jul. 2016.

WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o '25 de Julho' em São Leopoldo, 1924-1949*. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2004.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. *Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS*. Santa Maria (RS): Ed. da UFSM, 2006.

Enviado em 27 de agosto de 2018

Aceito em 09 de maio de 2019

¹ Início da carta escrita por Henrique Katzenberg, em 29 de setembro de 1941.

² A carta é assinada por Katzenberg, porém não foi possível identificar quem redigiu a carta, visto que a mesma está em português e o remetente não domina tal idioma.

³ Conforme o artigo 16, do Decreto-Lei nº 406, 4 de Maio de 1938, a preferência era para imigrantes agricultores ou técnico de indústria rural.

⁴ A prisão ocorre em 1943, conforme carta do Prefeito de São Leopoldo ao advogado, mas acredita-se que em 1941, o mesmo também foi preso sob a acusação de falar alemão, porém ainda não foi possível confirmar.

⁵ Decreto-Lei nº 1.545, 25 de Agosto de 1939.

⁶ Fundada em 14 de novembro de 1917, esclarece sua função em seu estatuto: “O fim da associação é congregar todos os brasileiros (...), para o alto escopo de defesa da Pátria e reação a quaisquer elementos, estrangeiros ou nacionais, que tendem (...) deprimir a nacionalidade brasileira ou prejudicar seus interesses, no atual conflito que nos foi imposto pela pirataria do Governo Alemão, inimigo da Pátria (...)”.

⁷ *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 23/7/1938. Ausência que poderia parecer significativa não fosse o fato de Theodomiro não ter nem mesmo estado presente em setembro, quando seu retrato foi inaugurado no salão nobre da prefeitura local. Theodomiro estava no Rio de Janeiro.

⁸ *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 17 set. 1938.

⁹ *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 27 jun. 1942.

¹⁰ *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 02 jul. 1944.

¹¹ Recenseamento geral do Brasil de 1940, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹² *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 26 jul. 1941.

¹³ *Correio de São Leopoldo*, São Leopoldo, 04 nov. 1944.

¹⁴ Informações localizadas em processo referente a liquidação, dissolução e prestação de contas da sociedade *Katzenberg & Foerster*, localizado no Arquivo Público do Estado do RS – APERS, nº do processo 99 e nº do processo 201, de 1933.

¹⁵ Conforme *site* Notícias de Campo Bom, em texto sobre os 80 anos de atividades da Comunidade Luterana da Paz.

¹⁶ Conforme *site* O município de Campo Bom, em texto sobre a Comunidade Luterana da Paz.

REFLEXÕES ACERCA DOS CONCEITOS DE IDENTIDADE E DIVERSIDADE NA BNCC DE HISTÓRIA

REFLECTIONS ABOUT THE CONCEPTS OF IDENTITY AND DIVERSITY IN THE HISTORY BNCC

Jorge Vieira Eschiqui Vieira Pinto*

Resumo: A História é uma disciplina curricular estratégica para qualquer política pública na área de Educação por se tratar do estudo das biografias, ações e heranças culturais dos antepassados a partir das demandas das sociedades do tempo presente, capaz de construir uma memória coletiva e despertar nos indivíduos uma dimensão simbólica de vínculo entre o presente e o passado. Esse vínculo ocorre por meio da abordagem comparativa entre diversas sociedades em diferentes tempos, o que possibilita a percepção das permanências e rupturas e, conseqüentemente, a compreensão das heranças culturais que aproximam ou distanciam comunidades e grupos sociais do presente e do passado, despertando-se, assim, nos indivíduos os laços de identidade a partir do reconhecimento do “nós” e da diferenciação do “outro”. O objetivo deste artigo é analisar como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) propõe o trabalho pedagógico com a identidade e a diversidade nas aulas de História.

Palavras-Chave: Identidade; Diversidade; BNCC; História.

Abstract: The History is a strategic curricular discipline for any public policies in the area of Education as it is the study of the biographies, actions and cultural heritages of the ancestors, from of the demands of the societies of the present time, able to build a collective memory and to awake in the individuals a symbolic dimension of bond between the present and the past. This bond occurs through comparative approach among several societies in different times, which enables the perception of the permanences and ruptures and, consequently, the understanding of the cultural heritages that approach or distance communities and social groups of the present and of the past, awakening, thus, in the individuals the ties of identity from recognition of the “we” and differentiation of the “other”. The purpose of this paper is to analyze how the National Curricular Common Core (BNCC) proposes the pedagogical work with the identity and diversity in History classes.

Keywords: Identity; Diversity; BNCC; History.

O processo histórico de elaboração e implantação da Base Nacional Comum Curricular

O currículo é um artefato mental resultante dos referenciais culturais, dos debates, das disputas e entre grupos sociais pela presença de conhecimentos representativos de suas memórias e identidades, das relações de poder e das políticas públicas existentes numa certa sociedade. Não é por acaso que se pode observar, em diferentes contextos, os programas curriculares realizarem processos seletivos de saberes escolares e abordagens pedagógicas, sendo eles ora afirmados, ora negados, ora partilhados e, em alguns momentos, até excluídos,

* Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca, SP. Pesquisador/Autor-Pós-Graduação na Faculdade Unyleya.

em decorrência daqueles conhecimentos, competências e habilidades considerados relevantes para a formação do estudante e representativos dos valores e anseios da sociedade num dado momento histórico. Portanto, é correto afirmar que os currículos

são uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas. Conhecimentos e práticas expostos às novas dinâmicas e reinterpretados em cada contexto histórico. Os currículos são orientados pela dinâmica da sociedade (FERNANDES, 2007, p.9).

Os princípios, objetivos, métodos, conteúdos e discursos presentes nos programas curriculares constituem-se em importantes diretrizes estabelecidas pelo Estado para a implantação de uma política educacional em consonância com os projetos nacionais, as práticas sociais, as relações de poder, os valores culturais difundidos e a constituição de um protótipo de ser humano social. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) deve ser compreendida não apenas como um documento curricular nacional cuja finalidade é estabelecer objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, conteúdos, conhecimentos, competências e habilidades comuns a serem seguidos pelos programas curriculares das redes de ensino e pelas propostas pedagógicas das instituições escolares de todo país, mas também como parte de um processo histórico de reforma educacional iniciada no Brasil a partir dos anos 1990 e que prossegue até o momento atual. De acordo com Geraldo Magella de Menezes Neto,

o processo de elaboração de um currículo e os seus conteúdos presentes nada tem de natural ou imparcial, pois está envolvido num conjunto de interesses dos grupos sociais responsáveis por sua produção. O poder governamental também exerce influência na elaboração dos currículos: mais explicitamente os regimes ditatoriais, escolhendo conteúdos diretamente ligados à ideologia do regime; mas também nos governos ditos democráticos, com discussões com grupos políticos, especialistas ligados à educação e movimentos sociais (MENEZES NETO, 2017, p.32).

A Base Nacional Comum Curricular deve ser analisada como uma fonte que permite a análise e a compreensão do pensamento pedagógico, dos conhecimentos, das demandas sociais, das relações de poder e da estrutura sociopolítica da história do tempo presente do Brasil. Exatamente por ser um documento representativo da conjuntura histórica atual, o seu discurso está impregnado pelas biografias dos atores que colaboram para os debates e a elaboração de sua versão final, pelas correntes de pensamento em voga, pelos referenciais culturais (valores e visões de mundo) e pelos anseios e pelas expectativas coletivos quanto ao papel social das redes de ensino e das instituições escolares. Em outras palavras, a BNCC não deve ser analisada como se fosse um texto neutro. Pelo contrário, é necessário entendê-la como um texto contextualizado, carregado de valores e interesses concretos dos mais variados tipos e origens e que expressa intenções de se constituir uma nova realidade nacional com a contribuição dada pelo sistema educacional para a formação de um protótipo de cidadão.

A década de 1990 foi marcada pela adoção por parte dos governos brasileiros de uma política neoliberal responsável por uma ampla abertura da economia interna para o mercado internacional por meio da supressão de um excessivo protecionismo que impedia uma maior entrada de capitais externos e a concorrência de empresas e produtos estrangeiros com a produção nacional, da privatização de empresas estatais sob o argumento da necessidade de se reduzir o aparelho estatal para a sua maior eficiência de ação e investimentos em áreas de real interesse social como educação, saúde e segurança pública, da concessão à iniciativa privada de direitos de exportação de serviços em diversos setores da economia nacional, da participação do país no contexto internacional por meio de seu ingresso em blocos regionais de integração econômica (como é o caso do Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL) e da realização de um conjunto de reformas estruturantes pelo Estado, contando com o apoio de organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, para a inserção do país na nova economia globalizada. Entre essas reformas, pode-se citar a reforma educacional, iniciada durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), cujas maiores expressões são a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/96) e, a partir de 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), e continuada mesmo com a mudança para governos de esquerda no ano de 2003, como se comprova através de documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais (2010), o Plano Nacional de Educação (2014) e a Base Nacional Comum Curricular, que teve o processo de discussões e de consulta popular sobre a sua elaboração iniciado em setembro de 2015, ainda durante o período de Dilma Rousseff na Presidência da República (2011-2016), e seria homologada apenas em dezembro de 2017 no mandato presidencial de Michel Temer (2016-2018). Segundo Elizabeth Macedo,

a discussão sobre a necessidade de base nacional comum curricular para no Brasil não é recente. Segundo a linha do tempo elaborada pelo próprio Ministério da Educação (MEC), o debate atual teria se iniciado com a Constituição de 1988, seguindo com a LDB, a elaboração de Parâmetros Curriculares Nacionais e culminando com a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e do Plano Nacional de Educação (PNE) (MACEDO, 2015, p.892).

O conjunto de ações estatais que constituem a ampla reforma educacional realizada desde a década de 1990, incluindo a Base Nacional Comum Curricular, tem as suas origens na participação do Brasil entre os países signatários da carta de propostas para o estabelecimento de necessidades básicas e metas de aprendizagem e para a universalização do acesso à educação fundamental, elaborada durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990. A partir dessa conferência internacional convocada pela Organização das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Banco Mundial e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Estado brasileiro

comprometeu-se a adequar o sistema educacional brasileiro às expectativas de organismos internacionais atuantes na ordem política e econômica mundial quanto a uma educação forjada nos princípios da universalidade e qualidade para atender às demandas da economia globalizada e às exigências do mercado de trabalho. Baseando-se nessa constatação, pode-se falar que o conjunto de iniciativas públicas no âmbito da Educação adotado por diferentes governos em consonância com a carta de propostas da Conferência Mundial sobre Educação para Todos e as demandas e as demandas de organismos internacionais por ampliação no acesso e melhoria na qualidade da Educação Básica apenas comprovam que a reforma educacional no Brasil, iniciada nos anos 1990, demonstra ser uma política de Estado e não de um governo com tendência política à direita, à esquerda ou ao centro.

As pressões e o financiamento das reformas educacionais por parte de organismos financeiros internacionais na década de 1990, sobretudo do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), surtiram efeito para que o Brasil acompanhasse uma tendência global à homogeneização curricular e à implantação de sistemas de avaliação externa para a medição da qualidade do ensino e o estabelecimento de metas de desempenho escolar. Dessa forma, o país uniu-se a outros em escala global, a partir dessa época, como por exemplo, Uruguai, Argentina, Paraguai, Portugal, Espanha, etc., comprometendo-se a realizar uma reforma educacional de cunho neoliberal que atendesse às expectativas da nova ordem econômica mundial, à lógica do pensamento neoliberal e às novas exigências de qualificação profissional impostas pelo mercado de trabalho em escala mundial. Ademais, em 1992, ficou estabelecido no âmbito do Mercosul que os membros do bloco de integração econômica regional na época (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) iniciariam um processo de harmonização e compatibilização dos sistemas educacionais dos quatro países por meio da criação de bases curriculares nacionais, o que pode ser observado com a elaboração dos *Contenidos Basicos Comunes para la Educación Basica* (Argentina-1995), dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (Brasil-1997), dos *Programas del Estudio* (Paraguai-1995) e do *Plan Piloto – Currículo Experimental* (Uruguai-1995).

Os desafios impostos à BNCC pela diversidade e pelas memórias históricas representativas dos vários segmentos da sociedade nacional

A Base Nacional Comum Curricular é um documento oficial que estabelece parâmetros comuns (objetivos de aprendizagem, conteúdos, conhecimentos, competências e habilidades) a serem seguidos pelas redes de ensino nas esferas federal, estadual, distrital e municipal e pelas

instituições escolares durante a elaboração e a execução dos programas curriculares. O objetivo principal da BNCC é proporcionar uma formação básica comum e garantir as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver em quaisquer modalidades de ensino ao longo das diferentes etapas da Educação Básica. Dessa maneira, com a BNCC

as redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas. Essa referência é o ponto ao qual se quer chegar em cada etapa da Educação Básica, enquanto os currículos traçam o caminho até lá. [...].

Assim, para cada uma das redes de ensino e das instituições escolares, este será um documento valioso tanto para adequar ou construir seus currículos como para reafirmar o compromisso de todos com a redução das desigualdades educacionais no Brasil e a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens dos estudantes brasileiros (BRASIL, MEC, 2017, p.5).

Por outro lado, a Base Nacional Comum Curricular reconhece a necessidade de que os programas curriculares possuam uma parte diversificada que aborde os conhecimentos vinculados às especificidades regionais e locais existentes no país, respeitando-se, assim, as diversidades social, cultural e econômica das diversas comunidades nas quais estão inseridos os educandos. De acordo com esse documento educacional,

no Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais (BRASIL, MEC, 2017, p.15).

Portanto, o desafio da BNCC é compatibilizar o estabelecimento de diretrizes comuns a serem adotadas pelos currículos das redes de ensino e das instituições escolares de todo o país como um meio importante para se assegurar o direito a um aprendizado dos conteúdos, dos conhecimentos e das competências e habilidades essenciais para a formação humana e intelectual dos alunos com o reconhecimento da importância de que os programas curriculares sejam representativos dos saberes produzidos e difundidos por diversos indivíduos, grupos, sociedades e povos em diversos tempos e espaços ao longo da história da humanidade. No caso específico do ensino de História, trata-se, por um lado, de garantir uma base curricular nacional que estabeleça os objetivos da disciplina na Educação Básica e crie condições para o aprendizado de conhecimentos, competências e habilidades que serão essenciais para a constituição de valores, o exercício da cidadania e a inserção na sociedade do conhecimento por parte dos estudantes e, por outro, de assegurar o estudo de saberes históricos que sejam representativos das realidades locais e regionais e das memórias e identidades dos vários grupos sociais, étnicos, culturais, religiosos, políticos e econômicos aos quais pertencem o corpo discente escolar brasileiro. Nesse sentido, segundo Flávia Eloisa Caimi,

o currículo enseja formas particulares de conhecimentos e de saber, e pode provocar dolorosas divisões e antagonismos culturais e sociais. Nas perspectivas mais recentes vemos que o currículo também produz e reposiciona identidades culturais, de gênero, religiosas, étnico-raciais, sexuais. Conhecimento e currículo podem ser entendidos, então, como campos sujeitos à disputa e à interpretação, nos quais diferentes grupos tentam estabelecer sua hegemonia e por isso, exercem o papel de poder regulador onde se confrontam opções e se produzem consensos possíveis.

A História é um campo privilegiado em que as discussões curriculares incidem fortemente sobre as demandas sociais, uma vez que se trata de disputas pela memória coletiva, de operações históricas que dão visibilidade a diferentes posições enunciativas e pontos de vista sobre o passado e, conseqüentemente, sobre o tempo presente. Com isso, temos de reconhecer o campo da História, notadamente a História escolar, como um locus de contradições, de pluralismo de ideias, de provisoriade explicativa e de dinâmica interpretativa acerca da experiência humana no tempo (CAIMI, 2016, p.87).

O fato da BNCC declarar a relevância da presença nos programas curriculares das redes de ensino e nas propostas pedagógicas de instituições escolares de conteúdos representativos da diversidade social, étnica, cultural, religiosa, política e econômica dos vários atores históricos que constituem a sociedade brasileira pode ser explicado a partir dos debates e do engajamento político iniciados ainda durante o processo de redemocratização do Brasil no final da década de 1970 e, principalmente, ao longo dos anos 1980. Naquele momento, fez-se necessário repensar os currículos escolares para se superar um modelo tradicional de História pautada apenas na narrativa de acontecimentos e na biografia e nas ações de grandes personagens (políticos, militares, diplomatas, etc.). Podem ser citados alguns fatores contribuintes para a revisão dos programas curriculares e o surgimento de novas propostas pedagógicas para o processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos escolares de História durante o processo de redemocratização do Brasil.

O primeiro desses fatores foi a mobilização de professores dos antigos 1º e 2º graus e do ensino superior, organizados em torno de entidades científicas como a Associação Nacional de História (ANPUH) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e instituições sindicais como a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), pelo retorno da disciplina à grade curricular no antigo 1º grau (atual Ensino Fundamental), uma vez que, a partir do golpe militar de 1964, teve a carga horária reduzida paulatinamente em benefício do ensino de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política Brasileira (OSPB) até que, com a reforma educacional de 1971 (Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971), foi substituída por Estudos Sociais. Ademais, os docentes afirmavam em congressos, seminários e debates a necessidade de se renovar a concepção do ensino de História, repensar o papel do livro didático no ensino, reestruturar a grade curricular dos conteúdos básicos e reavaliar os fundamentos teórico-metodológicos do processo de ensino e aprendizagem da disciplina. De acordo com Selva Guimarães Fonseca, nesses encontros,

as discussões recorrentemente priorizaram os seguintes aspectos: a produção de conhecimento histórico como forma de romper com o papel reprodutivista que tradicionalmente é conferido ao 1º e 2º graus; o livro didático: o significado de sua utilização e a análise dos conteúdos vinculados; o ensino temático como proposta alternativa ao ensino tradicional de História e experiências utilizando diferentes linguagens e recursos no ensino, tais como música, literatura, filmes, TV, histórias em quadrinhos e outros documentos. Essas discussões passaram a ser sistematizadas e publicadas em coletâneas compostas de diferentes relatos de experiências e diversas interpretações do modo de se fazer e pensar o ensino de História (FONSECA, 1993, p.86).

Em segundo lugar, não se pode esquecer as influências da História Social Inglesa, com destaque para os trabalhos de Edward Thompson, com a perspectiva teórico-metodológica de se analisar a História do ponto de vista das ações dos homens e das mulheres comuns (a história “vista de baixo”), e as repercussões da historiografia francesa, que propõe novas problemáticas, novos objetos de estudo e novas metodologias para a pesquisa histórica, sobretudo, por meio das publicações no país das obras da terceira geração da Escola dos Annales, também denominada de Nova História. Essas duas correntes historiográficas colaboraram para uma proposta de ensino de História na qual a disciplina é

capaz de “resgatar” (palavra bastante utilizada nos anos 1980) as múltiplas experiências vividas pelos sujeitos históricos em diversos tempos e lugares. Busca-se romper com a linearidade, com os determinismos e o caráter teleológico das outras propostas. A História não tem um início, um meio e um fim determinados, mas se apresenta como um campo de possibilidades. O ponto de partida não é o político-institucional, nem o econômico, e sim os problemas da realidade social vivida. O diálogo com essas duas correntes historiográficas apresenta, aos professores, a possibilidade de alargamento do campo da História, incorporando temas, ações e sujeitos até então marginais ao ensino. Aqui o critério para definir o novo é o da ampliação dos temas e das fontes (FONSECA, 2011, p.93-94).

Finalmente, há que se destacar também a atuação de movimentos sociais de trabalhadores, mulheres, negros, índios, homossexuais, etc. que buscam construir as suas memórias e identidades coletivas e um maior protagonismo na sociedade por meio do reconhecimento de suas lutas históricas e da realização de políticas públicas que atendam às suas demandas para o exercício da cidadania. Simultaneamente, assiste-se, a partir da década de 1970, a uma ampliação do público escolar devido à expansão das redes públicas de ensino e do aumento das matrículas de discentes pertencentes às camadas mais pobres da sociedade e membros de famílias provenientes do processo de êxodo rural. Todavia,

o acesso ao saber foi restringido, uma vez que a formação geral do educando foi preterida em função da concepção que vincula preparação para o trabalho com formação específica. O elitismo tão presente na educação brasileira permaneceu. Mas por que negar a formação geral do educando? Por que a tentativa de destruição das Humanidades dentro dos currículos? Inicialmente, podemos afirmar que a resposta está nos propósitos do poder; no ideal do Conselho de Segurança Nacional, que agia no sentido de controlar e reprimir as opiniões e os pensamentos dos cidadãos, de forma a eliminar toda e qualquer possibilidade de resistência ao regime autoritário. Entretanto, após 1982, quando legalmente acaba com a predominância da formação específica sobre a geral, a revalorização das disciplinas que tinham sido praticamente

banidas dos currículos (História e Geografia, por exemplo) ocorre com dificuldades no interior dos estabelecimentos. As cargas horárias das disciplinas das Ciências Humanas continuaram diminuídas em relação às Exatas e Biológicas. Os vestibulares massificados exercem pressão sobre os currículos e os processos de ensino nas escolas de 2º grau, dificultando o resgate da reflexão, do livre debate, enfim, da formação integral dos jovens (FONSECA, 1993, p.24-25).

A partir do momento em que, por iniciativa própria do Poder Público no regime autoritário, a escola pública deixou de ser privilégio das camadas mais abastadas da sociedade nacional, houve a necessidade de se repensar os programas curriculares da disciplina de História de modo a tornar os conteúdos e o processo de ensino e aprendizagem compatíveis com os referenciais culturais, as experiências e a realidade do novo público escolar. Dessa maneira,

novos alunos oriundos da classe trabalhadora com novas realidades sociais demandavam uma revisão da estrutura escolar, temática e pedagógica. A História foi chamada a exercer a função de crítica da sociedade, atenta aos seus conflitos e às suas diferenças, inclusive diferenças de classes. Defendia-se a atuação das camadas menos favorecidas enquanto sujeito da História. Discursava-se em prol da universalização dos direitos dos homens, que, em função do exercício do Estado ditatorial, há muito já estavam cômicos de seus deveres. A ordem do dia era pautada pela noção de que, sem os direitos dos homens reconhecidos e garantidos, não haveria democracia, sem a qual não haveria deslanche para os conflitos sociais. A democracia era entendida como a sociedade dos cidadãos (MATHIAS, 2011, p.46).

Com a redemocratização do país e a sucessiva ampliação do acesso à Educação Básica, o desafio colocado à política educacional do Brasil até os dias atuais é conciliar uma educação pública e universal de qualidade com um ensino de História baseado no aprendizado de conteúdos, conhecimentos, competências e habilidades que reconheça a importância da atuação histórica de uma ampla gama de sujeitos na sociedade nacional e seja representativo da pluralidade social, étnica, cultural, religiosa, etc. da qual faz parte o público escolar brasileiro. A disciplina de História tem um importante função social ao resgatar o passado de demandas, negociações, lutas e conquistas dos diversos grupos da sociedade brasileira, possibilitando-os a formação de uma memória responsável pelo despertar de uma consciência histórica (RÜSEN, 2001), isto é, por um processo cognitivo que possibilita ao ser humano situar-se no fluxo do tempo. A partir da consciência histórica, os indivíduos e os vários segmentos sociais constituintes da população nacional podem usar a experiência obtida a partir do conhecimento da ação de seus antepassados para a orientação temporal da vida prática presente e a elaboração de perspectivas de ação que resultem na projeção de uma nova realidade no futuro. Em suma, é a consciência histórica que permite o vínculo entre as atuais gerações e o passado de mobilizações de seus antepassados, criando-se, assim, as condições favoráveis para a constituição de um sentimento de pertencimento coletivo a um grupo, ou seja, de identidade. Para Jörn Rüsen,

a resistência dos homens à perda de si e seu esforço de auto afirmação constituem-se como identidade mediante representações de continuidade, com as quais relacionam as experiências do tempo com as intenções no tempo: a medida da plausibilidade e da consistência dessa relação, ou seja, o critério de sentido para a constituição de representações abrangentes da continuidade é a permanência de si mesmos na evolução do tempo. A narrativa histórica é um meio de constituição da identidade humana. [...].

Mediante a narrativa histórica são formuladas representações da continuidade da evolução temporal dos homens e de seu mundo, instituidoras de identidade, por meio da memória, e inseridas, como determinação de sentido, no quadro de orientação da vida prática humana (RÜSEN, 2001, p.66-67).

O principal documento que norteou a escrita da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quanto à relevância da aprendizagem de conteúdos, conhecimentos, competências e habilidades referentes à memória, identidade e diversidade dos vários grupos sociais, étnico-raciais e culturais responsáveis pela formação histórica da sociedade nacional é a Constituição Federal de 1988. Devido à Emenda Constitucional nº 48/2005, a Carta Magna enfatiza no artigo 215 a obrigatoriedade do Estado em elaborar políticas públicas, inclusive educacionais, que garantam a preservação da memória e dos bens e valores culturais dos diversos segmentos da população brasileira como um meio de se reconhecer a relevante contribuição deles durante o processo civilizatório nacional. Além disso, estabelece a elaboração de leis que fixem datas comemorativas significativas para a construção da memória e reflexão sobre o papel histórico-social no passado e no presente desses segmentos. Segundo o texto constitucional:

Art.215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Parágrafo 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Parágrafo 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais (BRASIL, 1988, p.124).

O objetivo da Constituição Federal neste artigo é enfatizar a necessidade da construção da memória nacional partir do resgate da história, dos valores e dos bens culturais dos vários segmentos sociais, étnicos e culturais que colaboraram para a constituição da sociedade brasileira. A ideia é posicionar-se contrariamente a um processo de construção da memória e da identidade do país apenas a partir do resgate e da seleção das ações e dos aspectos culturais característicos dos sujeitos históricos pertencentes aos grupos política e economicamente dominantes e, por conseguinte, desvalorizando-se e desconsiderando-se a contribuição de outros segmentos da sociedade para a constituição da história e da cultura nacionais. Em suma, trata-se de reconhecer que a identidade nacional é construída a partir da pluralidade social, étnica e cultural que caracteriza os diversos grupos que compõem a população nacional. São as

histórias, os valores e os bens culturais específicos e constituintes das múltiplas identidades coletivas dos vários grupos da população brasileira que contribuem com as suas diversidades para a construção de uma identidade nacional plural.

O posicionamento favorável a um ensino pautado na valorização dos valores e bens culturais de diferentes grupos e sociedades encontra-se presente na parte introdutória da Base Nacional Comum Curricular ao estabelecer como a terceira competência geral a ser desenvolvida pelos discentes na Educação Básica: “3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural” (BRASIL, MEC, 2017, p.9).

Outro importante documento que influenciou diretamente na elaboração do texto da BNCC e propõe políticas educacionais que garantam o resgate e a valorização dos bens e valores culturais representativos da identidade, ação e memória dos vários segmentos sociais, étnico e culturais é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/96). De acordo com o artigo 3º, inciso IV, da LDBEN, um dos princípios para que o ensino seja ministrado é o “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, 1996, p.1), isto é, a orientação é para que o processo de ensino e aprendizagem, no caso específico da Educação Básica, seja baseado em atitudes de aceitação e respeito à diversidade dos comportamentos, valores, costumes, hábitos e práticas culturais que caracterizam os diferentes grupos, sociedades e povos tanto no presente como no passado.

No caso específico do ensino da disciplina de História, tal orientação pode ser observada por meio do estudo comparativo entre grupos e sociedades ao longo da história da humanidade como um recurso didático para que o aluno possa perceber as semelhanças, diferenças, permanências e rupturas das instituições, dos valores e bens culturais, das formas de concepção e organização política, das estruturas socioeconômicas, etc. existentes em diferentes espaços e tempos. Nesse sentido, segundo a Base Nacional Comum Curricular,

a **comparação** em História faz ver melhor o Outro. Se o tema for, por exemplo, pintura corporal, a comparação entre pinturas de povos indígenas originários e de populações urbanas pode ser bastante esclarecedora quanto ao funcionamento das diferentes sociedades. Indagações sobre, por exemplo, as origens das tintas utilizadas, os instrumentos para a realização da pintura e o tempo de duração dos desenhos no corpo esclarecem sobre os deslocamentos necessários para a obtenção de tinta, as classificações sociais sugeridas pelos desenhos ou, ainda, a natureza da comunicação contida no desenho corporal. Por meio de uma outra linguagem, por exemplo, a matemática, podemos comparar para ver melhor semelhanças e diferenças, elaborando gráficos e tabelas, comparando quantidades e proporções (mortalidade infantil, renda, postos de trabalho, etc.) e, também, analisando possíveis desvios das informações contidas nesses gráficos e tabelas (BRASIL, MEC, 2017, p.397).

Portanto, o objetivo principal do estudo comparativo como atividade didática nas aulas de História não é despertar nos alunos atitudes, visões e perspectivas distorcidas e

preconceituosas em relação a quaisquer grupos e sociedades. Pelo contrário, o intuito pedagógico é utilizá-lo ao longo do ensino dos diversos componentes curriculares de História como um meio de se construir as suas identidades individual e coletiva por meio da compreensão das ações históricas, das demandas sociais e dos elementos culturais que o vinculam a um tempo passado e aos seus antepassados (a construção do “Nós”) e da percepção dos aspectos culturais e históricos de outros grupos e outras sociedades que o fazem se diferenciar deles (a identificação do “Outro”). A Base Nacional Comum Curricular de História – Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) denomina esse processo de formação da memória e das identidades individual e coletiva no aluno como “construção do sujeito”, que

tem início quando a criança toma consciência da existência de um “Eu” e de um “Outro”. O exercício de separação dos sujeitos é um método de conhecimento, uma maneira pela qual o indivíduo toma consciência de si, desenvolvendo a capacidade de administrar a sua vontade de maneira autônoma, como parte de uma família, uma comunidade e um corpo social.

Esse processo de constituição do sujeito é longo e complexo. Os indivíduos desenvolvem sua percepção de si e do outro em meio a vivências cotidianas, identificando o seu lugar na família, na escola e no espaço em que vivem. O aprendizado, ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, torna-se mais complexo à medida que o sujeito reconhece que existe um “Outro” e que cada um apreende o mundo de forma particular (BRASIL, MEC, 2017, p.401).

A Base Nacional Comum Curricular propõe o estudo comparativo e interdisciplinar com a Matemática sobre a utilização dos sistemas numéricos como linguagens para a apreensão da realidade em diferentes culturas durante as aulas de História nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) como uma forma de se contribuir para a “construção do sujeito”, ou seja, da identidade do aluno. De acordo com a BNCC,

a percepção da distância entre o objeto e pensamento é um passo necessário para a autonomia do sujeito, tomado como produtor de diferentes linguagens. É ela que funda a relação do sujeito com a sociedade. Nesse sentido, a História depende de linguagens com as quais os seres humanos se comunicam, entram em conflito e negociam. A existência de diferentes linguagens pode ser explicada pela análise, por exemplo, de sistemas numéricos utilizados por distintas culturas. Compreender a enorme variedade de sistemas (com base um, com base dois, com base dez, etc.) é um bom exercício, assim como refletir sobre as ideias de adição, subtração, multiplicação e divisão, evitando um olhar universalizante para os números.

Em determinadas culturas, o número usado para contar seres humanos pode ser diferente do número que se usa para contar mandiocas, como acontece com os membros da etnia palikur. O que isso significa? Se na tradição de matriz grega, a unidade é o um (1), para muitos povos indígenas originários, a unidade é o dois (2). Para os xavantes, por exemplo, a ideia de paridade é um princípio ordenador, pois em torno dela existe uma espécie de modelagem do mundo. Identificar essas diferenças significa tomar consciência de que existem várias formas de apreensão da realidade (BRASIL, MEC, 2017, p.401).

Para a Base Nacional Comum Curricular de História, compete ao docente também tornar esse processo de identificação do “Nós” e diferenciação do “Outro” um instrumento para o

desenvolvimento de comportamentos de tolerância, respeito e apreço com as diversidades nos vários meios sociais nos quais o discente insere-se cotidianamente. Em outras palavras, a disciplina contribui efetivamente para a formação humana do discente a partir do momento em que se utiliza de recursos didáticos e práticas pedagógicas capazes de promoverem nele as noções de alteridade e relativismo cultural, estimulando-se o aprendizado significativo de saberes escolares que sejam mobilizados ao longo da vida do estudante para que possa enfrentar as divergências e conviver com as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, políticas, etc. de forma harmônica, pacífica e respeitosa, sem recorrer à tensão e ao conflito. Logo,

o exercício do “fazer história”, de indagar, é marcado, inicialmente, pela constituição de um sujeito. Em seguida, amplia-se para o conhecimento de um “Outro”, às vezes semelhante, muitas vezes diferente. Depois, alarga-se ainda mais em direção a outros povos, com seus usos e costumes específicos. Por fim, parte-se para o mundo, sempre em movimento e transformação. Em meio a inúmeras combinações e espaços variáveis – do Eu, do Outro e do Nós -, inseridas em tempos e espaços específicos, indivíduos produzem saberes que os tornam mais aptos para enfrentar situações marcadas pelo conflito ou pela conciliação.

Entre os saberes produzidos, destaca-se a capacidade de comunicação e diálogo, instrumento necessário para o respeito à pluralidade cultural, social e política, bem como para o enfrentamento de circunstâncias marcadas pela tensão e pelo conflito. A lógica da palavra, da argumentação, é aquela que permite ao sujeito enfrentar os problemas e propor soluções com vistas à superação das contradições políticas, econômicas, sociais do mundo em que vivemos (BRASIL, MEC, 2017, p.395-396).

Outra atividade didática proposta pela BNCC para o estudo de conteúdos escolares relacionados aos conceitos de identidade e diversidade é a abordagem dos conhecimentos difundidos pela disciplina de História enquanto artefatos culturais resultantes da correlação de forças e disputas entre diversos grupos sociais pela preservação da memória e pela construção de determinadas teses e narrativas sobre fatos, fenômenos e processos históricos. Esse trabalho pedagógico possibilita aos alunos em sala de aula a desconstrução de ideias e explicações sobre a formação histórica da sociedade brasileira que se fizeram presentes por muito tempo, inclusive, no ensino de História através dos programas curriculares e materiais didáticos, como é o caso da tese da “democracia racial”. Segundo a Base Nacional Comum Curricular,

a História não emerge como um dado ou um acidente que tudo explica: ela é a correlação de forças, de enfrentamentos e da batalha para a produção de sentidos e significados, que são constantemente reinterpretados por diferentes grupos sociais e suas demandas – o que, constantemente, suscita outras questões e discussões (BRASIL, MEC, 2017, p.395).

A tese da “democracia racial” surgiu a partir das décadas de 1930 e 1940, num contexto histórico marcado pelo debate sobre as causas do atraso do Brasil e o papel da população nacional para o progresso econômico do país. Esse debate ocorreu entre, de um lado, um grupo de teóricos que, seguindo uma linha de pensamento baseada no evolucionismo e no darwinismo social, em voga durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, defendiam a

superação de certos defeitos sociais constatados na população brasileira mestiça uma intensa imigração europeia e o conseqüente “branqueamento” dela, e, de outro, pensadores da corrente da “democracia racial” (iniciada com o livro *Por que me ufano de meu país* de Affonso Celso, em 1900, e consolidada nos anos 1930 e 1940, sobretudo a partir da publicação de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre), que enxergavam na miscigenação do povo brasileiro, com destaque para a contribuição das três raças originais (indígena, branca e negra), um fator responsável pela formação de uma sociedade multirracial, sem conflitos, hierarquias e diferenças e pronta para contribuir ordeiramente para a missão de conduzir o país para um destino de progresso econômico. Ao final do embate entre essas duas linhas de pensamento, acabou-se prevalecendo o segundo grupo de pensadores, que buscou construir a identidade nacional a partir da concepção de uma cultura uniforme que nega as diversidades entre os grupos sociais, étnicos e culturais que compõem historicamente a sociedade brasileira. Desse modo, para Circe Bittencourt,

as interpretações da obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, passaram a ser introduzidas no ensino de História do Brasil. A miscigenação entre senhores e escravas, as ações *cristãs* de senhores que concediam alforria a seus filhos nascidos nas senzalas, entre outras características da vida na época da escravidão, forneciam os elementos para provar a *democracia racial* entre nós.

Os combates a essa visão deturpadora da história social, como os que Florestan Fernandes realizou, veementemente, a partir da década de 1960, não foram suficientes para interromper a difusão desse mito na vida escolar. Essa tarefa é ainda um dos grandes desafios para quem pretende ensinar a História do Brasil sobre outros fundamentos (BITTENCOURT, 2016, p.200-201).

Foi com o objetivo de se reverter um ensino tradicional de História pautado na difusão da tese da “democracia racial” que nega a diversidade social, étnica e cultural dos vários grupos que contribuíram para a formação histórica da sociedade brasileira, que foi aprovada a Lei nº 11.645/2008. A proposta era retificar as diretrizes e bases da educação nacional para se inserir nos programas curriculares a obrigatoriedade do estudo das Histórias Afro-Brasileira e Indígena com a finalidade de se afirmar a pluralidade como uma característica da identidade nacional:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Parágrafo 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da História da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil.

Parágrafo 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História brasileiras (BRASIL, 1996, p.9-10).

Baseando-se na Lei nº 11.645/2008, a Base Nacional Comum Curricular propõe a abordagem durante o estudo dos diversos conteúdos escolares de História das ações (demandas, negociações, lutas e conquistas históricas), dos valores e dos bens culturais característicos dos grupos étnico-raciais negro e indígena como forma de lhes garantir o direito à memória e às identidades individual e coletiva e se reconhecer a contribuição deles para a formação da sociedade brasileira. Por esses motivos,

a inclusão dos temas obrigatórios definidos pela legislação vigente, tais como a História da África e das culturas afro-brasileira e indígena, deve ultrapassar a dimensão puramente retórica e permitir que se defenda o estudo dessas populações como artífices da própria História do Brasil. A relevância da história desses grupos humanos reside na possibilidade de os estudantes compreenderem o papel das alteridades presentes na sociedade brasileira, comprometerem-se com elas e, ainda, perceberem que existem outros referenciais de produção, circulação e transmissão de conhecimentos, que podem se entrecruzar com aqueles considerados consagrados nos espaços formais de produção de saber.

Problematizando a ideia de um “Outro”, convém observar a presença de uma percepção estereotipada naturalizada de diferença, ao se tratar de indígenas e africanos. Essa problemática está associada à produção de uma história brasileira marcada pela imagem de nação constituída nos moldes da colonização europeia (BRASIL, MEC, 2017, p.399).

Um recurso didático que pode ser utilizado pelo professor de História para se superar uma percepção estereotipada sobre o “Outro”, sobretudo em relação aos grupos étnico-raciais negro e indígena, é não se restringindo o processo de ensino e aprendizagem sobre a questão da diversidade apenas às perspectivas sobre esse tema presentes nos materiais didáticos utilizados em sala de aula, principalmente, o livro didático. É fundamental também que se desenvolva atividades didáticas a partir de análises fundamentadas em autocríticas individuais e da turma sobre as experiências cotidianas relacionadas à difusão de estereótipos e práticas de discriminação. Dessa maneira, os alunos podem ter um aprendizado significativo sobre o conceito de diversidade a partir dos valores e dos comportamentos adotados no dia a dia durante o convívio social e, conseqüentemente, desenvolverem a nona competência geral da Base Nacional Comum Curricular:

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, MEC, 2017, p.10).

Partindo do pressuposto de que “o reconhecimento da diversidade das sociedades pressupõe uma educação que estimule o convívio e o respeito entre os povos” (BRASIL, MEC, 2017, p.402), a BNCC estabelece o desenvolvimento de várias habilidades por parte dos alunos relacionadas às temáticas da identidade e diversidade durante o ensino dos conteúdos de História no Ensino Fundamental – Anos Iniciais (1º ao 5º ano):

- * (EF01HI01) Identificar a relação entre as suas histórias e as histórias de sua família e de sua comunidade;
- * (EF02HI01) Reconhecer espaços de sociabilidade e identificar os motivos que aproximam e separam as pessoas em diferentes grupos sociais ou de parentesco;
- * (EF02HI03) Selecionar situações cotidianas que remetam à percepção de mudança, pertencimento e memória;
- * (EF03HI01) Identificar os grupos populacionais que formam a cidade, o município e a região, as relações estabelecidas entre eles e os eventos que marcam a formação da cidade, como fenômenos migratórios (vida rural/vida urbana), desmatamentos, estabelecimento de grandes empresas, etc.;
- * (EF03HI03) Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes;
- * (EF03HI07) Identificar semelhanças e diferenças existentes entre comunidades de sua cidade ou região, e descrever o papel dos diferentes grupos sociais que as formam;
- * (EF04HI10) Analisar diferentes fluxos populacionais e suas contribuições para a formação da sociedade brasileira;
- * (EF04HI11) Analisar, na sociedade em que vive, a existência ou não de mudanças associadas à migração (interna e internacional);
- * (EF05HI01) Identificar os processos de formação das culturas e dos povos, relacionando-os com o espaço geográfico ocupado;
- * (EF05HI03) Analisar o papel das culturas e das religiões na composição identitária dos povos antigos;
- * (EF05HI04) Associar a noção de cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos;
- * (EF05HI07) Identificar os processos de produção, hierarquização e difusão dos marcos de memória e discutir a presença e/ou ausência de diferentes grupos que compõem a sociedade na nomeação desses marcos de memória;
- * (EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas (BRASIL, MEC, 2017, p.405, 407, 409, 411, 413).

No que diz respeito ao ensino de História no Ensino Fundamental – Anos Finais (6º ao 9º ano), a Base Nacional Comum Curricular relaciona como habilidades referentes ao trabalho pedagógico com os temas da identidade e da diversidade:

- * (EF06HI08) Identificar os espaços territoriais ocupados e os aportes culturais, científicos, sociais e econômicos dos astecas, maias e incas e dos povos indígenas de diversas regiões brasileiras;
- * (EF06HI14) Identificar e analisar diferentes formas de contato, adaptação ou exclusão entre populações em diferentes tempos e espaços;
- * (EF07HI02) Identificar conexões e interações entre as sociedades do Novo Mundo, da Europa, da África e da Ásia no contexto das navegações e indicar a complexidade e as interações que ocorrem nos Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico;
- * (EF07HI03) Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas;

- * (EF07HI08) Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências;
- * (EF07HI09) Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência;
- * (EF07HI12) Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática);
- * (EF08HI11) Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti;
- * (EF08HI14) Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas;
- * (EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas;
- * (EF08HI21) Identificar e analisar políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império;
- * (EF08HI23) Estabelecer relações causais entre as ideologias raciais e o determinismo no contexto do imperialismo europeu e seus impactos na África e na Ásia;
- * (EF08HI27) Identificar as tensões e os significados dos discursos civilizatórios, avaliando seus impactos negativos para os povos indígenas originários e as populações negras nas Américas;
- * (EF09HI03) Identificar os mecanismos de inserção dos negros na sociedade brasileira pós-abolição e avaliar os seus resultados;
- * (EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil;
- * (EF09HI07) Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes;
- * (EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema;
- * (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura;
- * (EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo;
- * (EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres, etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas);
- * (EF09HI36) Identificar e discutir as diversidades identitárias e seus significados históricos no início do século XXI, combatendo qualquer forma de preconceito e violência (BRASIL, MEC, 2017, p.419, 421, 423, 425, 427, 429, 431).

Portanto, como se pode notar na relação de habilidades citadas pela Base Nacional Comum Curricular que se referem às temáticas da identidade e da diversidade, esse documento educacional tem uma clara preocupação que conste nos programas curriculares das redes de

ensino e nas propostas pedagógicas das instituições escolares de todo o país que tratem do ensino de História o estudo comparativo entre segmentos sociais, étnicos e culturais, povos, sociedades e civilizações em diferentes espaços e temporalidades. Trata-se de uma atividade didática essencial não somente para a “construção do sujeito” ou a criação de laços de identidade a partir do reconhecimento do “Nós” e da diferenciação do “Outro”, mas também para o despertar de novas perspectivas, novos comportamentos e novas práticas sociais que possam resultar em uma nova cultura por parte dos alunos de tolerância, respeito e apreço diante da diversidade presenciada cotidianamente no convívio social.

Considerações Finais

Levando-se em conta o processo sucessivo de ampliação da universalização do acesso à Educação Básica observado no Brasil desde os anos 1970, sobretudo no Ensino Fundamental como está estabelecido na legislação em vigor, é plausível que a Base Nacional Comum Curricular estabeleça como uma diretriz comum a todos os currículos e a todas as propostas pedagógicas o processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos de História conjugados com a abordagem das memórias e das identidades dos diversos grupos sociais, étnicos e culturais que compõem a sociedade nacional e nos quais se inserem o público escolar brasileiro.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História do Brasil: identidade nacional e ensino de História no Brasil. In: KARNAL, Leandro. *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2016, p.185-204.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*. Brasília: MEC/SEB, 2017.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 jan. 2018.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 14 jan. 2018.

CAIMI, Flávia Eloisa. A História na Base Nacional Comum Curricular: pluralismo de ideias ou guerras de narrativas? *Revista do Lhiste*, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p.86-92, 2016.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. *Indagações sobre o currículo: currículo e avaliação*. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica, 2007.

FONSECA, Selva Guimarães. *Caminhos da História ensinada*. Campinas: Papirus, 1993.

_____. *Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. 12 ed. Campinas: Papirus, 2011.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? In: *Educação & Sociedade*. Campinas: CEDES, v. 36, n. 133, p.891-908, 2015.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica. *História UNISINOS*, São Leopoldo, v. 15, n. 1, p.40-49, 2011.

MENEZES NETO, Geraldo Magella de. As discussões sobre a Base Nacional Comum Curricular de História: entre polêmicas e exclusões (2015-2016). In: *Crítica Histórica*. Maceió: UFAL, v.8, n.15, p.31-61, 2017.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da História/fundamentos da ciência histórica*. Tradução Estevão Rezende Martins. Brasília: Editora da UnB, 2001.

Enviado em 11 de agosto de 2018

Aceito em 12 de junho de 2019

REGIONALISMO CENTRÍFUGO: A CONSTRUÇÃO DE UM “NORDESTE PERNAMBUCANO” NA DÉCADA DE 1920

CENTRIFUGAL REGIONALISM: THE CREATION OF A “NORDESTE PERNAMBUCANO” IN THE 1920S

Idelmar Gomes Cavalcante Júnior*

Resumo: Muito já foi dito sobre a invenção do Nordeste como uma construção imagético-discursiva. Tomando tal interpretação, já consagrada, como premissa fundamental, este trabalho tem como objetivo mostrar de que forma a elaboração da região Nordeste pelos intelectuais regionalistas pernambucanos na década de 1920, procurou frequentemente qualificar Pernambuco como o centro da região nordestina. Assim, o estado foi sendo constituído como um centro irradiador responsável não apenas pelo despertar de uma consciência regionalista, mas também por defender e consolidar a causa regionalista. Desta forma, se regionalismo nordestino, de forma mais explícita, questionava o federalismo brasileiro da época, considerado centrífugo por prestigiar apenas dois ou três estados, os intelectuais de Pernambuco que participaram desta luta pareciam propor, sub-repticiamente, um regionalismo igualmente centrífugo. E para que esse objetivo pudesse ser alcançado, do ponto de vista metodológico, examinamos esse “Nordeste pernambucano” como um discurso e o analisamos na perspectiva da *Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault, certos da necessidade de identificarmos a formação discursiva por meio da qual os intelectuais regionalistas pernambucanos maneжaram o conceito de Nordeste, na década de 1920. Quanto às fontes documentais, analisamos textos extraídos do jornal *Diário de Pernambuco*, do *Livro do Nordeste*, do *Manifesto Regionalista*, da *Revista do Norte* e da *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. Neste caso, o nosso foco não foi um catálogo exaustivo de textos que tratam do Nordeste, mas um conjunto de regularidades discursivas.

Palavras-chave: Regionalismo; Nordeste; Pernambuco; Invenção.

Abstract: A lot of things have been said about the invention of the Northeast of Brazil as an image-discursive creation. Taking such established interpretation as a fundamental premise, this paper intends to show in which way the elaboration of the northeastern region of Brazil by regionalist intellectuals from Pernambuco in the 1920s sought often to qualify their State as the Center of the region. Thus, this State has been constituted as a radiating Center responsible for not only the awakening of a regionalist consciousness, but also to defend and consolidate the regionalist cause. Therefore, if the northeastern regionalism questioned the contemporary Brazilian Federalism, in a more explicit way, considering it centrifugal for benefiting only two or three States, the intellectuals from Pernambuco who participated in this fight seemed to propose, surreptitiously, an equally centrifugal regionalism. Consequently, in order to achieve this goal, from the methodological point of view, we examined this "Northeast Pernambuco" as a discourse and analyzed it from the perspective of Michel Foucault's Archeology of Knowledge, certain of the need to identify the discursive formation through which the regionalist intellectuals from Pernambuco managed the concept of the Northeast in the 1920s. As for the documentary sources, we analyzed texts extracted from the newspaper *Diário de Pernambuco*, the *Livro do Nordeste*, the *Manifesto Regionalista*, the *Revista do Norte* e the *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. In this case, our focus was not an exhaustive catalogue of texts dealing with the northeast, but a set of discursive regularities.

Keywords: Regionalism; Northeast; Pernambuco; Invention.

* Professor Adjunto I do curso de Lic. Plena em História da Universidade Estadual do Piauí. Titulação: Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará.

O rio Beberibe se une ao rio Capibaribe para formar o Oceano Atlântico.

Provérbio popular recifense

O movimento regionalista não pode ser limitado a nenhum lugar. “A consciência regional nordestina, ou paulista, não surge com um indivíduo ou com um grupo específico, ela emerge em pontos múltiplos, que vão aos poucos se encaixando, sendo unificadas pelas necessidades colocadas pelo tempo” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p 50). No entanto, não se pode ignorar o fato de ter sido em Pernambuco, nos anos de 1920, onde ocorreu o esforço mais significativo para se sistematizar, centralizar e, porque não dizer, para dar ao regionalismo nordestino um caráter de movimento. Para isso, os pernambucanos criaram um Centro Regionalista, organizaram um congresso e ainda produziram uma grande quantidade de documentos para tratar do assunto.

Neroaldo Azevêdo, num estudo que contempla apenas a realidade pernambucana e que antecede a tese que resultou na obra *A Invenção do Nordeste*, de Durval Muniz (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001), em cerca de uma década, nos oferece uma boa ideia do porquê das afinidades dos pernambucanos com o tema, além de afirmar o caráter tradicionalista e político do movimento regionalista, como também fez Durval Muniz no trabalho acima citado:

A defesa dos valores tradicionais do Nordeste terá, na década de 20, um tratamento privilegiado. Tradicionalismo e regionalismo são conceitos que se interpenetrarão, confundindo-se até, em alguns casos.

Mas essa consciência de conservação dos valores tradicionais não é nova. Até se entende que uma região que conhecera no passado momentos de fausto, devidos em grande parte à cultura do açúcar, tenda a ver seu passado com olhos de saudosismo, ao se encontrar em fase de estagnação ou mesmo de recesso econômico. De modo particular, os segmentos da sociedade que foram no passado os grandes beneficiários da economia do açúcar gostariam de ver reproduzida aquela situação anterior. Filhos e netos de senhores de engenho, que constituem a grande maioria dos que têm condições de fazer ouvir a sua voz, empenham-se em cantar loas ao passado da região, defendendo-o a todo custo, e preconizando a conservação dos valores emanados daquela realidade, o que lhes seria, evidentemente, de alta conveniência (AZEVEDO, 1984, p. 99-100).

Para Gadiel Perruci, na década de 1920, o Nordeste vivia o impacto de uma dinâmica que já se desenvolvia desde o século XIX, quando a divisão internacional do trabalho, promovida pelo Capitalismo, operou no Brasil uma divisão regional por meio da qual o Nordeste desempenharia “um papel de complementaridade frente à acumulação do Sudeste, promovida especialmente pelo café e pela industrialização” (PERRUCCI, 1984, p.17). Ou seja, mais uma

vez o Nordeste viveria a impossibilidade de se beneficiar com um efetivo *processo de acumulação ampliada* de capital, já que durante a Colônia a região apenas complementava a *acumulação primitiva* europeia e durante o surgimento do Brasil-Nação passou a complementar a economia do Sudeste (PERRUCCI, 1984, p.17).

Assim, na virada do século XIX para o XX, a acumulação capitalista se nucleariza em benefício da região Sudeste, que passa a concentrar capital. Essa condição história criou uma diversidade regional que aparentemente engendrou um Nordeste “atrasado” em contraposição a um Sudeste “moderno”. Gadiel Perruci não concorda com estas definições pois elas podem conduzir a uma falsa ideia de que as duas regiões estariam livres para buscar seus próprios caminhos.

O autor defende que, neste caso, aquilo que se entende como “atrasado” existiria em função do “moderno” e vice-versa” e por esta razão prefere usar os termos “núcleo” e “periferia”. E assim compreendidos, o núcleo e a periferia seriam “partes do mesmo processo global de crescimento capitalista e estão nele dialeticamente imbricados participando, pois, da mesma natureza conceitual. A diferença, repetimos, está no desempenho de funções dentro do processo de acumulação [...]” (PERRUCCI, 1984, p.15). Esta relação entre “núcleo” e “periferia” vai despertar uma forte animosidade nas classes dominantes nordestinas e em especial entre as suas oligarquias rurais. E particularmente em Pernambuco, intelectuais como Gilberto Freyre se tornariam importantes representantes deste descontentamento.

O chamado “novo regionalismo”¹ se manifestou em Pernambuco logo no início da década de 1920 e com ele, a tendência de se fixar um centro para um Nordeste ainda mal definido e nomeado. Esse centro seria Pernambuco. Mas essa vontade de situar o estado numa posição central não era uma experiência nova para a intelectualidade pernambucana. Desde a segunda metade do século XIX, toda uma prática intelectual já se posicionava favoravelmente a essa demanda, como comprova as ações empreendidas pelo Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, criado em 1862. A instituição já nascia com duas funções básicas: recuperar a história da pátria e mostrar a relevância da história de Pernambuco para o Brasil (SCHWARCZ, 1993, p.154), como sugere este fragmento extraído da edição de 1904 da revista do instituto: “O belo exemplo de Pernambuco é digno de ser conhecido e digno de ser imitado por todo aquele em que palpita o amor da história, alicerce do sentimento patriótico e condição do espírito de nacionalidade” (REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO *apud* SCHWARCZ, 1993, p.153). Para Lilia Schwarcz, “o IAGP respondia, no fundo, às aspirações políticas e culturais da província pernambucana, que

pretendia manter sua hegemonia ao menos no interior da região nordestina” (SCHWARCZ, 1993, p.154).

As convicções que marcaram a criação do IAGP, no limite, levariam a uma prescrição segundo a qual haveria uma pretensa confluência entre os interesses do Nordeste ou do Brasil, como um todo, e os de Pernambuco, como se pode perceber nos estatutos da Revista do Instituto: “se publicariam: atas, trabalhos de história, memórias de seus membros julgadas interessantes à história de Pernambuco e do Brasil” (REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO *apud* SCHWARCZ, 1993, p.157). Essa prescrição constituiria uma regularidade discursiva que marcaria fundamentalmente a trajetória dos regionalistas pernambucanos nos anos vinte.

Por exemplo, a Revista do Norte, em seu primeiro número, publicado em 1923, em artigo não assinado, justifica a sua existência a partir da necessidade de se ressaltar a história, as artes, os costumes e tradições brasileiras, deixando claro, ao mesmo tempo, que o fará tomando a realidade de Pernambuco como foco das reflexões:

Timbrando, portanto, o periodismo em mostrar o que de mais belo, original e grandioso nossa Pátria apresenta, descrevendo, de forma atraente e a todos acessível, episódios interessantes de nossa história, retratando nossos usos e costumes, inspirando-se no cenário magnífico de nossa natureza e de nosso meio, enfim, realizará uma obra de divulgação altamente educativa e proveitosa.

Como seria conveniente que revistas com tal programa fossem se multiplicando pelo Brasil a fora!

Pernambuco, onde tão depressa se irradiou o progresso, onde as causas mais nobres encontraram sempre programadores e mártires destemidos, escreveu páginas imorredoiras na história do nosso caminhar, dignas de serem conhecidas e admiradas em todos os recantos do país.

Rápida em seu prosperar, povoada por “gente boa e gente limpa”, grande populosa e rica, a capitania de Duarte Coelho logo se tornou notável centro de atividade e progresso.

Dela partiram conquistadores de paragens bravias e nela se organizaram expedições que iam a oferecer o generoso sangue pernambucano em prol da causa comum.

Reviver as páginas sugestivas do nosso passado, estudando homens e fatos de nossa história, eis um dos pontos principais do programa da Revista do Norte (In: AZEVÊDO, 1984, p.201).

Vê-se também que o Nordeste é citado de um ponto de vista eminentemente pernambucano: “[...] em retratar a vida dos demais Estados, sobretudo dos deste Nordeste, sempre tão próximos de nós em momentos de paz como por ocasião de lutas reivindicadoras, a Revista do Norte será sempre solícita”. Ou seja, o que torna os outros estados importantes para a revista, um “órgão importante da pregação regionalista e tradicionalista na década de 20 em Pernambuco” (AZEVEDO, 1984, p. 105), não é necessariamente o pertencimento à região Nordeste, mas o fato de gravitarem em torno de Pernambuco.

Mas será a criação do Centro Regionalista do Nordeste que irá consolidar a temática regional naquele estado, dando início, oficialmente, ao movimento Regionalista e Tradicionalista do Recife (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.86) e reforçando cada vez mais a ideia de que o estado estaria na vanguarda deste novo regionalismo. A respeito da reunião de fundação do grupo ocorrida no dia 28 de abril de 1924, uma nota publicada na edição do Diário de Pernambuco do dia 30 afirma: “propõe-se o Centro a exercer viva ação intelectual e social, uma vez congregados em seu seio os elementos mais representativos da cultura do Nordeste. Anima-o largo patriotismo nordestino, que se exprime na defesa das nossas cousas e das nossas tradições [...]”(DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1924, 30 abr., p.1). Tal esforço estaria voltado, ainda segundo a nota, para o “desenvolvimento dos interesses do Nordeste, região cujas raízes naturais e históricas se entrelaçam e cujos destinos se confundem num só”.

No entanto, a lista dos presentes nessa reunião suscita questionamentos sobre o que o autor da nota quis dizer com “elementos mais representativos da cultura do Nordeste”, pois dos seis nomes ali citados todos tinham um forte vínculo com o estado de Pernambuco. Mesmo o único não-pernambucano, o paraibano Odilon Nestor passou parte significativa de sua vida em Pernambuco onde se tornou bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife e onde teve uma atuação importante trabalhando no Jornal do Commercio. Os demais intelectuais presentes eram todos pernambucanos: Amauri de Medeiros, Alfredo Freyre, Moraes Coutinho, Antonio Inácio e Gilberto Freyre.

A situação parece preocupar os fundadores do Centro, de modo que a nota publicada no Diário de Pernambuco do dia 07 de maio, que faz referências à segunda reunião do grupo, ocorrida no dia 05, informa que numa reunião seguinte seriam “discutidos os meios de entrar o grupo organizador em imediato acordo com os elementos representativos do Nordeste, para a definitiva organização do Centro sobre uma base alta e largamente representativa” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1924, 7 mai., p.1).

Além disso, esta segunda nota também apresenta o programa de ação do Centro. Elaborado por Moraes Coutinho, o documento, já em seu primeiro tópico, estabelece que a sede ficaria localizada no Recife antes de esclarecer que caberia ao Centro “desenvolver o sentimento da unidade” do Nordeste, inspirado por um “espírito de comunhão regional” e livre das “injunções das correntes partidárias”. No quarto tópico, sobre aquele que certamente é o principal aspecto político por trás do regionalismo defendido em Pernambuco, o texto afirma: “Perante o governo da União, o Centro defenderá os interesses do Nordeste na sua solidariedade, sem sacrificar as questões fundamentais da região às vantagens particulares de cada Estado” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1924, 7 mai., p.1).

O regionalismo pernambucano, portanto, assume para tentar solucionar o isolamento político e econômico das unidades federativas, num momento de intensa centralização dos poderes da União, a defesa da organização política das regiões e não de estados separados. A proposta fica evidente no programa do centro que, para além do quarto tópico já citado, também proclama um “Centro constituído e organizado dentro do espírito de comunhão regional, aproveitando os bons elementos da inteligência nordestina, com exclusão de qualquer particularismo provinciano, quer quanto às cousas quer quanto às pessoas” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1924, 7 mai., p.1).

E sobre a região que o Centro deseja representar, a segunda nota também traz um dado fundamental para a compreensão dos limites geográficos constitutivos do Nordeste pensado pela intelectualidade pernambucana. Informa o texto que, ao ler o seu ensaio *Pernambuco e o problema sanitário*, o médico sanitarista Amauri de Medeiros trata da questão da saúde “sob um critério rasgadamente nordestino. Não há um problema sanitário pernambucano, alagoano ou paraibano, ou norte-riograndense ou cearense: a ação contra os males epidêmicos, que não conhecem distinções convencionais, deve ser firme e solidamente em conjunto” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1924, 7 mai., p.1). A citação se refere a cinco estados e isolada pode não dizer muito, mas chama atenção porque revela uma definição espacial que regularmente será mencionada em outros textos relacionados ao regionalismo, como no artigo *Pernambuco e o regionalismo nordestino*, de Moraes Coutinho.

Esse texto é uma defesa explícita do regionalismo, que segundo o autor seria responsável no futuro por uma unificação verdadeira do Brasil. Em termos políticos, era contra o federalismo brasileiro que o discurso regionalista em Pernambuco se voltava, um federalismo que sem bases sólidas “acabaria encontrando seu fim”. Para o autor, o federalismo brasileiro seria artificial, sem conexão com a realidade, o que permitia, antes de mais nada, o isolamento dos estados em benefício da “hegemonia transitória de uma ou de outra política local”. E em referência aos efeitos da “política do Café-com-Leite” da República Velha, ele diz estar sacrificado o próprio sentido da nacionalidade neste tipo de sistema. Defende, então, um “federalismo regionalista” ou “federalismo centrípeto”, ao invés do “federalismo centrífugo” até então existente, que beneficiaria apenas São Paulo e Minas gerais, que se colocavam como o centro da República. “A verdadeira unidade nacional será a dos interesses, sentimentos e ideias entre regiões brasileiras autônomas e convergentes. Essa unidade sairá do regionalismo” (In: AZEVÊDO, 1984, p.210).

Em seguida, Moraes Coutinho, para quem a diferenciação regionalista do Brasil era um processo espontâneo de “evolução antropogeográfica”, afirma que este movimento, mesmo que

de forma quase inconsciente e, portanto, sem um sentido político, social ou estético, já estava dissolvendo os “traçados administrativos dos Estados federados” em nome de “organismos políticos mais evoluídos”.

Levando em consideração que o autor publicou o seu texto na revista mensal “Ilustração Brasileira”, do Rio de Janeiro, a capital da República, podemos concluir que a preocupação do autor era de fato suscitar um debate político com abrangência nacional, e neste sentido o regionalismo torna-se uma estratégia de luta contra a centralização de poder nas mãos de uns poucos estados, que não tinham nenhum interesse em satisfazer as necessidades das outras unidades federativas. Percebe-se, assim, que a intenção é a de sensibilizar os demais estados da federação para a importância de uma organização regional que soubesse conduzir os interesses, sentimentos e ideias de cada região de forma autônoma para o benefício de um “justo” federalismo.

E para tanto, Moares Coutinho destaca o Nordeste como “o núcleo de mais intensa diferenciação natural, onde, ainda vago, cada dia melhor se vai definindo um verdadeiro pensamento regionalista” (In: AZEVÊDO, 1984, p.210). E a organização espacial que o ensaio *Pernambuco e o problema sanitário*, de Amauri de Medeiros, sugere, volta a ser enunciada e desta vez de forma mais explícita, pois Moraes Coutinho cita, como representantes do Nordeste, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará; os estados que, segundo ele, seriam a vanguarda do movimento de diferenciação regional em curso no país.

São claras as razões dessa prioridade do Nordeste. Sobre a unidade fundamental do elemento geográfico, talhado em características de relevante expressão, a solidariedade nos grandes acontecimentos históricos como nas menores vicissitudes da evolução social, a operar dentro de uma constituição étnica uniforme, veio, desde cedo, preparando o homem nordestino para uma vida acentuadamente regionalista. O cenário e a história impuseram as primeiras tonalidades à vida local; a população, no seu crescimento vegetativo, sem perturbadoras influências do exterior, longe de perder aqueles reflexos do meio, soube fixá-los na própria estrutura de sua cristalização (In: AZEVÊDO, 1984, p.210-211).

Na época, não existia a definição de Nordeste que hoje existe, com os seus nove estados. Vivia-se um momento de transição entre o desaparecimento da antiga região Norte e a criação do “Nordeste”. Maranhão e Piauí só vieram a compor a região a partir do início dos anos quarenta e Sergipe e Bahia, a partir do final dos sessenta (Cf. VIDAL, 2016). Então, o que chama a atenção é que os regionalistas fazem uma opção por uma determinada geopolítica nordestina, ainda que tenham incertezas sobre as definições geográficas da região:

Se do ponto de vista puramente geográfico deverá estender-se mais longe o contorno do vasto Nordeste brasileiro, o processo regionalista, na sua síntese do meio físico, do elemento étnico e da vida econômica e social, parece localizado nos cinco estados mais orientais.

É, aliás, aí que a imensa região nordestina adquire sua maior unidade expressiva. Modelada em quatro tipos fundamentais de paisagem geológica: a praia, a baixada verde, o sertão e a serra, que se sucede do mar para o interior como irregulares faixas concêntricas, a vária, a inconfundível fisionomia do nordeste revela-se toda aí (In: AZEVÊDO, 1984, p.211).

Depois o autor reconhece que apesar das fortes evidências geográficas, étnicas, econômicas, espirituais, políticas, sociais e estéticas que demonstram já ser o Nordeste um bloco indissolúvel, falta-lhe a consciência disso, “ou melhor, falta-lhe uma orientação voluntária, um programa de vida inspirado na realidade física e moral do torrão. E é esta precisamente a bela tarefa dos filhos do Nordeste, dos seus homens de ação e de pensamento” (In: AZEVÊDO, 1984, p.212). Ou seja, “o Nordeste não é recortado só como unidade econômica, política ou geográfica, mas, primordialmente, como um campo de estudos e produção cultural, baseado numa pseudo-unidade cultural, geográfica e étnica” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 23).

Caberia aos “filhos do Nordeste” definir sua região a partir da repetição regular de enunciados particulares que definiriam o caráter do Nordeste. “Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.24).

Mas o que discursos como os de Moraes Coutinho não conseguiam esconder é que a proposta de se criar um federalismo regionalista carecia de um programa que explicasse como isso funcionaria. “Aprendamos, pois, a viver acima das fronteiras estaduais”, conclui Moraes Coutinho em seu texto. Mas de que forma isso poderia ser operacionalizado? Como conjugar os interesses de estados diferentes dentro de uma região? E como seria a relação entre as diferentes regiões na federação regionalista? Neroaldo Azevêdo, ao analisar o programa do Centro, chama atenção para o fato de “que em nenhum momento se fala da integração das diversas regiões entre si, deixando-se entrever uma posição de defesa na conservação dos valores nordestinos” (AZEVEDO, 1984, p. 144).

Assim, pode-se afirmar que a elaboração da região Nordeste pelos regionalistas pernambucanos ocorre “no plano cultural, mais do que no político. Para isso contribuirão decisivamente as obras sociológicas e artísticas de filhos dessa ‘elite regional’ desterritorializada, no esforço de criar novos territórios existenciais e sociais, capazes de resgatar o passado [...]” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.35). Daí a importância de nomes como Gilberto Freyre, da sociologia e de Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho, do teatro. Mas isso não quer dizer que o regionalismo não resultasse em uma orientação política também.

Em 1920, por exemplo, foi criado no Congresso Nacional, o “Bloco do Norte”, que reunia as bancadas nortistas com o objetivo de unificarem as reivindicações de seus estados².

Neste sentido, o que se pode apreender das ações e dos discursos articulados ao movimento regionalista pernambucano é que está em questão o fortalecimento da região Nordeste, o que sugere sub-repticiamente uma tentativa de deslocamento no centro do poder nacional. Era preciso descentralizar o poder constituído na capital Rio de Janeiro e nos estados de São Paulo e Minas Gerais, em benefício de um novo centro, a se constituir com o processo de regionalização do Nordeste. Isso fica claro na medida em que, dificilmente, os regionalistas falam como o novo pacto federativo constituído a partir de uma organização regional funcionaria. É sempre do Nordeste que falam e de sua importância para a defesa da nacionalidade brasileira. Moraes Coutinho, por exemplo, defendia que estando a unidade brasileira em perigo por conta de um processo civilizatório que estaria deformando o Brasil, caberia ao Nordeste ser “um órgão salutar de reação” a este tipo de civilização, afinal foi esta região que “soube com o lirismo de sua poesia, o liberalismo de sua vida social e o seu ardente idealismo político, criar alguns dos mais belos atributos da brasilidade” (In: AZEVÊDO, 1984, p.212).

E mesmo a proeminência desta região dentro do contexto nacional também seria algo pouco concreto, na medida em que é quase sempre o estado de Pernambuco o foco do olhar regionalista pernambucano. Pernambuco se constitui, em seus discursos, como um centro irradiador responsável por despertar a consciência regionalista na região e, neste sentido, caberia àquele estado a missão de defender e consolidar a causa regionalista. E as razões seriam encontradas na sua própria história, afinal, Pernambuco, pela sua posição de vanguarda cultural, econômica e política desde os tempos coloniais e imperiais, teria sido decisivo para uma unidade de pensamento nordestino.

Pernambuco não pode destituir-se de sua grande missão de estimular e orientar. Cabe-lhe o dever de conservar erguida a bandeira regionalista. Ao lado de seu exaltado patriotismo nacional, tão nobremente afirmado, mesmo no momento dos grandes sacrifícios e dos supremos abandonos, como em 1817 e 1824, Pernambuco deve dar o exemplo de um esclarecido patriotismo regional.

Durante os quatro séculos de existência brasileira, tem sido Recife, por assim dizer, a capital moral do Nordeste, seu grande centro econômico, seu foco de cultura e vida política. Ainda hoje, à heróica capital pernambucana vêm convergir as mais belas energias da região, num esforço comum de trabalho e civilização, em que em vão se procuraria a procedência dos elementos diversos (In: AZEVÊDO, 1984, p.212-213).

Gilberto Freyre, por sua vez, no artigo *Do bom e do mau regionalismo*, publicado na Revista do Norte, em 1924, demonstrando preocupação com o que ele chama de “tirania do

exótico”, ou seja, o hábito de se interessar por elementos culturais alheios a uma região com o consequente desinteresse pela cultura e tradições desta última; celebra a reação regionalista que estaria se levantando em Pernambuco. E logo em seguida defende que Recife não deveria imitar o Rio de Janeiro, onde o *haussmannismo* reduziu a cidade a um “amontoado inexpressivo de construções”. Imitar aquela cidade, conclui Freyre, “será para o Recife o sacrifício da personalidade própria e um modelo que já em si é incolor, indistinto, inexpressivo” (In: AZEVÊDO, 1984, p.219).

Novamente, o foco do regionalismo pernambucano é Pernambuco. No texto se destaca o seu pioneirismo na luta pela consciência regionalista e sua capital Recife, para logo em seguida o tema da unidade brasileira vir à tona acompanhado pelos mesmos argumentos que animavam a retórica de Moraes Coutinho: “Cuido que as diferenciações regionais, harmonizadas, serão no Brasil a condição para uma pátria interdependente na suficiência econômica e moral do seu todo” (In: AZEVÊDO, 1984, p.219).

E a ideia não era nova. Freyre cita Sílvio Romero quando este argumenta que o progresso do Brasil no futuro será resultado do desenvolvimento autônomo de suas províncias e que por essa razão “os bons impulsos originais que nelas aparecem devem ser secundados, aplaudidos... Não sonhemos com um Brasil uniforme, monótono, pesado, indistinto, nulificado, entregue à ditadura de um centro regulador de ideias [...]” (In: AZEVÊDO, 1984, p.219). Portanto, o que os regionalistas faziam neste caso, era atualizar uma ideia que já tinha uma história em Pernambuco, por meio da proposta de integração do novo regionalismo.

E por fim, pode ser encontrado no texto outra evidência daquilo que seria o papel de Pernambuco no novo federalismo defendido pelos regionalistas. Ao se referir às contribuições que a cultura brasileira poderia receber da região, Freyre parece confundir os destinos de Pernambuco com os do próprio Nordeste: “Pernambuco ou, antes, o Nordeste, deve trazer à cultura brasileira uma nota distinta, um impulso original, uma criação sua”. Circunstância comum em Pernambuco, pois, como já foi dito, não são poucos os enunciados encontrados em vários tipos de discursos produzidos por sujeitos bem diferentes, que parecem confundir aquilo que diz respeito à Pernambuco com aquilo que diz respeito ao Nordeste.

Desta forma, também poderíamos citar o *Livro do Nordeste*, obra de 1925, publicada nas comemorações para os cem anos do jornal Diário de Pernambuco. Na sua introdução, Freyre deixa ainda mais evidente a projeção que os regionalistas pernambucanos fazem dos valores de Pernambuco sobre o Nordeste. Embora o autor informe que o livro fixa ou comenta “aspectos e tendências da vida brasileira em geral e da nordestina em particular” e que ele seja um “pequeno inquérito às tendências da vida nordestina – a vida de cinco ou seis estados cujos

destinos se confundem num só e cujas raízes se entrelaçam”, é apenas do passado pernambucano que ele fala. “Para Freyre, o Nordeste voltaria a ser uma região criadora, desde que recuperasse suas tradições e praticasse o verdadeiro regionalismo, não o estadualismo. É clara a intenção do autor em unificar o discurso regional em torno de Pernambuco” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.89).

Do Nordeste há decerto a fixar, no interesse comum de toda a tradição brasileira a memória de um glorioso conjunto de afirmações de brio e de energia construtora. Pode-se dizer que aqui se escreveu a sangue o sobrescrito ou o endereço da nacionalidade brasileira. Avivou-se aqui o espírito hispânico, o sentimento católico, no embate áspero com os holandeses; aqui padres ideólogos e senhores de engenho conspiraram pela liberdade do Brasil numa revolução cheia de beleza moral; daqui nasceu a literatura brasileira no verbo quinhentista de Bento Teixeira Pinto e do fidalgo Jorge de Albuquerque; daqui desabrocharam pelo Brasil ciências e artes da renascença, sob a proteção liberalmente principesca de Maurício de Nassau; daqui Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Bispo de Olinda, levantou a voz, a grande voz ortodoxa, na defesa da Igreja de Jesus Cristo e contra as usurpações do liberalismo tirânico; aqui nasceu e desenvolveu-se o gosto especulativo aguçado talvez pela natureza severa e acre do “agreste”, o homem que no Brasil mais dignidade deu ao esforço de pensar – Farias Brito, daqui partiram, na voz sedutora de Joaquim Nabuco, os mais belos clamores contra a escravidão. E é no Nordeste, tão intimamente ligado aos começos da nacionalidade, que se refugia agora, como uma vez notou Oliveira Lima, “a alma do Brasil, manchada e irritada do crescente desapego a que assiste em outras partes do país, meio açambarcadas pelos estrangeiros, aquilo que representa o tesouro das nossas reminiscências de pátria, em seu aglomerado de trabalhos e de glórias” (LIVRO DO NORDESTE, 1925).

Oito meses antes, em nota jornalística referente a mais uma reunião do Centro Regionalista, uma evidência denuncia o descontentamento de alguns regionalistas, que pareciam considerar a atuação do Centro limitada em sua prática e em sua perspectiva. A partir dela, pode-se inclusive relativizar a importância de Gilberto Freyre enquanto liderança dentro do Centro, já que partiu dele a proposta de sua dissolução, justificada pelo que seria inércia. “Baseava-se a proposta em parecer o Centro, pela sua natureza e fins, exagerada antecipação ao estado mental e social do Recife, cujas necessidades são supridas pelas associações há anos existentes” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1925, 5 mar., p.1). O que se pode perceber na nota é que há uma compreensão segundo a qual existiria um Centro Regionalista, que deveria estar voltado para as questões de todo o Nordeste, mas que na prática estaria se voltando para uma cidade, a capital pernambucana, que por sinal parecia prescindir de tal apoio ideológico.

A mesma nota informa ainda que houve reações à proposta de Freyre. Moraes Coutinho, por exemplo, teria combatido-a vigorosamente e concluído a sua argumentação propondo a organização de um congresso coerente com o programa do Centro: aquele que seria o I Congresso Regionalista. Sete dias depois, no dia 12 de março de 1925, o Diário de Pernambuco informa uma nova reunião. Nesta “o dr. Moraes Coutinho lembrou a importância do próximo Congresso Regionalista que será provavelmente em setembro deste ano, e cujo fim é a maior

unificação intelectual, econômica, etc., do Nordeste brasileiro” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1925, 12 mar., p.1). Na ocasião, Gilberto Freyre estava preparando um inventário de receitas de bolos e quitutes do Nordeste, trabalho para o qual pedia a colaboração dos colegas de Centro. O sr. Julio Belo disse que poderia contribuir com relação à doceria dos engenhos do sul de Pernambuco e Odilon Nestor falaria das receitas do sertão da Paraíba. Nas reuniões, parecia continuar o problema da pequena representatividade do Centro com relação aos assuntos do Nordeste, apesar da contínua defesa por um Nordeste unido, acima dos interesses estaduais como estava proposto no programa do Centro.

Além disso, outra circunstância que merece uma reflexão é a simpatia que Gilberto Freyre dedica a uma revista produzida por um grupo de jovens de Belo Horizonte, intitulada *A Revista*. De imediato, Freyre reconhece que trata-se de um empreendimento regionalista e chega até a identificar o seu programa de ideias e de ação com o Centro Regionalista do Nordeste. Até aí, nada de estranho se pensarmos que a proposta dos regionalistas pernambucanos era difundir pelo país uma consciência regionalista. O problema é que *A Revista* defendia “uma Minas mineira, que se desenvolva dentro do espírito do seu passado, contribuindo com a sua forte originalidade local para a riqueza do conjunto brasileiro; para a harmonia do todo brasileiro” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1925, 11 out.), ou seja, a ideia de que as regiões devem estar acima dos interesses dos estados, que tanto animava os regionalistas pernambucanos parece ignorada no texto de Freyre, que faz uma única ressalva à proposta do grupo mineiro e esta diz respeito ao caráter político que ele deposita em sua revista. A proposta de intervenção na vida política seria, para Freyre, o que afastaria os mineiros do Centro Regionalista do Nordeste.

O que a identificação que Freyre estabelece entre *A Revista* e o Centro Regionalista do Nordeste parece deixar escapar é uma contradição fundamental no discurso e na prática dos regionalistas pernambucanos: a de falarem em nome de uma região quando na verdade emitem saberes sobre um estado. A defesa de uma mineiridade, neste sentido, encontraria entre os regionalistas pernambucanos boa acolhida, em grande medida, porque é da pernambucanidade que eles estariam falando o tempo todo.

Assim, com base no conceito de *Orientalismo*, usado por Edward Said para tratar da invenção do Oriente pelo Ocidente, poderíamos compreender o regionalismo pernambucano como um modo de abordar o Nordeste, que tem como fundamento o lugar especial do Nordeste na experiência dos pernambucanos³. Seria, portanto, uma “*distribuição* de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos”⁴ que contribuiu com a invenção da região Nordeste e de suas tradições. Com isso, o regionalismo pernambucano foi importante para a invenção de uma cultura, segundo a concepção de *invenção*

da cultura de Roy Wagner, para a qual, ao estudar uma cultura, um antropólogo não está apenas descrevendo o seu funcionamento, ele está inventando-a, uma “invenção como um processo que ocorre de forma objetiva, por meio de observação e aprendizado, e não como uma espécie de livre fantasia” (WAGNER, 2012, p.43).

Um antropólogo *experencia*, de um modo ou de outro, seu objeto de estudo; ele o faz através do universo de seus próprios significados, e então se vale dessa experiência carregada de significados para comunicar uma compreensão aos membros de sua própria cultura. Ele só consegue comunicar essa compreensão se seu relato fizer sentido nos termos de sua cultura (WAGNER, 2012, p.41).

E tal como o orientalismo, o regionalismo também foi veiculado com motivações culturais e políticas. Para compensar a perda de uma condição econômica e política favorável, resultado da crise da economia açucareira e do deslocamento do centro de poder, de Salvador para o Rio de Janeiro, a ênfase na organização de regiões acabou sendo uma forma de recolocar Pernambuco numa posição de centralidade, já que na região Nordeste poderia, alegando razões históricas, econômicas e culturais se colocar numa posição privilegiada, reivindicando para si o status de centro de uma região rica culturalmente, afinal, “não são mais os fatores naturais que definem, que dão identidade, que estão na origem da região. São os fatos históricos e, principalmente, os de ordem cultural que marcariam sua origem e desenvolvimento como ‘consciência’” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.76). Assim, combatia-se um federalismo centrífugo, mas o que parecia estar se propondo era um regionalismo igualmente centrífugo. Mas os dilemas também ameaçavam a própria identidade pernambucana, entendida e defendida por muitos como algo dotado de uma essência que deveria ser preservada.

[...] a recessão na vida econômica em Pernambuco compunha bem a moldura para o quadro de defesa dos valores regionais, quer numa atitude de autocomiseração, quer numa atitude reivindicatória, tendentes ambas a ver no passado da região, marcado pela prevalência dos valores da vida rural em oposição à vida urbana, o ideal que desaparecia e queurgia restaurar (AZEVEDO, 1984, p 99).

Pernambuco aos poucos também ia se transformando, tornando-se estranho a si mesmo. Segundo Gadiel Perruci, as novas tecnologias introduzidas na produção do açúcar, com o aparecimento das usinas, provocaram mudanças significativas na economia rural e em decorrência disso, trabalhadores rurais, em grande quantidade, saíram do campo para viverem no Recife. Essa desarticulação da economia rural, do ponto de vista político, provocou também um progressivo enfraquecimento das oligarquias coronelísticas. Além disso, o Recife, entre os anos de 1930 e 1950, vivenciou um crescimento demográfico relativamente maior do que no Brasil inteiro e isso estimulou “um relativo crescimento de certos ramos industriais” (PERRUCCI,

1984, p. 21-22). Essa indústria local era predominantemente de tipo tradicional, têxtil e alimentícia (MARANHÃO, 1984, p.128).

As transformações que se observam nesse período atestam uma valorização da vida urbana em oposição aos valores da vida rural. E o que seria mais grave, atestam a valorização gradativa de expressões culturais vindas de fora de Pernambuco, de fora do Nordeste e até mesmo de fora do Brasil. Valdemar de Oliveira, por exemplo, um intelectual e artista que se tornou um símbolo de erudição e elegância da elite econômica recifense se refere, desta forma, aos anos de 1920: “Para mim e para o Recife, os idos de 24/ 27 foram uma ‘belle époque’ [...] O jazz invadia as orquestras. Nos teatros, as últimas novidades na opereta e na revista. O governo Sergio Loreto agitava a vida social; o progresso era intenso; o dinheiro fácil” (OLIVEIRA, 1985, 49). Valdemar de Oliveira, portanto, mesmo tendo sido um defensor das tradições, demonstra ter sido entusiasta de um estilo de vida urbano e burguês que muito se beneficiava da modernidade capitalista.

No entanto, essa modernidade capitalista era a mesma que atestava a força econômica e política de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo e por isso despertou também reações exacerbadas em Pernambuco e, no limite, o regionalismo pernambucano acabou gerando posições extremas baseadas em ideias bairristas e separatistas. No periódico “Frei Caneca”, de outubro de 1927, por exemplo, o artigo *Bairrismo*, assinado por J.V. é uma amostra da dimensão de um pensamento que embora não tenha sido hegemônico no estado, é revelador no sentido de sugerir os possíveis efeitos do regionalismo em Pernambuco. Partindo do princípio de que o bairrismo é uma virtude, o texto já se inicia considerando Recife uma cidade bairrista “como todo o povo do mundo, mas uma vez por outra aparecem os esmorecidos a achar que isto aqui não tem mais jeito” (AZEVEDO, 1984, p.249). Em seguida, segue defesa das potencialidades locais contra a influencia negativa dos “esmorecidos”, que tendem a dissolver energias, favorecendo assim a hegemônica condição do Rio de Janeiro, para onde muitos pernambucanos sem perspectivas acabam indo.

Finalmente, o artigo atribui ao jornal “Frei Caneca” a capacidade de transformar essa situação, combatendo a influencia dos esmorecidos e fazendo cessar o êxodo que só prejudica Pernambuco, e conclui: “O povo pernambucano tem coragem de enfrentar a vida e valor para triunfar nela. É questão só de despertar-lhe certas energias que estão adormecidas. Nada de Rio. De agora em diante o que é Pernambuco, é de Pernambuco, por Pernambuco e em Pernambuco” (AZEVEDO, 1984, p.249).

Mas esse, mesmo que seja um dos desdobramentos possíveis do esforço desse novo regionalismo que vinha se afirmando desde o início da década em Pernambuco, evidentemente,

não é a posição dominante entre os regionalistas pernambucanos. É comum encontrar nos seus textos a preocupação em tentar dissuadir aqueles que os acusam de separatistas e bairristas. Na edição do Diário de Pernambuco de 07 de fevereiro de 1926, ou seja, do dia da abertura do I Congresso Regionalista do Nordeste, Freyre defende que a verdadeira ideia regionalista não deve ser confundida com “separatismo”, “caipirismo” ou “bairrismo”. Mas também ataca a centralização de poderes que ocorria na época, identificada por ele como “tirania do Rio de Janeiro” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1926, 7 fev., p.3). Para Freyre, O Congresso que se iniciava seria importante porque poderia esclarecer a ação regionalista, ainda pouco compreendida e julgada superficialmente, e a ideia regionalista que não era nova, mas que pela primeira vez adquiria “sentido prático, claro e feliz ‘aperçu’”.

O próprio Congresso Regionalista do Nordeste, realizado entre os dias 7 e 11 de fevereiro de 1926, fez questão de evidenciar que suas atividades não tinham nada a ver com “separatismo”. Na edição do dia 9 de fevereiro do Diário de Pernambuco, que fez ampla cobertura do evento, divulgando diariamente notícias em matérias que se assemelhavam a uma verdadeira ata das atividades do congresso, é possível perceber tal preocupação a partir das palavras proferidas por Moraes Coutinho durante a cerimônia de abertura do evento, pelas quais foram apresentadas o programa do movimento regionalista. Informa o jornal que o orador deixou clara “a distinção entre regionalismo e separatismo; recordando o conceito de Alberto Torres sobre a irreabilidade da federação do Brasil, mostrou que o regionalismo era uma força, um movimento, no sentido da verdadeira e sincera federação brasileira” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1926, 9 fev., p.4).

Neste sentido, Moraes Coutinho demonstra ainda ter as mesmas convicções que demonstrara ao elaborar o programa do Centro Regionalista e o artigo *Pernambuco e o regionalismo nordestino*, ambos de 1924. Continuava, portanto, acreditando que seria o regionalismo capaz de realizar o verdadeiro federalismo brasileiro, ou seja, que o país deveria se organizar a partir de regiões e não dos Estados.

O que não parece se confirmar é uma indiscutível adesão ao Congresso. A questão é de alguma forma sugerida no discurso de Amauri de Medeiros durante o jantar que marcou o encerramento do I Congresso Regionalista do Nordeste. Diz o orador:

Conversemos um pouco vagamente sobre as preocupações que nos prenderam nestes fugazes dias de convívio, nisto que nós estamos chamando, talvez um pouco enfaticamente, Congresso Regionalista do Nordeste.

Convém, entretanto, que assim seja, esta ênfase precisa continuar, as coisas não valem somente pelo aparato de sua força material, as boas ideias também têm sua força, há palavras que trazem em si energias latentes que têm o poder de despertar outras energias mais vivas e mais positivas.

Este 1º Congresso Regionalista do Nordeste é uma sementeira feita ao vento (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1926, 12 fev.).

O discurso parece reconhecer os limites de um Congresso que queria ser representativo para uma consciência que deveria orientar todo o Nordeste. Entende, afinal, que o Congresso, se não foi aquilo que se pretendia, poderia ser ao menos uma motivação.

Amauri de Medeiros sugere uma maior importância ao regionalismo nordestino frente aos outros. O regionalismo nordestino, em sua opinião, seria uma “forma nítida e apurada de patriotismo” e por isso independentemente dos limites do Nordeste ou do local de nascimento:

[...] venha de onde vier, será regionalista nordestino todo aquele que quiser colaborar conosco no nosso objetivo nacionalista. Venha de Minas, do Rio Grande do Sul ou do Amazonas; do Centro, do Sul ou do Norte, são regionalistas todos aqueles que sentirem conosco a necessidade que tem o Brasil de batalhar pelos nossos objetivos (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1926, 12 fev.).

Mas o grande legado do Congresso foi o seu pretenso manifesto, que teria sido escrito por Gilberto Freyre. Sem nenhuma referência a sua existência até 1950, pois nem mesmo os jornais da época o mencionam (Cf. AZEVÊDO, 1984, p. 151), foi em 1951, quando aconteceu a comemoração pelos 25 anos do Congresso, no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Sociais, que o documento foi revelado, precisamente no dia 20 de março. Durante o citado evento comemorativo, afirmou Freyre: “O manifesto que se segue foi lido no Primeiro Congresso de Regionalismo que se reuniu na cidade do Recife, durante o mês de fevereiro de 1926 e que foi o primeiro do gênero, não só no Brasil como na América [...]” (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 12).

Em 1952 ele foi então publicado em primeira edição pela editora Região, de Recife, com o título “Manifesto Regionalista de 1926”. Em 1953, uma nova edição, dessa vez pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, e em 1955, sua terceira edição, pelo Serviço de Documentação do Ministério de Educação e Cultura; sempre com o título original. Mas surgiram dúvidas sobre a autenticidade do manifesto:

As afirmações de Gilberto Freyre ganharam foros de verdade, levando praticamente todos os críticos que se ocuparam da questão a, fundamentados no depoimento do autor, considerarem o texto como realmente da época, atribuindo-lhe uma importância histórica de documento básico do movimento regionalista na década de 20.

E acrescenta-se ainda que no prefácio àquelas edições afirma Gilberto Freyre, entre outras coisas, que fez “pequenos acréscimos à reconstrução do manuscrito há anos abandonado” e que o texto foi “só em parte publicado no *Diário de Pernambuco*”. Informa também a intenção de publicar “breve” as “teses apresentadas nas comissões ou lidas em plenário”, porque “a papelada existe”, não tendo sido tudo publicado na época “pois faliu o velho Banco, em que estava depositado o dinheiro do Centro”.

Foi Wilson Martins quem, em seu *O Modernismo*, em 1965, à página 113, lançou dúvidas sobre a data da elaboração do manifesto, em função do estilo (“a julgar pelo

estilo, o autor praticamente reescreveu o seu trabalho”) e da negligência de Gilberto Freyre em relação ao texto [...] (AZEVEDO, 1984, p. 152-153).

Gilberto Freyre parece ter sido atingido pelas questões apresentadas e já na quarta edição do seu texto, em 1967, o título passa a ser “Manifesto regionalista”, ou seja, aparece com uma reveladora alteração, já que o “1926” desaparece e sem que o autor ofereça qualquer justificativa (AZEVEDO, 1984, p.153). Mas Freyre acabou esclarecendo algum tempo depois o significado de seu manifesto, admitindo que os pronunciamentos eram de 1926, mas que a redação era mesmo de 1952 (AZEVEDO, 1984, p.153).

De fato, algumas questões levantadas no Congresso e noticiadas pela imprensa estão presentes no Manifesto como, por exemplo, suas ideias a respeito da culinária nordestina. Informa a edição do Diário de Pernambuco, de 09 de fevereiro que “o sr. Gilberto Freyre traça o histórico da cozinha nordestina, destacando-a como uma das três grandes tradições de glutoneria no Brasil. As outras duas são a mineira e a baiana” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1926, 9 fev.). Já o manifesto afirma “Três regiões culinárias destacam-se hoje no Brasil: a Baiana, a Nordestina e a Mineira” (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 31).

No entanto, apesar da preservação de algumas questões debatidas no congresso, o que a iniciativa de Gilberto Freyre sugere é uma disputa pela memória do Congresso de 1926, afinal, na tentativa de simular um manifesto que teria sido lançado na época, podemos pensar na centralidade que Freyre gostaria de dar às suas próprias ideias na época e numa tentativa de apropriação do evento, já que o sociólogo procura colocar-se como um porta-voz único e privilegiado.

Neste sentido, alguns significados do movimento ocorrido nos anos vinte foram alterados. Se no início Freyre e seus companheiros acusavam o modernismo de ser um movimento “desnacionalizador”, após os anos quarenta, década em que se consagra o modernismo, ele tentará “trazer para si o mérito de ter chamado atenção para uma necessidade de renovação das artes nacionais, ainda antes de 1920” e passou a considerar o seu movimento como regionalista, tradicionalista e, a seu modo, “modernista” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.88-90). No discurso que antecede a leitura do Manifesto Regionalista, Freyre chega a afirmar que: “Foi em dias já remotos o empenho dos Regionalistas ao mesmo tempo tradicionalistas e modernistas do Recife. Empenho que os levou a considerar de modo sistemático problemas como o de planejamento regional. A concitarem em arte o modernismo com o tradicionalismo” (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 11).

Por outro lado, também fica evidente, mais uma vez, a centralidade dada a Pernambuco. Freyre, afinal, parece reconhecer, após 25 anos, que o congresso não foi tão representativo do ponto de vista regional. Logo na apresentação que faz para a terceira edição do “Manifesto Regionalista”, Freyre reconhece que no início dos anos 1950 o Congresso era um acontecimento esquecido (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 6) e que o Regionalismo, que antes seria uma “consciência regional”, aparece agora como uma criação “realizada por um grupo de homens do Recife”, ou seja, como um “Regionalismo do Recife” (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 7).

Recife, então, nas palavras de Freyre, se torna a “toca de regionalistas”, um lugar privilegiado dentro do qual as pessoas podem verdadeiramente não apenas sentir o regionalismo, mas se tornarem regionalistas, como o que aconteceu com Manuel Bandeira que “tornou-se por algum tempo um Regionalista de corpo inteiro, tendo feito seu noviciado do modo mais prático, isto é, vindo ao Recife, metendo-se numa toca de Regionalistas [...]” (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 8). Sobre isso, afirma Durval Muniz:

Na verdade, o “intelectual regional”, “o representante do Nordeste”, começa a ser forjado quando filhos dos grupos dominantes nos Estados convergiam para Recife, por este ser, além de centro comercial e exportador, centro médico, cultural e educacional de uma vasta área do “Norte”. A Faculdade de Direito do Recife e o Seminário de Olinda eram os locais destinados à formação superior, bacharelesca, das várias gerações destes filhos de abastados rurais. Desde o século XIX, estas instituições se constituíam em lugares privilegiados para a produção de um discurso regionalista e para a sedimentação de uma visão de mundo comum (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 71).

Outro aspecto que também chama a atenção é que Freyre se refere ao Congresso não como um “Congresso Regionalista do Nordeste”, como era a definição dele nos anos vinte, mas como “Congresso de Regionalismo” de Recife. O próprio Movimento Regionalista, no Manifesto, também ganha um centro bem preciso como é possível perceber a partir das primeiras linhas do prefácio da obra, em que o autor, cujas iniciais são A. R., refere-se a ele como “Movimento Regionalista do Recife” (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 3).

Não que o manifesto tenha abandonado de vez a citação a outros estados ou tenha assumido um discurso bairrista. Ele na verdade ainda defende o federalismo regionalista como havia sido proposto pelo Centro Regionalista nos anos vinte, contra todos os estrangeirismos que prejudicariam aquilo que deveria ser a verdadeira união nacional, do “afrancesamento” da corte à “ianquização” da República, esta última, que teria feito as províncias serem substituídas pelos estados que passaram a lutar entre si, com claros benefícios para os estados maiores e ricos (Cf. MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 17).

Freyre, então, lamenta que as regiões tenham sido esquecidas, quando em sentido contrário, a preocupação de todos deveria ser com uma articulação interregional. Para ele, estadistas e legisladores deveriam lembrar que governam regiões e que legislam para regiões interdependentes. “União” e “Estado”, neste sentido, apesar de necessários, seriam apenas ficções. “O conjunto de regiões é que forma verdadeiramente o Brasil. Somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de ‘Estados’, uns grandes, outros pequenos, a se guerrearem economicamente [...] num jogo perigosíssimo para a unidade nacional” (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 18).

E depois de criticar o eixo Rio-São Paulo por estar descaracterizando a cultura brasileira com o seu apego às “novidades estrangeiras”, Freyre enfatiza a contribuição que os valores e tradições nordestinos dão para a nacionalidade brasileira. Para ele, era verdade que não haveria região brasileira que superasse qualitativamente o Nordeste em tradições e caráter. “Vários dos seus valores regionais tornaram-se nacionais depois de impostos aos outros brasileiros menos pela superioridade econômica que o açúcar deu ao Nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral e pela fascinação estética dos mesmo valores” (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 19).

A dinâmica do discurso de Freyre vai, portanto, da crítica ao federalismo brasileiro, representado pela força de estados como o Rio de Janeiro e São Paulo à defesa de uma articulação regional que beneficiaria uma verdadeira união nacional. Neste percurso, no entanto, ele só destaca o Nordeste, chamando a atenção para a sua capacidade de irradiar valores que verdadeiramente trariam para o país uma identidade legítima. Não é difícil neste caso perceber que a posição do Nordeste nesta proposta de federalismo regionalista seria central, ocupando, a região, uma condição de liderança por ser a região que melhor compreenderia e sentiria a consciência regionalista.

Essa é uma característica do novo regionalismo: o espaço onde é produzido o discurso torna-se o ponto de referência fundamental para se pensar o país, o que leva, sobretudo, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife a se colocarem “como centro distribuidor de sentido em nível nacional [...] Muitas vezes o que se descreve são aspectos, costumes encontrados em um Estado ou uma área que são apresentados e descritos como ‘costumes do Norte ou do Nordeste’ ou ‘costumes de São paulo’” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.42). No fragmento a seguir, por exemplo, Freyre adota o Nordeste como o centro:

o Nordeste tem o direito de considerar-se uma região que já grandemente contribuiu para dar à cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade e não apenas doçura ou tempero. Com Duarte Coelho, madrugaram na Nova Lusitânia valores europeus, asiáticos, africanos que só depois se estenderam a outras regiões da América Portuguesa. Durante a ocupação holandesa, outros valores aqui surgiram ou foram

aqui recriados para benefício do Brasil inteiro. Apenas nos últimos decênios é que o Nordeste vem perdendo a tradição de criador ou recriador de valores [...] (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 20-21).

Mas esse Nordeste se limita à Pernambuco. Freyre destaca uma região para enfatizar um estado apenas, aquele que teria uma posição privilegiada e que desde o final do século XIX vinha perdendo prestígio frente aos novos ordenamentos político-econômicos estabelecido pelos pactos da República brasileira. Mesmo que fossem retiradas as citações a Duarte Coelho e à ocupação holandesa, dificilmente outro estado nordestino poderia se identificar com tal citação. Mas caso existam dúvidas, em outro momento do manifesto, o autor diz à respeito da culinária nordestina, que foi na cozinha do Nordeste agrário que as influências portuguesa, africana e ameríndia melhor se harmonizaram. E conclui afirmando, em elogio à Pernambuco, que neste Nordeste não haveria “excesso português como na capital do Brasil nem excesso africano como na Bahia nem quase exclusividade ameríndia como no extremo Norte, porém equilíbrio. O equilíbrio que Joaquim Nabuco atribuía à própria natureza pernambucana” (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 33).

Neste sentido, é importante perceber que o regionalismo pernambucano sempre esteve voltado para o passado e para a memória. Não por acaso, uma das comissões que atuaram no Congresso de 1926, explicitamente, defendia que a *memória* deveria ser objeto de estudo para o Congresso (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1926, 10 fev.). Seria, portanto, a memória o princípio que nortearia a consciência regionalista. A reivindicação, portanto, era por um Nordeste que precisava voltar a ser “grande” porque já fora um dia e ela encontra, evidentemente, em um passado fixo e monumentalizado, a razão maior de uma defesa pelos valores regionais, não no presente, que precisaria ser obstruído ou negado pela memória.

O Nordeste merece destaque não por ser uma vanguarda para os novos tempos, mas porque representaria uma continuidade num tempo de incertezas e mudanças que colocariam a unidade e a identidade do Brasil em risco. Contra essa “fera que engole tudo”, os regionalistas propunham um tempo “estático, linear, evolutivo; um tempo em repouso” que só poderia ser compatível, evidentemente, com um espaço “repositório da memória e *locus* da eternidade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 173- 174).

Para Freyre, o ponto de vista regional devia nortear os estudos de sociologia e história, porque a noção de região é aproximada à de meio ou local, hábitat, um espaço da natureza sem o qual era impossível pensar a sociedade. A região é vista como a unidade última do espaço. Um espaço genético, fundante de qualquer atividade humana. Como ele mesmo define sai sociologia como uma sociologia genética, a região vai surgir, ao lado da tradição, como pontos de partida para qualquer trabalho de interpretação de nossa sociedade. Seu trabalho seria a extensão ou ampliação de uma memória ou de uma experiência pessoal, bem como da memória e experiência de um dado grupo e de um dado espaço (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.94).

Assim, o Nordeste pensado a partir do regionalismo pernambucano dificilmente não seria baseado nas reminiscências próprias dos pernambucanos, em memórias que funcionam como enciclopédias ricas em experiências passadas e capazes de inventariar outras possíveis (Cf. CERTEAU, 1994, p. 158), como a de Gilberto Freyre, que acabou dando ao Congresso Regionalista um manifesto “fictício”. Quando evocam o Nordeste é de Pernambuco que falam. O regionalismo pernambucano, portanto, é centrífugo. É uma consciência que vai do geral ao particular, de uma valorização da região a uma identificação com valores próprios do estado de Pernambuco.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2. ed, Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Tempo, a fera que engole tudo: a visão tropicalista do nordeste. In: _____. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008, p.164-181.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e Regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 9. ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 30 abr. 1924, p.1.

_____. Recife, 7 mai. 1924, p.1.

_____. Recife, 5 mar. 1925, p.1.

_____. Recife, 12 mar. 1925, p.1.

_____. Recife, 11 out. 1925.

_____. Recife, 7 fev. 1926, p.3.

_____. Recife, 9 fev. 1926, p.4.

_____. Recife, 10 fev. 1926.

_____. Recife, 12 fev. 1926.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

LIVRO DO NORDESTE. Recife: Oficinas do Diário de Pernambuco, 1925.

MANIFESTO REGIONALISTA DE 1926. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

MARANHÃO, Sílvio. Desenvolvimento econômico e poder político: algumas reflexões sobre o caso do Nordeste brasileiro, 1930-1975. In: MARANHÃO, Sílvio (org.). *A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.117-132.

OLIVEIRA, Valdemar de. *Mundo submerso*. 3. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985 [1974].

PERRUCCI, Gadiel. A formação histórica do Nordeste e a Questão Regional. In: MARANHÃO, Sílvio (org.). *A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.11-30.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VIDAL, Francisco Baqueiro. Um caso clássico de subdesenvolvimento regional revisitado: notas sobre a formação social e econômica do Nordeste brasileiro. *Observa Nordeste*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 23p. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/fvidal3.pdf>. Último acesso: 12 fev. 2016, p.11-13.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

Enviado em 01 de agosto de 2018

Aceito em 18 de junho de 2019

¹ O regionalismo surge na segunda metade do século XIX, fortemente influenciado pelo naturalismo, e se caracterizava, neste momento, “pelo seu apego a questões provincianas ou locais, já trazendo a semente do separatismo” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.47). Na época, Norte e Sul eram totalmente estranhos um para o outro e suas diferenças eram consideradas reflexos da natureza. Já o novo regionalismo, que se consolida na década de 1920, “busca o agrupamento em torno de um espaço maior, diante de todas as mudanças que estavam destruindo as espacialidades tradicionais [...] Diante da crescente pressão para se conhecer a nação, formá-la, integrá-la, os diversos discursos regionais chocam-se, na tentativa de fazer com que os costumes, as crenças, as relações sociais, as práticas sociais de cada região que se institui neste momento, pudessem representar o modelo a ser generalizado para o restante do país, o que significava a generalização de sua hegemonia” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.47-48).

² Sobre o assunto, ver Albuquerque Júnior (2001, p.70-71).

³ O texto original diz respeito ao Orientalismo, “um modo de abordar o Oriente que tem como fundamento o lugar especial do Oriente na experiência ocidental europeia” (SAID, 2007 p.27).

⁴ Ainda com base no Orientalismo de SAID (2007, p.40).

SEXUALIDADE E CONTROLE DE NATALIDADE: DO VATICANO PARA O BRASIL - ENTRE 1960 E 1980

SEXUALIDAD Y CONTROL DE LA NATALIDAD: DEL VATICANO HACIA BRASIL - ENTRE LOS AÑOS 1960 Y 1980

Reinaldo Batista Cordova*

Resumo: Uma das maneiras da Igreja Católica se legitimar era apresentar como defensora das pessoas e da humanidade. A partir desta prerrogativa estabeleceu normas sobre a sexualidade e a reprodução humana, para assegurar o pleno desenvolvimento da humanidade e da sociedade. Considerando estes fatos, religiosos e leigos se dedicaram a expor o Magistério Católico, como meio de salvação de suas almas; ditando o que consideravam a verdadeira sexualidade e o papel do controle de natalidade para si e para o coletivo. Nesse sentido, seria possível encontrar o significativo papel da Igreja (Santa Sé) na produção de enunciados e da Igreja brasileira de intérprete de tais declarações, como algumas das principais autoras de normativas sobre sexualidade e a regulação da natalidade entre as décadas de 1960 e 1980.

Palavras-chave: Catolicismo; Igreja; Natalidade; Brasil; CNBB

Resumen: Una de las maneras de la Iglesia Católica legitimarse ha sido presentándose como defensora de las personas y de la humanidad. A partir de esa concepción estableció normativas acerca de la sexualidad y de la reproducción humana, para asegurar el pleno desarrollo de la humanidad y de la sociedad. Considerando estos hechos, inúmeros laicos y principalmente religiosos se han dedicado a enseñar el Magisterio Católico como mecanismo de salvación de sus almas; dictando lo que consideraban la verdadera sexualidad y la función del control de la natalidad para sí y para el colectivo. En ese sentido, sería posible encontrar el significativo papel de la Iglesia (Santa sede) en la producción de enunciados y de la Iglesia brasileña, intérprete de dichos enunciados, como algunas de las principales autoras de la normativa sexual entre las décadas de 1960 y 1980.

Palabras clave: Catolicismo, Iglesia, Natalidad, Brasil, CNBB

Introdução

Representada pelos Papas e pelos sacerdotes, a Igreja tem o dever, de acordo com sua tradição e magistério de ensinar aos paroquianos as regras estabelecidas por Deus. Suas declarações devem ser claras ao estabelecer o Magistério, caso contrário a comunicação da

* Mestre em História Social e doutorando em História pela Universidade de Murcia.

doutrina poderia ser prejudicado por ruídos ou ambiguidades. Entretanto, seus enunciados nem sempre foram claros como desejado; em vários momentos suas mensagens foram confusas e conflitivas, fato que justifica o desenvolvimento de novas explicações sobre temas essenciais na história da Instituição.

Essa situação é o que se encontra, por exemplo, nas declarações sobre sexualidade e reprodução humana. No século XX, a Igreja se deparou com a necessidade de revisar e reeditar suas normativas, dado que a sociedade estava rapidamente se laicizando e devido a que inclusive dentro de seus muros surgiam vozes clamando para um olhar distinto, mais compassivo e horizontal. Entretanto essa solicitação às vezes declarada de modernismo e em outros de progressismo era rechaçada por aqueles que estavam a mando dos principais cargos eclesiásticos. Tudo isso revela a existência de um embate dentro da Igreja, que se expandia chegando até as igrejas locais.

Poder-se-ia apontar como exemplo o caso da elaboração do Magistério sobre a sexualidade e a procriação. Transformado em um sistema quase dogmático e infalível em favor de uma práxis pró-natalista (MATTEI, 2018), passou de fato por mudanças essenciais no decorrer do século passado. O fenômeno que nos interessa aqui é precisamente a formulação e comunicação desses discursos sobre a chamada Paternidade Responsável, com o objetivo de examinar algumas nuances de permanência e mudanças no ensino sobre referido objeto.

As opiniões e ensinamentos sobre determinado tema não se restringiam a uma fronteira territorial ou mental, ao contrário, eram pensadas para alcançar áreas distantes do centro de difusão do enunciado. Por essa razão, os discursos costumavam ser elaborados de maneira um pouco generalista, sem precisão particular ou exemplificação. A tarefa de especificar os casos seriam incumbência das igrejas locais. Nesse sentido, os bispos brasileiros e instituições católicas tinha a atribuição de replicar as diretrizes papais, adaptando-as e explicando-as para os brasileiros e principalmente para as brasileiras.

Para começar se estabelecia os critérios de definição de família. O modelo era fundamentado em alguns parâmetros supostamente rígidos e imutáveis como: monogamia, indissolubilidade matrimonial e *abertura à vida*. Características presentes em encíclicas, homilias e catequeses que funcionavam como fonte de "verdade" para os cônjuges, pais, paróquias e escolas católicas, que estavam imbuídos do dever educacional e de catequético, que de certa maneira se resumia como a preservação dos bons costumes.

Algo que poderia ser entendido como a promoção do pudor, do controle dos corpos e das uniões conjugais, com vistas à procriação. Em geral, o episcopado era bastante fiel à declaração e linha de pensamento papal, no que dizia respeito à sexualidade e controle de

natalidade. Não obstante, neste processo político social, surgiam resistências ao modelo hegemônico, rapidamente identificadas como ideias divergentes e perigosas por contribuir à geração de dúvidas entre o laicado. Identificar esses jogos enunciativos na elaboração do Magistério é o que se busca com esse trabalho.

Normativas do Vaticano sobre sexualidade e reprodução

Os discursos proferidos dos Papas Paulo VI e João Paulo II, ambos da segunda metade do século XX, revelam um movimento claro de normatização da vida sexual e reprodutiva dos católicos. Uma vez que apenas os leigos poderiam casar-se e estar fisiologicamente, *abertos à vida* (João Paulo II, 1981, 31), se concretizava uma situação de subordinação dos leigos aos ditames hierárquicos da Igreja, revelados em alguns pronunciamentos oficiais.

Entre os documentos mais importantes que um papa pode publicar se encontram as encíclicas, uma carta que visa ensinar aos membros da Igreja a maneira correta de interpretar a Sagrada Escritura e a tradição. No século XX, um das mais importantes encíclicas promulgadas foi a *Humanae Vitae* de Paulo VI em 1968. Nesta controvertida carta encíclica (SMITH, 1991) se expuseram alguns dos principais problemas da modernidade aos olhos religiosos: a separação do sexo da reprodução, incrementado pelo início da comercialização da pílula contraceptiva.

Foi um documento controvertido porque para alguns setores da hierarquia católica e muitos leigos, o Magistério sobre a contracepção estava distante da realidade das pessoas comuns. Além disso, havia a acusação de que não comunicava claramente as razões para as restrições, senão impunham regras e normas e ações, supostamente moralistas do Papa e de setores mais conservadores da Igreja.

Considerando a complexidade do fundamento teológico, que serviu de argumento para o pontífice à hora de publicar o encíclica, muitos leigos e inclusive religiosos, ficavam apenas com as regras, dada a sutileza e a dificuldade de compreensão dos argumentos usados para proibir o uso de *pílula anticoncepcional* ou qualquer outro mecanismo de controle de natalidade.

Apesar da *Humanae Vitae* ser um documento magisterial foi aprovado quase como dogma por grupos mais ortodoxos, talvez longe do projeto de atualização proposto por João XXIII alguns anos antes, quando anunciara o Concílio Vaticano II. (BARREIRO, 1974). Por esse prisma teria ocorrido uma opção pela preservação da tradição, do que uma abertura às demandas com a comunidade católica.

O ensinamento de Paulo VI seguiu o princípio de defesa da vida e da manutenção do vínculo nupcial entre homem e mulher. Esse fato colocou-o como conservador do Magistério

anterior, como salvaguarda da doutrina elaborada por Pio XI que publicara encíclica *Casti Connubi* e principalmente por Pio XII, que em um discurso em 1951 legitimara o espaçamento das gestações em casos de extrema necessidade. Quer dizer, Pio XII entendeu que em algumas situações os casais poderiam realizar um controle da natalidade, desde que não utilizassem métodos artificiais de contracepção.

Durante o pontificado de Paulo VI e antes da publicação da *Humanae Vitae* havia a possibilidade de que esse Magistério fosse revisto por uma Comissão vaticana que estudava a questão demográfica e do controle da natalidade (MARENGO, 2018), bem como pelo próprio Concílio Vaticano II. Entretanto, qualquer possibilidade de alteração se esvaneceu devido às constantes ações de Paulo VI, no sentido de evitar as divergências de orientações sobre a sexualidade e a reprodução humana (KAISER, 2012).

A perspectiva de Paulo VI se mostrava coerente com uma linha interpretativa do catolicismo, que considera a vida humana sagrada em todas suas fases. Por isso não pode ser manipulada pelo ser humano, como se fosse um produto. De fato, Paulo VI se dedicou a transmitir o ensinamento de que a vida de uma pessoa não pode ser avaliada por sua produtividade ou valor social, mas por ser uma criatura divina, existente desde o ventre materno, devendo ser respeitada por si mesma (PAULO VI, 1968). A negação desta ordem "natural" significa que o casal ou a mulher que utilizasse métodos artificiais negaria a Lei Natural e a vontade de Deus. Essa foi a linha argumentativa utilizada por alguns dos peritos que auxiliaram o Papa na formulação da encíclica *Humanae vitae*.

A compreensão de Paulo VI sobre a vida humana era clara, mas seu nível de segurança sobre a contracepção artificial nem tanto. Embora muitos pesquisadores e religiosos tenham tentado mostrado um papado decidido à hora de expor a ilegalidade do uso da *pílula*, suprimem os fatos que demonstram que ele mostrou sinais de que poderia haver algum tipo de alteração magisterial, como indicado pelo fato de enviar o texto ao Sinodo dos Bispos em 1967, como uma forma de consulta ao episcopado, además dos atrasos na publicação e inclusive dúvidas se realmente seria uma encíclica (MARENGO, 2018). São indícios de que pairavam dúvidas sobre a melhor maneira de reafirmar o Magistério da Igreja em matéria de sexualidade matrimonial e contracepção.

Durante seu pontificado, o Papa procurou mostrar que a vida humana era um valor e deveria ser defendida de maneira constante e corajosa. Isso significou escolher caminhos mais conservadores em suas ações, evitando mudanças magisteriais, inclusive aqueles que poderiam vir de outras instâncias do catolicismo, como no caso do Concílio, que foi proibido de se manifestar sobre o controle da natalidade. Entendia como sua missão proteger a Igreja das

ameaças dos novos tempos.

O contexto dos anos sessenta também ocasionava um turbilhão na Igreja. A proposta de atualização da comunicação eclesial poderia causar confusão, daí o desejo de se afincar na tradição; ao que se sabia e já estava estabelecido. Mas tudo isso sem abdicar à proposta do Papa João XXIII de abrir a Igreja ao mundo. Era um exercício complexo, porque de um lado existia uma intensa campanha para aceitar e promover uma mais eficaz e simples ação sobre as questões demográficas, por outro lado, a necessidade de preservar as tradições dos avanços modernos, que em certa medida poderiam ameaçar os pilares católicos (VAZQUEZ, 2004). A opção eleita foi adaptar ligeiramente a linguagem, mantendo intacta a doutrina estabelecida por Pio XII, retomada pelo Concílio Vaticano II, na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*.

Paulo VI compreendia que a questão era um problema e disse que devido a suas atribuições como líder da Igreja e Vigário de Cristo deveria fornecer uma resposta clara, fundamentada e pastoral sobre o crescimento populacional e suas implicações para a vida de milhares de pessoas em todo o mundo, especialmente entre aqueles que sofreram as maiores dificuldades, derivadas da pobreza e do subdesenvolvimento (MARENCO, 2018).

Ele percebia que as normas estabelecidas por Pio XI e Pio XII foram suficientes para atender às demandas da sociedade e da comunidade católica cristã, de modo que não deveria ser negadas ou alteradas de modo a por em risco a Igreja Católica, por isso manteve as restrições ao controle da natalidade, que só poderia ser realizada de maneira temporária e sem a utilização de métodos artificiais, como a *pílula* ou sistemas mecânicos.

Em relação às condições físicas, econômicas, psicológicas e sociais, a paternidade responsável exerce-se tanto com a deliberação ponderada e generosa de fazer crescer uma família numerosa, como com a decisão, tomada por motivos graves e com respeito pela lei moral, de evitar temporariamente, ou mesmo por tempo indeterminado, um novo nascimento (PAULO VI, 1968, 10)

Frente a essa decisão e examinando o processo de formação deste documento se pode deduzir que o pontífice pretendia encontrar uma fundamentação científica de que a visão eclesial era verdadeira, porque, afinal, não havia transformação de conteúdo. Os católicos deveriam continuar a seguir as diretrizes estabelecidas pelos papas precedentes, a qual tinha consequências diretas sobre a sexualidade dos católicos casados e sobre a reprodução.

A constituição de uma Comissão e os diversos estudos realizados por especialistas podem ser entendidos como estratégia para legitimar a decisão de preservar o mesmo entendimento que havia sido dado por Pio XII. Para isso contou com o apoio de vários prelados entre os quais Otavianni, Poupard e Wojtyła, o bispo de Cracóvia que teve papel fundamental

à hora de defender a *Humanae Vitae*, ao dizer que a contracepção artificial era um ato de imoralidade. E dado o fato de que foi eleito papa em 1978, deu continuidade a essa interpretação em todos seus pronunciamentos sobre o tema.

Recepção da Humanae Vitae no Brasil

Apenas cinco meses após a publicação da *Humanae Vitae*, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) fez uma declaração sobre a encíclica. Cumprindo assim com uma de suas atribuições: comunicar aos católicos brasileiros o Magistério e a tradição eclesial. A comunicação do episcopado transmitia o conteúdo da Encíclica, mas também expunha uma interpretação, provavelmente pouco ortodoxa, de agir com misericórdia com aqueles que não compreendessem ou não estavam plenamente em conformidade com os regulamentos estabelecidos.

“Desvelem-se [os confessores e diretores espirituais] em formar retamente a consciência dos que neles confiam, levando-a à conformidade com a verdade objetiva ensinada pelo Magistério autêntico. Aos que não chegaram ainda à convicção da verdade exposta, não afastem da frequência dos sacramentos da confissão e comunhão, desde que busquem sinceramente manter-se fiéis ao amor de Cristo, apesar da dificuldade que sintam na visão total da verdade” (CNBB, 1968).

Como tem sido comum na história da Igreja, essa declaração provocou reações ambivalentes no seio eclesial, ao sugerir aos confessores que não fossem muito rígidos com os católicos que descumprissem as normativas. Afinal de contas abria um precedente para que as pessoas não seguissem à risca o definido pelo Papa Paulo VI. Havia um espaço perigoso entre a interpretação e a formulação de um novo paradigma, que geraria inúmeras discussões e acusações entre setores da Igreja Católica no Brasil.

Essa manifestação da CNBB causou profundo descontentamento entre os setores mais conservadores do catolicismo nacional. Isso se refletiu em algumas publicações como, por exemplo, no jornal intitulado "Catolicismo" da TFP (Tradição Família e Propriedade). Em um artigo escrito por Arnaldo Silveira, um proeminente professor na Pontifícia Universidade de São Paulo, desferia duros ataques e acusações contra a Conferência Episcopal e muitos bispos, por entender que se submetiam a uma visão progressista da Igreja que maculava os princípios católicos e conseqüentemente prejudicava a divulgação da Lei Natural.

Na verdade, Silveira (1969) foi ainda mais longe, dizendo que pessoas como o Padre Jaime Snoek não poderiam ser chamados de cristãos católicos, devido a sua visão heterogênea sobre a sexualidade e a reprodução humana. Essa visão belicosa e intransigente impediu em

diversos momentos o diálogo, por impossibilitar ver a intenção da CNBB de acolher ao católico desviado e por outro lado, que os mais conservadores fossem vistos como uma realidade legítima dentro do catolicismo.

É sabido que o processo de estudos, publicação e recepção do Magistério de Paulo VI sobre a reprodução, gerou inúmeras fissuras nas relações da igreja. Veja-se o como Silveira (1969) se pronunciava: “Bispos, e mesmo Episcopados nacionais, sob a aparência de acatamento à "Humanae Vitae", na realidade a rejeitaram ao atribuir à consciência individual o papel de juiz supremo na questão da legitimidade da contracepção artificial” (SILVEIRA, 1969). É evidentemente a repreensão ao episcopado, por sugerir ou aceitar que casais em "consciência" pudessem adotar medidas sexuais e reprodutivas consideradas ilegais por Paulo VI.

No entanto essa acusação, Silveira partia da premissa de que a Igreja não se equivocava, ou seja, defendia a hierarquia da Instituição. Embora em seu artigo tenha demonstrado a possibilidade de que os bispos e inclusive o Papa pudessem cometer erros, preferia recorrer à ideia fartamente difundida no catolicismo de que erraria quem ditasse a regra, não quem a obedecia. Com isso deseja dizer, que os leigos deveriam submeter-se à tradição, mantendo o ato conjugal livre da presença de métodos contraceptivos artificiais.

O crítico reconhecia a possível existência de erros no Magistério e que nem todos os ensinamentos pontifícios eram infalíveis, mesmo assim sugeria aos católicos aceitar em silêncio e subordinadamente, para que não se gerassem ruído ou distúrbio espaço eclesiástico. Talvez a chave para entender a disputa sobre o Magistério estabelecido pela *Humanae Vitae* estivesse na compreensão de como foi produzida, dos anseios da comunidade católica e na percepção de que estatuariamente não foi pensada e definia como um dogma de fé, senão como algo aberto e passível de mudanças, conforme proposto por Kloppenburg (1968), editor da Revista Brasileira Eclesiástica, e menos como uma doutrina infalível, segundo Silveira (1969) e De Mattei (2018).

Aparentemente, a Conferência Episcopal pretendia agir para preservar a doutrina estabelecida pela *Humanae Vitae*. Mas ao fazê-lo, contribuía para evidenciar um fato que já tinha aparecido nas sessões da Comissão papal, ou seja, que havia uma maioria de pensadores e membros da hierarquia que acreditavam que o ensino sobre reprodução humana poderia ser revisado (MARENGO, 2018). Talvez seguindo um caminho semelhante ao aberto pelos anglicanos em Lambeth (VAZQUEZ, 2004), quando afirmaram que a contracepção artificial era uma maldição, mas reconheceram que poderia ser um mal menor, frente às situações ordinárias da contemporaneidade.

Conferência Episcopal Brasileira e Família

Em 1980 a Conferência Episcopal Brasileira publicou o documento intitulado: *Valores básicos da vida e da família*. Tratava-se de uma estratégia do episcopado para combater as ameaças aos princípios morais da Igreja Católica. Os bispos estavam preocupados que a comunidade católica se desvirtuasse, por isso lançavam um alerta às famílias e às instituições católicas, como colégio e editoras, para que ajudassem no trabalho de catequese e divulgação dos valores evangélicos (SERBIN, 2008).

Entendiam que a sociedade brasileira estava sendo ameaçada e atacada por falsas ideologias, que prejudicavam a dignidade humana. Percebiam como riscos a divulgação de conteúdos imorais em jornais, programas de televisão, filmes, música, teatro e festas pagãs, que terminava por promover a flexibilização das normas e os valores cristãos em uma das maiores nações católicas do mundo (SERBIN, 2008), conforme se costumava enunciar no período.

Em 1977 a CNBB publicara um documento denominado "*A família: mudança e caminhos*", que consistia em uma proposta de estudo sobre as questões relacionadas com a presença da família no contexto contemporâneo. Pretendia oferecer um subsídio de que como os católicos deveriam enfrentar questões elementares, desde uma perspectiva eclesial. Fugindo um pouco da dicotomia conservadores e progressistas, queria apresentar o Magistério e alguns recursos para sua interpretação.

O bispo D. Gilberto Pereira Lopes apresentava na abertura deste documento uma série de justificativas para sua elaboração. Estabelecia desde o princípio as diferenças da Igreja em relação à ONU dizendo que, ambas estavam interessadas em debater sobre a população e a família, mas que a Igreja possuía uma longa história de defesa da instituição familiar, por tanto, era a autoridade legítima para se manifestar sobre temas ligados à demografia, sexualidade e reprodução, etc.

O argumento episcopal estava fundamentado na constatação de que compreender e propor medidas sobre o crescimento da população era uma decisão a ser tomada pelos conhecedores da organização familiar. Desse modo, a demografia estaria sujeita aos problemas e programas correspondentes às famílias (CNBB, 1977), cujo grande especialista seria a Igreja.

Essa argumentação era uma referência direta ao Magistério, porque era o caminho de legitimar e outorgar poder ao enunciado. Dizia por exemplo, citando o Concílio Vaticano II: "El bienestar de la persona y de la sociedad humana y cristiana está estrechamente ligado a la prosperidad de la comunidad conyugal y familiar" (SANTA SÉ, 1998). Com essa estratégia se buscava a consolidação do argumento, tentando evitar críticas.

Na Comissão Pastoral que realizou os trabalhos preparatórios para o “Ano da Família” havia o entendimento de que os agentes pastorais deveriam orientar e incentivar a manutenção das virtudes da família brasileira (CNBB, 1977). Naquela época havia uma reverberação dos textos pontifícios *Humanae Vitae* (1968), bem como os resultados da Conferência Episcopal Latino-Americana em Medellín (1968).

Os bispos integrantes da Comissão entendiam que a família era uma estrutura social fundamental para o desenvolvimento social da Nação. Ao mesmo tempo, portanto, que a entendiam como uma instituição basilar, também a avaliavam como frágil e suscetível a influências e ameaças vindas de fora da Igreja. Atribuindo o papel de intérprete de normas e protetor da instituição familiar. Frente a essas ameaças a CNBB indicava os caminhos seguros para o "povo de Deus" (CNBB, 1978).

As mudanças sociais reverberavam também nas famílias. As alterações na ocupação do território, em que as pessoas deixavam o campo e o interior do país, migrando para as cidades em busca de trabalho e vidas mais confortáveis apareciam entre as preocupações. Acreditavam que essas transformações contribuíam para a fragilização das famílias e do poder eclesiástico. Entretanto, os prelados percebiam que essas mudanças eram irreversíveis. Restava neste caso oferecer subsídios para as famílias mais vulneráveis, para que pudessem proteger os valores católicos da emergência de novas práticas de relacionamento conjugal e humano (CNBB, 1977).

Era um recurso bastante frequente nos discursos católicos apresentar um panorama catastrófico para justificar uma intervenção a favor da preservação da moral familiar católica, o que normalmente era classificado como crise. Há indícios de que a modernidade aportava subsídios para a formação e desenvolvimento, mas essa visão era sublevada pelo caos da sociedade moderna, repleta de vícios e perigos.

No início da análise dos bispos o foco foi posto sobre a vida de pessoas reais, que estavam em comunidades cristãs católicas espalhadas por todo o Brasil. A este respeito, eles indicaram como ameaças: a onda de divórcios, erotismo, amor livre, a falta de comunicação entre pais e filhos, bem como a perda de influência da família na sociedade (CNBB, 1977).

Os bispos brasileiros, pelo menos quando falaram institucionalmente, procuraram mostrar convergência com os postulados pontifícios. Demonstravam fidelidade ao Magistério de Paulo VI, atribuindo à família o dever de preparar os jovens para a vida em sociedade: equilibrada e teleológica. Em outras palavras, esperava-se que na família o jovem recebesse dos pais a educação na fé, um requisito para o pleno desenvolvimento humano. A família foi

responsabilizada pela primeira evangelização e pela educação e educação inicial de seus membros.

Para que o projeto fosse viável seria essencial preparar melhor sacerdotes que receberiam “ajuda espiritual em dificuldades, solidariedade e compreensão” da Igreja (CNBB de 1977) para que pudessem transmitir os valores católicos à comunidade, para que lutassem contra ideologias anti-cristãs, como projetos anti-natalistas e pró-divórcio introduzidos no Brasil, supostamente por organizações estrangeiras.

Naquele contexto, a contemporaneidade seria um período de crise devido às rápidas mudanças promovidas pela modernização dos meios de produção, por filosofias anticlericais e ateístas, pelas desigualdades sociais ou pelo incremento de culturas lascivas, protagonizadas muitas vezes pelos meios de comunicação. Perante esta situação, a CNBB em um exercício reflexivo, pretendia incentivar os membros das famílias a valorizarem os princípios católicos, para que a comunidade percebesse que as "novas" estruturas sociais eram prejudiciais e destrutivas da ordem social.

A CNBB em seus estudos apresentava crônicas e artigos de jornais com situações que despertassem nos ouvintes e leitores sentimentos de pertencimento ao grupo católico e simultaneamente antagonismo e rejeição à agenda de modernização: o amor livre, o aborto, o divórcio, o trabalho feminino e controle de natalidade (DEL PRIORE, 2011). Recorriam a exemplos simples que poderiam ser facilmente assimilados por grupos de estudo de documentos:

A família é a instituição básica da sociedade, e, portanto, não permanece imune às crises da sociedade e do mundo. Essas crises exigem dela uma nova tomada de posição em relação ao seu papel e à sua posição na sociedade. Podemos dizer que a crise da família é proporcional à crise do mundo. (CNBB 1977: 30)

Indicar a família como célula básica da sociedade não significa de forma alguma uma novidade, porque era um recurso comum entre os prelados e entre cientistas e historiadores sociais (AZZI, 1993; CHACÓN, 2011). A Igreja fez uso de essa estratégia para submeter uma estrutura para a outra, afirmando que a sociedade seria dependente de família e vice-versa, o desenvolvimento de uma dependeria da outra. Entretanto, estabelecia a necessidade de preservar os princípios e valores da família católica como mecanismo de proteção da sociedade. Situação que encontra respaldo em estudos realizados por pesquisadores que examinaram o catolicismo em outras regiões, como Argentina e Espanha (SANCHEZ, 2016). O que serviria para demonstrar que era uma prática bastante difundida do catolicismo atuar.

A Igreja brasileira no momento de expor exemplos para seu rebanho, chagava a flertar com o exagero ao propor uma comparação dizendo “*os países em desenvolvimento, querendo se libertar do controle dos países desenvolvidos, procuram a sua autodeterminação [assim como] os jovens, recusando-se a aceitar o autoritarismo excessivo dos pais, procuram afirmar-se como pessoas*” (CNBB, 1977, p. 30). Os autores do documento parecem ignorar uma disputa entre as gerações amplamente debatida na literatura, optando por um recurso bastante forçado.

Outra situação chave na percepção de como o catolicismo no Brasil se comunicava, com seus fieis e percebia os papéis das pessoas na instituição família foi quando se disse: “*A esposa, libertando-se do domínio exclusivo do lar, procura complementar sua auto-realização assumindo encargos de natureza social*” (CNBB, 1977: 30). As mulheres já estavam no mercado de trabalho desde períodos anteriores, mas aquelas que rompiam o modelo utópico, seguiam sendo vistas com desconfiança, por aqueles que defendiam a ideia de uma mulher recatada e submissa ao lar. De fato muitas mulheres não se viam mais como exclusivas “donas de casa”, senão como pessoas capazes de se desenvolver em outros espaços, fora do ambiente doméstico. Ainda assim, desde a Igreja muitos preservavam a ideia de que o lugar da mulher era cuidando do esposo e dos filhos (DEL PRIORE, 2011).

Dizer que uma crise global – causada quando países tentam se livrar do julgo de nações imperialistas - era semelhante à crise de valores de identidade e de mudança no seio das famílias, se revelava uma analogia idiossincrática por tentar igualar questões macro políticas com situações de ordem privada e psicológica, próprias do desenvolvimento humano.

Do ponto de vista católico, a responsabilidade pela crise da família deveu-se em grande medida ao avanço das tecnológicas e das comunicações, que funcionavam como ferramenta para espalhar novos padrões de comportamento: estribados no consumo de bens e informações, que colocavam jovens contra seus pais e esposas contra seus maridos. Nessa situação deve ser adicionado a percepção de que o corpo se tornava uma mercadoria, bem como o prazer e a satisfação (BAUMAN, 2008).

O sucesso do programa eclesial ajudaria as famílias, hipoteticamente, a definir seus valores fundamentais e com base nesta constatação, promover a eliminação de alguns valores acidentais, que não seriam essenciais (CNBB, 1977, p. 31), como: “*dominação-dependência, autoritarismo, ordem, cumprimento de deveres, regras impostas*” educação rígida e auto-suficiência (CNBB, 1977, p.21). Não obstante, os prelados não especificavam claramente quais desses valores seriam obsoletos para as famílias, ainda que possamos deduzir que estavam se referindo principalmente aos atos autoritários.

Também diziam que as mulheres deveriam *se desabrochar*. Não parece obsoleto destacar a eleição da palavra *desabrochar*, porque refere-se ao recurso bastante comum de considerar as mulheres seres sensíveis, como flores. Considerando o exposto por Orlandi (2006), entende-se que a escolha de palavras não é aleatória, portanto, dependia delas: “*desenvolver-se integralmente, libertando-se dos condicionamentos sociais e culturais para inserir-se na sociedade como pessoa realizadora*” (CNBB, 1977, p.39).

Com isso podemos perceber a intenção dos prelados de estar em diálogo com a sociedade, como havia sido proposto por João XXIII. Não seria de estranhar que, no mesmo contexto, a ONU declarasse a "Década da Mulher", a concluir-se em 1985. Nesse sentido, sugerir e promover a autonomia das mulheres era algo inovador se comparado com as restrições e controles impostos às mulheres por anos e anos, de uma maneira naturalizada, sem observar suas demandas e suas necessidades.

O fato de lançar o olhar para as mulheres poderia significar que os bispos desejam promover uma maior autonomia para as mulheres, mas suas palavras eram cheias de nuances, refletindo discretas misoginias. Isso poderia ser entendido como sendo resultado de uma transição, quando a mentalidade dos formadores de opinião ainda era fortemente marcada por elementos excludentes em relação às mulheres (Serbin 2008). É reconhecível a intenção de inserir o universo eclesiástico em um processo de ruptura de "históricos" grilhões, que prendiam as mulheres. Porque evidentemente a história não está constituída apenas por questões binárias, senão por relações plurais e complexas.

Entretanto, ao reparar no fato de que o episcopado optou por empregar o termo “*libertando-se*” na construção da frase (ORLANDI, 2006). Essa escolha pode ser vista de acordo com o prisma de que a libertação caberia a elas. Portanto, as mulheres deveriam ser as protagonistas, ao invés permanecerem alienadas à espera de que outros a promovessem. Isso poderia ser um incentivo para as transformações fossem iniciadas por elas mesmas, mas também uma espécie de responsabilização, no sentido de que, se elas estavam limitadas e controlados por tanto tempo era porque tinha se acomodado os papéis sociais tradicionais.

É certo que houve o reconhecimento da submissão e condições prejudiciais às mulheres. Nesse sentido, os bispos convidavam a comunidade católica brasileira a refletir sobre a situação, apontando os estigmas deste processo de transformação dos papéis femininos. Simultaneamente sugeriam caminhos a serem adotados para a implementação deste projeto, sem a perda dos valores identificados como fundamentais, que seria a preservação das estruturas básicas da família conforme enunciado.

Igreja no Brasil: plano de intérprete de salvação

Os documentos emitidos pela CNBB deveriam preservar a coerência entre os pronunciamentos de Roma e os enunciados pelos bispos (SERBIN, 2008, p. 103), por isso tantas referências e citações diretas a textos como a *Gaudium et Spes*, onde se lê: “La salvación de la persona y de la sociedad humana y cristiana está estrechamente ligada al bienestar de la comunidad conyugal y familiar” (SANTA SÉ, 1998).

Se entendia que a sociedade e os sujeitos poderiam viver em harmonia, desde que os valores da família fossem preservados. Entendendo família no singular, desconsiderando outras configurações e realidades. Como de práxis, se observava o passado de maneira saudosista, entendendo que no passado as situações eram melhores, porque haveria proteção e apoio externos às famílias, o que não estaria ocorrendo durante a década de 1970 (CNBB, 1977, p. 43, CNBB, 1978, p. 5).

Outro problema para a Igreja foi a proliferação de instituições que passaram a dizer-se intérpretes e defensoras das pessoas e das famílias; agências estatais e organizações não governamentais surgiam como oponentes, obrigado que a Igreja tivesse que se legitimar continuamente. Entretanto, um dos problemas nesse confronto era a variedade de concepções sobre homem, mulher, infância e família, de maneira específica quando se tratava de temas como sexualidade e controle da natalidade, campo em que a Igreja não apresentava indícios de alterar sua percepção sobre o que era lícito e ilícito à hora de realizar o planejamento familiar.

A Igreja indicava que estava a serviço do bem-estar da família. Entretanto, se resistia a demonstrar de maneira efetiva como poderia agir para ajudar aos cônjuges; não apenas com recursos à oração e ao imaginário religiosos, senão com decisões concretas que pudessem auxiliar os casais e suas famílias a viver dignamente no plano terrestre.

Muitas vezes a CNBB agia ambigualmente, fazendo sugerindo a si mesma, estar atenta às demandas das famílias, "buscando ver" as dificuldades reais dos casais, desenvolvendo teologias, colaborando com os pais, criando ferramentas para ajudar, e colaborando com a missão (CNBB, 1977). Seriam pretensões compreensíveis; estar atento às demandas e necessidades familiares. No entanto, era visível a falta de políticas e práticas concretas de como a Igreja poderia ajudar cônjuges e filhos em sua missão e sua realidade diária. É dizer, as normas estabeleciam o que os casais deveriam fazer para estar “na vontade de Deus” (GHIRARDI, 2016), mas os documentos não concretizavam como a hierarquia ajudaria os leigos na missão dada.

A Igreja apresentava as famílias nucleares a importância do exercício da paternidade responsável, que se traduz no adequado planejamento familiar para o segundo a disponibilidade

econômica, emocional e educadora do casal (CNBB, 1977, p. 44), dizendo que correspondia a eles procurar informações para a plena implementação do planejamento familiar, necessário para a construção de uma vida feliz e harmoniosa.

Essa indicação era bastante direta e palpável. Se determinava como o casal deveria se comportar em sua sexualidade e frente ao controle da natalidade. Não se tratava de uma sugestão, mas de uma ordem, ainda que com a ressalva feita ao princípio deste texto, de que os confessores não fossem demasiado rigorosos com os casais que não conseguissem seguir a norma estritamente. Além disso, os bispos indicavam que as famílias deveriam receber apoio do Estado, por meio de organizações e centros de saúde que deveriam fornecer aos pais esclarecimento para o exercício da paternidade responsável, com acesso adequado à informação e meios adequados para alcançar o objetivo desejado (CNBB, 1977, p. 46). Os bispos brasileiros eram pragmáticos quando tratavam das responsabilidades e atribuições das famílias e das autoridades governamentais, mas oblíquos quando tinham que tratar de si mesmos.

Os bispos agiam expondo os perigos de relaxamentos de regras como “uniões não legais”, porque poderia contribuir para a fragmentação e até mesmo a destruição de famílias e da humanidade. Na promoção de reflexões e debates, esperava-se que os leigos fossem proativos, fato evidenciado pelo uso das declarações de Paulo VI, que em seu Magistério disse, “a los seglares les corresponde, con su libre iniciativa y sin esperar pasivamente consignas y directrices, penetrar de espíritu cristiano la mentalidad y las costumbres, las leyes y las estructuras de la comunidad en que viven” (PAULO VI, 1967, p. 81).

Além disso esse mesmo pontífice ensinava que a paternidade era uma atribuição dos leigos, que eles deveriam ponderar sobre sua própria situação, avaliando se era possível ampliar a família com mais um integrante. (PAULO VI, 1968, p. 10, Apud CNBB, 1977, p. 54). A Conferência Episcopal ecoava, desta maneira o enunciado papal, com o objetivo de demonstrar que a responsabilidade pela gestação e educação da prole recaía sobre eles, que a Igreja estava para ajudá-los, mas não para substituí-los.

Havia a indicação de que todo cristão tinha deveres sociais por isso a CNBB questionava como cada pessoa, cada católica, em suas atividades diárias poderia contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essas ideias talvez fossem resultado daquele contexto ambivalente, em que havia a intenção de dialogar, mas sem perder as referências históricas e sem realizar demasiadas ou nenhuma concessão aos oponentes (SERBIN, 2008).

Pode-se entender que os bispos brasileiros tentaram tornar inteligível o Magistério de Paulo VI estabelecido pela *Humanae Vitae*, interpretando o que ele queria dizer sobre controle de natalidade e considerando as especificidades do Brasil - entre as quais uma forte presença

do sistema patriarcal - submissão da mulher ao lar, paternidade e maternidade ilegítimas, a vulnerabilidade das mulheres causada pelo divórcio à imaturidade com que muitas pessoas iniciavam uma vida matrimonial - especialmente os jovens -. Por esta razão, os bispos em alguns momentos entendiam que era preciso ler o Magistério enunciado desde o Vaticano com cautela. afirmaram: “Não se deve perder de vista, em este contexto, os problemas de subdesenvolvimento, que afetam gravemente as condições das famílias” (CNBB, 1977, p. 72).

Assim, vemos a abertura de um canal de interpretação menos dogmático ou talvez menos romanizado na Igreja brasileira. Na decisão livre e consciente para estender ou não a família, o casal deveria ter em mente as circunstâncias socioeconômicas que os rodeavam e não apenas suas intenções. Esse fato se mostra bastante revelador, inclusive ligeiramente divergente. Sem dizer abertamente, deixava transparecer que os casais deveriam realizar o controle de natalidade – como mecanismo de superação do subdesenvolvimento – entretanto, sempre respeitando as normativas morais estabelecidas pelo Magistério de Paulo VI, ou seja, recorrendo a métodos lícitos para retardar uma nova gravidez.

A justificativa dos Bispos para o controle da natalidade dialogava com a teoria de que o subdesenvolvimento estava ligado ao crescimento populacional desordenado. Este argumento havia sido utilizado por programas do governo dos EUA e organizações não governamentais, como: Fundação Ford, Rockefeller e IPPF (ARCOS, 2015), bem como em projetos da BEMFAM e da CEPAL. Talvez o inusitado é que essa visão tivesse sido bem recebida por parte da Igreja brasileira, embora suavizada, porque não aceitavam naquele momento o uso de métodos contraceptivos artificiais.

Embora esse posicionamento fosse determinista, ou seja, imaginar que o problema da pobreza e do subdesenvolvimento seriam resolvidos com um controle efetivo do crescimento populacional. De fato os bispos sabiam que certas políticas chamadas "naturalistas" implicavam na expansão de uma massa de pessoas que levariam a um aumento na demanda por mão de obra barata (CNBB, 1977, p. 72). Desta forma, sugeriam que o crescimento populacional irracional promovia males sociais, para evitá-lo era preciso usar a razão, sem macular a Lei Natural.

É provável que a produção magisterial fora resultado de um processo dialógico em que uma fração dos prelados desenvolveram intencionalmente uma interpretação pragmática e social dos textos conciliares e papais, como se pode verificar pelas seguintes palavras:

Os esposos conforme afirma a “*Gaudium et Spes*” (n. 50) são cooperadores de Deus e seus intérpretes. Deus fala ao homem de muitas maneiras, também através das situações. Ao homem compete, pois, reinterpretar sempre o mundo e a si mesmo para descobrir o sentido de sua existência e de seus atos. Pois “Deus que criou o homem à sua imagem e semelhança, o constituiu, de certo modo, providência para si mesmo” (CNBB 1977, p. 72).

Se mostraria contundente, por tanto, a afirmação de que a decisão sobre quando ter filhos e a quantidade caberia exclusivamente ao casal. A Igreja desempenharia o papel de apoio, educadora e mãe (CNBB, 1978). Sendo assim, a decisão do casal deveria ser tomada após uma compreensão completa de seus impactos sobre a vida da família nuclear e da sociedade, bem como em espírito de oração e comunhão com Deus, pois se entende na perspectiva católica que o casal coopera com Ele no ato criador.

A responsabilidade parental iria além da decisão de ter mais ou menos filhos, seria, antes, o resultado de uma análise ampla a partir do lugar em que os cristãos se encontram, porque o episcopado entendia que o crescimento demográfico descontrolado e irresponsável não aparecem como Magistério. Pelo contrário, a chamada da Igreja seria para um planejamento consciente, racional e de fé, ao invés de apenas um “cego impulso biológico” (CNBB, 1977, p. 72).

A Igreja brasileira foi bastante enfática ao dizer que a subordinação bíblico literal ao texto bíblico de “Crescer e multiplicar” era uma forma simplista de resolver a situação da sexualidade, reprodução e demografia no mundo. O chamado bíblico para a reprodução também incluía aspectos de crescimento com dignidade, tendo em vista os riscos de se ignorar ou desprezar as consequências do cenário social.

A maneira como a encíclica *Humanae Vitae* foi acolhida e interpretada no Brasil demonstram uma situação ligeiramente incomum. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dentro de toda sua diversidade mostrava que era preciso obedecer as diretrizes papais, emitidas desde o Vaticano, mas reforçavam o fato de que cabia ao casal a decisão sobre a procriação. Desta maneira, se verifica que não havia nenhuma invenção ou ruptura da Igreja brasileira com a Santa Sé, mas um olhar atento pode revelar matizes a respeito do Magistério acerca das uniões matrimoniais, como responsáveis pela promoção de um mundo mais humano. Embora também seja visível uma tensão neste processo de interpretação, talvez resultado dos embates e das diversas visões de mundo e de Igreja, que se encontravam representados na CNBB.

Considerações finais

Tanto a sexualidade como o controle da natalidade se tornaram o cavalo de batalha da Igreja no século XX. Papas, bispos, sacerdotes e leigos se dedicaram a interpretar o que seria a ordem moral desejado por Deus. e proveitosa para as pessoas e humanidade ordem moral. Essa

situação terminou por ser sintetizada conceito de Paternidade Responsável formulado por Paulo VI em 1968. Sendo a maneira como os católicos deveriam abordar a questão do controle da natalidade, submetendo-se à vontade divina expressa pela Lei Natural. Nesse sentido, os casais católicos poderiam realizar o planejamento familiar, utilizando os períodos inférteis da esposa, desta forma a Igreja entendia e ensinava, desde o Vaticano, como a sexualidade deveria estar a serviço de um projeto mais amplo.

De fato esse Magistério não era novo, senão uma atualização, pois já havia sido expressado por pontífices na primeira metade do século XX. O que Paulo VI realizava era uma atualização dogmática devido ao surgimento das pílulas contraceptivas e do amplo processo de secularização e de incremento da autonomia feminina, que cada vez mais buscavam meios para atrasar uma gravidez. Isso evidencia que a Igreja estava inserida no mundo, mas em vários momentos não era muito efetiva na hora de se comunicar com as pessoas, sobre temas delicados como sexualidade e reprodução.

Nesta tarefa as Conferências episcopais desempenhavam um papel elementar, porque serviam como divulgadoras e intérpretes do Magistério. Às vezes com problemas, porque dentro de contexto de transformações sociais e culturais, se somava o fato de que na coletividade as ideias se dispersavam, o que eventualmente gerava ruídos, como os ocorridos no Brasil, quando alguns setores da Igreja entenderam que a CNBB se afastava dos ensinamentos conciliares e papais ao flexibilizar as normas e deixar a decisão sobre o planejamento familiar à consciência dos casais.

Uma das evidências deste estudo é que a Igreja Católica se atribuiu a função de defensora da família e dos fenômenos a ela relacionados, mas também o fato de que na contemporaneidade a ampliação de instituições que passavam a competir com ela, obrigava a ser mais prolífica na produção de documentos e discursos. Outra evidência é que a Igreja no século XX se mostrou bastante heterogênea, muito mais que a simples dicotomia progressistas e conservadores poderia revelar. As divergências no seio da Igreja brasileira produziram documentos ricos, que em algumas facetas podem se mostrar o desejo de dialogar com as pessoas reais, a partir de suas demandas.

Referências

ARCOS, Javier Castro. Estados Unidos y la Guerra por el desarrollo: el control de la natalidad en Chile, 1960-1970. In: *Revista Complutense de Historia de América*, vol. 41, pp. 95-120, 2015

BARREIRO, ALVARO *A Figura Carismática de João XXIII e seu Programa Conciliar de "Atualização"*. Belo Horizonte: SÍNTESE 2, 1974

BAUMAN, Z.. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

CNBB. "Declaração da Comissão Central da CNBB", de 25 de outubro de 1968, sobre a Encíclica "Humanae Vitae" — in *Sedoc*, vol. I, fevereiro de 1969, fasc. 8, cols. 1025-1029, 1968

CNBB. *A família: mudança e caminhos*. São Paulo: Paulinas, 1977

CNBB. *Para rezar em casa: livro de orações da família- subsídios da CNBB* - São Paulo: Paulinas, 1981

CNBB. *Orientações pastorais sobre o matrimônio*. 10ª ed. São Paulo: Paulinas, 1978

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. In: *Revista brasileira de história*. Vol. 23. N. 45 pp. 239-260. 2003

DE MATTEI, Roberto. *The Encyclical Humanae Vitae in the context of its time*. Rome: Voice of the family. 02 de noviembre de 2018. Disponível em: <http://voiceofthefamily.com/professor-de-mattei-the-encyclical-humanae-vitae-in-the-context-of-its-time/#_ftnref28> Acesso em: 05 de outubro de 2018.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011

GHIRARD, Mónica y LÓPEZ, Antonio Irigoyen (dir.). *Nuevos tiempos para las familias, familias para los nuevos tiempos*. Córdoba: Ediciones del Boulevard, 2016

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Unesp, 1993

JOÃO PAULO II, *Familiares consortio* 22 de novembro de 1981. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_19811122_familiaris-consortio.html> Acesso em: 05 de outubro de 2018

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes. 2006

KAISER, Robert B. *The politics of sex and religion: a case History in the development of doctrine, 1961-1984*. (e-book) Smashwords.com, 2012

KLOPPENBURG, O. F. M., Fr. Boaventura — "Considerações teológicas em torno da Humanae Vitae" — in *Revista Eclesiástica Brasileira*, 28 650-656, 1968

PAULO IV PP. *Populorum progressio*. Encíclica Para promover el Desarrollo de los Pueblos. Sao Paulo: Paulinas, 1967

_____. *Humanae Vitae*. São Paulo: Paulinas, 1968

SÁNCHEZ, Francisco Javier Crespo y MOYANO, Sara. Los discursos sobre La familia católica en la prensa religiosa de inicios del siglo XX. La perpetuación de los modelos y las formas en dos territorios distantes: Córdoba (Argentina) y Murcia (España). In GHIRARD,

Mónica y LÓPEZ, Antonio Irigoyen (dir.). *Nuevos tiempos para las familias, familias para los nuevos tiempos*. Córdoba: Ediciones del Boulevard, 2016

SILVEIRA, Arnaldo V. Xavier da. *Pode haver erro em documentos do Magisterio? Catolicismo*, julho de 1969. Disponível em <<http://catolicismo.com.br/Acervo/Num/0223/P06-07.html#.W-lkHXpKjeQ>> . Acesso em: 08 de novembro de 2018

SANTA SÉ VATICANO II. Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no mundo de hoje. In: *Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações*. São Paulo: Paulinas, 1998

_____. *Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja católica no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

SMITH, Janet E. *Humanae Vitae: a generation later*. Whashington: The Catholic University of America Press, 1991

VASCONCELLOS, Karina de Mendonça. *A representação social da família: desvendando conteúdos e explorando processos*, *Repositório UNB*, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/13272>> Acesso em: 15 de fevereiro de 2018

VÁZQUEZ, Carlos Simón. *Estudio histórico-crítico del concepto y término de planificación familiar*. Murcia: Ucam, 2004

Enviado em 13 de novembro de 2019

Aceito em 20 de junho de 2019.

**UM “ARQUITETO MUITO HÁBIL” PARA O IMPÉRIO:
POLÍTICA, ESTADO E CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO NO PENSAMENTO
VARNHAGENIANO**

**A “VERY SKILLED ARCHITECT” FOR THE EMPIRE:
POLITICS, STATE AND CONSTRUCTION OF THE NATION IN VARNHAGENIAN
THOUGHT**

Ana Priscila de Sousa Sá*

Resumo: O artigo teceu alguns comentários sobre a conjuntura política do Império do Brasil de meados do século XIX, as posições políticas e o papel do Estado na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. Monarquista assumido e afinado com as ideias de conservação da ordem e centralização do governo, para o historiador paulista, o Estado era o principal instrumento de construção da nação. Num momento de consolidação do poder imperial no Segundo Reinado, Varnhagen, como outros letrados e estadistas, escreveram pensando num futuro promissor para o Brasil.

Palavras-chave: Varnhagen; política; Estado imperial brasileiro.

Abstract: In this paper, we elaborated some comments about the political conjuncture of the Brazilian Empire in the mid-nineteenth-century, the political positions and the role of the State in Francisco Adolfo de Varnhagen's work. A self-recognized monarchist and in tune with the ideas of conservation of the order and centralization of the government, for the historian of São Paulo, the State was the main instrument of construction of the nation. At a moment of consolidation of imperial power in the Second Reign, Varnhagen, like other scholars and statesmen, wrote for a promising future for Brazil.

Keywords: Varnhagen; politics; Brazilian imperial state.

Introdução

Monarquia entre Repúblicas, o Brasil era uma “planta exótica” linha do Equador abaixo, como referido por Joaquim Nabuco no livro “Um estadista do Império” (NABUCO, 1899, p. 43). O particularismo do Império não parava por aí, pois também estaria destinado a ser o reduto da civilização no Novo Mundo. Nascido em Sorocaba, São Paulo, mas tendo vivido quase sempre no exterior e trabalhado como diplomata durante três décadas, representando o Império em vários países da Europa e das Repúblicas do Pacífico, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen foi um dos artífices que se empenhou em escrever essa história.

A vasta e variada obra varnhageniana foi perpassada por uma preocupação fundamental com a unidade do Império, questão premente na metade do século XIX. Escrevendo no contexto de centralização do poder no Segundo Reinado, um importante fio condutor de sua narrativa foi a organização político-administrativa do Brasil, temática central de trabalhos como o

* Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História – UFMA – Universidade Federal do Maranhão, Campus do Bacanga, São Luís, MA.

Memorial orgânico (1849-1850-1851) e a memória *Da administração pública* (nunca publicada pelo autor, provavelmente do início da década de 1840). Historiador “oficial” do Império, funcionário do Estado, Varnhagen também foi, como denominou Ilmar de Mattos, o “historiador do Tempo Saquarema” (MATTOS, 1987, p. 286-287). Que significa isso?

O artigo fez uma incursão pela conjuntura política brasileira de meados dos Oitocentos e a partir daí apresentou o posicionamento político de Varnhagen quanto às questões que estavam na agenda do período como o debate entre centralização e descentralização, e a importância do Estado como tutor da nação.

Sobre política no Brasil imperial

No ensaio biobibliográfico “Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro “Paulista de Sorocaba””, Renato Sêneca Fleury enfatizou o “aristocrático perfil moral” do historiador, assinalando que civismo, sentimentos liberais e americanismo constituíam colunas mestras de sua “robusta personalidade” (FLEURY, 1952, p. 23-42). Esse perfil aristocrático Mattos identificou na composição social do Brasil oitocentista e também Francisco de Sales Torres Homem o destacou como o que havia “de mais honroso e eminente em ilustração, em moralidade e riqueza”, oposto às “paixões, dos instintos grosseiros da escória da população”, portanto, a luta entre as conveniências e necessidades da civilização e a barbaridade (HOMEM, 2009, p. 82-83).

É necessário ter em perspectiva que os construtores do Império se empenharam em três sentidos principais: a emancipação da tutela metropolitana, a organização do novo Estado soberano e a reprodução da estrutura da sociedade, que apareciam como processos correlatos, propiciando a satisfação dos interesses da “boa sociedade”. Como assinalado por Mattos, fundadores do Império como José Bonifácio, Evaristo da Veiga e Diogo Feijó herdaram os fundamentos dos “três mundos”, a geração seguinte, de Nabuco de Araújo, Victor Meirelles e Varnhagen empenhou-se em conservá-los para a consolidação da Monarquia (MATTOS, 1987, p. 115-126)¹. O que isso quer dizer?

O “mundo do Governo”, da boa sociedade, não se via apenas como tendente a ser organizado, visava igualmente ordenar o conjunto da sociedade, mas, na reta oposta à ordem e à civilização que queria imprimir à sociedade estavam os escravos, “inimigos inconciliáveis” que compunham o “mundo do Trabalho”, e a massa de homens livres e pobres sem ocupação, predominantemente mestiços e negros alforriados que vagavam pelas ruas aumentando a sensação de intranquilidade, o “mundo da Desordem”. Diferentemente do conceito moderno de

nação, que pressupunha esta ser um conjunto de indivíduos livres e iguais, a boa sociedade não a concebia assim, nem a sociedade do Império se apresentava dessa forma. Essa era a diferença fundamental entre sua concepção de nação e a das nações tidas por civilizadas. A existência dos três mundos denotava outra, a da distinção entre “pessoa” e “coisa”. O “Povo” (mundo do Governo) e a “Plebe” (mundo da Desordem) eram pessoas, os escravos (mundo do Trabalho) eram “coisas”. Entretanto, Povo e Plebe tinham em comum o fato de serem livres (logo, pessoas), de sobra, avolumavam-se as diferenças que os hierarquizavam: o atributo racial, o grau de instrução, a propriedade de escravos. Assim,

Governo, Trabalho e Desordem – os mundos constitutivos do Império do Brasil, mundos que se tangenciavam, por vezes se interpenetravam, mas que não deveriam confundir-se, por meio da diluição de suas fronteiras, mesmo que os componentes da “boa sociedade” fossem obrigados a recorrer à repressão mais sangrenta a fim de evitar que tal acontecesse. [...] Ao Estado monárquico no seu momento de consolidação competia “construir a Nação”, devendo-se entender por tal a preservação da existência da diferenciação entre pessoas e coisas, por um lado, e da desigualdade entre as pessoas, de outro, de tal forma que se uns eram considerados cidadãos e súditos, outros deveriam ser apenas súditos (MATTOS, 1987, p. 121-152)².

Para ser mais exato, a Constituição de 1824 driblou a complicada questão da escravidão simplesmente não a mencionando em momento algum do texto. Enquanto mercadoria, não eram cidadãos, não possuíam nem a si mesmos, entrando basicamente como propriedade privada, qualificada como bem inalienável. Em situação algo análoga estavam os índios, suspensos do exercício dos direitos políticos por “incapacidade física, ou moral” (COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824, 1886, p. 8). Num universo em que liberdade e cidadania equacionavam com propriedade, estavam alijados, e o silêncio era uma palavra de ordem implícita.

O Art. 179 certificava que a “inviolabilidade dos Direitos Cívicos, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império” (COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824, 1886, p. 32), sua redação se acercava do Art. 2º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 26 de agosto de 1789, segundo o qual “A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a prosperidade, a segurança e a resistência à opressão” (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO, s/p). Note-se a modificação da parte final efetuada por D. Pedro I e seus Ministros, quando da outorga da Carta. A supressão do último item foi sintomática de um governo cada vez mais aparentado e acusado de despotismo, até perder toda a sustentação e findar pela Abdicação em favor do menor Pedro de Alcântara, então com apenas cinco anos de idade.

Com a Abdicação de D. Pedro I, uma coalização chamada Partido Moderado assumiu o poder, liderada de um lado pelos antigos brasilienses (dito “Partido Brasileiro”) e, de outro, por magistrados que não se identificavam com os antigos coimbrãos ou realistas (dito “Partido Português”). Tencionando aprovar uma reforma constitucional que ampliasse a autonomia das províncias em benefício das oligarquias agrárias a que pertenciam, e que esbarrava na resistência dessa segunda ala, os moderados terminaram por assinar uma solução de compromisso que resultou no Ato Adicional de 1834. Originando uma forma híbrida de Estado, foram criadas as Assembleias provinciais (dotadas de competência própria), cujo controle foi imputado à Assembleia Geral; substituiu-se a Regência Trina pela Una e eletiva, em eleição indireta; descentralizou-se o Poder Judiciário e foi extinto o Conselho de Estado.

Não conseguiram o fim da vitaliciedade do Senado e os Presidentes de Província continuaram sendo nomeados pela Coroa. No entanto, a descentralização agravou a luta no âmbito provincial, dificultando a atuação do governo central em arbitrar e/ou reprimir os conflitos. Como outro efeito, as províncias interpretaram a legislação extrapolando seu raio de competência, ampliando seu campo de ação, quadro que piorou com a crise econômica (queda dos preços das exportações). Essa desarticulação em nome da liberdade provincial contra o “poder de cima” (a Coroa) desencadeou uma situação de desordem social, o grande pesadelo em relação ao “poder de baixo” (o povo), setor que os realistas queriam integrar de forma tutelada (LYNCH, 2010, p. 30-32).

Ao longo do Império, o horizonte político foi a conservação da ordem. Varnhagen era um dos que estavam comprometidos com a ordem e quem também esteve foi Bernardo Pereira de Vasconcelos, que em sessão de 28 de julho de 1840 pediu a palavra, queria se justificar perante “os brasileiros verdadeiramente amigos da monarquia constitucional” e, manifestando seu “aferro” a esta, fez uma listagem de problemas com os quais se debatia o país às vésperas da antecipação da Maioridade: as instituições não estavam completas, faltavam muitas leis importantes e algumas já existentes exigiam reformas, além de há muito se viver sob o governo “fraco” das Regências e faltar um Conselho de Estado, pois era provável que as facções tivessem caprichado em “nivelar tudo” (VASCONCELOS, 1999, p. 264-267).

Vasconcelos surgiu como um liberal combativo, todavia, modificou seu pensamento nos anos que se seguiram. Se no contexto da Abdicação do primeiro Imperador era um político aclamado, pouco antes da Maioridade foi acusado de traição. O motivo ficou exposto num discurso famoso de 1838, na Câmara dos Deputados:

Fui liberal; então a liberdade era nova no país, estava nas aspirações de todos, mas não nas leis; o poder era tudo: fui liberal. Hoje, porém, é diverso

o aspecto da sociedade: os princípios democráticos tudo ganharam, e muito comprometeram; a sociedade, que então corria risco pelo poder, corre risco pela desorganização e pela anarquia. Como então quis, quero hoje servi-la, quero salvá-la; por isso sou regressista. Não sou trãnsfuga, não abandonei a causa que defendo, no dia de seus perigos, de sua fraqueza; deixo-a no dia em que tão seguro é o seu triunfo que até o excesso a compromete. Quem sabe se, como hoje defendo o país contra a desorganização, depois de havê-lo defendido contra o despotismo e as comissões militares, não terei algum dia de dar outra vez a minha voz ao apoio e à defesa da liberdade? Os perigos da sociedade variam; o vento das tempestades nem sempre é o mesmo; como há de o político, cego e imutável, servir a seu país? (COSTA, 2007, p. 150)

Os princípios democráticos que levaram à anarquia referida por Vasconcelos teriam sido o produto final da experiência descentralizadora das Regências que, por meio de medidas como o Ato Adicional, a criação da Guarda Nacional (1831) e do Código do Processo Criminal (1832), concorreu para um aumento da autonomia das províncias com relação ao poder central. A conquista da liberdade, que era um imperativo no governo de D. Pedro I, tornou-se no decorrer da década de 1830 um perigo a ser combatido em nome da unidade. O temor registrado pelo Deputado mineiro pode ser igualmente ilustrado por meio da confissão de Evaristo da Veiga, outro liberal “legítimo” e cada vez mais moderado com o passar dos anos: “Não temo que o Brasil se despotize, temo que se anarquize” (COSTA, 2007, p. 149). Era a profissão de fé agora compartilhada por esses antigos insuspeitos liberais. Em pouco tempo, Vasconcelos se transformou no “arquiteto” do Regresso, momento de montagem da estrutura política e administrativa do Segundo Reinado.

Ser regressista era ser a favor da organização segura, que não degradingolasse para revoltas e separatismos, podando o que consideravam os excessos da reforma constitucional e retornando ao princípio monárquico. Conforme Christian Lynch, os regressistas entendiam que o progresso só poderia se dar dentro da ordem, por isso tinham de voltar à época anterior ao predomínio democrático das Regências, absorvendo o discurso monarquiano precedente e criando um governo parlamentar pautado na tutela da Coroa (LYNCH, 2009, p. 53). Aí estava a base de formação do Partido Conservador, chamado inicialmente de Partido da Ordem.

A declaração do Deputado exprimia a velha questão que perseguia os pensamentos e ações de muitos políticos brasileiros: “para que havemos de questionar o que é melhor fazer-se, se o aperto das nossas atuais circunstâncias só nos faculta indagar o que se pode fazer?” (VASCONCELOS, s/p). Essa postura ia ao encontro de certa ideia defendida pelo que se convencionou chamar “pai” do pensamento conservador moderno, o irlandês Edmund Burke. Burke argumentava que as liberdades e as restrições variam com os tempos e as circunstâncias, admitindo infinitas alterações e, portanto, não podendo ser resolvidas por uma regra abstrata

(BURKE, 2012, p. 35). Ainda que dificilmente aparecesse o nome do parlamentar Whig (os liberais ingleses), a noção de circunstancialismo estava presente no discurso de Vasconcelos, por isso que para servir ao país não se poderia ser cego e imutável: num momento cabia lutar contra a autoridade que ameaçava se tornar despótica, em outro, contra a desorganização, talvez em um terceiro, pela liberdade novamente. Não por acaso, em outra ocasião revelou que sua inteligência era “de cera para a verdade” (VASCONCELOS, s/p).

As mudanças deveriam ser feitas sem saltos. Não se tratava de se opor ao movimento do século, mas não retrogradar pensando estar avançando, por isso a insistência em não perder de vista o estado de civilização do país (VASCONCELOS, 1999, p. 23). Eram tais traços de um pensamento conservador que o aproximavam de Burke. A observação, o estudo, a adoção de uma conduta prudente e a experiência para modificar seus princípios eram qualidades apreciáveis em um estadista. Na boa leitura burkeana, havia-se uma parceria entre os vivos, os mortos e os que ainda iriam nascer (BURKE, 2012, p. 55-56). Nesse sentido, sublinhe-se um limite/problema para o conservadorismo no Brasil, o passado colonial recente, do qual se tinha pouco para exaltar e muito para ser renegado, embora fosse lembrança (de certa forma, presença) a não ser esquecida.

Era difícil para os conservadores brasileiros respeitarem esse princípio básico, porque implicaria na valorização de um passado de subordinação que, no limite, poderia questionar a preeminência da própria Independência, gerando a necessidade de certo “malabarismo intelectual” (RICUPERO, 2010, p. 78-79) para tratar do processo de emancipação política. Como já aventado, na orientação de Varnhagen esta foi caracterizada como um movimento quase que natural e inevitável da história anterior, ou seja, o 7 de Setembro se constituiu na:

mais segura esperança de que o Brasil constituiria *uma só* nação, salva pela monarquia de tempestades anárquico-socialistas. [...] Nesse dia nasceu a nação, renascendo são e salvo o reino que emancipara el rei D. João VI, o principado que criara D. João IV, o estado que fundara D. João III. Também por todas estas razões devera Portugal festejar este dia, pois de certo que, sem a resolução tomada em 7 de setembro de 1822, não poderia regozijar-se de ver hoje tão próspero, e alimentando em grande parte o seu comércio e marinha mercante, este seu filho, descansando à sombra do sólio bragantino, e seguro, esperamos em Deus, de correr a sorte de outros que... não foram tão afortunados. O Brasil não deveu a D. Pedro a sua emancipação, que essa consumada estava desde 1808, e era impossível retroceder, até em vista do tratado celebrado em 1810 com Inglaterra: deveu-lhe porém a sua *integridade*, e deveu-lhe a monarquia, que foi símbolo de ordem no interior, e de confiança no exterior; e por fim veio até a dever-lhe a dinastia, pela sua abdicação feita muito a tempo para a poder salvar (VARNHAGEN, 1857, p. 438-439).

Veja que o historiador fez uma sequência voltando de D. Pedro I até D. João III, como que estruturando uma linhagem de como foi se constituindo o Império (uma genealogia do

Estado), empregando a noção de processo histórico para explicar um episódio da história do país e, com isso, conferindo sentido ao passado e ao presente, acenando para o futuro do Brasil.

Pela ideia muito difundida à época posterior (ou mesmo anterior) ao 7 de abril de 1831 (Abdicação) de um liberalismo moderado, a autoridade e a experiência do passado eram importantes para evitar o risco de desestabilização do equilíbrio sobre o qual se deveria repousar o regime da sociedade. No caso brasileiro, um passado bem próximo: 1822. A verdadeira sabedoria consistiria na observância do binômio moderação/respeito ao primado da lei, para não ameaçar as instituições monárquicas (GUIMARÃES, 2013, p. 104-121). Aprimorar-se-ia as instituições, desde que as reformas se processassem gradualmente e num ritmo marcado pelas circunstâncias históricas a que o país estivesse submetido, respeitando o “estoque de herança” e cuidando para “não inocular qualquer broto alienígena à natureza da planta original”, na colocação de Burke (2012, p. 20-21).

No Brasil, o desafio era harmonizar os princípios abstratos da filosofia política “universal” (conhecidos pelos livros que vinham da Europa) com as circunstâncias particulares e concretas da realidade nacional, conhecidas pela experiência local. Segundo Christian Lynch, o conservadorismo de políticos como Vasconcelos,

não passava por uma defesa do passado colonial, mas por uma proposta mais centralizadora e monárquica de Estado. A autoridade de Burke era invocada principalmente para brechar o cosmopolitismo liberal e as inovações político-institucionais inspiradas na Inglaterra e nos Estados Unidos, responsabilizadas pela incapacidade de debelar as guerras civis que destroçavam o Brasil. As circunstâncias atravessadas pelo país naquela etapa impunham excecioná-lo do universalismo liberal e aplicar-lhe temporariamente os remédios que dariam origem ao *modelo político do Regresso*, estatista, centralista e interventor. A posição “particularista” de Vasconcelos, justificando a construção de um Estado forte, unitário e regulador, deu o tom do conservadorismo que vigoraria durante a primeira metade do reinado de Dom Pedro II, graças à sua ação e de outros estadistas conservadores, como Eusébio de Queirós, o Visconde de Uruguai e o Marquês de São Vicente (LYNCH, 2017, p. 332-334. Grifo do autor).

Reconhecendo no Estado forte, centralizado e esclarecido (apartado da sociedade atrasada e que teria condições de promover sua modernização) a fórmula de civilização nacional, o tipo de conservadorismo que prevaleceu pelo menos até a década de 1860 foi o de viés estatista, quando se começou a pensar que, consolidado o Estado, era hora de substituir o modelo regressista por outro, mais liberal, condizente com os imperativos do tempo. Ordem e liberdade foram princípios dominantes no processo político ao longo do Império. Mesmo o sarcástico Timandro, pseudônimo utilizado por Francisco de Sales Torres Homem no talvez mais incendiário panfleto do Segundo Reinado, *O Libelo do Povo* (1849), queria reformar e

regenerar o Brasil “por meios regulares e tranquilos” (HOMEM, 2009, p. 112), apoiando a solução da conciliação. Cumpria, então, respeitar a letra da Constituição e obstar a revolução.

Apesar de surgirem em lugares determinados, os conceitos tendem a apresentar uma operacionalidade diversa quando transpostos para sociedades diferentes. Assim, o liberalismo no Brasil se deu em seus próprios termos. Não é o propósito deste trabalho discutir se as ideias estavam ou não “fora do lugar”, mas fornecer alguns elementos da complexa e dinâmica relação entre a retórica liberal de inspiração europeia e sua prática no Império.

A opção pelo liberalismo europeu como fonte de inspiração para levar a cabo os projetos foi feita com vistas a conseguir a unidade e a estabilidade política no Brasil. Nesse sentido, a Monarquia constitucional nascida em 1822 se mostrou a alternativa mais acertada, posto se atribuir a instabilidade dos demais países latino-americanos à forma republicana de governo, e ainda haveriam a Constituição e o Parlamento para conter algum excesso do monarca. O temor de episódios como a Revolução Francesa e a revolta de escravos no Haiti gerava desconfiança tanto com relação ao Absolutismo monárquico, quanto a levantes populares, assim, era preciso substituir as instituições coloniais por outras mais adequadas a um país independente, restringir o poder do Imperador e manter o povo sob controle (COSTA, 2007, p. 133-134)³.

Segundo Alfredo Bosi, na construção do Brasil como Estado autônomo atuou de modo eficaz um ideário de fundo conservador, um complexo de normas jurídico-políticas capazes de garantir a propriedade fundiária e escrava até seu limite possível. Ao radicalismo apresentado por alguns grupos locais que fizeram espocar revoltas provinciais principalmente entre 1831 e 1840, opôs-se um liberalismo moderado (BOSI, 1992, p. 195-196). A relação teoria/prática liberal guardava suas singularidades. Enquanto a teoria pressupunha o mercado livre com a utilização de mão-de-obra livre e assalariada, a estrutura socioeconômica brasileira era assentada na escravidão, constituindo um paradoxo.

Como já comentado, a Constituição de 1824 sancionou a escravidão sem fazer menção ao nome escravo. Porém, a leitura escravista do liberalismo praticado no Brasil apontava para a ausência de incompatibilidade/contradição essencial entre a manutenção/coexistência da escravidão negra e o modelo político que se pretendia liberal.

O sentido mais profundo do liberalismo no Império se deu na construção da dominação e consolidação da hierarquia social, numa sociedade baseada no trabalho escravo, todavia inserida no amplo cenário da produção de mercadorias (PIÑERO, 2010, p. 149). Com o mesmo braço escravo o país fazia parte do comércio mundial. Não era tanto que as ideias estivessem “fora do lugar”, o liberalismo operava descartando as conotações que não coadunassem com as

“particularidades” da nova nação, tornando historicamente possível uma linguagem ao mesmo tempo liberal e escravista (BOSI, 1992, p. 211), dentro das condições presentes.

Na síntese de Lúcia Bastos Neves, o país era:

uma monarquia constitucional que continuava a ser aliada à Igreja, colocada doravante a seu serviço, pois à falta de uma ideologia da nação, ainda se fazia necessária a doutrina cristã para reunir os indivíduos em um corpo social; uma sociedade em que reinavam os homens ilustrados, cujo papel era o de orientar a opinião pública; uma liberdade que não ultrapassasse os direitos alheios e uma igualdade que se restringisse ao plano da lei (NEVES, 2013, p. 100).

Em outras palavras, o liberalismo no Brasil das primeiras décadas do Oitocentos padeceu de limites profundos estabelecidos pelas dimensões restritas da esfera propriamente pública.

Um dos grandes embates da época revelava a dicotomia:

motor da civilização era a luta entre a unidade, a monarquia, o governo, a autoridade ou a ordem, de um lado, e a pluralidade, a democracia, a sociedade, a liberdade ou o progresso, de outro, era o pano de fundo que orientava os grupos políticos para interpretar o funcionamento do governo parlamentar, do bipartidarismo e do papel da Coroa em torno de um consenso mínimo. Sua alternância no poder era fundamental para que a resultante dessa dialética fosse o progresso dentro da ordem (LYNCH, 2009, p. 154).

Se Democracia era frequentemente identificada com anarquia e a ordem com a unidade, o governo tendeu para esta última, na linha do que o jornalista conservador Justiniano José da Rocha, autor do famoso panfleto *Ação; Reação; Transação* (1855), denominou “progresso conservador”:

entrou em todos os espíritos a convicção da improficuidade da turbulência, as paixões refrearam o seu ardor, puseram silêncio a suas exigências, retiraram as suas ameaças, então cessou naturalmente a aversão e o divórcio e, sob o pregão do progresso conservador, apareceu a época da transação (ROCHA, 2009, p. 201).

Segundo Rocha, “na luta eterna da autoridade com a liberdade, há períodos de ação; períodos de reação, por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano e se firma a conquista da civilização” (ROCHA, 2009, p. 159)⁴. Por essa cronologia, o período em que Varnhagen redigiu o *Memorial orgânico* fez parte da Reação, que se estendeu de 1836 a 1852, e que se distinguiu pela luta da reação monárquica, acabando pela Maioridade e abrindo caminho para o domínio do princípio monárquico. Para Varnhagen, só um poder central forte seria capaz de garantir a unidade e a integridade do Império, face ao perigo desagregador do provincialismo. Posição idêntica adotava Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai, para quem as medidas centralizadoras se justificavam pela necessidade de se defender a unidade territorial e neutralizar o poder das facções locais em suas lutas

políticas (FERREIRA, 1999, p. 172). O Estado forte e centralizado era a base necessária à própria existência da nação e o *bairrismo* um verdadeiro entrave.

Para o Visconde do Uruguai,

Como governo, o Poder Executivo aplica por si só e diretamente as leis de ordem política. Como tal é o promulgador e o executor das leis, por meio de regulamentos e providências gerais; é o encarregado e o depositário do pensamento político, e da direção moral dos interesses gerais da Nação, e das suas relações com as outras. Como administrador, o Poder Executivo, não aplica, nem lhe é possível aplicar, por si só e diretamente, as leis da ordem administrativa, mas sim por meio de um complexo de agentes de ordens diversas, disseminados pelas diferentes circunscrições territoriais. Esta aplicação pode ser feita, até certo ponto e com vantagem, por autoridades eletivas. A administração é portanto a ação vital do Poder político e o seu indispensável complemento (SOUSA, 1862, p. 17).

Desse modo, o poder político era a “cabeça” e a administração o “braço”, já que, servindo-se da administração, o poder político faria prevalecer o seu sistema, dando aos serviços públicos um impulso em harmonia (SOUSA, 1862, p. 18). A esfera política se constituía num espaço parcial, logo, suscetível às conveniências pessoais, ao passo que no terreno administrativo, neutro, residiriam as garantias dos direitos dos cidadãos frente o arbítrio do campo político (FERREIRA, 1999, p. 71). Descentralizar o poder seria o princípio da anarquia e do fim do único órgão capaz de garantir os direitos individuais, daí a defesa da centralização num país que, sem a tradição do autogoverno (self-government), a política era um mundo desvirtuado e sujeito às lutas de facções preocupadas apenas com seus interesses.

Colocando a reflexão de Uruguai em perspectiva, observe a afirmação de Varnhagen no manuscrito *Da administração pública*:

[...] sendo o poder supremo a vontade social representada na cabeça é a administração o braço que executa, e suas funções compreendem o cumprimento das leis enquanto ao governo compete juntamente com o cuidado das melhoras, que são o fim e a condição de toda a reunião de homens civilizados (VARNHAGEN, 2015, p. 62).

Separados por cerca de vinte anos, não deixa de ser curioso que Varnhagen tenha utilizado até a metáfora da *cabeça* e do *braço* para se referir ao poder político e à administração, respectivamente, em redação semelhante ao disposto pelo Visconde do Uruguai no “Ensaio sobre o Direito Administrativo” (1862). Confirma, no entanto, que desde muito cedo estava alinhado com o pensamento que caracterizava os conservadores brasileiros, entre os quais Uruguai foi uma figura de proa.

Por essa ótica, “o poder fraco guardava relação com a descentralização, política e administrativa; o poder forte estava relacionado à centralização” (MATTOS, 1987, p. 194), neutralizando os conflitos e as forças internas de ação desagregadora. De fato, no início do Segundo Reinado, foi aprovada a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840), restabeleceu-

se o Conselho de Estado, braço direito do Imperador, e foi reformado o Código do Processo Criminal (1841), a polícia e a distribuição dos empregos retornaram para a alçada do poder central. Em 1850, a Justiça e a Guarda Nacional voltaram a ser administradas pelo Ministro da Justiça. Ou seja, foram revisadas as principais medidas tomadas durante o período regencial, visando centralizar o que havia sido descentralizado e, com isso, ampliaram-se os poderes reais. O discurso saquarema absorveu o discurso monarquiano que o precedera e sua interpretação das instituições constitucionais. A defesa da ordem era também a defesa da legalidade, tendo como elementos fundamentais desse modelo político-institucional o parlamentarismo tutelado e a centralização política (LYNCH, 2010, p. 44-48).

No tocante aos interesses comuns a todas as partes da nação (como a formação das leis gerais e as relações do povo com os estrangeiros) e nos interesses específicos de certas partes desta, Uruguai distinguia, como Tocqueville, duas espécies de centralização: governamental e administrativa. Seguindo com o teórico francês, concentrar em um mesmo lugar ou mesma mão o poder de dirigir aquele primeiro grupo correspondia à centralização governamental, já a mesma concentração para dirigir os interesses particulares se chamaria centralização administrativa. Esses dois tipos de centralização prestariam um auxílio mútuo, atraindo-se reciprocamente, ainda que não se pudesse fixar que fossem inseparáveis (TOCQUEVILLE, 2005, p. 98). Seria possível combinar centralização política com descentralização administrativa, por exemplo, posição pela qual não tinha simpatia Varnhagen, para quem “Sem administração subordinada não há governo, porque não poderá expedir ordens, e só quando muito dar conselhos” (VARNHAGEN, 2015, p. 69).

Em um aspecto desse debate e declarando que onde estivesse verdadeiramente a mola do poder, lá estaria a administração, Varnhagen classificou tanto a centralização excessiva (identificada com um governo absoluto) como a descentralização (identificada como republicanismo) como *viciosas*. A primeira por impedir os povos de tomar parte no manejo de seus negócios e a segunda, porque negaria ao governo intervir e dirigir convenientemente para o melhor serviço do Estado. Afirmou que:

A razoável centralização administrativa é o instinto da nacionalidade [...]. Nela está a independência do território, a autoridade do governo, e a liberdade dos povos. Porque não é a centralização despótica a que convém às nações, senão a atração e conseguinte convergência dos esforços no sentido da utilidade comum. [...] O governo central não há de ser invasor, porém deve ter a suficiente autoridade para evitar e corrigir os abusos de todos os funcionários administrativos, qualquer que seja sua procedência ou delegação (VARNHAGEN, 2015, p. 82).

Centralizar seria importante até para impedir os excessos de uma *improvisação* desastrosa. Acreditava que governo forte, centralização e ordem estavam intimamente

relacionados à conquista da civilização e da moralidade, por isso “buscar liberdade é preparar ordem; desejar um povo moral é desejá-lo organizado com um governo forte; e querer governo forte, é desejá-lo central” (VARNHAGEN, 2015, p. 83), para o estabelecimento de um equilíbrio das forças sociais. Varnhagen também não se mostrou simpático à relativa autonomia conferida às províncias pelo Ato Adicional, via como uma consequência de certa mania de imitar os Estados Unidos. Em sua opinião, a amplitude do poder político deveria estar acompanhada de uma administração centralizada, pois não tinha cabimento uma nação politicamente unitária com administração fracionada.

Crítico aberto da centralização e grande nome do pensamento federalista no Império, Tavares Bastos denunciava nas suas “Cartas do Solitário” (1862) que o Rio de Janeiro olhava para as províncias, principalmente as do Norte, com o mesmo olhar que Lisboa lançava ao Brasil Colônia. Sobre a administração daquelas, ressentia-se dos:

Maus presidentes, e de seis em seis meses um novo; magistrados políticos, funcionários ignorantes; afilhadagem, patronato, escândalo, imoralidade, tirania, abusos, delongas e dependências para todos e os menores negócios, eis o que as províncias recebem da Corte. Se não houvesse nelas uma convicção profunda de que, ainda assim, sempre é melhor viverem unidas no seio a paz interna, do que desunidas, na anarquia, eu não sei o que sustentaria a integridade do Império (BASTOS, 1975, p. 226).

Tavares Bastos via na “gente do governo” o que havia de pior no Brasil, pois o governo central ignoraria sua missão, que era exatamente a das províncias. O melhor governo seria o que se imiscuisse menos no que era próprio da atividade individual (direitos civis, indústria, ciências, artes, letras), devendo ser zeloso, ilustrado, moralizado, o que não acontecia no país. No Brasil, do ponto de vista das províncias, dizia estar tudo por se fazer.

Enumerar alguns aspectos da política no Império é importante para entender essa dinâmica. Um primeiro elemento seria a questão eleitoral. A eleição ocorria em duas etapas, primeiro os votantes escolhiam os eleitores que, por sua vez, elegiam Deputados e Senadores, estes últimos em lista tríplice cuja escolha final, geralmente do mais bem votado, era feita pelo Imperador. Destaque-se o caráter censitário do processo, que numa sociedade de minoria proprietária e maioria despossuída resultava em exclusão dos que não tinham renda suficiente e muitas vezes sequer entendiam o que se tratava nas sessões parlamentares.

A participação popular era limitada, mulheres e escravos não votavam. Homens com renda a partir de 100 mil-réis por ano, proveniente de propriedade ou emprego, tinham direito ao voto nas eleições primárias (votante), o que não era um valor alto para quem tivesse um emprego público, por exemplo. Para ser eleitor, a renda era o dobro, para ser eleito, muito maior. Aos eleitores, acrescenta-se o risco de sofrer algum tipo de violência, inerente à prática eleitoral

do período, de resto, as fraudes e a dependência dos políticos com relação às elites provinciais, que detinham o poder local e podiam apoiar ou não os candidatos do partido do Presidente de Província (nomeado pelo Imperador). Segundo Emília Viotti da Costa, em 1836, por exemplo, num universo de 3 milhões de pessoas, menos de 6 mil votaram nas eleições que deram a vitória aos políticos que marcaram o início do Regresso (COSTA, 2007, p. 145-152).

Ainda assim, e mesmo retrocedendo em relação à legislação que regeu as eleições para a Assembleia Constituinte do ano anterior, a Constituição brasileira de 1824 era uma das mais liberais da época, estipulando o direito ao voto nas eleições primárias para homens com idade mínima de 25 anos, exceto casados, oficiais militares, bacharéis e clérigos, para quem o limite era de 21 anos (metade da população masculina votava). Apesar de muita discussão, até a reforma de 1881 os analfabetos podiam votar, bem como os libertos, e o voto era obrigatório. Com essa reforma foi diminuída a participação popular, na contramão de outros países que estavam ampliando-a.

Como um segundo aspecto, a instabilidade dos Gabinetes e a divisão interna dos Partidos em alas mais moderadas, mais “exaltadas” ou mais “linha dura”. Para se ter uma ideia, nos 49 anos de governo de D. Pedro II foram montados 39 Gabinetes ministeriais. Ao todo, os conservadores estiveram 26 anos no poder e os liberais, 13 anos (COSTA, 2007, p. 161). Destaque-se também que nem sempre se respeitou a fidelidade partidária, se no início das Regências os liberais foram se tornando cada vez mais conservadores, na segunda metade do século cresceu o número de ex-conservadores a engrossarem as fileiras liberais, como Nabuco de Araújo, Cansanção de Sinimbu e o Marquês de Olinda; alguns conservadores moderados e liberais se juntaram para formar a Liga Progressista de 1864, mais radical e que dava vazão aos descontentamentos com o domínio do Partido Conservador. Um bom exemplo do sentido contrário foi Sales Torres Homem, que saiu do Partido Liberal e em algum tempo discursava na tribuna como ex-Timandro e atual Visconde de Inhomirim.

É preciso sublinhar, todavia, que apesar de ambos os Partidos terem diferenças em seus programas, não eram profundas o bastante para impedir uma política de conciliação quando a gravidade do momento exigisse. De qualquer forma, representavam interesses semelhantes, estando mais ou menos ligados ao setor agrário interessado na conservação da terra e da escravidão, temas caros, dos quais procuraram “fugir” por um tempo considerável.

Entre 1853 e 1857, funcionou o Gabinete da Conciliação, inicialmente chefiado por Honório Hermeto Carneiro Leão, Marquês de Paraná, e enfraquecido após sua morte em 1856. A ideia era marcar uma trégua e exercer uma política neutra que colocasse os interesses nacionais acima da causa partidária. José Honório Rodrigues afirmou que a missão do

Ministério não era destruir “influências que se fundavam na grande propriedade e na riqueza, mas aproveitá-las no interesse público e, se eram exageradas, corrigi-las, neutralizá-las, retificá-las das suas exagerações” (RODRIGUES, 1982, p. 63). Homens como Carneiro Leão e Luís Alves de Lima e Silva, então Marquês e futuro Duque de Caxias, acomodavam para salvar o que consideravam essencial: a unidade e a integridade do país.

O Gabinete conciliava as diferenças entre os Partidos, afinados com a minoria detentora do poder, mas não trabalhava propriamente para ceder algo mais ao povo, que permanecia afastado das instâncias máximas de decisão. A política sustentada no discurso da justiça e da moderação pouco contribuiu para diminuir a distância entre o poder e a sociedade, aliás, nem era mesmo seu objetivo. Situações como essa ensejavam a reprodução de um ditado muito conhecido no século XIX e um tanto exagerado segundo o qual nada se assemelhava mais a um saquarema do que um luzia no poder.

Por fim, os próprios programas políticos dos dois Partidos. Grosso modo, o Partido Liberal defendia o Federalismo, favorecendo a autonomia local, opunha-se à vitaliciedade do Senado e a intromissão do governo na economia, exigia a abolição do Poder Moderador e do Conselho de Estado, era favorável ao comércio livre, à liberdade de expressão e de culto, e ao princípio segundo o qual o rei reinava, mas não governava. Por seu turno, o Partido Conservador era a favor da centralização, da permanência do Poder Moderador, do Conselho de Estado, da vitaliciedade do Senado e da religião católica como religião do Estado (COSTA, 2007, P. 159)⁵. Também contrariamente aos opositores, numa frase atribuída ao Visconde de Itaboraí, partiam do princípio de que no Brasil, o rei reinava, governava e administrava.

O liberal conservador Varnhagen

Conforme Armelle Enders, quatro linhas mestras orientaram os procedimentos da obra de Varnhagen: o catolicismo, o enraizamento português do Brasil, a defesa da integridade do Império e a Monarquia como horizonte histórico único (ENDERS, 2014, p. 98). Tratarei desta última.

De suas ideias se poderia dizer que eram afinadas com um conservadorismo liberal, taxá-las de reacionárias configuraria exagero. Segundo o Dicionário de Moraes Silva de 1890, edição na qual o significado político do conceito foi mais bem trabalhado, conservador era aquele que conserva alguma coisa, seguido de referência ao Partido Conservador (qual seja), que seria “o que se opõe ao partido inovador ou revolucionário, defendendo o estado atual das instituições; diverge do partido reacionário, o qual quer ver de novo proclamado o antigo regime” (SILVA, 1890, p. 521). Atente que o dicionarista efetuou uma diferenciação entre conservador e reacionário. Varnhagen, como o Visconde de Cairu em 1822, não se colocava

como inimigo da mudança, mas da revolução. Para Cairu, as revoluções eram “como os terremotos: tudo arruinam e nada reparam” (LYNCH, 2017, p. 328-329), no final, a cena seria renovada, mudando unicamente os atores.

Ao analisar o moderno conceito de revolução, Koselleck destacou que o mesmo foi, inicialmente, um conceito físico-político, passando pelo campo da astronomia até chegar ao vocabulário político. De acordo com sua etimologia, revolução se referia a um movimento cíclico, de retorno a situações anteriores. Desde a Revolução Francesa, todavia, adquiriu possibilidades semânticas flexíveis, tornando comum a distinção entre revolução política, social ou industrial, passando a ser aplicado para acontecimentos a longo prazo, ou eventos repentinos (comoções), e conduzindo a um futuro ainda desconhecido, a ser dominado pela política (KOSELLECK, 2006, p. 62-69). Nesse âmbito, os Dicionários de Moraes Silva, Silva Pinto e Eduardo de Faria em sucessivas edições trouxeram o vocábulo com definições relativas à astronomia.

Em 1859, Faria apresentou revolução como o “ato de revolver, giro na órbita: dos astros, planetas, giro inteiro do planeta na sua órbita: - *dos humores*, movimento violento”, contudo, seguiu com um significado que a este trabalho interessa mais de perto: “*política*, mudança violenta na forma de governo” (FARIA, 1859, p. 1071). Interessa porque, com personalidades como Vasconcelos, Visconde do Uruguai e José Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente), Varnhagen compartilhava uma aversão às mudanças bruscas, isto é, revoluções (ou movimento análogo), o que não significava ser contrário à inovação, e sim a aceitação de mudanças traumáticas. Também adotou uma posição antidemocrática, não vendo na escolha popular o melhor instrumento para se alcançar o bem-comum, mas fazer as “modificações que a experiência tivesse mostrado essenciais” (VARNHAGEN, 1961, p. 281).

A falta de instrução da maior parte da população era um empecilho para uma ampliação do sufrágio, assim, propôs a criação de uma Universidade, a difusão do ensino, objetivando a “igualdade de educação de todos os súditos” (VARNHAGEN, 1961, p. 246), como expressou em carta ao Imperador. Novamente ao monarca, escreveu que as eleições diretas eram as *piores*, já as tinha visto em Portugal e Espanha, seria melhor não deixar “votar ninguém que não soubesse ler e escrever” (VARNHAGEN, 1961, p. 281), o que serviria até como incentivo para as gerações futuras estudarem.

No *Memorial orgânico* e no conjunto de seus trabalhos se inclinou para ideias conservadoras, como um liberal formado na primeira metade do século. Endossou a opinião dos regressistas, contentando-se em defender a regra constitucional, atitude comum também na Europa da época. Ou seja, os fundamentos de suas posições estavam no pensamento político a

partir do Regresso ou na década anterior, da Assembleia Constituinte, semelhante ao papel das ideias liberais que circulavam na Europa pós-Restauração, com um Estado mantenedor do status quo nos planos social e político (WEHLING, 1999, p. 85-87).

Como as estruturas não se organizam segundo a estrita sucessão de eventos passados, implicando maior duração e estabilidade, e se alterando em prazos mais longos (KOSELLECK, 2006, p. 135), a situação do Brasil era propiciada por sua própria formação histórica, com um recentíssimo passado colonial, poucas instituições públicas e grandes contingentes populacionais marginalizados.

A preocupação com a unidade nacional e seu oposto, a fragmentação, levava o historiador a rejeitar o federalismo e o paralelo com os Estados Unidos. Manifestou-se a favor do sufrágio censitário, do afunilamento da representação política, concentrando-a na propriedade rural, no comércio e na alta burocracia, daí o censo alto para o alistamento eleitoral em eleições indiretas (reduzir a *chusma de votantes*), mas defendia o voto secreto (LACOMBE, 1967, p. 150).

Sua formação monárquica era liberal, até pela formação cultural que teve em Lisboa na primeira metade do século XIX. **Era de todo antipático ao despotismo.** Para ilustrar, podem-se recordar episódios de sua trajetória pessoal como o fato de ter lutado nas tropas portuguesas em favor da legitimidade de D. Maria da Glória (filha de D. Pedro), contra D. Miguel, e a incompatibilidade aguda que ocorreu em sua curta estadia no Paraguai de Carlos Antonio López, tão logo foi nomeado Ministro Residente e transferido para tal República em 1859. As impressões que teve de López em visita ao palácio do governo apareceram em carta ao Imperador de 18 de agosto desse ano. No ano seguinte já voltara ao Rio de Janeiro e em 1861 seguiu para a Venezuela.

Ao longo da correspondência é perceptível que desde a juventude se definiu como constitucionalista representativo e parlamentarista. Em carta ao Visconde do Uruguai, falou da boa impressão que se tinha na Espanha a respeito do Brasil como país que marchava “bem com o governo representativo com o parlamentarismo na essência” (VARNHAGEN, 1961, p. 227), mesmo que fosse um Parlamento “sem povo”. Por tudo isso, foi um intérprete qualificado do projeto político conservador que definiu o Estado imperial brasileiro, privilegiando aspectos essenciais como o Estado forte, centralizado, construtor da nação, com um papel político e de organização social, e a constituição de uma nação branca (europeia) (ODÁLIA, 1997, p. 63-87).

Em sua visão, a Monarquia constitucional não só procurava evitar os inconvenientes dos governos absolutos e também dos democráticos, como ao avaliar a situação das Repúblicas

vizinhas e as disputas entre os caudilhos para assumirem o poder, desejava vê-las *abraçarem* a Monarquia. Trabalhando como diplomata, preocupava-o a imagem do Brasil monárquico junto àqueles países. Nesse campo, seu pensamento se aproximava muito do disposto pelo futuro Marquês de São Vicente (outro saquarema ilustre) no “Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império” (1857), obra pioneira da análise constitucional no Brasil, para quem:

Certamente, a forma de governo que preferimos é a mais elevada, filosófica e apropriada às necessidades e porvir do Brasil; ela reúne em si todas as garantias, oferece a estabilidade e promete as maiores vantagens que um povo pode aspirar.

Evitando assim a mobilidade do poder, assentou os destinos da sociedade sobre base certa, firme, não disputada, base que não põe a existência e os grandes interesses da nação em questão periódica. [...]

Por sua base constitucional neutralizou os perigos da monarquia pura, da absorção de todo o poder legislativo e judiciário, do poder sem limites, sem contraste, do despotismo, vizinho da tirania (BUENO, 1857, p. 28-29).

Para São Vicente, o caráter hereditário do trono brasileiro era outra garantia contra os males que afetavam outras Monarquias puramente vitalícias ou eletivas, ou governos temporários. Numa clara alfinetada nos países vizinhos, novamente era festejada a estabilidade do Império, assentada em uma ordem e segurança supostamente conferidas pelo regime político, as instituições vigentes.

A Carta de 1824 não diferiu muito da proposta discutida antes de sua outorga por D. Pedro I. A diferença fundamental incidiu em que foi concedida pelo soberano, não emanando da representação da nação, por não ser submetida à aprovação da Assembleia Nacional. As principais influências do texto foram a Constituição francesa de 1791 e a espanhola de 1812 (NEVES; NEVES, 2008, p. 77). Admitiu um governo monárquico hereditário, constitucional e representativo, manifestando a presença da teoria dos poderes de Montesquieu, mas com o acréscimo de um quarto poder (exclusivo do Imperador), o Poder Moderador, descrito como a “chave de toda a organização política”, responsável por velar pela “manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos” (COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824, 1886, p. 20), teoricamente inspirado em Benjamin Constant, contudo, “adaptado” na prática. A ideia era a de que com o Poder Moderador o Imperador restabeleceria a ordem e a harmonia.

O Estado construtor da nação

Varnhagen não foi um filósofo político e nem procurou construir um pensamento claro nessa matéria, mas em seu trabalho o Estado apareceu com o papel de tutelar a sociedade. O conteúdo do Estado corria em paralelo (por vezes se confundindo) com os objetivos por ele

buscados enquanto agente de formação nacional. Ainda que entidades diferentes, era nele que a nação primariamente se reconheceria e com o qual se identificaria. O eventual erro do Estado seria uma falha dos homens a quem cabia sua direção e, por outro lado, o mesmo Estado poderia voltar atrás e reconhecer o erro, reassumindo o poder de coibir os abusos e desmandos, até pela sua natureza isenta de interesses particularistas.

Acrescente-se que o tipo de Estado que Varnhagen tinha em mente era aristocrático (entenda-se uma aristocracia menos de “sangue” do que de *serviços* com algumas *gerações em cima*), de atribuir à elite o papel de mediadora entre o monarca e as demais parcelas da população, impedindo os excessos de um e/ou outro (ODÁLIA, 1997, p. 65-86).

Concentrando-se em um ambicioso projeto político de conceber e estruturar um Estado fundado na história concreta do Brasil e apontando para uma espécie de missão civilizatória futura, capaz de consolidar, por seu intermédio, a nação; reconhecia o papel orientador da história sobre a atuação dos homens de Estado (WEHLING, 2016, p. 34-36), ele mesmo um diplomata profundo conhecedor da realidade histórico-geográfica do país, tendo sido designado para ajudar em questões importantes de definição de fronteiras com os vizinhos.

O respeito quase sagrado que tinha pela razão de Estado o levava a adotar, como pontuou José Honório Rodrigues, uma postura de “oficialismo”, ao dar maior importância às fontes oficiais do que às da oposição, aceitando teses e justificativas das minorias dirigentes, muitas vezes louvando seus governos e condenando os vencidos (RODRIGUES, 2008, p. 171-172). Arno Wehling assinalou que o historiador combinou elementos de uma perspectiva hobbesiana-hegeliana que atribuía ao Estado a tarefa de organizar a sociedade. Da filosofia política iluminista, encontrava-se uma defesa do equilíbrio do poder, para evitar a hipertrofia de um sobre os outros, provavelmente por influência da leitura de Montesquieu. Todavia, mesmo que suas posições teóricas viessem da Europa, a adequação aos condicionamentos da política brasileira foi por ele praticada com grande senso de realidade (WEHLING, 2013, p. 201-205). **Como Varnhagen lembrou no *Memorial orgânico*, era preciso estudar as necessidades do Brasil pelo próprio Brasil, portanto,** conhecer a experiência histórica brasileira e de suas raízes ibéricas para aplicá-las ao país.

Aproximar a noção de Estado em Varnhagen com o Leviatã de Thomas Hobbes implica um exercício de identificar na obra do historiador brasileiro passagens que permitam tal associação e o próprio *Memorial* pode ajudar nessa tarefa. Na segunda parte do Leviatã, Hobbes explicou que “Quando os homens se aborrecem com as mútuas irregularidades, desejam, de todo o coração, aproximar-se e permanecer dentro de um edifício sólido e duradouro, [...] mas não conseguem, sem a ajuda de um arquiteto muito hábil”, de modo que “A missão do soberano

consiste no fim para o qual foi investido com o soberano poder, que não é outro senão o de obter a segurança do povo” (HOBBS, 2012, p. 255-266).

Como Hobbes, Varnhagen se debruçou sobre as questões do enfraquecimento do Estado por agentes internos e o papel do soberano. A “desordem intestina” que poderia concorrer para a dissolução do Estado atendia pelos nomes de *bairrismo*, índios e escravos. As *soluções* para ambos os problemas apareceram no *Memorial* na forma das seis medidas citadas anteriormente. Também como em Hobbes, o soberano era o arquiteto muito hábil que deveria zelar pela conservação do *edifício*, não o deixando ruir.

Com relação aos índios, por exemplo, recorria ao texto constitucional sobre a incapacidade moral, enxergando-os como estranhos ao *pacto social*, por não cumprirem nenhuma das obrigações das leis. No único texto conhecido da época em que apareceu algum comentário nesse sentido, Gonçalves de Magalhães (rebatendo a proposta de *avassalagem*) escreveu que em seu horror à guerra da selvageria, Varnhagen às vezes professava os mesmos princípios e paradoxos de moral e de política de Hobbes (MAGALHÃES, 1860, p. 33).

Nos dicionários da época, o vocábulo Estado permaneceu por algum tempo sem grandes alterações em sua significação. Em edições do “Dicionário” de Moraes Silva, o significado político de Estado apareceu voltado para a divisão estamental entre nobreza, clero e povo, por exemplo. Em outras posteriores como a de 1890, foi incluído ser ele uma “Sociedade civil constituída em corpo de nação com autonomia e independência, qualquer que seja o seu regime político” (SILVA, 1890, p. 843). Esta explicação pode ser considerada condizente com o sentido do termo já em meados do século.

Para a justificação desse Estado, ainda que tenha acusado a colonização portuguesa de faltas graves na política econômica e na intolerância religiosa, viu como infundadas as tentativas de derrubar o governo de D. João VI, que teria aberto “ao império um futuro de mais imediato esplendor e civilização, com menos penas e sofrimentos, que, dadas outras circunstâncias, houvera talvez passado” (VARNHAGEN, 1857, p. 282). Demonstrou descontentamento mesmo pelos movimentos autonomistas da época colonial, **descrevendo a Inconfidência Mineira (1789) como um ato de ousadia e leviandade, e Tiradentes como um insignificante**. Para esta ainda concedeu alguma indulgência, a conclusão a respeito da Conjuração Baiana foi mais rígida:

se a conspiração de Minas, tão patriótica em seus fins, tão nobre por seus agentes, e tão habilmente premeditada, julgámos que foi um bem que se malograsse, com muita mais razão agradeçamos a Deus o haver-nos amparado a tempo contra esta outra, com tendências mais socialistas que políticas, como arremedo que era das cenas de horror que a França, e principalmente a bela ilha de S. Domingos, acabavam de presenciar;

sendo aliás embalada ao santo grito de “liberdade, igualdade e fraternidade” (VARNHAGEN, 1857, p. 292).

A reprovação mais enfática da Conjuração na Bahia se explicava, entre outras, pelas motivações e reivindicações dos envolvidos. Além do caráter popular (revolucionários de *pouca valia*, como denominou, provenientes de setores não intelectualizados, diferindo da Mineira que contou com poetas de expressão), os conjurados reclamavam importantes mudanças sociais (como o fim da escravidão), eram emancipacionistas e esteve presente o ideal de independência. De resto, via o movimento como *arremedo* da revolta de escravos no Haiti (São Domingos, 1791), posto que escravos e ex-escravos tomaram parte na tentativa malograda de sublevação, e uma possível reedição das *cenar de horror* da França pós-1789. Como pano de fundo para situações como essa, declarou que “as cenas de 1792 e de 1848 foram suficientes para os desenganar do que é o homem sem os vínculos que o sujeitam civil, moral e religiosamente” (VARNHAGEN, 1857, p. XXVIII). O motivo para a condenação desses movimentos não era somente a ameaça à unidade, como também sua negação do papel do Estado na constituição nacional.

Ao se mostrar no mínimo insensível aos primeiros sinais de uma emancipação nacional, pode-se dizer que Varnhagen pensava em termos de uma “liberdade racional” (BURKE, 2012, p. 5), como expressara Burke a respeito da França revolucionária, ou com Montesquieu, autor cuja *política dos governos* o agradava mais que outros como Voltaire (e jamais Rousseau), que se havia o “direito de fazer tudo o que as leis permitem” (MONTESQUIEU, 1996, p. 167).

Os aspectos traçados até aqui demonstram que, a respeito do historiador, pode-se falar em um conservadorismo reformista de um liberal (WEHLING, 2013, p. 191), pois pensava pela ótica da conservação da ordem institucional e da unidade, também defendendo as liberdades individuais e a iniciativa privada (como no caso do incentivo à imigração europeia por grupos), e o aperfeiçoamento do modelo de governo por meio de reformas que se mostrassem necessárias.

Tendo real apreço pelos soberanos de *gênio organizador*, repetidas vezes se referiu ao Imperador como um exemplo desse tipo. Na dedicatória do Tomo I da *História Geral*, enfatizou o *Glorioso* Reinado de D. Pedro II como “eminentemente organizador como a seu tempo dirá friamente a História” (VARNHAGEN, 1854, s/p) no que ele já se adiantava. O mesmo apareceu na *Correspondência ativa* e no *Memorial orgânico*. O monarca brasileiro deveria ser um grande articulador da ilustração de seu Reinado e conservar sua propriedade mais valiosa. Logo, se:

o primeiro soberano que viu a América franqueou os portos do Brasil e elevou-o à categoria de reino. O segundo emancipou-o com uma coroa imperial. Qual deverá ser

a missão do terceiro?... Do primeiro soberano nascido no novo mundo? Não será a de organizar fundamentalmente e assegurar para sempre o seu vasto Império? (VARNHAGEN, 1851, p. 359).

Observe que para se referir ao terceiro monarca que governou entre os trópicos fez questão de destacar o fato de ele ter sido o primeiro a nascer no Novo Mundo. A ênfase no local de nascimento, a idade, fizeram parte desde o início do governo pessoal daquele soberano. No discurso da seção aniversária de 1840, o vice-presidente do IHGB Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (futuro Visconde de Sepetiba) fez um elogio ao recém-entronado, destacando-o como um Protetor das Letras e das Ciências, a quem o Império, tão jovem quanto seu monarca, deveria muitos progressos nessas áreas (IHGB, 1840, p. 577).

Como representante número um dos interesses, *honra* e *glória* do país, o Imperador foi inscrito na simbologia identitária da nação. Simbologia confeccionada nos ateliês da Academia Imperial de Belas Artes, no apoio aos trabalhos do Instituto, nos Congressos de Estatística (São Petersburgo, 1872 e Budapeste, 1876), nas Exposições Universais (Viena, 1873), com os produtos brasileiros apresentados ao resto do mundo e que, segundo o testemunho entusiasmado de Varnhagen, a seção do Brasil atraiu muito a atenção dos concorrentes, cujo parecer era que “o império americano se acha magnificamente instalado, levando a primazia a todas as nações americanas, começando pela grande república do norte” (VARNHAGEN, 1961, p. 401). Eventos como esses eram ocasiões privilegiadas para o comércio simbólico.

Personificando o Império, o Imperador era um símbolo porque se confundia com a Monarquia, o povo e tudo o mais que ficasse sob o guarda-chuva da nação brasileira (mais uma vez: D. Pedro II era *nascido no Brasil*), devendo cumprir a promessa feita frente ao Senado em 28 de julho de 1840, de “corresponder ao voto nacional, mantendo a harmonia entre os Poderes Políticos, promovendo a felicidade da Nação e sustentando a Constituição e as leis do Império” (BONAVIDES; AMARAL, 1996, p. 38). Nessa lógica, o monarca assumia a função que apareceu no “Dicionário” de Faria: “dirigir, reger e conduzir os povos que lhe são confiados” (FARIA, 1859, p. 1047).

Essa era a ideia de governo de Varnhagen, e com um acréscimo: também seria responsável por alimentar o *espírito de nacionalidade* e “**ter presente que são a primeira base talvez desta, a história e o conhecimento do país natal**” (VARNHAGEN, 1961, p. 40), pois em qualquer nação “o melhor governo é o que mais a civiliza e que melhor educa e encaminha o povo” (VARNHAGEN, 1854, p. 458). **Vendo-o** como *supremo administrador* e *supremo juiz* em matérias contencioso-administrativas, Varnhagen concordaria com o Visconde de Itaboraá que o Imperador reinava, governava e administrava.

Ao **associar** o provincialismo apenas aos *interesses* provinciais, considerava o patriotismo um sentimento *sublime* que levava o homem a expor até sua vida pela pátria ou pelo soberano que personificava seu *lustre e glória*, por isso a consciência nacional só viria pela integração das províncias. Essa era a razão de suas reservas quanto a uma Monarquia federativa, com significativa autonomia para as partes que compunham o todo. O pensamento federalista brasileiro considerava que a descentralização favoreceria o clima de competição entre as províncias, podendo se tornar um elemento de progresso para o país, na via oposta, o argumento dos centralizadores era o de que tal rivalidade conduziria à desagregação interna, dispersando o poder e dificultando a ação estatal. Outro aspecto visto por estes como negativo, era o de que o federalismo permitiria o facciosismo dos interesses particulares, o surgimento de poderosos chefes políticos ambicionando o controle da região, ao privilegiar e realizar suas próprias demandas (COSER, 2009, p. 102-112).

Em uma definição do termo nação bem posterior, já de 1913, o “Dicionário de sinônimos da língua portuguesa” de Rocha Pombo o apresentou tendo povo como sinônimo e estabelecendo que “Estado é a nação considerada como entidade sujeita a governação e administração” (POMBO, 2011, p. 394). Ao costurar os conceitos de Estado, nação e povo numa peça única, Rocha Pombo condensava o modelo de narrativa desenvolvido, apreciado e reproduzido no século anterior: o povo formava a nação, cujo construtor era o Estado (responsável pelo governo e administração).

François-Xavier Guerra apontou que pátria e nação apareciam intimamente ligadas desde há muito e não como resultado de uma evolução recente. Nação poderia designar um grupo assentado em um território, a pátria, já que, antes de qualquer outro, esta última tinha um sentido geográfico concreto. Pátria, portanto, encontrava-se vinculada a todos os significados políticos de nação (GUERRA, 2003, p. 36). Com aspiração à unidade, na semântica moderna pátria e nação se concentraram num ente único, Brasil, e a história essencializava a nação brasileira, tornando-a um sujeito histórico unificado e mergulhando suas raízes em um passado o mais distante possível.

Seja pela primazia cronológica, seja pela universalidade, o caráter abstrato do modelo de nação moderna oriundo da Revolução Francesa permitia ser exportado para muitos lugares, cabendo adequá-lo à realidade local, e foi o modelo adotado na América. Embora a Independência não garantisse uma existência para a nação, as antigas Colônias dispunham de atributos essenciais para se constituírem em nações modernas: eram comunidades soberanas e independentes de qualquer outra (GUERRA, 2003, p. 58).

Considerações finais

Atuando na defesa da consolidação e conservação da Monarquia constitucional, os saquaremas não foram apenas a “alma da Reação monárquica, confundida com a força”, foram também os “construtores da Transação” (MATTOS, 1987, p. 158), ajudando no fortalecimento do Estado e suas instituições. Se for possível afirmar que vencera a “causa” da ordem e da unidade nacional, Varnhagen foi um entusiasta dela, transformando-a em matéria sobre a qual escreveu história. E isso era ser um historiador do Tempo Saquarema.

Defensor da Monarquia constitucional e do governo de D. Pedro II, ao escrever no e para o contexto brasileiro da metade do século XIX, Varnhagen construiu uma obra historiográfica que foi, simultaneamente, uma obra política.

Bibliografia

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do Solitário*. 4. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1975.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da História do Brasil*. v. 2. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. In: _____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BUENO, José Antônio Pimenta. *Direito Público Brasileiro e análise da Constituição do Império*. Rio de Janeiro: Tipografia Imp. e Const. de J. Villeneuve E C., 1857.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução em França e sobre os procedimentos de certas Sociedades em Londres em relação a esse evento*. v. 1. Rio de Janeiro: s/e, 2012. Disponível em: http://creativecommons.org/publicdomain/zero/1.0/deed.pt_BR. Acesso em: 20 mai. 2016.

COLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1824. Constituição Política do Império do Brasil (25 de março de 1824). PARTE I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18340>. Acesso em: 10 abr. 2016.

COSER, Ivo. Federal/federalismo. In: JÚNIOR, João Feres. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

COSTA, Emília Viotti da. Liberalismo: teoria e prática. In: _____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 8. ed. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 2007.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/direitos_homem_cidadao.pdf. Acesso em: 24 ago. 2018.

ENDERS, Armelle. O império da história: as instituições culturais, desde D. Pedro II até a República. In: _____. *Os vultos da nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FARIA, Eduardo de. *Novo dicionário da língua portuguesa seguido de um dicionário de sinônimos*. v. 2. 4. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E C., 1859.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e visconde de Uruguai*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1999.

FLEURY, Renato Sêneca. *Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro "Paulista de Sorocaba"*. São Paulo: Melhoramentos, 1952.

GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCÓS, István (org.). *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (Org.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2013.

HOBBS, Thomas. Do Estado. In: _____. *Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

HOMEM, Francisco de Sales Torres. O Libelo do Povo. In: MAGALHÃES JR., Raimundo. *Três Panfletários do Segundo Reinado*. Academia Brasileira de Letras, 2009.

IHGB. Discurso do Presidente. *RIHGB*, Rio de Janeiro, TOMO II, 1840.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LACOMBE, Américo Jacobina. As ideias políticas de Varnhagen. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 275, p. 135-154, abr./jun. 1967.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Liberal/liberalismo. In: JÚNIOR, João Feres. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. Quando o regresso é progresso: a formação do pensamento conservador saquarema e de seu modelo político (1834-1851). In: BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes (Org.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

_____. Conservadorismo caleidoscópico: Edmund Burke e o pensamento político do Brasil oitocentista. *Lua Nova*, São Paulo, n. 100, p. 313-362, 2017.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os indígenas do Brasil perante a história. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. XXIII, 1860.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo saquarema*. Rio de Janeiro: Hucitec, 1987.

MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NABUCO, Joaquim. Infância e mocidade (1813-1842). In: _____. *Um estadista do Império*. Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época. TOMO I. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. Constituição. In: JÚNIOR, João Feres. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. Liberalismo político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (Org.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2013.

ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

PIÑERO, Théo Lobarinhas. Os projetos liberais no Brasil Império. *Passagens, Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro, n. 4, mai./ago. 2010.

POMBO, José Francisco da Rocha. *Dicionário de sinônimos da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2011.

RICUPERO, Bernardo. O conservadorismo difícil. In: BOTELHO, André; FERREIRA, Gabriela Nunes (Org.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

ROCHA, Justiniano José da. Ação; Reação; Transação: duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: MAGALHÃES JR., Raimundo. *Três Panfletários do Segundo Reinado*. Academia Brasileira de Letras, 2009.

RODRIGUES, José Honório. A política da conciliação: história cruenta e incruenta. In: _____. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. In: _____. *História e historiografia*. Petrópolis, RJ: 2008.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa*. v. I. Rio de Janeiro: Empresa Literária Fluminense, 1890.

SOUSA, Paulino José Soares de. *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. TOMO I. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1862.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América: Leis e Costumes*. v. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. Memorial orgânico oferecido à nação. *Guanabara, revista mensal, artístico, científica e literária*, Rio de Janeiro: Tipografia de Paula Brito, p. 356-370, 382-402, out./nov. 1851.

_____. *História Geral do Brasil*. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854.

_____. *História Geral do Brasil*. TOMO II. Madri: Imprensa de J. del Rio, 1857.

_____. *Correspondência ativa*. Rio de Janeiro: INL, 1961.

_____. Da administração pública. In: ALMEIDA, Gisele Cristina Cipriani. *“Memória da administração pública” de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Edição de texto. 312 f. Dissertação

(Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2015.

VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. VASCONCELOS, Bernardo Pereira de. Disponível em: <https://projetosaquarema.wordpress.com/category/conservadores-brasileiros/bernardo-pereira-de-vasconcelos/>. Acesso em: 16 ago. 2018.

WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro): pensamento diplomático. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política externa (1750-1950)*. v. 1. Brasília: FUNAG, 2013.

_____. O conservadorismo reformador de um liberal: Varnhagen, publicista e pensador político. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

_____. A trajetória: o historiador diplomata e o diplomata historiador. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Memorial orgânico: uma proposta para o Brasil em meados do século XIX*. Brasília: FUNAG, 2016.

Enviado em 19 de março de 2019

Aceito em 12 de junho de 2019

¹ “Boa sociedade”, grosso modo, designava a elite imperial, livre, nascida no Brasil, branca e proprietária de escravos. A tese do autor é a de que o Estado brasileiro foi construído por uma classe dominante que se tornou dirigente e se constituiu durante o próprio processo, isto é, a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial teriam sido dois processos que se tornaram historicamente associados sob a intervenção consciente e deliberada de uma determinada força social, a qual forjou a si própria como “dirigente”: os saquaremas. Assim, sua obra gira em torno da articulação entre três questões principais referentes ao Estado imperial, à classe senhorial e aos dirigentes saquaremas. Por “Estado”, o autor entendeu o lugar de atuação dos dirigentes saquaremas, por “dirigentes saquaremas”, um conjunto que englobava tanto a alta burocracia imperial (Senadores, Ministros, Conselheiros de Estado), quanto proprietários rurais das mais diversas províncias do Império, jornalistas, literatos. Todos esses profissionais, de vida pública ou não, inseriam-se nesse grupo desde que orientassem suas ações conforme os parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais, aderindo aos princípios de Ordem e Civilização e agindo visando a sua difusão. Quanto à “classe senhorial”, sua formação teria derivado de um processo no qual um grupo social se envolveu com a construção do Estado, sendo que apenas o grupo social encabeçado pelos cafeicultores e políticos de origem fluminense (em expansão para outras províncias) teriam se articulado politicamente de maneira duradoura para conseguir erigir-se em classe senhorial. Um grupo cuja coesão e identidade se deveram a existência de experiências em comum entre os indivíduos constituintes, o que possibilitou a identificação dos seus interesses como algo em comum e a oposição à outros grupos de interesses diferentes, ou mesmo antagônicos aos seus. De início, esses interesses foram defendidos politicamente por um pequeno grupo ligado à cafeicultura fluminense que, por meio deu uma “política de casamentos”, formando verdadeiras “dinastias cafeeiras”, atraíram jovens oriundos de famílias não proprietárias de terras, bacharéis em Direito que, ao ingressarem na alta burocracia e no Parlamento, passariam a constituir-se em seus representantes políticos, sendo depois ampliado. Ver: MATTOS, 1987.

² Um dos mecanismos que possibilitavam essa distinção social era a instrução pública. Tendo a província fluminense como o “laboratório” por excelência, os saquaremas testaram medidas e as avaliaram na busca de

estendê-las à administração geral do Estado, com o fim último de consolidar a ordem no Império. A instrução pública tinha por objetivo incluir na sociedade os indivíduos que se apresentavam como futuros cidadãos do Império, superando a “barbárie” dos sertões e a “desordem” das ruas, e incorporando o Brasil ao conjunto das nações civilizadas. Pregavam o ensino para todos, porém, ao privilegiar a boa sociedade e inicialmente o povo menos abastado, e interditar o ingresso de negros, ainda que livres e libertos, apenas conservavam o lugar que a elite ocupava, reconhecendo e reproduzindo as diferenças e hierarquias que caracterizavam o interior da sociedade. Ver: MATTOS, 1987.

³ A tese das “ideias fora do lugar” tornou-se famosa após ensaio introdutório formulado por Roberto Schwarz em *Ao vencedor as batatas*, 1977. Interpretação oposta lê-se em Maria Sylvia de Carvalho Franco, *As ideias estão no lugar*, 1976. A leitura brasileira se ajustava à realidade de um Império que pretendia se estruturar segundo o modelo político liberal, todavia assentado sob uma base que não guardava vínculos com ele. Sobre esse assunto, ver: MARSON, 2010; PRADO, 2013.

⁴ Os momentos: Ação - Luta (1822-1831/primeiro período), caracterizada pelas lutas pela Independência até a Abdicação; Ação – Triunfo (1831-1836/segundo período), reformas descentralizadoras efetuadas pelos liberais no início das Regências; Reação (terceiro período), mencionado no texto; Triunfo monárquico (1840-1852/quarto período); Transação (1852-1856/quinto período), fase de consolidação do poder.

⁵ A denominação “luzias” dada aos liberais estava articulada a significativa derrota que estes sofreram frente às tropas conservadoras lideradas pelo Barão de Caxias no combate de Santa Luzia, em Minas Gerais, em 1842. Após este episódio, os conservadores passaram a chamá-los de luzias em alusão à derrota. Mais tarde, quando de sua liderança no poder entre 1844 e 1848, os liberais retribuíram a “gentileza” difundindo o termo saquarema para se referir aos conservadores. Ver: MATTOS, 1987. A frase é atribuída ao conservador pernambucano Antônio Francisco de Paula *Holanda Cavalcanti* de Albuquerque, Visconde de Albuquerque.